

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PPG/AU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

COMO SE FAZ UMA FAVELA:
PRÁTICAS E COTIDIANO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO "PERIFÉRICO".



TALES BOHRER LOBOSCO GONZAGA DE OLIVEIRA
SALVADOR, 2011

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PPG/AU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Como se faz uma favela: Práticas e cotidiano na produção do espaço urbano “periférico”.

Tales Bohrer Lobosco Gonzaga de Oliveira
Orientador: Angelo Szaniecki Perret Serpa

SALVADOR, 2011

TALES BOHRER LOBOSCO GONZAGA DE OLIVEIRA

COMO SE FAZ UMA FAVELA:

Práticas e cotidiano na produção do espaço urbano “periférico”.

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Arquitetura e Urbanismo -
PPG/AU da Universidade Federal da Bahia -
UFBA, para obtenção do título de Doutor em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa

SALVADOR
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

O48 OLIVEIRA, Tales Bohrer Lobosco Gonzaga de

Como se faz uma favela: práticas e cotidiano na produção do espaço urbano "periférico" / Tales Bohrer Lobosco Gonzaga de Oliveira. - Salvador: UFBA, 2011.

346f. il.; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia - Faculdade de arquitetura, 2011.

1. Favela 2. Produção do Espaço Urbano 3. *Habitus* 4. Cotidiano 5. Táticas 6. Práticas Urbanas 7. Fronteiras. I. Serpa, Angelo Szaniecki Perret. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 711.4

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO
DO ALUNO TALES BOHRER LOBOSCO GONZAGA DE OLIVEIRA

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e onze, reuniu-se por convocação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a Comissão composta pelos Professores Doutores Ângelo Szaniecki Perret Serpa, Ana Fernandes, Nelson Baltrusis, Débora de Lima Nunes Sales e Luciana Corrêa do Lago sob a presidência do primeiro, para proceder o Exame do trabalho apresentado pelo doutorando Tales Bohrer Lobosco Gonzaga de Oliveira, intitulado **“Como se faz uma favela: práticas e cotidiano na produção do espaço urbano periférico”**.

O ato teve início às 09:00 horas, tendo sido concedido ao doutorando cinquenta (50) minutos para exposição resumida do conteúdo do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas pela candidata.

Concluído o exame, deram-se por satisfeitos os examinadores e da deliberação havida após encerramento da defesa, foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof. Dr. Ângelo Szaniecki Perret Serpa	APROVADO COM DISTINÇÃO
Profª Dra. Ana Fernandes	APROVADO COM DISTINÇÃO
Prof. Dr. Nelson Baltrusis	APROVADO COM DISTINÇÃO
Profª. Dra. Débora de Lima Nunes Sales	APROVADO COM DISTINÇÃO
Profª. Dra. Luciana Corrêa do Lago	APROVADO COM DISTINÇÃO

Com o que se julgou o doutorando **APROVADO COM DISTINÇÃO**, sendo recomendado ao Colegiado de Curso deste Programa de Pós-Graduação, que seja concedido a TALES BOHRER LOBOSCO GONZAGA DE OLIVEIRA o grau de DOUTOR em Arquitetura e Urbanismo.

Em tempo: A BANCA RECOMENDA POR UNANIMIDADE SUA PUBLICAÇÃO

Salvador, 15 de julho de 2011

A. I. S. P. S.

Prof. Dr. ÂNGELO SZANIECKI PERRET SERPA – PPGAU/FAUFBA
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Ana Fernandes
Profª. Dra. ANA FERNANDES – PPGAU/FAUFBA
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. NELSON BALTRUSIS – UCSAL/PPGAU/FAUFBA
Membro da Banca Examinadora

Debora Aug
Profª. Dra. DÉBORA DE LIMA NUNES SALES – UNIFACS
Membro da Banca Examinadora

Luciana Corrêa do Lago
Profª. Dra. LUCIANA CORRÊA DO LAGO – IPPUR/UFRJ
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta tese, embora fruto de um trabalho individual e angustiantemente solitário, não poderia ser, de modo algum, concluído sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas que foram tomando parte nos diferentes momentos e estágios evolutivos do trabalho. A multiplicidade de contribuições, em instâncias, condições e momentos diversos, torna quase impossível listar a todos, sem deixar, injustamente, de fora grande parte do apoio recebido, deste modo, mencionarei aqueles que tiveram uma ligação individual mais direta e intensa com o trabalho e estenderei os agradecimentos à todos que estiveram à minha volta neste período, pois de um modo ou de outro foram importantes para me permitir completar esta empreitada.

Ao Angelo, meu orientador, pelas conversas que balizaram e encaminharam este trabalho.

À Luciana Lago e Nelson Baltrusis pelas importantes contribuições para a finalização da tese, e à Ana Fernandes, pelas contribuições desde que iniciei este trabalho.

À Capes pelo financiamento da pesquisa.

Aos fotógrafos Ricardo Zerrenner e Nilo Lima pelas fotos aéreas cedidas e pela gentileza no ato.

Ao Demetre Anastasakis, à Solange, da Arquitraço e à Fernanda Salles pela disponibilidade de expor e discutir sobre os trabalhos desenvolvidos nas favelas estudadas.

À Conder, pelas portas abertas e especialmente pela atenção de Carlos Médici, Jurandir, Silvio Matos, João Pereira, Argolo, Freire, Flávio Rocha e Airam.

À Secretaria de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro, pelo material cedido e pelas excelentes conversas com Angela Marquardt e Flavio Teixeira.

Ao Celso, do Instituto Pereira Passos, pela dedicação e empenho em encontrar as informações históricas, imagens e mapas.

Ao Romay Conde, pela gentileza e empenho. Valeu a tentativa.

Ao Adair Rocha e Eduardo Carvalho pelas conversas e encaminhamentos.

Pelas conversas e pelas contribuições, principalmente as humanas, um agradecimento especial a Pasqualino Magnavita.

À Tarsila e Pedro Capra pela batalha com as transcrições das entrevistas.

À minha mãe, pelo suporte constante.

Aos amigos de Salvador: Aline, Gaia, Lili, Clara, Dito e Laura.

À Cacá, Marila e Pedro, por serem mais do que uma casa, um suporte e um ombro.

Ao Climério e Angela, pelas longas conversas e escapes - Extensivo a Esdras, George e Romélio.

À Zuca, pelo companheirismo e paciência.

Ao irmão, por segurar a barra, muitas vezes.

À gratas surpresas que foram os colegas de Novos Alagados: Alexinaldo, Jane, Elisângela, Aparecida e Márcia; do Santa Marta: Fernando e Leonardo; e da Babilônia: Aparecida e Fernando.

Às lideranças de Novos Alagados: Jerri Uilson, Idelson e Vera Lazarroto; do Santa Marta: Nanã e da Babilônia: Isaías e Cesar, pelas portas abertas, pela dedicação e apoio durante todo o trabalho, que se revelou uma convivência muito intensa e produtiva.

Um agradecimento especial a Itamar Silva, por partilhar parte do profundo conhecimento a respeito das questões do Santa Marta, abordadas sempre de maneira extremamente consciente.

Ao Paulo Moretto, Cláudio Perotto, Alexander Patez e Cyntia Aires, pela mão distante.

Aos amigos, que me acompanharam na jornada, principalmente aos novos Elisa e Maurício, ao Nico, pelo cuidado com a casa, ao pai, pela torcida, e, a Doriane, Karina, Andrea e José Affonso pela compreensão com minha crônica falta de tempo.

RESUMO

Originadas no processo de segregação socioespacial, que, nas cidades modernas, impulsiona as parcelas mais vulneráveis da população a encontrar alternativas de moradia para garantir seu espaço na cidade, a favela, entendida aqui como um movimento de resistência dos pobres na estrutura socioterritorial da cidade, é o território da ação tática, percebida como uma possibilidade de adaptação às inescapáveis condições de precariedade urbana, estrutural, econômica e habitacional, e, ao mesmo tempo, como um movimento difuso de resistência.

O foco deste trabalho vai recair sobre as possibilidades desta ação tática difusa, que elabora, através de práticas espaciais de não-enfrentamento, a produção de um espaço específico e adaptado às condições de precariedade e informalidade, que reproduz a lógica de produção espacial informal, consolidando práticas e modos de vida em um território apropriado, com uma inserção que oscila entre enclave e integração no espaço da cidade.

Palavras Chave:

Favela, Produção do Espaço Urbano, *Habitus*, Cotidiano, Táticas, Práticas Urbanas, Fronteiras

ABSTRACT

In modern cities, the process of social-spatial segregation drives the most vulnerable portions of the population to find housing alternatives to ensure their place in the city, creating the slums (favelas). The slum - here understood as a resistance movement of the poor in the socio-territorial structure of the city - is the territory of tactical action. It is also seen as a possibility to adapt to the inescapable conditions of urban, structural, economic and housing insecurity, and at the same time, as a diffuse movement of resistance.

This thesis focuses on the possibilities of this diffuse tactical action, which - through spatial practices of non-confrontation - produces a specific space adapted to the conditions of precariousness and informality. This specific space reproduces the logic of informal space-production, consolidating practices and ways of life in an appropriate territory, with an insert that oscillates between enclave and integration within the city.

Keywords:

Favela, Production of Space, *Habitus*, Everyday Life, Tactics, Urban Practices, Borders

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES.....	10
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO - I - ASPECTOS HISTÓRICOS.....	19
1. UM LUGAR PARA MORAR	19
A. A posse da terra	20
B. Higienismo e modernização	21
Reformismo incompleto	27
C. Relação favela x cidade formal: a consolidação do problema.....	28
As propostas de “readaptação” e controle assistencial.....	29
O período das remoções	31
Coexistência e controle	33
2. OBJETIVOS E QUESTÕES.....	36
A. “Fazer com”, ou as práticas do cotidiano	37
B. A produção do espaço informal	40
C. Favela como abrigo e <i>habitus</i> -favela.....	42
D. Segregação e desvio.....	43
Mecanismos de controle	45
3. METODOLOGIA.....	47
A. Pesquisa	48
B. Entrevistas.....	48
4. BABILÔNIA, SANTA MARTA E NOVOS ALAGADOS	50
A. Santa Marta.....	55
A Violência.....	58
Santa Marta ou Dona Marta.....	59
O Grupo ECO.....	59
O projeto de reurbanização.....	60
B. Babilônia	62
Origens	63
Evolução e acessos	65
Remoções e visibilidade	66
C. Novos Alagados	72
Salvador - Contexto histórico.....	72
A ocupação em Novos Alagados.....	74
São João do Cabrito	79
Boiadeiro	79
Araçás	80
Nova Primavera	81
CAPÍTULO - II - CIDADE E FAVELA	82
1. QUESTÕES PRELIMINARES	82
A. Favelas, ocupações ou invasões	83
Denominações.....	85
2. FRONTEIRAS, LIMITES E TERRITÓRIOS	89
A. Diante da cidade formal.....	89
B. Fronteiras	90
C. A área de influência.....	93
D. Outras fronteiras	101

O tráfico e a violência	101
Demarcação simbólica.....	101
3. CIDADE X FAVELA, PRÁTICAS E ENFRENTAMENTO	104
A. Como entender a favela?	104
Favela não é só moradia - Adesão ao modelo	105
B. Articulações entre favela e cidade formal	106
Relógio e "gato"	107
Rua-moradia	110
C. Permanece favela	112
Território das negociações e disputas.....	114
D. Mobilidade	115
4. A CIDADE FORMAL REAGE	118
A. Esconder e controlar a favela.....	119
Maquiar o problema.....	120
Esconder, invisibilizar e controlar	123
Retorno das ideias de remoção	124
Reurbanização e limites excludentes.....	125
5. O FENÔMENO FAVELA	126
<i>CAPÍTULO - III - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO.....</i>	<i>127</i>
1. TÁTICAS E RESISTÊNCIA	129
A. Acesso a terra, "produzir" o terreno.....	129
B. Invisibilidade - processo de ocupação.....	130
C. Temporalidade.....	151
D. Morar na obra, o abrigo em constante evolução.....	153
E. Padrões de resistência	154
Novas invasões organizadas.....	158
2. ADAPTABILIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	160
A. Uma outra ética espacial?	160
Não incomodar	161
A Lógica da necessidade	164
Direito de antiguidade.....	166
Gesto suave e ação consoante: o aprendizado da construção	169
3. O ESPAÇO PRODUZIDO	172
A. A produção da habitação informal.....	172
B. Limitações espaciais	177
Densidade ou compacidade	182
Encostas ou água	183
Caminhos e percursos	189
<i>CAPÍTULO IV - VIDA NA FAVELA</i>	<i>191</i>
1. VIOLÊNCIA E ESTIGMA	191
A. Sociabilidade Violenta	193
Cumplicidade, sobreposição ou dominação.....	195
"Contaminação" e limpeza simbólica	197
Manter rotinas.....	199
Midiatização do crime	200
B. Os territórios do crime	204
Violência e espaço produzido.....	207
Erosão do lugar	208
2. COMUNIDADE	210
A. A Comunidade de fora para dentro: a representação da violência.....	210
B. Abrigo e segurança.....	212

Recém chegados	214
C. Redes de Solidariedade	215
D. Morro, favela, comunidade.....	216
Relação com o espaço construído	217
Comunidade e cidade	218
3. DIREITO ALTERNATIVO: A JURIDICIDADE NAS FAVELAS	220
A. O direito “achado na rua”	220
Liberdade coletiva, movimentos e lutas sociais	224
B. A juridicidade da boca-de-fumo.....	225
C. O direito em Pasárgada	227
As estruturas comunitárias.....	230
A Associação e as negociações imobiliárias.....	231
4. MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL NAS FAVELAS	234
A. Dinâmica do Mercado	235
Informalidade, instituições e garantias.....	235
Características e valores	236
Economia da proximidade	239
Atratividade externa	240
5. HABITUS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO	245
A. O “desencaixe” da modernidade	245
B. O “reencaixe” nas favelas.....	247
Sistemas peritos	247
Fichas simbólicas	248
A comunidade na modernidade	249
C. A produção do espaço	250
A Tríade Lefebvriana	251
Desigualdade social, táticas e estabilidade.....	255
Práticas e repertório	259
D. Habitus.....	259
Precariedade em evolução	264
CAPÍTULO V - INTERVENÇÕES OFICIAIS	269
1. PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO EM FAVELAS	269
A. Morro da Babilônia	269
Favela-Bairro e Bairrinho	269
Morar Carioca.....	272
O projeto de Intervenção	275
B. Santa Marta.....	283
Programa do Estado do Rio de Janeiro	283
Primeiro projeto	283
O projeto executado	284
C. Novos Alagados	290
Primeiras propostas.....	291
Viver Melhor e Ribeira Azul.....	293
Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados	296
Segunda Etapa	298
Proximidade e circulação.....	307
D. Muros e limites	308
E. UPP	315
CONSIDERAÇÕES FINAIS	322
BIBLIOGRAFIA	329

LISTA DE ABREVIÇÕES

AEIS	- Área de Especial Interesse Social
ADA	- Amigos dos Amigos
AGCRJ	- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AMAB	- Associação de Moradores de Botafogo
AMABABI	- Associação de Moradores do Morro da Babilônia e Chapéu Mangueira
AMAL	- Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras
AMESA	- Alagados Melhoramentos S.A.
APA	- Área de Proteção Ambiental
APARU	- Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana
AVSI	- Associação de Voluntários para o Serviço Internacional
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	- Banco Nacional da Habitação
CPM	- Centro do Planejamento Municipal
CEPRIMA	- Centro Profissional da Sociedade Primeiro de Maio
CEDEP	- Centro de Educação Desportiva e Profissional
CONDER	- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CV	- Comando Vermelho
DF	- Distrito Federal ¹
EMOP	- Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
FAFEG	- Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara
GEAP	- Grupo Executivo de Programas Especiais para Assentamentos Populares
GEPAB	- Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia
HAMESA	- Habitação Melhoramentos S.A.
IAB	- Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAM	- Instituto Brasileiro de Administração municipal
IPP	- Instituto Pereira Passos
MSTB	- Movimento dos Sem Terra da Bahia
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PCC	- Primeiro Comando da Capital
PCRJ	- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PMS	- Prefeitura Municipal de Salvador
POUSO	- Posto de Orientação Urbanística e Social
RMSP	- Região Metropolitana de São Paulo
SABREN	- Sistema de Assentamento de Baixa Renda
SAGMACS	- Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SEDUR	- Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEMADUR	- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SERFHA	- Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
SMH	- Secretaria Municipal de Habitação
SMU	- Secretaria Municipal de Urbanismo
TCM-RJ	- Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
UPP	- Unidade de Polícia Pacificadora
URBIS	- Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S.A.
ZEIS	- Zona Especial de Interesse Social

¹ *Corresponde à atual área do Município do Rio de Janeiro. Entre 1960 e 1975 se tornou o Estado da Guanabara, que foi então fundido ao Estado do Rio de Janeiro.*

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico I - Níveis de escolaridade: Santa Marta e o bairro de Botafogo.....	52
Gráfico II - Níveis de escolaridade: Babilônia e o bairro do Leme.	53
Gráfico III - Níveis de escolaridade: Novos Alagados e o entorno imediato.	53
Gráfico IV - Níveis de renda entre o Santa Marta e o bairro de Botafogo.	53
Gráfico V - Níveis de renda: Babilônia e o bairro do Leme.	54
Gráfico VI - Níveis de renda: Novos Alagados e o entorno imediato.....	54
Gráfico VII - Níveis de escolaridade: Santa Marta, as ruas de acesso a este e o bairro de Botafogo....	92
Gráfico VIII - Níveis de escolaridade: Babilônia, a rua de acesso a esta e o bairro do Leme.....	92
Gráfico IX - Níveis de renda: Santa Marta, ruas de acesso a este e o bairro de Botafogo.....	92
Gráfico X - Níveis de renda: Babilônia, rua de acesso a esta e o bairro do Leme.	93
Gráfico XI - Níveis de escolaridade: Santa Marta, Botafogo e as áreas com contato visual direto	99
Gráfico XII - Níveis de escolaridade: Babilônia, Leme e as áreas com contato visual direto.....	99
Gráfico XIII - Níveis de renda: Santa Marta, Botafogo e as áreas com contato visual direto.....	100
Gráfico XIV - Níveis de renda: Babilônia, Leme e as áreas com contato visual direto	100
Tabela I - Indicadores populacionais	54
Tabela II - Padrões simultâneos, positivos e negativos, de adesão ao padrão habitacional da favela.	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parque proletário da Gávea.	29
Figura 2 - Santa Marta e Babilônia, Localização.....	50
Figura 3 - Novos Alagados, localização.	51
Figura 4 - Copacabana, Botafogo e localização dos acessos.....	55
Figura 5 - O Santa Marta com os bairros de Botafogo à direita e Laranjeiras acima, à esquerda.	56
Figura 6 - O Santa Marta ao redor de 1970.	57
Figura 7 - Vista do bairro de Botafogo, com casas do Santa Marta em primeiro plano.	58
Figura 8 - Carlinha do rodo em 1987.	58
Figura 9 - O Santa Marta, e ao fundo, o Corcovado.....	59
Figura 10 - O Morro Santa Marta em 2008.....	61
Figura 11 - Mapa esquemático do Santa Marta.	62
Figura 12 - A ocupação informal no Morro da Babilônia, parcialmente encoberta pelos prédios.....	62
Figura 13 - Marcas da ocupação da Ladeira do Leme em 1949.....	63
Figura 14 - Ocupação no morro da Babilônia em 1958.	64
Figura 15 - Evolução dos caminhos de acesso ao Morro da Babilônia.	66
Figura 16 - A ocupação visualmente protegida pelos prédios do Leme.	66
Figura 17 - Babilônia em 2010.....	68
Figura 18 - O Morro da Babilônia e arredores em 2008	69
Figura 19 - A Babilônia e, ao fundo, o Chapéu Mangueira, em 2011.	70
Figura 20 - Quadra na praça, situada no acesso à Babilônia.....	70
Figura 21 - O Morro da Babilônia e o Bairro do Leme.	71
Figura 22 - Mapa esquemático da Babilônia.	71
Figura 23 - Palafitas em Novos Alagados, na década de 1980.....	75
Figura 24 - Ocupação em Novos Alagados, década de 1980.....	75
Figura 25 - Vista Parcial de Novos Alagados: Av. Suburbana, Nova Primavera, Tóster e Boiadeiro.	76
Figura 26 - Novos Alagados, áreas estudadas e pontos referenciais.....	78
Figura 27 - Panorama do Portinho, no São João.	79
Figura 28 - Viela no São João.	79
Figura 29 - Panorama do Boiadeiro.....	79
Figura 30 - Parte alta do Boiadeiro recém-invadida em 1987.....	80
Figura 31 - Conjunto Araçás I em fase final de construção.	80
Figura 32 - O Conjunto Nova Primavera, na margem da Av. Suburbana.	81
Figura 33 - Contraste espacial entre o Santa Marta e o bairro de Botafogo.	90
Figura 34 - Contraste espacial entre o Babilônia e o bairro do Leme.	91
Figura 35 - Pontos de contato direto no Morro Santa Marta.	94
Figura 36 - Pontos de contato direto no Morro da Babilônia.	95
Figura 37 - Rua Marechal Francisco de Moura, acesso ao Santa Marta.	96
Figura 38 - Ladeira Ary Barroso, acesso à Babilônia.....	96
Figura 39 - Da praia o paredão de prédios encobre a favela.....	97
Figura 40 - Que volta a ser visível apenas no extremo oposto de Copacabana, a 4km dali.	97
Figura 41 - A proximidade visual entre os prédios do Leme e as casas no Morro da Babilônia.	98
Figura 42 - Um dos raros ângulos de onde se pode ver a favela a partir das ruas do bairro do Leme. .	98
Figura 43 - Varanda fechada com chapas de metal para blindagem do apartamento.	101
Figura 44 - A creche, na parte alta em azul, atual sede da UPP.....	102
Figura 45 - A antiga creche, vista de Laranjeiras.....	103
Figura 46 - Panorama do Santa Marta e parte da cidade ao redor.	104
Figura 47 - A dimensão do "gato" como modo de acesso à energia.	108
Figura 48 - Favela da Rocinha com as casas, apenas as voltadas para a avenida, pintadas.....	121
Figura 49 - Panorama em 360° da Praça do Cantão, no Santa Marta, após o projeto de pintura.	122

Figura 50 - Trabalhos de pintura no Santa Marta.	122
Figura 51 - Santa Marta com unidades construídas pela EMOP em destaque.	123
Figura 52 - Instalação da barreira "acústica" na Linha Vermelha.	123
Figura 53 - Instalação da barreira "acústica" na Linha Vermelha.	123
Figura 54 - Pichação de protesto no muro do Santa Marta.	124
Figura 55 - Fotos da ocupação do solo no Morro da Babilônia, anos 1964 a 1984.	135
Figura 56 - Fotos da ocupação do solo no Morro da Babilônia, anos 1997 a 2004.	136
Figura 57 - Evolução da mancha de ocupação do Morro da Babilônia.	137
Figura 58 - Detalhe do caminho existente, que se ligava à porção baixa da Ladeira Ary Barroso.	138
Figura 59 - Ocupação do Morro da Babilônia no levantamento cartográfico de 1935.	138
Figura 60 - Comparação da mancha de ocupação de 2004 com as áreas ocupadas em 1935.	139
Figura 61 - Botafogo - Área do Santa Marta em 1928.	139
Figura 62 - Ocupação do Santa Marta, recorte do levantamento cartográfico de 1935.	140
Figura 63 - Fotos da ocupação do solo no Morro Santa Marta, anos 1975 a 2004.	141
Figura 64 - Evolução da mancha de ocupação do Morro Santa Marta.	142
Figura 65 - Cena do filme Orfeu Negro.	143
Figura 66 - O morro visto a partir do mesmo local, em 2010.	143
Figura 67 - Cena do documentário A Cidade do Rio de Janeiro, de 1949.	144
Figura 68 - Vista a partir do mesmo ângulo, em 2010.	144
Figura 69 - Recomposições de 1949 e 1959 sobre a mancha de ocupação de 2009.	145
Figura 70 - Fotos da ocupação do solo nos Novos Alagados, anos 1976 a 1992.	146
Figura 71 - Fotos da ocupação do solo nos Novos Alagados, anos 1998 a 2005.	147
Figura 72 - Palafitas no São João.	148
Figura 73 - Comparação entre 1976 e 2005.	149
Figura 74 - Comparação entre 1980 e 2005.	149
Figura 75 - Comparação entre 1989 e 2005.	149
Figura 76 - Comparação entre 1992 e 2005.	149
Figura 77 - Evolução das manchas de ocupação de Novos Alagados entre 1976 e 2005.	150
Figura 78 - Palafitas sobre a água, em 1994.	151
Figura 79 - Aterramento das palafitas, em 1997.	151
Figura 80 - As ocupações da Babilônia e Chapéu Mangueira em 1984.	155
Figura 81 - Comparação da ocupação no Boiadeiro entre 1980 e 1989.	157
Figura 82 - Ocupação recente na área da Tóster.	159
Figura 83 - Construção em execução sobre espaço coletivo.	160
Figura 84 - Construção, e adaptação, no Santa Marta.	162
Figura 85 - Estreitamentos em Novos Alagados.	163
Figura 86 - Pilar na passagem, no Santa Marta.	163
Figura 87 - Avanço dificulta a passagem no Santa Marta.	164
Figura 88 - Manutenção da funcionalidade,	165
Figura 89 - A ação mais antiga prevalece.	166
Figura 90 - A casa de M ^a de Lurdes, no Santa Marta.	167
Figura 91 - A dinâmica das ampliações no Santa Marta.	168
Figura 92 - Avanços sobre a calçada na Rua Chile, Novos Alagados.	170
Figura 93 - Avanços sobre a calçada na Rua Chile, Novos Alagados.	170
Figura 94 - O respeito ao "estabelecido" no Santa Marta.	171
Figura 95 - Compacidade e adaptabilidade no Santa Marta.	172
Figura 96 - Residências precárias no Santa Marta.	174
Figura 97 - Soluções para espaços restritos e flexíveis.	176
Figura 98 - As passagens muitas vezes se tornam túneis.	177
Figura 99 - Estreitamentos e passagens no Santa Marta.	178
Figura 100 - Festa em beco do Santa Marta.	178
Figura 101 - Avanços sobre os limites.	179

Figura 102 - O céu em frestas no Santa Marta.	179
Figura 103 - As casas "espremidas" na parte inferior do morro Santa Marta.....	180
Figura 104 - Casas em meio à vegetação no trecho superior do Morro da Babilônia.	181
Figura 105 - Casas em setor densificado do Morro da Babilônia.	181
Figura 106 - Padrões formal e informal de ocupação em alta densidade.	182
Figura 107 - Perfis de rua e vielas com avanços nos andares superiores.	182
Figura 108 - Evolução e estágios construtivos do padrão de ocupação em corte e aterro.....	184
Figura 109 - Evolução e estágios construtivos do padrão de ocupação sobre terreno rochoso.	184
Figura 110 - Casas de madeira e alvenaria sobre a rocha no Morro Santa Marta.	185
Figura 111 - Evolução do padrão de ocupação na área de Alagados - Planta.	186
Figura 112 - Evolução do padrão de ocupação na área de Alagados - Corte.	186
Figura 113 - Primeiro estágio de evolução da ocupação sobre áreas alagadas.....	186
Figura 114 - Segundo estágio de evolução da ocupação sobre áreas alagadas.....	186
Figura 115 - Terceiro estágio de evolução da ocupação sobre áreas alagadas.....	186
Figura 116 - Quarto estágio de evolução da ocupação sobre áreas alagadas.	186
Figura 117 - Conexões com a ponte principal, década de 1980.....	187
Figura 118 - Barraco no final da ponte em Novos Alagados.	187
Figura 119 - Ponte com pontas de madeira de construções removidas em Novos Alagados.....	188
Figura 120 - Aterramento em Progresso, promovido pelos moradores de Novos Alagados.	188
Figura 121 - "Negociações" entre caminhos e casas.....	189
Figura 122 - Jornal O Globo, com a rubrica "A Guerra do Rio"	201
Figura 123 - Marcas do confronto no Morro da Babilônia em 2008.	203
Figura 124 - Varanda e vista do morro e do bairro do Leme, a partir da casa de Cesar.....	237
Figura 125 - Marcas do ativo, e flexível, mercado imobiliário.	241
Figura 126 - Escada implementada pela Conder em Novos Alagados.....	261
Figura 127 - Divisões internas com tecidos.....	262
Figura 128 - Avanço sobre o caminho no topo do Santa Marta.....	267
Figura 129 - As áreas olímpicas e os raios preferenciais de atuação do programa.....	273
Figura 130 - A interferência entre os limites da APA e da AEIS na Babilônia.	275
Figura 131 - Remoções das unidades dentro da APA e reflorestamento proposto.	276
Figura 132 - Unidades habitacionais propostas.....	277
Figura 133 - A ocupação informal vista dos apartamentos do Leme.	279
Figura 134 - O bairro do Leme, espremido entre o mar e a montanha (e a favela).	279
Figura 135 - Inserção de nova acessibilidade e delimitação do Beco limite.	280
Figura 136 - O projeto dos becos-limite na Babilônia.	280
Figura 137 - Detalhes dos becos-limite na Babilônia.....	281
Figura 138 - As barreiras através de muro, nos trechos sem "beco limite".	281
Figura 139 - Projeto esquemático completo, conforme divulgação da PCRJ.	282
Figura 140 - O plano inclinado do Santa Marta.	284
Figura 141 - O projeto original de 2000/2004.	285
Figura 142 - O projeto original e o perímetro da AEIS.	286
Figura 143 - Unidades habitacionais projetadas.	287
Figura 144 - Unidades Executadas.....	287
Figura 145 - Unidades habitacionais individuais.....	288
Figura 146 - Corredor de acesso aos apartamentos.	288
Figura 147 - O "Jambaláia" e as estruturas de acessibilidade e da base da Estação 3.	289
Figura 148 - Unidades habitacionais individuais.....	290
Figura 149 - O projeto de intervenção da PMS.....	292
Figura 150 - Determinação das palafitas a remover.	293
Figura 151 - Identificação das áreas para reassentamento.....	293
Figura 152 - Poligonais de atuação dos planos de urbanização.	295
Figura 153 - Os conjuntos Araçás I e II.	296

Figura 154 - Módulos habitacionais construídos em Araçás I.....	297
Figura 155 - Nota no quadro de avisos da Associação de Moradores de Novos Alagados.	297
Figura 156 - O projeto original, desenvolvido para a segunda etapa.....	299
Figura 157 - Novas unidades implantadas ao longo da Avenida Beira Mar.....	299
Figura 158 - Elementos no entorno da casa de Isodélia.	300
Figura 159 - O largo (ou beco?) diante da casa de Isodélia.....	301
Figura 160 - Vista aérea do conjunto Nova Primavera.....	301
Figura 161 - A evolução do módulo prevista para o Nova Primavera.....	302
Figura 162 - As unidades do Conjunto Tóster como foram construídas.....	302
Figura 163 - O híbrido favela-conjunto.	303
Figura 164 - Complementação do pavimento e ocupação dos espaços no conjunto da Tóster.	304
Figura 165 - A segunda etapa em execução.....	304
Figura 166 - Acabamento cuidadoso, apesar da palafita.....	305
Figura 167 - Estreitamentos no sentido transversal.	306
Figura 168 - Avanços "permitidos" no conjunto da Tóster.....	306
Figura 169 - Muro do Santa Marta.....	309
Figura 170 - A redução da área de favelas na cidade.	310
Figura 171 - As favelas com maior redução de área, na cidade, nos últimos anos.	310
Figura 172 - Trecho da Rua Boa Vista em fevereiro de 2008.....	311
Figura 173 - O mesmo trecho, em novembro de 2010.....	311
Figura 174 - Antiga cerca que limitava o Santa Marta.....	312
Figura 175 - Novas invasões, entre o antigo limite da calha e o muro, recém construído.	312
Figura 176 - Projeção da Via de Bordo sobre a foto de 1992 de Novos Alagados.....	313
Figura 177 - Projeção da Via de Bordo sobre a foto de 2005 de Novos Alagados.....	313
Figura 178 - Casas na "fronteira" da Babilônia.	314
Figura 179 - A precariedade das casas situadas além dos eco-limites na Babilônia.	314
Figura 180 - Exposição na mídia da atuação e efeitos positivos das UPPs.....	317
Figura 181 - O turismo de carona na pacificação da favelas.....	319

INTRODUÇÃO

A preocupação inicial, que balizou a produção deste trabalho, foi refletir sobre as questões que envolvem a produção do espaço informal e segregado das favelas de nossas cidades. Nossa busca foi de analisar e compreender estas questões através de um olhar, não hegemônico, um olhar focado no morador da favela como um agente com poder de alterar e redefinir seu posicionamento na organização socioterritorial da cidade e de produzir alterações nas estratégias dominantes que buscam a manutenção das estruturas socioeconômicas.

A favela, entendida aqui como um movimento de resistência dos pobres ao espaço destinado a eles (ou o que lhes restou) na estrutura socioterritorial da cidade, é o território da ação tática, percebida como uma possibilidade de adaptação às inescapáveis condições de precariedade urbana, estrutural, econômica e habitacional, e, ao mesmo tempo, como um movimento difuso de resistência e de alteração da condição urbana destas populações, através de uma relação dialética de adaptação/acomodação com as estruturas dominantes da cidade formal.

Diante do forte desequilíbrio das relações de força entre o padrão estabelecido e as articulações informais, a atuação tática se apresenta como possibilidade de não-enfrentamento, pelas possibilidades destas em utilizar o sistema sem necessariamente confrontá-lo, e de adaptação permanente às condições existentes, articulando desvios nas fissuras da estrutura formal e das estratégias que tentam controlá-las.

A condição de precariedade econômica e segregação social definiu um padrão de habitação na cidade, marcado pelo surgimento de um modo característico de representar, praticar e produzir o espaço, que são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras do próprio espaço que as abriga. A luta pela conquista de seu espaço e pela resistência na cidade, através da elaboração permanente e contínua da moradia, segundo um processo distante das lógicas formais do urbanismo tradicional e das obrigações a ele associadas, permitiram o atendimento às necessidades básicas de espaço, garantindo o abrigo e produzindo a moradia definitiva num mesmo processo. Uma situação de adaptação a um desequilíbrio social, cultural e simbólico, mas também uma elaboração organizada através da diferença e do choque, fruto da presença do outro no espaço compartilhado da cidade.

A característica primordial da favela não seria, portanto, a concentração da pobreza urbana, através de uma distinção meramente econômica frente à cidade formal, ou mesmo uma imitação imperfeita e incompleta da cidade, da qual herdaria as características e valores simbólicos. A favela se estabeleceria como possibilidade habitacional organizada na informalidade e marcada pela flexibilidade, que lhe é, ao mesmo tempo, característica e necessidade. Habitar este espaço seria, portanto, fortemente marcado pela inserção nas redes sociais inscritas no território, pelas possibilidades de desenvolvimento continuado, e

autoproduzido, da moradia e pela constituição de estruturas de ordenamento urbano, jurídicas e de mercado, que, ainda que demonstrem certa influência da organização formal, se elaboram segundo regras específicas fruto do vazio estatal e da busca por uma estrutura social organizada através de regras mais flexíveis e mais adaptadas às condições de precariedade e informalidade socioeconômica.

Deste modo, no Capítulo I buscaremos, mais do que uma descrição do processo histórico de formação das primeiras favelas, e dos motivos de seu surgimento e evolução, uma tentativa de identificar neste processo a formação de um conjunto de práticas partilhadas que deu origem ao processo de produção do espaço informal de moradia nas cidades, percebido através de uma concepção específica do controle e uso do espaço, da ética construtiva e de relações jurídicas e de mercado adaptadas à informalidade, ao vazio Estatal e à precariedade econômica e estrutural. Neste capítulo apresentaremos, também, os objetivos específicos, a metodologia e os três casos estudados no desenvolvimento do trabalho.

No Capítulo II trataremos da relação entre favela e cidade formal, enfocando a questão das fronteiras, limites e interferências mútuas, sejam elas físicas, econômicas ou simbólicas. Buscamos compreender como a favela se articula no espaço da cidade, como ela é percebida e como percebe a cidade formal ao seu redor e também como esta última reage ao crescimento e difusão de áreas informais, sobre às quais pesam o estigma e o preconceito associado à sujeira, desordem, violência, promiscuidade e pobreza.

No Capítulo III analisaremos os processos de produção deste espaço informal através das táticas de resistência e sobrevivência na cidade que permitiram a elaboração de um espaço adaptado à informalidade e a alteração da inserção desta população no espaço da cidade. Buscaremos compreender, igualmente, o processo de consolidação destas práticas que contribuiu para a formação de modos de agir e de uma ética construtiva específica, pautada no respeito à antiguidade, na lógica da necessidade, no gesto suave e contínuo e na garantia da funcionalidade básica existente como padrões de controle e produção do espaço construído.

No Capítulo IV nos debruçaremos sobre a vida cotidiana nas favelas e sobre como a convivência e partilha do espaço com a violência estruturada no território exige táticas de adaptação buscando minimizar seus impactos nas rotinas diárias. Analisaremos, em seguida, a difusão do ideal de "comunidade", frente à cidade formal que deposita sobre esta população estigmas e preconceitos, na busca por um espaço apropriado e de proteção, que promove a busca por benefícios legitimados no ideal comum e que "justifica" desvios nos padrões de regulação formais, mas, que ao mesmo tempo, reforça simbolicamente o distanciamento e a segregação. Buscaremos, igualmente, compreender o processo de elaboração de estruturas alternativas jurídicas e de mercado, percebendo como elas se organizam através do vazio estatal e da necessidade de elaboração de regras adaptadas à informalidade e segundo

critérios específicos. E, por fim tentaremos compreender como todos estes fatores associados se organizam para compor o espaço social da favela e alterar a condição de “desencaixe” típica da modernidade, baseada na confiança depositada em sistemas peritos e fichas simbólicas e, principalmente, de como este processo culmina na elaboração de práticas consolidadas a ponto de se organizar dialeticamente como um sistema classificatório, que, ao mesmo tempo, orienta a reprodução de tais práticas e permite a sua compreensão como justas e desejáveis.

No Capítulo V estudaremos as intervenções estatais que foram elaboradas, efetivamente construídas ou em fase de projeto, para os três exemplos analisados, buscando perceber as transformações ocorridas no espaço e nas práticas cotidianas, e, ao mesmo tempo, como esta materialidade distinta foi adaptada e transformada para se adequar a um espaço construído segundo uma representação e consolidado em uma prática e uma vivência distintas.

CAPÍTULO - I - ASPECTOS HISTÓRICOS

1. UM LUGAR PARA MORAR

A crise da moradia, que se agravou no final do século XIX no Rio de Janeiro, com a chegada de grande número de migrantes pobres, nacionais e estrangeiros², deixou para muitos despossuídos, como única alternativa habitacional, a construção de casebres nos morros ou mesmo fora da cidade (ABREU; VAZ, 1991).

Neste período, a presença destes casebres se torna comum, e a ocupação atinge diversos morros, porém de forma esparsa. Já na segunda metade do século XIX alguns trabalhos sinalizavam a existência destas moradias: “[...] há uma parte de nossa população pobre, que, fugindo do centro da cidade (velha) onde as casas são mais caras vai habitar os arrabaldes ou mesmo as montanhas situadas no coração da cidade” (COSTA, 1865)³. Ainda que não se tratasse de favelas, pois estas suporiam, além da pobreza, a presença de características de adensamento, ilegalidade, insalubridade, desordem, autoconstrução e falta de serviços e infraestrutura urbana, “há certamente uma estreita relação entre os primeiros casebres esparsos e os grupamentos que logo se tornariam marcantes na cidade” (VAZ, 1988, p.48).

Embora este padrão habitacional também já se fizesse presente na virada do século XIX para o XX, nas cidades de Salvador, Recife e Belo Horizonte, a favela “nasce” com a marca da cidade do Rio de Janeiro, e com o nome derivado de um arbusto, típico da região de Canudos, de onde retornavam os combatentes que se instalaram no Morro da Providência, definindo o evento simbólico que marca sua presença na cidade, descrito em diversos trabalhos (ABREU, 1994, PERLMANN, 2002; VALLADARES, 2005; PASTERNAK, 2008a, ZALUAR; ALVITO, 2006). Ainda que as versões tenham divergências, elas apresentam, como ponto em comum, o retorno dos ex-combatentes ao término da guerra em 1897, que, não tendo onde morar, erguem seus barracos e acampam no morro, que se situava próximo ao Ministério da Guerra, aguardando uma definição sobre sua situação no exército. Na falta de uma posição definitiva, ali ficaram.

Ainda que esta não tenha sido a primeira vez que o problema de alojamento de soldados provocava ocupações provisórias nas encostas da cidade, visto que Abreu (1994) identifica um fenômeno semelhante no Morro de Santo Antônio, ocorrido após a Revolta da Armada⁴, o evento marca o surgimento da favela, associada à imagem de uma instalação temporária,

² *A população da cidade passa de 235.381hab. Em 1870 para 518.292hab. em 1890, sem que a produção de moradias acompanhe este ritmo (ABREU; VAZ, 1991).*

³ *Apud Vaz,1988.*

⁴ *Após a revolta, ocorrida entre 1893 e 1894, por falta de acomodações suficientes no Convento de Santo Antônio, o exército autorizou a construção de barracões improvisados nas encostas do morro de mesmo nome (ABREU, 1994).*

como algo que não veio para ficar e como ocupação que aguarda uma ação da cidade.

Ainda que em meados do século XIX já não fossem raros os barracos nas encostas dos morros cariocas, e, que segundo Vaz (1985) estes já ocupassem até mesmo o próprio morro da Providência, oriundos da demolição do Cabeça-de-Porco, que se situava num dos acessos do morro, estes casebres eram pouco numerosos e se configuravam como ocupações dispersas.

Em 1881 um relatório sobre o estado dos cortiços demonstra que já existiam preocupações sobre a quantidade e a aglomeração destes casebres nas encostas⁵ e sobre seu estado de insalubridade, porém estas questões ainda eram secundárias e não despertavam a atenção da cidade. Assim, será apenas após 1890, quando o combate às habitações insalubres e cortiços se intensifica, eliminando as poucas possibilidades de habitação das camadas pobres, é que este padrão de moradia se difunde, e os casebres passam a se multiplicar e se aglomerar, que a favela se constitui como um problema urbano.

Deste modo, para tratarmos a questão da favela em sua origem, teremos que recuar mais alguns anos na história, quando o desejo, das classes dominantes, de modernização e embelezamento da cidade aliado à pressão higienista contra as habitações populares e insalubres surgidas no processo de urbanização e industrialização, vão transformar a tal ponto as possibilidades habitacionais dos estratos pobres urbanos que estes se viram obrigados a buscar novas alternativas habitacionais.

A. A posse da terra

Até 1822, o regime jurídico de propriedades de terras era a sesmaria, uma concessão de domínio gratuita, condicionada ao desbravamento e uso da terra⁶, entretanto, com a vastidão de terras disponíveis, demarcadas com limites imprecisos e devido à burocracia e morosidade envolvida no processo determinou que a ocupação pura e simples do território acontecesse nas brechas do sistema sesmarial, baseada, entretanto, no mesmo fundamento de domínio: a ocupação efetiva. Desde então, este padrão dual de ordens em permanente tensão define os termos do desenvolvimento urbano no Brasil⁷ (ROLNIK, 1997). Essas 'soluções' alternativas, sejam as conquistadas pelas populações pobres, ou mesmo as oferecidas pelo mercado clandestino, mantiveram-se "como alternativa habitacional paralela aos circuitos do mercado formal, até os dias atuais" (GORDILHO-SOUZA, 2001, p.67).

⁵ *Relatório da Secretaria de Polícia da Corte referindo-se ao morro do Trapicheiro na Tijuca: "[...] no morro existem 5 casebres contíguos e 8 mais acima, onde mal penetra ar e luz através de uma abertura estreita e baixa que lhes serve de entrada. Devem ser arrasados". (AGCRJ apud ABREU; VAZ, 1991).*

⁶ *Era previsto o pagamento de um dízimo da produção obtida à Ordem de Cristo e as terras improdutivas deveriam ser devolvidas.*

⁷ *"A coexistência de uma legalidade inscrita na lei (lei-dos-livros) e uma legitimidade inscrita na prática social (lei-em-ação), estabelecida desde o período colonial, e a natureza complementar da livre ocupação e do sistema sesmarial, constituem aspectos fundamentais da lei de propriedade urbana no Brasil" (ROLNIK, 1997, p.22).*

A promulgação, em 1850, da Lei de Terras, que determina que a única forma legal de posse da terra passa a ser a sua compra, devidamente registrada, marca um corte fundamental na forma de apropriação da terra no país, que se desvincula da condição de efetiva ocupação e adquire o pleno estatuto de mercadoria (ROLNIK, 1997). Ao se tornar cativa do capital a terra se torna acessível apenas a uma parte da sociedade, substituindo, ao longo do século XIX, o escravo na composição da riqueza⁸, segundo a mesma dinâmica de acumulação do capital e de valorização regido pelas leis de mercado. Desta forma, nas décadas que se seguiram, um aparato legal urbano e fundiário se desenvolveu, com a finalidade de estruturar um sistema de proteção em torno da propriedade, assegurando o caráter preponderante de mercadoria e fornecendo as bases para o início do mercado imobiliário fundado em relações capitalistas. E, com este, lançam-se também as condições para a exclusão territorial (BALDEZ, 1986; MARICATO, 1995).

Além da nova relação econômica urbana, esta nova condição deu espaço ao surgimento da figura do arruamento e da definição de limites precisos⁹ à propriedade, afetando radicalmente a forma da cidade: "a irregularidade do tecido colonial representou a posse do chão no momento da edificação, sem desenho, previsibilidade e demarcação prévios do lote e da rua¹⁰" (ROLNIK, 1997, p.25).

B. Higienismo e modernização

No final do século XIX, na transição do trabalho escravo para o assalariado, a ausência de um serviço de transporte público mantinha as funções concentradas no núcleo urbano e os trabalhadores que chegavam à cidade "à procura de meios de sobrevivência, buscavam a área central, onde se concentravam moradia e trabalho e fervilhava a vida urbana" (VAZ, 1994, p.582). Esta concentração desencadeou uma forte e crescente crise habitacional, no seio da qual se multiplicavam as alternativas, possíveis, de moradia para esta população: as habitações coletivas (VAZ, 1994). As condições deste precário padrão habitacional, agravadas pela concentração populacional e saneamento deficiente formaram um terreno propício para a evolução e propagação das epidemias surgidas no final do século XIX.

Tratava-se, com efeito, de uma questão nacional. O problema de insalubridade do Rio não se restringia à queda da produtividade do trabalho urbano ou ao comprometimento da imagem da cidade; ele também solapava a política imigratória e

⁸ Não é por coincidência que a Lei de Terras é promulgada apenas duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós determinar o fim do tráfico de escravos. A terra não tinha importância econômica sem os escravos, e era inacessível a estes por sua condição de cativo. Ao afastar a possibilidade de trabalhadores sem recursos tornarem-se proprietários, a Lei das Terras garantia a sujeição do trabalhador "livre" aos postos de trabalho, antes ocupados por escravos (MARICATO 1995; MARTINS 1979; BALDEZ 1986).

⁹ A exatidão dos limites está vinculada ao valor financeiro atribuído a terra, quando esta se torna mercadoria, mas também à necessidade de registro oficial, enquanto propriedade definitivamente privada (ROLNIK, 1997).

¹⁰ Em 1831 a Câmara de São Paulo já condicionava a concessão de novos lotes à elaboração de um plano de arruamento.

reduzia o fluxo de capitais para o país (ABREU, 1994, p.35).

A cidade, solapada por frequentes epidemias, com um núcleo que ainda guardava características coloniais, “com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços” (ABREU, 1987, p.60), não condizia com a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional. Ainda que os cortiços constituíssem uma grande atividade rentista e o rápido crescimento populacional aumentasse o poder de barganha dos corticeiros, a situação extrema e a pressão constante na imprensa carioca do final do século XIX fizeram o poder público reagir, tomando carona nas posturas higienistas adotadas na Europa.

Decidida a eliminar os 'miasmas', que a seu ver eram os responsáveis pela insalubridade da cidade, a Inspeção de Higiene Pública encetou, nas últimas décadas do século XIX, uma batalha implacável contra as habitações coletivas, que eram conhecidas como estalagens ou cortiços (ABREU, 1994, p.36).

Entretanto, diferentemente do ocorrido na Europa, onde as condições foram muito mais severas, e a regulamentação de uso do solo e controle sanitário ocorreram somente após o surgimento das grandes cidades industriais, acompanhadas de grande polêmica, por aqui, a atuação higienista foi concomitante à deterioração das condições habitacionais e sanitárias, e se realizou sem uma discussão mais ampla a respeito do processo. A urgência higienista se apoiava em epidemias alarmantes e na “consagração” de tal política por sua adoção na Europa: “é necessário intervir, criar uma legislação restritiva, romper com as posturas liberais e com a privacidade do domicílio. Deve-se 'providenciar rapidamente'” (BONDUKI, 2004, p.26).

A deterioração das condições de vida na cidade, provocada pelo afluxo de trabalhadores mal remunerados ou desempregados, pela falta de habitações populares e pela expansão descontrolada da malha urbana obrigou o poder público a intervir para tentar controlar a produção e o consumo das habitações (BONDUKI, 2004, p.27).

Considerado como o *locus* da pobreza urbana no século XIX e abrigando a chamada “classe perigosa”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, era não apenas um lugar propício às epidemias, mas se constituía como uma ameaça à ordem social e moral. “Percebido como propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades” (VALLADARES, 2005, p.24).

Sucediam-se as denúncias de médicos higienistas, relatórios de engenheiros sanitaristas, pareceres de comissões de notáveis e editoriais da imprensa, apontando, por um lado, para as péssimas condições físicas das moradias (insalubridade, má distribuição dos espaços internos, falta de iluminação e ventilação, insuficiência e deficiência de instalações sanitárias) e conseqüente degradação da saúde da população moradora nessas condições e, por outro lado, para a superlotação, a promiscuidade e a depravação moral que as acompanhava (VAZ, 1994, p.584).

A resposta do poder público se deu inicialmente através da Câmara Municipal, que, reagindo às pressões dos órgãos de higiene, promulgou posturas severas de combate aos cortiços, porém, representando os interesses comerciais da parcela da população que explorava esta atividade, fazia vistas grossas quanto ao seu cumprimento. Apenas após 1890, quando em dois anos a população dos cortiços praticamente dobrou, atingindo a casa de 100mil habitantes, fruto do novo afluxo gerado com a abolição da escravatura, o Estado passou a atuar com uma intervenção mais direta, fechando e demolindo cortiços (ABREU, 1994). Paralelamente, um incipiente setor imobiliário introduzia um novo padrão de habitação, porém desta vez inacessível à população que ocupava o padrão anterior. A nova moradia, para se adequar às novas condições de higiene, deveria ser ampla, iluminada e arejada, possuir um número moderado de ocupantes, os quais passíveis de maior controle, com poucos elementos de uso coletivo. Estas exigências certamente elevaram a qualidade das moradias tanto em questões de ordem higiênica quanto de características espaciais e construtivas, entretanto tornavam o custo do novo padrão habitacional muito elevado e incompatível para o consumo das classes trabalhadoras. A exclusão social que acompanhou este processo afastou os grupos de menores rendimentos dos benefícios da modernização (VAZ, 1994). Com isto, solucionava-se o problema da cidade, mas não o de seus moradores.

As novas habitações coletivas [...] se difundiram nas novas áreas de expansão. Mas a higiene e o moderno tinham seu preço: os moradores de cortiços não podiam pagar os novos e altos aluguéis, inclusive o das casas subsidiadas. Excluía-se dos benefícios da modernização os seus destinatários específicos. Iniciava-se o processo de melhoramento das moradias com substituição dos seus moradores (VAZ, 1994, p.585).

O fato das ações terem sido elaboradas com o quadro de afluxo de trabalhadores¹¹, e consequente deterioração das condições de habitat, ainda em andamento, pode ter impedido que se tivesse uma real dimensão do problema, ou do volume de pessoas e habitações influenciadas pela postura. Estariam, portanto, subestimados os efeitos colaterais do deslocamento das populações afetadas, ou mesmo encoberta a, hoje evidente, necessidade de uma política habitacional capaz de gerir este afluxo populacional. Mas ao contrário do que podemos numa primeira análise acreditar, estas intervenções não foram executadas de forma inteiramente inadvertida, e já em 1930 encontramos:

É inútil tratar de suprimir as favelas antes de ter edificado habitações adequadas para agasalhar os infelizes que as povoam e que, se fossem simplesmente expulsos, se instalariam alhures nas mesmas condições (PREFEITURA DO DF, 1930 apud ABREU; VAZ, 1991, p.490).

A legislação tornou-se um instrumento eficaz de controle urbano, proibia a abertura de novos

¹¹ Segundo Abreu e Vaz (1991, p.484), apesar da pouca confiabilidade dos dados disponíveis, a coerência entre eles nos permite acreditar que este padrão de habitação coletiva estava em franco crescimento nos centros urbanos, saltando de 9,65% da população em 1869, para 11,72% em 1888, segundo as estatísticas higienistas, atingindo 20% em 1891, segundo estimativas higienistas, ou 25% em 1890 segundo estudos posteriores.

cortiços, restringia a permanência dos existentes, articulando, ao mesmo tempo, um controle sanitário, urbanístico e de circulação. Entretanto, “com a melhoria das condições de salubridade e o desaparecimento gradual dos cortiços do cenário urbano, a preocupação com a habitação popular arrefeceu” (VAZ, 1994, p.586), entretanto, a crise da habitação não apenas não foi atenuada, como se acentuou significativamente com as reformas, em consequência da erradicação dos cortiços. O aumento da pressão sobre os estratos de menor renda rompeu o frágil equilíbrio que permitia a partilha do espaço urbano, e acabou por produzir táticas de permanência que transformaram profundamente a questão habitacional, deslocando o eixo da questão habitacional da forma para o espaço da habitação, a habitação popular deixava de ser vista como uma construção entre outras e se tornava uma área específica para sua concentração (VAZ, 1994), se estabelece desta forma uma acentuação da segregação espacial urbana, que empurra para a periferia ou para as regiões que passaram a ser vistas como o habitat da habitação popular e do não atendimento às normas urbanas.

Morar em favelas era talvez a única forma de inserção espacial dos novos moradores à cidade moderna. Era lá que os excluídos da economia e da sociedade moderna podiam construir um casebre, mesmo que frágil; era lá que se encontravam os migrantes e que se formavam uma vizinhança; era lá que redes sociais promoviam a inserção social dos excluídos, mesmo sendo de forma marginal. E esta marginalidade social e espacial viria, paradoxalmente, a se tornar uma das marcas registradas da modernidade carioca (VAZ; JACQUES, 2003, p.2).

O subúrbio carioca se apresentava no primeiro momento como uma opção para a absorção deste contingente de deslocados, por ser uma opção relativamente barata, que embora significasse um aumento dos custos de transportes, apresentava ampla liberdade construtiva, que foi, entretanto, extinta pela reforma Passos em 1903. “O fim da liberdade de construção criou uma situação paradoxal, já que inviabilizava o subúrbio como local de moradia para grande número daqueles que eram despejados do centro ou que acorriam à cidade” (ABREU; VAZ, 1991, p.488). As restrições encareceram e dificultaram a construção, ou mesmo a autoconstrução, na periferia, de modo que, somadas aos custos de transporte, tornavam escassas as chances das áreas periféricas serem utilizadas como alternativa de abrigo para a população deslocada dos centros. A favela despontava então como possibilidade, principalmente para aqueles com maior dependência da centralidade.

Expulsos do centro e impedidos de se assentar até nos locais mais distantes e mais econômicos, os pobres encontraram outra opção na ocupação de morros vazios nas proximidades do centro. A autoconstrução com materiais precários sobre terrenos de propriedade incerta se difundiu rapidamente e a favela começou a se fazer notar na paisagem da cidade (VAZ, 1994, p.588).

Os porões, sótãos, jiraus, casebres, estalagens e casas-de-cômodos permitiam, até então, que a moradia da população pobre permanecesse dispersa nas cidades, em meio às habitações de maior renda. A parca regulamentação anterior à reforma urbana higienista deixava, desta forma, algumas brechas de coexistência que as sucessivas ações de saneamento,

modernização e embelezamento foram extinguindo em prol de um modelo de cidade moderna, “um excesso de zelo conduz, paradoxalmente, a uma total ausência de regras” (PASTERNAK, 2008a, p.76).

Expulsa de suas residências, a população tinha que resolver rapidamente o problema de moradia. Para alguns, mais abonados, a saída para os subúrbios foi a solução. Para muitos outros, entretanto, que não podiam arcar com os gastos de transporte, a permanência no centro, ou em suas proximidades, tornou-se ainda mais fundamental. (ABREU, 1994, p.37).

Ao atrair grande quantidade de força de trabalho sem oferecer condições viáveis para seu estabelecimento na cidade, a Reforma Passos logrou produzir a sua própria negação: “a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela” (ABREU; VAZ, 1991, p.488).

Paralelamente, Abreu e Vaz (1991) e Vaz (1994) demonstram que a maioria dos pobres do Rio antigo não ocupava habitações tradicionais, as quais não poderiam pagar, mas tampouco habitações coletivas, que nas estatísticas mais favoráveis chegaram a abrigar no máximo 25% da população. Estes se alojavam em seus próprios locais de trabalho, solução recorrente no período anterior à Revolução Industrial. “A tradicional unidade trabalho/moradia ainda não havia sido totalmente rompida pela modernização” (VAZ, 1994, p.588). A favela foi, para estes, mais do que uma simples reação a um aumento na tensão segregativa dos centros urbanos. Com ela surge a possibilidade de se ocupar uma moradia, de ter um abrigo exclusivamente residencial, que embora não estivesse totalmente de acordo com o padrão das moradias da cidade e se situasse sobre um terreno de propriedade questionável, poderia ser entendido como seu.

Com o estabelecimento deste novo habitat a situação muda de parâmetros, a capacidade de absorção de novos moradores, por inchaço e densificação, permitiu levas e levas de migrantes, das áreas rurais, das cidades do interior, dos estados do Nordeste (no caso carioca) e também de outras favelas, localizadas em áreas menos privilegiadas. Permite a formação de núcleos organizados por afinidade e parentesco, que funcionavam como receptores de outros migrantes do mesmo local de origem. A garantia de uma estadia provisória, de espaço para construir uma casa e de redes sociais bem estruturadas, para facilitar a busca por trabalho, exerceram certamente grande influência na intensificação da migração ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970.

A descrição do processo de formação, através das pressões exercidas sobre as habitações de baixa renda, pretende descrever a favela como o produto de condições socioeconômicas e políticas urbanas, que se desenvolveram ao longo de décadas, que culminaram com a necessidade de uma reação silenciosa e tática, capaz de explorar as brechas de um sistema

segregador para garantir as condições mínimas de sobrevivência de uma população fragilizada, para a qual não se previu o espaço de habitação na estrutura urbana, e que, abdicou do espaço eventualmente acessível a ela, na periferia distante e desservida, para se manter, através de um movimento de forte resistência, e, muitas vezes sob condições mais precárias, diretamente associada à centralidade urbana.

Entretanto, ao marcar sua origem por um evento específico poderíamos dar a impressão de uma relação causal limitada e restrita. Ainda que o fenômeno tenha eclodido sob determinadas condições externas, a pressão higienista exercida sobre os cortiços não pode ser considerada como a única responsável pelo processo de segregação e periferização da pobreza urbana.

O fenômeno é o resultado de uma combinação de fatores: o empobrecimento crescente dos estratos baixos e da classe trabalhadora em geral; a expulsão das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado do aluguel; a crescente especulação imobiliária (VALLADARES, 1991, p.103).

Deste modo, as habitações coletivas estariam, de qualquer forma, sujeitas a outras formas de pressão, advindas de outros movimentos, como a especulação imobiliária ou projetos de urbanização - com a conseqüente gentrificação que acompanha tais movimentos. Em um processo semelhante ao sofrido pelas poucas habitações coletivas que resistiram à reforma sanitária e a legislação higienista: "não sobreviveram ao ataque de duas novas forças: a renovação urbana e a valorização imobiliária" (VAZ, 1994, p.585).

Ainda que a difusão do habitat informal tenha se dado como reação a uma conjuntura extrema, se articulando como um movimento de resistência, Bonduki (2004) afirma que ela não deve ser entendida como uma ação unilateral, que tenha se desenvolvido sem alguma espécie de 'aceitação' ou 'permissividade' pelo setor público. Para isso expõe o exemplo paulista, no qual a favela, como alternativa de autoempreendimento da moradia, cedeu lugar aos loteamentos de periferia, "pois foram fortemente estigmatizadas e combatidas numa cidade que se orgulhava de seu progresso" (p.270).

A omissão do poder público na expansão dos loteamentos clandestinos fazia parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática, como um modo de viabilizar uma solução habitacional 'popular', barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietários (BONDUKI, 2004, p.288).

Portanto, não seria apenas uma questão de falta de vontade política para conter o processo, a permissividade iria, de certa forma, até onde se pudesse obter algum benefício com ela, mas certamente esbarraria em forte resistência caso esta pudesse afetar os interesses econômicos, a segurança, a imagem da cidade que se deseja transmitir ou mesmo a capacidade de controle

sobre os mecanismos de produção do espaço da cidade.

Reformismo incompleto

As reformas higienistas e urbanas que atingiram as grandes cidades brasileiras no século XIX se fizeram na esteira do movimento que se organizava na Europa. Ali, entretanto, a ação reformadora, que buscava a difusão da casa salubre nos subúrbios, se desenvolveu paralelamente à regulação do emprego. Os “problemas urbanos” identificados ultrapassaram a questão da habitabilidade das moradias, e se debruçaram também sobre a “intermitência” do salário, entendida como uma questão central do problema urbano que precisava desaparecer. Desta forma, a reforma pela moradia popular salubre foi acompanhada de um projeto de formalização do emprego e de um sistema de assistência estatal. Este projeto buscou substituir a organização de assistência mútua, estabelecida pelos sindicatos através do seguro-desemprego¹², aumentando o controle sobre o trabalho assalariado e eliminando a condição de precariedade identificada pelos trabalhos temporários e bicos, ainda que para isto fosse necessário “transformar os trabalhadores intermitentes, seja em assalariados regulares, seja em desempregados completos” (TOPALOV, 1996, p.25).

Entretanto, tanto aqui como lá, as políticas reformistas tem sua origem em um projeto educativo dos trabalhadores urbanos, e não em exigências destes (TOPALOV, 1996), que, pelo contrário, buscavam permanecer no bairro original, onde encontravam trabalho (principalmente os precários) e as redes de solidariedade. Os bairros operários, organizados em torno do compartilhamento de valores comuns e práticas coletivas significava uma forma de “apropriação” da cidade pelas classes trabalhadoras, apesar das condições precárias de habitabilidade, um mecanismo de resistência ao processo de subordinação ao capital (VIDAL, 1999a; RIBEIRO; JUNIOR, 2005). Adicionalmente, a casa restrita se apresentava como uma forma de reduzir gastos, e, como grande parte das atividades cotidianas era exercida em locais públicos, não identificavam a necessidade de transformação das moradias (TOPALOV, 1996).

Nas sociedades onde se logrou difundir a regulação do emprego e o Estado do bem-estar social a regulação do trabalho permitiu a inclusão das classes de menor renda no mercado de moradias normatizadas, entretanto, o papel das redes de solidariedade foi enfraquecido, sendo parcialmente assumido pelo sistema público de solidariedade, organizado em torno do trabalho assalariado¹³ (RIBEIRO; JUNIOR, 2005). Por outro lado, nas áreas de industrialização periférica, como no Brasil, onde as reformas urbanas se elaboraram desvinculadas da

¹² *Cabe ressaltar que na modalidade elaborada pelos sindicatos, a assistência estaria vinculada a associação a estes, logo, fortalecia o instrumento de classe e garantia ao trabalhador a exigência de condições mínimas de rendimento aos empregadores. Por outro lado, a versão estatal cessaria os rendimentos caso o trabalhador não aceitasse o emprego que lhe fora disponibilizado.*

¹³ *Este processo de substituição se fez com o apoio das transformações urbanas, que, em nome dos objetivos higienistas e racionalizadores, desestruturaram socialmente o habitat operário, facilitando a dissolução das formas coletivas de solidariedade (TOPALOV, 1996; RIBEIRO; JUNIOR, 2005).*

regulação do trabalho, que permanece muitas vezes precário e “intermitente”. A reforma urbanística tentou eliminar a precariedade do habitat dos pobres urbanos, porém sem fornecer as condições para que fossem assimilados pelo mercado, formalizado e regulado, sua sobrevivência na cidade só poderia ser feita através da exploração de novas brechas, capazes de re-equalizar precariedade econômica e habitat.

C. Relação favela x cidade formal: a consolidação do problema

O fenômeno da favela, embora tenha sua origem ligada a uma força de “repulsão”, gerada no fluxo dos movimentos organizados em busca da produção de uma cidade moderna, que correspondesse à imagem de “um cenário limpo e ordenado” que convinha à respeitabilidade burguesa (ROLNIK, 1997, p.37), possui uma relação ambígua e complexa com a cidade, experimentando momentos de maior ou menor aproximação, de acordo com a conjuntura existente e as forças e interesses atuantes em cada período histórico.

Da necessidade de liberar a cidade da imagem da pobreza urbana, que culminou por concentrar esta população nos morros circundantes, à conexão utilitária de fornecimento de mão-de-obra para a produção da cidade central e luminosa¹⁴, da qual ocupariam as coxias; ou mesmo através do reconhecimento destes grupos como sujeito político, com reivindicações marcadas pela partilha da situação habitacional precária; perceberemos uma articulação que oscila entre a inserção e a segregação, através de uma forma de integração em desequilíbrio, na qual a coexistência e vizinhança são marcadas pelo estigma e pelo evitamento mútuo.

Inicialmente, devido ao completo desconhecimento do problema e segundo um tratamento oficial que considerava as ocupações informais “como se não existissem”, visto que eram uma realidade urbana provisória, que deveria desaparecer “naturalmente”, não encontraremos, nos meios oficiais, uma preocupação significativa no sentido de entender ou mesurar o fenômeno.

Apesar de sua longa permanência na cidade, até 1948 a favela não é reconhecida de jure, ainda que exista de facto. Consequentemente ela está ausente de mapas¹⁵ relatórios e documentos oficiais (exceção feita ao Plano Agache), que insistem em negar sua existência, talvez na esperança de que ela desapareça por obra e arte do acaso (ABREU; VAZ, 1991, p.481)¹⁶.

Entretanto, como esta, ao invés de desaparecer, insistia em sobreviver e se reproduzir no

¹⁴ Conforme termo de Milton Santos : “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p.264).

¹⁵ Apesar dos avanços percebidos quando ao reconhecimento destas áreas como espaços urbanos de moradia, ainda hoje sua inserção nas informações oficiais é inconsistente, não constando apropriadamente nos mapas, que apresentam, quando muito uma menção ao nome da localidade.

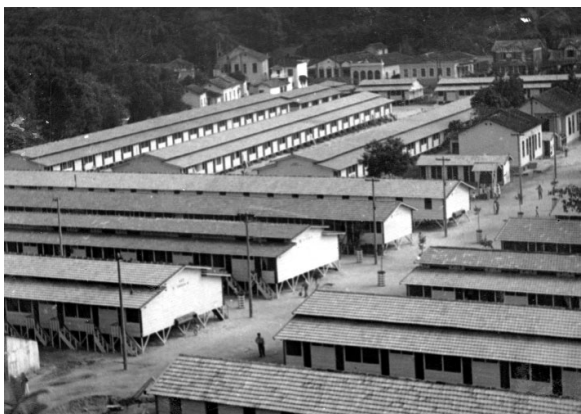
¹⁶ Em 1948 é realizado pela Prefeitura do Distrito Federal, o primeiro censo de favelas, que identifica que 7% da população carioca residia em favelas (LEITÃO, 2009).

espaço urbano, veremos se desenvolver uma reação marcada pelo descontentamento frente ao incômodo que à imagem da pobreza provocava ao macular o sonho moderno de cidade.

Deste modo, em 1930, o Plano Agache já propunha, de forma um tanto ambígua¹⁷, interditar a expansão das favelas e ao mesmo tempo a sua substituição por novos alojamentos, de acordo com as normas de salubridade (VALLADARES, 2005). Influenciado pelo plano de 1930, o Código de Obras de 1937 vai proibir¹⁸ a formação ou a ampliação de favelas, com uma ação ainda mais rígida para os casos de exploração comercial destas, inaugurando juridicamente um novo período, no qual se imporia “a necessidade de administrar a favela e seus habitantes” (VALLADARES, 2005, p.53), e com ela a preocupação de conhecer para melhor administrar e controlar. Ainda que a partir deste momento se inscrevam na agenda de políticas públicas, permanecem sendo consideradas como uma “aberração”, e deste modo, não constam nos mapas oficiais da cidade (BURGOS, 2006).

As propostas de “readaptação” e controle assistencial

Por se diferenciarem da estrutura urbana tradicional e por abrigarem camadas de baixa renda, expondo as mazelas dos setores precários da sociedade, as favelas passam a sofrer uma



*Figura 1 - Parque proletário da Gávea.
Fonte: Acervo AGCRJ*

personificação do Outro, e as imagens da desordem, precariedade, violência, crime e sujeira vão se agregando para produzir o estigma do favelado, um conjunto de relações sociais depreciativas, que tornam o indivíduo inabilitado para a aceitação social (GOFFMAN, 2008). Diante desta situação, as possibilidades de coexistência passariam então por uma necessária readaptação desta população ao espaço urbano e a convivência em sociedade.

O problema se formava, não como uma postulação de seus moradores, mas como um incômodo à urbanidade da cidade (BURGOS, 2006), desta forma, entre 1941 e 1943, surgem os três parques proletários do Rio de Janeiro, que, situados na Gávea, no Caju e no Leblon, realojaram cerca de 4 mil pessoas, com a proposta de ser um alojamento temporário de onde os moradores retornariam para suas moradias após se submeterem aos mecanismos de controle e condicionamento, comportamental e moral, desenvolvidos nestes. Durante o período em que os moradores ficariam abrigados nos parques, a proposta original previa que fosse realizada a reurbanização das ocupações originais (VALLA, 1985; LEEDS; LEEDS, 1978).

¹⁷ *Interditar a expansão pressuporia a sua permanência, entretanto, pode definir uma condição temporária, a ser seguida apenas enquanto as novas habitações não fossem concluídas.*

¹⁸ *Aquí, mais uma vez, a ambiguidade permeia o texto oficial sobre as favelas, quando o poder formal proíbe uma ação que, por definição, não se estabelece de acordo com suas normas.*

Afinal, em um contexto dominado pela cidadania regulada, o problema favela não podia ser lido pelo ângulo dos direitos sociais. Pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória (BURGOS, 2006, p.28).

O temporário se tornou permanente, e os moradores permaneceram nos locais até bem mais tarde, quando, longe do rigor do período inicial, acabaram se “transformando” em verdadeiras favelas, ou foram expulsos pela valorização imobiliária dos respectivos bairros, especialmente na Gávea e no Leblon (BURGOS, 2006; VALLADARES, 1978).

Ainda que incorporada em um projeto “recivilizatório” e fruto da política populista do Estado Novo, os Parques Proletários marcam um movimento de reincorporação das populações segregadas, ainda que o estreitamento dos vínculos com as classes populares se fizesse de maneira extremamente autoritária. Com o fim da administração Vargas, os interesses eleitorais se tornam mais fortes (LEEDS; LEEDS, 1978), e o contato mais estreito com o Estado deixou como legado um processo embrionário de organização dos moradores das favelas, inicialmente contra a generalização do programa dos Parques, mas, com a restauração da ordem democrática, buscaram uma pauta de direitos sociais e de melhorias de infraestrutura de suas localidades, levando o grupo a se constituir como um ator político. “O impulso organizativo dos excluídos foi suficiente para despertar nos setores conservadores da cidade o velho temor da sedição” (BURGOS, 2006, p.29), e o temor da “infiltração comunista” (LEEDS; LEEDS, 1978, p.198) levou a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a Prefeitura criarem a Fundação Leão XIII, atendendo ao que instou o SAGMACS: “É necessário subir o morro antes que de lá desçam os comunistas” (1960 apud VALLADARES, 2005, p.76).

Desta forma, em 1947, com o objetivo declarado de assegurar a assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro, é criada a Fundação Leão XIII, que desenvolve uma atuação pela implantação de serviços básicos como luz, água e esgoto além de manter centros sociais nas maiores favelas. Após meados da década de 1950, com a maior politização das favelas, paralelamente a uma maior valorização de seu capital cultural, a igreja e o Estado decidem aprofundar sua intervenção, a primeira com a Cruzada São Sebastião, criada em 1955, e o segundo com a Serfha¹⁹, em 1958. “Em ambos os casos, estão em jogo iniciativas que procuram articular o controle político a uma pauta mínima de direitos sociais referentes a problemas de infraestrutura” (BURGOS, 2006, p.30). Além da melhoria dos serviços básicos a Cruzada se tornou, com o conjunto habitacional São Sebastião no Leblon, a primeira experiência significativa e permanente de alojamento de moradores de favelas na proximidade da área que habitavam originalmente (VALLADARES, 1978; 2005), produzindo

¹⁹ *O Serfha - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações e Habitações Anti-Higiênicas, instituído em 1956, funcionou apoiando iniciativas da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião. Em 1960, no relatório “Aspectos humanos da favela carioca”, publicado no Jornal O Estado de São Paulo, o SAGMACS propõe que seja instituída uma política mais flexível em relação as favelas, citando o Serfha como órgão indicado para implementá-la.*

uma virada na representação política da favela, que passa a constituir um sujeito político potencialmente autônomo rompendo, deste modo, tanto “com uma visão puramente negativa do mal a ser erradicado quanto com a política de assistência caritativa e clientelista do período anterior” (VALLADARES, 2005, p.77).

Após 1960, quando o Distrito Federal se tornou Estado da Guanabara, o Serfha apresentou uma ação mais democrática, estimulando a formação de associações de moradores e buscando “capacitar o morador como tal a ganhar certa independência para tratar com as autoridades estatais em vez de ter de depender de favores de políticos que eram efetivos apenas ocasionalmente, e de forma não sistemática” (LEEDS; LEEDS, 1978, p.212). Arthur Rios²⁰ afirmou que foram efetivamente estes objetivos que determinaram o fim do Serfha.

Apesar do ideal democratizador, o órgão mantinha a tendência a subordinar politicamente os moradores das favelas, com as novas associações obrigadas a manter um compromisso com a Serfha que cedia parte do controle político em troca da promessa de urbanização. Esta situação colocava as lideranças sociais em uma posição ambígua que confundia “sua identidade de representante dos moradores com a de interlocutor do Estado junto aos mesmos” (BURGOS, 2006, p.32). Entretanto, isto não impediu a promoção de avanços na estrutura organizativa, que em 1963 fundou a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara - Fafeg. “Criava-se, assim, por meio de uma identidade baseada tão-somente nas condições de habitação, uma possibilidade de incorporação política dos moradores das favelas à vida da cidade” (BURGOS, 2006, p.33).

O período das remoções

A resposta do Estado para o amadurecimento organizacional das favelas veio, inicialmente, com a reforma da Fundação Leão XII, que em 1963 passou de órgão vinculado à igreja à autarquia do Estado. “A experiência acumulada em favelas pela Leão XII seria de grande valia para que se pudesse exercer uma vigilância mais estreita da vida política das favelas” (BURGOS, 2006, p.33). Esta mudança acarretou uma outra leitura da identidade dos favelados, antes tratados como “irmãos cristãos”, agora a favela se tornava uma “aglomeração irregular de subproletários” e “refúgio para elementos criminosos e marginais” (PERLMANN, 2002, p.125)²¹.

Leitão (2009) descreve a atuação das entidades governamentais, a partir da década de 1960, como divididas em dois grupos, um através de uma abordagem alternativa da questão da moradia popular, com a proposição de processos construtivos não convencionais, se utilizando do trabalho voluntário e tecnologias melhor adaptadas. Neste contexto surgem os trabalhos de estudiosos como Turner e empreendimentos, ainda que pontuais, como a reurbanização de

²⁰ José Arthur Rios, coordenador do Serfha neste período, em entrevista aos Leeds (LEEDS; LEEDS, 1978).

²¹ Citando o relatório oficial “Favelas of Guanabara” publicado, em 1968, pela Fundação Leão XIII.

Brás de Pina, liderada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos em 1969²², o início da intervenção de Alagados em 1973 e mais tarde o Projeto Rio²³, em 1979²⁴. Entretanto, no período, a maior parte das intervenções buscou a resolução da questão através de mecanismos formais de mercado, ou seja um equilíbrio entre oferta e demanda, mesmo que fossem necessários subsídios oficiais. O BNH²⁵, criado em 1964, seria o responsável pela implementação desta política habitacional, gerindo recursos compostos pelo recém-criado FGTS²⁶, pelos aportes em letras imobiliárias e pelos depósitos em caderneta de poupança. Tais recursos seriam utilizados pelas COHABs²⁷ no planejamento, construção e administração de moradias baratas, destinadas a famílias de baixa renda²⁸, e deveriam ser pagos posteriormente, em prestações mensais, pelos compradores das moradias.

O golpe de 1964 criou as condições necessárias à “aventura remocionista”, permitindo ao Estado furar a resistência dos moradores organizados, se utilizando, caso necessário, do recurso a soldados armados (BURGOS, 2006). Desta forma, após o período de flexibilização imediatamente anterior, as décadas de 1960-70 serão marcadas pelas políticas de erradicação de favelas, postas em prática como uma tentativa de “resolver o problema” de maneira definitiva. Este posicionamento marcou as ações do BNH para as favelas até início da década de 1970, como a criação da CHISAM²⁹, que tinha a incumbência de garantir que até 1976 não houvesse mais ninguém vivendo em favelas no Rio de Janeiro. A CHISAM justifica o movimento maciço de remoções pelo argumento de que a “recuperação” humana se seguiria à reabilitação física da paisagem urbana, então desfigurada pelos aglomerados de

²² *O plano urbanístico e habitacional de Brás de Pina foi desenvolvido pela CODESCO – Companhia de Desenvolvidos de Comunidades, que foi criada em 1968, pelo Governador Negrão de Lima, para este fim. A CODESCO contou com a assessoria de Carlos Nelson e do Grupo Quadra Arquitetos, idealizadores da alternativa urbanística que já trabalhavam neste sentido desde 1964 (ABRAHÃO, 2008). A parceria ainda produziu a intervenção, parcialmente executada, no Morro União e o projeto, que ficou no papel, para a favela Mata Machado (BURGOS, 2006).*

²³ *O projeto Rio, Idealizado em 1979, e posto em prática a partir de 1980, buscava o saneamento da Baía de Guanabara e a erradicação das palafitas na Maré (JUNG, 2007).*

²⁴ *Cabe destacar a ascensão política do MDB no período, que em 1974 assume 16 das 22 cadeiras do senado, entre elas a totalidade das vagas disputadas por estados do Sul e Sudeste, e obtém igualmente forte avanço na Câmara.*

²⁵ *Banco Nacional da Habitação. Criado com a missão de promover a construção e a aquisição da casa própria, principalmente pelas classes de menor renda, assume, em 1967, a gestão dos recursos da poupança e do FGTS, se tornando uma potência financeira capaz de canalizar grandes somas de recursos para a construção civil, dinamizando fortemente o setor (BOLAFFI, 1982). Após o retraimento do sistema de financiamento público, e motivado por uma crescente inadimplência e por altos subsídios determinados pela inflação, foi extinto em 1986 (GORDILHO-SOUZA, 2001).*

²⁶ *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Contribuição compulsória vinculada aos trabalhadores do mercado formal, criado em 1966, em substituição à estabilidade do emprego, que era conquistada após 10 anos de serviço no mesmo estabelecimento.*

²⁷ *Companhias de Habitação Popular.*

²⁸ *As famílias beneficiadas deveriam receber entre 3 e 5 salários mínimos para as habitações produzidas através das COHABs locais e de até 12 SM para aquelas geridas pelos INOCOOPS e produzidas por empreiteiras (GORDILHO-SOUZA, 2001).*

²⁹ *Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, órgão ligado ao BNH, criado em 1968, visando coordenar o programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro (VALLADARES, 1978).*

submoradias, através da substituição dos barracos por construções dignas, obras públicas e parques (PERLMANN, 2002).

No Rio de Janeiro, entre 1962 e 1974, as remoções atingiram 80 favelas, atingindo diretamente uma população de 139.218 moradores (VALLADARES, 1978). A localização privilegiada, da maioria dos barracos atingidos, demonstra a intenção de desobstruir estas áreas para a construção civil e sua destinação a projetos imobiliários de alto padrão (DENALDI, 2003), que se tornavam ainda mais valorizados com a requalificação. Por trás do projeto urbano, o procedimento reedita, de certo modo, a política higienista e modernizante que removeu os cortiços, liberando espaços em áreas centrais para uma indústria de construção civil nascente e igualmente respaldada por incentivos oficiais. Assim, da mesma forma como feito no início do século XX, se propaga a falsa noção de que o problema poderia ser solucionado com o enquadramento desta população ao sistema formal, sem a preocupação de fornecer as condições econômicas e sociais para isto, na falta das quais, a flexibilidade do espaço informal, essencial para a sobrevivência em um universo de “intermitência” de rendimentos, contraposta a rigidez estrutural prevista só faria o problema, mais uma vez, aflorar em outro lugar, de outra forma.

Como o projeto reformista brasileiro se limitou a ações de ordenação urbana, não definindo, seja nas ações do século XIX ou nas das décadas de 1960-70, o local dos pobres urbanos através da regulação do trabalho ou de políticas habitacionais consistentes para as classes de menor (ou nenhum) rendimento, relegando a estes as brechas informais ou espaços periféricos distantes e desservidos, o movimento de resistência se confunde com a luta pela sobrevivência na cidade.

Contrapor este forte movimento de “limpeza” só foi possível mais tarde, com a redemocratização e o poder popular, cristalizado na sua inclusão como eleitor e como consumidor.

Coexistência e controle

A partir da década de 1980, o processo de abertura política vai promover um maior comprometimento com as questões sociais emergentes, de modo que perceberemos já no início da década, o aparecimento de algumas iniciativas municipais comprometidas com políticas habitacionais mais inclusivas e projetos de reurbanização de favelas³⁰, como as promovidas em Diadema³¹, Santo André, São Paulo, Belo Horizonte e Recife³², dando início a

³⁰ *Os projetos pioneiros da década de 1980, desenvolvidos pelos governos municipais, priorizaram a execução de obras de saneamento, tentando promover a melhora gradativa das condições de habitação (DENALDI, 2003).*

³¹ *Programa Municipal de Urbanização de Favelas, que no período entre 1983 a 1988 realizou a urbanização de 80 favelas, desenvolvendo programas de regularização fundiária em 51 destas (ALMEIDA; ABIKO, 1994).*

³² *Em 1983, foi instituído, em Belo Horizonte, o PROFAVELA (Programa Municipal de Regularização de Favelas) e em 1983 e 1987, no Recife as ZEIS (Zonas de Especial Interesse Social) e o PREZEIS (Plano de Regularização*

um período de predomínio de políticas de intervenções no próprio local de ocupação, ainda que os projetos de erradicação não tenham sido completamente abandonados (DENALDI, 2003).

No Rio de Janeiro, em 1979, o Projeto Rio, desenvolvido pelo governo federal promoverá a urbanização da Favela da Maré e em 1982, a eleição de Leonel Brizola para o governo do estado marcará o início de um período de investimentos significativos em infraestrutura nas áreas de favela, com promoção do saneamento³³ e suspensão das atividades policiais³⁴ nestas localidades.

A preocupação oficial com a problemática da favela tem se associado a momentos de abertura política [...] Situação oposta tem caracterizado fases de “fechamento” do regime, quando prevaleceram medidas de remoção, acopladas à construção de conjuntos habitacionais de baixo custo, financiados pelo governo e localizados em periferias distantes do núcleo central da metrópole (DAVIDOVICH, 1997, p.1474).

Com a redemocratização, e a evolução dos direitos cidadãos, promovidos através da força do voto e de instrumentos políticos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade, de 2001, novos parâmetros são postos em cena para a conquista do direito fundamental à moradia que vão transformar o modo da cidade tratar a questão do espaço informal. Por outro lado, a expansão acelerada das áreas informais, que toma força na década de 1970, e a forte crise econômica e financeira dos anos 1980 expuseram a fragilidade do Sistema Financeiro Habitacional, que, somada ao colapso do sistema de crédito³⁵, culmina com a extinção do BNH em 1986 (HOLZ; MONTEIRO, 2008), demonstrando a necessidade de se tratar a questão de outra forma. Com o agravamento da tensão pelo recrudescimento da violência, que passa a extrapolar os limites da favela, de forma real ou midiática³⁶, a cidade começa a buscar novos mecanismos de controle, que oscilam, por um lado, na forma de propostas de uma política “linha dura” contra invasões e desvios, com um controle policial mais rigoroso, por outro, teremos o entendimento da necessidade de “reabsorção” destas áreas informais no corpo urbano e social da cidade, onde passariam a usufruir dos serviços e benefícios disponíveis, em troca de uma incorporação à regulamentação urbana formal.

das ZEIS), respectivamente (DENALDI, 2003).

³³ Em 1983, o Governo do Estado do Rio de Janeiro cria o ‘Projeto Mutirão’, que visava promover a urbanização das favelas e, através da CEHAB (Companhia Estadual de Habitação) e da CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgoto), institui um programa para levar saneamento às áreas de favela (DENALDI, 2003).

³⁴ Este posicionamento lhe custou a atribuição, por parte de alguns setores da sociedade, de responsabilidade no desenvolvimento do tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro (MAMEDE, 2009).

³⁵ A crise instaurada aumentou o desemprego, e com ele os saques do FGTS, que culminaram em 1984 em uma redução de 35% nos recursos do BNH (TASCHNER, 1997).

³⁶ Apesar de grande parcela da sensação de insegurança vivida, no período, no Rio de Janeiro, possa ser creditada a uma intensa cobertura da imprensa sobre a violência nas favelas, com grande exposição do poderio bélico dos traficantes, Fernandes (2003) apresenta dados do ISER e da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, demonstrando que a taxa de homicídios na cidade mais do que triplicaram entre 1983 e 1994. A sociedade assistiu a partir da década de 1980 às grandes guerras do Santa Marta, e à criação das grandes facções criminosas, como o Comando Vermelho, em 1979/80, e, mais tarde, nos anos 1990, a ADA, o Terceiro Comando (originado da Falange Jacaré, em ação desde final dos anos 1970) e o PCC em São Paulo.

Desta forma veremos enquanto estas se mantiverem na ambígua situação que se equilibra entre o reconhecimento formalizado e a condição de “cidade” dentro da cidade, na qual o poder do estado não entra plenamente, para controlar e fornecer os serviços básicos (contrapartida inevitável), não se poderá ter o pleno controle sobre estas populações. Em outras palavras, enquanto o território do Estado não englobar tais ocupações, trazendo para si a responsabilidade pelos direitos e deveres inerentes a verdadeiros cidadãos, estas áreas se manterão como territórios informais, conectados por relações sociais e econômicas desequilibradas e se estruturando, e fortalecendo, sob suas próprias diretrizes.

A profusão de projetos³⁷ de urbanização de favelas, estruturados sob a ótica de manutenção do local de moradia e das redes sociais estruturadas, surgida a partir dos anos 1980 e desenvolvida nos anos 1990, teria surgido na confluência de diversos fatores: a redemocratização, a consolidação do direito à moradia, e a necessidade de controle destes espaços pela cidade formal, representando a reação estratégica aos movimentos táticos de resistência, postos em prática pelas ocupações informais.

Esta observação nos levaria a questionar até onde os projetos de urbanização trariam consigo diretrizes de intervenção social, baseada na transformação dos hábitos, na “readequação” e “reeducação” da população ao inserir esta em padrões sociais e habitacionais vigentes na cidade formal? Desta forma, o projeto urbanizador traria consigo, mais uma vez, uma aproximação produzida através da intenção de “recivilizar”, de “domesticar” o Outro como pressuposto da partilha do espaço urbano.

³⁷ *No Rio de Janeiro o Favela-Bairro, em 1993; em Salvador o Viver Melhor, em 1995; em São Paulo o Projeto Guarapiranga, iniciado em 1993 e o Cingapura, em 1994; assim como projetos de financiamento do governo federal como o Habitar Brasil, iniciado em 1993, e o Pró-Moradia, em 1995.*

2. OBJETIVOS E QUESTÕES

Entre o momento em que os primeiros barracos são identificados, se aglomerando nas encostas da cidade, e aquele no qual a favela é entendida como questão urbana transcorre um significativo período de tempo, sobre o qual podemos encontrar uma profunda discussão³⁸. Entretanto até que fossem percebidas como pequenos aglomerados, vagamente identificáveis nas encostas ainda cobertas por densa vegetação, estas ocupações se mantiveram de maneira relativamente imperceptível, tanto aos olhos do morador quanto dos órgãos públicos. Esta condição de “invisibilidade” é fruto do processo silencioso e pulverizado de surgimento destas primeiras moradias, que, embora não possam ainda ser chamadas de favelas, nos permite perceber padrões e processos de ocupação e produção de um espaço periférico, que não só estão ligados à origem, mas também podem ajudar a compreender o processo de produção do espaço das favelas atuais.

Os processos difusos e pulverizados de ocupação não são, de modo algum, o único padrão de ocupação informal e, tampouco conseguem manter a relativa “invisibilidade” por muito tempo, sendo obrigados a lançar mão de outros mecanismos e práticas para manter seu espaço na periferia próxima da cidade. Entretanto são o que melhor traduzem a aplicação das táticas segundo Certeau (1994), através de um complexo de práticas cotidianas empregadas como táticas urbanas de não-enfrentamento, e de exploração das brechas da estrutura formal.

Deste modo, os três exemplos estudados neste trabalho, apresentarão um processo de evolução, pelo menos em parte, similar, conforme analisaremos ao longo do capítulo III, organizando um movimento entre a reinterpretação e a deturpação das regras excludentes impostas pelos setores dominantes, através da utilização criativa das condições apresentadas e dos meios disponíveis, de modo a garantir a sobrevivência e a produção do abrigo.

Entendemos que o fenômeno da favela não é produzido apenas através da expressão da desigualdade social, inerente ao capitalismo, como uma resposta possível a especulações e concentrações de renda, etc. Portanto, sem negar as raízes evidentemente conectadas, propomos aprofundar a discussão a respeito das favelas, para além da esfera puramente econômica. O objetivo deste trabalho é compreender os mecanismos de produção deste espaço, as estratégias de adaptação, espacial e territorial, empregados pelos indivíduos, as táticas de resistência elaboradas em ações individuais e coletivas e sua articulação com os outros espaços da cidade.

Compreender melhor estes mecanismos desenvolvidos através das práticas e táticas cotidianas de produção do espaço periférico e informal significa pensar o favelado como agente de seu espaço, buscando fornecer ferramentas para repensar os limites e

³⁸ Ver Leeds; Leeds, 1978, Valladares, 2005, Lessa, 2005, Abreu; Vaz, 1991.

possibilidades de intervenções em um universo, tão rico quanto frágil, construído nas práticas cotidianas de adaptação e resistência popular.

O processo de segregação econômica e espacial, que se estabelece nas grandes cidades brasileiras, não é um mecanismo linear, homogêneo e unidirecional, porém, o discurso comumente difundido a respeito pode nos fazer acreditar em polos opostos, em uma estrutura simplista, onde o setor dominante repeliria as parcelas mais fragilizadas da sociedade, confinando estas em áreas desvalorizadas e menos favoráveis à sobrevivência urbana. O espaço habitado, segundo Bourdieu (2008), funciona como uma simbolização espontânea da estrutura do espaço social, portanto, a hierarquização da sociedade se reflete na hierarquização dos espaços, reproduzindo nestes, as distâncias sociais e, conseqüentemente, as inserções nas redes e fluxos de poder. Entretanto, estes últimos devem ser pensados como algo que funciona, circula e se exerce em rede, através de indivíduos que “estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação” (FOUCAULT, 1979, p.183).

Neste contexto, as relações entre espaços formais e informais vão se traduzir em uma relação dialética extremamente complexa, que alterna momentos de afastamento e aproximação. Do movimento inicial de “repulsa”, que concentrou a informalidade urbana nas bordas da cidade, se desdobram outros, de adaptação e sobrevivência; de interação ou apagamento. Do resultado destas articulações, e da maneira como as táticas populares se inserem em cada momento específico da história urbana é que se vai construindo o espaço do pobre nas cidades brasileiras.

A. “Fazer com”, ou as práticas do cotidiano

A prática do “fazer com”, descrita por Certeau (1994), se articula como uma capacidade criativa do “consumidor”, se distanciando da passividade a ele associada e do padrão de uso previsto em cada situação. Se configura através de práticas que exploram as possibilidades e as brechas que se abrem no sistema, para elaborar novas leituras, trilhar novos caminhos, que podem significar melhores possibilidades habitacionais, sociais ou de trabalho, sem necessariamente estabelecer um confronto direto com a estrutura altamente hierarquizada das grandes cidades brasileiras, na qual o Estado se mostra incapaz de atender plenamente a determinados estratos da população urbana.

O forte desequilíbrio, tanto econômico quanto das relações de força, percebido na interação entre o padrão estabelecido e as articulações informais, torna improvável a possibilidade de sucesso de um enfrentamento direto, mas deixa espaço para a atuação tática, visto que sua capacidade, ou forma de atuação, se dá pela adaptação permanente às condições existentes, explorando, através de desvios e reinterpretações sucessivas, as fissuras de um sistema de estratégias que tenta controlá-las. As ações táticas, e sua contraposição estratégica, são postas em prática em uma relação onde seus lugares são articulados de acordo com o

equilíbrio de forças, segundo o qual, quanto mais fracas forem as forças submetidas à direção estratégica, mais ela se torna tática, e mais importante se torna sua capacidade de aproveitar as ocasiões, de estar onde ninguém espera, de captar as possibilidades oferecidas por um instante, e de explorar “as falhas que as conjunturas particulares abrem na vigilância do poder”. A ação tática é, por natureza, a “arte do fraco”: capaz de alterar as limitadas possibilidades previstas para o ato de consumo, como uma leitura que modifica seu objeto pela maneira como é lida (CERTEAU, 1994, p.101).

De certa forma, as táticas estão relacionadas à possibilidade de se agir dentro de determinadas condições, articulando-se dentro de um espaço organizado que se utiliza, mas não se pode possuir, aproveitando as falhas ocasionais abertas na vigilância do poder proprietário, utilizando-se das fissuras do discurso hegemônico: “o poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia, presente nas táticas, é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como ‘último recurso’” (CERTEAU, 1994, p.101).

Em sua densidade paradoxal, esta palavra destaca a relação de forças que está no princípio de uma criatividade intelectual tão tenaz como sutil, incansável, mobilizada à espera de qualquer ocasião, espalhada nos terrenos da ordem dominante, estranha às regras próprias da racionalidade e impostas com base no direito adquirido de um próprio (CERTEAU, 1994, p.102).

As práticas que nos interessam aqui são exatamente aquelas que rompem com o modo de atuação previsto para elas pela organização urbana dominante, capazes de produzir (e serem produzidas em) um espaço diferenciado, informal, mas com um sentido próprio, que se insere nas relações de poder, que se infiltra em espaços previamente estabelecidos, de forma sutil e “pulverizada”. O que buscamos é perceber a capacidade de reinterpretar, à sua maneira, e de acordo com suas possibilidades, as regras do jogo e, a partir daí, garantir a sobrevivência e seu abrigo na cidade. Ações que apontam para “um movimento em filigrana e não para uma resistência nos moldes de uma revolução, levante ou guerra” (JOSGRILBERG, 2005, p.86).

As táticas, por serem desviacionistas, podem se opor, ou se beneficiar do sistema, sem necessariamente confrontá-lo. Seus desvios sucessivos trabalham erodindo as redes institucionais, deslocando as estruturas através de movimentos diferentes, se utilizando, para isto, de elementos do próprio terreno e, por isso mesmo, não podem ser derrotadas (CERTEAU, 1994; FISKE, 1988). Entretanto, esta característica lhe obriga a operar dentro do campo de ação inimigo, e no espaço por ele controlado, a “jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha” (CERTEAU 1994, p.100), a atuar na ausência de um projeto global:

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Sem um lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela

ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder (CERTEAU, 1994, p.100-101).

Sua capacidade principal é se adaptar constantemente às diversas situações encontradas, determinando modos específicos, tanto de produção, quanto de uso e apropriação do espaço, através de uma lógica socioespacial que se distancia do racionalismo das diretrizes urbanísticas e cede espaço a uma vivência elaborada em torno das práticas adaptativas e das redes sociais inscritas no território. Deste modo, será através delas que os pobres urbanos serão capazes de alterar uma condição de ocupação incerta nas periferias distantes e desservidas da cidade (quando estas possibilidades existem), para produzir seu espaço de habitação, segundo uma estrutura própria de direito, sociabilidade e padrão construtivo, elaborada em terrenos muitas vezes inóspitos, e se valendo de mecanismos complexos para neles permanecer, dispensando a capitalização e maximizando os investimentos através de modos particulares de construção que articulam uma adaptação das obras às suas necessidades e do padrão de habitabilidade às suas possibilidades.

A análise de Certeau sobre as possibilidades não-passivas do ato de leitura pode sugerir um leitor com possibilidades criativas muito além de suas condições. Tampouco a percebida fragilidade do ato de leitura não significa considerar o poder da máquina escriturística como algo absoluto. É importante entender que disciplina e resistência são partes da mesma equação. Que haja operações de controle sustentadas por um poder baseado em estratégias específicas não é problema, mas um fato a ser reconhecido, pois não podemos tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo ou grupo sobre os outros, mas devemos perceber que, “desde que não seja considerado de muito longe - não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos” (FOUCAULT, 1979, p.183).

Importante ressaltar que como ações táticas, a resistência elaborada pelas ocupações informais, de modo geral, não possui o distanciamento necessário para produzir uma visão de conjunto, uma percepção coordenada do encaminhamento lógico do conjunto de ações elaboradas sucessivamente, seja de modo individual ou coletivo. Portanto, esta resistência, e a capacidade transformadora advinda dela, seria produzida como um “efeito colateral” da tentativa de sobrevivência e permanência no espaço urbano. O “desvio”, que busca a adequação do espaço construído a uma condição de vida divergente daquela dominante e a conquista de um espaço urbano central, seja através de um deslocamento em direção a espaços mais consolidados, ou por um movimento de evolução das áreas informais periféricas só é problematizado fora deste ambiente. O questionamento sobre as possibilidades de conscientização a respeito das ações em curso, e a consequente apropriação do padrão tático como forma organizada de resistência, ainda que, em teoria, sejam possíveis, exigiria um entendimento global do problema e uma articulação política que os distanciaria de sua natureza tática.

B. A produção do espaço informal

As práticas urbanas encontradas nos assentamentos informais seguem uma lógica particular, um modo característico de produção e utilização do espaço que, por um lado, visa a amenizar as fortes restrições econômicas, sociais e estruturais sofridas e, por outro, são frutos e produtoras do espaço que as abriga. Uma situação de adaptação a um desequilíbrio social, cultural e simbólico, na qual o espaço da cidade formal se apresenta como a construção dos “vencedores”, sua imagem e seus monumentos, e aos segregados restam as táticas para a produção de seu próprio espaço, alternativo à lógica vigente, pois não podem se enquadrar a ela, mas também elaborado através da diferença e do choque, fruto da presença do outro no espaço compartilhado da cidade.

A Favela é uma expressão humana, das necessidades de abrigo, frente a condicionantes externas, sua produção espacial reflete esta premissa, elaborada sem a forte interferência das condicionantes urbanísticas. Sua especificidade (se existe) está exatamente aí: como um mecanismo de defesa para o atendimento às necessidades básicas, com o menor custo possível - ou melhor, com os recursos existentes no momento, sejam quais forem as condições que se possa prover com eles -, na evolução contínua de acordo com a disponibilidade de recursos e na ausência de restrições urbanísticas formais às quais a cidade precisa atender. Pode se espelhar na cidade formal como paradigma urbano, mas sem necessariamente copiar seus hábitos, se estabelecendo de forma coexistente/paralela. Nessa articulação, ocupa uma posição de proximidade e invisibilidade: proximidade para poder fornecer trabalho e utilizar os serviços disponíveis; invisibilidade para evitar o enfrentamento, que poderia significar o rompimento da relação simbiótica/parasita.

O posicionamento periférico, nas bordas da cidade formal permite que não seja enquadrada nos custos inerentes da estrutura urbana e que evite disputar o espaço de forma direta com o capital imobiliário, se aproveitando das brechas e áreas de sombra, áreas com pouco potencial econômico, sob restrições construtivas ou de acesso restrito. Esta localização permite que, apesar da situação periférica, estejam próximas das possibilidades de trabalho e dos serviços disponíveis. Entretanto, permanecer ali “exige”, além de modos particulares de produção do espaço habitacional, executado quase sempre de forma autoconstruída e segundo padrões específicos que estudaremos no item 3 do Capítulo III, um esforço no sentido de minimizar seu impacto frente à cidade formal, agindo de forma “invisível”, de maneira pulverizada, tentando causar o menor impacto ao poder dominante, principalmente enquanto as dimensões e a consolidação da favela não sejam tais, capazes de garantir esta estabilidade.

Neste sentido, cada um dos três exemplos estudado utilizará práticas específicas, e muitas vezes múltiplas de garantir sua permanência, que vão oscilar desde tentativas de uma “invisibilidade” temporária até a força da ação coletiva organizada em ocupações de áreas ociosas, passando por negociações que no sentido de minimizar o impacto da ocupação. Mais

importante do que identificar a escolha de um modo ou outro de resistência é perceber os motivos que, em cada momento da existência da ocupação, os levaram a optar pelos meios utilizados, desde os mais táticos aos mais políticos, entendendo sua relação com os resultados obtidos em cada situação como veremos nos itens 1 e 2 do Capítulo III.

Importante ressaltar que a busca de mecanismos de não-enfrentamento não significa um processo pacífico e harmonioso, muitos momentos de embate foram promovidos neste procedimento, e eles existem inclusive como válvulas de escape para as pressões, de um lado ou de outro, através das quais cada lado vai testar os limites e resistências do outro, tentar descobrir a maior complacência que o espaço do outro permite antes que este irrompa em confrontação direta. Assim como a afirmação das táticas e desvios elaborados na produção de um espaço específico, organizado em torno de uma lógica ancorada na experiência e vivência coletiva, não significa o apagamento da precariedade, representada pelo parco atendimento promovido pelas redes de infraestrutura urbana e por uma acessibilidade penível, do trabalho “intermitente” com rendimentos muitas vezes insuficientes, da necessidade de convivência com uma sociabilidade violenta, interna ou representada pela repressão policial, da submissão a estigmas frente aos habitantes da cidade formal, os quais muitas vezes os percebem como potencialmente perigosos pela proximidade e “convivência” com o crime, ou mesmo dos conflitos e disputas internas existentes nas relações de poder cristalizadas nestes espaços que também se mostram igualmente hierarquizados.

O desenvolvimento destas táticas faz parte, não apenas de uma estratégia de resistência, mas de uma articulação histórica entre cidade formal e informal, marcada por momentos de integração e negação, na qual o lado mais fraco joga com a capacidade de adaptação dentro de uma estrutura que não lhe é favorável para, através de uma produção do espaço específica, capaz de se aproveitar de sua condição de existência, nas bordas desta sociedade, para transformar o local periférico (quando existe), destinado a estas classes no espaço urbano.

Nestes limites jogam, por um lado, o medo e a sensação de insegurança sofrida pela cidade formal, que vê a expansão das favelas como uma metástase dominando um espaço de forma descontrolada, subtraindo porções cada vez maiores de seu espaço regulado, mas, ao mesmo tempo, precisa fazer concessões, em troca poder político cristalizado no voto. Pelo lado oposto, a capacidade de resistência e de sujeição a condições extremas das favelas é impulsionada pela possibilidade de construir um futuro melhor, ancorado na imagem da casa própria³⁹, em um espaço capaz de lhes garantir o fornecimento de algum trabalho, embora muitas vezes de caráter irregular, e a proximidade de serviços básicos.

³⁹ *Ainda que alguns trabalhos explicitem a importância dos mecanismos estatais de promoção como o BNH, na difusão da ideologia da casa própria, como modo de se alcançar a ascensão e estabilidade social (DENALDI, 2003), já em 1960, uma extensa pesquisa de Loyd Free demonstrava que a casa própria era a principal aspiração das populações urbanas brasileira (BOLAFFI, 1982).*

C. Favela como abrigo e *habitus*-favela

Ainda que nos primeiros momentos, a favela tenha se identificado com a condição segregada de um posicionamento hierarquicamente inferior e estruturalmente periférico representado pela incapacidade de adaptação às estruturas formais da cidade, seu processo de resistência e de articulação tática logrou desenvolver, embora não tenha superado a segregação e hierarquização do espaço urbano, um padrão de sociabilidade e de produção do espaço específico, transformando uma posição temporária e marginal em uma situação permanente e estabelecida, consolidando a constituição de um *habitus* próprio (ou deveríamos falar em múltiplos *habitus*), responsável por um modo particular de ocupar e perceber o espaço.

Este entendimento, ao mesmo tempo em que valoriza a percepção dos valores locais, ligados às noções de sociabilidade, flexibilidade espacial e gestão do espaço, os leva a identificar a especificidade de seu modo de vida, reproduzido, e aceito, neste espaço, que traduz em sua materialização a informalidade existente em suas relações econômicas e sociais. Esta situação aproxima a imagem da favela a um território particular, consolidando um padrão de ocupação mais adaptado à precariedade e que é próprio daquele espaço, logo dificilmente aceito fora dali.

A Favela não deve ser considerada como uma reprodução mambembe da cidade, ainda que em sua precariedade apresente alguns paradigmas originados na cidade formal. A consolidação que estes espaços adquiriram ao longo do tempo foi suficiente para gerar a produção de representações distintas do mundo social, através das quais percebemos que os padrões de construção se revestem de outros valores, o feio e o inacabado se transformam em utilitário e em processo, e a construção, ainda que precária, cristaliza o esforço da resistência e da evolução constante na produção da moradia, despertando o apreço e orgulho dos seus habitantes.

As práticas, encontradas aqui, são entendidas como produtos e como produtoras do espaço que as abriga, resultando de um *habitus* específico, gestado neste espaço, que é produzido por elas. Neste sentido identificamos este espaço como potencialmente reprodutor de tais práticas, e capaz de condicionar um sistema de classificação, conforme conceituado por Bourdieu (2007), na medida em que o padrão construtivo produzido ali, assim como as relações de sociabilidade e direitos específicos, são entendidos como as melhores alternativas, no sentido do atendimento imediato de suas necessidades e da adequação às suas condições, a ponto de os padrões consagrados na cidade formal serem percebidos, muitas vezes, como destoantes para tal ambiente e, assim, ainda que simbolicamente revestidos de uma posição hierarquicamente superior, não figuram como referências ou modelos imediatos, mesmo que não se possa negar sua influência, conforme analisaremos no item 5 do Capítulo IV.

O habitus é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e,

ao mesmo tempo, sistema de classificação (principium divisionis) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o habitus, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (BOURDIEU, 2007, p.162).

Neste sentido, paralelamente às práticas específicas, normalmente voltadas a mecanismos de adaptação, perceberemos uma grande valorização da sociabilidade e liberdade encontradas, exaltadas como produto do específico deste espaço. Tais valores são bastante caros aos moradores da favela e entendidos como específicos e típicos dos espaços informais, o que, associado às redes sociais inscritas no território e a apropriação espacial reforçada por uma inserção em uma condição menos subalterna no espaço de vizinhança, valorizam de tal modo o enraizamento ao lugar a ponto de percebermos que a busca de uma melhoria da favela e de uma melhor inserção desta no espaço da cidade, se torna muito mais evidente e difundida do que a conquista de um espaço na cidade formal.

D. Segregação e desvio

A renda escassa e incerta, frequentemente “não declarada”, de uma população com inserção deficiente nos circuitos econômicos oficiais da cidade, torna extremamente difícil, para não dizer impossível, a possibilidade de acesso à moradia através dos mecanismos tradicionais. Esta situação parecia conduzir a um desfecho definido de antemão, representado pela segregação destas populações e sua “expulsão” para zonas periféricas, distantes e desservidas.

Apesar da condição de inserção precária no contexto socioeconômico, experimentada pela população pobre urbana, estes lograram, através das táticas desenvolvidas ao longo dos anos, articular um processo de “desvio” da posição que lhes seria originalmente prevista na estrutura urbana. Ao habitar um abrigo em construção, garantindo o abrigo e produzindo a moradia definitiva num mesmo processo, e evoluir com ele, distante das lógicas formais do urbanismo tradicional e das obrigações a ele associadas, reelaboraram sua história enquanto classes segregadas e permitiram que o atendimento às suas necessidades de espaço e moradia se elaborasse de modo a produzir um espaço específico, buscando a evolução e a flexibilidade necessárias à maximização das suas possibilidades. A elaboração destas táticas permitiu, apesar de toda a precariedade, um movimento capaz de deslocar a questão a seu favor, produzindo um novo posicionamento na estrutura da sociedade, capaz de garantir não só a sobrevivência, mas também a permanência na cidade em condições de melhor acessibilidade e disponibilidade de serviços.

Neste sentido, destituídos de espaço na estrutura da cidade, que se regulamentava e modernizava, sem prever um espaço para substituir o que era subtraído às classes pobres urbanas, estas encontraram nas brechas, ocupando as bordas das cidades, uma saída que deu

origem aos embriões de favelas. A partir daí este espaço informal de habitat, percebido como um corpo estranho que crescia descontroladamente, abrigando marginais e malandros em um ambiente disseminador de doenças e de péssimos hábitos sociais, transformou sucessiva e continuamente seu posicionamento frente à cidade formal.

Se inicialmente era entendida como um problema urbano, para o qual a única solução era a remoção completa, extirpando o mal através do deslocamento desta população para setores distantes da cidade - longe das vistas e do estranhamento dos setores dominantes, mas também longe das ofertas de trabalho e serviços -, através de décadas de resistência, conseguiram reescrever sua história, se consolidando como um fenômeno urbano perene, ao qual urgia um novo modo de se tratar a questão.

Deste modo se consolida a percepção de que este espaço “deixado a sua própria sorte” apenas contribuiu para agravar as, já severas, condições de segregação e precariedade social, propiciando a explosão da violência, que ameaça não mais se conter nos limites da favela e transbordar para a cidade. Assim, veremos o surgimento de novas propostas, buscando uma (re)urbanização e uma (re)integração destas ocupações informais, reassumindo, ao menos parcialmente, o controle formal sobre este espaço, que se desenvolvia como um organismo estranho em suas fissuras, e ameaçava fugir ao seu controle.

Neste sentido, é importante observar que o espaço da favela cristaliza uma multiplicidade de movimentos de resistência e de adaptação tática dos pobres urbanos, e, deste modo, esta materialização não é fruto de uma ação unilateral, mas, ao contrário, comporta a expressão de uma complexa relação dialética entre os espaços formais e informais da cidade. Se os pobres urbanos, em suas ações táticas deslocam o equilíbrio desta relação e suas práticas informais, de resistência e de produção do espaço, permitem a eles realizar pequenos “desvios de rota” na ordem estabelecida, estas ações irão paralelamente produzir alterações nas práticas dominantes, de modo a garantir o controle sobre o território, como analisaremos no Capítulo V.

Assim, a multiplicidade de forças e tensões existentes no espaço urbano, que inicialmente pressionavam a favela para fora do espaço urbano central passa a aceitar como estrutura permanente e efetivamente constituinte da cidade, entretanto, esta situação não significou a superação do abismo social e econômico entre as distintas populações que partilham o espaço urbano. Os mecanismos de reprodução do espaço social (BOURDIEU, 1996) são igualmente dinâmicos, se adequando as táticas utilizadas, buscando a manutenção do controle espacial, da segurança e dos padrões econômicos e estéticos da cidade. Portanto, observaremos que as transformações conquistadas acarretam re-equilíbrios de forças, o espaço é transformado, mas distanciamento simbólico permanece. A estrutura de dominação se mantém com poucas alterações, e ainda que uma grande parcela da população pobre urbana é, de certa forma, agora considerada como formalmente integrada, legitimando sua parcela no espaço da cidade,

por outro lado a fronteira da segregação é redesenhada, deixando novamente nas bordas incertas aqueles que não podem arcar com os custos da nova estrutura social.

Mecanismos de controle

Outra maneira de se entender as transformações urbanas ocorridas no período é através da análise dos mecanismos de controle postos em prática na confluência dos processos urbanos e das múltiplas forças em ação no espaço da cidade.

O fechamento dos cortiços, que desencadeou o início do processo de ocupação das bordas da cidade, executado na esteira do movimento higienista, foi parte de um processo que buscava o “embelezamento” das cidades em um projeto de construção nacional, que sonhava com um Brasil “moderno”, mas, ao lado dos objetivos econômicos e sanitários, podemos identificar aqui uma maneira de delimitação da “normalidade”, entre aqueles que eram permitidos fazer parte da cidade, e aqueles que deveriam ser separados desta.

Cada indivíduo experimenta uma inquietação com a normalidade do que faz e pensa, ao mesmo tempo em que se esforça por pertencer aos normais, por adequar-se à regularidade. Genericamente, o exercício do poder na Modernidade supõe a separação dos homens entre si, sua distribuição entre normais e anormais (VAZ, 1999, p.105).

A sociedade disciplinar, que teve seu ápice no início do século XX, entra em crise em meados deste. “Mudaram as técnicas de poder, mudou o sentido da vida que nossa cultura nos propõe, mudou o sujeito” (VAZ, 1999, p.106).

As técnicas disciplinares estavam conectadas ao capitalismo de produção; deviam permitir a separação entre a força e o produto de seu trabalho, seja por tornar aceitável a exploração, seja por permitir o uso potencializado da força. Tratava-se de produzir um corpo dócil, eficaz economicamente e submisso politicamente (VAZ, 1999, p.105).

As populações segregadas, por não se enquadrarem na “normalidade” ou na “modernidade” desejada para as cidades, não desapareceram ou se estabeleceram como desejado pelas elites em periferias distantes, acessíveis apenas como força de trabalho. Estas massas se aglomeravam agora nas bordas da cidade e ali, fora do alcance do poder disciplinar da sociedade moderna, começavam a estabelecer suas próprias regras, a elaborar seus próprios modos de produção do espaço e condições de existência. Deste modo, a integração entre estes espaços se mantinha desequilibrada, através de uma inserção focada na extração/venda da capacidade produtiva e laboral.

Durante o capitalismo de produção, o corpo entrava no mercado como força de trabalho: tratava-se de, ao comprá-la, encontrar meios de usar ao máximo esta sua capacidade de produzir. Pesquisava-se o corpo como força a ser domada e preservada. Já o nosso mundo caracteriza-se por um capitalismo da superprodução, onde o que

faz problema é consumir o que se produz em excesso comparativamente à necessidade. Desde então, o corpo entra no mercado como capacidade de consumir e ser consumido (VAZ, 1999, p.103).

Parte importante da transformação da experiência de corpo é a nova articulação entre este e o mercado, através de sua inclusão como consumidor.

Este corpo que consome não é mais investido como força; ao contrário, o que se pesquisa é o corpo como máquina de prazer e dor, como o que deve ser investido nas sensações que provoca no pensamento, tanto para permitir uma ação sobre sua capacidade de consumir, quanto para evitar os seus desvios (VAZ, 1999, p.103).

Em meio à segregação sofrida, por estarem de certa forma “fora” da cidade, logram produzir um espaço segundo suas necessidades, adaptado a suas condições e segundo regras próprias, as quais foram desenvolvidas em conjunto, e para, tais espaços. “Reincorporados”, precisariam se submeter a um novo conjunto de regras, entretanto, como consumidores passam a consumir também o espaço, a cidade passa a aceitar um uso que não seja apenas a extração da capacidade produtiva.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho nos empenhamos em estabelecer um contato intenso com os moradores, através de entrevistas aprofundadas, da convivência e participação no cotidiano e nos problemas vividos pela população local. Buscamos esta forte aproximação por entender que somente assim seríamos capazes de perceber as diferenciações encontradas na experiência dos múltiplos espaços deste universo. Desde espaços que ainda guardam a materialidade original, gestada em seus processos intrínsecos, até aqueles submetidos a reconfigurações, transformações e rearticulações geradas externamente. A atenção aqui se volta para o entendimento das práticas de adaptação espacial e a sua influência na produção do espaço, tanto aquelas postas em prática no momento inicial, de resistência e produção do abrigo, como as relativas às interferências oficiais, diante das quais se estabelecem processos de reconfiguração espacial e territorial, empregadas por seus habitantes, para superar deficiências e rupturas operadas no tecido original. O espaço informal, apesar de urbanisticamente rarefeito, é bastante articulado social e espacialmente, por meio de diversas redes sociais e territoriais que deixam suas marcas no espaço. Ele é estruturado segundo uma lógica própria, na qual as intervenções externas geram tensões, não apenas pela quebra das redes sociais, mais pela sujeição deste universo, que se organiza segundo um *habitus* particular e, logo, um modo próprio de usar e produzir o espaço, em contraponto às estruturas urbanas tradicionais.

Através do conceito de distância social, conforme tratado por Bourdieu, a partir da estrutura do espaço social, das posições sociais, relacionais e hierárquicas, das disposições e das “tomadas de posição” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, buscamos propor uma avaliação crítica da articulação entre favela e cidade, expressa em sua materialidade e na leitura de seus estilos de vida. O espaço de posições sociais reflete um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições. “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996, p.21).

A intenção é de elaborar uma leitura da relação entre as posições sociais, as disposições e as “tomadas de posição” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, nos quais preferências, escolhas e atitudes organizam-se segundo a estrutura do espaço social: entender a construção do espaço social, e sua inscrição no espaço produzido, através das relações de proximidade e separação, relacionais e hierárquicas.

A avaliação crítica da afirmada separação entre favela e cidade, seja através de sua materialidade ou da leitura de seus estilos de vida, deve ser pensada através de uma análise da “distinção social” capaz de entender a realidade como relacional e construída socialmente. Distinção é de fato diferença, traço distintivo, que só existe em relação a outras propriedades.

Mesmo internamente nas favelas lidaremos com áreas que apresentam características sociais, econômicas, espaciais e históricas heterogêneas, ocupadas por populações distintas, segundo seu local de origem, situação econômica, tempo de permanência ou integração ao espaço. À primeira vista estes limites podem parecer fluidos, e incertos, mas os moradores, inseridos nas articulações socioespaciais locais, podem, segundo marcadores materiais e sociais, identificar linhas bastante nítidas delimitando cada microárea. “Essa ideia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento” (BOURDIEU, 1996, p.18).

A. Pesquisa

Antes de iniciar a pesquisa propriamente dita, foi feito um trabalho de aproximação prévio, para melhor conhecimento das áreas, com envolvimento com os principais grupos e lideranças locais, o que incluía frequentemente trabalhos voluntários, que acabaram sendo desenvolvidos também durante todo o tempo da pesquisa e que permitiram criar uma relação de confiança e de aprofundamento nas questões locais que dificilmente seriam conseguidos apenas com a figura de pesquisador em campo. Neste sentido também elaboramos uma série de visitas e entrevistas exploratórias prévias, com o propósito de entender um pouco mais o universo pesquisado de modo a nos permitir preparar um procedimento de investigação mais diretamente alinhado com a problemática local e capaz de melhor atender às questões abordadas na pesquisa.

Este movimento de aproximação deixou como “efeito colateral” alguns amigos no local e alguns projetos de arquitetura e assistência local, frutos do trabalho voluntário, que se materializaram, no morro da Babilônia, com o projeto da nova sede da Associação de Moradores, que substitui a antiga, de taipa, e, em Novos Alagados, com a conclusão da reforma do Cluberê e outros, até o momento inconclusos, como a sede da cooperativa de reciclagem de lixo e a nova biblioteca, desenvolvidos com a Sociedade Primeiro de Maio.

A pesquisa de campo se produziu basicamente através da observação participante, de entrevistas e depoimentos colhidos com moradores e lideranças locais e de um extenso registro fotográfico, com mais de 3500 imagens, que nos forneceu um melhor entendimento e capacidade de análise destes espaços. A esta investigação direta se somou um extenso trabalho de pesquisa histórica e iconográfica que nos permitiu entender melhor os processos de evolução operados no local, complementando os depoimentos colhidos.

B. Entrevistas

Para a realização das entrevistas identificamos alguns moradores, entre os que apresentavam uma participação comunitária ativa, para nos acompanharem no processo e facilitar a

introdução da pesquisa frente aos entrevistados. A intenção era romper a relação de desconfiança que se instaurava diante da figura do pesquisador desconhecido, muitas vezes associado à imagem de um agente dos órgãos públicos, o que frequentemente despertava relações confusas entre a solicitação de favores e a preocupação com sanções.

Estes “guias” nos garantiam também alguma segurança, visto que, à exceção do morro Santa Marta, as ocupações pesquisadas se encontravam sob a ação do tráfico, pois, além da orientação mínima necessária, o fato de ser morador e conhecido por suas atividades comunitárias nos garantia uma boa mobilidade sem grandes percalços.

As pessoas que exerceram este papel foram escolhidas nas associações locais⁴⁰ para nos auxiliar na escolha e no contato com os moradores, e, como percebemos que acabavam privilegiando o seu círculo social, passamos a introduzir uma escolha aleatória de moradias e também a trocar frequentemente de guia, introduzindo também moradores não ligados às lideranças neste papel, de forma que a amostragem não privilegiasse um determinado grupo em detrimento de outros.

Desta forma logamos realizar cerca de 120 entrevistas, sendo 60 nos Novos Alagados, 40 no Santa Marta e 20 na Babilônia, em sua grande maioria gravadas, com o consentimento dos entrevistados. Tomamos o cuidado de fotografar também a residência, seu entorno e o entrevistado, o que facilitou bastante durante o processo de transcrição e análise, por permitir recriar mentalmente o espaço tratado durante a entrevista.

Ainda que o gravador causasse inicialmente algum constrangimento, o modo de condução da entrevista, como uma conversa casual, se mostrou capaz de superar o impacto inicial e fazer a entrevista fluir livremente na maioria dos casos. Naqueles, nos quais parecia se tornar um entrave, ele foi desligado, como forma de estabelecer um laço de maior confiança.

Para completar nosso panorama sobre as áreas, entrevistamos, de forma mais específica, diversos membros das lideranças locais para nos permitir o entendimento da evolução deste processo de organização e luta pelo espaço, dos movimentos políticos internos, e das principais reivindicações sociais e espaciais e também atores importantes e agentes oficiais envolvidos com os processos de ocupação e urbanização da área. No mesmo sentido, no caso do Rio de Janeiro, devido à heterogeneidade espacial entre as áreas estudadas e seu entorno, realizamos, adicionalmente, 15 entrevistas com moradores dos bairros formais onde se situam estas áreas, assim como nas vias de acesso a elas.

⁴⁰ *Associação de Moradores do Morro da Babilônia e Chapéu Mangueira - AMABABI no morro da Babilônia; Sociedade Primeiro de Maio e Cooperativa de Reciclagem em Novos Alagados; e Associação dos Moradores do Morro Santa Marta e Grupo Eco no Santa Marta.*

4. BABILÔNIA, SANTA MARTA E NOVOS ALAGADOS

Cada uma das áreas escolhidas possui características específicas que as tornaram significativas no momento da escolha das áreas a serem trabalhadas.



Figura 2 - Santa Marta e Babilônia, Localização.
Fonte: Imagens Google, 2009, cartografia IPP, 2004.

O Santa Marta foi a primeira experiência do governo estadual no programa de “Pacificação de Favelas” do Rio de Janeiro, e passou por uma grande transformação, partindo de uma condição fortemente estigmatizada, que se estabeleceu com as guerras do tráfico que assolaram o morro no final da década de 1980 e toda a exposição midiática decorrente, para alcançar, duas décadas depois, uma condição de “aproximação” com a cidade formal bastante peculiar promovida pela ocupação policial permanente da UPP. A localização privilegiada, como enclave precário na zona mais nobre da cidade do Rio de Janeiro, e o fato de possuir uma das mais belas vistas para a enseada de Botafogo, permitiram que o morro, mesmo antes da ocupação, já experimentasse uma condição ambígua entre a grande exposição midiática do crime e a possibilidade de exploração do contraste social e do exotismo da favela como se viu durante a visita do cantor Michael Jackson para a gravação de um videoclipe⁴¹ e das discussões levantadas na sociedade sobre a garantia de segurança oferecida pelo traficante Marcinho VP à equipe de filmagem. Esta situação colocou o morro no foco de debates e sob grande visibilidade, a ponto de se tornar parte de algumas importantes obras culturais⁴². Após a ocupação, que se seguiu ao projeto de urbanização do morro, o Santa Marta, livre do tráfico e com a acessibilidade melhorada, inclusive através de um plano inclinado, testemunhou um forte processo de aproximação, no qual os moradores da cidade, livres do medo de ingressar em uma favela, passam a visitá-la; e segurança, que permite que seja alvo de diversos projetos

⁴¹ O Videoclipe da música *They don't care about us*, dirigido por Spike Lee, teve locações no Pelourinho (Salvador-BA) e no Santa Marta, onde foi “autorizado” pelo traficante Márcio Amaro de Oliveira, conhecido como Marcinho VP

⁴² Podemos citar o documentário “*Duas semanas no Morro*” de Eduardo Coutinho, a respeito do cotidiano dos moradores do morro, de 1987; O documentário “*Notícias de uma guerra particular*”, de Katia Lund e João Moreira Salles, sobre a violência no Rio de Janeiro, em 1999 e o Livro “*Abusado - O Dono do Morro Dona Marta*”, de Caco Barcelos, sobre a história do traficante Marcinho VP e do tráfico no Santa Marta, em 2003.

sociais e destino de muitos roteiros turísticos, que exploram o fato de poder visitar uma favela inteiramente a pé e sem constrangimentos.

Na ocupação da Babilônia, o forte controle exercido pelo exército desde o início da ocupação, até a década de 1980, manteve regras extremamente rigorosas tanto quanto à ampliação das moradias existentes pelas famílias já residentes no morro, quanto à entrada de novos moradores, mesmo que fossem parentes das famílias instaladas no morro. Esta particularidade fez com que o morro mantivesse, apesar de ser uma das favelas mais antigas do Rio de Janeiro, uma configuração espacial que remete aos processos iniciais das ocupações informais, quando a existência de espaços livres entre as moradias e razoáveis quintais particulares ainda propiciavam uma outra relação com o espaço urbano, menos mercantilizada e mais associada à lógica da necessidade. Esta situação permite ao morro da Babilônia se configurar como uma das raras possibilidades de contato com uma lógica de ocupação espacial que parece ter sido importante na conformação de grande parte das favelas consolidadas, mas que está gradativamente desaparecendo, visto que, à medida que o espaço se torna exíguo e cede às pressões econômicas, se torna, cada vez mais, um produto, individualizado, e não mais uma relação relativamente coletiva de ocupação, uso e partilha, estabelecida, ainda que em grande parte pela abundância espacial, segundo critérios sociais e de acordo com as necessidades de cada família. Um padrão espacial que não mais se reproduz nas novas invasões, visto que estas, atualmente, já surgem bastante densificadas e de forma muito mais organizada e controlada.

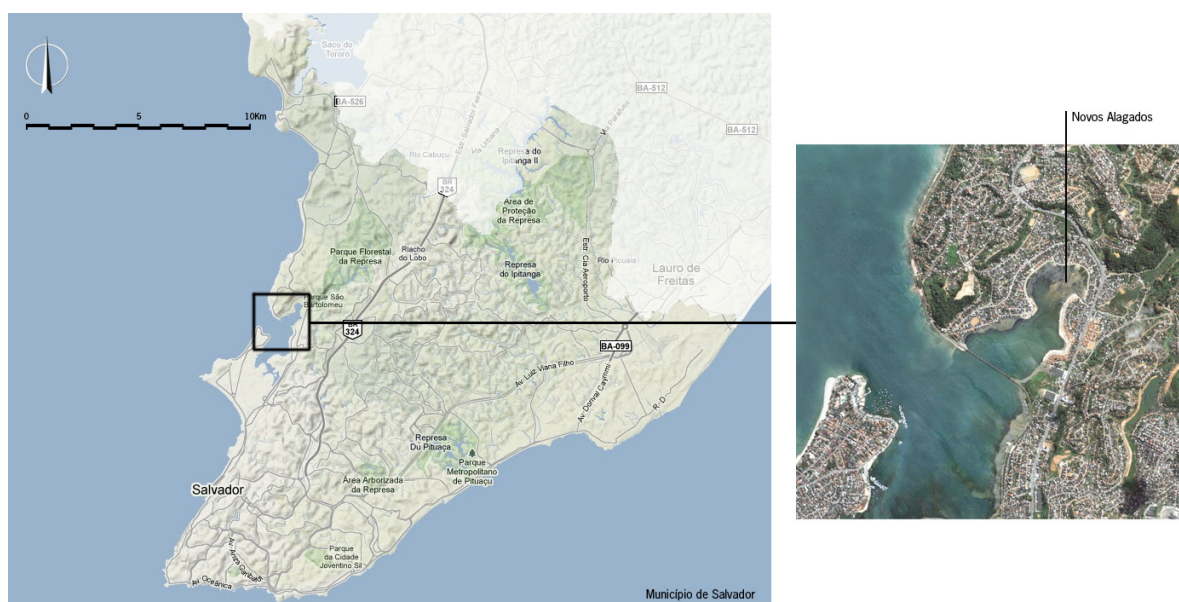


Figura 3 - Novos Alagados, localização.

Fonte: Imagens Google, 2008, cartografia Sicar Conder, 1992.

Novos Alagados se destaca por permitir o contato, numa área relativamente pequena, com diversos padrões de ocupação, entre eles um bastante específico, originado a partir da ocupação através de palafitas, sobre áreas alagadas, que, embora não existam mais,

encobertas por aterros, tiveram suas imagens largamente difundidas pelo caráter pitoresco, sendo fixadas no imaginário popular como imagem e marca do local, cujo nome reforça o estigma. Além da área formada pelo aterramento de palafitas, encontraremos no local uma área de invasão recém-estabelecida, sobre solo livre e no interior de um edifício abandonado; uma área de favela com características “originais”; áreas de favelas reurbanizadas, originárias de “solo seco”; conjuntos de blocos “formais”; e loteamentos com embrião.

Novos Alagados também se diferencia das outras duas áreas, por ser uma ocupação plana e localizada em uma zona periférica, que apresenta pouca diferenciação, econômica e social, em relação a seu entorno. Desta forma não se caracteriza, a exemplo dos dois exemplos cariocas, como um “enclave” precário e informal em bairros de classe média-alta, se mostrando, ao contrário, como um trecho que, apesar da precariedade socioeconômica demonstrar pequena acentuação em relação ao entorno, faz parte de uma grande periferia precária e com altos índices de informalidade.

Os gráficos a seguir demonstram, com base nos dados do Censo IBGE (2000) esta relação através dos comparativos dos perfis de escolaridade⁴³ e renda⁴⁴ das áreas estudadas:

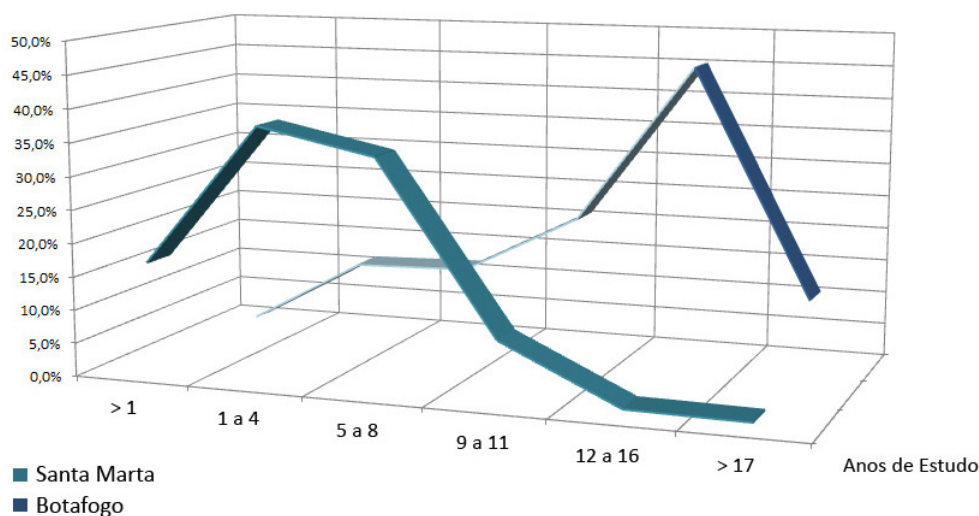


Gráfico I - Comparação dos níveis de escolaridade entre o Santa Marta e a totalidade do bairro de Botafogo.

⁴³ Os valores identificados nos índices até 11 anos de estudo equivalem aos responsáveis que cursaram educação fundamental, onde os valores do índice “9 a 11 anos de estudo” representam aqueles que cursaram até o antigo segundo grau, da mesma forma, os valores do índice “12 a 16 anos de estudo” equivalem aos moradores com nível superior (completo e incompleto).

⁴⁴ A comparação foi feita tomando-se os setores censitários referentes às ocupações informais estudadas, contrapondo-os, no caso carioca, ao conjunto de setores que formam os bairros onde se situam, Botafogo e Leme, e, no caso de Novos Alagados, a todos os setores limítrofes àqueles da área demarcada.

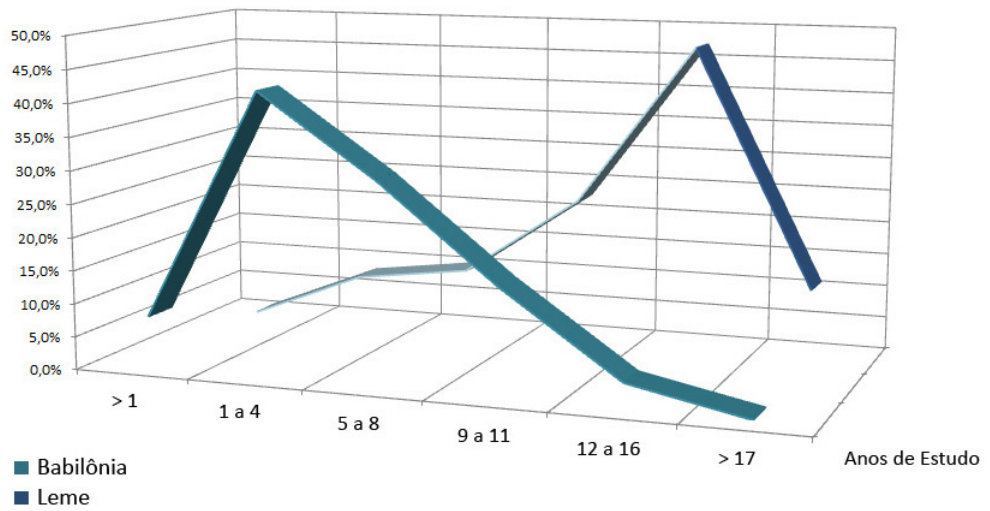


Gráfico II - Comparação dos níveis de escolaridade entre a Babilônia e a totalidade do bairro do Leme.

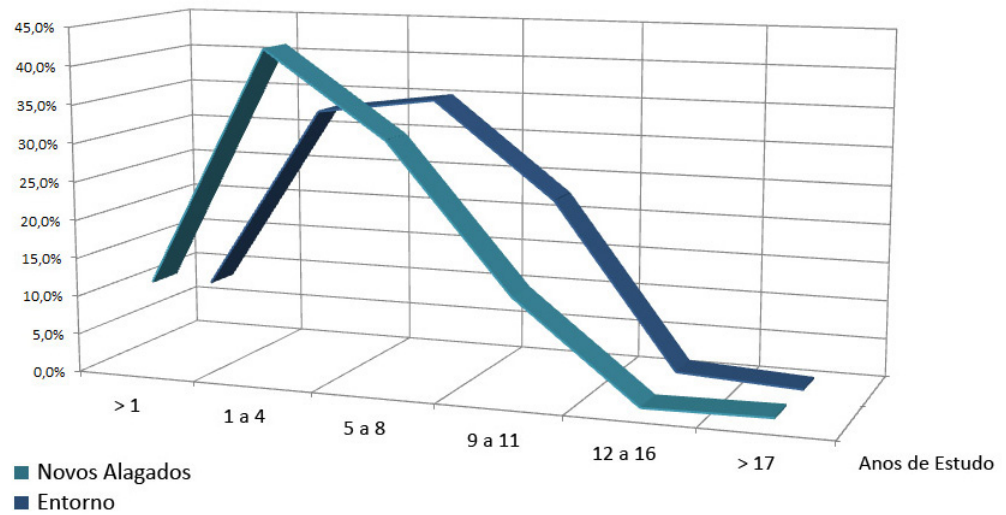


Gráfico III - Comparação dos níveis de escolaridade entre os setores dos Novos Alagados e o entorno imediato.

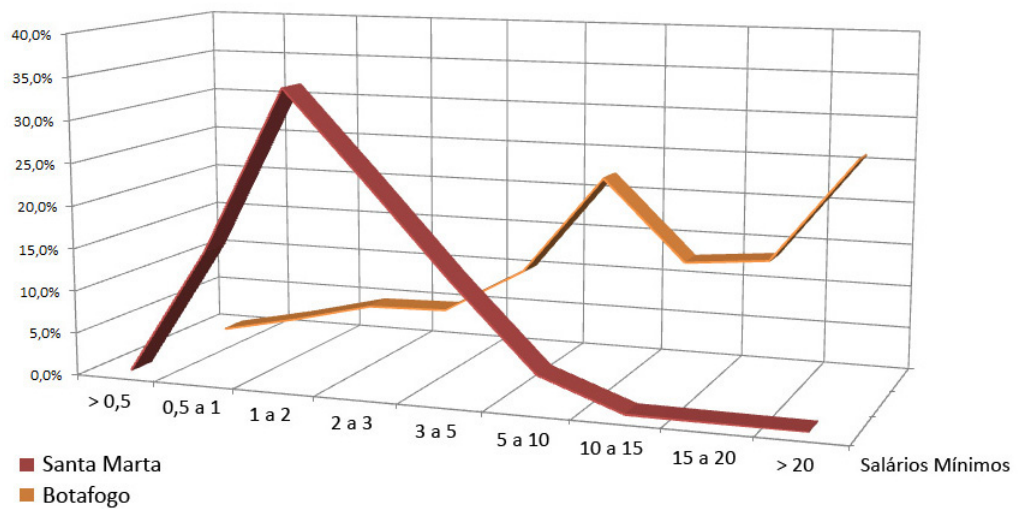


Gráfico IV - Comparação dos níveis de renda entre o Santa Marta e a totalidade do bairro de Botafogo.

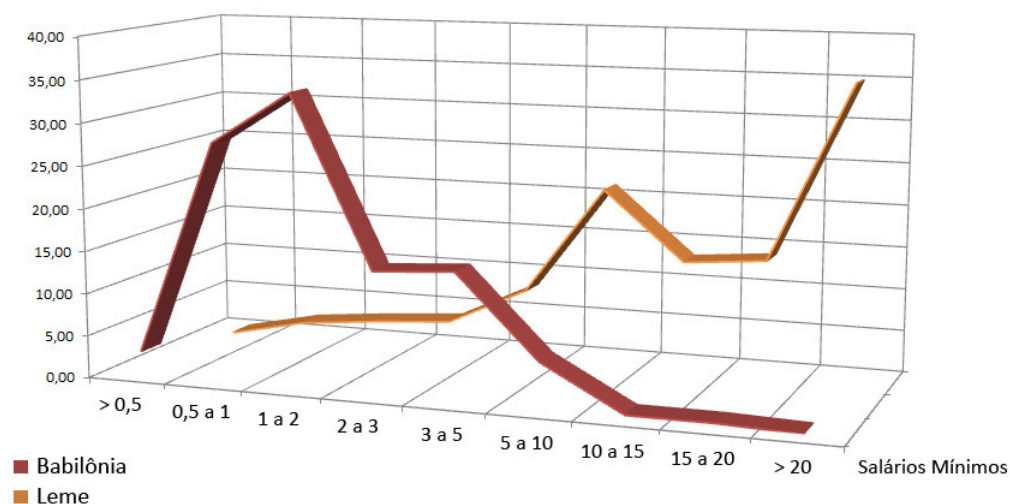


Gráfico V - Comparação dos níveis de renda entre a Babilônia e a totalidade do bairro do Leme.

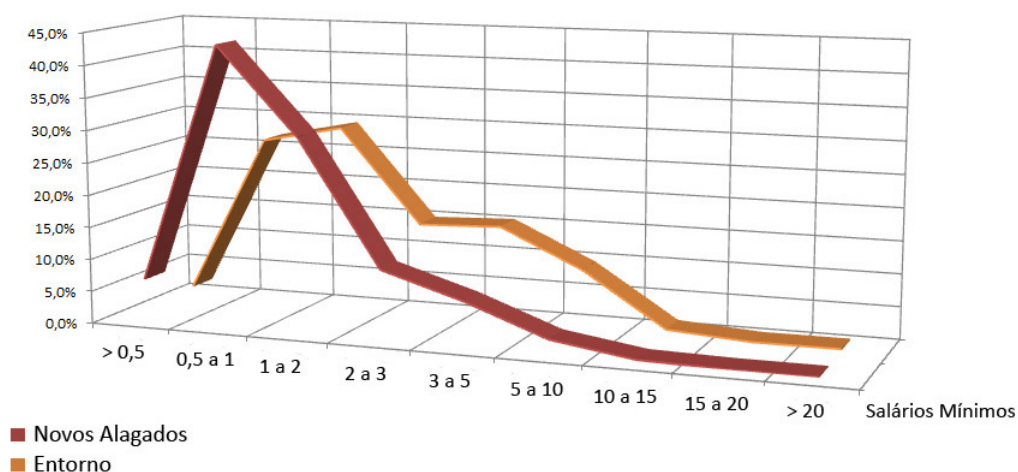


Gráfico VI - Comparação dos níveis de renda entre os setores dos Novos Alagados e o entorno imediato.

	Domicílios	Habitantes	Área	Densidade
Santa Marta	1.262	4.520	54.692m ²	826,3 Hab/ha
Babilônia	381	1.426	89.500m ²	159,3 Hab/ha
Novos Alagados	3.734	14.971	513.080m ² ⁴⁵	291,8 Hab/ha
Botafogo	31.035	79.588	4.790.000m ²	165,8 Hab/ha
Leme	5.684	14.157	977.200m ²	144,9 Hab/ha

Tabela I - Indicadores populacionais⁴⁶

⁴⁵ Por estimativa, excluídas as áreas alagadas dos setores, atualmente desocupadas.

⁴⁶ Dados do Censo IBGE (2000).

A. Santa Marta

Em 1901 os padres jesuítas fundaram o Colégio Santo Inácio, inicialmente na Rua Senador Vergueiro, mudando, em 1903, para a casa nº 226 da Rua São Clemente. Com o sucesso do empreendimento, o colégio ampliou suas instalações e incorporou algumas chácaras vizinhas. A partir de 1924, o Padre José Maria Natuzzi, que dirigia o colégio desde 1908, passou a permitir que alguns operários pobres e suas famílias estabelecessem moradia no Morro onde atualmente se encontra o Santa Marta, posteriormente abrigou também agricultores que deixaram o Vale do Paraíba na crise do café de 1929⁴⁷. Entretanto, oficialmente, a área seria constituída apenas por uma densa mata até 1942⁴⁸, quando chegou ao local a primeira corrente migratória, originária das regiões Norte e Nordeste do país.



Figura 4 - Copacabana, Botafogo e localização dos acessos.

Fonte: Imagens Google 2009.

A ocupação se iniciou na parte alta do morro, se utilizando do acesso pela mata, com saída para Laranjeiras, para somente depois irem descendo a encosta, em direção ao acesso mais fácil por Botafogo. “Essa forma de ocupação protegia os moradores da vigilância dos guardas florestais (fiscais) que de baixo não visualizavam os barracos entre as árvores” (ROCHA, 1997, p.62).

⁴⁷ Informações da Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB, a partir de pesquisa do historiador Milton Teixeira.

⁴⁸ Segundo dados do SABREN, Sistema de Assentamentos de Baixa Renda do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP.



Figura 5 - O Santa Marta com os bairros de Botafogo à direita e Laranjeiras acima, à esquerda.
Foto do autor.

A ocupação evoluiu intimamente ligada à igreja, principalmente nas primeiras décadas de sua existência, assim, no final da década de 1950, o padre Veloso, que chegou no Santa Marta em 1940 com uma proposta de catequese, se torna o responsável pelo Círculo Operário⁴⁹, que foi o embrião da formação de lideranças no morro, e acabou gerando a fundação da Associação de Moradores, em 1965 (SILVA, 2003).

Já na primeira metade da década de 1950, o morro, que contava com 1632 moradores, segundo o censo de 1950, sofreu a primeira ameaça de remoção, que gerou uma forte mobilização dos moradores. Nesta época foi criada a Comissão de Luz, procedimento adotado para o fornecimento de luz nas favelas. Este modelo de distribuição vigorou até o final da década de 1970⁵⁰, quando a Light⁵¹ começou a eletrificar as favelas e, após grande mobilização dos moradores, instalou seus relógios no Santa Marta (ROCHA, 1997).

Não havia luz da Light. Alguém tinha um relógio, um medidor grande, um transformador enorme, e assumia a comissão de luz, tirava uns 20% a mais para despesas, que cobrava dos moradores. Esse era o percentual autorizado pela Comissão Municipal de Energia, a atual Riolut, mas depois ele tirava mais uns 30% por sua conta. Era a forma de ter luz nas favelas (OLIVEIRA, 2003, p.37).

A atividade política nos primeiros anos da ocupação, devido à conjuntura política nacional, era intensamente ligada à luta contra as remoções. Na década de 1960, diversas favelas foram removidas dos arredores da Lagoa Rodrigo de Freitas durante a política de remoções, entre elas as favelas do Pasmado e Macedo Sobrinho em Botafogo. A resistência do Santa Marta se beneficiou da propriedade das terras que se encontrava nas mãos dos jesuítas, que se

⁴⁹ Organização da Igreja Católica, que tinha uma proposta de reunir os trabalhadores no local de moradia e não nos sindicatos (SILVA, 2003).

⁵⁰ A Associação de Moradores assumiu a administração do serviço após sua criação em 1965.

⁵¹ Empresa de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro.

posicionaram fora do processo especulativo.

O crescimento populacional se intensificou nos anos 1960, uma época que se mostrou de grande mobilização, na qual a Igreja continuou ativa; com o apoio da Cruzada São Sebastião⁵² construíram a caixa d'água do pico, e, ao mesmo tempo, o morro viu surgirem outras iniciativas, ligadas a partidos, principalmente o Partido Comunista (SILVA, 2003).

Nos anos 1970, o Santa Marta, com uma população "basicamente de mineiros e oriundos do norte fluminense" (ROCHA, 1997, p.64) sente os efeitos da intensa migração originária dos estados do Norte e Nordeste, que modifica a composição inicial da população e produz transformações intensas no espaço, ao ocupar os espaços vazios, utilizados até então como áreas de lazer e motivando a derrubada de muitas árvores que ainda existiam na ocupação. Até então, as residências, mesmo pequenas, "tinham quintal e uma área ao redor da construção, que era às vezes cercada. Aos poucos as casas foram perdendo estes espaços, dando lugar à construção de outras" (ROCHA, 1997, p.63).



Figura 6 - O Santa Marta ao redor de 1970.

Fonte: Associação de Moradores do Santa Marta.

Lembro da minha infância, em que a gente brincava, tinha terreno em volta ou tinha capim, pé de fruta no meio da comunidade. No final dos anos 1970, quando comecei a militar, já comecei a perceber que o espaço diminuiu, o espaço que eu jogava bola de gude, brincava de pique, ou o pé de goiaba, a mangueira, o abacateiro, isso tudo já não tinha mais (SILVA, 2003, p.304).

Até a década de 1980, quando começaram a ser substituídas por alvenaria, a grande maioria das residências era de madeira e outros materiais reaproveitados, cobertas com telhas francesas, originárias dos desmontes de casarões de Botafogo. Uma minoria era ainda feita em barro ou estuque, erguidas pelas famílias mais pobres e que se situavam próximas à mata.

As fortes chuvas de 1988, somadas ao o lixo e a lama acumulados, provocaram um grande desabamento que destruiu cerca de 30 barracos e vitimou vários moradores. Após o acidente,

⁵² Criada em 1955 por Dom Helder Câmara, a Cruzada foi uma iniciativa da Igreja Católica que desenvolveu uma atividade de grande amplitude voltada para a produção de moradias novas e equipamentos de infraestrutura, na linha do que hoje são os projetos de urbanização de favelas (VALLADARES, 2005). Seu empreendimento mais significativo é o conjunto São Sebastião, erguido no Leblon, com sete blocos e 790 moradias, para abrigar grande parte do moradores removidos da favela da Praia do Pinto (VALLA, 1985).

este trecho da ocupação permaneceu desocupado, até o projeto de reurbanização ocupar a área no final da década de 2000.



Figura 7 - Vista do bairro de Botafogo, com casas do Santa Marta em primeiro plano.
Foto do autor.

A Violência

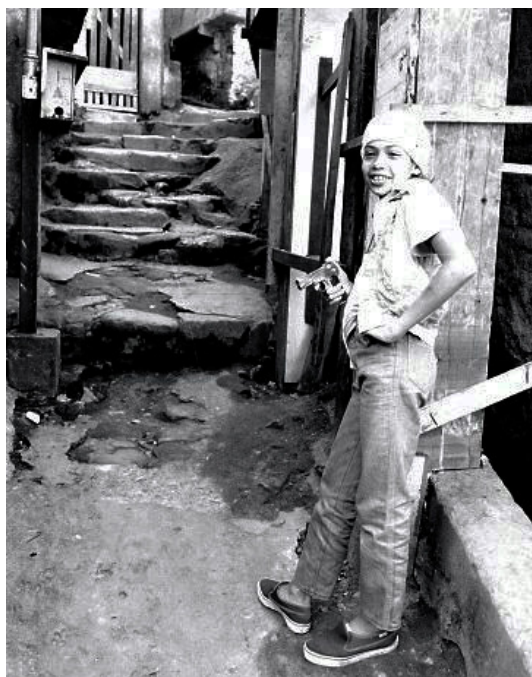


Figura 8 - Carlinha do rodo em 1987.
Fonte: Arquivo Jornal Extra.

Segundo Peppe (1992), o narcotráfico, como estrutura organizada, se instalou no morro Santa Marta no início dos anos 1980, “até este período, seria mais apropriado falar-se em famílias que controlavam o ilícito: o contrabando de furtos e um incipiente comércio de drogas, mais o jogo do bicho” (MAFRA, 2006, p.296). A situação ficou mais tensa a partir de 1987, quando houve a primeira “guerra” do Santa Marta, com a disputa territorial entre os traficantes dos grupos de Zaca e Cabeludo, que dominavam cada um uma parte do morro. Durante seis dias, as duas quadrilhas se enfrentaram, com intensas trocas de tiros. Após 87, outras guerras ocorreram, mas esta ainda hoje é percebida como o acontecimento violento mais marcante na história do morro.

A relação das lideranças comunitárias com a presença do narcotráfico no morro é marcada pela recusa de uma relação direta e pela disputa de espaço e influência. “Faz parte da sua história a concorrência com chapas para a Associação de Moradores ligadas ao narcotráfico” (MAFRA, 2006, p.287). Desde 1981, já havia uma chapa com alguma ligação com o tráfico concorrendo para a Associação, mas de forma não estruturada, sem uma estratégia de controle de poder. No final dos anos 1980, já com uma estratégia específica, uma chapa ligada ao tráfico assume a direção da Associação, com a gestão do Castelo⁵³ (SILVA, 2003).

⁵³ Segundo Itamar Silva (2003), Castelo, o Presidente da Associação neste período, seu vice, Chicão, e a

Santa Marta ou Dona Marta



*Figura 9 - O Santa Marta, e ao fundo, o Corcovado.
Foto do autor.*

Existe uma divergência, ou mesmo uma disputa ao redor do nome da comunidade⁵⁴, entre os que defendem a nomenclatura de “Santa”, como Itamar Silva, que historicamente, os moradores sempre se referiram ao local como Santa Marta e que a polêmica, assim como a nova denominação, seriam eventos recentes. Outros enfatizam a origem da comunidade, ligada aos jesuítas que usavam o espaço do pico para rezar, e a atuação do padre Veloso, que teria dito que: “como Cristo descansou na casa de Marta, ali seria um espaço de acolhida para esta comunidade” (2003, p.302). Neste sentido, apesar da associação local, fundada em 1965, se chamar Associação de Moradores do

Morro Santa Marta, certos setores, como os evangélicos, por negarem a existência de santas, preferem o morro como “Dona”, e legitimam sua versão afirmando ser este o nome do mirante sobre o morro. A esta questão se soma a atuação da imprensa, que sempre se referiu ao morro como Dona Marta, e na qual ele sempre aparecia de forma negativa, se agravando nos anos 1980, quando ficou fortemente estigmatizado pela sequência de eventos violentos.

Durante nossa pesquisa identificamos que os mapas da virada do século, portanto anteriores à instalação da ocupação, indicavam o grande maciço rochoso como Morro Dona Martha, o que, entretanto, não pode assumir sem maiores cuidados como o nome da ocupação, visto que muitos defendem a diferenciação entre o nome do morro e o da ocupação.

O Grupo ECO

No final da década de 1970, um grupo de jovens reunidos para produzir um jornal local que levasse aos moradores diferentes visões e novas ideias a respeito da vida comunitária no Santa Marta (MAMEDE, 2005). Esta iniciativa criou um grupo que se confunde com a história da organização da comunidade, a tal ponto que uma contextualização apropriada da favela Santa Marta não poderia ser feita sem levar em conta este movimento. O Grupo Eco não se limitou apenas a atividades políticas, mas também a atividades como mutirões comunitários, para melhoria da infraestrutura, abertura de valas e caminhos, construção da sede da associação e substituição das tábuas de madeira por tijolos nos barracos (MAFRA, 2006).

secretária da gestão acabaram assassinados nos anos que se seguiram, em decorrência das ligações criminosas, embora não se possa afirmar quem foram os executores.

⁵⁴ *Visto que ambos os nomes são utilizados pela população do morro, neste trabalho utilizaremos tanto um como outro, sem que isto signifique a concordância com uma ou outra posição.*

O Jornal Eco, editado pelo grupo, se configurou como um veículo de comunicação interna, mas também de “autodefesa da comunidade”, atendendo à “estratégia do confronto, da disputa de hegemonia de imagem e identidade criada sobre o 'morro', pelo asfalto e pelo próprio 'morro” (ROCHA, 1997, p.70). Uma forma de se contrapor à espetacularização da violência que lançou o Dona Marta com força na mídia, no final da década de 1980, pelas guerras do tráfico e pela imagem da menina Carlinha, com 14 anos, sorriso inocente e corpo franzino, segurando uma pistola nas mãos⁵⁵. Uma exposição que reforçava o estigma já existente de que a favela seria o espaço da violência, o espaço de bandidos.

Ainda na composição da contradição destes espaços, podem-se citar também imagens que a imprensa eternizou, demonstrando a capacidade que o asfalto tem no domínio das leis do mercado, de cooptar até mesmo as imagens do crime (ROCHA, 1997, p.70).

O projeto de reurbanização

O Santa Marta situa-se em uma encosta extremamente íngreme e irregular e, por muito tempo, a geografia do morro foi a principal desculpa apresentada pelos governos para justificar a situação precária, ou dificuldade de realização de vários serviços básicos (MAMEDE, 2005). Entretanto, entre 2004 e 2009, o Governo do estado promoveu um projeto de reurbanização que previa melhorias habitacionais e de infraestrutura, associado a projetos sociais.

O Projeto de Reurbanização incluiu também melhorias nas redes de água, esgoto e drenagem, além de melhorias habitacionais, com construção de novas unidades, para a substituição das casas de madeira ou precárias, e reformas em outras, nas quais a pintura de suas fachadas transmitia a impressão de um maior alcance do projeto, principalmente visto de Botafogo.

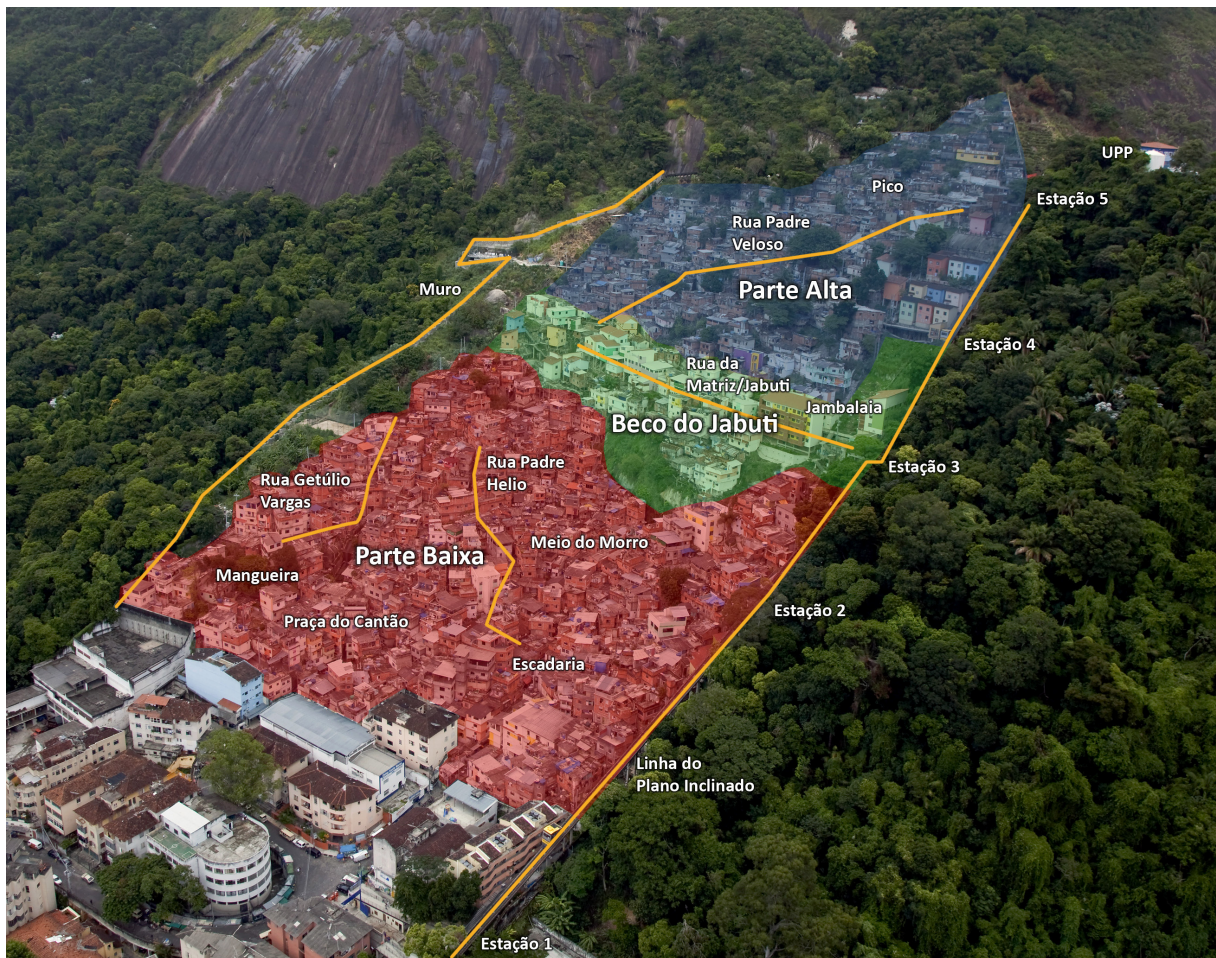
Segundo a SEMADUR⁵⁶, as propostas buscavam melhorar a acessibilidade interna e possibilitar a integração à malha formal, “visando otimizar a circulação de pedestres e viabilizar a prestação de serviços públicos, particularmente de saúde, segurança e limpeza pública” (JOUAN et al., 2006, p.15). Desta forma, foram restauradas ou construídas as vielas internas de pedestres e foi construído o “plano inclinado”, na verdade um sistema de dois planos inclinados, conectados por uma estação de transferência, que faz o transporte de pessoas, cargas e contentores de lixo, pela lateral direita do morro. Estes projetos de reurbanização serão analisados mais detalhadamente no Capítulo V.

⁵⁵ Ana Karla Milar Gomes, conhecida como Carlinha do Rodo, foi integrante da quadrilha e namorada de Cabeludo, morreu em 1992, à pauladas, após desavenças entre a própria quadrilha.

⁵⁶ Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, responsável pelo projeto de reurbanização do Santa Marta até 2007, quando o Decreto 40.574 de 2007 transferiu esta atribuição à EMOP.



*Figura 10 - O Morro Santa Marta em 2008.
Foto Nilo Lima.*



*Figura 11 - Mapa esquemático do Santa Marta.
Foto Ricardo Zerrenner*

B. Babilônia



*Figura 12 - A ocupação informal no Morro da Babilônia, parcialmente encoberta pelos prédios.
Foto do autor.*

Origens

Ao contrário do aristocrático bairro de Botafogo, que se encontrava ligado à cidade desde 1871 por serviço regular de bondes, a área de Copacabana e Leme era, até início do século XX, um recanto de pescadores, um grande areal com algumas pequenas choupanas (ABREU, 1987). Com a abertura do Túnel Velho, pela Companhia Jardim Botânico⁵⁷, em 1892, e a consequente ligação por bondes, o espaço do bairro se transformou drasticamente. A estratégia dos incorporadores era estimular a ocupação destas novas áreas pela introdução de um sistema de transporte, muitas vezes gratuito⁵⁸, como modo de minimizar o custo econômico dos primeiros adquirentes, ou, como descreve Abreu: através da “compensação para seus altos custos sociais” (1987, p.48). O relatório da companhia de 1894⁵⁹ descreve a situação deixando-se perceber os interesses envolvidos:

A exceção de um ou outro prédio bom, os demais são, na verdade, pequenas e pobres choupanas [...] É (pois) um bairro a crear-se. Agora é que vão tendo começo as edificações, as melhores casas se levantam [...] Dentro de um lustro, aqueles desertos do Sahara - como o qualificaram, se converterão em grandes povoações, para onde afluirá, de preferência, a população desta cidade [...] Não podemos duvidar da acção civilizadora dos nossos tramways (NORONHA SANTOS⁶⁰, 1934, p.241).



Figura 13 - Marcas da ocupação da Ladeira do Leme em 1949.
Fonte: Cardoso et al., 1986.

Os novos bairros se consolidam, ajudados por investimentos da prefeitura dentro da política de embelezamento e melhorias das áreas nobres, que chegou a revogar a legislação que permitia a construção das casas rústicas que inicialmente ocupavam a área, para garantir um alto padrão de moradias e evitar o acesso de classes de renda inferior ao bairro, gerando uma ocupação em grelha ortogonal, com largos lotes ocupados por casarões e casas assobradadas afastadas das divisas (MARQUARDT, 2003).

⁵⁷ A Companhia de Ferro Carril do Jardim Botânico, ao inaugurar em 1868 a linha entre a Rua Gonçalves Dias e o Largo do Machado, foi a primeira empresa a explorar uma concessão de bondes de burro na cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 1987).

⁵⁸ Em 1894 foram criados os ramais partindo do ponto final da linha para Copacabana, na atual Rua Siqueira Campos, um em direção ao Leme e outro à igreja (atual Posto Seis), “esses ramais foram inaugurados, respectivamente, em 8 e 15 de Abril, sendo a condução grátis” (ABREU, 1987, p.48).

⁵⁹ Relatório da Companhia Jardim Botânico de 1894, refutando opiniões contrárias expressadas por acionistas no momento de inauguração das linhas.

⁶⁰ Apud ABREU, 1987, p.48.

Ainda que contasse apenas com uma incipiente ocupação, Copacabana se beneficiou dos investimentos realizados durante a Reforma Passos, que transformou o centro da cidade entre 1904 e 1908. A abertura da Avenida Beira Mar facilitou a ligação com o centro e, em 1906, a abertura do Túnel do Leme (atual Túnel Novo) e da Avenida Atlântica completaram a integração do bairro com a cidade (ABREU, 1987).

O Morro da Babilônia até final do século XIX abrigava apenas algumas instalações militares, Postos de Observação, que visavam a proteção da costa brasileira⁶¹, acessados pela Ladeira do Leme, que foi durante muito tempo uma das duas únicas ligações diretas entre Botafogo e Copacabana⁶². Da ladeira saía o Caminho do Telégrafo da Babilônia que dava acesso ao topo do morro onde funcionava um posto de telégrafos. Entretanto, as primeiras construções precárias do morro remontam ao século XIX, como o decreto de 1934 permite identificar:



Figura 14 - Ocupação no morro da Babilônia em 1958.
Foto Carlos Botelho.

[...] a existência de documentos que comprovam a concessão, a título precário, em 1872 e 1889, a ex-praças do exercito, de tratos de terras, na zona em questão, demonstra que, sempre que se tornou oportuno, fez o Ministerio da Guerra valer os seus direitos (Decreto Nº 24.515 de 30 de Junho de 1934)⁶³.

A ocupação do morro com moradias se iniciou pelo alto, as primeiras casas construídas foram os abrigos erguidos pelos militares, para permanecerem no morro. Marquardt (2003) nos lembra que o morro⁶⁴ foi cenário para o filme Orfeu Negro de Marcel Camus, em 1959, e que é possível perceber, nas cenas rodadas na favela esta ocupação da parte alta.

⁶¹ Segundo Marcos de Rezende Nunes, historiador e morador da Babilônia por 22 anos.

⁶² Além da Ladeira do Leme, a ligação pela Rua Real Grandeza, por sobre o Morro da Saudade, descendo na Ladeira dos Tabajaras, também era utilizada para se chegar a Copacabana. O acesso, por Ipanema, contornando os morros, apesar de possível não era utilizado devido à grande distância a ser percorrida. (CARDOSO et al., 1986).

⁶³ No momento em que se deu a urbanização do Leme e Copacabana, a propriedade de parte das terras, da Companhia de Construções Cíveis (Responsável pelo loteamento da área), foi contestada pela União e o conflito só foi resolvido, com o decreto presidencial de 1934, que determinou a área dos morros da Babilônia, Leme, Anel, Urubú e Inhangá como sendo de domínio do Ministério da Guerra.

⁶⁴ Não foi a única presença significativa da Babilônia nas obras culturais, o morro também foi alvo de um documentário recente, o filme "Babilônia 2000" de Eduardo Coutinho.

Esta ocupação teria estimulado, após a abertura dos túneis que transformaram o acesso aos novos bairros, e a onda de construções que com estes se iniciou, que muitos trabalhadores fizessem ali suas moradas provisórias. Inicialmente este novo afluxo visava permanecer enquanto durassem as obras, mas no século XX, com a evolução do bairro, estas instalações se tornaram permanentes, visto que os serviços domésticos nas casas das famílias abastadas que se instalavam foram pouco a pouco substituindo o trabalho nas obras (MARQUARDT, 2003). Ainda que o transporte público só tenha chegado ao bairro na virada do século, e apenas em 1906 o Túnel Novo trouxe acesso direto ao Leme, já em 1907⁶⁵ a imprensa carioca denunciava a existência de diversos barracões no Morro da Babilônia, e desde 1912 no Morro do Leme (ABREU, 1994).

A ocupação vizinha, do Chapéu Mangueira, estaria bastante ligada a esta nova demanda de trabalho, tendo, portanto, uma origem mais recente⁶⁶, se desenvolvendo desde o início na parte mais baixa do morro, voltada aos fundos dos lotes da Rua Gustavo Sampaio, por estar mais ligada a estas novas famílias do que ao exército (MARQUARDT, 2003).

Evolução e acessos

Até meados do século XX a ocupação avançou basicamente através de três acessos, que se tornaram vetores de seu desenvolvimento: o primeiro pela Ladeira do Leme e o acesso ao posto dos telégrafos⁶⁷; o segundo, a partir de uma escadaria de serviço, que existiu até a década de 1940 na entrada do Túnel Novo, através do qual a favela se expandiu pela encosta oeste, voltada para a Avenida Princesa Isabel; e o terceiro se formou a partir de caminhos que partiam da área do forte, e possuíam ramificações em direção às instalações militares na Praia Vermelha e a pequenos núcleos de ocupação no topo da Pedra do Urubu e no caminho da Pescaria. A ocupação se estendia portanto, guiada pelos caminhos que partiam dos extremos opostos do morro, se organizando a partir da parte alta deste (MARQUARDT, 2003). Embora hoje seja o único acesso utilizado pelos moradores, foi apenas em meados do século XX que a ocupação se deslocou em direção à, recém-aberta, Ladeira Ary Barroso⁶⁸.

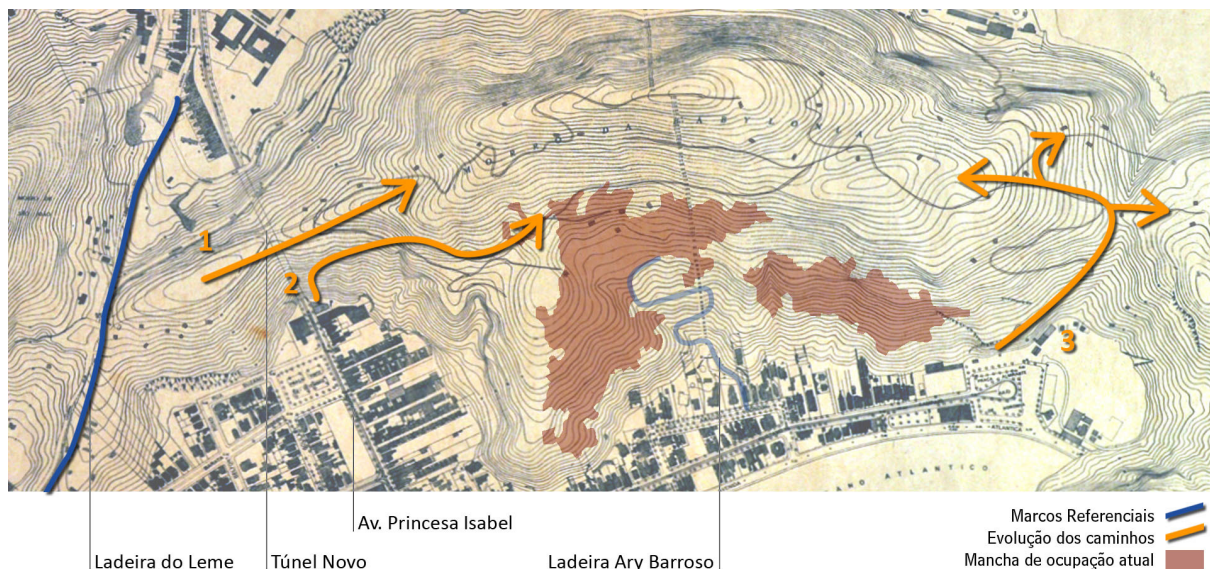
As informações sobre a evolução da população favelada são bastante escassas, vistas como uma ocupação temporária, a ser futuramente superada, muito pouco se investiu em conhecê-las melhor. Entretanto, mesmo sem uma sistematização de dados confiável, podemos estimar, de acordo com Goulart (1957), a ocupação da Babilônia evoluindo de 59 casas em 1920, para 73 em 1933.

⁶⁵ Abreu (1994) cita as edições do *Correio da Manhã* de 2.Jun.1907 e de 3.Mar.1912, respectivamente.

⁶⁶ Marquardt (2003) cita depoimentos que descrevem a ocupação, ao redor de 1940, como se resumindo a "meia dúzia de casas".

⁶⁷ O caminho se encontra hoje coberto de mato, porém, até a década de 1980 ainda circulavam por ali carros do exército (MARQUARDT, 2003).

⁶⁸ Ainda em 1935, a Ladeira Ary Barroso, apesar de constar na *Planta Cadastral da Cidade*, se limita apenas a um pequeno trecho inicial, que não avança pela encosta do morro.



*Figura 15 - Evolução dos caminhos de acesso ao Morro da Babilônia.
Fonte: Imagem AGCRJ.*

Neste período, apesar do pequeno número de casebres, a Babilônia já era considerada uma favela consolidada, e de certa forma emblemática, por ter resistido às primeiras remoções, e pelas frequentes referências na imprensa, que incluíam a Babilônia entre as maiores favelas da cidade (MARQUARDT, 2003). Apesar do pequeno número absoluto, dois aspectos lhe davam grande visibilidade: “a questão da localização, pois os barracos ou casebres estavam situados em áreas de expansão dos 'bairros burgueses', e o aparente ritmo de sua multiplicação” (SILVA, 2005, p.86).

Remoções e visibilidade



*Figura 16 - A ocupação visualmente protegida pelos prédios do Leme.
Foto do autor.*

Foi exatamente esta condição de forte exposição visual que influenciou no momento da remoção executada em 1917, da parte oeste da ocupação, ocupando áreas sobre o Túnel Novo, de forma muito exposta para a Avenida Princesa Isabel. “poderíamos pensar que os barracos retirados ofendiam mais do que a 'segurança', como argumentado, [mas também os] padrões estéticos esperados para um bairro de elite” (MARQUARDT, 2003, p.20).

A ocupação experimentou um grande desenvolvimento a partir de meados da década de 1930⁶⁹, atingindo 200 moradias em 1948. Com o novo afluxo e respaldada pela visibilidade agora encoberta pelos edifícios de apartamentos reduzidos, conjugados e quitinetes⁷⁰ voltados a uma classe menos abastada, que surgiam na Avenida Princesa Isabel, a encosta oeste voltou a ser ocupada. Entretanto, neste mesmo período, o morro sofreu com a reação organizada durante a “batalha do Rio de Janeiro”⁷¹, quando as ocupações no topo do morro, visíveis desde o Pão de Açúcar, principal cartão postal da cidade foram removidas.

Com a intensificação do controle exercido pelo exército, em meados de 1950 a população da Babilônia para de crescer, exatamente em um período de grande expansão nas outras favelas da cidade, e, a partir da década de 1970, após a drástica retirada ocorrida em 1968 que atingiu a face oeste e a parte superior do morro⁷², a ocupação se consolida nas áreas intermediárias da encosta, parcialmente encoberta pelos prédios da Avenida Princesa Isabel e da Rua Gustavo Sampaio. Os caminhos pelo alto são abandonados, permanecendo como único acesso ativo a escadaria no topo da Ladeira Ary Barroso (MARQUARDT, 2003).

Após meados da década de 1980⁷³ a ocupação se distancia do controle do Exército, transformando a relação da “comunidade” com o espaço construído. Se o novo período significava maior liberdade, esta transformação ocorreu em um momento que a organização política do morro já estava bastante desenvolvida e consolidada, e a percepção do espaço produzido na Babilônia, como diferenciado das outras favelas cariocas, assim como daquele existente no Chapéu-Mangueira, por apresentar uma densidade relativamente baixa para o

⁶⁹ *O período coincide justamente com o recrudescimento da legislação urbanística, quando o Código de Obras de 1937 preconiza, em seu capítulo XV, a “extinção das Habitações Anti-Higiênicas” e “proíbe” a formação de favelas (VALLADARES, 2005, p.52), entretanto, como formações por natureza em desacordo com a lei, esta não só se tornava ineficaz como pode ter estimulado sua expansão, pela rigidez aplicada sobre as habitações formais, servindo apenas como reforço aos argumentos remocionistas.*

⁷⁰ *Na década de 1960 a construção de quitinetes foi proibida numa tentativa de redirecionar o bairro a classes de renda mais elevadas, que contou posteriormente com obras de desobstrução do trânsito pelo alargamento da Avenida Atlântica (MARQUARDT, 2003).*

⁷¹ *Campanha desenvolvida pelo Correio da Manhã entre maio e junho de 1948, principalmente através da figura do Deputado e Jornalista Carlos Lacerda, que teve grande repercussão na imprensa e política carioca. Apesar de clara intenção política, as matérias publicadas abordavam a favela como um problema de amplitude nacional, combatendo as concepções simplistas e funcionalistas e buscando uma nova concepção, na qual a favela seria fruto de distorções geradas no próprio desenvolvimento urbano, o que alterava significativamente a representação dos seus moradores (VALLA, 1986). “No ‘vácuo político’ da habitação popular, habilmente (alguns diriam de forma oportunista) Carlos Lacerda captou as contradições – e, dentre elas, as inovações – existentes, transformando-as em capital político, buscando criar um espaço alternativo ao poder local e ao ‘contrapoder local’, que seria a força do Partido Comunista nas favelas cariocas” (SILVA, 2005, p.128). Embora tenha produzido poucos resultados concretos, a Batalha do Rio estimulou a discussão sobre o tema e o estudo do fenômeno, entretanto a mobilização desencadeada pela campanha da ‘batalha’ acabou levando a uma atuação imediata mais repressiva.*

⁷² *Nestes setores, apenas uma esparsa ocupação na Pedra do Urubu resiste, que foi sendo abandonada pelo movimento de descida dos moradores em direção a parte mais consolidada da ocupação (MARQUARDT, 2003).*

⁷³ *Sebastião do Santos, principal interlocutor do Exército na liderança da Babilônia, foi assassinado em 1984, após 24 anos à frente da Associação de Moradores.*

padrão das favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro e a presença de largos, quintais amplos, vias arborizadas e uma boa ventilação. Esta constatação levou a uma valorização do espaço existente e ao desenvolvimento de um movimento de resistência ao processo de transformação e adensamento que a favela nitidamente sofre.



*Figura 17 - Babilônia em 2010.
Foto do autor.*

Apesar desta consciência, a presença do tráfico, segundo Isaías Bruno⁷⁴, enfraqueceu a ação da associação e o seu poder de controle sobre a produção do espaço ficou comprometido frente ao poderio bélico do movimento, que toma, muitas vezes, suas próprias decisões sobre o espaço coletivo, segundo seus próprios interesses. Paralelamente, ele reconhece que em determinadas situações de necessidade, principalmente de moradores antigos, novas exceções precisam ser abertas, alterando, ainda que de forma muito mais lenta do que em outras favelas, a oferta de espaço livre e coletivo no local.

Atualmente ocupação da Babilônia, conta com 440 famílias⁷⁵, o Censo Demográfico de 2000, do IBGE, indicava a existência na Babilônia de 381 domicílios e 1426 habitantes, e, de 311 domicílios e 1146 habitantes, na sua vizinha, Chapéu Mangueira.

⁷⁴ *Ex-presidente da AMABABI.*

⁷⁵ *Estimativa da Secretaria Municipal de Habitação (2004).*



Figura 18 - O Morro da Babilônia e arredores em 2008
Foto Nilo Lima.

Entre 2003 e 2005 a ocupação passou pela intervenção do projeto Bairrinho da prefeitura do Rio de Janeiro, com projetos de infraestrutura, visando aperfeiçoar o sistema de saneamento, drenagem e viário além de projetos voltados à promoção social, através de creches e equipamentos para esporte e lazer. Nesta intervenção, as vielas e escadas foram refeitas em concreto e algumas vias rampadas foram abertas para facilitar o tráfego pedestre, mas parte do projeto, que contava também com várias praças, quadra esportiva, canalização de esgoto, novas unidades habitacionais e uma nova caixa d'água, nunca foi concluída.

O programa Bairrinho previa também reassentar algumas casas, situadas em área de risco ou dentro da área da APA⁷⁶, mas os dois blocos de apartamentos tiveram suas obras interrompidas e acabaram sendo invadidos, por moradores que se encontravam em situação crítica de habitação, mesmo com a construção inacabada.

⁷⁶ Área de Preservação Ambiental dos Morros da Babilônia e São João, estabelecida pelo Decreto Municipal n.º 14.874, de 05 de junho de 1996, com regulamentação de uso em 1999.



*Figura 19 - A Babilônia e, ao fundo, o Chapéu Mangueira, em 2011.
Foto do autor.*

Atualmente os limites da ocupação se fazem majoritariamente com as matas da área de preservação, e em muitos trechos se encontra bastante próxima dos fundos dos prédios do Leme, permitindo significativo contato visual com os apartamentos das Ruas General Ribeiro da Costa e Gustavo Sampaio. Entretanto, sua continuidade direta com a cidade se faz apenas pela Ladeira Ary Barroso, pela qual também se pode acessar o Chapéu-Mangueira.



*Figura 20 - Quadra na praça, situada no acesso à Babilônia.
Foto do autor.*

Durante o andamento da pesquisa, em 10 de junho de 2009, foi implantada a UPP Babilônia-Chapéu Mangueira, instalada em um bloco de três pavimentos na parte alta do morro, com um efetivo de 99 policiais, o que nos permitiu a oportunidade de manter um contato intenso com a Babilônia nos dois momentos, antes e depois do processo de “pacificação”.



Figura 21 - O Morro da Babilônia e o Bairro do Leme.
Foto do autor.



Figura 22 - Mapa esquemático da Babilônia.
Foto do autor.

C. Novos Alagados

Salvador - Contexto histórico

A cidade de Salvador sofria com surtos epidêmicos desde a metade do século XIX, devido a uma infraestrutura urbana precária e habitações insalubres, assolando principalmente as áreas próximas à zona portuária (SANTOS, 1998). Como reação a este contexto as posturas municipais passam a estabelecer normas e controles sobre as condições sanitárias da cidade, e, já em 1893, são adotadas medidas coibindo a construção de cortiços e edificações insalubres, reforçando um processo de modernização e embelezamento da cidade, que se articulava, buscando a transformação da cidade colonial e escravista, identificada como velha, suja e insalubre, em uma Salvador moderna, vista como civilizada e funcional. O processo que se desenrolava, de forma real ou ideológica, desde o século XIX, a partir da substituição da mão-de-obra escrava assume uma vertente menos ideológica e mais efetiva, que, com a recuperação da economia baiana no início do século XX, torna possível a reforma urbana, realizada durante o Governo J.J. Seabra, entre 1912 e 1916, marcada por grandes intervenções e investimentos públicos maciços (FERNANDES; GOMES, 1991). As atuações eram, no entanto, restritas a “intervenções físicas pontuais no ambiente construído, ainda dissociadas de uma sistemática institucional urbanística” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.93). Postura que seria conquistada apenas em meados do século XX, com a elaboração, pelo EPUCS⁷⁷, do plano urbanístico de 1943.

O advento dos transportes coletivos desempenhará um papel fundamental nesse processo de espacialização e diferenciação: ele viabilizará o rompimento da superposição espacial entre local de moradia e local de trabalho, ao mesmo tempo em que vai facilitar a fuga das áreas mais congestionadas e insalubres da cidade para as camadas de maior capacidade econômica (FERNANDES; GOMES, 1991, p.101).

Com o projeto de modernização de cunho higienista, surge também um novo tipo de habitação, as “avenidas” e os “grupos de casas”⁷⁸, pequenas habitações de aluguel, produzidos em série e destinadas à população de faixas de renda mais baixas (GORDILHO-SOUZA, 2008). Este padrão habitacional já é identificado por Cardoso⁷⁹ (1991) como apresentando uma maior concentração na península de Itapagipe e ao norte no núcleo antigo, sendo, entretanto, possível identificar a presença deste padrão habitacional mesmo na região sul do referido núcleo, onde se localizam os bairro da Barra e Vitória, em meio a outros tipos habitacionais, característicos de rendas mais altas. Esta diferenciação por renda se estabelecia como a principal característica de diferenciação espacial, visto que, até a década de 1920,

⁷⁷ *Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, sob coordenação de Mário Leal Ferreira.*

⁷⁸ *As “avenidas” eram grupos de habitações dispostas em duas fileiras paralelas, com uma rua central, com um único portão de acesso, dotadas de quarto, sala, cozinha e um sanitário normalmente coletivo. Os “grupos de casas” eram moradias coladas umas às outras e acesso único através de beco, com unidades compostas de três a quatro cômodos, dotadas de instalações sanitárias coletivas, geralmente precárias (GORDILHO-SOUZA, 2008).*

⁷⁹ *Apud GORDILHO-SOUZA (2008, p.92).*

“além das normas de cunho higienista para uso de áreas comuns e construção de edificações, praticamente não havia regras públicas para a definição das formas de parcelamento e para a implantação da edificação no terreno” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.93).

Neste sentido, Gordilho-Souza (2008), a partir do trabalho de Fernandes e Gomes, remarca, no período inicial da modernização de Salvador, a emergência de uma segmentação da cidade dentro da perspectiva higienista, mas também sob o ponto de vista funcional, visto que o centro já iniciava um processo de concentração e especialização como setor de comércio e serviços, ao mesmo tempo em que perdia importância como local de moradia. Esta situação parece identificar o início de um processo segregatório, “pela perda gradual das características de ‘superposições e de mistura social no espaço’ que predominaram na cidade escravista” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.93).

À medida que a cidade se modernizava e se segmentava em espacialidades nítidas, passaremos a observar uma diversificação nas condições higiênicas entre as suas áreas novas ou dinâmicas e suas áreas mais antigas e degradadas. Talvez se possa ver aí o surgimento de um novo sistema de exclusões da cidade (FERNANDES; GOMES, 1991, p.98).

Salvador, que mantinha uma população praticamente estável desde a década de 1920⁸⁰, entre 1940 e 1950 sofrerá um intenso crescimento populacional, com intensa migração de trabalhadores rurais, passando de 290.000 habitantes em 1940 para 417.000 habitantes em 1950⁸¹. Este desequilíbrio populacional fez com que na segunda metade da década de 1940 a crise habitacional se tornasse generalizada (CARVALHO, 2002). A intensa demanda por novas habitações provocou uma elevação abrupta de preços de aluguéis, em um momento em que as grandes intervenções modernizantes no centro velho contribuía para expulsar as populações para as periferias imediatas. Esse movimento criou ocupações populares, nas proximidades dos centros urbanos e vizinhanças consolidadas, caracterizadas por altas densidades e condições sanitárias precárias, o que logo suscitou discussões de cunho 'higienista', de combate às áreas insalubres e aos casebres e políticas de saneamento e embelezamento (GORDILHO-SOUZA, 2008).

Combate-se, desta forma, a 'desordem' aparente. Predominava a ideia de que a pobreza seria eliminada com o desenvolvimento, quando os trabalhadores, habitando em casas próprias e bairros adequados, tal qual já ocorria nos países industrializados, seriam assimilados pela sociedade capitalista que emergia, desenvolvida e moderna (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.38).

A cidade, que apresentava, até meados do século XX, uma estrutura fundiária arcaica, baseada em arrendamentos de glebas públicas e privadas, absorveu este grande fluxo migratório

⁸⁰ Dados do Censo de 1920

⁸¹ De acordo com Santos (1959).

através da subdivisão de antigos sobrados do Centro Histórico para aluguel⁸², entretanto esta prática logo deu sinais de esgotamento e os loteamentos abertos no Subúrbio Ferroviário não eram capazes de atender a esta demanda pois não se enquadravam na baixa capacidade de consumo destes migrantes. Situação que foi “resolvida” através das ocupações coletivas por “invasão” que se intensificaram a partir de então (GORDILHO-SOUZA, 2008).

Encostas, vielas, áreas degradadas do centro, manguezais, dentre outros, são invadidos pela massa de desempregados, subempregados e empregados mal remunerados que vieram no fluxo migratório (SANTOS, 2004, p.65).

Nesta situação surge em 1946 a invasão⁸³ do Corta-Braço, que deu origem ao atual bairro de Pero Vaz, na região da Liberdade, e, em seguida, a invasão de Alagados sobre áreas de mangue na Enseada dos Tainheiros, ao norte da Península de Itapagipe⁸⁴. Estes primeiros movimentos demonstram a concentração, ocorrida nessa época, de áreas de invasões na periferia norte da área central, nas proximidades da estação férrea da Calçada e do terminal portuário, margeando a zona industrial da cidade: “As primeiras invasões confirmam a tendência de espacialidades segmentadas por nível de renda, compondo espaços construídos diferenciados, localizados em áreas específicas no processo de expansão da cidade” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.109).

A ocupação em Novos Alagados

A partir da década de 1970, apesar do enfraquecimento do centro industrial e da ferrovia, a abertura da Av. Afrânio Peixoto (Suburbana)⁸⁵, garantiu transporte fácil e rápido para as regiões centrais da cidade e a ocupação sobre áreas alagadiças se apresentava como uma possibilidade de moradia, sem o risco imediato de retaliação, violência e remoção como ocorria nas moradias em ocupações sobre terra firme.

Com as obras de urbanização de Alagados em curso, entre 1973 e 1986, e o consequente “congelamento” imposto na área, pela fiscalização exercida, a pressão por moradias que esta área absorvia acabou sendo transferida para as áreas vizinhas, paralelamente a Prefeitura Municipal de Salvador (1993) também cita as migrações ampliadas neste período pelas obras do Polo Petroquímico de Camaçari e as desapropriações realizadas por ocasião das obras da abertura da Avenida Suburbana, cujas indenizações eram insuficientes para aquisição de novas

⁸² *No final do século XIX as famílias abastadas, ao migrarem do centro para novas áreas habitacionais abertas nos arredores imediatos, fugiam das condições insalubres e congestionadas encontradas no centro e disponibilizavam os antigos casarões para aluguel (GORDILHO-SOUZA, 2008; FERNANDES; GOMES, 1991).*

⁸³ *Por ocorrerem sobre terrenos de propriedade alheia ou duvidosa e sem a devida autorização, estas primeiras ocupações coletivas ocorridas em Salvador foram denominadas como invasões pela imprensa local. Apesar da forte conotação ideológica, o termo foi absorvido popularmente.*

⁸⁴ *O centro industrial de Itapagipe era até meados de 1970 a principal zona industrial de Salvador (SANTOS; MARAMBAIA, 2000).*

⁸⁵ *A Avenida Suburbana foi inaugurada em 1970, e além de desempenhar um papel de ligação dos bairros suburbanos no contexto da cidade, tornou-se um vetor de expansão do eixo norte, alterando fortemente o ritmo de transformação da área do Subúrbio Ferroviário (REGIS, 2007).*



Figura 23 - Palafitas em Novos Alagados, na década de 1980.
Foto Vera Lazarotto.

moradias. Desta forma, apresentando o mesmo aspecto, o mesmo nome e a mesma miséria de Alagados, como uma metástase da aglomeração original, constitui-se a ocupação de Novos Alagados (SOARES; ESPINHEIRA, 2004).

Através do levantamento aerofotogramétrico, realizado pela CONDER⁸⁶ em 1976, podemos identificar as primeiras unidades de ocupação sobre palafitas, em regiões semialagadas, nos fundos de

residências existentes ao longo da Rua dos Ferroviários na Enseada do Cabrito, na área onde hoje se situa o bairro de São João. Esta enseada está localizada entre a Península de Itapagipe e a área de Plataforma, e é contígua a Enseada dos Tainheiros, onde encontramos a área de Alagados, da qual deriva seu nome, pela proximidade e semelhança no padrão de ocupação.



Figura 24 - Ocupação em Novos Alagados, década de 1980.
Foto Vera Lazarotto.

Já em 1980 as fotografias registravam a presença de cerca de 1.100 habitações, ocupando uma área de 18ha, atingindo 1.500 unidades em 1981 (CARVALHO, 2002). Em 1993 a Prefeitura Municipal de Salvador estimou a população de Novos Alagados em 17 mil pessoas, ocupando uma área que chegava a 41,80ha, considerando a tanto a área seca quanto a ocupação por palafitas. Portanto com uma densidade populacional bruta de 400hab/ha⁸⁷.

⁸⁶ Criada em 1967 como Conselho do Desenvolvimento do Recôncavo, em 1974 é transformada na Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, e, quando suas atribuições se ampliaram para a esfera estadual, passou a se chamar Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Incorporou em 1998 a Habitação e Urbanização da Bahia - URBIS, criada em 1965, que por sua vez havia incorporado em 1987 a Habitação Melhoramentos - HAMESA, surgida em 1973 como Alagados Melhoramentos S/A.

⁸⁷ Algumas divergências entre os valores de densidade são resultado das diferentes delimitações da área.



*Figura 25 - Vista Parcial de Novos Alagados: Av. Suburbana, Nova Primavera, Tóster e Boiadeiro.
Fonte: Sedur (2006).*

Os barracos eram erguidos inicialmente em áreas alagadiças entre a água da maré e a lama do manguezal, com o tempo foram ocupando também alguns pontos sobre a terra firme. As habitações eram construídas sobre palafitas, reproduzindo o processo construtivo utilizado na

área de Alagados, a partir de um conjunto de estacas de madeira "agreste" cravadas na lama, isolando a habitação da água e protegendo das variações da maré, nas quais os fechamentos, feitos com compensados de madeira, folhas de zinco, plástico ou papelão, eram aplicados, normalmente reaproveitados, restos de obras ou improvisados.

Aos poucos, os moradores investiram na criação de terra firme por meio dos aterros, utilizando entulhos e barro dos morros próximos à área, e começaram a substituir a estrutura das habitações por materiais mais resistentes, como pedras, cimento e blocos. Contudo, continuava ainda significativo o número de habitações precárias sobre áreas alagadas.

A mobilização coletiva e as iniciativas individuais iniciaram o processo de aterramento da área, que era produzida carregando areia em latas e carrinhos de mão, em um trabalho constante frequentemente carregado pela maré. Em algumas áreas, um grande impulso foi dado através de motoristas que "desviavam" os caminhões de entulho para despejarem ali, em troca de acordos monetários informais. Desta forma, avançavam de forma constante, apesar de lenta, com o aterro. Sob as áreas de acesso comum, substituindo as pontes principais, a ação coletiva fazia trabalho caminhar mais rápido, restando as partes privativas alagadas por dependerem apenas do trabalho individual, criando uma situação intermediária muito frequente, na qual a casa se situava em uma rua de terra firme, mas permanecia se apoiando sobre palafitas pois a parte de trás desta continuava alagada.

A partir de 1995 teve início o Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados, desenvolvido através de um acordo firmado entre o Governo do Estado da Bahia, representado pela CONDER, a AVSI⁸⁸, a Arquidiocese de Salvador, a Sociedade Primeiro de Maio e o Banco Mundial. O projeto foi elaborado em duas etapas, a primeira abrangendo as áreas ao redor da Enseada do Cabrito, limitadas pela Avenida Suburbana e Rua dos Ferroviários. A etapa seguinte, que teve início em 1998, abrangeu as áreas a Leste da Suburbana, onde se encontravam o manguezal de São Bartolomeu e o terreno onde foi construído o conjunto Nova Primavera.

A área de intervenção no projeto de urbanização do Governo do Estado da Bahia englobava, além da enseada do Cabrito, onde se situam os bairros de São João e Boiadeiro, duas áreas acima da Rua dos Ferroviários, onde foram construídos os conjuntos de Araçás I e II e, do lado oposto da Avenida Suburbana, o manguezal de São Bartolomeu, e a área posteriormente ocupada pelo conjunto de Nova Primavera.

⁸⁸ *Associação de Voluntários para o Serviço Internacional, ONG italiana que atua no Brasil, desde 1985, em projetos sociais, culturais e educativos.*



Figura 26 - Novos Alagados, áreas estudadas e pontos referenciais.
 Fonte: Imagens Google 2009, Cartografia Conder.

A localidade de Novos Alagados é formada por vários assentamentos, distintos por período, modalidade de ocupação e procedência da população, “cuja divisão coincide com características culturais e religiosas, além das diferenças de localização, topografia e hidrografia” (Prefeitura Municipal de Salvador, 1993, p.11).

São João do Cabrito



*Figura 27 - Panorama do Portinho, no São João.
Foto do autor.*

A área do São João, que compreende as localidades de Senhor do Bomfim, Nova Esperança e 19 de Março, é formada pela ocupação que acompanha a orla contínua da Enseada do Rio do Cobre até a o “Fim de Linha do São João”.



*Figura 28 - Viela no São João.
Foto do autor.*

Esta região foi onde o aglomerado de Novos Alagados se formou, a partir de uma ocupação tradicional ao longo da Rua dos Ferroviários, que se expandiu após a instalação das primeiras palafitas nas áreas alagadas de Nova Esperança. “A situação da pobreza é generalizada, mas a palafita faculta a possibilidade de se alocar sobre a água, já que o acesso à terra firme é

dificultado” (SOARES; ESPINHEIRA, 2006, p. 59). Esta ocupação informal se difundiu por toda a enseada, tomando, em seguida, as terras “secas”, com um padrão habitacional similar, apesar da diferença estrutural e do estigma que pesava sobre as habitações de “beira-mangue”.

Boiadeiro



*Figura 29 - Panorama do Boiadeiro.
A rua ao centro separa as áreas do Boiadeiro de Cima do de Baixo, à direita.
Foto do autor.*



Figura 30 - Parte alta do Boiadeiro recém-invadida em 1987.
Foto Vera Lazarotto.

Frequentemente associada à violência e à insegurança, a área do Boiadeiro, que, segundo alguns moradores, recebeu este nome devido a um prostíbulo que funcionou no local, era inicialmente ocupada apenas na parte baixa, pelas habitações que se instalaram sobre a parte alagadiça. Em abril de 1987, após algumas tentativas malsucedidas, a parte alta foi invadida em um movimento organizado pela Associação Primeiro

de Maio, que delimitou o traçado básico dos principais caminhos e dividiu a área pelo número de famílias que precisavam se instalar.

São Bartolomeu, Boiadeiro de Baixo e Boiadeiro de Cima, são considerados os trechos com incidência de maior violência, devido às dificuldades de acesso e à alta densidade da ocupação (Prefeitura Municipal de Salvador, 1993, p.11).

A Tóster é identificada como uma subárea de Boiadeiro pela população, o nome vem de uma antiga fábrica de tecidos, da qual resta apenas a estrutura abandonada. Tanto a área do antigo prédio da fábrica como o terreno em volta se encontram hoje ocupados por uma ocupação ligada ao MSTB⁸⁹.

Ao lado da fábrica foi construído pelo projeto de urbanização um conjunto habitacional, com projeto arquitetônico derivado do Conjunto Nova Primavera, apesar de uma implantação com menor articulação entre os espaços.

Araçás



Figura 31 - Conjunto Araçás I em fase final de construção.
Foto Vera Lazarotto.

A área conhecida como Araçás engloba uma invasão ocorrida no final da década de 1980 e dois conjuntos habitacionais executados pela Conder, na primeira etapa do Projeto de Urbanização de Novos Alagados.

Os dois conjuntos habitacionais implantados no local, Araçás I e II, contavam com 238 e 55 unidades,

⁸⁹ Movimento dos Sem-Teto da Bahia.

respectivamente, produzidas no formato de loteamentos com embriões. Foram utilizados dois padrões básicos de embrião, ambos com aproximadamente 21m², projetados de modo a permitir uma expansão que resultasse em uma ocupação final com um pouco mais do dobro da área inicial, ainda havendo a possibilidade de construção de um segundo pavimento. Na prática, entretanto, o tamanho dos lotes não permitiu uma ampliação significativa e a qualidade das construções intimidou a investimentos em um segundo pavimento, visto que muitas moradias apresentaram rachaduras e comprometimentos estruturais significativos com pouco tempo de uso, algumas dentre elas chegaram a ruir.

Nova Primavera

Até a efetiva ocupação da área, a população local, organizada pela Associação Primeiro de Maio, já havia tentado invadir o terreno, onde se encontra o Conjunto Nova Primavera, por duas vezes, tendo sido sempre removida por força policial. Paralelamente lutavam na prefeitura pela destinação da área para moradia social.



*Figura 32 - O Conjunto Nova Primavera, na margem da Av. Suburbana.
Foto do autor.*

Construído durante a segunda etapa do projeto de urbanização da área, o conjunto habitacional Nova Primavera foi inaugurado na segunda metade de 2002, com 258 lotes, cada qual abrigando uma unidade habitacional com aproximadamente 21m², dentre as quais, algumas possuíam dois pavimentos e seriam reversíveis para duas famílias. O conjunto possui uma população estimada em 1500 habitantes ocupando uma área de 12.900m² (SOARES, 2007b), instalada uma estrutura arquitetônica que destoa da aparência e configuração urbana do entorno, onde “a exiguidade do espaço interno e a aparência frágil do imóvel dão aos seus moradores a sensação de simulacro de moradia” (SOARES; ESPINHEIRA, 2006, p.60).

CAPÍTULO - II - CIDADE E FAVELA

1. QUESTÕES PRELIMINARES

As grandes cidades modernas fragilizam o indivíduo, exigindo, de grande parte de seus moradores, recursos muito além das possibilidades oferecidas para que estes possam produzi-los. A situação de integração subordinada⁹⁰, que os deixa sem acesso ao mercado formal de habitações, ou mesmo a mecanismos de financiamento, em uma sociedade que não prevê o espaço dos pobres na cidade, os diante de uma encruzilhada: Por um lado, morar dignamente, com recursos insuficientes, de acordo com os padrões estabelecidos, por outro, juntar recursos para construir um abrigo e, deste modo, deixar a condição de extrema fragilidade.

A condição social e espacialmente segregada, aliada à fragilidade econômica, produziu um paradoxo, já que as desequilibradas relações de poder impunham a ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, impossibilitavam a setores da população de funcionarem integralmente de acordo com esta. Desta forma, a marginalização se tornou inevitável, e com ela se estruturou uma condição precária de habitar a cidade, ao mesmo tempo em que propiciou o surgimento de práticas urbanas específicas, tanto como forma de adaptação às condições existentes como quanto fruto de uma possibilidade de habitar, pautada, ainda que sob o imaginário da cidade formal, por valores e códigos próprios. Apesar destas ocupações se constituírem por espaços heterogêneos e múltiplos, com fortes tensões internas e possibilidades diversas de apropriação e acesso a serviços e equipamentos urbanos, podemos identificar o surgimento de práticas específicas, organizadas de forma a possibilitar o funcionamento e o desenvolvimento de uma estrutura urbana que oscila entre as possibilidades de integração com a cidade e as táticas de produção e uso do espaço, elaboradas segundo uma lógica própria, refletindo valores como necessidade, antiguidade, possibilidades construtivas, inserção em redes sociais e acesso a trabalho e serviços.

Para entender a produção do espaço em assentamentos informais, não devemos percebê-los como um mero produto da concentração da pobreza urbana ou, ainda, como uma imitação incompleta e restrita das estruturas formais, partilhando com estas os mesmo valores simbólicos. Ainda que se autodenominem como “comunidades” - um modo de enfatizar a ideia de convivência entre iguais - as favelas são, na verdade, um espaço bastante heterogêneo, com fortes tensões internas e possibilidades diversas de apropriação e pertencimento. Uma estrutura espacial rica e complexa, articulada em um território estruturado através de práticas urbanas específicas. Podemos entender estas práticas através do conceito de táticas de Certeau, pois suas possibilidades criativas permitem lidar com as relações de poder, atuando nas fissuras do sistema para superar alguns aspectos da precariedade socioeconômica de uma estrutura urbana segregadora.

⁹⁰ Segundo termo de Alex Magalhães (2009).

Nas discussões a respeito das ocupações informais no espaço urbano das grandes cidades brasileiras, é marcante a identificação de zonas diferenciadas por sua conformação física como “áreas caracterizadas por uma ocupação aleatória, ambientalmente precária e densa, habitadas predominantemente por população de baixa renda”, contrapostas a outras, com referências físicas nitidamente opostas e “melhores condições de habitabilidade, onde moram as populações de renda mais alta” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.28). Estas diferentes possibilidades espaciais se configurariam em uma cidade produzida de forma segmentada, com “espaços para cidadãos e não-cidadãos⁹¹, construídos de forma aleatória deficiente e desassistida pelo poder público” (Ibid., p.15). Ainda que possamos entender as suas raízes históricas, ancoradas na lógica da estruturação do espaço segundo a ordem capitalista, e a indefectível desigualdade social que lhe acompanha, não podemos nos limitar a perceber o surgimento dos assentamentos informais como fruto exclusivo de uma concentração da pobreza urbana ou como uma imitação imperfeita e incompleta da cidade formal, partilhando com esta as mesmas características e valores simbólicos. O que buscamos é exatamente sua capacidade de produzir e utilizar o espaço urbano, ancorada em uma vivência particular do espaço, em práticas adaptativas, em interações sociais, econômicas ou de direito específicas.

A. Favelas, ocupações ou invasões

A especificidade do fenômeno favela, vista como um modo peculiar de materialização no espaço urbano, sua “identidade”, expressa pelo estatuto de ilegalidade e percebida como *locus* privilegiado da pobreza, são questionados por autores como Valladares (2005), Lago (2003) e Valladares e Preteceille (2000), através da afirmação da pujança econômica de seus mercados, da heterogeneidade social, econômica e espacial identificada em seu interior e também através das profundas distinções existentes entre os diversos territórios reunidos sob o nome favela. Os dados de acesso à infraestrutura urbana, renda e escolaridade posicionam as favelas entre os setores com os piores índices, entretanto, em uma análise mais detalhada, percebemos níveis semelhantes de tais indicadores identificados em regiões periféricas da cidade formal e, paralelamente, algumas favelas, principalmente as situadas na Zona Sul carioca, apresentam regiões com padrões mais elevados, se situando muito próximos ou iguais à média da cidade formal.

A favela não seria, portanto, o *locus* único e exclusivo da pobreza urbana, e não se diferenciaria da cidade por questões simplesmente econômicas, mas se estabeleceria como possibilidade para a solução, mesmo que temporária, do problema de moradia, onde a adesão ao modelo seria fruto da comparação entre os custos envolvidos - econômicos, sociais e simbólicos - com as possibilidades apresentadas, entre os quais pesariam a inserção nas redes sociais, a infraestrutura e os serviços existentes, as distâncias físicas e sociais, as

⁹¹ Também identificados como “cidadãos de segunda classe”.

possibilidades de trabalho, a disponibilidade para desenvolver a autoconstrução e também as representações simbólicas a respeito de conforto, liberdade, pobreza e violência.

A fronteira simbólica entre a favela e a cidade formal é o momento onde muitas vezes se deixa o asfalto carroçável e se passa às escadas e vielas estreitas e íngremes, a partir dali a urbanização se torna cada vez mais rarefeita, e o dinamismo econômico começa a ceder, ficando cada vez mais incapaz de atender plenamente às necessidades locais. Neste processo quanto mais profundamente percorremos seus caminhos e nos distanciamos da cidade formal e dos centros políticos e econômicos, mais a presença dos elementos estruturantes do suporte físico de uma existência urbana se torna escassa, o provimento de infraestrutura básica se torna incerto e irregular, a oferta de serviços se torna limitada e restrita, a pavimentação e iluminação, quando existente, resistem sem manutenção, a construção das casas se torna precária, e o revestimento, um luxo, a regulação do espaço se torna cada vez mais frágil e as relações econômicas informais, os endereços são transmitidos por referências sociais e não por mapas ou CEP, o recurso à agentes do estado se torna ambíguo e elaborado segundo normas específicas. Se prosseguirmos adiante, perceberemos que o poder econômico e o acesso à infraestrutura e serviços continuam a perder seu vigor, chegando a assumir condições extremas, nos limites incertos, que quase toda favela possui, áreas dramaticamente pobres onde a miséria explícita e a ausência quase absoluta de qualquer benfeitoria oficial nos indica atingimos as zonas de fronteira, as franjas da favela, onde os frágeis abrigos erguidos ali são fortemente marcados temporalidade, se equilibrando entre movimentos de remoção e a extrema precariedade da construção, que, com materiais reaproveitados e pouco rígidos, deve ser “reconstruída” de tempos em tempos.

Torna-se, portanto, necessário relativizar a dicotomia entre ocupações formais ou não, “ilegais” ou não, e nos colocar frente à necessidade de um novo modo de compreender tais espaços, já que o fenômeno-favela permanece presente e, ainda que não seja evidente determinar parâmetros que o possam definir de forma clara, ele segue claramente identificável no contraste expresso nas linhas de contato com a cidade formal, por um conjunto de signos, práticas ou materialidades que nos demonstram se tratar de uma condição de urbanidade rarefeita, que sobrevive em um movimento oscilante entre a exclusão simbólica de seus habitantes, uma possível integração econômica, cultural e política, e o mecanismo de redes sociais de assistência, que protege da miséria, mas promove um sistema perverso, no qual os direitos se confundem com favores, distanciando-se da cidadania de fato.

Diante da fragilidade social, da integração subordinada que não garante o acesso aos mecanismos de financiamento, da precariedade econômica, que não permite a capitalização necessária à aquisição da moradia, e da inconstância dos escassos recursos, a autoconstrução parece ser a saída corrente e também a mais viável. Desta forma, a construção é executada, não apenas pelo próprios moradores, mas com ajuda de parentes e amigos e de forma bastante distendida ao longo do tempo, trazendo a impressão de um estado de permanente

incompletude. Ali, quem dita o ritmo são as possibilidades financeiras da família. A construção pode ser executada com materiais leves e reaproveitados, como madeirite e fibrocimento, ou em alvenaria em tijolos, entre as duas opções jogam o custo, a solidez e o caráter simbólico de uma “casa de blocos”, que, embora almejada, pode ter que aguardar os recursos disponíveis. Quando não é construída sobre a própria moradia original, a nova casa é ocupada tão logo tenham as paredes levantadas e uma cobertura, mesmo que provisória, onde a falta de revestimento se confunde entre um momento intermediário de uma obra inacabada e uma situação estável, na qual se garante a funcionalidade da moradia sem a necessidade de se arcar com os elevados custos de acabamento. Custos que estão ligados não somente ao valor bruto dos materiais, mas também à necessidade de mão-de-obra especializada, distante da lógica “artesanal” da construção.

Ainda que seja autoconstruído, o que aumenta em muito a flexibilidade do processo construtivo, para que este se produza é necessário dispor do espaço onde o abrigo se erguerá. Neste ambiente bastante densificado, as possibilidades para isto são escassas e a laje assume, desta forma, uma posição extremamente privilegiada. Sua existência, somente possível nas moradias “em bloco”, garante uma provisão de “solo” disponível, plano, regular e de propriedade incontestável, representando assim um enorme diferencial, tanto simbólico quanto comercial, deste padrão de moradia frente aos “barracos” e às antigas construções em adobe. Não dispor de laje nem terreno livre, significa estar sujeito à necessidade de conquista de novos espaços, de acordo com a expansão da família. Para os que não dispõem de capital, para aquisição de um lote ou pequena casa, isto significa reiniciar o processo de conquista a partir das etapas de invasões e conquista do terreno. Entretanto, mesmo nas condições mais favoráveis, como as moradias com “toco e corrente⁹²”, a casa original só é capaz de absorver uma determinada expansão, limitada pela estabilidade das construções, que dificilmente aceitam mais do que três pavimentos.

Denominações

A cidade informal corresponde aos espaços urbanos, oriundos do processo de desenvolvimento urbano e econômico, que se encontram situados, de maneira provisória ou permanente, sobre terrenos dos quais não se possui a posse formal, sobre os quais não se paga os referidos impostos ou taxas governamentais, que não constam ou constam de maneira defectiva dos cadastros urbanos, que não seguem o que as normas urbanísticas previram para dado espaço ou possuem uma utilização não regulamentada dos serviços fornecidos pelas concessionárias públicas. Esta relação de informalidade, não sendo uma questão completamente objetiva, se dará através de uma gradação de pertencimento, na qual o espaço se encontraria tão mais próximo do universo informal quanto mais relações, dentre as descritas acima, são percebidas como existentes em seu interior.

⁹² Casas que além de serem construídas “em bloco” (alvenaria de tijolos), possuem pilares (toco) e vigas (corrente) de concreto para o travamentos e sustentação do peso da laje.

Para a denominação dos espaços urbanos informais, encontraremos, de acordo com certas especificidades, a utilização de termos como: ocupação, invasão, assentamento, comunidade, espontâneo, favela ou morro; sozinhos ou através de uma combinação entre eles.

Os termos invasão e ocupação vão remeter ao modo de apropriação arbitrário e distante da lógica da negociação mercadológica⁹³, no qual, o primeiro enfatiza o caráter ilegal da ação que originou o espaço e o segundo, apesar de carregar um juízo de valor referente à ação marginal, remete também à necessidade intrínseca ao ato de habitar, de se ocupar um espaço. Em uma lógica similar, o termo assentamento, embora traduza, através de uma expressão mais genérica, o ato de ocupação, pode remeter a um agente externo, seja através de uma ação governamental de realocação de uma população, informalmente abrigada, em habitações produzidas em larga escala; mas também a uma ação organizada por grupos que reivindicam espaço de moradia, que se instalam, normalmente através de um processo de invasão, em uma área, estabelecendo uma ocupação minimamente organizada. Esta duplicidade deixa, portanto, uma maior margem de indefinição associada ao termo.

Invasão é quando é de plástico, aqui não é invasão, se já foi já foi há muitos anos, hoje em dia não é mais. É um bairro. Se tem água, tem luz, tem telefone, tem tudo de bom. Isso não é mais invasão, as pessoas é que ainda vivem no passado (Ivanise, moradora de Novos Alagados - Araçás).

Estes termos, por serem relacionados ao momento de implantação do aglomerado informal, são empregados, pela população, em relação àqueles espaços que ainda guardam as características de uma ocupação incipiente, ainda não consolidada. Porém, embora a consolidação seja vista como uma evolução natural, conquistada com a permanência, e ainda que o habitat individual se torne mais estruturado e bem acabado, a transformação no espaço coletivo pode nem sempre ser entendida como positiva:

Menino, agora a gente chama de bairro, né? Porque mudou, né? Mas a gente sempre ainda fala invasão, por causa do costume, né? Mas aqui agora tem que ser bairro, né? Tem que mudar, né? Pra melhor. Não pode deixar aquele atraso. Quer dizer, era um tempo até que eu gostava. Aquele tempo que eu cheguei para aqui, que era aquela morada, que não tinha aquelas preocupações de, de nada ruim. Claro que era melhor. Mas hoje em dia é um bairro, né? Não tem nem como dizer que aqui é invasão (Maria Carvalho, moradora de Novos Alagados - São João).

Largamente utilizado, o termo espontâneo remete a uma equivocada percepção da falta de planejamento prévio, intencionalidade ou mesmo de condicionantes intrínsecas ao processo econômico como raízes da ocupação informal. Salienta a capacidade destes aglomerados de escapar da previsibilidade dos planejadores e de se organizar e originar segundo uma lógica pouco compreendida pelo Estado.

⁹³ No momento da produção do espaço, ainda que atualmente o único meio de acesso a estas áreas seja através da lógica comercial.

O termo “espontâneo” traz consigo dificuldades, visto que em certo sentido o termo é incorreto porque implica em autogeração e ausência de design. O que é obviamente impossível. Assentamentos espontâneos, como qualquer ambiente humano, não acontecem simplesmente; eles são projetados, no sentido que produzem mudanças intencionais no ambiente físico, através de uma série de escolhas [definidas] entre as alternativas disponíveis (RAPOPORT, 1988, p.52).

No Rio de Janeiro encontramos também uma diferenciação corrente, onde o termo favela é associado a uma ocupação plana, e, neste sentido, ambas as áreas estudadas se identificavam como um “morro”. Entretanto, não podemos determinar até que ponto o estigma que pesa na palavra favela não tenha estimulado a adesão a esta subdivisão, como forma de afirmação de um espaço diferente daquele exposto nas imagens da sujeira, marginalidade e violência.

O termo morro é percebido pelos moradores como mais neutro, por fazer referência direta apenas à condição geográfica. Desta forma, se por um lado especifica o tipo de favela, o faz sem diretamente abordar a questão, pois o termo morro poderia ser utilizado igualmente para designar espaços ocupados por outros tipos de habitação, deixando espaço à ambiguidade e ao não-dito, ainda que pela difusão do uso se aproxime cada vez mais do termo favela.

Possuindo características e conotações de cada um dos termos citados, a favela se torna um termo extremamente complexo e susceptível a redefinições ou a variações de acordo com o período ou a localidade. “A nomenclatura ‘favela’, além de estigmatizada, não é utilizada em todas as regiões do Brasil, em que é substituída por outras, como mocambo, palafita, invasão comunidade, vila, núcleo, etc.” (DENALDI, 2009, p.65). Mesmo que identificada na oposição ao espaço formal, ou como “a antítese da ordem pública” (STROZEMBERG, 2009, p.67), a coexistência com a cidade não pode ser objetivada através de uma polarização espacial rígida, mas sim através de uma complexa lógica relacional e de influência múltipla, na qual até mesmo a coexistência nos espaços coletivos se organiza através de um pacto silencioso de coabitação.

A favela não pode ser explicada por ela mesma, neste sentido é um equívoco falar que favela é precária. A favela não é responsável por sua precariedade, trata-se de uma área que sofre com a insuficiência histórica de investimentos do estado e do mercado formal. Nós só podemos conceituar a favela relacionalmente. A favela é constituída basicamente pela força da sociedade, sem ter o devido apoio e investimento (SILVA, 2009, p.82).

Diante do forte estigma imputado a favela e, na prática, uma população que não vê uma identificação direta entre as imagens expostas com cores fortes na imprensa e o espaço onde vivem, seja pelo fruto da naturalização, pela sensação de segurança experimentada no lugar apropriado ou devido a uma deturpação causada pela superexposição midiática da violência, encontrou no termo comunidade⁹⁴ a afirmação dos valores de sociabilidade e de luta pelo bem

⁹⁴ Este termo é muito difundido, especialmente no Rio de Janeiro, entre os moradores de favelas, para

estar coletivo, cristalizados na resistência pelo direito à moradia. Desta forma, ainda que sociologicamente impreciso, por designar uma categoria mais complexa, com maior fechamento, representando “uma unidade socioestrutural” e comprometimento com o bem comum⁹⁵ (LEEDS; LEEDS, 1978, p.29), se tornou largamente aplicado pela população local, e mesmo por setores governamentais, ou pela imprensa, quando buscam um tratamento mais neutro ou politicamente correto ao denominar uma favela. Deste modo, utilizaremos o termo ‘comunidade’, assim como ‘morro’, de forma corrente para nos referirmos à favela, por serem os termos mais utilizados pelos moradores das favelas para se referirem ao lugar que habitam. Invasão será utilizado quando, por algum motivo, a ênfase na característica de apropriação do terreno for significativa, enquanto ocupação, assentamento e aglomerado, por se beneficiarem de relativa neutralidade neste sentido, se aplicarão aos casos opostos.

escaparem do estigma do favelado, numa tentativa de promover novos valores associados a este espaço e nos meios de comunicação, como a saída “politicamente correta” para se referirem às favelas sem conotações pejorativas, sendo desta forma largamente adotado pela população da cidade em geral.

⁹⁵ *“O termo comunidade enfatiza o componente espaço-tempo, o aspecto de se morar junto. Ele envolve um reconhecimento proveniente da experiência e da observação de que devem existir condições mínimas de consenso acerca de objetivos comuns, e inevitavelmente algumas maneiras comuns de se comportar, pensar e sentir” (FIRTH, 1951, apud LEEDS; LEEDS, 1978, p.29).*

2. FRONTEIRAS, LIMITES E TERRITÓRIOS

A. Diante da cidade formal

A desigualdade social inerente ao capitalismo se expressa, nas grandes cidades brasileiras, também através de uma localização diferenciada das moradias, de acordo com uma lógica que impulsiona as camadas de baixa renda em direção aos locais mais afastados dos centros urbanos, com menor infraestrutura e, conseqüentemente, mais desvalorizadas pelo mercado imobiliário (DIAS, 2006, p.88). Esta estrutura pode se estabelecer entre as áreas centrais e as periferias distantes, mas também ocorre, igualmente, em relação a uma “periferia” próxima, nas franjas urbanas, em terrenos acidentados e esquecidos pela indústria imobiliária, onde se estabelecem as favelas.

Os diferentes campos ou espaços sociais fisicamente objetivados tendem a se sobrepor, ao menos grosseiramente: disso resultam densas concentrações de propriedades positivas ou negativas (estigmas) se opondo mutuamente em todos os aspectos numa verdadeira simbólica da distinção (BOURDIEU, 2008, p.160).

A partir da favela, a cidade formal é vista como um espaço opressivo, sujeito a controles, obrigações e censuras, fruto de uma “integração” em desequilíbrio, que os absorve como força de trabalho, extraíndo o labor necessário, sem que isto signifique a partilha do espaço social. Neste contexto, o espaço-favela se configura como um território “familiar”, que, ainda que apresente sua própria hierarquização interna, com distintos graus de apropriação e de acesso ao poder político e econômico, seus moradores apresentarão uma relação com a cidade formal, e com suas forças de ordem, similar, na qual o estigma é partilhado, independentemente da posição na hierarquia social interna. Ao mesmo tempo se estruturam através de regras construídas na vivência cotidiana, e, logo, mais adaptadas às condições particulares, existentes no local, ainda que não se possa negar a influência do direito formal na constituição destas, reforçando a imagem de serem parte integrante do espaço e não elementos estranhos, temporários e vigiados:

os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...], da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico (BOURDIEU, 2008, p.163).

A cidade formal, por seu lado, exercita as possibilidades de lidar com a incômoda convivência com tais “bolsões de pobreza”, articulando práticas para a limitação de sua expansão, pela implantação de eco-limites, de barreiras, estrangulamentos de acessos e confinamentos. A estratégia de esconder, vigiar e controlar está ligada ao medo, à desconfiança do outro, ao choque da partilha do espaço urbano entre populações com acentuada iniquidade. “Tentam invisibilizar a realidade da favela, escondendo a feiura e o atraso, demonstrativos, entre outras

coisas, daquilo que não se quer ver, a difícil situação do país e a incompetência em administrar soluções” (SOUZA, 2007, p.66). Muitas vezes a ação externa se limita a amenizar o estranhamento, em intervenções que atuam intensamente nas fronteiras com a cidade formal, mantendo o miolo quase intocado, ou ainda, rebocando externamente e urbanizando apenas as vias principais, que se conectam com a cidade. Uma forma de inserir estes assentamentos na paisagem de um modo deslocado, cada vez mais distante de uma real partilha do espaço, confirmando a integração desequilibrada com a qual se articulam com a cidade, das quais não seriam marginais ou excluídos, mas estabelecidos de forma distante dos centros de decisão e poder, assim como do acesso à infraestrutura e serviços, ainda que permaneçam interligados, tanto cultural como política e economicamente, à cidade formal (PERLMAN, 2002).

B. Fronteiras

Facear a “tortuosidade” e o aspecto labiríntico, identificados frequentemente como elementos típicos dos tecidos informais, nos remete à busca que diversos setores empreendem pelo estabelecimento de uma fronteira física ou simbólica entre a favela e a cidade formal. Muitos trabalhos se questionam sobre as características determinantes do espaço favela, ou mesmo sobre a existência de tal especificidade (VALLADARES, 2005; PASTERNAK-TASCHNER, 2003), questionando igualmente sobre a possibilidade de se estabelecer, ou delimitar através de indicadores específicos, uma fronteira que possa diferenciá-la, no espaço da cidade.

Observamos, porém, que, no Rio de Janeiro, como em outras cidades, a relação entre espaço urbano e espaço social não é de total homologia, prevalecendo defasagens entre a estrutura urbana e a realidade social, decorrentes das diferenças dos tempos históricos de mudanças entre a sociedade e sua morfologia. Tal fato faz com que a divisão social da cidade nunca seja absoluta, prevalecendo no interior dos espaços dominados pelas classes superiores, territórios populares gerando proximidades geográficas de grupos inseridos em posições opostas no espaço social (RIBEIRO, 2009, p.43).



Figura 33 - Contraste espacial entre o Santa Marta e o bairro de Botafogo.
Foto do autor.

A questão não é simples, ainda que existam regiões sobre as quais se possa afirmar inequivocamente a sua caracterização como cidade formal ou favela, as trocas resultantes do longo período de coexistência e vizinhança, e das influências exercidas mutuamente, transformaram as duas categorias, inicialmente bastante distintas, em espaços complexos, com uma transição de limites fluidos e imprecisos. Da mesma forma, mesmo no interior do espaço da favela, o desenvolvimento econômico, as vantagens de localização e as diversas possibilidades, criadas por uma maneira distinta de produzir e utilizar o espaço, derrubam a noção de um território específico ou exclusivo da pobreza urbana.



Figura 34 - Contraste espacial entre o Babilônia e o bairro do Leme.

Foto do autor.

de forma “precisa” nos mapas oficiais da cidade, através de delimitações abrangendo o caráter da regularidade urbana ou legalidade fundiária, ignorando as múltiplas e flexíveis possibilidades de diferenciação entre os espaços.

Os gráficos a seguir mostram esta relação, através da comparação dos indicadores de renda e escolaridade entre as áreas estudadas, o bairro oficial onde se inserem e os setores dispostos ao longo da via de ligação entre estes dois espaços⁹⁶. Nestes podemos perceber a grande influência exercida entre estes espaços através do eixo que os conecta⁹⁷, a ponto de se configurar ali uma zona “de transição”, com indicadores socioeconômicos intermediários.

⁹⁶ Para o caso de Novos Alagados não foi estabelecida uma comparação semelhante pois, além de não ser possível definir um ponto específico de contato entre as áreas, este contato se dá entre áreas com indicadores sócias e níveis de informalidade semelhantes, como visto no Capítulo I.

⁹⁷ Dados do Censo IBGE (2000). Para a montagem do gráfico do Santa Marta foi eliminado um dos setores censitários, pois este englobava, ao mesmo tempo, dados das ruas de acesso e do bairro no entorno, dificultando uma comparação entre as áreas.

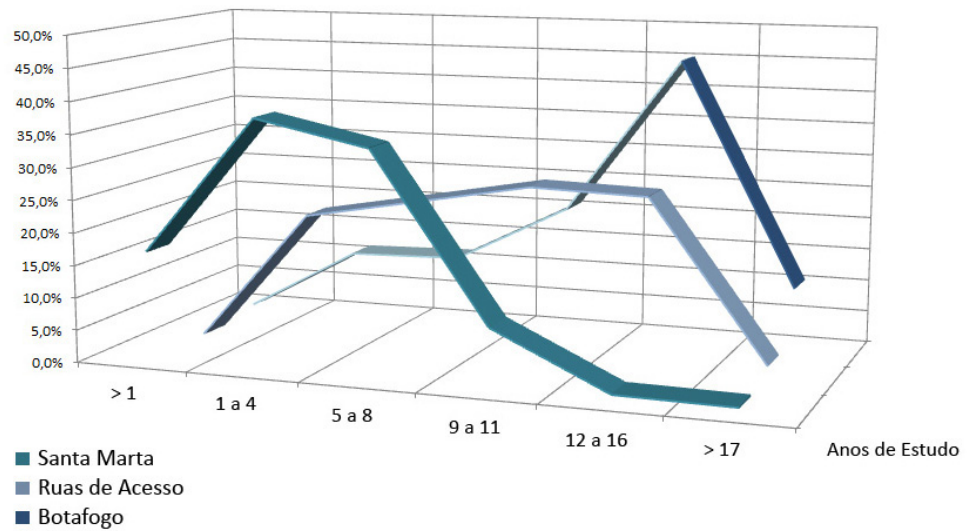


Gráfico VII - Comparação dos níveis de escolaridade entre o Santa Marta, as ruas de acesso a este e o bairro de Botafogo.

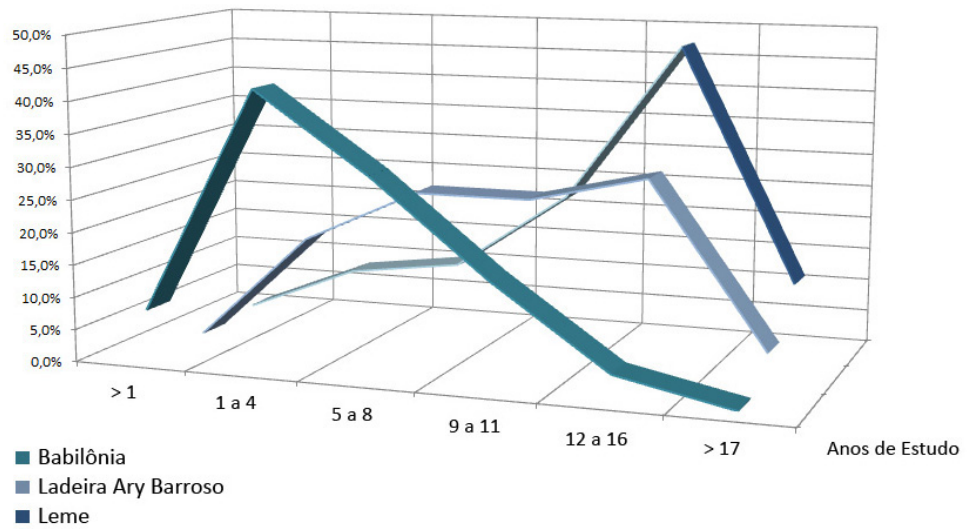


Gráfico VIII - Comparação dos níveis de escolaridade entre a Babilônia, a rua de acesso a esta e o bairro do Leme.

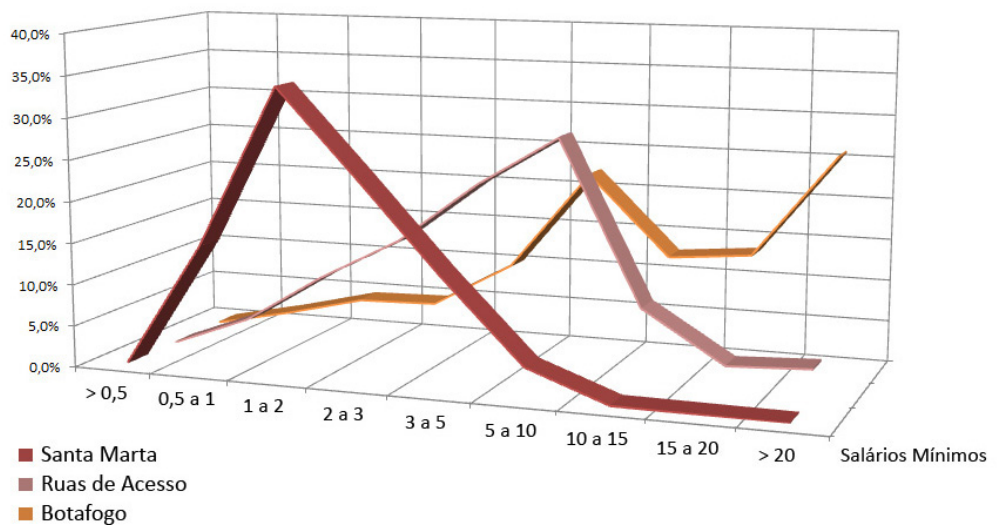


Gráfico IX - Comparação dos níveis de renda entre o Santa Marta, as ruas de acesso a este e o bairro de Botafogo.

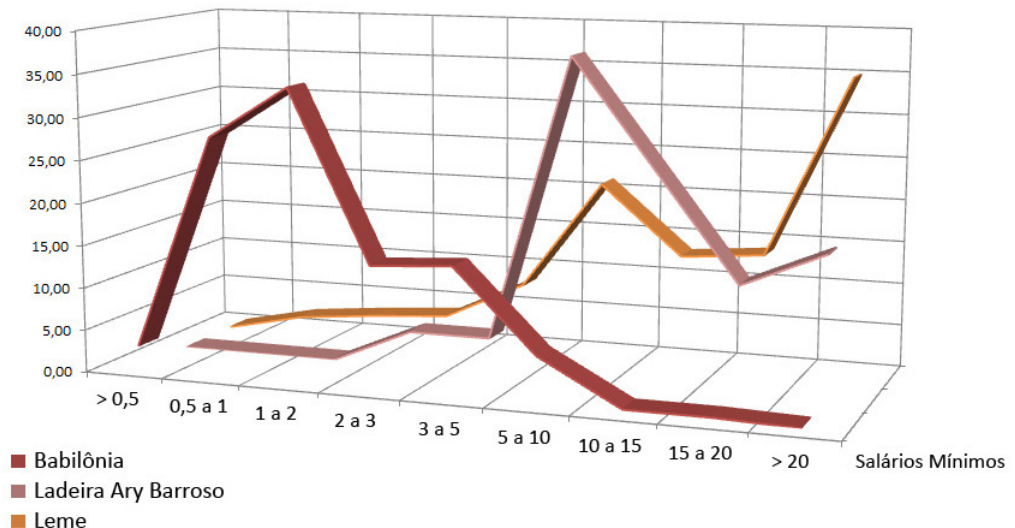


Gráfico X - Comparação dos níveis de renda entre a Babilônia, a rua de acesso a esta e o bairro do Leme.

Assim, retomando o questionamento estabelecido no início do capítulo, a grande questão não seria de se questionar se a favela é ou não o *locus* específico da pobreza urbana, mas sim de entendê-la como a expressão de um fenômeno que não está isolado, que sofre influências da, e igualmente influencia, a cidade ao seu redor. Não se trata, desta forma, de um sistema puro, a favela não é mais 100% favela, nem a cidade à sua volta permanece a mesma, e este híbrido é parte significativa de nosso tecido urbano.

Portanto, as possibilidades de diferenciação de espaços informais não são entendidas como características a serem identificadas como presentes ou não no assentamento, de forma rígida e absoluta, mas seriam vistas como uma questão de gradação/intensidade e escala: “Nenhuma característica ou atributo é ao mesmo tempo suficiente e necessário para a inclusão/pertencimento ao grupo/tipo” (RAPOPORT, 1988, p.53). Desta forma, a existência delas, sua frequência e intensidade caracterizam os espaços, não de modo que nos permita reconhecê-los e classificá-los como pertencentes a um grupo ou outro, mas de forma que possamos entender o quanto e até que ponto estão vinculados a cada forma de se produzir o espaço.

C. A área de influência

Ainda que o território metropolitano se caracterize por uma nítida projeção das linhas de divisão da sociedade, inscritas no território, “de tal forma que morar em um lado ou outro não é indiferente” (RIBEIRO, 2009, p.43), o que encontramos de fato é uma situação, na qual, mesmo que tenham se originado de uma fronteira nítida, ambos os campos, quando em contato ou proximidade, exercem forças um sobre o outro. Esta influência transforma estas áreas, seja supervalorizando o território informal pelas favoráveis condições de acessibilidade,

transporte e serviços providos pela proximidade com o "asfalto"⁹⁸, ou mesmo pela desvalorização do setor de cidade com grande proximidade de um núcleo informal, território da marginalidade, sujeira, etc.

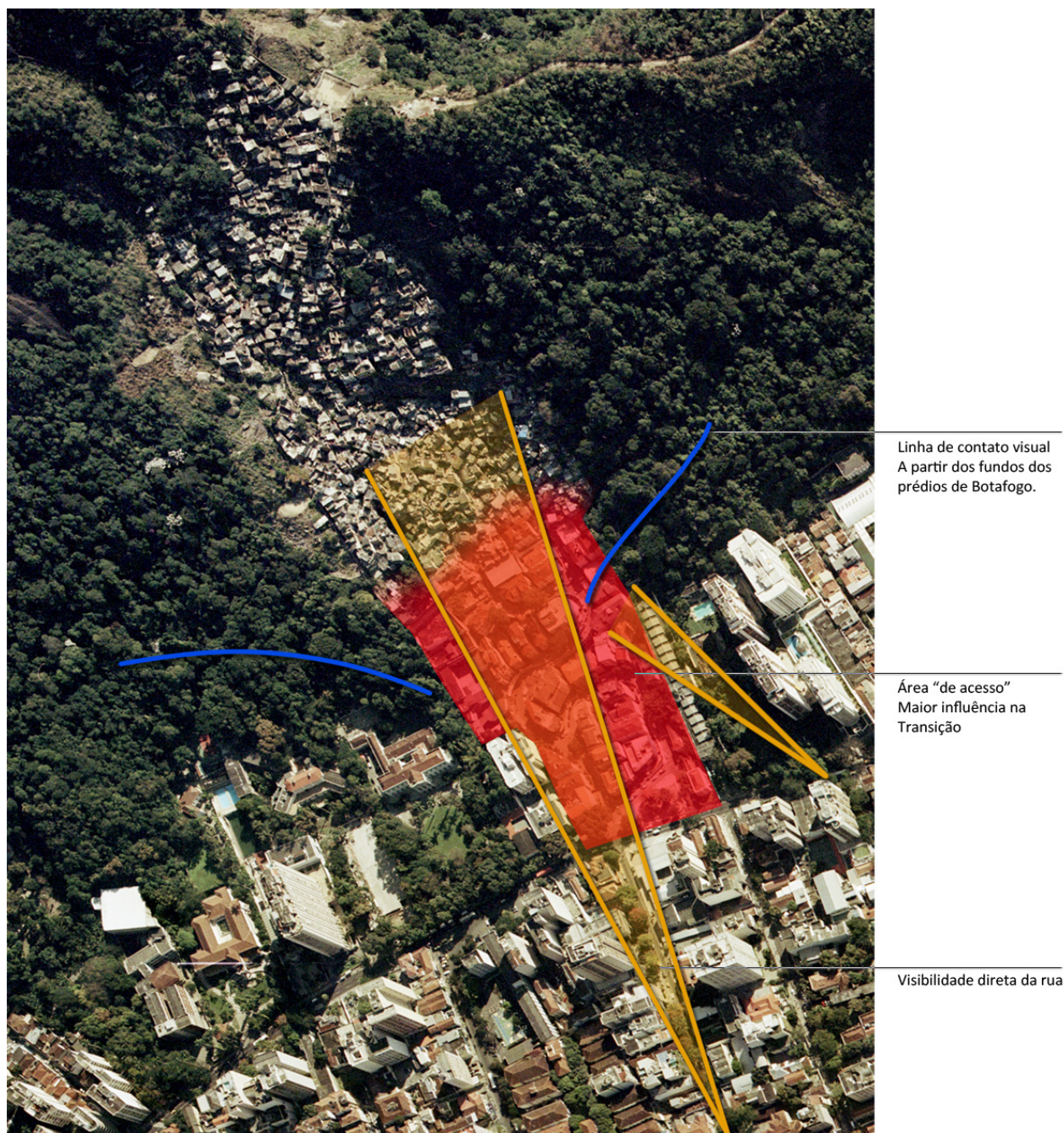


Figura 35 - Pontos de contato direto no Morro Santa Marta.
Imagem: Google 2009.

Algumas situações específicas como a sequência de eventos violentos que envolveram o Morro Santa Marta na década de 1980 podem influenciar esta condição, enfatizando a

⁹⁸ Não pretendemos dizer com isto que nesta proximidade se encerrem todas as condicionantes que determinam a valorização ou não das áreas faveladas, visto que estas possuem, igualmente, uma forte dinâmica econômica e social interna.

influência da favela sobre a cidade. O medo do transbordamento da violência, seja através de ações específicas da criminalidade, quando a proximidade gera a insegurança pela exposição das diferenças sociais e por uma sensação de “alvo” preferencial, ou mesmo por meios acidentais como através de uma bala perdida, gera uma forte reação, que é percebida neste trecho de Botafogo através da blindagem de janelas e um “abandono” da área pelos moradores originais, na qual percebemos que as Ruas Jupira, Marechal Francisco de Moura e Barão de Macaúbas, que se iniciam na pracinha da movimentada Rua São Clemente e desembocam no Santa Marta, foram, em grande parte, ocupadas por moradores originários do morro, no período.



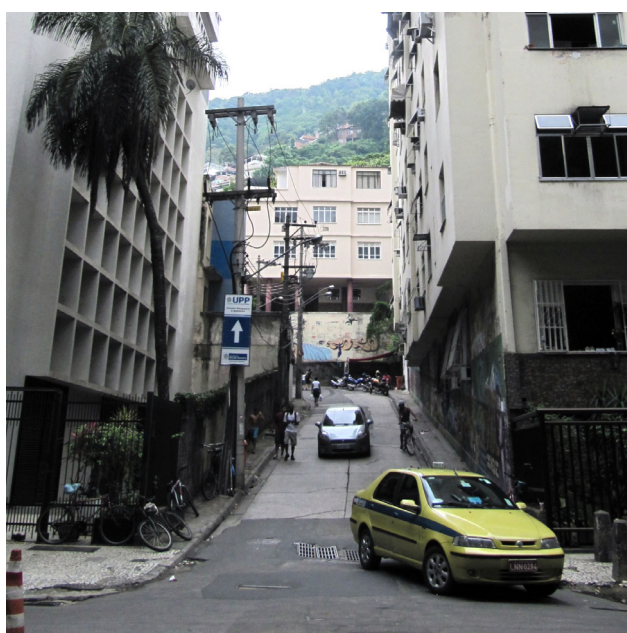
*Figura 36 - Pontos de contato direto no Morro da Babilônia.
Imagem: Google 2009.*

O contato estabelecido na continuidade do traçado viário proporciona, para os moradores da favela, o acesso a serviços, transporte e trabalho. Entretanto, na cidade formal, percebemos o desconforto dos moradores com a presença de tais vizinhos, identificando a sujeira, a bagunça, a degradação do espaço e forte presença do comércio informal, como sinais da proximidade com a favela. Muitos criticam também a circulação constante de moradores do

morro, marcada por um comportamento “inadequado”, com gritos, bagunça e xingamentos constantes.



*Figura 37 - Rua Marechal Francisco de Moura, acesso ao Santa Marta.
Foto do autor.*



*Figura 38 - Ladeira Ary Barroso, acesso à Babilônia.
Foto do autor.*

Percorrendo estas áreas podemos perceber que se diferenciam do bairro formal do entorno, mas também da favela, em uma relação de “transição” que, ainda que se estabeleça sobre um espaço originalmente formal, assume características próprias, através das atividades ali realizadas: uma sociabilidade mais ativa que ganha o espaço das ruas enquanto as calçadas seguem tomadas por comércio, entulhos, bicicletas, etc. e certo “relaxamento” no rigor construtivo e de ordenamento da cidade. Esta relação demonstra que a forte influência espacial, as trocas mútuas, e a intensa comunicação entre estes espaços torna cada vez mais difícil uma definição nítida de limites e fronteiras, estabelecendo um espaço ambíguo onde os elementos característicos de cada padrão de ocupação são tão mais evidentes quanto maior a proximidade com este.

Entretanto, percebemos que esta diferenciação era sentida de forma muito mais nítida pelos moradores das favelas e do próprio espaço de “transição”, se confundindo, para os habitantes da cidade formal com o espaço da favela. Entre os entrevistados, residentes na cidade formal, a grande maioria afirmava que a favela se iniciava no início da via de acesso, onde os primeiros sinais da ocupação formal se

faziam sentir, e, quase todos, informaram que jamais haviam entrado naquele espaço.



*Figura 39 - Da praia o paredão de prédios encobre a favela.
Foto do autor.*



*Figura 40 - Que volta a ser visível apenas no extremo oposto de Copacabana, a 4km dali.
Foto do autor.*

A condição de visibilidade, seja da rua ou a partir dos fundos dos prédios do bairro, certamente produz alguma influência ambiental e social, visto que o fato é repetidamente afirmado como um problema pelos moradores do bairro, entretanto, diferentemente dos imóveis situados nas vias de acesso à favela, esta condição de proximidade não estabelece uma situação dúbia quanto ao grupo de pertencimento, mas, ao contrário, faz ressaltar a diferenciação socioeconômica, elevando o contraste social a uma situação extrema, na qual a separação entre favela e cidade formal se torna evidente e nítida.

Deste modo, o contato visual, ainda que intenso, permite que seja estabelecida uma nítida linha divisória entre os espaços, definindo claramente seu pertencimento, o que parece limitar a ação da influência mais direta entre os espaços.



*Figura 41 - A proximidade visual entre os prédios do Leme e as casas no Morro da Babilônia.
Foto do autor.*



*Figura 42 - Um dos raros ângulos de onde se pode ver a favela a partir das ruas do bairro do Leme.
Foto do autor.*

Por outro lado, não dispomos de dados específicos para avaliar os efeitos desta proximidade nas favelas, entretanto podemos identificar, no espaço construído destas, relações de hierarquização socioeconômicas, muito mais nítidas, que podem ser identificadas visualmente, através das dimensões e condições de acabamento das casas, baseadas em questões como a proximidade de serviços, a acessibilidade e a condição física do terreno. De modo que a influência da proximidade visual, caso exista, exerce apenas uma ação secundária.

A proximidade intensa acaba, portanto, não produzindo uma suavização dos limites urbanos, mas apenas uma intensificação das tensões locais pela intensa desigualdade exposta (frente a frente) a uma pequena distância, ao contrário da condição de continuidade física, que exerce uma influência mais perceptível no espaço produzido, transformando o contraste inicial em uma “zona de transição”, na qual a degradação econômica no tecido da cidade se conecta aos locais mais valorizados da favela, transformando a linha divisória inicial em uma gradação da urbanidade que se torna aos poucos rarefeita.

Os gráficos a seguir mostram a comparação dos indicadores de renda e escolaridade entre as áreas informais estudadas, o bairro oficial onde se inserem e a parte deste bairro que apresenta contato visual direto com o espaço informal.

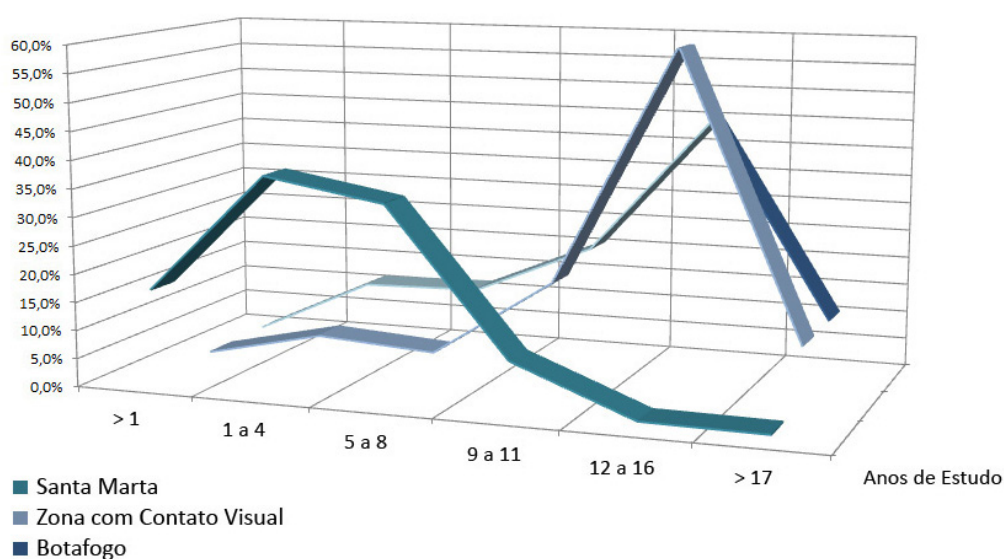


Gráfico XI - Comparação dos níveis de escolaridade entre o Santa Marta, Botafogo e as áreas com contato visual direto entre eles.

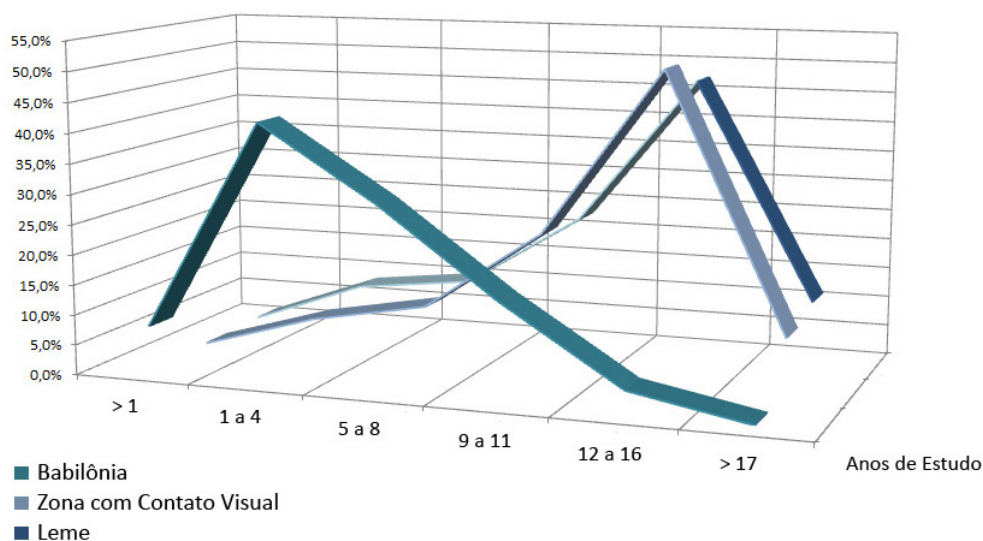


Gráfico XII - Comparação dos níveis de escolaridade entre a Babilônia, o Leme e as áreas com contato visual direto entre eles.

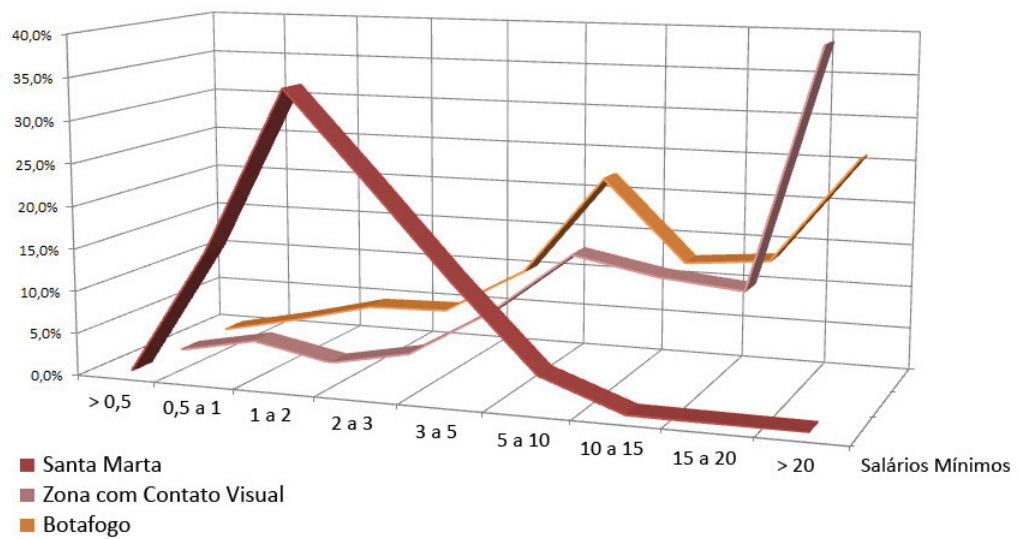


Gráfico XIII - Comparação dos níveis de renda entre o Santa Marta, Botafogo e as áreas com contato visual direto entre eles.

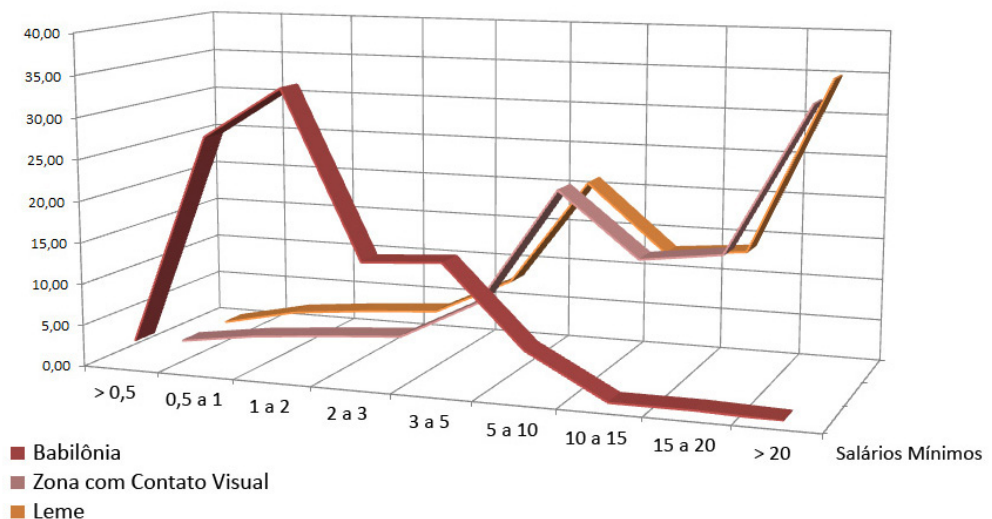


Gráfico XIV - Comparação dos níveis de renda entre a Babilônia, o Leme e as áreas com contato visual direto entre eles.

Deste modo, torna-se possível perceber que a influência entre estes setores⁹⁹, apesar de certamente significar uma variação nos valores de venda e aluguel destes apartamentos, ao contrário do que ocorre ao longo do eixo de acesso entre estas áreas, não provoca uma alteração do perfil socioeconômico dos moradores¹⁰⁰.

⁹⁹ Por não dispormos de dados específicos que permitissem separar, dentro dos edifícios dos setores analisados, os apartamentos que possuem contato visual direto com a favela, daqueles que não o possuem, identificaremos apenas os edifícios que se encontram em tal condição.

¹⁰⁰ Em ambos os casos, por fatores diversos, chegamos a encontrar indicadores sociais ligeiramente mais elevados do que a média do bairro.

D. Outras fronteiras

O tráfico e a violência

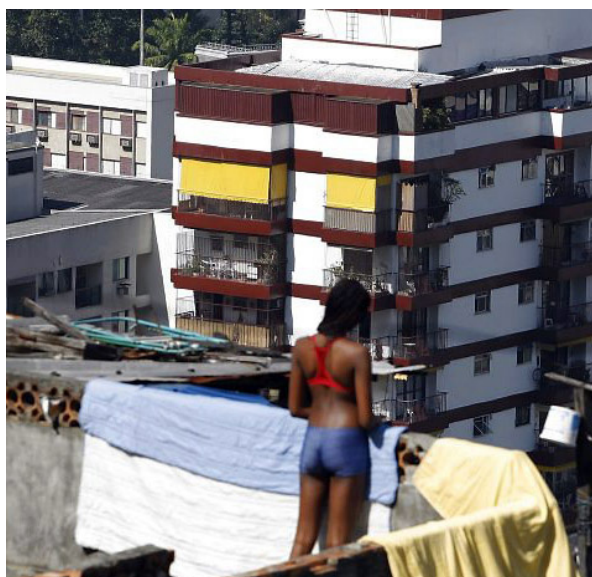


Figura 43 - Varanda fechada com chapas de metal para blindagem do apartamento.
Fonte: O Globo 12. Ago.2009

No estabelecimento de fronteiras entre a cidade formal e a favela não podemos negligenciar os efeitos da violência que, ainda que se estabeleçam condições variáveis ao longo do tempo, a existência desta, real ou imaginada provoca fissuras severas no tecido da cidade, baseadas no medo e na desconfiança.

Alessandra Mamede (2005) descreve uma visita ao morro Santa Marta, para uma roda de samba, realizada logo no início da favela, e que foi também seu primeiro contato com o tráfico de drogas que ainda dominava aquele espaço:

Enquanto na subida da ladeira que dá acesso à favela os policiais davam a entender que o espaço estava seguro, livre da criminalidade, só pudemos ficar no espaço onde acontecia o animado samba com uma explicação sobre o que queríamos ali e o consentimento de um homem branco com mais ou menos 25 anos e um fuzil na mão [...] De qualquer forma, a impressão que aquele homem me dava era de que estava representando o mesmo papel que os policiais na parte mais baixa (MAMEDE, 2005, p.106).

Entre a polícia que protege a cidade formal sem se preocupar com o que acontece dentro da favela, desde que fique restrito àquele espaço e não faça demasiado alarde a ponto de exigir sua entrada, e o tráfico que controla o espaço restrito, onde a tranquilidade é a própria ausência da polícia, permanece o acordo tácito de não enfrentamento, no qual ambos sabem o que acontece do “outro lado da fronteira”, e este é exatamente o motivo para não cruzá-la. Discutiremos mais profundamente a questão da violência e seus efeitos na sociabilidade destes espaços, no item 1, do Capítulo IV.

Demarcação simbólica

Na base do Morro da Babilônia, antes de se iniciar a subida da Ladeira Ary Barroso, diversos mototaxis se enfileiravam a espera de passageiros, ocupando parte do canteiro central da Rua General Ribeiro da Costa. A identificação deste transporte como um elemento tipicamente pertencente ao universo da favela constituía um problema no ponto de vista dos habitantes do “asfalto”, que percebiam tal fato como se o espaço da favela estivesse invadindo uma área da cidade. Os elementos característicos da favela eram percebidos como formadores de uma

fronteira simbólica que avançava sobre o espaço da cidade. Ao mesmo tempo eles representavam uma nítida sinalização da existência da favela na região, que não é visível por estar encoberta pelos prédios em quase toda a extensão da rua.

Em 2009, a Associação de Moradores do Leme organizou um abaixo-assinado pedindo a remoção do ponto de mototaxi para cerca de 50m acima na Ladeira Ary Barroso, ficando, desta forma, fora da vista dos transeuntes que circulam na rua do Leme, avistada apenas por quem olha, da esquina, em direção ao topo da ladeira, assegurando, assim, a manutenção da ordem simbólica.



Figura 44 - A creche, na parte alta em azul, atual sede da UPP.
Foto do autor.

O Governo do Estado iniciou, em 2005, a construção de uma creche, no topo do Santa Marta, realizando igualmente melhorias no caminho tradicionalmente utilizado pelos moradores do morro para descerem por Laranjeiras. Entretanto esta via de descida, apesar de ter existido desde o início da ocupação informal do morro, era discreta e precária, e não sendo visíveis, tanto a via como a ocupação, na face norte do morro, grande parte dos moradores de Laranjeiras desconheciam sua existência, considerando, assim, o Santa Marta um “problema” de Botafogo.

Com a execução das obras da creche, esta se tornou visível desde Laranjeiras, logo a presença da favela se fazia notar

e com ela o temor de que o morro se voltasse em direção ao bairro, estimulado pelo caminho “aberto¹⁰¹”, e pela fronteira franqueada, como podemos perceber através da ação civil pública que requer a paralização das obras:

O Estado vem construindo de forma igualmente irregular um acesso de automóveis à favela por Laranjeiras, através do abertura de uma rua que se liga ao final da Rua Oswaldo Seabra. A criação de logradouro clandestino e a conseqüente melhoria das possibilidades de acesso à favela inclusive por veículos, além de desobstruir os limites naturais do meio ambiente local e propiciar condições favoráveis ao desmatamento, funcionará como grande atrativo para a expansão da comunidade Santa Marta na

¹⁰¹ Embora a melhoria do caminho permita o acesso a veículos, estes não circulam no Santa Marta, configurando assim, um acesso de serviços auxiliar ao funcionamento regular da creche.



Figura 45 - A antiga creche, vista de Laranjeiras.
Foto do autor.

direção do bairro de Laranjeiras, vertente até agora com vegetação nativa preservada. [...] A vultuosa obra, localizada na encosta do morro Dona Marta, é visível de diversos pontos de Laranjeiras. Note-se que é a primeira construção da favela que pode ser vista do bairro, portanto caracteriza o marco inicial de expansão da favela para os limites de outro bairro. [...] a obra se encontra situada em platô criado na cumeada do morro, aproximadamente na cota 190,00m e debruça-se sobre o bairro de Laranjeiras - fora dos muros limitantes da favela (Trecho da ação civil pública impetrada contra o Governo do Estado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 23 de março de 2005).

Ainda que a argumentação jurídica se baseie na agressão ao meio ambiente e na legislação urbanística¹⁰², fica claro que grande parte da motivação da ação, estimulada por forte mobilização dos moradores e das associações dos bairros adjacentes¹⁰³, se elabora em torno do receio da expansão informal em direção ao bairro de Laranjeiras.

realizada pela

A obra, em si, é uma aberração e, pela primeira vez, faz com que uma construção do Santa Marta seja avistada de Laranjeiras. Não importa que a lei a autorize. O legal nem sempre é o melhor parâmetro, e em nome da legalidade muitos atentados arquitetônicos e urbanísticos já foram cometidos contra a cidade (NETO, 2005).

A obra esteve embargada por longo período, e sua conversão em sede da UPP, pos fim ao imbróglgio ao destinar a construção a uma estrutura de controle sobre a ocupação informal.

Se, pelo lado oficial, a limitação do território informal e o controle à sua expansão são palavras de ordem, do lado oposto à percepção deste controle ultrapassa os limites territoriais, criando a sensação, real ou imaginada, de que a simples presença dos moradores da favela na cidade deveria ser objeto de um maior rigor. Situação que contrasta com a afirmada liberdade, característica de um espaço que se afirma como “construído por iguais”.

¹⁰² Na época, o IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil, organizador do concurso para a escolha do projeto declarou que a obra não feria a legislação ambiental vigente, e não possuía impedimentos legais, tanto do ponto de vista urbanístico como ambiental, pois a edificação estaria dentro dos limites da AEIS - Área de Especial Interesse Social.

¹⁰³ Sob iniciativa da AMAL - Associação dos Moradores e Amigos de Laranjeiras, a ação reuniu cinco associações locais e deu origem ao surgimento do Comitê Ambiental do Vale de Rio Carioca, formado pelas Associações de moradores de Laranjeiras - AMAL; do Flamengo - Flama; da Rua Julio Otoni - AmaJoá; da rua Ribeiro de Almeida - Amora; do Cosme Velho - Ama-Cosme Velho; além da Associação Comercial Vale do Rio Carioca - ACVale.

3. CIDADE X FAVELA, PRÁTICAS E ENFRENTAMENTO

A. Como entender a favela?

A decisão de morar, ou permanecer, na favela deve ser entendida como uma escolha, proveniente da comparação entre recursos disponíveis e benefícios oferecidos pelo local, sobre os quais pesariam as redes sociais existentes, a infraestrutura e os serviços disponíveis, distâncias físicas e simbólicas aos locais de uso, possibilidades de trabalho, etc. Entretanto, outros aspectos importantes precisam ser levados em conta para entendermos melhor os diversos modos de “busca” da favela: de acordo com a dinâmica social enfrentada pela família, que pode ser, numa linha descendente, um dos últimos recursos a uma moradia, mas também, numa perspectiva horizontal, a procura por um espaço extra, que absorva um crescimento natural da família, originada na mesma ou em outras favelas próximas, ou ainda, numa projeção ascendente, a possibilidade de conquistar a moradia própria, ainda que esta não disponha das mesmas condições urbanas e de habitabilidade que a última residência.

Cada um destes movimentos irá apresentar uma relação diferenciada com o espaço da favela, e diferentes modos de utilização das táticas possíveis, que irão implicar em diferentes representações espaciais e simbólicas, a respeito de conforto, liberdade, urbanidade, precariedade, sociabilidade, violência e segurança, experimentadas no local. Da mesma forma, encontraremos interesses diversos de acordo com o posicionamento socioeconômico no interior da favela, perceberemos nos setores mais extremos uma busca de integração ao espaço da “comunidade” e uma afirmação desta como algo distinto da cidade, uma estrutura capaz de absorver a sua realidade social e econômica. Por outro lado, nos setores centrais, presenciaremos a afirmação de uma imagem que tenta aproximar a favela da cidade, da qual não se distanciam muito, tanto economicamente quanto simbolicamente. O espaço habitado ou apropriado funciona, conforme Bourdieu, como uma espécie de simbolização do espaço social, este se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa.

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (BOURDIEU, 2008, p.160).



Figura 46 - Panorama do Santa Marta e parte da cidade ao redor.
Foto do autor.

Favela não é só moradia - Adesão ao modelo

“Ser pobre na sociedade brasileira sempre foi perceber-se um cidadão com precários e reduzidos direitos. Foi sentir-se vulnerável ao arbítrio, à violência e à ausência de proteção. Foi não sentir-se portador de direitos e obrigações” (LESSA, 2005, p.292). Esta falta de direitos e obrigações, além de acentuar a precariedade de sua sobrevivência urbana, ainda contribui para a compreensão da necessidade de produzir seu próprio espaço, de ter que agir por não ser respaldado pelo estado ou pela sociedade. Entretanto, paralelamente à sempre lembrada carência de direitos, podemos falar também de uma conseqüente carência de deveres. A percepção de não se encontrar inserido em uma estrutura, urbana e social, que possa prover o bem estar, logo, igualmente não lhes pode cobrar a adequação a esta estrutura. Desta forma produz-se um espaço que se organiza por articulações internas, não impostas, se situando de certa forma fora do controle da cidade e ao mesmo tempo buscando pela associação de suas forças individuais, pelo ideal, real ou imaginário, da comunidade, pela organização e pela densificação do espaço que lhes confere maior força, formas de produzir uma esfera de segurança, um ambiente que forneça o que a sociedade-cidade os negou.

Ainda que a favela tenha surgido por uma necessidade de redução dos custos habitacionais, e de proximidade com o local de trabalho, a adesão ao modelo não é apenas uma questão econômica, como diz Lessa (2005). Em seus movimentos iniciais a favela representava uma redução drástica dos custos de moradia, que se aproximavam do zero, entretanto hoje a favela, extremamente mercantilizada, possui custos que se equivalem aos das áreas periféricas da cidade (VALLADARES, 2005), ressaltando que as possibilidades apresentadas pelo espaço favela vão muito além do custo da habitação, ainda que este permaneça vantajoso, envolvem, portanto, uma aceitação das questões simbólicas ligadas ao habitat da favela e uma integração a um sistema “paralelo”, capaz de extrair o máximo das possibilidades apresentadas através das táticas de sobrevivência nas brechas do sistema, da articulação coletiva nas redes sociais e da apropriação de um espaço de forma coletiva, que os fortalecem pela força do grupo.

A tabela a seguir sintetiza as diversas possibilidades, simultâneas ou concorrentes, que se articulam no momento de adesão ao modelo habitacional da favela.

Simbólica	Sujeição à discriminação e ao estigma frente à cidade formal, personificados na imagem da pobreza, violência e sujeira.
Econômica	Custos inferiores da unidade acabada e flexibilidade construtiva. Menor necessidade de capitalização. Vantagens econômicas providas pelas redes sociais internas. Proximidade com o trabalho (tempo e custo de deslocamento). Mercado interno adaptado à precariedade e instabilidade.

Social	Espaço de grande sociabilidade, utilização dos espaços da rua. Ocupação de um espaço na cidade, "entre iguais". Inserção e fortalecimento real e simbólico nas redes sociais. Fortalecimento coletivo na luta pelos direitos à moradia e à cidade. Sujeição à condição de sociabilidade violenta.
Segurança	Riscos pela proximidade física e territorial com o tráfico de drogas. Tratamento desrespeitoso, e muitas vezes violento, pelas forças policiais. Instabilidade geológica.
Habitacional	Tomar parte no "desvio" que busca alterar o posicionamento econômico e social previsto às populações fragilizadas no cenário da cidade.
Estrutural	Padrão urbanístico flexível, com "normas" adaptadas e forjadas segundo a situação. Aceitação coletiva (mútua) da condição de precariedade habitacional. Permissividade urbana, econômica e social - adaptabilidade e improviso.
Urbanística	Acessibilidade a oportunidades de trabalho e a serviços na cidade formal. Maior proximidade física (e social) entre as residências. Possibilidade de lazer na rua, espaço da rua flexível.

Tabela II- Padrões simultâneos, positivos e negativos, de adesão ao padrão habitacional da favela.

B. Articulações entre favela e cidade formal

Se, ao longo das últimas décadas, a exclusão social e a ilegalidade urbana foram "territorializadas" nas favelas, nos últimos anos a violência urbana seguiu o mesmo caminho, e, como toda a cidade, os moradores dos assentamentos recebem o bombardeamento midiático da violência e da desordem urbana e social, quase sempre relacionada de alguma forma com as favelas. Tais populações, ao não se identificarem com as imagens expostas, passam a partilhar com a cidade formal muitos dos preconceitos e estigmatizações existentes em relação às favelas, com isto, se colocando em uma posição diferenciada: ao entender que o local onde vivem não é igual ao exposto pelas telas de TV, assumem seu espaço como "algo diferente", que não se enquadra na imagem fornecida. Esta condição favorece o entendimento de que existam, em algum lugar, espaços que possam abrigar tal violência, justificando assim o estigma que o nome favela porta. Existe aqui uma reafirmação simbólica do "outro", como o excluído, elaborada em dois movimentos contraditórios: ao nomear seu lugar de origem por "comunidade", o morador da favela expõe "esse lugar como uma unidade fechada, mas, ao mesmo tempo reafirma a particularidade do seu território em relação à cidade, negando o estigma que este carrega, mas aceitando e colocando esse estigma em outras favelas" (LAGO, 2003, p.2).

Através dos altos níveis de violência urbana, exacerbados pela superexposição midiática, da associação usual da pobreza urbana como intrinsecamente ligada ao crime, e dos

enfrentamentos que, por vezes, e pontualmente, ultrapassam os seus limites, a favela é sentida como ameaça silenciosa e latente que pode “transbordar” em direção à cidade. Esta situação reforça atitudes de fechamento e estigmatização, além de ser utilizada, de acordo com Compans (2007), se servindo da política ambiental, associada à necessidade de segurança, como justificativas para resgatar os movimentos de remoção, seja através de um controle mais rígido sobre as expansões das favelas existentes, como pela eliminação de “embriões de favelas”, evitando desta forma que se desenvolvam como suas irmãs maiores, multiplicando o problema.

A realidade é contraditória e complexa, assim, as ocupações irregulares próximas a bairros ditos nobres são vistas, de forma geral, como um acinte à beleza e à urbanização da paisagem formada por casas e prédios de alto luxo. “Contudo, a proximidade espacial entre ricos e pobres fornece aos primeiros um ‘estoque’ de trabalhadores pouco qualificados à sua disposição, o que possibilita àqueles ter menor custo no caso de empregá-los” (DIAS, 2006, p.112).

Se as relações urbanas e sociais, coletivas, são marcadas pelo afastamento, as interpenetrações nas relações de consumo e fornecimento de serviços articulam uma outra possibilidade de interação, de forma individual, mais controlada, mais permitida,

elas extravasam, sobretudo por meio de elos que se estabelecem de maneira mais sutil e penetrante, de modo mais “subterrâneo”: em relações individuais, já que a maioria dos favelados trabalha nos bairros formais da cidade, às vezes, como empregados domésticos que moram, durante a semana, em apartamentos dos bairros ricos (JACQUES, 2003, p.106).

Relógio e "gato"¹⁰⁴

A relação com as obrigações inerentes ao acesso a serviços básicos, fornecidos pelas concessionárias públicas ou privadas, se estabelece de forma ambígua. Parte desta ambiguidade vem do desconhecimento a respeito dos “produtos” que são fornecidos, e pelos quais devemos pagar. Tanto a água, como produto da natureza, disponível através da chuva ou de fontes naturais, quanto à eletricidade, por sua intangibilidade, um produto que não vemos ou tocamos, parecem se configurar, ao contrário dos bens industrializados, expostos nas vitrines, como produtos menos susceptíveis a um pagamento legítimo, distanciando simbolicamente o “gato” da prática do furto.

Quando questionados “De onde vem a eletricidade?”, 67% disseram não saber, 8%, das hidrelétricas; 3%, da subestação, 2%, do mar ou da água e 2%, ‘da Ampla’. Isto deixa claro que há uma total ignorância no que se refere ao bem ou serviço (YACCOUB, 2010, p.26).

¹⁰⁴ “O ‘gato’ é uma gíria (categoria nativa) utilizada para fazer referência a qualquer tipo de ligação clandestina nos mais diferentes setores, desde energia elétrica, TV a cabo, água e internet” (YACCOUB, 2010, p.59).

Este entendimento tem origem no desconhecimento da cadeia de processos necessários para que o serviço esteja disponível de forma constante e adequada, o que colocaria a percepção da cobrança de tais serviços fortemente associada a um imposto ou taxa governamental.

A gente vai pagar essas taxas, eles vão pegar o dinheiro da gente e construir Cidade da Música, de não sei quantos milhões, e as casas vão continuar caindo nas encostas. Porque não fazem estas obras? Não digo nem nas casas, mas pelo menos nas encostas, acertar as ruas, esgoto (Beth, moradora da Babilônia - Campinho).

A prática do provimento “alternativo” de serviços como água e luz se iniciou pela falta de alternativa formal de acesso a estes, e com o tempo se estabeleceu como prática corrente nas favelas, de modo que hoje as concessionárias têm muita dificuldade para reverter a situação e cobrar pelo consumo dos serviços. Entretanto, surge, ao mesmo tempo, uma reação no sentido inverso. Ao pagar pela luz ou água, estabelece-se uma relação econômica na qual a moradia é atendida oficialmente por um serviço público¹⁰⁵, desta forma, ao possuir um ‘relógio’ a casa começa, de certa forma, a existir oficialmente, a constar de um cadastro, a se incluir em uma relação que confere certa “oficialização” ao domicílio¹⁰⁶. Apesar da situação, recorrente, de irregularidade fundiária, o “relógio” transmite uma sensação de legalidade ao morador. Na transformação ocorrida “do gato ao relógio”, busca-se a transformação “de ocupante a consumidor”, uma “legalidade” constituída ao pagar, de alguma forma, pelo direito de morar.

Mais de meio milhão de casas têm luz clandestina

Censo mede pela primeira vez os ‘gatos’; no Rio, mais de 65 mil domicílios têm acesso a energia por ‘outras fontes’

Selma Schmidt, Cássia Almeida e Odilon Rios

• RIO DE JANEIRO. No Censo 2010, pela primeira vez, o IBGE conseguiu medir as ligações irregulares de luz no Brasil. São mais de meio milhão de casas, precisamente 530.612 lares, que têm luz, mas não estão ligados a uma companhia distribuidora. Além disso, outros 728.512 domicílios vivem às escuras, sem luz nem de gato — situação mais comum no Nordeste, onde 2,27% dos lares não têm acesso à energia elétrica, contra 1,27% da média nacional. O Estado do Rio chama a atenção pelo número de gatos. São mais de 65 mil domicílios que têm acesso à energia elétrica por “outras fontes”, ou seja, via gato — 1,2% do total, contra 0,97% da média nacional.

Na Light, energia furtada é igual à produção de Angra 1
Se a Light, que atende a quatro milhões de clientes em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, calcula um índice de perdas de mais de 3,3 mil



RESPONSÁVEL POR um acampamento em Sepetiba, onde vivem 108 famílias, José Carlos Barreto tem luz porque puxa energia de uma padaria

Em 899 mil lares, portas fechadas

• Dos 57 milhões de domicílios do Brasil, 899 mil foram considerados fechados pelo IBGE, ou seja, não foram recenseados. São locais em que não foram encontrados moradores na data da visita do recenseador. Mas, segundo o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, mesmo para esses lares foi estimado um número de moradores. Nunes admitiu que ele próprio não foi entrevistado pelo Censo 2010.

— Na minha própria casa, eu não fui entrevistado. Mas aquela informação foi anotada, não foi feita a entrevista e, depois, nós estimamos essa população (dos domicílios que não foram

Mas, eu sempre quis ter minha conta de luz, uma linha, porque é uma coisa que é uma garantia, se faltou, você tem como reclamar, eu já fiquei quinze dias sem luz, dez dias, toda semana a luz acabava, sabe? Um dia ou dois. Tinha que dormir no escuro sem luz, no calor. Então agora se faltar tem como reclamar, eu tenho aonde, tenho meus direitos, né? (Maria da Penha, moradora do Santa Marta - Meio do Morro).

Figura 47 - A dimensão do “gato” como modo de acesso à energia.
Fonte: O Globo, 30.Abr.2011

Tanto a relação comercial estabelecida, quanto os investimentos empregados para o fornecimento de tais serviços, conferem à moradia um caráter mais próximo de uma situação

¹⁰⁵ Ainda que grande parte das empresas de água e eletricidade tenha sido privatizada, o serviço ainda é desenvolvido através de uma concessão estatal.

¹⁰⁶ Esta condição influencia os preços de venda dos imóveis, que, segundo Baltrusis (2009), são mais elevados nos imóveis com fornecimento regularizado.

legalizada, ou ao menos sinaliza que a ela foi permitido ali permanecer, favorecendo investimentos mais sólidos no habitat, mesmo que este ainda siga sendo regido por regras flexíveis. Ainda que estabelecida de forma ambígua e sutil, esta nova situação favorece investimentos mais duradouros no habitat, ainda que permaneça regida por regras específicas, mais flexíveis. Entre a função social e o uso político do serviço, sabem que seu estatuto particular lhes garante certa imunidade, ainda que não oficial ou admitida. Situação que se torna ainda mais aguda nas favelas dominadas pelo tráfico, onde apesar da intenção de corte pela fornecedora, os técnicos não se arriscam a “subir o morro” para tal ação.

Entre estes fatores, jogam os custos dos serviços, pois, ao possuir um relógio, seu gasto passa a ser contabilizado, gerando um ônus. E foi exatamente a impossibilidade de arcar com os custos da moradia regular que gerou o processo de informalização da habitação. Portanto, apesar de demonstrarem interesse na oficialização, frequentemente discordam dos custos, assumindo uma postura que demonstra um questionamento direcionado mais aos custos a serem pagos para se “tornarem oficiais”, do que propriamente ao serviço consumido.

Eu acho que tinha que pagar uma taxa mínima, uma taxa acessível pra as pessoas que moram na comunidade. Não é que as pessoas não queiram pagar, é que tem muitos casos no morro que as pessoas não têm condições de pagar [...] Na rua tem dinheiro pode pagar a conta... Aqui a cada real que você paga, você tira do seu salário (Maria dos Anjos, moradora do Santa Marta - Conjunto Estação 3).

É que conta de luz no começo falaram que ia ser quinze ou vinte reais, tarifa para baixa renda, entendeu? Não entendi a conta de luz veio cinquenta reais, do moço lá em baixo veio cento e cinquenta, e assim foi (Alex, morador do Santa Marta - Pico).

Entre a condição de informalidade, e os inegáveis benefícios econômicos diretos, e a condição formal, onerosa, porém associada à maior qualidade e ao processo de oficialização, tanto do habitat, quando do cidadão, que passa a ter um endereço reconhecido, um comprovante de residência e o acesso a financiamentos no comércio local, se estabelece a luta por direitos sociais, contraposta ao quanto se aceita pagar por eles, seja através do ônus econômico ou da sujeição às regras oficiais. O ônus econômico, embora não consiga lhes tirar o estigma de favelado, garante, de certo modo, o reconhecimento de alguma característica de regularidade em seu habitat. Por outro lado, é o próprio estigma, associado à imagem da extrema pobreza e precariedade urbanas, que legitima as reivindicações de tarifas diferenciadas (tarifa social), ou mesmo alguma permissividade frente às ligações clandestinas, tornando a questão mais complexa e menos consensual nas “comunidades”.

O pessoal acha que o favelado não tem direito a informação, ele tem que começar a mudar essa visão, entendeu? [...] Tem que ter alguém presente aqui do governo, se não as coisas... entendeu? O pessoal da Light até mandou umas garota aqui virem conversar, escutar... uma semana, pronto. Depois acabou. [...] Andou se espalhando o boato, que a luz não devia ser paga, que a luz não pode ser cortada, é o mesmo boato que acontece com a água, mas quando corta a água todo mundo vai lá reclamar na CEDAE. O pessoal não quer pagar água. Então, por quê? Porque não sabe qual o

benefício. Então é isso que tá faltando. É inserir o pessoal da comunidade como cidadão, eu acho que tá faltando isso (Carlos Barbosa, Morador do Santa Marta - Estação 3).

No mesmo sentido, a falta de pagamento é associada à má qualidade do serviço, e à impossibilidade de questionamento, deste modo as falhas de fornecimento muitas vezes se convertem em uma pressuposição de retorno à informalidade.

Chegou a conta de água pra eu pagar, eu nem paguei, porque faz quatro mês, faz quatro mês que não tem água direito, é o tempo todo brigando com a CEDAE, e nada de ninguém resolver (Emílio, morador do Santa Marta - Pico).

Rua-moradia

Para descrever o espaço das favelas, Paulo Cesar Gomes se utiliza de uma expressão cunhada por Le Goff (LE GOFF et al., 1980), a respeito da cidade medieval, que a descreve como um espaço que parece demonstrar "horror ao vazio". "Todas as áreas devem ser fisicamente ocupadas e tudo deve conter explicitamente os sinais de uma apropriação" (GOMES, 2003, p.173). Desta forma, o espaço não edificado, por ser entendido como uma espécie de 'terra de ninguém', e não como um espaço de todos, foi sucessivamente apropriado, sendo reduzido ao limite de sua condição de funcionalidade mínima. Esta situação reflete igualmente a pressão que se origina pela falta de espaço na esfera doméstica, na qual as pequenas habitações abrigam frequentemente famílias numerosas, onde coabitam várias gerações.

Na favela, a rua e a habitação nascem juntas. Na partida, quando da apropriação do terreno, que ninguém queria utilizar, e na ausência de qualquer autoridade que definisse os logradouros, houve uma confusão do espaço público com o privado. Isto se resolve por uma pactuação consuetudinária, que envolve os primeiros moradores e os fundadores do lugar (LESSA, 2005, p.300).

A restrição espacial das vias limita a circulação, mas contribui, ao mesmo tempo, junto com as condições geográficas, para conferir um caráter mais local, um fluxo mais limitado e uma circulação restrita a moradores e seus visitantes, estabelecendo um ritmo mais lento e de maior sociabilidade ao espaço.

As ruas na favela se tornam espaços controlados, onde quem passa não pode ficar neutro como em um espaço tradicionalmente urbanizado, a proximidade aqui é mais forte, mais pessoal. Quem entra tem um motivo para isto, e um estranho, na falta 'aparente' deste, pode ser considerado em uma postura invasiva ou mesmo vir a ser questionado a respeito, de acordo com a existência de limites aparentemente invisíveis de apropriação, que podem inadvertidamente ser cruzados, principalmente nos becos e acessos cegos que não atravessam a ocupação.

Esta rua sociabilizada é muitas vezes utilizada como uma extensão do espaço doméstico, a ampliação da sala de estar ou da área de serviço, dependendo do local e do momento. Embora

seja um espaço de uso comum ao grupo de moradores, a frequência de uso delimita territórios apropriados, principalmente nas proximidades da moradia, onde a via se torna muitas vezes um espaço semipúblico, pelo peso de uma forte apropriação em locais de pouco movimento.

Desta forma a rua se transforma de um espaço previsto para circulação e encontros casuais, para incorporar o aspecto de um espaço de convivência, de socialização, apropriado/privatizado por usos frequentes, hábitos externos, etc. “A exiguidade da casa orienta a socialização para o exterior [...] O favelado vive muito mais do lado de fora do que dentro do seu domicílio e valoriza intensamente esta convivência social” (LESSA, 2005, p.301).

O uso consagra os lugares de aglomeração: para os homens as biroscas e para as mulheres, classicamente, a bica d'água; a porta dos templos ou algum largo, dos consagrados por toda a comunidade. É imensa a importância social da biroscas e da bica: são os espaços de socialização de famílias com residências desprovidas de conforto. São as salas de estar (LESSA, 2005, p.301).

Uma das questões mais frequentemente ressaltadas na diferenciação entre os espaços formais e informais remetem à sociabilidade no espaço público. Enquanto na cidade formal ela é descrita como fria, com contatos interpessoais mínimos e extremamente restritos, em sua correlata informal, esta sociabilidade é exposta como intensa e se desenvolvendo no espaço da rua, entre vizinhos, entre colegas, nos largos ou biroscas, etc.

A rua se configura como um espaço de convivência, apropriado e partilhado, um espaço de sociabilidade intensa, onde se dá o contato entre os passantes e aqueles que ali “se instalam”, seja pela posição privilegiada de contato ou pela escassez de espaços de lazer internos ou externos. Neste sentido, a rua se diferencia do beco, por possuir maior circulação, menor controle e mais espaço. O beco, pelo espaço extremamente exíguo e muito próximo da esfera íntima, permite apenas o acesso local e atividades que se desenrolam em uma esfera quase privada, por não ser um local de passagem garante pouca sociabilização. Como espaço de moradia ele é desvalorizado simbolicamente, a habitação ali possui menor status, mas, ao mesmo tempo, junto com as dificuldades de convivência intensa, ele garante certo isolamento, permitindo uma maior privacidade.

A minha casa, [...] eu disse que só compro que seja de frente de rua, que não seja em beco e que não seja em esquina. O beco é ruim, eu nunca gostei de morar em beco, é muito misturado. As vezes você tem que discutir com vizinho, que um liga o som muito alto, tem gente que faz sujeira, deixa água suja pelo chão. Mas na esquina também é ruim, fica à vista de todo mundo, todo mundo fala, comenta, melhor assim, de frente pra uma rua tranquila (Dona Lia, moradora de Novos Alagados - São João).

A relação com a rua na favela altera a separação tradicional entre público e privado, não estamos diante de uma simples privatização do espaço público, ainda que ocorra eventualmente, mas sim de um espaço ambíguo, entre o público e o privado, onde a

associação a um estatuto ou a outro não é absoluta e se faz a partir de uma relação de aproximação e afastamento. Os espaços externos, dependendo da localização e do fluxo existente, recebem atividades que seriam tradicionalmente desenvolvidas em espaços privados, estabelecendo uma relação com a rua de proximidade e de apropriação complexa, onde diversos 'marcadores' invisíveis a um olhar estrangeiro determinam relações de maior ou menor apropriação e privatização. De certa forma, a relação com o espaço de moradia se estabelece também na rua e não apenas anexo a esta, atrás de uma porta, em determinado lote, identificado por um número.

Esta relação de maior proximidade com o espaço da rua confere certo 'fechamento' ao espaço, capaz de dificultar a aproximação de estranhos, a exceção das grandes favelas, ao se adentrar o espaço do local, se é imediatamente reconhecido como estranho, e os olhares denunciam certa curiosidade a respeito do motivo da visita. Sem ignorar que a violência exerce uma enorme influência aqui, e mesmo a geografia acentuada, a dificuldade de orientação e a falta de uma evidente conexão das vias com outras localidades da cidade também colaboram para este distanciamento, podemos perceber que os moradores da favela apresentam uma rotina quase diária de frequência do espaço da cidade e a contrapartida é praticamente inexistente, de modo geral o habitante da cidade não frequenta e na grande maioria das vezes nunca foi a uma favela.

Por outro lado, a relação formal com a rua, através de um leito carroçável, de conexões evidentes com o tecido da cidade, certa linearidade, ou ao menos um padrão estruturado de tortuosidade, confere certa "neutralidade" ao espaço da rua, que é associada à cidade formal, assim um dos elementos classificatórios que empregamos intuitivamente para diferenciarmos estes espaços.

C. Permanece favela

Lepetit (2001) descreve a habitação como signo social e suporte de uma prática cultural que não são intangíveis, onde as maneiras de coabitar e a distribuição dos papéis entre os membros da comunidade de moradores são capazes de evoluir em curto prazo. Desta forma deveríamos "reconhecer que os subúrbios têm uma forte tendência a não continuar sendo subúrbios. [...] Lembrar que um *boulevard*, na origem, é um passeio público arborizado que circunda uma cidade, comumente ocupando o espaço onde estavam as antigas muralhas" (PÉREC, 1974, p.61¹⁰⁷).

A formação original das favelas¹⁰⁸ nos remete aos materiais reaproveitados, recolhidos

¹⁰⁷ Apud LEPETIT, 2001, p.139.

¹⁰⁸ Devemos observar que esta descrição aborda processos existentes apenas em novas invasões, tendo existido, desta forma, como nos primeiros momentos das favelas atualmente consolidadas, nas quais, as possibilidades atuais de acesso são invariavelmente articuladas através da lógica do mercado.

aleatoriamente, como ponto de partida de uma construção que depende tanto do acaso dos achados, quanto da criatividade e da técnica elaborada na organização dos fragmentos. As sobras, encontradas ao acaso, se tornam matéria-prima de uma composição forçosamente fragmentada no aspecto formal: “À medida que o abrigo vai evoluindo, os pedaços menores vão sendo substituídos por outros maiores, e o aspecto fragmentado da construção vai ficando cada vez menos evidente” (JACQUES, 2003, p.23).

A característica do favelamento atual não é o barraco, este seria, como defende Espinheira (2008), apenas a fase inicial do que atualmente se encontra como uma casa em alvenaria de dois, três e até mais pavimentos. Os barracos se transformam continuamente, evoluem buscando o último estágio reservado a um abrigo precário, a casa de alvenaria, sólida e permanente. Ainda que o estado de permanente incompletude, produto da constante transformação e ampliação das residências, ou da ausência quase indefectível de revestimento externo, a realidade atual das favelas é inquestionavelmente distante da imagem simbólica tradicionalmente reproduzida: abrigos temporários e instáveis, construídos com restos diversos de materiais de construção. Esta situação configura apenas estágios iniciais e provisórios das favelas, e é atualmente encontrada apenas nos locais extremos, nas “franjas” e nos limites incertos das ocupações, onde a ameaça de remoção pesa forte e silenciosamente, desestimulando qualquer investimento mais durável e custoso na habitação.

A transformação produzida no espaço-favela, desde os instáveis abrigos erguidos com materiais diversos e reaproveitados, frágeis composições que denunciam a precariedade e a temporalidade da moradia, que deveria ser “reconstruída” de tempos em tempos, até as atuais casas de alvenaria e laje, fruto de uma dinâmica construtiva quase incessante, parece ser apresentada de outra forma por seus moradores como um distanciamento da imagem estigmatizada que marca a ocupação.

O uso do termo “comunidade” reforçaria esta ideia, explicitando simbolicamente a transformação processada no espaço como uma evolução, partindo, e se afastando, do padrão de ocupação identificado como favela. O assentamento, através de um permanente processo evolutivo, se transforma em algo que, ainda que não possa ser identificado com a cidade formal, já não cabe mais no termo original.

Por outro lado, o que é percebido orgulhosamente por seus habitantes como um longo processo evolutivo, capaz de deixar para trás uma situação estigmatizada e produzir um espaço mais próximo e integrado à cidade formal, é percebido fora dali como uma atualização do conceito, que adquire uma nova materialidade e organização interna, mas não se desvincula da imagem simbólica original. Gesto que insiste em manter o distanciamento original, associado aos “excluídos”, não aceitando que a imagem da pobreza e desordem urbanas se torne parte da cidade (LOBOSCO, 2009).

Território das negociações e disputas

A coesão e a forte interação, supostas pela afirmada condição de "comunidade", nem sempre se mostram fluidas e universais entre os moradores que partilham o espaço. A delimitação criada pela constante construção de muros e cercamentos, ainda que, internamente, seja percebida de maneira ambígua, através de uma percepção que difunde as questões de segurança e privacidade, sem atentar para a sua função como elemento segmentador, que fragmenta e privatiza o espaço livre disponível. Para Marcuse (1997), por serem artefatos que atuam como divisores, determinando dois campos, um dentro e um fora, são definidores de fronteiras, mas, também, sinalizadores de limites físicos e sociais necessários à experiência humana. A prática dos cercamentos se apresenta como a materialização de um pensamento que busca a maximização do espaço particular, delimitado e controlado, contraposto à pouca preocupação com o que seja coletivo, logo, perdido na indefinição de um espaço que não se sabe se é de todos, de ninguém, do governo ou mesmo da "comunidade".

A falta de homogeneidade interna do espaço-favela testemunha as diversas possibilidades de apropriação e pertencimento a um território que, embora seja considerado "excluído", possui igualmente seus mecanismos excludentes internos, que se articulam conforme o tempo de permanência, posição socioeconômica e local de origem das populações da localidade. Estas relações se encontram impressas de forma bastante nítida na distribuição espacial do território, com vetores centrífugos partindo das áreas centrais, onde as relações com o solo encontram-se mais estabilizadas, onde se concentra o maior capital social e onde se encontra a maior parte da vida comercial da localidade (BURGOS, 2002). De modo similar aos mecanismos de segregação elaborados pela cidade formal, ascender em direção a este espaço, se distanciando cada vez mais da periferia, faz parte das disputas e estratégias territoriais postas em prática no espaço-favela. A gradação econômica que exemplifica o processo de urbanidade rarefeita demonstra que, muito além da fronteira tradicional, a complexa dinâmica da cidade se organiza de modo profundo, ultrapassa os limites de formalidade e reproduz internamente o processo centrífugo, que empurra para cada vez mais longe dos centros econômicos e políticos suas camadas mais fragilizadas.

Neste sentido, as áreas que se organizam nas linhas de "fronteira" com a cidade formal são privilegiadas pois seus moradores se servem de maneira mais direta dos serviços existentes na cidade, tendo boa acessibilidade e, mantendo, ao mesmo tempo, uma relação socioterritorial, caracterizada por uma posição de prestígio em sua inserção nas redes sociais da comunidade.

Ainda que por vezes possuam níveis socioeconômicos muito similares aos bairros formais, deixar esta posição na comunidade significaria abdicar das relações consolidadas de vizinhança, do prestígio de uma inserção privilegiada nas redes sociais e obrigaria, ao mesmo tempo, a uma exposição mais direta ao estigma e segregação direcionados aos (ex)moradores das favelas.

As famílias que se encontram nestas áreas não ocupam necessariamente tal espaço desde o momento de sua chegada ao assentamento. A dinâmica interna produz um fluxo de migrações articulado através do mercado interno, das redes sociais e da longa permanência no espaço, através do qual, os moradores apresentam frequentemente um longo histórico de deslocamento interno, desde as partes mais periféricas, e de difícil acessibilidade, em um movimento, fruto de negociações e disputas, no qual as chances de sobrevivência são ditadas pelo poder econômico, pelo tempo de permanência e através da articulação com as redes sociais existentes. Esta dinâmica permite que, numa trajetória socialmente ascendente, se aproximem do centro político e econômico, e, no caso contrário, acabem gerando movimentos centrífugos, que pressionam em direção à periferia territorial da favela, tocando, muitas vezes, os “limites” de expansão horizontal da ocupação, áreas de difícil acesso e maior exposição aos riscos geológicos e mesmo de remoções, pois se situam sobre áreas de “preservação”.

D. Mobilidade

Milton Santos (2007) afirma que o valor do homem, seja como produtor, consumidor ou cidadão depende da localização deste no território, que vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade. As oportunidades não são as mesmas nem igualmente distribuídas no território, por isso, “a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está” (p.107).

Pensamos, antes de tudo, que o espaço não é uma estrutura de aceitação, de enquadramento ou coisa que o valha, mas uma estrutura social como as outras. Consideramos que o valor do homem, assim como o do Capital em todas as suas formas, depende de sua localização no espaço (SANTOS, 2007, p.108).

Desta forma, para entender as desigualdades sociais é necessário considerar sua base territorial e as condições e possibilidades definidas por esta.

No que se refere aos locais de moradia, as diferenças sociais e as desigualdades inerentes do capitalismo se expressam em sua “qualidade”: a acessibilidade, a infraestrutura, os padrões de construção, o tipo e a organização dos estabelecimentos comerciais e de serviços traduzem a ideologia de uma época e suas relações de dominação e, ao mesmo tempo, informam sobre o grupo social que ali reside e sua posição na hierarquia social (DIAS, 2006, p.109).

Portanto, sua condição econômica e social, logo, seu valor como cidadão, pode ser fortemente determinada por sua capacidade de se adaptar ao local, mas também por sua mobilidade, que permite buscar um ambiente mais adequado à sua existência, onde tenha melhores oportunidades. “Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam” (SANTOS, 2007, p.107).

Essa separação territorial das classes “é um fato que se verifica no espaço total do país e em cada região, mas é sobretudo um fenômeno urbano” (SANTOS, 2007, p.110). Nesta situação, a periferia das cidades brasileiras, sendo o destino programado para os pobres urbanos, é também a materialização de uma condenação a uma situação de serviços sociais escassos, precários e ruins. Estas áreas, apesar de apresentarem certa densidade demográfica, são estruturalmente vazias, desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. Permanecer na periferia significa, portanto, abdicar de serviços melhores, transporte mais rápido e de melhor qualidade e de maiores oportunidades, é estar à margem das principais dinâmicas sócias e econômicas, “não migrar significa, amiúde, condenar-se a ficar ainda mais pobre. Para muitos, ficar equivale a empobrecer-se dia a dia” (SANTOS, 2007, p.109).

Há, em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor (SANTOS, 2007, p.111).

Os pobres urbanos são, numa primeira análise, os que enfrentariam as maiores dificuldades de mobilidade, pelos poucos recursos disponíveis, pelos custos inerentes a esta empreitada, pela impossibilidade de abdicar do, ainda que escasso, rendimento auferido, em prol de melhores e ainda incertas oportunidades. Entretanto a informalidade altera esta relação, aumentando significativamente a mobilidade dos que a ela se submetem. A ausência de grandes bens materiais, a precariedade da moradia, a adaptabilidade a residências provisórias e a posse no mínimo discutível do terreno que ocupa, se reverte, de certa forma, a seu favor. Um terreno cedido, invadido ou incorporado, nas margens das favelas, pode abrigar facilmente um barraco provisório, e este, mesmo sujeito à remoção, ainda é, em último caso, transportável, podendo ser desmontado e remontado em outro local. Então, sem negar a extrema precariedade associada a esta situação, vemos as condições mais extremas de habitação se mostrarem, pelo pouco valor agregado, como as dispendo das maiores possibilidades de mobilidade.

Deste modo, precário e transportável¹⁰⁹, o barraco permite “arriscar” uma nova ocupação, com pouca coisa em jogo e dispendo da possibilidade de retorno, caso o ‘risco’ se concretize como

¹⁰⁹ *Importante observar que, apesar de o acesso às principais favelas se promover atualmente através de uma lógica completamente mercantilizada, onde os benefícios específicos locais, e as características consolidadas, foram traduzidos em valor de mercado, mesmo nestas encontrarmos, em suas franjas, uma fronteira incerta de “expansão” do espaço da favela, que é, muitas vezes, a única solução para as famílias em situação mais precária, ainda que fortemente exposta aos riscos de remoção. Assim, entre a compra de um terreno, um barraco ou uma laje, em locais de melhor acessibilidade e melhor infraestrutura e o trabalho de “resistência” exigido na abertura de novas fronteiras, nos locais menos acessíveis, jogam os custos e as possibilidades existentes em cada caso.*

condições desfavoráveis. Deste modo se estabelece uma relação de equilíbrio dinâmico, no qual as experiências são testadas e o risco decresce ao mesmo tempo e à medida em que vão se solidificando as construções. Quanto mais as condições no local se mostram positivas, mais os recursos proporcionados no local permitem a “solidificação¹¹⁰” do habitat. Assim, a restrição à mobilidade se dá concomitante a uma melhoria da condição econômica, logo, se faz proporcionalmente à capacidade da família de prescindir dela. A ‘facilidade’ inicial que a informalidade, de certa forma, proporciona, através da mobilidade dos mais desprovidos, somente cessa quando estes passam a se beneficiar de uma melhor inserção econômica ou social.

O homem-cidadão, isto é, o indivíduo como titular de deveres e direitos, não tem o mesmo peso nem o mesmo usufruto em função do lugar em que se encontra no espaço total. Para começar, o acesso às fontes de informação não é o mesmo [...] À medida em que se vai descendo para a periferia (em termos de acessibilidade, e não em termos geométricos), as autoridades e as administrações com as quais se é obrigado a transigir detêm cada vez menos o prestígio e os meios para uma ação eficaz e rápida (SANTOS, 2007, p.112).

Morar na periferia não é apenas a sujeição a condições desfavoráveis de transporte, serviços e oportunidades, mas é, do mesmo modo, estar sujeito ao estigma de ser pobre. “Ao comparar as características das diferentes áreas, em última instância o que se compara são as pessoas que ocupam tais áreas” (DIAS, 2006, p.111). Deste modo, se, por um lado, a adesão ao modelo da favela pode significar a abdicação a uma cidadania completa, à sujeição a estigmas sociais e a conformação como uma ocupação na periferia do estado, numa situação ambígua entre direitos e deveres frente a este; por outro lado, “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial [...] desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços” (SANTOS, 2007, p.144).

É neste sentido que a favela pode significar uma superação, ao permitir a alteração da posição previamente determinada a estas classes fragilizadas economicamente, pois, de outra forma, ao se instalar nas periferias, a pobreza urbana perderia o importante acesso a serviços e oportunidades que a localização do aglomerado informal lhe concede. Tal isolamento poderia contribuir para aumentar, ainda mais, a sua precariedade e o distanciamento simbólico e econômico dos espaços “centrais” da cidade, e é exatamente aí que as táticas dos fragilizados, agindo nas brechas da cidade, criaram a favela permitindo reescrever sua relação com esta.

¹¹⁰ *A situação provisória se mantém inalterada apenas em situações extremas, como as favelas de viaduto, pela impossibilidade de consolidação, desta forma a inflexível ameaça de remoção, mantém a utilização de abrigos precários.*

4. A CIDADE FORMAL REAGE

“Com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana” (SANTOS, 2007, p.110). Assim, as aglomerações se formam, e os estratos de renda mais elevada tendem a se concentrar de acordo com as melhores condições ambientais, paisagísticas e simbólicas. O reconhecimento e a identificação estabelecida pela condição social e pela afirmação socioeconômica, que estas áreas se revestem, conferem status, pela própria ocupação que apresenta. Neste processo, a simples ocorrência, nas redondezas, de um núcleo de habitação popular, uma favela ou cortiços é capaz de turvar este reconhecimento socioeconômico da área, produzindo a desvalorização dos imóveis.

Neste sentido, e impulsionados pela necessidade de manter o controle da cidade, seja através da manutenção da “ordem” urbana, dos padrões estéticos e sociais e da sensação de segurança, a cidade formal exercita a dificuldade de lidar com a incômoda convivência com estes “bolsões de pobreza”, através de tentativas de limitação de sua expansão, da implantação de barreiras, de estrangulamento de acessos e confinamentos. A estratégia de esconder, vigiar e controlar está ligada ao medo, à desconfiança do outro e ao choque da partilha do espaço urbano por populações com acentuada iniquidade. “Tentam invisibilizar a realidade da favela, escondendo a feiura e o atraso, demonstrativos, entre outras coisas, daquilo que não se quer ver, a difícil situação do país e a incompetência em administrar soluções” (SOUZA, 2007, p.66). E, quando eventualmente admitidos na paisagem, são inseridos como imagem remota e estática, como uma espécie de pintura, separada da cena urbana vivida.

É na partilha do espaço que a diferença se torna evidente e a territorialidade aflora mais forte. Esta territorialidade é, todavia, definida no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade. “Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade” (SERPA, 2004a, p.25). Tais limites, no entanto, não são tão simples de definir, e mesmo entre habitantes próximos não existe consenso. Os moradores da favela sobem a ladeira em meio às últimas evidências da cidade oficial, uma fileira de residências e blocos de apartamentos bem acabados, para, somente no topo desta, onde a pavimentação termina e as escadas e vielas tomam o seu lugar, adentrar finalmente na “comunidade”, onde reconhecem as primeiras biroskas e casas de conhecidos. Por outro ângulo, a partir do “bairro”, ao se avistar os primeiros sinais simbolicamente associados ao espaço-favela - moto-taxis enfileirados, comércio informal e aclividade - é suficiente para identificar, ainda fora da ladeira, aquele espaço como favela, e, assim, demarcá-lo como desconhecido e temido. Encravados entre estes dois universos, os habitantes da própria ladeira se esforçam em afirmar o distanciamento e a diferença em relação ao espaço de fragilidade social, numa reação à

incômoda convivência forçada entre “estranhos”, ao temor pela violência latente e à desvalorização que trazem aos imóveis.

Esta clivagem espacial deu origem à ideia de “exclusão social” da favela, bastante difundida, mas fortemente criticada por Perlman (2002), que demonstra que a integração não é só econômica, mas também cultural e política. A ideia de que seriam marginais à economia nacional se origina no fato desta integração se realizar de uma maneira não equilibrada, que lhes é prejudicial: “integração nem sempre implica reciprocidade” (p.288). A propagada ideia de marginalidade atenderia, todavia, a interesses estabelecidos, pois, como marginais, “não tinham direitos ou exigências a fazer ao sistema, sendo, portanto, mais fáceis de manipular” (p.292). A relação entre estes espaços seria melhor descrito através das idéias de integração desequilibrada e da urbanidade centrífuga, onde as pessoas são empurradas para longe dos centros de decisão e poder, e do acesso à infraestrutura e aos serviços. Neste sentido, os constrangimentos vividos demonstram que mais do que “dentro” ou “fora” da cidade, estão nas bordas desta, uma urbanidade periférica, onde periferia assume uma conceituação sociológica e não física e geográfica, “pode se estar ao lado e ser periférico”, como defende Espinheira (2008).

A. Esconder e controlar a favela

A reação é dupla, a sociedade formal não queria a degradação e a desordem provocada pela pobreza urbana, assim, “expulsou” o que era diferente, considerado anormal, sujo ou decadente. Pelo lado oposto, os pobres urbanos, que queriam permanecer na cidade, não dispunham de condições para se adaptar às regras impostas e não queriam se sujeitar ao “desaparecimento” que lhes era previsto, através da ocupação das periferias, com difícil acesso ao trabalho e aos serviços públicos. Diante disto, sua reação foi “desaparecer” à sua maneira, se abrigando nas brechas desta mesma sociedade, nas formas “alternativas” que articulou como condição de sobrevivência. Assim, as táticas definiram espaços pouco visíveis, e esquecidos, onde poderiam se situar, fora do foco e das luzes, abaixo do primeiro plano, no fundo desfocado da cena, mas ainda ali.

Com a difusão, e o crescimento, deste padrão de moradia, estas populações voltam a ser percebidas como um incômodo na cidade, voltam a trazer as imagens da desordem, da sujeira, da pobreza e do descontrole urbanos, mas desta vez concentrados em áreas específicas e não difusas no espaço da cidade. Entretanto, desta vez, mais numerosos e organizados, possuem a força política de um coletivo reunido em torno de sua precariedade. Esta nova situação requer outra maneira de abordar o problema, a população, não mais vista apenas como uma doença da cidade ou como fornecimento de mão-de-obra para esta, era, agora, finalmente compreendida como consumidores e eleitores. Deste modo, a situação de coexistência se torna permanente e assim, e o “desequilíbrio” gerado pelas táticas de resistência obriga ao desenvolvimento de novas estratégias, na cidade formal, buscando reestabelecer o

distanciamento hierárquico e a manutenção do controle social e político.

Deste modo, com as favelas sendo entendidas como uma estrutura permanente e constituinte da cidade, as imagens da pobreza, desordem e violência, presentes nestas, se tornam parte integrante e definitiva da cidade, exigindo dos setores dominantes ações estratégicas no sentido de controlar e normatizar a sua presença no espaço urbano, além de um grande esforço no sentido conter sua expansão, que era vista como um movimento constante e desenfreado.

Assim, veremos surgir, pela necessidade de coexistência ou partilha oficializada do espaço uma reação através de diversos movimentos paralelos que buscarão: o controle da expansão e uma nítida delimitação entre estes espaços; a remoção dos recentes acréscimos e dos vetores de expansão, buscando a concentração em uma menor superfície da área de habitação informal; a produção de barreiras e adequações visuais de modo a reduzir o impacto da presença deste padrão habitacional na cidade formal; a reurbanização parcial ou total da área, inserindo a nas normas e controles existentes para a cidade formal. A estes últimos, retornaremos a tratar ao longo do capítulo V.

Maquiar o problema

Muitas das intervenções realizadas em favelas não vão além de um trabalho de “maquiagem” urbana, como muitos programas de pintura de fachadas, frequentemente restritos às áreas frontais, onde o contato com a cidade é mais direto e intenso. Ainda que muitas vezes se apresentem travestidos de preocupações mais nobres como a melhoria do espaço da própria favela, não é difícil perceber que a preocupação real de tais intervenções se direciona diretamente ao espaço da cidade formal, manchada por aglomerações precárias, e desordenadas, afinal “ações pontuais e fragmentadas, como esta da pintura das casas, ao sabor do acaso ou dos interesses, e obedecendo a circunstâncias políticas, não transformam a vida dos moradores” (MAGALHÃES, 2010a), nos levando a buscar a motivação por trás de tais intervenções através da compreensão “sobre o quão profundamente a estética inacabada/pobre das casas faveladas atinge a sensibilidade e autoestima dos moradores do asfalto e dos governos” (MAGALHÃES, 2010b).

A proposta de se pintar a favela não é nova, já no final da década de 1950 o Diretor de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro propôs dar tinta para que os moradores pintassem os barracos. O samba “Favela Amarela¹¹¹”, de 1960, surgiu como um protesto à romantização do problema (LESSA, 2005), que gerou grande discussão na imprensa¹¹².

¹¹¹ “Favela amarela /Ironia da vida /Pintem a favela /Façam aquarela /Da miséria colorida”, diz a música de J. Junior e Oldemar Magalhães.

¹¹² Na coluna “Última Página”, da Revista “O Cruzeiro”, de 31/Out/1959, Rachel de Queiroz sintetiza o problema ao defender o proponente da ação: “o homem não é diretor da Sursan, nem da Saúde Pública, nem da Casa Popular, nem da Reabilitação das Favelas. É diretor do Turismo, só. A função dele consiste, apenas, em

Através de uma mimetização com a cidade, esta postura tenta esconder a sujeira e a pobreza urbanas, que em última instância demonstram que há algo “corroído” nas raízes e por trás da aparente civilidade e da ordem urbana, fundadas na incapacidade de solução do problema pela inclusão universal da população na cidade que querem mostrar.

A pintura esconde a precariedade, ameniza o estranhamento, por traz de um simulacro de espaço ordenado, entretanto a própria execução, criando grandes painéis, que se estendem ao longo das fachadas, não respeitando a individualidade das moradias e construindo um “conjunto” harmônico e rígido, demonstra a intensão de inserir estes assentamentos na cidade sob a forma de uma imagem remota e estática, “uma espécie de pintura, separada da cena urbana vivida” (SOUZA, 2007, p.66).

Diversas ações semelhantes foram desenvolvidas nas favelas do país, seja de forma individual ou como parte de um programa maior: em junho de 2010, como parte das obras do PAC¹¹³, e com a conclusão da passarela da Rocinha, com projeto de Oscar Niemeyer, 60 casas, que se situam em condição de grande visibilidade para a Auto Estrada Lagoa-Barra, principal via do bairro de São Conrado, um dos bairros de renda mais alta da cidade, foram pintadas em cores vivas.



Figura 48 - Favela da Rocinha com as casas, apenas as voltadas para a avenida, pintadas.
Foto do autor.

No Santa Marta, o projeto de pintura da Praça do Cantão, desenvolvido por dois artistas Holandeses¹¹⁴, patrocinado por uma grande companhia de tintas, trouxe cores fortes para o local, que é um dos dois únicos pontos de contato intenso entre a favela e a cidade, que já

procurar fazer a Cidade atraente aos olhos dos estranhos que nos visitam. [...] as favelas são uma chaga social, uma vergonha, uma tragédia. Mas o diretor do Turismo não é culpado disso, nem tem autoridade para interferir no problema. Ele é unicamente uma espécie de maquilador da Cidade - encarregado de tapar cicatrizes e espinhas, apresentar uma face bonita em cima da velha cara escavacada”.

¹¹³ Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal.

¹¹⁴ Jeroen Koolhass e Dre Urhahn.

havia sido anteriormente objetos de uma ação semelhante, demonstrando a excessiva preocupação com a interface favela-cidade, em detrimento do resto da "comunidade".



Figura 49 - Panorama em 360° da Praça do Cantão, no Santa Marta, após o projeto de pintura.
Fonte: Favelapainting.org

Eles fazem isto, fica bonito pra caramba, mas eles só fazem isto lá em baixo. Eu acho que eles fazem isto mais pra pessoas de fora, entendeu? Pra quem passa, pra verem como o morro melhorou, ver a obra que tão fazendo (Alexsandro, Morador do Santa Marta - Beco do Jabuti).

Só de andar, de olhar as casas aqui pra cima, pode ver que a obra que passou aqui é totalmente diferente da lá de baixo (Alex, Morador do Santa Marta - Pico).



Figura 50 - Trabalhos de pintura no Santa Marta.
Foto do autor.

Outras fachadas no meio do morro também foram pintadas, entretanto estas buscavam uma maior exposição das obras de urbanização que foram elaboradas pela EMOP, assim apresentam cores e grafismo semelhantes às unidades construídas pelo Governo do Estado, e se situam próximas a estas, dando a impressão de um alcance muito maior das obras habitacionais. Na imagem a seguir pode-se perceber que as residências entre as moradias

construídas no projeto de intervenção, por terem a fachada pintada de modo semelhante, dão a impressão de uma grande intervenção contínua.

As intervenções descritas possuem o mesmo padrão de atuação, se ocupando da parte visível desde a cidade e se "esquecendo" do interior das ocupações, tentando causar uma impressão de mimetização com o espaço da cidade, como se a partir daí as distâncias se reduzissem, a diferenciação física fosse diluída. De certa forma parece funcionar, ao menos à distância, visto

de onde não se percebem as ruelas, o ar viciado pela falta de ventilação, a falta de saneamento, etc.



*Figura 51 - Santa Marta com unidades construídas pela EMOP em destaque.
Foto do autor.*

Esconder, invisibilizar e controlar

Em um procedimento semelhante, destacamos a intervenção realizada na Linha Vermelha, via que conecta, entre outras coisas, o Aeroporto Internacional com a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, ladeada em grande parte de seu percurso pelas casas da Favela da Maré. Prevista para ser instalada também na Linha Amarela, os 7,7km de barreiras vão isolar duas grandes vias expressas da cidade que já experimentaram episódios violentos, onde tiroteios e arrastões” intensos chegaram a impedir temporariamente o trânsito das vias, dando a cidade uma sensação de insegurança por estar sitiada pela violência das favelas.

No início de 2010, a prefeitura da cidade começou a instalar uma barreira, composta de placas de três metros de altura, em aço acrílico e concreto, que vão separar fisicamente as favelas das vias expressas, escondendo a pobreza de quem chega à cidade e isolando a violência desta em uma canhestra tentativa de contê-la no que é percebido como “seu local de origem”.



*Figuras 52 e 53 - Instalação da barreira “acústica” na Linha Vermelha.
Fotos do autor.*

Esta iniciativa recebeu, no discurso oficial, uma “maquiagem” social, ao ser tratada como uma barreira acústica, destinada a conter o ruído dos automóveis para não incomodarem as moradias e para reduzir os riscos de atropelamento. Contudo, artigos na imprensa¹¹⁵ demonstram que a Secretaria de Segurança pública espera uma redução do número de episódios violentos nas vias.

Em 2003, dois projetos de lei propunham ações semelhantes na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o 480¹¹⁶ previa a altura mínima de dois metros para as muretas divisórias das vias em áreas circunvizinhas às favelas, alegando o risco de assaltos, e o 1197¹¹⁷ propunha um muro de concreto ao longo da Linha Vermelha, como forma de impedir assaltos e mortes por balas perdidas.

As intenções, colocadas nestes projetos de lei de forma clara e explícita, estão presentes nas outras iniciativas, porém de maneira mais sutil, se revestindo de ações mais nobres como a proteção ao ambiente. Entretanto, um projeto de contenção de favelas deste porte não pode esconder sua intenção de controle da população favelada, de sua expansão e mesmo movimentação.



Figura 54 - Pichação de protesto no muro do Santa Marta.
Foto do autor.

Com isso, os objetivos eram múltiplos. Primeiramente, conter os corpos no interior do assentamento, cercando, restringindo sua permeabilidade com o lado de fora. Depois, banir sua imprevisibilidade, que tanto assusta o universo da razão, monitorando atos indesejáveis dos moradores, atrasando e dificultando seus movimentos, e desestimulando, assim, a intensificação do trânsito dentro-fora da favela. No limite, visam imobilizar os corpos e, nessa impossibilidade, monitorar seus

movimentos, vigiando cada passo a partir do momento em que a fronteira é ultrapassada (SOUZA, 2007, p.66).

Retorno das ideias de remoção

Os avanços conquistados desde a política de remoções das décadas de 1960 e 70 - marcadas

¹¹⁵ *O estado de São Paulo, 12 de março de 2010; Brasil de Fato, 13 de Setembro de 2010; O Globo, 12 de Outubro de 2009.*

¹¹⁶ *De autoria do Deputado Dica, Líder do PFL na ocasião.*

¹¹⁷ *De autoria do Deputado Cel. Jairo.*

pela arbitrariedade e pelo emprego da violência -, através do processo de redemocratização da sociedade brasileira, tornaram possível a difusão de questões como o direito à cidade, a regularização fundiária e a prática de urbanização de favelas. Entretanto, não foram suficientes para vencer os estigmas e produzir uma aproximação social plena, na qual a integração não seja restrita e fortemente hierarquizada. Da mesma forma, não impediram que ainda hoje se possa identificar vozes dissonantes, se valendo tanto da política ambiental, quanto do combate à violência, para justificarem a defesa de remoções, controles mais restritos e limites rígidos à sua expansão.

Estas ações se organizam muitas vezes em torno de outras temáticas, para conferir legitimidade à ação, atuando assim contra os riscos geológicos ou em prol da conservação ambiental, alegadamente protegendo as matas que são destruídas pela expansão das favelas.

Neste sentido, Rose Compans (2007) cita ações promovidas pelo ministério público, intimando a prefeitura do Rio de Janeiro a remover áreas favelizadas que se enquadrariam nas condições de “áreas de risco” ou de “ameaça à conservação ambiental”, demonstrando que, mesmo os limites sendo pouco claros em tais demarcações, e mesmo que apenas algumas moradias se enquadrassem nestas situações, tal fato serviu de motivo para a ação de remoção de todo o assentamento.

Para remover estas favelas, o prefeito não precisa mudar a Lei Orgânica. As atuais legislações municipal, estadual e federal permitem que ele faça a desocupação das favelas, o reassentamento dos moradores e a recomposição da vegetação. Se o prefeito não atua, caracteriza-se omissão (O Globo, 06.Out.2005¹¹⁸).

Reurbanização e limites excludentes

Uma maneira de se manter o controle sobre tais populações, inclusive através da extensão do controle do Estado para dentro deste território, é através da urbanização deste espaço, no qual o processo de reincorporação desta população e de sua ocupação urbana ao tecido da cidade, logo a suas normas e controles, estabelece, na verdade, novos limites excludentes.

Ao reincorporar parte da população economicamente fragilizada reposiciona-se a linha segregatória que define quem faz parte, e quem não faz, da cidade oficial. Da mesma forma que no processo de requalificação urbana das favelas, se instala também um processo de expulsão branca, atingindo aquelas famílias que não possuem condições de manutenção no espaço segundo as novas diretrizes. Reproduz-se desta forma um movimento semelhante ao que produziu a favela pela segregação higienista do início do século, que certamente produzirá igualmente seus mecanismos de resistência. Estas questões a respeito dos projetos de urbanização e das intervenções oficiais em favelas serão discutidas mais profundamente ao longo do capítulo V.

¹¹⁸ Apud Compans, 2007, p.90.

5. O FENÔMENO FAVELA

O fenômeno favela não deve ser entendido como espaço específico, *locus* da pobreza e ilegalidade urbanas, visto que as “marcações” utilizadas para diferenciá-lo da cidade formal não são nem exclusivas de tais áreas, nem tampouco necessariamente encontradas ali. A marcante heterogeneidade existente entre os diferentes territórios identificados como espaço-favela, ou mesmo as grandes diversidades no interior destes, torna perigosa e arbitrária tal generalização. Entretanto, a favela ainda permite ser identificada e compreendida como tal pelo senso comum, através da interpretação de um conjunto de signos associados ao espaço-favela, e, principalmente, parece ser o *locus* de práticas específicas e portadora de “disposições”, que não são identificadas simples e diretamente como características específicas das camadas mais pobres da cidade. Modos de vida que não podem ser completamente subjugados pelas estruturas da cidade tradicional e formal sem que isto signifique a perda de suas características mais marcantes e de sua espontaneidade.

Ainda que algumas habitações nas favelas atinjam valores próximos ao de suas equivalentes na cidade formal, mais do que o valor bruto do imóvel acabado, as facilidades do mercado informal estariam ligadas à capacidade de articular e absorver a informalidade, na qual as garantias são extraídas das relações sociais e da extrema flexibilidade quanto à instável disponibilidade de recursos, sob a qual o domicílio se desenvolve em pequenas evoluções sucessivas, segundo as condições e necessidades familiares específicas de cada momento. Por este processo, um pequeno barraco improvisado não está fadado a permanecer instável e minúsculo, pode ser transformado, sucessiva e lentamente, até se tornar uma casa ampla, receber paredes em bloco, acabamentos e laje. Desta forma, a característica de “incompletude” da moradia, tanto quanto pela transformação continuada, como pela ausência de revestimentos não só não significam nenhum constrangimento, como representam a prática corrente.

As favelas, que, segundo Kopp (1990), seriam capazes de exprimir a liberdade e a vontade criadora das massas, articulam um espaço onde as regras são ditadas pela necessidade, articuladas e negociadas entre os que partilham o território. Nas rígidas intervenções, elaboradas inadvertidamente neste espaço, podemos perceber o conflito gerado pelo desequilíbrio entre anseios e práticas de uma população que produziu seu próprio espaço, tentando lidar, a seu modo, com a rigidez das regras tradicionais.

CAPÍTULO - III - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Durante muito tempo oscilamos na incerteza sobre qual posicionamento adotar para logarmos produzir uma análise mais comprometida com os espaços informais. Um estudo do espaço existente e disponível, com as características que poderíamos encontrar *in loco* - acessíveis, relativamente fáceis de medir, perceber, mapear, etc. -, que apesar da facilidade operacional, nos inquietava profundamente por entendermos que a produção deste espaço se dava por meios nem sempre previsíveis, homogêneos, e através de motivações que não seriam tangíveis ou perceptíveis a partir do resultado consolidado, desta forma, o resultado encontrado traria pouca informação a respeito dos processos de produção e das tensões e articulações que gestaram esta espacialidade. Por outro lado, a ênfase no processo em andamento nestes espaços, embora nos parecesse um caminho mais traiçoeiro, pois não lidamos com elementos materiais, mas com transformações, memórias, fluxos e movimentos, pareceu mais promissor, pois este posicionamento refletiria uma questão intrínseca destes espaços, onde encontramos sempre uma situação transitória, uma obra em andamento, em processo. As construções que vemos ali não foram imaginadas, mesmo que de maneira improvisada e informal para terem aquele resultado final, elas são a materialização da busca de uma condição virtual, que muitas vezes nunca existirá, nem tanto pelo objetivo proposto ser muito distante ou inalcançável, pois o avanço, embora lento, é constante e se soma a cada etapa, mas principalmente porque com o longo intervalo de tempo decorrente entre a idealização e a obra terminada, as necessidades da família se modificam, e com isso o projeto virtual da residência se adapta, se transforma ao longo do tempo.

Desta forma, o que pode ser considerado o produto de uma ocupação informal? Algum momento no tempo tem maior relevância? O produto é algo extremamente dinâmico, com várias materialidades distintas e, via de regra, conforma uma aglomeração onde coexistem moradias nos diversos estágios evolutivos possíveis. Mesmo naquelas recentes, quando os abrigos ainda se encontram entre a lona e a madeira, pois a diferenciação rapidamente se instala, ou naquelas bastante consolidadas, quando praticamente todas as casas são em blocos de tijolo, porque, apesar da consolidação, sempre existem grandes trechos em situação extremamente precária, não se pode inferir um estágio evolutivo que seja característico do espaço.

De certa forma este espaço não foi pensado para ser assim, certamente não permanecerá assim, e nem reflete uma definição rígida individual ou coletiva dos moradores/produtores para seu espaço de moradia. Ele é exatamente o reflexo de um processo; a somatória das necessidades, recursos disponíveis, restrições socioeconômicas e espaciais; a cristalização de poderes e saberes, organizados como táticas de sobrevivência e estratégias de controle, atuando sobre o espaço urbano, tomados em um momento arbitrário de seu desenvolvimento.

Logicamente, o resultado final deve ser levado em conta, primeiro por ser a conformação mais palpável e mais incontestável que possuímos, e também por se conformar como a única que podemos sempre “consultar” ao vivo. Ainda assim, acreditamos que ela não deva ser vista como “o produto favela”¹¹⁹, mas como uma das configurações possíveis dadas as condições encontradas. Deste modo, tanto o processo quanto o produto serão considerados, mas é importante percebermos que trataremos, simultaneamente, de um processo, que vai se desenvolver ao longo de toda a existência do assentamento, em suas diversas etapas e dentro de suas peculiaridades, e de um produto, que vai se conformar como a cristalização deste processo em momentos específicos.

Tanto a moradia, vista isoladamente, como o conjunto do ambiente construído apresentam, simultaneamente, diversos estágios evolutivos distintos. Seus componentes, aparentemente discordantes, configuram diferentes materialidades agregadas em distintos momentos, e com padrões estéticos, estruturais e de acabamento diversos, mas coexistem para atender a uma demanda específica - momentânea e dinâmica.

Aglomerados espontâneos¹²⁰ apresentam um baixo nível de consciência do processo de produção do espaço e da relação entre projeto e execução (RAPOPORT, 1988, p.57), assim como não se organizam através de procedimentos pensando o resultado coletivo, sendo, portanto, desenvolvidos através de um processo “artesanal”, no qual os atos de projetar e de construir são quase simultâneos, e priorizando o atendimento às necessidades básicas imediatas, o que confere uma linha particular de desenvolvimento da obra. Ao contrário da construção tradicional, na qual a própria estruturação do projeto define os procedimentos, elaborados de acordo com uma sequência determinada pelas características estruturais e procedimentos construtivos, aqui o uso parece ser o primordial, e é ele quem determina a evolução do projeto.

Neste sentido, o abrigo pode, de forma recorrente, possuir todas as etapas da construção em um estágio intermediário de acabamento, mas nenhuma delas completa. Esta situação é perfeitamente compreensível dentro da lógica do uso, pois apenas após o atendimento às funções básicas, mesmo que de forma precária, pode-se buscar uma melhoria desta funcionalidade ou mesmo de acabamento e estética da moradia.

¹¹⁹ *Da mesma forma que não entendemos as cidades como um produto acabado, ainda que nestas possamos identificar projetos que tentam estruturar sua materialidade em um momento futuro.*

¹²⁰ *Embora utilize, repetidamente, o termo espontâneo ao se referir às favelas, Rapoport faz um questionamento, discutindo os limites do termo, que transcrevemos aqui no início do Capítulo II.*

1. TÁTICAS E RESISTÊNCIA

Diante da fragilidade econômica e social, e da inconstância de rendimentos, a moradia de aluguel é considerada uma situação extremamente precária, uma “armadilha” a ser evitada: inflexível frente às flutuações da renda informal e consumidora considerável de recursos, sem com isto contribuir para a produção do habitat permanente, sendo aceita apenas temporariamente, como uma solução provisória e imediatista, enquanto se busca uma alternativa mais adequada para o problema do abrigo.

Adicionalmente, por estarem alijadas das estruturas formais do mercado, as famílias normalmente não possuem qualificações para assumirem um financiamento, o que as direciona a uma situação extrema e sem solução aparente, gerada por uma integração desequilibrada com os mecanismos formais, que as submete às consequências da responsabilidade econômica criada pela necessidade básica do abrigo, sem fornecer o respaldo equivalente, sob a forma de um salário regular e estável.

Buscaremos, portanto, analisar aqui as diversas modalidades de táticas, de conquista e resistência no espaço, empregadas na produção do habitat, pelos pobres urbanos, que permitiram sua permanência em um posicionamento privilegiado nas cidades, garantindo melhores condições de sobrevivência, que foram essenciais para a produção e consolidação de muitas das grandes favelas brasileiras.

A. Acesso a terra, “produzir” o terreno

Em uma ocupação informal, para que o abrigo possa ser construído, é necessário, antes de mais nada, “conquistar” o espaço onde será possível erguer a construção. Se estivermos falando de um assentamento já estabelecido, o acesso a terra pode se dar através de diversas possibilidades de negociação, como a cessão, a locação, a compra, os favores, etc., entretanto, tendo em vista as elevadas densidades encontradas, os custos nem sempre acessíveis e a limitação física da capacidade de absorção de tais aglomerados, frequentemente se faz necessário buscar novos espaços, que possam acolher os futuros abrigos.

Neste processo, para produzirem as novas moradias, lançam mão do recurso extremo da “invasão”, agindo sobre áreas desocupadas, “esquecidas” pela indústria da construção civil, normalmente por estarem localizadas em ambientes degradados, desvalorizados, de difícil acesso, em encostas, matas, com restrições à construção, etc.

“O impulso fundador da favela é formalmente ilegal. Na busca criativa de uma solução para a moradia compatível com suas restrições de renda e necessidade de reduzir o tempo físico de deslocamento, o indivíduo ocupa um terreno livre e ‘adequado’ [...] Prática este ato não para negar a instituição da propriedade privada: pelo contrário, pretende fundá-la para si” (LESSA, 2005, p.304).

Participar da “invasão”, aproveitar a informação privilegiada de um amigo ou parente, chegar no início da ocupação, demarcar e ocupar uma área, ou mesmo, quando as demais condições iniciais falharam, comprar o terreno de algum “invasor” que pretendia apenas vantagem econômica para si são formas de garantir e legitimar sua permanência no assentamento. Táticas que se tornam frágeis sem o respaldo do grupo, de onde vem a força para garantirem a permanência, ainda que seja exatamente este grupo que tornará o espaço mais exíguo, com quem terá que “disputar” para poder construir o abrigo. Entram em jogo aqui as vantagens individuais, a força do grupo e a legitimação que suas necessidades lhes conferem.

Ainda que tenham surtido efeito em diversos momentos, estas “invasões” nunca foram levadas a termo sem reação, os proprietários originais buscando impetrar ações de reintegração de posse, a polícia reprimindo de forma violenta, a prefeitura derrubando os barracos. A sociedade articula suas estratégias, num esforço em lidar com a transgressão, pois teme o descontrole e, com ele, a perda de seus benefícios estabelecidos.

B. Invisibilidade - processo de ocupação

Se as favelas consolidadas se situam hoje contíguas às cidades formais, ou mesmo se sobrepondo parcialmente a elas, nas zonas de interferência, isto se deve a evolução destas em direção à cidade formal, que exerce uma força de atração como polo de trabalho e serviços. Desta forma, as imagens das ocupações informais urbanas atuais, que mostram estas se estendendo nas bordas da cidade, como se transbordassem em direção aos espaços “oficialmente” vazios, poderiam nos dar a falsa impressão de que, movida pela pressão econômica e demográfica, a cidade se inflou de forma a não mais ser contida nos seus limites originais, iniciando uma “dilatação” silenciosa, tomando os morros, avançando sobre a água, invadindo as matas numa ocupação homogênea que, a partir do centro, pressiona os setores de maior fragilidade econômica e social para suas extremidades.

Ainda que a pressão, centrífuga em relação ao centro econômico e político da cidade, esteja presente neste espaço, ela se articula de forma mais perversa, de modo que as classes mais fragilizadas só puderam permanecer em suas bordas através de um movimento tático de distanciamento temporário com o núcleo urbano, executado em prol de uma maior capacidade de resistência, visto que a condição de menor visibilidade e de difícil acessibilidade, forma certamente fatores decisivos para que lograssem permanecer.

É fácil entender o terror gerado pela política de remoções, tema que unifica os favelados. A remoção, além de dismantelar estratégias de subsistência e relações de vizinhança consolidadas, destrói o patrimônio do pobre e lança a família do favelado na aventura de uma dívida imobiliária, quando transferida para conjuntos (LESSA, 2005, p.313).

Evitar uma maior reação à ocupação se mostra uma condição fundamental, e, desta forma, se

torna essencial buscar espaços onde acreditam que, pela relativa invisibilidade, pela dificuldade de acesso ou pela inexistência de um “dono”, que venha reclamar a posse, possuem maiores chances de permanecer no local. Organiza-se assim, um conjunto de táticas de resistência, através do qual, quanto mais fraca a consolidação e a capacidade de resistência e organização de um grupo, mais distante das fronteiras com a cidade formal ele se estabelecerá, mais suscetíveis a constrangimentos e com menor visibilidade ele irá se organizar. Neste caminho, em diversas cidades do país, a “invasão” se deu sobre as águas¹²¹, no lugar das ruas temos instáveis pontes, o esgoto direto sobre as águas e um estado de extrema precariedade, mas respaldado pela sensação de segurança, de não estar sobre uma terra que pode lhes ser retirada em breve, acarretando a perda, não apenas do abrigo, mas de todo o investimento realizado na construção do barraco.

Transforma-se, assim, através da resistência, uma condição segregada e “marginal” em uma prática coletiva capaz de se impor no espaço pela sutileza e pela criatividade, articulando sua permanência na figura de uma ocupação alternativa:

É por meio de práticas não pressupostas e, na maioria dos casos, nem sequer percebidas, que são transformadas desvantagens em vantagens e que se realiza o milagre do surgimento de poderes contra-hegemônicos entre aqueles que à primeira vista, não passam de agentes passivos e oprimidos (a população pobre, moradora de favelas, cortiços e loteamentos clandestinos, vítima de programas habitacionais, de renovações urbanas ou da ineficácia das ações do Estado, conforme o caso) (SANTOS, 1979, p.18).

Entendemos, contudo, que esta não é a característica estruturante da formação de muitas áreas de ocupação informal de moradia, desta forma veremos que as primeiras grandes ocupações de Salvador, como no Corta Braço, em 1946, no atual bairro do Pero Vaz, se estabeleceram através de um processo que envolveu um processo de organização política, através da participação em redes que garantiam o acesso privilegiado à informação, o apoio de forças políticas, como do Partido Comunista na invasão do Corta Braço, e mesmo de interesses econômicos dos proprietários, que dispunham do terreno sem a pretensão de utilização imediata da área, e percebiam na invasão “uma forma de temporariamente auferirem algum ‘lucro’ pelo direito de propriedade que lhes cabia” (MATTEDI, 1979, p.168), através da desapropriação¹²² ou da cobrança de aluguéis dos lotes invadidos¹²³.

Para a elaboração destes movimentos é necessária uma grande articulação, com o apoio de políticos ligados a uma base local, agentes comunitários, setores da sociedade como a Igreja e

¹²¹ Na década de 1940 surgiram desta forma os núcleos iniciais das ocupações de Alagados, em Salvador; da Maré, no Rio de Janeiro e de Brasília Teimosa no Recife. Na década de 1970 o mesmo padrão é retomado em Novos Alagados.

¹²² Principalmente nos terrenos que possuíam imbróglis judiciais, para os quais a desapropriação significaria uma maneira de receber uma indenização, livre de impedimentos, por um terreno em situação restrita.

¹²³ Tanto no caso das Malvinas quanto do Corta Braço, existem indicações de que os próprios invasores consideravam esta hipótese como aceitável (PEREIRA, 1989; MATOS, 1988).

organizações sociais, em uma estruturação em redes, que se desdobra, frequentemente, através da movimentação política, de manifestações, etc.

O mesmo processo, de ocupação organizada, irá se repetir, em Salvador, na invasão das Malvinas, em 1982 e 1987, no atual Bairro da Paz, e até mesmo na própria área dos Novos Alagados, com a invasão das áreas do Boiadeiro e dos Araçás, no final da década de 1980, e, mais recentemente, na ocupação ao redor do prédio da antiga fábrica Tóster, organizada pelo MSTB em 2007.

Processos semelhantes ocorrem no Rio de Janeiro, em áreas periféricas nas zonas norte e oeste da capital, assim como em outras grandes cidades brasileiras, porém nestes casos identificaremos uma transformação recente, a partir das antigas ocupações difusas e gradativas, resultado de ações individuais familiares, para um movimento, que assume um sentido massivo e organizado, a partir da crise econômica que se inicia em 1979 (MARICATO, 2004).

Entretanto, ainda que possamos identificar a existência de outros padrões no processo de ocupação do espaço de moradia informal, voltaremos nossa atenção àqueles que se estruturam de forma difusa e pulverizada, por ser este o padrão que sintetiza a ação tática na conquista do espaço da moradia, através de movimentos cotidianos e sucessivos, descritos como “a arte do fraco” (CERTEAU, 1994), e característicos do início do processo de ocupação das três áreas estudadas.

Mesmo sendo elaborada de forma difusa, sem uma organização de resistência coletiva, o processo de ocupação ainda se consiste através de um processo de invasão de uma propriedade, particular ou estatal, por isto, as áreas escolhidas serão aquelas de difícil acesso, pouco expostas à visibilidade desde a cidade formal, em condição de abandono ou degradadas. Também podem se beneficiar de condições específicas como terrenos que apresentem imbrólios jurídicos, de propriedade incerta, em áreas com restrições à construção civil ou qualquer outra situação que não propicie uma reação imediata e enérgica à ocupação incipiente. Será exatamente em vista da fragilidade dos ocupantes, frente a uma força de vigília e controle da cidade formal, que a defende da degradação urbana e de alterações significativas em sua ordem estrutural, que a ação buscará agir de modo “invisível¹²⁴”, permitindo às camadas mais fragilizadas se articular, ao longo do tempo, como um movimento de resistência, constituindo uma ocupação consolidada o bastante para resistir neste espaço e assim buscar a maximização de suas oportunidades através do aproveitamento das oportunidades que as fissuras da sociedade lhes permite desenvolver.

Neste sentido, como alternativa à forte reação exercida sobre as ocupações sobre terrenos

¹²⁴ *Não propomos com isto que estas sejam as únicas situações nas quais os terrenos sejam ocupados, mas apenas aquelas que tiveram maiores possibilidades de permanência.*

“abandonados” no interior da cidade, a ação tática informal articula sua estruturação como um elemento externo ao espaço oficial da cidade, ocupando, de forma difusa, terrenos que despertam interesse imediato da indústria da construção civil, evitando, assim, uma disputa bastante desigual. Atingem, preferencialmente, áreas não imediatamente contíguas à cidade, seja sobre matas urbanas, água, morros ou qualquer outra possibilidade que não desperte o interesse do mercado imobiliário, visto que uma ocupação isolada, no limite imediato da cidade, sofreria uma pressão muito forte contra sua permanência, seja pela proximidade física, na qual os novos ocupantes partilhariam um espaço urbano com moradores distante social e simbolicamente da realidade que simbolizam; ou mesmo pela privação das possibilidades de exploração econômica da área ocupada. Desta forma, até que possam se configurar como uma ocupação estabelecida, tanto pelo volume de moradores, quanto pela solidez das construções, uma certa invisibilidade, a dificuldade de acesso e as restrições jurídicas e urbanísticas são seus fortes aliados.

Não podemos deixar de salientar a importância de ações e condições particulares de cada ocupação, que muitas vezes tornaram possível, ou estimularam, o início do estabelecimento informal. Relações sociais, organizadas através de vínculos de trabalho, funcionais ou de solidariedade definiram movimentos que estão relacionados ao início de muitas ocupações. Neste sentido, a ocupação da Babilônia é marcada pela presença de ocupações consentidas, ao menos inicialmente, de ex-praças na área do topo do morro e, na vizinha Chapéu Mangueira, através de habitações de funcionários, construídas nos fundos distantes dos terrenos de casarões da Rua Gustavo Sampaio (MARQUARDT, 2003). Do mesmo modo, algumas fontes apontam para a facilitação por parte da igreja nas primeiras moradias construídas no Santa Marta e, mesmo nos Novos Alagados, encontraremos em pelo menos uma das frentes de ocupação das áreas alagadas ligada à concessões interpessoais, conforme descrição da Prefeitura de Salvador:

“Sua origem encontra-se na construção de casas de filhas de santo do terreiro de mãe Leninha nos fundos da casa desta na Nova Esperança, seguindo-se da vinda de pescadores, e em etapa posterior de migrantes atraídos pela perspectiva de empregos para as obras do Pólo Petroquímico de Camaçari [...] A ocupação vem ocorrendo em torno da enseada, por penetração radiocêntrica em direção ao centro da enseada, e projetando as vias principais sobre a água” (Prefeitura Municipal de Salvador, 1994, p. 4).

O espaço produzido segundo este padrão tende a configurar em um primeiro momento, de modo geral, uma mancha de ocupação mais dispersa e mesmo mais extensa, ocupando uma área muitas vezes sem uma ligação contígua com a cidade formal. Estes espaços serão preenchidos no movimento de aproximação, através do qual se adensam preferencialmente as áreas próximas à zona de contato, onde podem obter melhor acessibilidade e maior proximidade aos serviços públicos urbanos. Este é o momento no qual uma mudança substantiva opera nesta relação, quando a “visibilidade ideológica” estabelecida ao serem

compreendidos como um problema urbano, se torna “visibilidade física” (SILVA, 2005).

Concorrem para esta progressão, tanto motivações internas das ocupações informais, que liberam as áreas mais distantes, seja por sua dificuldade de acesso ou maiores riscos de remoção, quanto as ações estratégicas de reurbanização que organizam remoções sucessivas em prol da proteção das florestas urbanas, da remoção de ocupações em áreas de risco e da busca por maior controle sobre a expansão das ocupações informais no interior da cidade, conforme discutiremos no capítulo V. Este movimento prossegue até que os espaços formal e informal se toquem, diluindo as fronteiras, tornando cada vez mais difuso a transição entre os padrões.

Analisaremos, a seguir, a evolução deste processo nas três áreas estudadas, através de fotos e gráficos organizados sobre diversas imagens da evolução histórica das ocupações.

No morro da Babilônia e no Santa Marta, percebemos que a ocupação inicial se fez dentro da mata, nas montanhas de difícil acesso, enquanto em Novos Alagados, a solução encontrada para o procedimento tático da ocupação foi a execução das moradias sobre áreas alagadas, que, ainda se estabeleça em uma situação, aparentemente contraditória, de certo destaque visual na paisagem, seu estabelecimento sobre uma área de mangue se beneficia da condição inóspita do “terreno”, que não serviria a receber construções regulares e tampouco se configurava como um terreno demarcável ou produtivo, que despertasse interesse ou pudesse ser reivindicado por seu proprietário.

Nas figuras 55 e 56 vemos a evolução da ocupação no Morro da Babilônia, que mesmo tendo se iniciado com o acesso através da ladeira do Leme, estabeleceu seus núcleos iniciais de ocupação nas áreas mais altas do morro, como identificado na recomposição da ocupação da década de 1930, bastante distantes tanto da ladeira quanto dos bairros vizinhos. As ocupações estabelecidas posteriormente em áreas mais próximas aos acessos e em condição de grande exposição visual, como aquelas ao largo da ladeira do Leme e sobre a entrada do túnel, que podemos ver na mancha de 1964, foram removidas nas décadas seguintes. Entre estas se incluem as ocupações situadas na fachada oeste do Morro da Babilônia, visto que a porção final da Avenida Princesa Isabel ainda não havia sido ocupada pelos altos edifícios, que atualmente encobrem o morro, acentuando a condição de exposição visual.

A parte superior do morro foi aos poucos abandonada, em parte liberada pelos próprios moradores, devido à dificuldade de acesso, e em parte removida, especialmente suas áreas mais expostas na paisagem urbana: o topo do morro, visível desde o Pão-de-Açúcar, e a área sobre o Túnel Novo, visível desde a Avenida Princesa Isabel. Mais recentemente este “esvaziamento” da parte mais alta do morro vai se processar cedendo a pressões pela preservação da mata presente do morro.



1964



1975



1984

Figura 55 - Fotos da ocupação do solo no Morro da Babilônia, anos 1964 a 1984.
Fonte:1964, IBAM; 1975 e 1984, IPP



1997



2004

Figura 56 - Fotos da ocupação do solo no Morro da Babilônia, anos 1997 a 2004.

Fonte: IPP.

Ceder às pressões existentes, sejam elas relativas à proteção da vegetação urbana, ao controle do crescimento interno da população ou sobre o controle dos acessos, limitando o contato direto com a cidade formal, se configurou como uma tática particular elaborada na Babilônia, que parece ser específica desta localidade e devido a condições históricas particulares, visando diminuir o “impacto” na cidade e desta forma garantir a permanência no local, conforme analisaremos no subitem 1.E deste capítulo.

Na figura 57 vemos a sobreposição das manchas de ocupação identificadas a partir das imagens aéreas de 1964, 1975 e 2004. A ocupação final que percebemos na foto de 2004 se mostra bastante compacta e concentrada próximo ao limite da cidade, sendo acessada através da nova ligação que se estabeleceu com esta, pela Ladeira Ary Barroso.

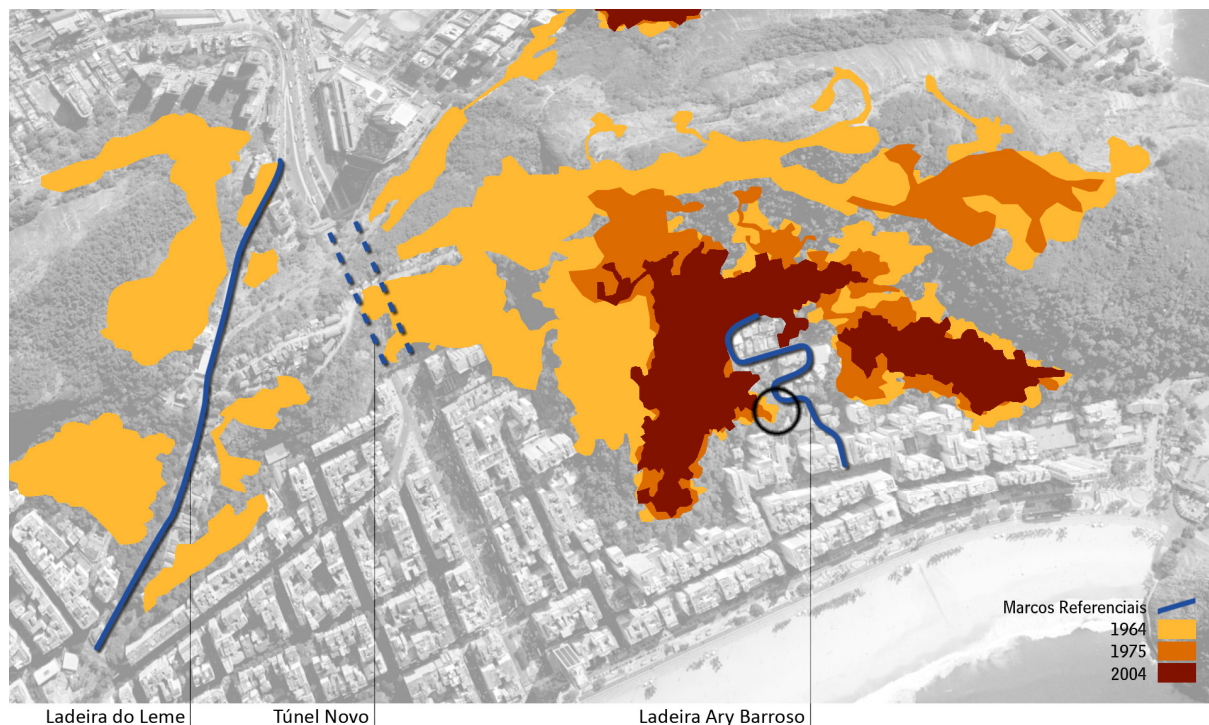


Figura 57 - Evolução da mancha de ocupação do Morro da Babilônia.
Fonte: IPP

A ocupação se consolidou em uma zona bastante protegida visualmente entre a montanha e os prédios do Leme, condição que parece ter sido fruto das negociações e disputas estabelecidas pela permanência da ocupação, favorecendo a estruturação em situações que apresentem a condição de menor “conflito”, seja visual ou de coexistência, na partilha do espaço.

Esta condição de acessibilidade e proximidade produziu conflitos específicos, culminando com a supressão de caminhos que originalmente atendiam a favela, assim como de ocupações em áreas muito expostas. Neste sentido, podemos perceber, no detalhe da imagem anterior, que uma pequena parte da ocupação, em destaque na figura 58, se conectava diretamente com a cidade por um caminho que se conectava com a primeira curva da Ladeira Ary Barroso.

Esta ligação, embora apresentasse excelente condição de acessibilidade, certamente sofria forte pressão pela proximidade com o bairro, foi removido, ainda que as residências tenham permanecido no mesmo local, sendo obrigadas a percorrer um caminho muito mais longo acessando a cidade pela parte superior da ladeira, assim como o resto da ocupação: O acesso direto, como visto no Capítulo II, configura, para a cidade formal, uma ameaça simbólica

muito mais forte do que apenas o contato visual.



Figura 58 - Detalhe do caminho existente, que se ligava à porção baixa da Ladeira Ary Barroso.
Fonte: IPP

A figura 59 nos mostra uma imagem do levantamento aerocartográfico da Cidade do Rio de Janeiro, de 1935, onde podemos identificar os pontos de ocupação, que se concentravam na parte alta do morro, e os diversos caminhos que percorrem o topo do Morro da Babilônia, partindo da Ladeira do Leme, da entrada do Túnel Novo¹²⁵ e da área próxima ao Forte do Leme¹²⁶. Todos estes acessos foram fechados ou não são mais utilizados em virtude das grandes distâncias a serem percorridas, permanecendo atualmente apenas os acessos conectando diretamente ao bairro do Leme, seja pela Ladeira Ary Barroso, ou pelas escadarias entre o Chapéu Mangueira e a Rua Gustavo Sampaio.



Figura 59 - Ocupação do Morro da Babilônia no levantamento cartográfico de 1935.
Fonte: AGCRJ.

¹²⁵ Este acesso se efetuava inicialmente pela escadaria existente na boca do túnel e, posteriormente, com a remoção desta, através da lateral do terreno do Teatro Villa Lobos, que exigiu o fechamento deste caminho em troca da permissão da instalação das tubulações para o fornecimento de água do morro no local.

¹²⁶ Fechado por determinação do Exército no início da década de 1960.



Figura 60 - Comparação da mancha de ocupação de 2004 com as áreas ocupadas em 1935.
 Fonte: Imagem Google 2004; Cartografia AGCRJ, IPP

Na figura 60 vemos a comparação da manchas de ocupação existente no Morro da Babilônia em 2004 com a delimitação do entorno dos pontos de ocupação identificados na planta de 1935, demonstrando a grande disparidade entre a ocupação inicial e a condição atualmente existente, fruto da existência de condições e táticas distintas em cada um dos momentos da ocupação.



Figura 61 - Botafogo - Área do Santa Marta em 1928.
 Fonte: AGCRJ.

Para analisarmos a evolução da ocupação no Santa Marta, dispúnhamos de fotos apenas a partir de 1975, conforme pode ser visto na figura 63. Isto nos trazia um problema, pois as descrições da origem da ocupação remetem à década de 1940, e este longo hiato encobria os primeiros movimentos de ocupação e consolidação da mancha.

O levantamento cartográfico de 1935 e a aerofoto de 1928, anteriores ao estabelecimento da ocupação, mostram o bairro de Botafogo, com as encostas intactas, e nem mesmo as ruas, utilizadas atualmente como acesso ao

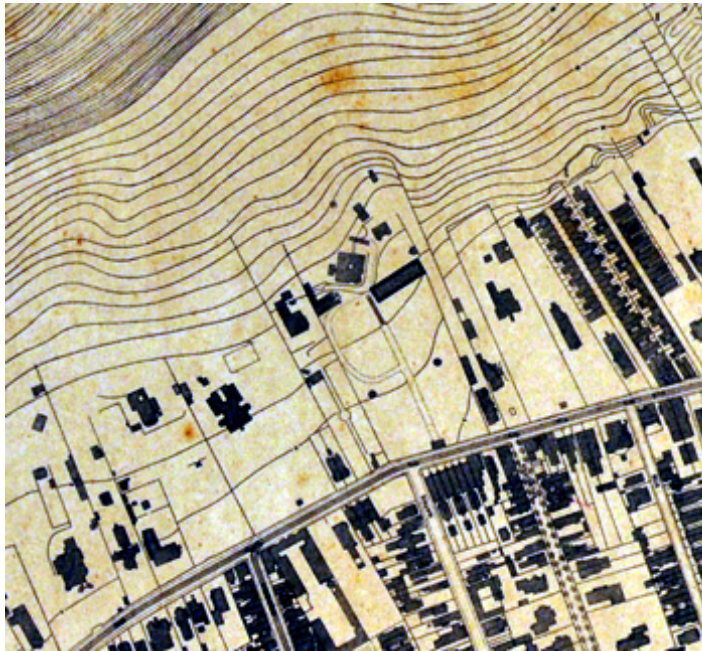


Figura 62 - Ocupação do Santa Marta, recorte do levantamento cartográfico de 1935.

Fonte: AGCRJ.

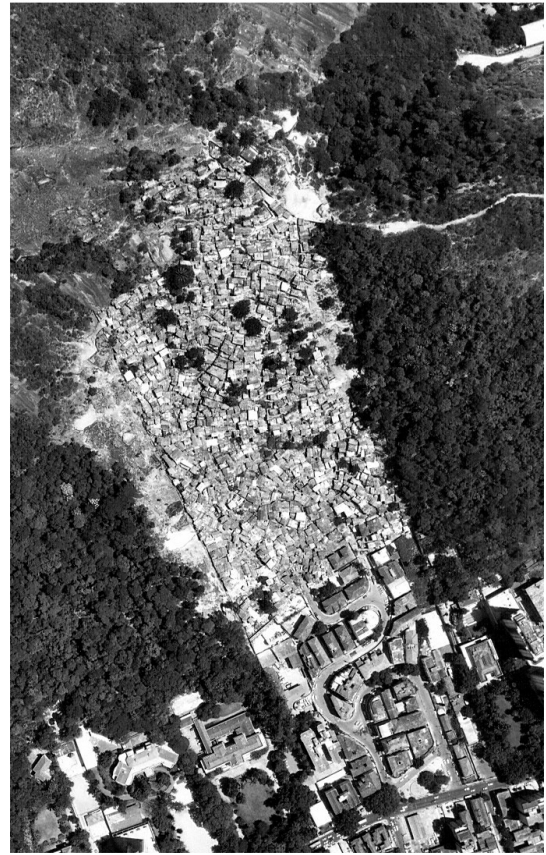
morro existiam. No local, as imagens retratam apenas a existência de um grande casarão, e, nos fundos deste, podemos perceber algumas pequenas construções sobre a área onde hoje se encontra o início da escadaria. Entretanto, não é possível identificar se estas edículas seriam moradias de funcionários, construídas sobre espaços cedidos pelos empregadores, reproduzindo o processo de ocupação da parte baixa do Morro da Babilônia, principalmente na ocupação da favela Chapéu Magueira, conforme descrita por Marquardt (2003).

Ainda que, a partir da foto de 1975, ao identificar uma ocupação que se estende na parte superior do morro, inexistente nas fotos mais recentes, poderíamos pressupor indícios de um processo de ocupação difuso - que se elabora através de uma ocupação mais extensa e dispersa, em áreas mais altas do morro, para, ao longo do tempo, se densificar e compactar mais próximo à zona de contato com a cidade formal, abandonando os setores mais distantes -, não se fazia possível reproduzir de forma consistente a evolução do processo.

Entretanto, mesmo que muitos depoimentos colhidos nas entrevistas corroborassem com esta visão, com alguns moradores mais antigos explicitando este movimento de “descida”, ou apenas citando a existência de uma antiga extensão da favela na parte alta, outros elementos foram encontrados, principalmente a referência a uma separação entre as partes alta e baixa do morro. De modo geral, os depoimentos que citavam esta segmentação da ocupação lembravam também do acesso “pela mata”, em direção ao bairro de Laranjeiras, como justificativa à instalação da moradia no topo do morro. Este fato foi confirmado também por Itamar Silva, que descreveu o resultado do censo realizado no Santa Marta, no período em que foi presidente da Associação de Moradores: “Em 1980 eu trabalhei no censo do Santa Marta e descobri que os moradores mais antigos estavam mais no pico, no final do morro, porque saíam pela mata para Laranjeiras, do outro lado” (SILVA, 2003, p.304). Posteriormente, em entrevista Itamar nos descreveu a existência desta separação e de como até hoje, apesar da urbanização compacta esta divisão resiste no imaginário dos moradores.



1975



1984



1997



2004

Figura 63 - Fotos da ocupação do solo no Morro Santa Marta, anos 1975 a 2004.
Fonte: IPP

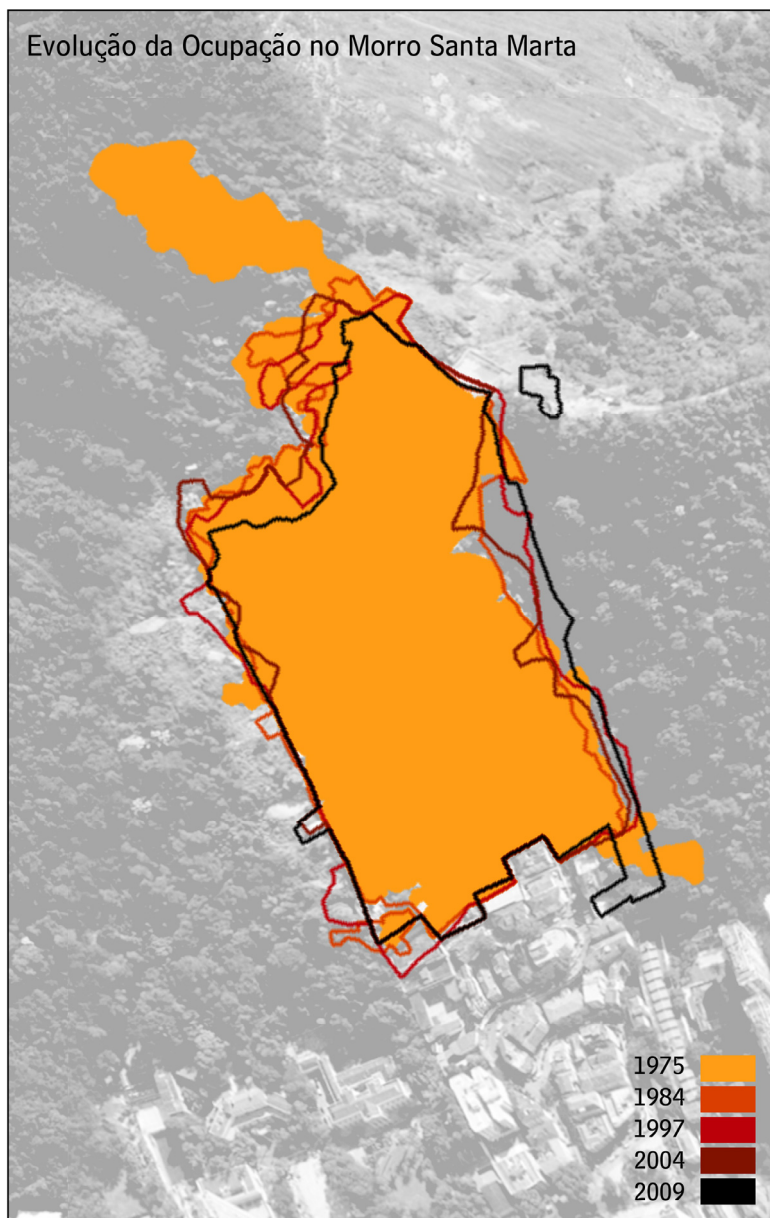


Figura 64 - Evolução da mancha de ocupação do Morro Santa Marta.
Fonte: IPP

Durante a pesquisa, outras informações nos ajudaram a traçar um perfil melhor elaborado deste processo. Uma delas foi uma imagem encontrada em uma tomada aérea, realizada em 1959, a partir do topo do Morro da Babilônia, no filme Orfeu Negro de Marcel Camus. Nesta imagem, apesar da pouca nitidez, é possível perceber como, também aqui, a ocupação se estendia pela encosta do morro, de forma mais dispersa, com vazios internos e se alongando até áreas hoje desocupadas.



*Figura 65 - Cena do filme Orfeu Negro.
Fonte: Marcel Camus, 1959.*



*Figura 66 - O morro visto a partir do mesmo local, em 2010.
Foto do autor.*

Outra imagem nos auxiliou a compreender a evolução da ocupação espacial no Santa Marta: o documentário *A Cidade do Rio de Janeiro*, executado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo, com direção de Humberto Mauro, em 1949 exibe, em uma de suas tomadas, uma imagem panorâmica, a partir do topo do Corcovado, exibe, além da enseada de Botafogo, a ocupação inicial do morro, na qual pode-se perceber, não apenas que esta se mantém difusa, ainda que se estenda desde a base ao topo do morro, mas também a existência de uma nítida divisão em dois setores mais adensados, juntos a cada uma das ligações da ocupação com os bairros formais.



*Figura 67 - Cena do documentário A Cidade do Rio de Janeiro, de 1949.
Fonte: INCE, Ministério da Educação e Saúde.*



*Figura 68 - Vista a partir do mesmo ângulo, em 2010.
Foto: Natália Gastão*

Outra questão importante que se torna perceptível através desta análise é que esta movimentação de ajuste não ocorre de forma constante no tempo. Após o estabelecimento da ocupação inicial, teríamos uma fase de estabilização, na qual o movimento interno e os novos afluxos desenvolvem um rápido “redesenho” da ocupação, que se consolida e, ainda que continue a dinâmica de acomodação, esta adquire um ritmo bem mais lento. No Morro da Babilônia, percebemos que, entre 1965 e 1975, houve uma grande transformação, ou mesmo no período anterior a 1965, embora não possamos precisar o período nem o ritmo da transformação. Porém, após 1975, a consolidação da ocupação produz nesta uma rigidez e uma cristalização que dificultam tais movimentos. O mesmo podemos observar no Morro Santa Marta, que possui alterações significativas apenas até 1984.

Neste sentido um processo similar parece se reproduzir, ainda que não possamos determinar, por enquanto, até onde esta articulação influenciou na resistência destas favelas, possibilitando-as permanecer localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, durante um período no qual diversas outras ocupações semelhantes foram removidas.

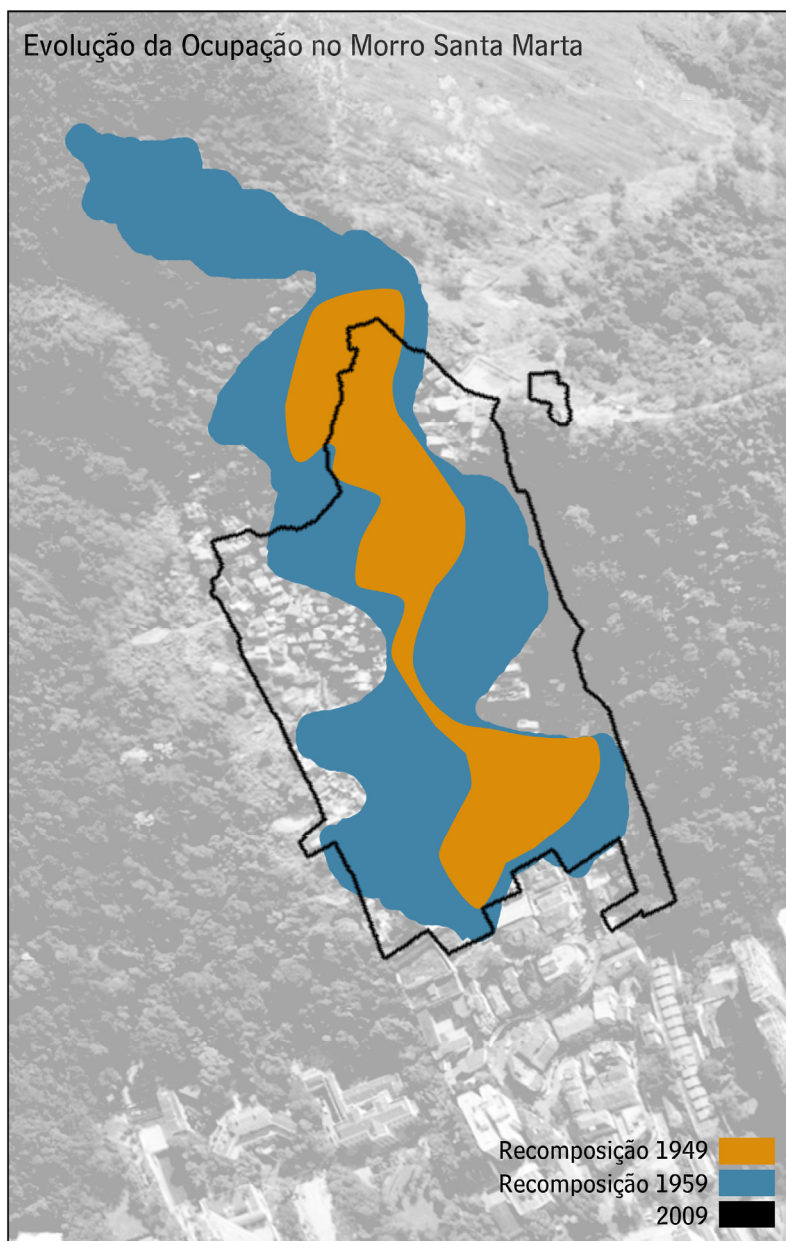


Figura 69 - Recomposições de 1949 e 1959 sobre a mancha de ocupação de 2009.
Fonte: INCE, Ministério da Educação e Saúde, 1949; CAMUS, 1959; IPP

Em um procedimento similar, analisando a evolução da ocupação dos Novos Alagados, figuras 70 e 71, podemos perceber o surgimento e a evolução da ocupação, através de alguns núcleos de residências que se instalam sobre as áreas alagadas, na Enseda do Cabrito, inicialmente a partir dos fundos das residências existentes, na Rua dos Ferroviários, em Nova Esperança e no ponto extremo das ocupações próximas ao Mercado do Peixe.



1976



1980



1989



1992

Figura 70 - Fotos da ocupação do solo nos Novos Alagados, anos 1976 a 1992.
Fonte: Conder.

No momento seguinte, novos núcleos se espalham ao longo da Avenida Suburbana, nas áreas do São João, 19 de Março, Boiadeiro de Baixo e Tóster. Através da sequência de imagens podemos notar que estas moradias se instalam sobre terrenos alagados, em linhas que avançam perpendicularmente sobre a água, através de pontes de acesso, deixando largas

faixas de terra seca desocupadas entre a mancha urbana oficial e a alternativa alagada.



Figura 71 - Fotos da ocupação do solo nos Novos Alagados, anos 1998 a 2005.
Fonte: Conder.

Estas áreas foram vazias nos demonstram que, apesar de conformarem terrenos secos e extremamente melhor adaptados à ocupação residencial, foram preteridas na ocupação em função da organização tática existente. Como lotes privados e disponíveis para exploração comercial, apresentariam forte resistência à ocupação informal. Desta forma foram incorporadas no processo de ocupação informal apenas em um segundo momento, quando, a força adquirida na através da consolidação do assentamento permitiu a articulação de um outro padrão de ocupação, mais organizado e político, através da resistência articulada no combate direto e na movimentação política.

Assim, entre as fotos de 1980 e 1989 perceberemos a tomada das áreas anteriormente vazias, mas ocupações do Boiadeiro, dos Araçás, ao redor de onde atualmente se encontra o conjunto Nova Primavera, assim como alguns trechos do São João. Vera Lazarotto¹²⁷, que participou da ocupação descreve abaixo o processo de invasão e resistência:

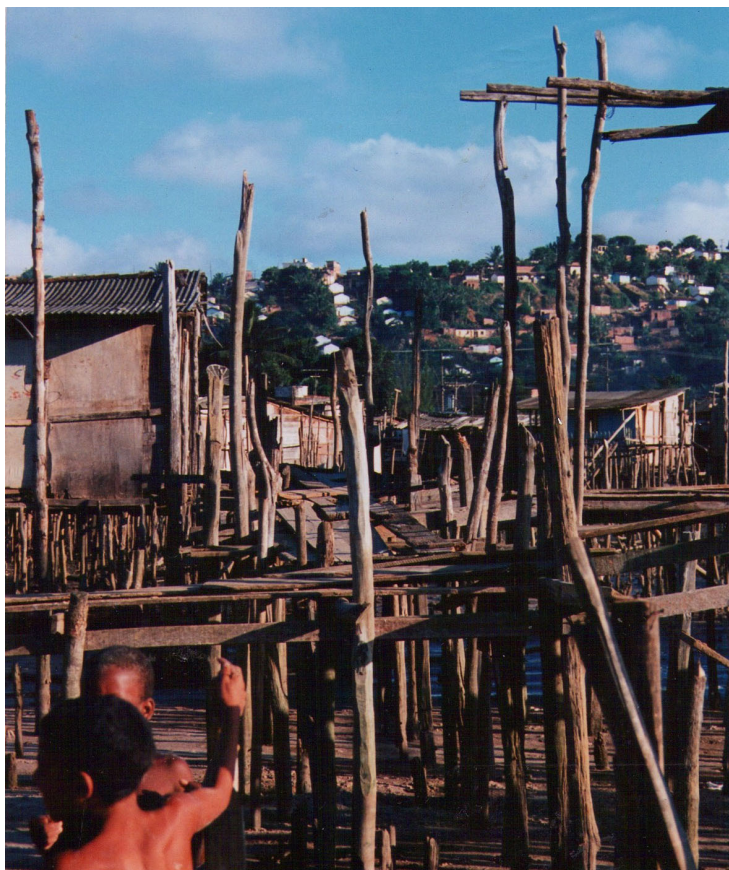
As palafitas já estavam confluindo, se encontrando no meio da baía e não tinha mais espaço, então com o Lázaro¹²⁸, nós preparamos os moradores do meio para fazer

¹²⁷ Educadora, desenvolveu, a partir da segunda metade da década de 1970, projetos educacionais e sociais na área de Novos Alagados, em função dos quais residiu voluntariamente na área por 25 anos e participou da fundação da Sociedade Primeiro de Maio.

¹²⁸ Antonio Lazzarotto, missionário italiano, desenvolveu projetos sociais em Novos Alagados e participou da fundação da Sociedade Primeiro de Maio.

estas invasões, no Boiadeiro e nos Araçás. No Boiadeiro foi em 1987, era sábado, logo após a Semana Santa, porque ocupação se faz em tempo de feriado. Mas veio a polícia para expulsar todo mundo, foi muito triste, foi desesperante o pessoal já tinha casa e botaram tudo abaixo. Mas depois conseguimos, porque fizemos uma campanha com o Valdir, e esses terrenos eram da União, e conseguimos ocupar de novo, então cadastramos todo mundo, eram 480 famílias, então chamamos os pedreiros que tínhamos na área e pedimos para fazer a medição e demarcamos 480 lotes, criamos uma rua principal e os becos iam saindo dali (Vera Lazzarotto).

Para evitar o conflito, e as possíveis perdas decorrentes das remoções, em uma estrutura semelhante aos dois casos anteriores, os moradores elaboraram uma ocupação difusa. Aqui, entretanto, ao fazer suas casas sobre áreas alagadas, a tática posta em prática não se baseava na “invisibilidade” ou na ação “pulverizada”, mas, ao contrário, situada em uma situação de destaque visual, sua articulação se colocava nas brechas, da organização da sociedade formal, por ocupar uma área que não se enquadrava na definição formal de terreno, portanto não seria reivindicada como tal. Entretanto, esta especificidade da ocupação, sobre áreas alagadas, pelo impacto no ambiente, nos remete a outras condicionantes: certamente esta tática só logrou o desenvolvimento por se situar em uma região periférica, onde o padrão social no entorno não era drasticamente distinto daqueles dos novos ocupantes. Desta forma, a



*Figura 72 - Palafitas no São João.
Foto Vera Lazzarotto.*

degradação visual proporcionada não seria rechaçada energeticamente por ser esteticamente agressiva ou por desvalorizar áreas de renda mais elevada.

O depoimento a seguir ilustra bem a percepção, difundida entre os moradores das palafitas, da relativa segurança que aquele padrão de ocupação significava:

Eu invadi a água, a água não é de ninguém. Ninguém podia chegar e me dizer que aquela terra tinha dono, aquilo nem era terra. E não era ruim não, tinha o mar, a brisa (D. Elza, moradora de Novos Alagados).

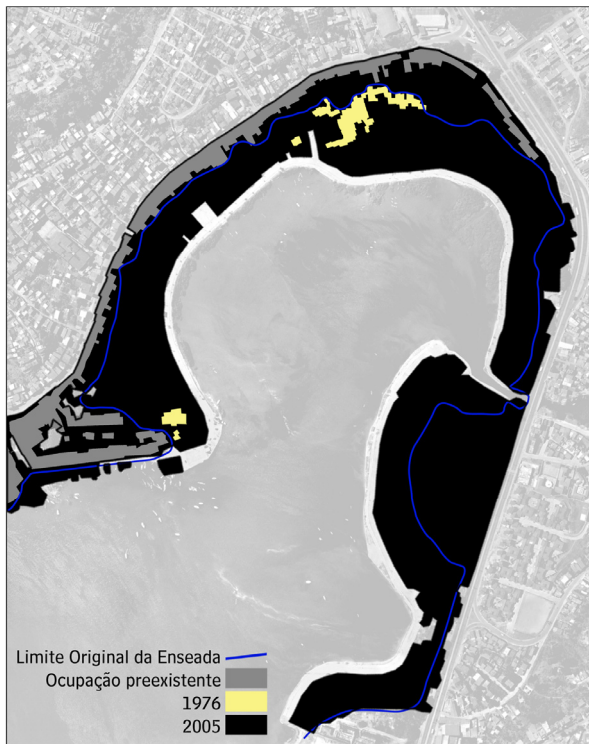


Figura 73 - Comparação entre 1976 e 2005.
Fonte: Conder.

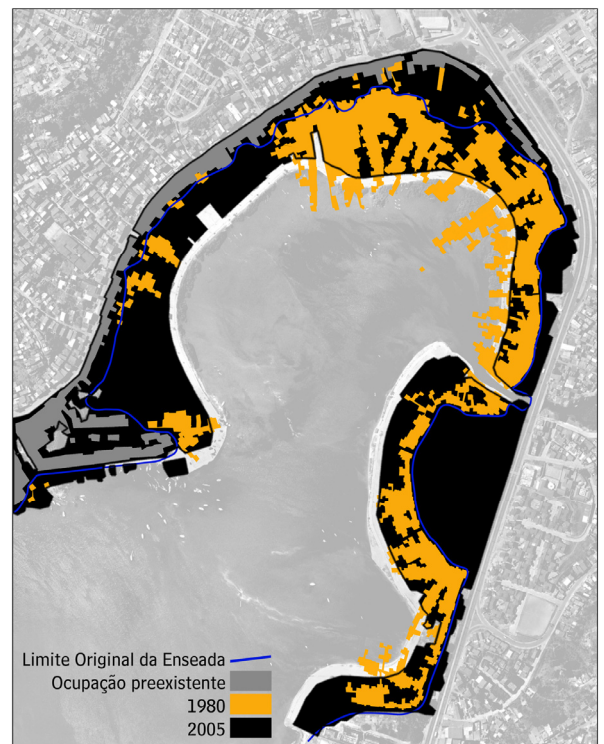


Figura 74 - Comparação entre 1980 e 2005.
Fonte: Conder.

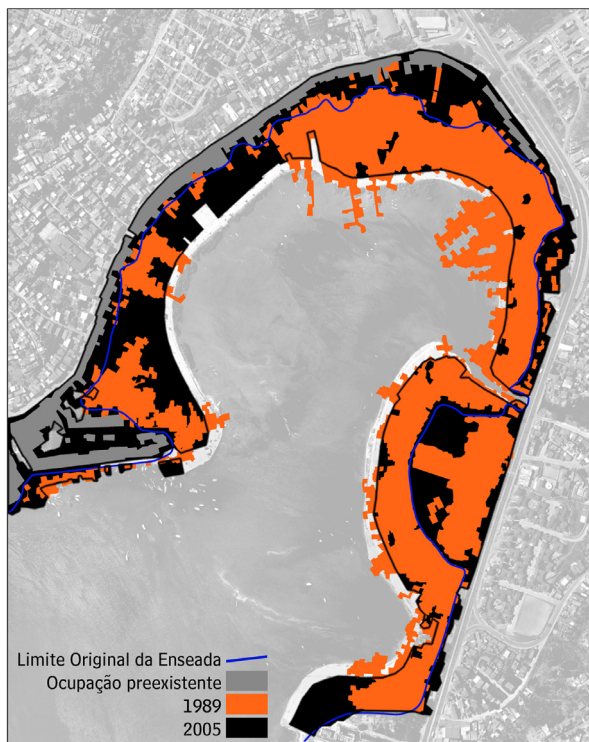


Figura 75 - Comparação entre 1989 e 2005.
Fonte: Conder.

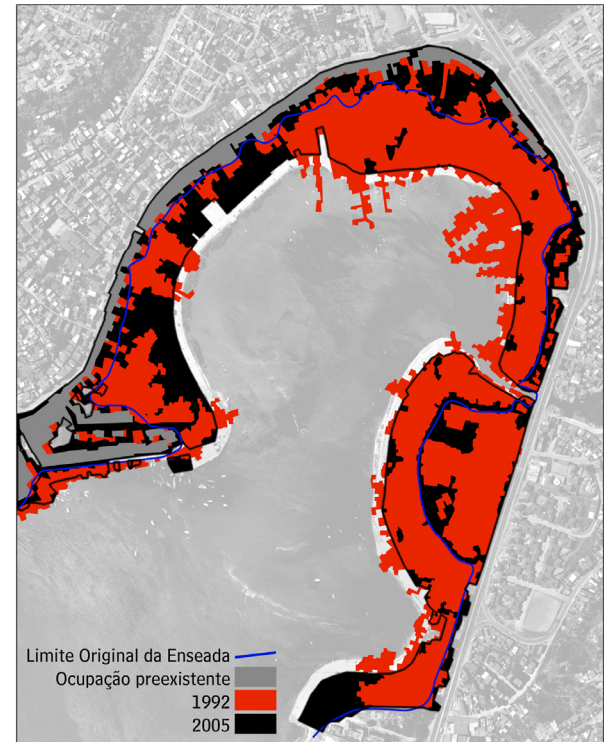


Figura 76 - Comparação entre 1992 e 2005.
Fonte: Conder.

Evolução da Ocupação na Enseada do Cabrito

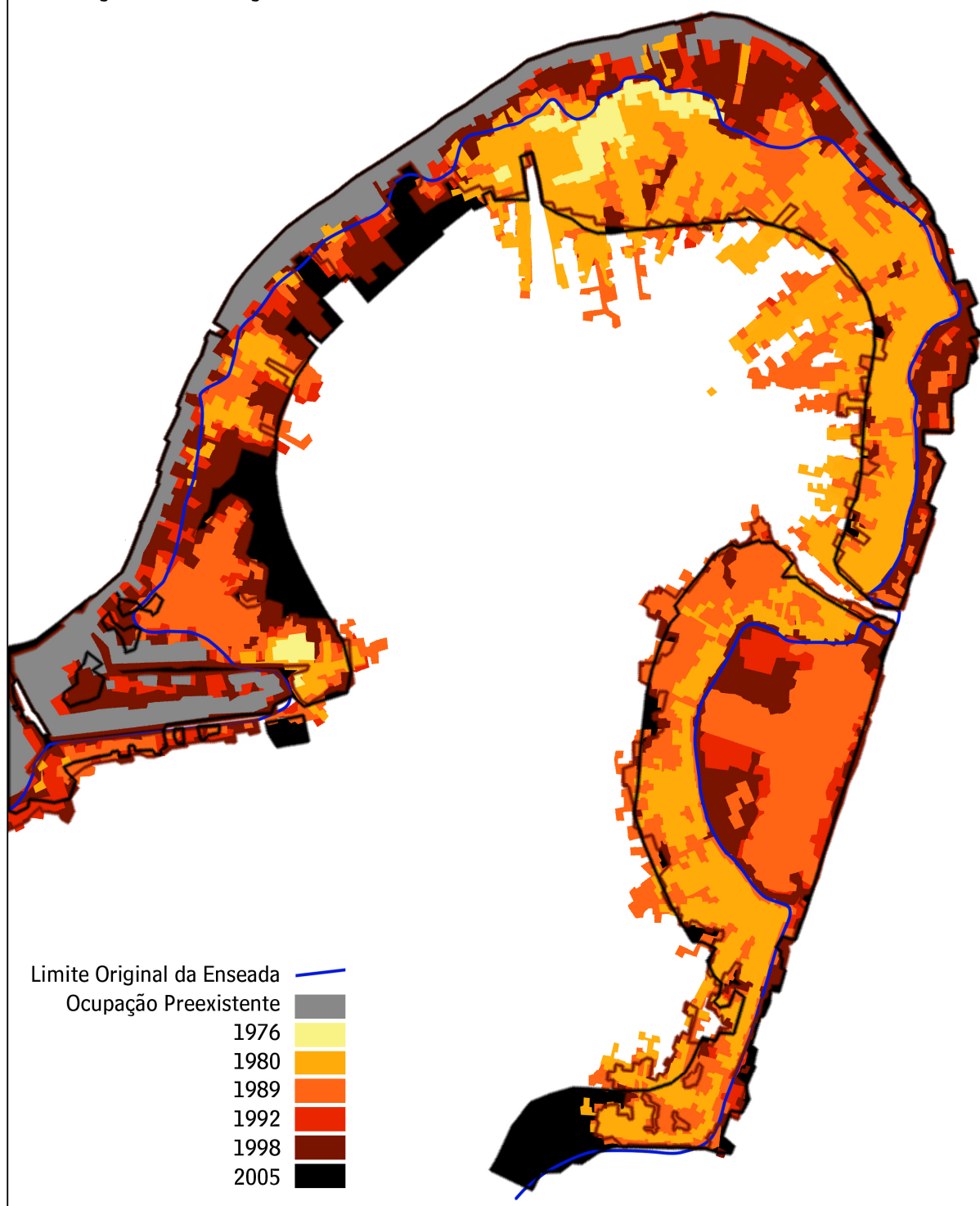


Figura 77 - Evolução das manchas de ocupação de Novos Alagados entre 1976 e 2005.

Fonte: Montagem sobre imagens da Conder.

Nestas situações, frequentemente com o trabalho árduo dos moradores ao longo do tempo, ou através de intervenções dos órgãos governamentais, testemunhamos o aterramento gradual

da área inundada¹²⁹. Transforma-se assim a instável invasão “da maré” em uma ocupação “no seco”. A terra, que não ousaram invadir, “surge” finalmente sob seus pés.



Figura 78 - Palafitas sobre a água, em 1994.
Foto Vera Lazarotto.



Figura 79 - Aterramento das palafitas, em 1997.
Foto Vera Lazarotto.

C. Temporalidade

Tradicionalmente a conquista da casa própria se promove através de anos de economia, ou um longo financiamento, enfim, uma capitalização elaborada ao longo de anos, que se materializa em um momento dado e específico, quando se recebe as chaves do imóvel acabado. Nos setores informais, a moradia é entendida como uma construção no sentido extenso do termo, algo a ser elaborado ao longo de um grande período da vida, executada normalmente pelos próprios ocupantes, ou com ajuda destes. A construção evolui à medida que se capitaliza e a ocupação se efetua tão logo as paredes estejam levantadas e cobertas, ainda que de forma extremamente provisória. A falta de revestimento se confunde entre um momento intermediário da obra inacabada e uma situação pragmática, garantindo a funcionalidade da moradia sem a necessidade de se arcar com os elevados custos de acabamento. Este entendimento da moradia como um estágio sempre intermediário da longa evolução da casa da família, permite que se aceite mais facilmente sua incompletude, a falta de algum conforto ou o caráter provisório desta.

A construção pode ser executada com materiais leves e reaproveitados, como madeirite, tapumes e fibrocimento, ou através da alvenaria em tijolos. Entre as duas opções jogam o custo e o caráter perene da “casa de blocos”, que normalmente sucede a anterior, mas pode ter que aguardar os recursos disponíveis, pois mesmo autoconstruídas são significativamente mais custosas.

¹²⁹ Ainda que parte desta população, nas extremidades terminais das pontes, seja removida para outras áreas da cidade.

Nas situações onde existe ameaça de remoção ou em ocupações sobre a água, esta “substituição” encontra outros problemas, pois devido ao risco de se perder o investimento feito em melhorias, ou mesmo pela fragilidade da estrutura que não comportaria o peso da obra “em bloco”, permanecem muito precárias, com condições de habitabilidade extremas, impossibilitadas de abrigar a lenta e gradual evolução da moradia rumo a uma casa mais sólida e bem acabada. Ainda assim, são lembradas pelas camadas de renda mais baixa, como possuindo custos reduzidos de manutenção, pois não exigem materiais específicos e eventuais reparos em portas ou telhados, podem ser feitas com materiais coletados na rua, o que nas casas em bloco evidenciaria a degradação das condições da habitação.

Mais do que o valor bruto do imóvel acabado, as facilidades da habitação informal estariam ligadas à extrema flexibilidade quanto à instável disponibilidade de recursos e à possibilidade de se canalizar toda a despesa com moradia em um objetivo único, combinando o gasto diário e “momentâneo” da necessidade de abrigo com o investimento futuro e durável da moradia. Assim, o domicílio pode se desenvolver lentamente, em pequenas evoluções sucessivas, segundo as condições e necessidades familiares específicas de cada momento, e o valor economizado do aluguel é aplicado, de forma lenta porém constante, na consolidação da moradia.

Ao se aceitar a longa situação transitória, na qual se habita uma moradia em execução, todos estes recursos podem ser canalizados para esta obra, permitindo seu avanço contínuo. Nas habitações informais, adicionalmente, se estende este processo durante muito tempo, por não sofrerem incidência de impostos e, muitas vezes, não arcarem com os custos de serviços como eletricidade, água e esgoto, permitindo que estes recursos sejam direcionados à melhoria do habitat. Neste processo, a característica de “incompletude” da moradia, tanto pela transformação continuada, como pela ausência de revestimentos, não só não significa nenhum constrangimento, como representa a prática corrente. As casas relativamente mais bem acabadas que encontramos nestas ocupações são normalmente o resultado de mais de uma década de pequenas e sucessivas evoluções.

O diálogo a seguir é emblemático para descrever a distância que separa os processos formal e informal de produção espacial:

A gente tem que escolher, se eu pagasse aluguel não fazia a casa, não dava pra comprar o material. Tem que começar com um embrião, pequenininho, mas passa logo pra dentro pra poder melhorar depois. Ai fica assim, meio ajeitado... eu fiquei seis meses sem porta. Mas é assim, uma casa, pronta, de verdade, leva 10, 15 anos. Não dá pra querer de uma vez.

[Consciente de minhas condições financeiras mais favoráveis, demonstra espanto ao saber que eu moro de aluguel].

Você? Porque não pega um pedacinho de terra por ai e começa a fazer algo para você? Tem terreninho ai que com 5mil você compra, dá pra fazer muita coisa nele, e pra você isso nem é muito. Ai você pode ir fazendo teu canto, tua casa, pra quando tiver sua família, vai fazendo aos pouquinhos... [pausa] Mas você não quer isso não, né? Eu sei, você quer começar logo com um castelo! Por isso que você não tem casa, você quer um castelo de uma vez, não quer casa como a gente (Ivonildes, moradora de Novos Alagados - São João).

D. Morar na obra, o abrigo em constante evolução

Como parte das táticas, contra-hegemônicas, de transformação da inserção desfavorável na estrutura do sistema socioeconômico através de ações em suas próprias fissuras, o ato de morar é subvertido. Ao prescindir do construir, o abrigo vem antes da obra, e permanece durante esta, ela mesma não possui data ou definição para terminar, se estende continuamente como uma permanente adaptação às possibilidades do habitar e às necessidades da família. A casa acabada não existe sequer como um modelo imaginado, mas sim enquanto estrutura orgânica que deve se estender enquanto a família necessitar e tiver condições, um mecanismo de constante adaptação entre condições e necessidades.

A casa é, antes de tudo, um abrigo, e a partir deste se desenvolve, se amplia, se solidifica, se consolida e se estrutura. Ao primeiro abrigo de lona, sucede uma casa de madeirite e outros materiais reaproveitados, e a esta uma casa de blocos, que só no futuro receberá a estrutura ou mesmo a fundação das colunas que permitirão sua expansão em pavimentos. Estas etapas não são sempre claramente definidas, sendo elaboradas como um trabalho gradual de transformação, no qual os elementos coexistem em diferentes momentos. O abrigo inicial, que ocupa normalmente apenas uma parte do lote, termina por tomá-lo totalmente, raramente alguma área residual permanece. Toda esta sucessão se procede transformando o abrigo, sem que ele perca esta função, durante todo o processo a família permanece morando no interior de um espaço que é, ao mesmo tempo, abrigo, casa e obra.

Esta moradia não é entendida como ruim ou inacabada, não é entendida pelo que é no momento, mas pelo que será ou como poderá ser, enxergam hoje através de suas possibilidades latentes. De certo modo, as possibilidades de ampliação são quase tão valorizadas quanto o estágio físico palpável do presente, ainda que este seja mais completo, ou avançado na lógica temporal. A casa vale mais como possibilidade do que como elemento acabado. Neste contexto, o fato de não evoluir a casa, não expandir e/ou não melhorar o acabamento ao longo dos anos é percebido como sinal de grande precariedade econômica, revelando onde não existem condições para sua execução.

A casa, quando fornecida “pronta”, sem possibilidades de ampliações futuras, traz uma rigidez em descompasso com as práticas cotidianas por se mostrar como uma edificação “congelada”, com grandes dificuldades de evolução futura. Tal situação, surgida de intervenções através de conjuntos tradicionais, que buscam uma “adequação” aos padrões

formais de habitação, se mostra demasiado rígida frente à dinâmica das famílias e força seus descendentes a percorrerem novamente todo o processo enfrentado na conquista do espaço da moradia, por esta não possuir a flexibilidade necessária para absorver a evolução familiar. Nesta situação, qualquer possibilidade de rompimento e transgressão que se apresente, capaz de permitir alguma expansão, será sempre utilizada, ainda que produza grandes transformações formais e organizacionais no conjunto. Expansões, “puxadinhos”, acréscimos e invasões de áreas públicas orquestram um movimento de “retorno”, no qual o conjunto, elaborado segundo as regras “formais” de urbanização, através de uma arquitetura “de arquitetos”, que buscava substituir a ocupação informal, termina cedendo e se distanciando de seu desenho original por desvios sucessivos, como se tentasse mimetizar com seu entorno informal: irregular, incompleto e dinâmico.

“A grande distinção entre a maneira de tratar o espaço dos favelados e dos arquitetos decorre também de sua relação com a temporalidade: conforme a ideia seja de abrigar ou de habitar, há um processo temporal diferente” (JACQUES, 2003, p.55). O projeto arquitetônico tradicional trabalha sobre uma forma de “espacializar o tempo”, enquanto nas ocupações informais percebemos o que se aproxima mais de uma “temporalização do espaço” (Ibid., p.55). Se os primeiros trabalham com uma forma preestabelecida, o espaço do habitar, elaborado como projeção de uma materialidade acabada e definida, para os outros, a forma só existe momentaneamente e o abrigo evolui à medida que se investe, sem uma direção previamente estabelecida.

E. Padrões de resistência

Se, no período entre as décadas de 1930 e 1960, uma certa permissividade urbana abriu espaço para as favelas se alastrarem nas áreas centrais de quase todas as grandes cidades (SANTOS, 1979), após a década de 1960 a mudança política, que estabeleceu uma forte reação ao padrão informal de ocupação, tornou necessária a implementação de táticas cada vez mais sutis e elaboradas de permanência no espaço urbano. Se a alternativa oficial, estruturada em torno do BNH, sofria com o impasse de “agilizar dinheiro caro, através da venda de uma mercadoria de alto valor (terreno + construção moderna) para uma clientela de pessoas que mal ganhava o suficiente para comer”, o que acabava por direcionar os programas “de interesse social” a uma clientela com renda cada vez mais elevada, por outro lado, desenvolviam-se paralelamente “mecanismos não-programados e muito eficientes, dentro, fora e à margem do sistema oficial” (SANTOS, 1979, p. 19-20).

Grande parte desta eficiência era fruto de uma capacidade de adaptação às condições e aos ambientes encontrados e aos meios disponíveis. Eram igualmente organizados segundo escolhas e posicionamentos específicos e individuais que se articulavam de acordo com as possibilidades percebidas. Por se tratar de uma ação informal, que se desenvolve através da capacidade de resistência e permanência sobre uma área, da qual não se possui a propriedade

legal e esta pode, portanto, ser reivindicada, estas escolhas, ao se mostrarem acertadas, ou não, influenciaram sobremaneira o destino das ocupações.

Neste sentido exporemos a influência destas formas de resistência, através de duas ocupações vizinhas, que tiveram grande parte de seu processo de desenvolvimento elaborado de forma simultânea, organizados, entretanto, segundo táticas distintas e através de decisões pessoais específicas. As ocupações da Babilônia e do Chapéu Mangueira localizam-se no mesmo bairro, partilham o mesmo acidente geográfico e condições socioeconômicas semelhantes,



Figura 80 - As ocupações da Babilônia e Chapéu Mangueira em 1984.
Fonte: IPP

entretanto, os distintos processos de resistência, elaborados por cada uma delas, determinaram fortemente o espaço produzido, gerando materialidades bastante díspares.

Na figura 80 podemos ver as duas ocupações lado a lado, a Babilônia mais dispersa e arborizada, no lado esquerdo e o Chapéu Mangueira, mais densa e compacta, no lado direito.

Ainda que as duas ocupações tenham se originado segundo o mesmo processo difuso, iniciado no topo do morro. Ainda que a ocupação do Chapéu Mangueira seja mais recente, e organizada através de uma ligação mais direta com o bairro do Leme¹³⁰ o processo de formação das duas ocupações se confunde, sendo impossível separá-las completamente. Neste sentido, o movimento, que consolidou a posição das manchas de ocupação atuais, foi produzido de forma simultânea, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970.

O principal fator de diferenciação do processo de resistência das duas ocupações parece ser resultado da postura de seus respectivos presidentes de associação, que refletiam de forma intensa as polarizações que se articulavam no período. “De um lado um movimento de luta democrática com crescente organização, mobilização e visibilidade dos excluídos na cena política; do outro o endurecimento de políticas repressivas e autoritárias no trato com as questões sociais” (MARQUARDT, 2003, p.35).

Em alguns momentos históricos importantes, os favelados, longe de estarem à margem e de serem dependentes dos processos políticos e urbanos, construíram associações e alianças que lhes permitiram alguns espaços. Por outro lado, assim como os demais grupos sociais, utilizaram canais e articulações com uma diversidade

¹³⁰ Que até hoje mantém através de duas escadarias que desembocam na Rua Gustavo Sampaio.

de agentes, tanto no plano local quanto no nacional (SILVA, 2005, p.155).

Na Babilônia, a postura adotada pelo Sr. Sebastião, à frente da associação de moradores por mais de 20 anos, se pautava por um forte controle sobre qualquer construção ou reforma executada no morro, e mesmo contra a entrada de qualquer novo morador. Em sua polêmica gestão contou com o apoio dos militares, e o rígido controle era um modo de se aproximar e consolidar esta posição, que se apresentava de forma ambígua entre a postura de um representante do exército e a dos interesses da população, estendendo sua "mão forte" inclusive sobre áreas da favela que estariam fora do controle militar.

Desta forma a ocupação não se expandia em área e quase não crescia em população ou número de construções¹³¹, sendo percebida como "sob controle" pelo exército e pelo governo. Através do entendimento de que ao não abrir espaço para novos moradores, facilitariam a permanência dos que ali já estavam.

Com o Sebastião a lei era durona, era pesada mesmo, não podia vender, nem aumentar a casa, se a família cresceu, até aumentava mas era muito controlado e medido, não tinha esta bagunça que tem agora aí, não entrava as pessoas de fora assim. Ele controlava tudo, se era pra fazer uma parede ele vinha medir e marcava, se fizesse fora da marca ele mandava derrubar pra não crescer as casas. Aqui nem parente podia vir com mudança (Margarida, moradora da Babilônia - Associação).

No Chapéu mangueira a situação era oposta, o presidente no período, Sr. Lúcio, era ativo militante do movimento de resistência às remoções e pela luta por urbanização das ocupações, enfrentando repetidas vezes as autoridades militares na defesa dos moradores através de barreiras humanas para evitar demolições. Com sua atuação na comunidade conseguiu resistir aos despejos pela intensa mobilização e pela articulação com a Igreja¹³², com organizações comunitárias incipientes como a Faferj, com o Partido Comunista¹³³, com os meios de comunicação e até com setores do governo mais sensíveis às condições de habitação das camadas populares (MARQUARDT, 2003).

A imagem escolhida retrata a condição no ano de 1984, último ano em que a Associação de Moradores da Babilônia foi chefiada pelo Sr. Sebastião, desta forma, observamos, a partir deste momento, um processo de densificação no interior da babilônia, que, apesar da resistência de alguns setores internos que percebem a qualidade espacial gerada através das restrições vividas durante sua evolução, transforma o espaço no interior da ocupação, se aproximando cada vez mais das favelas tradicionais, e da ocupação vizinha.

¹³¹ *A ocupação crescia apenas através do crescimento vegetativo da população e de construções que eram erguidas apenas quando se mostravam absolutamente fundamentais.*

¹³² *Especialmente a Arquidiocese do Rio de Janeiro.*

¹³³ *No início dos anos 1970 suas práticas e suas ligações com grupos de esquerda e com o partido comunista o levaram a ser preso e interrogado.*

A coexistência de formas distintas de resistência também ocorreu nos Novos Alagados, entre as ocupações mais antigas, e as invasões ocorridas na década de 1980, ou mesmo nos movimentos recentes. O contraste mais significativo parece ter ocorrido entre as ocupações do Boiadeiro de Baixo e Tóster, iniciadas no final da década de 1970 e a invasão do Boiadeiro de cima, no início da década de 1980.



1980



1989

*Figura 81 - Comparação da ocupação no Boiadeiro entre 1980 e 1989.
Fonte: Conder.*

Através da comparação das imagens podemos perceber como, em um primeiro momento a invasão sobre a área alagada deixava livre o trecho de terra firme entre esta e a Av. Suburbana. A maneira pulverizada de ocupação se baseava na premissa da evitação do conflito, anda que isto pudesse significar o estabelecimento sobre terrenos desfavoráveis. Após 1980, a força coletiva, promovida pela estruturação dos moradores na ocupação e sua organização política, permitiu uma alteração nesta postura que culminou com a tomada das secas terras disponíveis próximas à via, logrando permanecer, ainda que tal movimento tenha sido fortemente reprimido.

Pra quem tá naquela situação é uma lei de sobrevivência. Não é que ele pensa que é

muito ruim, ele sabe que a única solução é aquela, ou você fica naquela situação de invasão ou não fica. Mas naquele tempo não tinha invasão, não tinha aquela coisa de terra, o que tinha era muita maré! Maré era uma maneira muito fácil das pessoas chegarem aqui, enfiava quatro paus, botava num tablado, e podia botar a turma pra dentro (Maria Carvalho, moradora de Novos Alagados - São João).

Novas invasões organizadas

Para evitar a perda de legitimidade que a ação especulativa estaria trazendo às ações e reivindicações dos movimentos de moradores sem-teto, percebemos que as novas invasões, como a recém-ocorrida próximo à fábrica da Tóster nos Novos Alagados, já se organizaram de forma a limitar o avanço da prática e garantir condições mínimas de comprometimento com a causa através de restrições que buscam o atendimento às famílias com real necessidade de lotes para habitação.

Aqui na ocupação, cada família que recebe um lote tem 15 dias para construir, se não fizer neste tempo é porque não está realmente precisando, então a gente destina o lote para outro. Isso é para evitar aqueles que querem um lote só para vender, que é como eles criticam nosso movimento, vão dizer depois que as pessoas que estão aqui só querem o lucrar com isso (Malhado, liderança da invasão e do MSTB).

Esta determinação demonstra uma preocupação que vai além da garantia de atendimento às famílias realmente necessitadas, pois se torna importante para o movimento organizado, que a ocupação não fique vazia, com os lotes apenas demarcados, sob o risco de expor para a sociedade indícios da presença da ação especulativa no interior do movimento, e, deste modo, enfraquecer a sua força de resistência perante a sociedade pela perda da legitimidade que a ação social em prol de famílias necessitadas lhes confere.

Esta preocupação, ainda que dificulte a busca do lucro imediato pela especulação, principalmente através da acumulação de vários lotes por uma mesma família, não consegue evitar a comercialização dos lotes:

A dona desse barraco ela não abandonou o barraco. Ela não abandonou não, ela vendeu. Na época eu pagava um aluguel de cento e cinquenta e ela me vendeu este aqui por trezentos e cinquenta (João, morador de Novos Alagados - Toster).

Além da preocupação por uma ocupação efetiva e legítima, percebemos a busca pela produção de um espaço que atenda condições mínimas de organização socioespacial, evitando a degradação do ambiente e estabelecendo regras e um planejamento básico para a estruturação do assentamento de forma que produza uma ocupação que esteja adequada à integração posterior com a cidade.

As regras estabelecidas para a ocupação deste espaço se referem às condições socioambientais e urbanísticas. As primeiras estabelecem a interdição de se instalar

sanitários¹³⁴, dada a falta de rede de esgoto, que o lixo deve ser removido e encaminhado a locais de coleta e regula comportamentos considerados inapropriados ou desordeiros.



*Figura 82 - Ocupação recente na área da Tóster.
Foto do autor.*

Sobre a questão do ordenamento espacial, percebemos a preocupação de estruturar o espaço segundo vias lineares e suficientemente largas para serem transformadas posteriormente em ruas tradicionais, com lotes demarcados previamente, com dimensões bastante homogêneas e controle sobre qualquer expansão além dos limites designados.

Apesar da preocupação de se projetar o espaço de forma a se adequar à estrutura urbana da cidade, segundo a qual afirmam que o acesso a todas as casas se faria por ruas largas, percebemos que, ainda assim, os becos estão presentes, pouco numerosos e extensos, mas existem.

Por não ser um elemento estruturante da malha viária, o beco é entendido aqui não como uma improvisação, uma sobra, ou uma falha a ser corrigida, mas sim como um meio funcional de acesso às casas e circulação no bairro. Mesmo que não seja tão nobre quanto a “frente de rua”, por estar inserido no repertório estético/cultural da população local, sua existência pontual não rompe com a percepção de que o espaço é servido por ruas como a cidade formal. De certa forma, se espelham na cidade como forma de facilitar a integração, mas ao mesmo tempo mimetizam o espaço original¹³⁵, mais próximo de sua realidade socioeconômica.

¹³⁴ *Só é permitida instalação sanitária de pia de cozinha, porém, na antiga fábrica Tóster existem banheiros coletivos que são utilizados pela população do assentamento.*

¹³⁵ *A maior parte da população parece ser originária das ocupações informais ao redor, das dez famílias entrevistadas, quatro pagavam aluguel e uma morava de favor na área entre Alagados e Novos Alagados, três ocupavam parte da casa dos pais em Novos Alagados, uma morava na rua e uma em Cajazeiras, de aluguel.*

2. ADAPTABILIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A. Uma outra ética espacial?

Apesar da densidade e da compacidade usual das favelas, por vezes podemos encontrar um espaço de circulação relativamente amplo, com razoável arborização, formando pequenos largos ou recantos de parada, que são utilizados pelos moradores em encontros eventuais, conversas entre vizinhos e mesmo para o lazer das crianças. Este tipo de espaço é bastante valorizado e sua ocupação com construções é entendida como totalmente proibida, tanto pela associação como pelo senso comum. Da mesma forma, a expansão para além do perímetro atual da favela, ainda que ocorra, é bastante restrita. Estas áreas, por estarem situadas além dos “eco-limites” determinados pela prefeitura, estão sujeitas a riscos permanentes de remoção, risco este que mantém as moradias dali em situação extremamente precária,



*Figura 83 - Construção em execução sobre espaço coletivo.
Foto do autor.*

servindo como abrigo temporário a famílias em condições de acentuada precariedade, buscando espaço no interior da favela. Ali, dificilmente irão investir na moradia, e seu destino incerto depende dos movimentos de remoção que atuam sobre tais expansões, das possibilidades de se transferirem ao “interior” do assentamento ou do longo processo de solidificação e resistência que poderia deslocar a “fronteira” adiante.

Deste modo, podemos concluir que qualquer expansão no interior da favela só pode ser feita através do adensamento nos “lotes particulares” ou sobre as lajes das casas existentes. Ainda assim, em um passeio por suas ruelas podemos evidenciar construções sendo executadas sobre os espaços livres do miolo da ocupação, o que denuncia a existência de outros fatores atuando sobre o espaço, além das afirmadas regras tácitas. A associação de moradores atua nestas questões em nome de um “interesse comum” dos moradores, com poder de juízo e controle, buscando preservar, de forma ativa, o espaço comum existente, entretanto, a atuação, rigorosa na parte central da favela não mantém a mesma rigidez na área periférica. Próximo aos limites, onde a ocupação é menos densa e a vida mais precária, as vielas, que servem a grupos restritos, não resistem à pressão por pequenos “desvios” urbanísticos que buscam melhorar o espaço doméstico às custas de passagens mais estreitas.

Também devemos entender que a legitimidade conquistada por moradores antigos, com forte

inserção nas redes sociais da comunidade, pode ser suficiente como garantia de assistência no caso de uma degradação acentuada nas condições de vida da família. Uma remoção, após muitos anos se equilibrando além dos eco-limites, ou alguma incapacitação física, por acidente ou fruto da idade avançada, que impeça a sua mobilidade nas ladeiras, podem ser entendidas como condições suficientes para a flexibilização de tais regras, permitindo assim a ocupação de um novo espaço, mais próximo dos acessos e da parte mais urbanizada da favela.

Não incomodar

Na situação de informalidade, por não se ter a definição e o respaldo da lei sobre o que se pode ou não fazer, essa determinação é elaborada através da negociação direta entre os vizinhos. Mesmo que os conflitos possam ser arbitrados pelas associações de moradores, esta situação exige a aceitação e o respeito a uma autoridade estabelecida de maneira informal, no seio da "comunidade", em uma atuação que se aproxima mais de uma intermediação, visto não dispor de poder coercitivo¹³⁶.

O recurso à mediação externa é praticamente descartado, tanto pela situação de informalidade, a respeito da qual não se quer chamar a atenção das autoridades, mas também por desconhecimento dos direitos e incapacidade real ou imaginária de se poder arcar com os custos, conforme discutiremos no item 3, do Capítulo IV.

As pessoas mesmo definem o que se pode fazer, entende? Cada um tem a sua metragem mas se é uma rua, acabou. Aqui é uma rua direta, passa carro, então se a pessoa colocar uns centímetros a mais vai fazer muita diferença, entende? Chegou um material, o caminhão é grande, como é que vai vir?

Foram as pessoas que determinaram isso, deixar a rua aqui, poderia ser fechado, como o beco. O beco tá do outro lado da rua, mas poderia passar um carro pra lá, por que não passou? Porque as pessoas não fizeram questão disso. Foram botando as casas do jeito que queriam (Laís, moradora de Novos Alagados - Aracás).

Neste sentido, os pontos de atrito que as novas construções suscitem devem ser resolvidos entre os vizinhos, mas de forma geral pode se perceber a existência de um conjunto de regras tácitas determinando procedimentos que precisam ser respeitados para se construir.

Aqui as paredes laterais tão já ocupadas, então ou você sobe ou, avança um pouquinho só. Quem define o quanto são os próprios moradores, mas tem que ficar no alinhamento da rua, senão o carro passa e derruba.

Eu tenho que deixar a casa no alinhamento da rua, aqui dá pra ver a diferença da

¹³⁶ Segundo Cesar, membro da associação de Moradores da Babilônia, a associação pode emitir um parecer, ou ter uma posição definida sobre as questões, indicando a solução a ser adotada, porém, nos casos em que estas não são acatadas, eles recomendam procurar a prefeitura ou a justiça. Em um procedimento semelhante, Zé Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta lembra que atualmente a presença de representantes da prefeitura, através do Pouso, na base do morro, simplifica e agiliza este procedimento.

marquise, você vê que é muito pouca, não tem como. Quando eu construí eu avancei 50cm porque aqui é uma viela, então não passa carro. Puxei as vigas pra frente, reforcei tudo, pra fazer em cima, ai não tem problema, não atrapalhei ninguém e já deixei o espaço do vizinho, pra ele levantar a dele (Valdir, morador de Novos Alagados - Aracás).



*Figura 84 - Construção, e adaptação, no Santa Marta.
Foto do autor.*

circulação térrea e chega a tocar a construção em frente, mas apenas no terceiro pavimento, onde não existiam janelas abertas naquela fachada.

O essencial parece ser que a construção deve ser elaborada levando-se em conta o impacto nas edificações existentes no entorno e qualquer nova edificação deve ser feita de forma a não incomodar a situação estabelecida. Não alterar o funcionamento ou prejudicar a estrutura e o ambiente do local, sempre se levando em conta as condições existentes e mesmo os recursos e necessidades da família que constrói. Parte importante da argumentação parece ser baseada na necessidade existente ou no problema enfrentado.

Entre as questões a serem observadas para se construir encontraremos aquelas que se referem a interferências com o espaço público e as que tratam do impacto entre vizinhos. Em relação ao espaço público, as limitações vão se estabelecer de modo a não impedir a circulação atualmente comportada pela via, seja ela de veículos, carga ou pedestres, mas também de não se alterar o status que a dimensão ou fluxo da via transmitem.

Um exemplo desta relação pode ser vista na figura 84, na qual a exiguidade espacial força a construção ao avanço sobre o espaço coletivo, mas este é feito apenas nos andares superiores, após garantida a



Figura 85 - Estreitamentos em Novos Alagados.
Foto do autor.



Figura 86 - Pilar na passagem, no Santa Marta.
Foto do autor.

Mas esta relação não sempre harmônica, e os avanços privados são frequentemente questionados, principalmente quanto vão além das medidas estabelecidas e reconhecidas pelo uso em cada espaço determinado. Desta forma, nos Novos Alagados, o espaço normalmente mais amplo, em muitos casos começa a se estrangular com os avanços de paredes, escadas e muros, gerando descontentamento e conflitos, apesar de os caminhos ainda serem muito mais largos, e as interferências menos severas, do que os encontrados no Santa Marta.

Aqui nesse beco ali mesmo se você for olhar ali ó. Pô! Como é que o pessoal faz isso aqui, não pensa em outra pessoa, se vai passar ou não. Aqui quase não passa um carrinho de mão. Olha só esse beco ali ó. Olha onde tem um muro, são dois muros [...]. Não pode, tinha que mandar tirar, tem que poder passar uma geladeira, no mínimo, oitenta, um metro, tem que ter um metro.

Esse vizinho mesmo ali ó, cada dia que passa ele vai puxando a casa mais pra frente, ele fez um muro na frente, e ali era bem recuada a casa dele, cada dia que passa ele vai puxando [...], e ai pra você passar com uma geladeira, é uma confusão. Às vezes o pessoal tem que vir pela outra rua pra poder ter acesso aqui.

Aqui mesmo essa casa aqui não era toda assim pra frente, o pessoal puxou também, tinha espaço grandão ai, era isso ai ó que tá aqui na gente, tá vendo aqui ó. Era isso aqui ó, era esse espaço todo, essa puxou pra frente. Se todo mundo for puxando assim, vai passar aonde? Vai dar espaço pra uma pessoa só, certo? Duas pessoas não passam, e o pessoal não pensa nisso, quanto mais o espaço o pessoal tem mais quer ampliar a casa. Eles não pensam que vai passar alguém (Gilson, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

Ainda que possamos encontrar algum conflito e certo descontentamento a respeito dos avanços sobre os espaços coletivos, nestes casos, desde sejam respeitados parâmetros mínimos de funcionalidade e a manutenção das atividades exercidas no local, as

divergências acabam sendo acabam sendo contemporizadas, através de uma flexibilização organizada em nome da necessidade espacial das famílias, da prática de “evitar confusão” e do pouco interesse na defesa de espaços percebidos, de forma ambígua, em uma imprecisa situação que oscila entre a propriedade de todos e a de ninguém. A mesma flexibilidade não é encontrada quando as interferências se dão entre terrenos particulares.



Figura 87 - Avanço dificulta a passagem no Santa Marta.
Foto do autor.

Eu não posso atrapalhar o caminho, entendeu? A pessoa puxa a casa, mas, esquece que ali é caminho, entendeu? Pra você passar com móvel alguma coisa já não tem como. Já aconteceu comigo pô, já aconteceu de eu subir com um móvel, eu peguei o plano inclinado, tive que dar um voltão porque naquele caminho não passava, entendeu? Ai pô fica difícil esse pessoal faz as coisas mas, também não pensa, entendeu?

Não posso incomodar, entendeu? Que nem aqui ó, aqui é minha casa, essa coluna era pra ser aqui, mas tem o caminho, quando essa terra caiu aqui, quando desmoronou, apertou o caminho, ai a casa teve que ficar espremida aqui.

[Questionado sobre a possibilidade de construir sobre o caminho, mantendo no segundo pavimento a projeção original do lote.]

Não tem problema, porque se você cobrir o caminho a passagem vai continuar por baixo, mas não ali, porque no caminho não tem problema, mas isso ali é o terreno de outra pessoa, aí não pode (Emílio, morador do Santa Marta - Pico).

A Lógica da necessidade

O sentido de propriedade, por não ser reconhecido oficialmente e se iniciar com um processo de "tomada" por meios não ortodoxos, oscila entre um sentido da necessidade e da legitimidade pela precariedade e uma noção, até certo ponto forjada, do trabalho embutido. Desta forma, o terreno não lhe pertenceria na realidade, mas sim o trabalho de demarcação, limpeza, e, principalmente, a guarda do espaço, confundindo uma privatização de um espaço coletivo ou privado, com um serviço prestado.

No contexto de uma invasão, por ser elaborada como gesto coletivo, e respaldada pela necessidade, deste grupo, de um espaço para morar, este trabalho só tem sentido no grupo, pois, sem este a resistência se tornaria impossível e, assim, tanto a guarda, como a própria ação de ocupação perderiam totalmente seu valor e com ele os terrenos e conforme a

necessidade, pois foi exatamente esta que legitimou a invasão inicial.

Essa casa aqui do lado é de um primo meu, ele estava precisando e a gente cedeu um pedaço do quintal, não cobramos nada não, era pra ajudar, sabe. O terreno era grande, mas a casa dele tomou muito espaço, mais do que era combinado, ficou muito grande deste tamanho, isso não é uma casa de quem tava precisando! Agora eu não posso levantar meu segundo andar porque vai tapar a janela dele (Dona Ana, moradora da Babilônia - Rua São Jorge).

A respeito das novas construções feitas, que ocupam o espaço anteriormente livre de edificações, principalmente se referindo ao tamanho e padrão das casas, que são em sua maioria de dois pavimentos:

Entendo que todo mundo precisa de uma casa, mas ninguém precisa de um palácio (Nadir, moradora da Babilônia - Caixa d'Água).

Neste sentido, nas invasões, a existência da necessidade do espaço é, de certa forma, legitimadora da posse, que pode ser fortemente contestada nos casos em que não haja necessidade real desta. Assim, não ocupar o espaço demarcado é entendido como uma demonstração da falta desta, portanto, um lote vazio é suscetível de ser novamente ocupado, e, neste caso, a necessidade do novo ocupante pode ser significativa na manutenção da posse.



Figura 88 - Manutenção da funcionalidade, apesar da precariedade construtiva. Foto do autor.

Eu soube que tinha esta invasão aqui, mas quando eu cheguei aqui já tava tudo tomado, tudo marcado. Então tinha esse terreninho aqui, que já tinha dono, né? Já tinham marcado, mas ninguém veio morar. Se não veio não tá precisando né? Então eu fiquei aqui, era só uma lona, com uns paus, mas eu fiquei, com minhas filhas, e o pessoal me apoiou, porque sabia que eu tava precisando, que eu não tinha marido nem trabalho. Mas tinha noite que tacavam pedra aqui, queriam me fazer sair, por um bom tempo tentaram me fazer sair, mas eu não saí não, fiquei até o fim. Eu precisava, não tinha pra onde ir e quem demarcou só queria pra vender (Dona Francisca, moradora de Novos Alagados - Araçás).

A legitimação através da necessidade se organiza como uma outra ética espacial, produzindo um espaço urbano com características específicas, entretanto, “erra quem não percebe que as regras da favela, apesar de socialmente inclusivas, não são equalizadoras. A diferenciação pelo econômico é respeitada” (LESSA, 2005, p.304), em uma relação através da qual a

expressão da hierarquia de poderes interna se expressa de modo quase autoritário. Se por um lado a necessidade justifica certas prioridades, como a flexibilização espacial ou o atendimento preferencial, no caso de uma intervenção estatal, dedicado às habitações mais precárias, por outro percebemos que a condição economicamente dominante cria prerrogativas específicas, que se desenvolvem na exploração interna da pobreza. A heterogeneidade, que é inerente à favela, reproduzirá em seu interior os mecanismos de exploração econômica consagrados na cidade formal, como uma caricatura da sociedade global, onde os que dispõem de algum poder “prosperam reexplorando os pobres na favela: o dono da birosca, a comissão de energia elétrica, o senhorio do barraco, etc.” (LESSA, 2005, p.304).

Direito de antiguidade

Em um espaço onde a propriedade não é fundamentada por títulos imobiliários, mas confirmada pela legitimação social, e a conquista do espaço, ainda que esteja atualmente fortemente mercantilizado, é marcada por um ato desbravador dos primeiros ocupantes, em uma relação na qual, quanto mais incipiente, mais precária e instável a ocupação, a aglomeração fica muito a dever aos ocupantes anteriores, conferindo grande legitimidade aos moradores mais antigos.

“A favela não é ‘terra de ninguém’. A admissão do novo morador é negociada e autorizada por



Figura 89 - A ação mais antiga prevalece. A casa de madeira terá grande dificuldade para “negociar” sua expansão. Foto do autor.

alguém com prestígio. Somente os nascidos e criados no morro podem construir domicílios sem autorização” (LESSA, 2005, p.304). Uma relação que ficava mais evidente quando as favelas ainda possuíam espaços livres de edificação, ou, atualmente, naquelas que se mantiveram, por algum motivo, mais dispersas como a Babilônia.

Na própria negociação imobiliária, que, quando se trata de uma moradia, é baseada na venda da “construção” e não da terra, sobre a qual não se teria a posse, ao se proceder a venda de um terreno, o que estaria sendo negociado é exatamente este direito de antiguidade, o trabalho da conquista e resistência, a negociação exercida para que este espaço estivesse disponível.

Aqui era vazio, não tinha casa nenhuma, aqui era um matagal [...] era um terreno que a gente tomava conta, há muito tempo, pode se dizer que desde que a gente veio morar aqui, a gente tomava conta desse terreno aí. Quando o

dono veio fez um vãozinho, aí deu uma parte do terreno pro meu marido pelo tempo que a gente tomava conta, e outra parte ficou para o filho do rapaz (Altiva, moradora de Novos Alagados - Araçás).

O campo de manobra dos indivíduos para a elaboração de suas condições sociais e manipulação dos signos de estigma e *status* se articula de acordo com o conceito weberiano de “grupos de *status*”, no qual o principal signo de prestígio parece ser ligado ao território, por sua localização e legitimação pelo tempo de moradia. Uma situação onde os “estabelecidos” de Elias e Scotson (2000), ocuparão as partes mais prestigiadas e antigas da favela. “Tais critérios ajudam a compor uma alteridade calcada não somente na ideia de *status* superior como de uma ‘virtude humana’ mais elevada” (MOUTINHO, 2002, p.241).

Neste processo, o próprio valor do terreno é fortemente determinado pela condição da ocupação, pelo estágio de consolidação, pela disponibilidade de terras e densidade da ocupação, em uma relação na qual o espaço vazio e o “mato” representam uma situação desvalorizada, não apenas pela oferta abundante de terras em condições semelhantes, mas por simbolizar a terra “bruta”, pouco apropriada e consolidada, muito suscetível a movimentos de repressão à ocupação e pouco atendida por infraestrutura e serviços.



*Figura 90 - A casa de M^ª de Lurdes, no Santa Marta.
Foto do autor.*

Aqui o pessoal cada qual tem seu espaçozinho, mas deveria ser dos moradores que estavam no começo, deveria ser meu, deveria ser dos meus irmãos, dela, porque nós tivemos vários terrenos, mas trocamos por... trocava por besteira. E se não trocasse ia valer o que? Nós não tínhamos como construir nada, não tinha dinheiro pra nada. E naquela época não tinha aquela coisa... hoje o pessoal vai muito pela usura, aquela loucura. Naquele tempo não, a gente pegava um só, era o que precisava. Eu cheguei a ter quatro terrenos, aí devolvi, dei, [...] ficava pra quem não tinha terreno. Hoje eles vendem tudo. (Gilson, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

Assim, respaldados por uma legitimidade conquistada pelo tempo de permanência e por uma estrutura socioespacial elaborada na organização que os antecessores construíram, a ocupação prévia do espaço é garantidora de direitos fundados na antiguidade, que parece se estabelecer de forma clara quando se trata de novos moradores, visto que ao optarem pelo espaço puderam saber com antecedência das condições existentes, logo das possibilidades construtivas do espaço, entretanto, parece ser um pouco mais confusa quando se trata de moradores igualmente antigos.

- E se o vizinho da frente resolver construir o segundo andar dele, como a maioria nesta rua?
- Ah, não vai poder, porque aí vai fechar nossa janela.
- Mas ele também não tem direito de fazer o segundo andar dele?
- Ter, ele tem, mas não pode fechar a nossa janela. Senão, como é que a gente fica?
- Mas me parece que foi a casa de vocês que avançou sobre a viela, caso contrário haveria espaço.
- Foi, mas a gente já tava aqui, meu pai construiu isso aqui há muito tempo, este segundo andar já está aí há muito tempo.
- Então, neste caso o que aconteceria?
- Ah, não sei não, mas ia dar briga, ele não ia fechar nossa janela assim, acabar com nossa vista e pronto
- (Diálogo com M^{re} de Lurdes, moradora do Santa Marta - Pico).

De forma análoga, as construções formais não estão livres de eventuais conflitos decorrentes de interesses diversos e concepções distintas do espaço construído, entretanto nestes casos a legislação urbana já estabelece princípios reguladores que evitam grande parte dos conflitos, ao manter certo afastamento e ordenamento entre as construções, e, quando ainda assim eles surgem, a legislação prevê de forma clara o que pode ou não ser executado, definindo parâmetros, de forma que, de modo geral, a produção do espaço construído possa prescindir da negociação direta entre os moradores locais.



Figura 91 - A dinâmica das ampliações no Santa Marta.
Foto do autor.

Gesto suave e ação consoante: o aprendizado da construção

Analisando as maneiras de negociação do espaço construído, como a influência da preexistência, o respeito à funcionalidade básica, a necessidade de não interferência nos vizinhos, sempre sob uma condição de extrema pressão espacial e de precariedade construtiva, nos demonstram que o modo de construir, muito distante da completa desordem que se poderia pressupor à primeira vista, se articula com o respeito a regras tácitas e a um código particular de procedimentos.

Toda esta estrutura informal se elabora segundo um processo de aprendizado coletivo das possibilidades construtivas e necessidades organizacionais da ocupação. Os erros e acertos vão construindo um processo histórico que determina as possibilidades construtivas de cada local, assim o que está estabelecido, o espaço edificado existente será sempre o padrão básico sobre o qual se constrói e se aprende. E desta forma o padrão construtivo informal se elabora, através de um aprendizado coletivo das maneiras e possibilidades construtivas, em um ambiente onde as restrições relativas ao conhecimento técnico específico e aos recursos financeiros e espaciais são muito severas, em contraposição as relativas a regulações urbanísticas e construtivas, que são, por sua vez, extremamente fracas (RAPOPORT, 1988).

Ao contrário da construção informal, na qual as regras são escritas e definidas de maneira clara, diante da incerteza do que se pode ou não se pode fazer neste espaço, o que está atualmente construído, por ter assim permanecido, se reveste de uma condição de "aceitação", como se sua existência determinasse sua condição de "permissão", portanto, o padrão de ocupação existente serve como referência ao que pode ou não ser construído.

Por exemplo, numa cidade grande, existem alguns lugares que você não pode colocar um bloco, sem que você tenha uma permissão, até por causa disso mesmo, tem gente que por aqui faz uma estrutura desgovernada, porque é cada um fazendo do seu jeito. Uma comparação, né? Às vezes a casa precisava ser um pouco recuada, avança um pouco. Às vezes a estrutura que faz em cima não é muito adequada, e foge um pouco, tem muito disso aqui, porque a pessoa pode construir do jeito que quer, sem certidão de licença, sem nada disso (Evanildo, morador de Novos Alagados - São João).

De maneira geral, o lote demarcado é um território do seu ocupante e a ele cabe definir o que executar dentro de seu perímetro, entretanto, esta questão se torna mais conflituosa quando, ocorrem "desvios": quando ocorre a ocupação da área de passagem pelos andares superiores; quando a pressão espacial força a avanços sobre a área comum ou produzindo a expansão da ocupação; e quando a extrema compacidade produz casas "coladas" umas às outras, impedindo a abertura de janelas.

Neste sentido no momento de construir se procura respeitar alinhamentos, larguras de vias, número de pavimentos e, até mesmo os "desvios", são produzidos de acordo como padrão estabelecido. Desta forma existirão áreas onde certo tipo de interferência será tolerada,

enquanto outro avanço não parece ser.



Figuras 92 e 93 - Avanços sobre a calçada na Rua Chile, Novos Alagados. Todos os entrevistados afirmaram que nesta área era "permitido" o avanço sobre a calçada. Foto do autor.

Não encontramos em nossas entrevistas nenhuma referência às origens nem ao que tenha motivado esta permissividade específica em cada área, sendo justificadas apenas pela reprodução sucessiva de pequenos desvios.

Aqui a gente vai fazendo, tenta seguir, mas nem sempre sai. Às vezes um faz depois, aí já faz um pouco mais avançado, às vezes tem que por uma escada, acaba ficando pra frente. A gente vai se ajeitando. E alguns, depois de tudo pronto certinho, inventam de fazer uma cerca, aí invade pra frente e aperta mais (Antônio, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

Os avanços são feitos ao longo do tempo, à medida que os gestos iniciais ganham legitimidade, entre os quais pequenos desvios são desconsiderados, disfarçados na imprecisão construtiva e na falta de referências ortogonais rígidas. Para se construir segue-se a materialidade estabelecida, a regra do consenso, do aceite por estar a muito tempo assim e qualquer gesto que vá adiante, que rompa com a norma, deve ser suave, não pode incomodar, não pode aparecer ou se destacar. Mas mais do que isto, estar alinhado com o existente é usufruir de sua legitimidade, é avançar com a multidão, o gesto que ganha força no coletivo.

Fugir do estabelecido só pode funcionar como ação coletiva, com o gesto construtivo progredindo em pequenos passos. Cada passo individual pode não representar um ganho significativo, mas se elabora na segurança do anonimato e reproduz a lógica suave que permite o avanço invisível.

Aqui a gente não pode avançar para lado nenhum, aqui só pode avançar como ela fez aí, até o beiral, até o beiral pode, porque é da casa, como as outras, pertence a ela. São só os 40cm do beiral, mais do que isso não, porque sai do padrão (Vicélia, moradora de Novos Alagados - Araçás).



*Figura 94 - O respeito ao "estabelecido" no Santa Marta.
Foto do autor.*

Estar consoante com o grupo permite não ser alvo de uma reação externa, por não ser considerado uma degradação além da já existente, não ser identificado como o elemento que produz a expansão da ocupação; mas também evita a reação interna, por não quebrar a organização existente, não simbolizar a degradação do habitat. Desta forma, sem identificar os agentes, pequenos avanços sucessivos se tornam os responsáveis pela grande expansão, pelo estreitamento dos caminhos, pela ocupação dos largos, pela expansão em altitude.

Aqui tem o limite do passeio. Tem o meio fio e o passeio de 1,20m, aí pra dentro eu posso fazer o que quiser, até três andares posso subir, tendo a fundação, o resto... Mas aqui não pode avançar fazer não, tem lugar que fazem, que todo mundo fez, mas aqui o padrão foi a Conder que fez [...] e a gente tem que seguir certinho, senão a gente corre o risco, depois tem problema (Jorge, morador de Novos Alagados - Conjunto Tóster).

O padrão de articulação coletiva se elabora igualmente nas áreas mais frágeis e sujeitas a remoções, constituindo um mecanismo de "proteção" pela ação conjunta. As construções, executadas de forma muito rudimentares, só ganham materiais mais nobres, e uma característica mais sólida, à medida que esta condição é partilhada pelas casas ao redor. A consolidação confere maior força à ocupação, mas uma construção em um padrão mais elevado que as demais arrisca, na mesma medida, o investimento efetuado, como se a partilha do risco trouxesse maior confiança para investir, respaldados pela força da ação coletiva.

Lá em cima, depois da "medida", as casinhas são muito fraquinhas, só fica lá mesmo quem não tem pra onde ir. Eles também não podem construir ali porque podem perder todo o material, de uma hora pra outra, podem botar tudo abaixo. Aí quando arrumam um canto que possam construir se mudam, mas se não arrumam vão ficando (Dona Ana, moradora da Babilônia - Rua São Jorge).

3. O ESPAÇO PRODUZIDO

A. A produção da habitação informal



Figura 95 - Compacidade e adaptabilidade no Santa Marta.
Foto do autor.

Se o processo construtivo, desde a conquista do espaço, é marcado pela criatividade¹³⁷ e por soluções extremamente adaptadas à situação específica, no padrão construtivo, almejado como o aspecto final das casas, percebemos a reprodução de soluções tradicionais. A tática da habitação informal não busca a produção de um espaço diferenciado formalmente, esta diferenciação, quando ocorre, é apenas efeito colateral da busca pelas melhores condições socioeconômicas possíveis, através da produção destas, nas bordas do sistema. Lançar mão da empreitada informal não se faz como forma de contestação à materialidade formal, mas como um meio de recusar a

posição que lhe era reservada, para buscar, trabalhando nas brechas do sistema, a maximização dos recursos e oportunidades disponíveis.

Se o resultado aparente ainda é marcado pela falta de revestimentos, principalmente externos, esta condição é fruto da temporalidade alterada, das casas em uso se encontrarem em um estágio intermediário de desenvolvimento. A criatividade das táticas urbanas é responsável aí pelo entendimento diferenciado desta situação, que não considera esta ocupação intermediária uma anomalia, mas apenas como parte do processo de se possuir uma casa.

O acabamento interno é visto como primordial, e é sempre realizado primeiro, logo, diferentemente do reboco externo, a falta dele pode trazer a sensação de sujeira e de grande precariedade. Portanto, nas casas que não dispõem de reboco e pintura internos, muitas vezes o uso de tecidos esconde a aparência rústica/rude do tijolo bruto, suavizando a precariedade.

¹³⁷ A criatividade se expressa principalmente no atendimento das necessidades de abrigo e moradia sem que se disponha das condições adequadas para o fornecimento destas. Trata-se, portanto, de um processo que articula soluções e modos de utilização e mesmo de flexibilização e desvio dos processos construtivos, e padrões urbanísticos tradicionais, em prol da produção de um habitat mais adequado.

O que pode ser tolerado externamente, dentro do abrigo se torna algo a esconder.

Não tem problema nenhum não, porque aqui todo mundo tem a casa é assim, né? Mas a gente pretende no futuro fazer o acabamento. Por dentro a gente já fez porque eu vivo aqui, o dia todo aqui dentro, então precisa ter conforto, coisas assim. Se não fosse rebocada por dentro ia ficar aquela coisa feia, ia ter que botar cortina pra todo lado, mas por fora é problema de quem vê (Graciele, moradora do Santa Marta - Estação 5).

Tradicionalmente, o processo construtivo se inicia na construção do “vão”, que é o primeiro cômodo, ainda indefinido e englobando inevitavelmente todas as funções da casa, mas capaz de abrigar a família. O “vão” é a unidade básica e a condição mínima de moradia, abaixo dele só existe a rua. É a partir dele que a casa se forma e cresce, pela adição de novos vãos e pela especialização dos ambientes, assim a casa vai conformando cozinha, quartos, sala, banheiro, área, etc.

Eu participei da invasão, marquei o terreno e a casa, aí com o tempo eu fui botando os blocos de pouquinho, fazendo os blocos. Hoje em dia, tá assim, mas quando eu me mudei era pequeno... Quando eu me mudei pra cá, eu tinha só um vãozinho, primeiro um de lona, depois botei madeirite. Foram mais de 2 anos de lona, lona e palha. Depois, tirei a telha de lá da palafita e botei aqui, e fui aumentando, aumentando aos pouquinhos e tá assim, como você tá vendo aí, né? (Dona Marina, moradora de Novos Alagados - Rua Chile).

O que diferencia o “vão” de uma moradia completa, à parte o tamanho, que é uma condição pouco concreta, principalmente em ambientes onde as casas são costumeiramente pequenas, é a presença de paredes dividindo o ambiente, são elas que vão conferir à moradia a diferenciação do “vão”. Portanto são frequentes as descrições das casas que citam que, apesar do tamanho a casa tem todos os “dividimentos”, logo pode ser pequena, mas é uma casa “completa”.

Eu cheguei e me meti aí, fui comprando uns materiais, aí pagava os outros pra poder fincar na água e fiz um vãozinho pequenininho, menor do que esta sala aqui e botei a cabeça pra dentro, porque viver de favor na casa dos outros não presta. Aí depois eu fui crescendo aos pouquinhos, fazendo o quarto, sala, cozinha, banheiro... Mas a casa aqui não tinha divisão nenhuma, era um espaço só, e tinha o banheiro, agora separei a cozinha e no fundo eu fechei e fiz um quarto pra menina e fiz essa parede daí pra não ficar um vão só, fiz uma divisãozinha (Celeste, moradora de Novos Alagados - Araçás).

O meu objetivo é isso, fazer cozinha, banheiro, sala, que é o sonho dela ter a casinha dela, pode ser pequenininha, mas toda organizadinha né? Toda divididinha (João, morador de Novos Alagados - Toster).

Eu fechei com uma cortina tudo que é pra dividir, não sabe? E fica a salinha e fica o quarto. Botei uma cortina porque não tinha como fazer uma parede de bloco, assim pelo menos não fica aberto. Enquanto não tem parede, deixa a cortina (Romilce, moradora os Novos Alagados - Araçás).

A maior parte dos moradores das três ocupações declarou ter participado ativamente do processo de construção, tanto nas moradias mais simples, em madeira, quanto nas mais sólidas, em blocos de alvenaria. Muitos executaram a construção sem qualquer auxílio de mão-de-obra especializada, a exceção dominante fica a cargo das partes estruturais em concreto, quase sempre executadas por pedreiros locais.



*Figura 96 - Residências precárias no Santa Marta.
Foto do autor.*

Porém, nas residências mais complexas, em pavimentos e com estrutura e fundação em concreto, encontramos parte da execução da obra, principalmente nas etapas mais críticas, estruturais ou de acabamento, a cargo de mão-de-obra especializada, ou sob supervisão desta, podendo chegar até mesmo, de acordo com a condição financeira, ou a disponibilidade da família para o trabalho na obra, a termos a residência executada inteiramente por terceiros contratados.

O procedimento de autoconstrução pode ser diferenciado em dois padrões básicos, o primeiro, das moradias construídas inicialmente em modo provisório, em lona, taipa, madeira, etc. para posteriormente ser transformada em uma “casa de bloco”; e as que são edificadas desde o primeiro momento em alvenaria, ainda que permaneçam em um estágio inacabado e intermediário, ou não possuam os estágios de acabamento.

O primeiro exemplo descreve o sistema tradicional, se desenvolvendo através das etapas pelas quais passaram os primeiros ocupantes das grandes favelas brasileiras, já o segundo parece ser fruto do grande desenvolvimento deste padrão de habitar, que começa a abarcar famílias de estratos economicamente superiores, capazes de pular etapas do processo, criando uma versão abreviada, ainda que se desenvolva de forma semelhante nas etapas finais e de acabamento.

Quanto mais valorizada a região ocupada (pela localização, consolidação e acesso e serviços), mais as construções serão executadas diretamente em alvenaria, e, no sentido inverso, veremos as ocupações serem executadas inicialmente de forma provisória e precária, não apenas pelos riscos envolvidos na empreitada construtiva, mas também porque são as famílias

em situação socioeconômica bastante precária que mais facilmente se submetem às limitações da ocupação periférica e pouco consolidada.

Como uma prática, que visa extrair a melhor condição das possibilidades existentes, as famílias que possuem recursos para a construção mais sólida buscam igualmente uma melhor condição de localização, para o que podem destinar parte dos recursos da moradia.

Poderíamos descrever, de um modo geral, o processo construtivo a partir de uma apropriação do espaço, que é demarcado com cordas, linhas ou madeira e sobre o qual se constrói uma barraca de lona e restos de tábuas, que precisa ser, além de barato para que se possa arcar com os custos repentinos, rápido para que se possa dormir dentro logo na primeira noite, consolidando, assim, a posse do espaço.

Esse barraco inicial, logo que se percebe a estabilidade da ocupação, evolui para uma situação mais sólida à medida que se consegue materiais reciclados, como sobras de madeira, placas de propaganda ou restos de obras. Esta evolução busca trazer um conforto maior à moradia, ainda mantendo seu aspecto provisório e sua característica de pouca solidez.

A nova localização produz, a longo prazo, benefícios econômicos, seja de acesso ao trabalho ou serviços, através da economia do custo mensal do aluguel e do transporte ou pelo suporte das redes sociais, portanto é de se esperar que ao longo do tempo haja um progresso contínuo na construção das habitações. Entretanto, é apenas com a consolidação, ou, mais recentemente, através da concessão de títulos de propriedade, que se inicia a construção em blocos, responsável pela metamorfose da favela, reservada até então para uns poucos aventureiros mais ousados. Entretanto, como desbravadores do território, é exatamente esta ousadia que reforça o processo de consolidação, que reverterá em prol da valorização do espaço e possibilitará que os outros moradores também construam suas casas de alvenaria.

Neste contexto, a condição mais frequente é de uma mesma família desenvolver todo o processo no mesmo local, entretanto encontraremos situações em que o abrigo é vendido, cedido ou abandonado em um estágio intermediário e posteriormente desenvolvido por outro ocupante.

O mais importante é entender o processo não como obrigatório e homogêneo para todos os moradores, mas como um leque de táticas que utilizam de acordo com a situação da família, condições "ambientais", e oportunidades de cada momento. São componentes de uma ética do construir, do ocupar e produzir o espaço coletivo, focada no valor de uso, na necessidade e na precariedade, articulada pelos moradores e utilizada da forma mais adequada possível às condições encontradas, de modo a trazer-lhes o melhor benefício com o menor custo. Entretanto, estas possibilidades não são articuladas de maneira consensual, mas sob tensões internas, disputas entre busca por espaço e o entendimento das necessidades de cada um.



Figura 97 - Soluções para espaços restritos e flexíveis.
Foto do autor.

Embora não tenhamos identificado sinais deste processo nas áreas estudadas, em algumas favelas de grande porte e bastante consolidadas, o processo se desenvolve a tal ponto que encontraremos um mercado informal de construção bastante ativo, onde pequenos empreiteiros constroem casas ou edifícios para venda ou aluguel, em um processo que, ainda que se mantenha informal, se distancia do processo de autoconstrução.

Desse modo, há quem recorra à contratação de mão-de-obra para a execução de serviços específicos, enquanto realiza tarefas na obra que não exigem maior qualificação. Há, por outro lado, quem constrói a casa, das fundações à cobertura, solicitando eventualmente, o apoio de amigos e parentes para a realização de uma etapa da construção, como por exemplo, "bater a laje no final de semana". Da mesma forma existem aqueles que compram a moradia já pronta para, mais adiante, fazer uma reforma ou ampliação (LEITÃO, 2009, p.72).

Existe a convivência de uma prática extremamente artesanal, de auto-produção do espaço, de negociação e execução das edificações, com uma lógica de relações comerciais, um mercado de proto-construtoras e incorporadoras, que trazem esta relação/produção para uma profissionalização e especialização mais próximos da lógica da cidade formal que, embora marcada pela informalidade das relações, guarda, sob vários aspectos, semelhanças com a cidade dita oficial. "Conclui-se, portanto, que a diversidade dos processos de produção da moradia contribui, ao lado de outros fatores, para que se verifique uma diferenciação socioespacial interna nas favelas cariocas, sobretudo nas de maior porte" (LEITÃO, 2009, p.72). Neste sentido, algumas questões como o porte, garantidor de um mercado dinâmico, e a própria existência de vias internas, que determina um maior dinamismo espacial, propiciam o fortalecimento deste mercado alternativo de construção. "Do mesmo modo que na cidade oficial, o acesso à infraestrutura e proximidade com as vias por onde circulam os meios de transporte público são fatores que contribuem para que um imóvel seja mais valioso que outro" (LEITÃO, 2009, p. 72).

Qualquer que seja o processo, através do qual o imóvel foi construído, ou mesmo o padrão construtivo deste, encontraremos, apesar da precariedade, o caráter perene, o espaço é percebido, desde o início, como o espaço de habitação, como o espaço da futura habitação sólida e não como um espaço provisório. O que permanece provisório são as condições materiais do espaço, que aguarda uma oportunidade de melhora futura.

Antes, supunha-se que a favela era local de passagem, um trampolim para a cidade; agora, já se percebeu que o favelado fica no assentamento por longo tempo e que a favela é parte integrante e mesmo estruturante da cidade brasileira (PASTERNAK-TASCHNER, 2003, p.40-41).

Ainda que se mantenham distantes da imagem tradicional de abrigos provisórios, este lento processo evolutivo, e a diferenciação socioespacial característica das favelas, produz uma situação de convivência, muitas vezes lado a lado, de abrigos de madeira com edificações bem acabadas, com dois, três, ou até quatro pavimentos.



Há uma Arquitetura da provisoriedade, do momento e não mais, necessariamente, da longa duração ou das grandes eras da História. Não apenas de tijolos, pedras e madeira, mas de gestos, que refletem nosso ancestral desejo de registrar o que pensamos, de realizar a sociabilidade que a vida urbana enseja desde sua origem, ainda que ela não seja mais o reino do público e do coletivo, como os gregos ensaiaram (SPOSITO, 2009, p.17).

B. Limitações espaciais

O pobre urbano, em busca de sua subsistência, ao atender àqueles critérios, opta por morar em um terreno de má qualidade: em virtude de ser encosta ou um alagadiço, de difícil acesso motorizado, com riscos associados ou por estar poluído, etc. Tais terrenos são, por definição, descartados pelos estratos de renda mais elevados; por isso ficaram à disposição da pobreza (LESSA, 2005 p.300).

As áreas estudadas possuem distintas configurações espaciais, logo limitações físicas igualmente diversas, o que possibilitou a existência de um largo escopo de padrões de ocupação e soluções de adaptação e conformação ao contexto físico e social.

*Figura 98 - As passagens muitas vezes se tornam túneis.
Foto do autor.*

No Santa Marta, a ocupação se estabelece em uma encosta de acentuada declividade, com um terreno que alterna solo com trechos rochosos, possui alguns setores bastante instáveis, como os deslizamentos da década de 1980 puderam comprovar. Esta configuração se mostra a tal ponto rigorosa, que na parte central do morro não se pode circular em linha ascendente, exigindo um grande trajeto para atravessar este setor mais acidentado, o que só pode ser feito pela Avenida Padre Hélio, na parte direita da ocupação, ou pelas estruturas externas à ocupação, o plano inclinado, pelo lado direito, e a calha que anteriormente limitava a ocupação pelo lado esquerdo.



*Figura 100 - Fresta em beco do Santa Marta.
Foto do autor.*



*Figura 99 - Estreitamentos e passagens no Santa Marta.
Foto do autor.*

Além do rigor geográfico, o Santa Marta exercita as soluções construtivas para ser capaz de comportar a grande densidade populacional, através da uma alta compacidade de sua ocupação. Desta forma, os becos estreitos e irregulares se tornam ainda mais rigorosos ao separarem construções que passam dos 5 ou 6 metros de altura, com frequentes avanços sobre a passagem, criando uma situação deficiente em luminosidade natural e ventilação, produzindo caminhos úmidos, escuros e enclausurados, onde as construções negociam o escasso espaço disponível como se disputassem quem avança o espaço aéreo primeiro.



*Figura 101 - Avanços sobre os limites.
Foto do autor.*



*Figura 102 - O céu em frestas no Santa Marta.
Foto do autor.*

Nesta condição de grande densidade, com edificações entre três e quatro pavimentos, sem controle do distanciamento entre os edifícios, gera-se uma situação de extrema compacidade, na qual muitas vezes se torna difícil avistar o céu, que aparece entre frestas, e os avanços sobre os caminhos algumas vezes fazem com que seja necessário o caminhar atento, desviando de obstáculos que não permitem o caminhar ereto.

Estas situações forçam ao limite a condição da coexistência, as regras de ocupação máxima são estranguladas no extremo do atendimento mínimo da função essencial dos caminhos, seja de circulação de pedestres ou do transporte de cargas domésticas.

Encontraremos no pico, como é chamada a parte alta do morro, uma situação mais amena, a menor densidade é sentida em construções que raramente passam os dois pavimentos, em becos e vielas mais amplos e na existência de um pouco mais de espaço entre as edificações, se diferenciando significativamente do setor inferior do morro, do Beco do Jabuti para baixo.



Figura 103 -As casas "espremidas" na parte inferior do morro Santa Marta.
Foto do autor.

Adoro morar aqui em cima, porque ali em baixo as casas são muito uma em cima da outra. Assim a gente abre a janela lá vê o banheiro da outra. É horrível. Sabe? As pessoas fazem de um jeito que fica porta de um com porta de outro, é horrível! Aqui em cima não, aqui a gente tem espaço. Adoro morar aqui, mesmo sendo alto, não saio daqui por nada. Nem se fosse a última casa eu não saía, porque aqui tem espaço (Gonçala, moradora do Santa Marta - Estação 4).

O morro da Babilônia possui uma encosta menos íngreme em um terreno com poucos afloramentos rochosos e, enquanto a sua vizinha Chapéu Mangueira apresenta densidade e

compacidade próximas às do Santa Marta, a Babilônia manteve uma ocupação mais difusa, fruto do rigor que a associação com o exército manteve sobre seu crescimento, apresentando desta forma, um espaço mais ventilado, e ainda certa disponibilidade de terrenos.

Esta situação permite maior insolação, melhor circulação de ar, uma vista mais ampla através das janelas (não apenas para aquelas em altura e voltadas para a face livre do morro), e uma menor sensação de enclausuramento. Esta disponibilidade de espaço permite que grande parte do solo livre de edificações esteja em terra nua, possibilitando a existência de vegetação rasteira, parte dos caminhos não pavimentados e uma relativamente abundante arborização, principalmente nos setores mais altos do morro. Tal situação, ainda que proporcione um espaço que se diferencia das outras favelas cariocas, não impede que as construções apresentem igualmente avanços sobre as passagens principais e que a ocupação possua trechos bastante densificados nas áreas mais próximas da cidade oficial.



*Figura 104 - Casas em meio à vegetação no trecho superior do Morro da Babilônia.
Foto do autor.*



*Figura 105 - Casas em setor densificado do Morro da Babilônia.
Foto do autor.*

Densidade ou compacidade

As elevadas densidades existentes nos assentamentos informais se tornam uma questão muito mais marcante e sensível, pois se soma a uma grande compacidade construtiva. Ou seja, esta densidade é conseguida com construções que, à exceção de algumas situações pontuais nas grandes favelas, não passam de quatro pavimentos, mas que apresentam uma reduzidíssima disponibilidade de áreas livres de edificações.

Estas altas densidades, em um ambiente construído em poucos pavimentos, só são possíveis por causa da grande compacidade, que significa não apenas uma taxa de ocupação do solo extremamente elevada, como uma alta ocupação volumétrica do espaço, concentrada majoritariamente abaixo do nível de três ou quatro pavimentos. Esta compacidade estrutural, somada à alta densidade populacional, acarreta uma grande escassez de espaços tanto internos quanto externos à moradia. Assim, famílias numerosas se aglomeram em pequenas residências, onde, nas mais precárias, se espalham pelo chão de pequenos cubículos. Esta escassez de espaços internos à moradia contribui para que o lazer e a convivência social se voltem para fora, consolidando a forte sociabilidade nas ruas, frequentemente apontada como traço cultural das favelas.

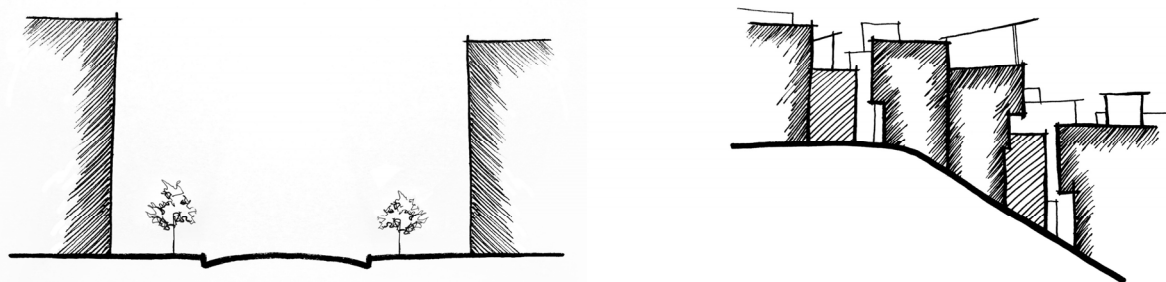


Figura 106 - Padrões formal e informal de ocupação em alta densidade. Desenho do autor.

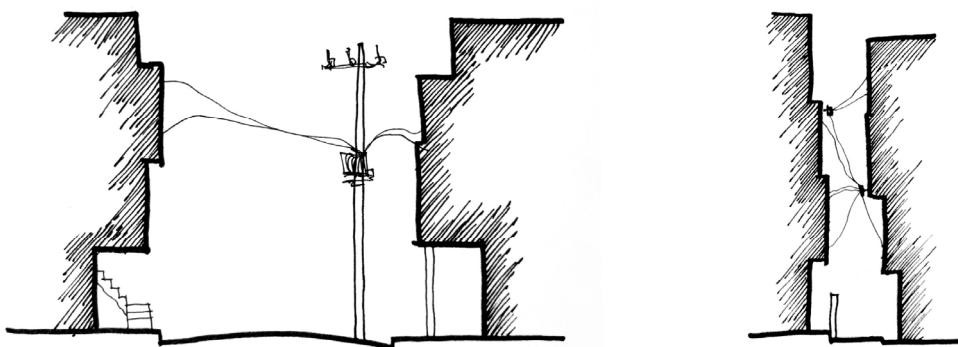


Figura 107 - Perfis de rua e vielas com avanços nos andares superiores. Desenho do autor.

A situação extrema no nível térreo se agrava nos pavimentos superiores, em uma situação inversa da encontrada na cidade formal, onde o espaço tende a se desobstruir quando se avança em altura. Com fracas restrições urbanísticas, e desobrigados de manter o espaço

necessário para a circulação, os pavimentos superiores acabam apresentando uma projeção de ocupação ainda mais compacta, restritos apenas pelas limitações construtivas e, quando situados em vielas, pelas estreitas frestas mantidas para não fechar as aberturas das janelas existentes.

Nos trechos de acesso por vielas e becos, esta conformação física, além de dificultar a insolação e ventilação, limita as possibilidades das aberturas que se encontram frequentemente a poucos metros de uma parede ou mesmo o escape sensorial, possível ao se avistar o céu, que aparece espremido entre frestas de construções que avançam sobre os exíguos espaços de circulação.

Encostas ou água

A ocupação em encosta é uma das condicionantes da forte limitação de acesso, o tráfego motorizado é limitado à fronteira de contato com a cidade, a exceção das motos que se apropriam das incompletas vias rampadas criadas pelo programa Bairrinho na Babilônia. Toda a circulação se dá por vielas e escadas, normalmente estreitas e irregulares, nas quais os guarda-corpos só foram instalados após as intervenções oficiais. A situação que combina densidade, compacidade, declividade e irregularidade do tecido torna bastante complexa a existência de outro padrão de acesso. No Santa Marta, o plano inclinado tenta minimizar o problema, principalmente para os moradores da parte alta, mas como uma estrutura que se complementa e não altera o sistema informalmente criado.

Situadas em encostas, as ocupações dos morros da Babilônia e Santa Marta possuem padrões construtivos e adaptações ao relevo similares, entretanto, a Babilônia nos dá a impressão de um estágio anterior na evolução em termos construtivos e de densidade/compacidade da ocupação. Com pouco terreno rochoso, a Babilônia apresenta uma ocupação quase toda em corte e aterro, onde as limitações vão envolver a capacidade de contenção dos taludes, enquanto no Santa Marta, pela grande presença de rochas e a elevada compacidade que exige o aproveitamento destas, encontraremos uma maior diversidade construtiva, com estruturas mais críticas para o assentamento das casas sobre o terreno, alternando cortes e aterros com pilares sobre rochas.

Eu acho essas casas muito criativas entendeu? Tem gente que vem de fora olha assim: caraca, a casa vai cair! Não vai cair nada, entendeu? Essa criatividade é fruto da necessidade cara, que escolha? Fruto da necessidade mesmo, não tem espaço, falta de espaço. Se for pra uma pessoa construir uma casa aqui, a pessoa vai construir. E vai ser feliz pra caramba, vai ter que ser nesse espaço, vou ter que dar o meu jeito. Faz o que da pra fazer, aí a tendência é só subir, se não tem como você expandir pro lado, tem que subir mesmo (Alexsandro, morador do Santa Marta - Beco do Jabuti).

As imagens abaixo demonstram as características e a evolução construtiva dos dois padrões, que se mantêm muito similares tanto nas construções em madeira quanto nas de alvenaria e concreto.

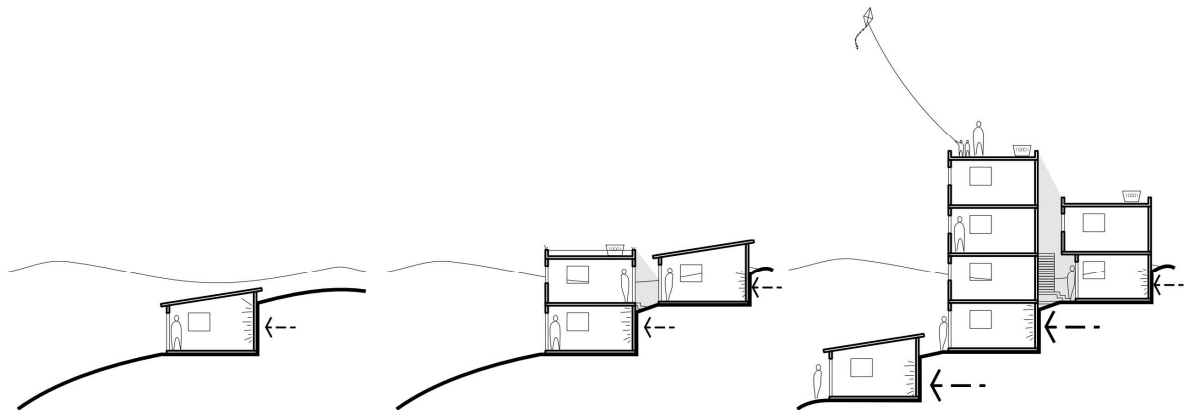


Figura 108 - Evolução e estágios construtivos do padrão de ocupação em corte e aterro.
Fonte: TÂNGARI;SILVA, 2003.

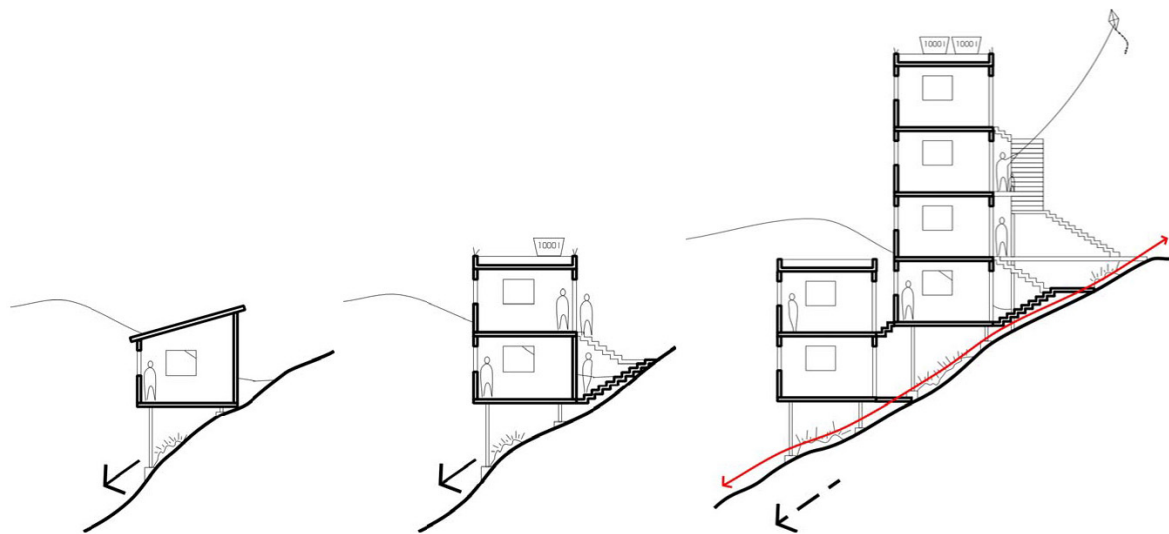


Figura 109 - Evolução e estágios construtivos do padrão de ocupação sobre terreno rochoso.
Fonte: TÂNGARI;SILVA (2003).

O padrão para terrenos rochosos também é utilizado sobre encostas de terra, quando as construções, são em madeira e precárias, pela relativa leveza da construção, que permite seu suporte concentrado mesmo sobre a terra, e, pela facilidade de execução.

Para o escoamento de águas pluviais, embora o assentamento em corte e aterro seja teoricamente um complicador, principalmente em uma urbanização com infraestrutura deficiente, por concentrar a água nas estreitas vielas, a Babilônia parece sofrer menos com o problema pela compensação criada com a maior presença de solo permeável, que é quase inexistente no Santa Marta. Por outro lado, ambas parecem sofrer com problemas de umidade, causados pela fraca ventilação e uma insolação irregularmente acessível, situação que é agravada nos casos onde as paredes tocam o terreno.



Figura 110 - Casas de madeira e alvenaria sobre a rocha no Morro Santa Marta.
Foto do autor.

A favela, em sua evolução, engendra, com o aumento da densidade, problemas de insolação e arejamento. Isso atrofia atividades como lavagem de roupa e a pequena criação, bem como dificulta certas atividades ligadas à vida comunitária e ao desenvolvimento infanto-juvenil (LESSA, 2005 p.310).

Nos Novos Alagados, pela morfologia plana, pela situação periférica e pelo padrão simbolicamente marcante, de ocupação sobre áreas alagadas, encontraremos distintos padrões de ocupação espacial, se adaptando a diferentes tipos de restrições e características.

Embora atualmente inexistente como padrão habitacional, sua origem através da ocupação sobre áreas alagadas determinou fortemente o espaço atualmente existente, onde as ruas atuais seguiram o traçado e mesmo a largura determinada pelo sistema de pontes. Elaborada sobre a água, a ocupação se deu como um simulacro de terreno plano, sem acidentes, criando alterações no tecido, mas, por outro lado, estabelecendo uma forte diretriz de proximidade com a linha de margem.

Inicialmente, as pontes conectavam a parte seca até o local de construção do barraco, entretanto diversos barracos chegaram a ser construídos quando ainda não havia pontes de ligação no local, o acesso sendo feito por barco nos períodos de cheia e a pé, através da lama, durante a seca. Esta proximidade com as pontes era um fator de grande valorização do local de construção, visto que a conexão do barraco com a ponte principal, ou a extensão desta para poder atender novos trechos, deveria ser construída pelos moradores, que utilizariam os trechos acrescentados e, assim, o custo de construção de longas pontes poderia inviabilizar a casa.

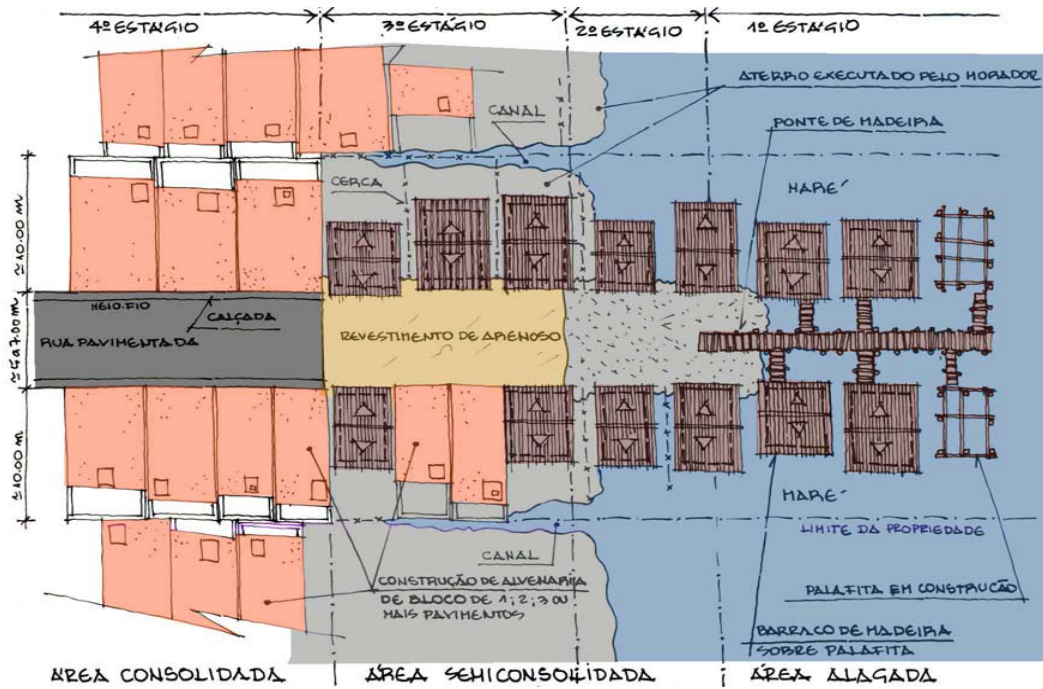


Figura 111 - Evolução do padrão de ocupação na área de Alagados - Planta.
Fonte: CARVALHO, 2002.

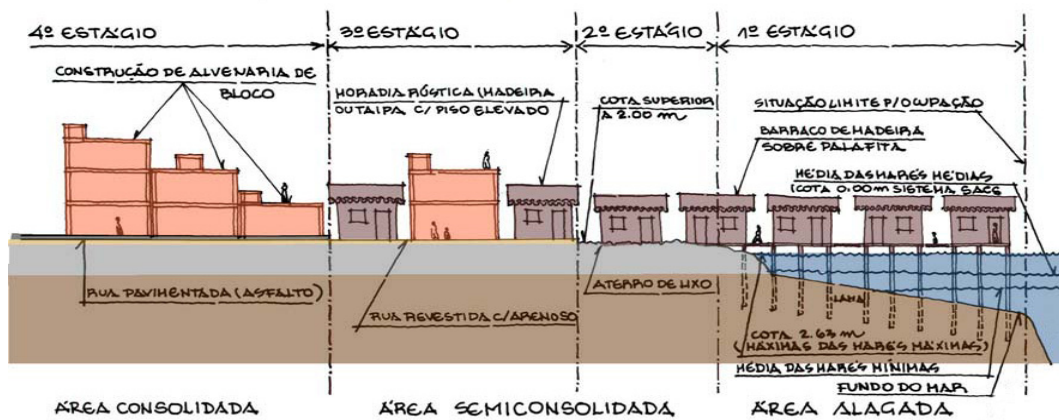
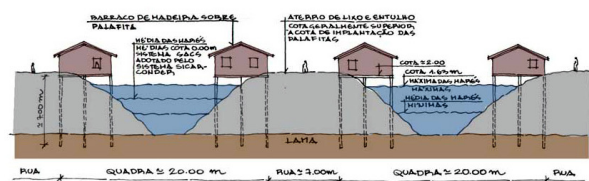
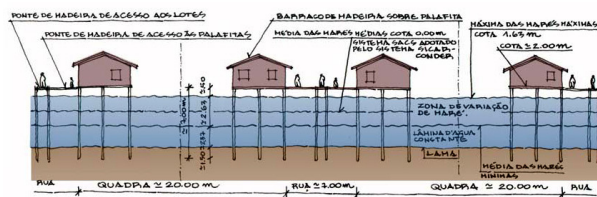
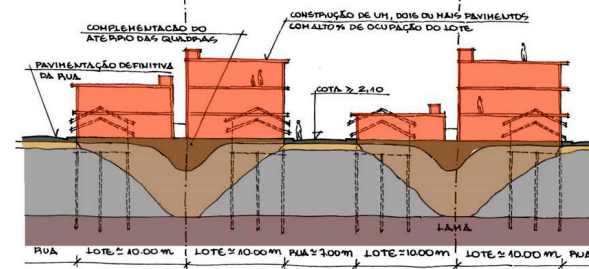
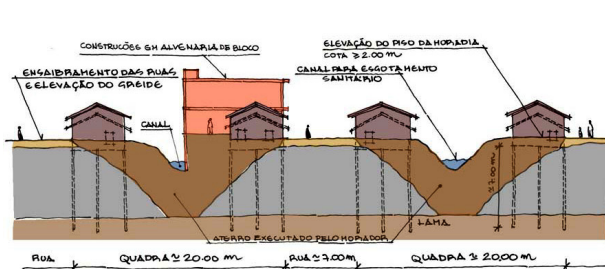


Figura 112 - Evolução do padrão de ocupação na área de Alagados - Corte.
Fonte: CARVALHO, 2002.



Figuras 113 e 114 - Primeiro e segundo estágios de evolução da ocupação sobre áreas alagadas.



Figuras 115 e 116 - Terceiro e Quarto estágios de evolução da ocupação sobre áreas alagadas.
Fonte: CARVALHO, 2002.

Através da sequência de croquis de Eduardo de Carvalho, podemos entender que, apesar da transformação espacial, existe uma permanência na localização das unidades habitacionais, que se solidificam, expandem em altura e para os fundos, do que vem a se compor como lote, guardando à sua frente o espaço para a rua que se abre após o processo de aterramento.



*Figura 117 - Conexões com a ponte principal, década de 1980.
Foto Vera Lazarotto.*

Esta situação garantiu que, por mais que o espaço fosse exíguo e sofrendo pressões para a ocupação privada, se mantivesse aberto e de forma bastante linear o espaço das ruas, que substituíram as pontes principais.

De forma distinta dos dois casos estudados anteriormente, a ocupação de Novos Alagados, pelas dificuldades de consolidação dos trechos alagados, manteve, durante longo período, certo dinamismo na ocupação. Não se trata apenas de uma alternância de áreas ocupadas, mas de uma mobilidade espacial, interna, determinada pela condição extrema da palafita e condição de precariedade permanente, ou de difícil resolução, que esta significava. Parte importante do processo evolutivo da habitação era determinado pela condição de aterramento ou proximidade deste, que poderia ser conseguida pelo constante trabalho realizado pelos moradores com carrinhos de mão e latas de areia, mas existia também a possibilidade de abreviação desta, nos casos em que a família dispunha de condições para se mudar para uma área melhor localizada. Neste sentido, encontramos, de forma recorrente, principalmente próximo às áreas distais das pontes, marcas de pilares de madeiras, originárias de fundações de antigas residências removidas para outros locais e também de novas casas sendo edificadas, quando não se



*Figura 118 - Barraco no final da ponte em Novos Alagados.
Fonte PMS (1983).*

tratava das duas situações simultâneas, visto que nos testemunhos encontramos frequentes citações a respeito destes movimentos, no qual uma família removia a casa para outro lugar e deixava as palafitas fincadas pela impossibilidade de remoção destas. A área seria então vendida ou cedida à outra família, quando não simplesmente abandonada e posteriormente invadida.

Para as famílias ocupando casas situadas próximo às áreas secas o esforço se dava no sentido de concluir o processo de aterramento, o que permitiria dar andamento ao processo de consolidação da moradia, visto que a estrutura sobre o solo alagado não comportaria o peso de uma casa sólida e ainda exigia constante trabalho de substituição de palafitas, conforme estas apodreciam.



*Figura 119 - Ponte com pontas de madeira de construções removidas em Novos Alagados.
Foto Vera Lazarotto.*

logo o esforço era para trazer o trecho seco para próximo das suas casas. Apenas após ter seu acesso aterrado, os moradores se voltavam ao processo individual de aterrar a própria moradia.



*Figura 120 - Aterramento em Progresso, promovido pelos moradores de Novos Alagados.
Fonte PMS (1993).*

Aterrar o terreno significava uma casa “no seco”, mas também escapar do estigma da pobreza extrema, da situação degradante de ser o pobre entre os pobres. O processo se fazia inicialmente pelo eixo da ponte principal, onde todos os moradores servidos por ela concentravam seus esforços em um trabalho coletivo, pois, para que a maré não levasse embora o trabalho de aterramento, os moradores aprenderam que era preciso que ele se fizesse a partir de um trecho seco,

Eu tinha vergonha de levar minhas amigas, eu não queria receber amigos, tinha vergonha, eu estudava, eu estudava nessa época e se o ônibus tava cheio, todo mundo estudava na mesma escola, então quando o ônibus passava na frente da minha casa eu não descia. O ônibus passava reto, porque ali não tinha nada, quem descia ali era porque morava ali no Boiadeiro. Eu voltava um pedaço a pé, porque não queria que vissem que eu morava ali, entendeu? Era uma coisa... uma coisa, digamos, humilhante (Márcia, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

Os trechos de ocupação informal sobre “solo seco” de Novos Alagados correspondem às palafitas aterradas segundo o processo descrito, a invasões organizadas que ocuparam posteriormente as áreas de Araçás e Boiadeiro ou a pequenos trechos de interseção entre os

dois padrões.

As áreas que se formaram sobre terrenos secos não se diferenciam muito dos casos cariocas, entretanto não apresentam as dificuldades da ocupação em declive, mas tampouco apresentam uma pressão significativa por uma localização próxima à zona de contato com a cidade. Por ser uma ocupação periférica, este trecho de cidade apresenta certa continuidade socioeconômica com a ocupação às margens da enseada, ainda que a enseada apresente indicadores socioeconômicos ligeiramente inferiores.

Caminhos e percursos



*Figura 121 - "Negociações" entre caminhos e casas.
Foto do autor.*

A irregularidade do traçado, uma das características mais facilmente remarcadas nos assentamentos informais, ao lado da falta de revestimento externo das moradias, se mostra como fruto da materialização de interesses diversos e prioridades distintas daquelas do urbanismo tradicional. Distante da rigidez ortogonal da malha viária da cidade formal, o sistema informal de vias que não nasce da subordinação aos veículos automotores, mas, ao contrário, da importância de se adaptar à topografia, ao espaço exíguo, e, principalmente, a uma dinâmica construtiva permanente, com expansões e transformações que seguem um conjunto de regras tácitas próprias, fundamentadas nas práticas e no "bom senso" que garantem o espaço de circulação e a privacidade esperados em cada setor.

Nestas situações o espaço para circulação não domina, impondo sua regularidade e necessidade espacial ao tecido, mas se articula como o resultado de necessidades coletivas, limites individuais, pré-existências e disputa pelo espaço urbano. Mesmo que os espaços amplos sejam desejados e reconhecidamente agradáveis, a manutenção destes se torna crítica quando se faz à custa do espaço privatizável, que poderia ser utilizado para suprir necessidades essenciais, portanto, ele estará disponível no limite da necessidade de circulação e privacidade. Assim, a circulação de automóveis é restrita ao mínimo, permanecendo na zona de contato com a cidade ou nos eixos principais, deixando todo o resto atendido por becos e vielas. As marquises frequentemente se expandem, cobrindo calçadas e parte dos becos, mas não a ponto de limitar a circulação de veículos e pedestres ou interferir na privacidade do

vizinho da frente. Uma dinâmica que respeita a pré-existência e as normas criadas pelo uso, o primeiro a construir tem mais flexibilidade com as regras e determinará alinhamentos e atitudes, mas deve sempre preservar as possibilidades construtivas dos terrenos contíguos.

As tortuosas ruelas de terra batida que formam as vias internas, embora sejam fortemente associadas à imagem simbólica da favela, não são uma materialização de uma cultura específica desta, tampouco seriam simplesmente o resíduo de um processo urbano densificador. Entretanto, parecem ser o resultado de uma articulação entre necessidades coletivas, limites individuais e pré-existências na disputa pelo espaço urbano. Um sistema de vias que não nasce da subordinação aos veículos automotores, mas, ao contrário, se mostra como o resultado da adaptação a uma topografia bastante rigorosa, ao espaço exíguo, e, principalmente, a uma dinâmica permanente, de expansões e transformações, que não é vinculada a um plano específico, mas a um conjunto de regras tácitas e empíricas que garante o espaço de circulação e a privacidade esperados em cada setor.

CAPÍTULO IV - VIDA NA FAVELA

1. VIOLÊNCIA E ESTIGMA

Desde suas origens a favela povoa o imaginário da população da cidade como local de abrigo e concentração das “classes perigosas”. Já em 1900, o Jornal do Brasil descreve a ocupação informal dos morros cariocas, e em especial o morro da Favela, como um lugar “infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias” (VALLADARES, 2005, p.26), e Bretas (1997, p.75)¹³⁸ transcreve a fala de um delegado, no mesmo período, que considera o local como “foco de desertores, ladrões e praças do exército”. Neste contexto, a escalada de eventos violentos, que acontece a partir das décadas de 1980 e 90, quando as grandes cidades brasileiras “sofreram os efeitos não só do aumento de crimes e da violência, mas também de uma mudança expressiva de suas modalidades” (LEITE, 2000, p.78), produz os primeiros grandes confrontos em favelas. Estas “guerras”, vinculadas à disputa pelo território do tráfico de drogas, e marcadas pela violência explosiva, contaram com grande cobertura midiática agravando o estigma que há décadas se estabelecia.

Ao longo dos anos 90, entretanto, o Rio de Janeiro adquiriu o perfil de uma cidade violenta. Assassinatos, roubos, assaltos, sequestros, arrastões nas praias, brigas de jovens em bailes funk e confrontos armados entre quadrilhas rivais ou entre estas e a polícia ganharam as ruas de uma forma inusitada por sua frequência, magnitude, localização espacial, potencial de ameaça e repercussão na mídia local e nacional (LEITE, 2000, p.74).

Vivendo em meio à escalada de uma violência espetacular, coexistindo com os pesados armamentos do tráfico de entorpecentes e as disputas entre grupos criminosos por um território que aos poucos escapava do controle *de facto* do Estado, aos moradores restava, dada a falta de opções habitacionais viáveis, lidar com esta contiguidade territorial de maneira a tornar possível a manutenção de suas rotinas diárias. Estavam diante de uma relação involuntária, ou “inescapável”, para usar o termo de Machado da Silva (2008a), que descreve as implicações que esta proximidade acarreta, de maneira velada, através de estigmas, desconfianças e generalizações, mas também bastante direta, com o assédio violento da polícia: “Na percepção social dominante, a contiguidade territorial com criminosos violentos transforma todos os moradores de favelas em cúmplices, coniventes ou eles próprios potenciais criminosos” (ROCHA, 2009, p.2).

O estigma que se abate sobre a favela, que marca sua população como classes perigosas, foi elaborado através de uma construção complexa, que evoluiu por décadas. De responsáveis por epidemias, como local de origem da insalubridade urbana, o risco de “contaminação” biológica se atualizou, assumindo a forma de uma ameaça moral, “derivada de uma suposta

¹³⁸ *Apud Valladares (2005).*

desorganização familiar tipicamente atribuída aos mais pobres” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.14), que evoluiu até se estabelecer, em meados do século XX, como uma ameaça de revolta popular, capaz de abalar a dominação burguesa. A “reação” a esta situação foi o esforço “civilizatório” desenvolvido nos anos 1960, que teve como pressuposto prevenir a revolução, quando urgia, segundo a palavra de ordem da igreja católica, “subir o morro antes que ele descesse¹³⁹”. A antiga demanda de controle da ação política posteriormente converteu-se em reivindicação de repressão violenta, de forma a estabelecer uma barreira à descida de bandidos: “o equivalente atual daquela fórmula” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.14).

“Em vez de difundir-se por todas as áreas da classe trabalhadora, a marginalidade avançada tende a concentrar-se em territórios bem-identificados, bem demarcados e cada vez mais isolados, visto por pessoas de dentro e de fora como purgatórios sociais, infernos urbanos onde apenas o refugio da sociedade aceita habitar” (WACQUANT, 2005, p.172).

Desta forma a situação se torna ainda mais crítica, visto que os membros das classes populares, por sua existência em um ambiente identificado com o crime e a violência, “deixam de tornar-se trabalhadores porque sua própria condição de pobres ameaça e amedronta os que poderiam fornecer emprego. Em outras palavras, eles são perigosos antes de efetivamente o serem” (ZALUAR, 1994, p.17). Nesta situação, conforme o crime violento tomava as ruas e favelas, a sociedade elaborou a sua reação à insegurança e ao medo através de uma “demanda crescente por ordem, baseada no diagnóstico de um insuperável conflito social e na incapacidade institucional de lidar com ele” (ZALUAR, 2006, p.215). Assim, a exigência de maior eficiência no controle social, associada à maior dureza das ações policiais tinham com alvo imediato as favelas, que eram vistas como abrigo do crime e como “lugares prechos de uma violência descontrolada” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.14).

Com isto, renovam-se os estigmas, cresce a desconfiança recíproca e se aprofundam as distâncias sociais, enfim, os, já raros, contatos interumanos (SIMMEL, 1976) tornam-se entrincheiramentos, os aparelhos de segurança passam a ser vistos pelas classes mais abastadas como verdadeiros dispositivos de confinamento, dos quais não se espera mais a regulação dos intercâmbios e relações de classe, mas sim o evitar de encontros entre desconhecidos, especialmente o contato entre circuitos sociais distintos, por meio de repressão intensa, cotidiana e generalizada: “em outras palavras, na atualidade o medo produz expectativas e demandas de segurança *contra* e não *com* os outros” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.14).

Em uma cidade que convive com uma situação de embate declarado, ou simulado¹⁴⁰, entre

¹³⁹ Segundo Machado da Silva (2010a), essa mesma compreensão era partilhada, embora de modo inverso, pela oposição de esquerda - ela esperava que o morro descesse.

¹⁴⁰ Através da situação de corrupção policial, popularmente conhecida como “arrego”, na qual agentes das forças policiais recebem dinheiro para “ignorar” a ação criminosa, ou ainda a simples ineficiência ou permissividade policial, que permite que estas forças estejam lado a lado, cientes do posicionamento e ação

forças oficiais e criminosas, e ainda assiste a disputas por controles territoriais empreendidas por grupos criminosos rivais, as ameaças percebidas, à integridade física e patrimonial, produzem uma representação coletiva da violência, segundo a qual a vida urbana se desenvolve em uma situação de constante exposição como vítima potencial, seja das ações criminosas diretas ou de seus efeitos colaterais. A territorialização difundida, que situa a fonte dos distúrbios experimentados, real ou simbolicamente, nas áreas de favelas, favorece crescentemente não só uma separação entre a favela e o asfalto, mas também uma oposição entre eles (SILVA; MIRANDA, 2004).

O discurso dominante apreende e explica a “violência urbana” através da metáfora da guerra e dos mitos “que lhe são associados: cidade legal vs. cidade ilegal, Estado dentro do Estado, convivência dos moradores de favelas com os criminosos, banalização da violência, etc.” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p.49), problematizando a questão da violência nas grandes cidades brasileiras, e estruturando propostas e medidas para seu controle, que parecem ser sintetizadas através da expressão de Leite (2000, p.78): “Qual cidadania se estamos em guerra?”

“Representar o conflito social nas grandes cidades como uma guerra vem implicando acionar um repertório simbólico em que lados/grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, uma das estratégias para a vitória” (LEITE, 2000, p.79). Uma situação que favorece a permissividade diante da truculência policial, que se reproduz em uma condição de cidadãos sem direitos plenos: os próprios policiais que atuam nestes territórios, o fazem conscientes de que estão lidando com uma população segregada e estigmatizada, em um território onde os direitos são relativizados, e seus moradores possuem poucos meios de reivindicá-los.

A truculência se torna, portanto, a expressão direta e palpável do preconceito estabelecido na sociedade, na qual o reconhecimento da cidadania e do direito à cidade da população favelada não pode impedir o atendimento dos objetivos imediatos de segurança. Ela se relaciona, portanto, com a delegação, das camadas mais abastadas, “para que a corporação realize, a qualquer custo e sem controle público, o esperado afastamento das ‘novas classes perigosas’ em que se constituem atualmente os moradores dos territórios da pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.16).

A. Sociabilidade Violenta

A partir de meados dos anos 1980, quando as favelas se convertem nas principais pontas da distribuição de drogas na cidade, esta atividade se difunde apoiada em sua topografia, que produz um padrão de acesso restrito e ao mesmo tempo proporciona grande visibilidade sobre o que se passa no asfalto ou nos próprios acessos do morro; em sua morfologia, que compõe

um sistema labiríntico de vielas e pouca exposição visual pela ausência quase total de grandes espaços livres; e na condição de urbanidade rarefeita, que é marcada pela fraca presença do Estado e pelo pouco controle efetivo do que se passa nestes locais. Este será o período em que o tráfico de drogas se internacionaliza e amplia significativamente sua lucratividade, substituindo a maconha pela cocaína, entretanto, esta nova situação exigiu o desenvolvimento de estratégias de domínio armado dos pontos de venda e um forte controle territorial das favelas (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2004).

Ao longo dos anos 90 [...] o Rio de Janeiro adquiriu o perfil de uma cidade violenta. Assassinatos, roubos, assaltos, sequestros, arrastões nas praias, brigas de jovens em bailes funk e confrontos armados entre quadrilhas rivais ou entre estas e a polícia ganharam as ruas de uma forma inusitada por sua frequência, magnitude, localização espacial, potencial de ameaça e repercussão na mídia local e nacional (LEITE, 2000).

Dentro deste quadro, multiplicaram-se quadrilhas, compostas predominantemente de jovens, que passaram a exercer o controle efetivo de diversas áreas da cidade. A coexistência com a violência explícita e as ameaças à integridade pessoal desestruturou os valores tradicionais que até então organizavam a sociabilidade nestas áreas: "diferentes tipos de vida associativa, previamente existentes, são colocados em xeque pela ascensão dos traficantes e seus séquitos" (VELHO, 2000, p.19), não se tratava apenas de novas modalidades de violência, mas de um novo padrão de sociabilidade, "que anula o princípio de reciprocidade nas relações sociais e converte a violência em padrão de sua regulação, organizando-se por meio de reiteradas demonstrações de força" (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2004, p.66). Mesmo as gerações mais velhas, que ocupavam uma posição de prestígio, se encontravam, deste modo, amordaçadas por uma "lei do silêncio", que se mostrava mais perniciosa do que se costuma pensar, indo muito além do controle à informação passada aos "de fora", de modo a manter as aparências da vida local, mas significando, principalmente, a incomunicabilidade e o "esgarçamento das tradicionais relações de vizinhança produzidos pelo medo e pela desconfiança" (MACHADO DA SILVA, 2008b, p.45).

Esta situação de violência urbana produz e sujeita os moradores destas áreas a um padrão específico de sociabilidade, que Machado da Silva chamou de *sociabilidade violenta*: "pode-se apresentar a característica mais essencial da sociabilidade violenta como a transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação das ações" (MACHADO DA SILVA, 2008b, p.41). Para a população favelada, a tarefa se torna ainda mais complexa, pois além de lidar com a contiguidade espacial entre os dois padrões de sociabilidade incompatíveis - na medida em que, sendo o princípio estruturante das relações sociais de um deles a força, o espaço para a distinção entre as esferas institucionais da política, da economia e da moral fica, em ambos, prejudicado - precisará, também, negociar a interação com a cidade, a partir de uma posição fortemente marcada pelo estigma que a partilha do território com a "sociabilidade violenta" determina; uma população que se reconhece como participante subalterna de duas ordens sociais coexistentes: "os moradores

comuns das favelas são duplamente dominados: na ordem social dominante, compõem os estratos inferiores da estrutura social; na 'sociabilidade violenta', são obrigados a se submeter aos traficantes" (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.22).

Cumplicidade, sobreposição ou dominação

A "cumplicidade" com os traficantes é presumida a partir da noção de que a convivência no mesmo território produziria uma aproximação, através da qual a sobreposição das ordens sociais (segregada e criminosas) produziria um tecido social homogêneo que sustentaria, pela participação ou convivência, uma subcultura desviante e perigosa. Como extensão agravante, afirma-se que "os moradores da favela estariam recusando a 'lei do país' ao optarem por um estilo de vida que negaria as normas e valores intrínsecos à ordem institucional" (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p.50).

Na prática, o que encontramos nestes territórios é uma justaposição de ordens sociais no espaço, na qual, apesar da inexistência de uma separação geográfica, os padrões distintos coexistem em uma relação de distanciamento e dominação. Tratamos aqui de uma relação de submissão e não de subordinação, aos grupos criminosos, visto que não existem "fins coletivos", ou a possibilidade de condutas autônomas (MACHADO DA SILVA, 2008b). Se por um lado os grupos criminosos compõem um estrato dominante à força, por outro, os moradores se esforçam em demarcar e evidenciar a diferenciação, reivindicando não serem confundidos com os criminosos e defendendo as características da favela que não estão relacionadas com a violência.

De modo geral, encontraremos um esforço no discurso dos moradores em ressaltar que a vida nas favelas não pode ser reduzida à violência e ao tráfico: ainda que reconheçam que os traficantes fizeram da favela um local de violência, fazem questão de se diferenciar destes através do uso de categorias contrastantes como "nós" e "eles"; "morador/trabalhador" e "vagabundo/marginal"; "aqui" (comunidade) e "lá" (Boca de fumo), uma tentativa de separar e delimitar, como processos independentes, os eventos sobrepostos da favela e da violência.

Neste sentido, muitos moradores evitam receber benesses por parte dos traficantes, para que isto não os enquadre na condição de "devedor" de algum favor em reciprocidade, ou que isto venha a alimentar uma maior, e arriscada, proximidade. Entretanto, nos casos em que os bandidos são "nascidos e criados" no morro, a proximidade social¹⁴¹ é dificilmente evitada, ainda que se mantenha uma estrita separação de atividades:

¹⁴¹ *Nestas situações, a utilização do termo "meninos" para designar os traficantes "nascidos e criados no morro", dos quais muitos moradores são parentes ou foram vizinhos e amigos, carrega de ambigüidade esta relação do ponto de vista do "asfalto", a ponto de ser equivocadamente atribuído aos moradores o uso da categoria nativa 'meninos' para designar quaisquer traficantes, revestindo a relação de uma falsa proximidade institucional (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008).*

“Ainda que boa parte dos moradores possa ter crescido junto ou ser parente ou conhecido próximo de traficantes, não é verdade que eles sejam coniventes ou que protejam os bandos de criminosos. Eles lamentam e criticam a eventual participação de parentes e conhecidos nessas atividades, porém não têm condições de evitar a convivência, que é forçada e não desejada” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.20).

Em nome da proximidade, seja ela territorial ou social, muitas vezes se imputa, erroneamente, aos moradores da favela, um apoio aos bandidos, sem identificar que, diante da manutenção das rotinas cotidianas e mesmo das implicações inerentes à sujeição à sociabilidade violenta, o morro é, muitas vezes, percebido como um local mais tranquilo sem a presença da polícia, principalmente quando a ação desta se resume a investidas pontuais e violentas, intercaladas com longos períodos de descaso.

“A polícia já entra aqui atirando, com a arma na mão, não estão atirando na gente, mas nós moramos aqui, estamos sujeitos ao risco. Tá tudo calmo, crianças na rua e de repente pá, pá, pá! Ai é feio, uma confusão danada, todo mundo correndo [...] mas nos dias normais era tudo calmo por aqui” (Lucimar, moradora do Santa Marta - Estação 4).

Os moradores são conscientes da legitimidade e necessidade do trabalho realizado, entretanto, discordam dos métodos. Em suas críticas, não se dirigem à corporação, ao controle policial, ou até mesmo aos métodos violentos em si, mas principalmente ao caráter indiscriminado da ação e a falta de seletividade do alvo, que não distingue entre “gente de bem” e “marginais”, atingindo, de forma violenta e truculenta, “trabalhadores” ou famílias reconhecidas e respeitáveis no morro: “basicamente, os moradores criticam a atuação da polícia por não respeitar as diferenças e hierarquias da ordem social local como faz ‘no asfalto’” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.24).

Por que a polícia entra na minha rua atirando, batendo e levando todo mundo? Sem saber se é marginal ou não? [...] No pensamento da polícia militar, no Boiadeiro, que é um bairro, pra eles, eles acham que todos são marginais (Gilson, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

Adicionalmente, o caráter esporádico das ações impede que estas resultem no fim da sujeição à sociedade violenta, eliminando os possíveis benefícios permanentes que poderiam ser associados aos “custos”. Após as “operações”, a saída das forças policiais cria uma situação de abandono “à própria sorte” para a população local, que permanece e partilha o espaço, com os agentes da criminalidade, estabelecendo um vínculo, que mesmo indesejado, se mostra mais estável¹⁴². Não se pode esperar o apoio da população a uma força que no dia seguinte lhe vira as costas, deixando-os sozinhos, com os consequentes desdobramentos deste apoio, em um território dominado pelo crime.

¹⁴² Para os traficantes o domínio territorial é de grande importância logística, “de modo que a dominação precisa ser exercida de modo muito mais estrito, permanente e regular” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p.71).

"Contaminação" e limpeza simbólica

A contiguidade territorial é percebida "no asfalto" como uma proximidade perigosa, através da qual se manifestariam os riscos de "contaminação" entre as sociabilidades superpostas. Situação que, segundo esta percepção, só seria possível através de uma estreita colaboração, através da convivência, da aceitação submissa ou da participação indireta, pautada no benefício comum.

Quando você diz: "Moro na Plataforma, moro nos Araçás, moro no Subúrbio..." eles já pensam: "Ah, é ladrão". Quem mora no subúrbio é mal visto, não querem saber se aqui têm cidadãos, trabalhadores, etc. (Manuela, moradora de Novos Alagados - Araçás).

As explicações reducionistas veem os pobres, sistematicamente, como "os mais afeitos à criminalidade ou ao uso da violência" (ZALUAR, 1994, p.59), reforçando os fortes estereótipos que os identificam como criminosos potenciais e objetos de averiguação sistemática pela polícia, pela condição de antecipadamente suspeitos. "Do ponto de vista meramente estatístico, essa afirmação tem o efeito de uma profecia autocumprida" (ZALUAR, 1994, p.60). Relação questionada, entretanto, através do próprio controle incisivo exercido sobre o pobre urbano, que produziria uma super-representação destes nas estatísticas criminosas em função de pequenos delitos (PAIXÃO, 1983) ou mesmo através da própria noção maleável de "pobre" e "pobreza", aplicada em uma sociedade marcada por uma das maiores concentrações de renda do mundo (MISSE, 1994).

A condição de subcidadania urbana é importante para fundamentar uma forma de controle social pela história da vida privada das pessoas [...], o imaginário social constrói um discurso que esquadrinha a mistura de sexos e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes como focos que fermentam os germes da degenerescência e da vadiagem e daí o passo para a criminalidade. Ou seja: a condição de subcidadão como morador das cidades constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade (KOWARICK, 2009, p.85).

As condições precárias de sobrevivência se tornam ainda mais significativas através da repetida fórmula, na qual o incentivo ao consumo elaborado, através da produção de objetos de desejo, a eles inacessíveis, é posta em prática pela indústria da propaganda. O apelo ao consumo atinge vastos setores da população, "inclusive aqueles que não têm meios para realizá-lo" (VELHO, 200, p.22).

A impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores largamente publicizados, através da mídia e da cultura de massas em geral acirra a tensão e ódio sociais. A inadequação de meios legítimos para realizar essas aspirações fortalece o mundo do crime. (VELHO, 2000, p.20).

A proximidade da relativa fartura econômica, propiciada pela atividade do tráfico de drogas, traz à tona a possibilidade de, ainda que por meios ilegais, superar tais barreiras e permitir o

gozo do *status* amplamente difundido na mídia. A percepção desta relação contribui para que cada jovem, principalmente do sexo masculino, seja visto como sob permanente e significativo risco de adesão à sociabilidade violenta, o que lhe forneceria, não apenas melhor padrão econômico, mas reconhecimento expresso através do *ethos* guerreiro (CECCHETTO, 2006) e da “virilidade” associada ao poder das armas. “O acesso à droga e à arma é a base desse estilo de vida, que torna possível usufruir uma pauta de bens de consumo e um prestígio que facilita, entre outras coisas, o sucesso junto às mulheres e o temor entre os homens” (VELHO, 2000, p.21).

A ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência. A transgressão, sustentada pela crença de que os riscos nela envolvidos são compensados por gratificações econômicas e sociais, corresponde a um distanciamento da trajetória percorrida pelas gerações anteriores, marcada pela pobreza e dificuldades de acesso às condições básicas de sobrevivência: “os jovens bandidos não se ‘conformam’ com a vida pobre em vigoroso contraste com o consumo e riqueza que veem na televisão e na vida real, cujos excessos também contrariam a visão tradicional de reciprocidade” (VELHO, 2000, p.22).

Eu canso de dizer: os meninos que dão pra vagabundo aqui, dão porque querem. Muitos aqui se tornaram vagabundos, mas foram porque quiseram, porque eles têm meios de conseguir [de outra forma] (Elza Soares, moradora de Novos Alagados - São João).

Este conjunto de interações de proximidade, e os “riscos” a ele associados, desenvolve nas camadas médias e altas da cidade uma relação de medo e desconfiança através de uma representação da violência, territorializada na favela. Uma relação de “suspeição prévia”, que traz a necessidade, aos moradores da favela, de provar, de antemão, que são pessoas “de bem”, honestas e confiáveis, logo, sem participação ativa na “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2008a). Um esforço permanente e constante de “limpeza simbólica”, através da externalização dos princípios da moral e dos costumes, para demonstrar, ao restante da cidade, que se tratam de “trabalhadores¹⁴³”.

Chamamos este esforço de ‘limpeza moral’. Quanto mais impessoais as interações, mais difícil e de resultado mais incerto ela é. Dentro das favelas, os moradores também procuram deixar claro seu distanciamento moral em relação aos traficantes (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.23).

Deve-se ressaltar a apropriação do termo vagabundo pelos moradores de favela, ressignificando-o a partir de sua representação original, que associava ao crime, ou à condição de “classes perigosas”, o conjunto dos moradores de favelas (VALLADARES, 2005; ZALUAR,

¹⁴³ O termo trabalhador não significa que a pessoa exerce uma atividade remunerada no momento, mas representa aquele que busca seu sustento através do trabalho, se diferenciando daquele que exerce uma atividade ilícita, mesmo que eventual.

1985). Deste modo, a categoria de “vagabundo” se elabora em oposição à de “trabalhador”, uma separação entre aquele que optou pelos meios “fáceis” de se conseguir uma evolução socioeconômica daquele que a tenta com “o suor do trabalho”¹⁴⁴. Apropriar-se de um termo pejorativo, que diferenciava e distinguia os moradores de favelas, de modo geral, do “cidadão trabalhador”, para aplicá-lo àqueles que consideram como ligados à origem do estigma que associa os favelados ao universo do crime, significa uma tentativa de “correção de rota”: por um lado se aproximam dos moradores do asfalto, concordando com estes sobre a existência do problema, por outro, tratam a questão de forma discricionária, reivindicando uma diferenciação capaz de demarcar fronteiras entre os “elementos” associados à violência, e as pessoas/cidadãos “de bem” residentes em favelas (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008).

Manter rotinas

Reféns, por um lado, da violência instaurada nas metrópoles, que se aproveita da fraca presença do Estado nas favelas para compor ali suas bases, e, por outro, do estigma que interpreta a proximidade territorial em um discurso generalizante que transforma toda a população do morro em criminosos, coniventes ou de certa forma colaboradores do tráfico, esta população se esforça para desenvolver suas atividades diárias em um território defendido com armamentos pesados e sujeito a restrições e riscos severos.

A imposição da proximidade com os traficantes criou uma condição de inescapável convivência, que mesmo não desejada se torna diária e constante. A partilha territorial obrigou ao desenvolvimento de mecanismos, de adaptação e ajustamento, que exigem a sujeição a condições como a “omissão” e a “lei do silêncio”, mas que acabam por garantir certa estabilidade das rotinas, ainda que em meio a frequentes episódios violentos e a exposição a riscos eventuais.

O problema é esta coexistência, que expressa de maneira clara a fragmentação da vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras, instaurando um inusitado paralelismo entre formas de vida reciprocamente incompatíveis, uma orientada para a restrição da violência através de seu monopólio pelo Estado e outra fundada na força como princípio de coordenação (MACHADO DA SILVA, 2008b, p.38).

Apesar da proximidade espacial, as condições “de segurança” impostas pelo tráfico não são explícitas, “o que efetivamente vigora é o arbítrio dos traficantes que dominam naquele momento. A chamada ‘lei do tráfico’, nos termos como tem sido pensada e interpretada, não

¹⁴⁴ “Embora a noção de ‘crime’ seja extraída das definições legais, não deve ser confundida com elas. Para a população em geral, ‘crime’ é uma representação social, não uma figura jurídica” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.20). Nesta diferenciação, os depoimentos colhidos nos deixam perceber que esta é uma relação de confiança construída ao longo do tempo na comunidade. Assim, eventuais pequenos delitos do cidadão identificado como “trabalhador”, são considerados deslizes, não invalidando necessariamente esta classificação, e, pelo lado oposto, mesmo que um “vagabundo” esteja trabalhando, isto não o torna automaticamente um “trabalhador”.

tem existência real” (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.22), a convivência se baseia na experiência passada e na manutenção da ordem e condições estabelecidas, onde a rotina é a única condição comprovadamente aceita: garantia da integridade física e estabilidade social.

É a experiência prática e imediata de uma ordem rotineira estável (aquilo que permite ‘continuar’, como diz Giddens) que fornece tais garantias, orientando os moradores sobre como ajustar suas condutas às situações de violência, perigo e insegurança. [...] Em outras palavras, tais garantias são representadas por rotinas suficientemente estabilizadas, capazes de incorporar a possibilidade de ‘prosseguir’ em situações extraordinárias, que passam a ser cognitivamente e moralmente manipuladas como ‘riscos’ e não como bloqueio das condições ‘objetivas’ (isto é, da organização das rotinas) para continuar (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p.76).

Ainda que não seja das instituições estatais de controle social, depositárias do monopólio legal da violência e responsáveis pela proteção dos cidadãos, que os moradores das favelas busquem suas “garantias externas” - afinal, a própria origem destes espaços se deu através da ineficiência destas instituições em prover condições de habitação e em regular a produção espacial de acordo com a sua legislação -, e apesar da presença intensa de bandos armados se articular exatamente nos territórios onde o Estado se mostra rarefeito, não se trata de uma substituição de um poder pelo outro, mas de uma equalização, na qual os bandidos se aproveitam do enfraquecimento institucional para se consolidar no território de maneira ostensiva.

Quando se trata da violência envolvida nas práticas dos traficantes, com os quais os moradores são obrigados a compartilhar o mesmo território, há muitos relatos de tentativas (bem e mal sucedidas) de redução da imprevisibilidade do fluxo da vida local. Isto ocorre por meio do ajustamento das condutas a um cálculo dos riscos envolvidos nesta convivência forçada. Este, tornado ‘administrável’ uma pequena porção da violência na localidade, permite ‘reabsorvê-la’ como a parte ‘extraordinária’ das rotinas ‘ordinárias’ (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p.47).

No extremo oposto, a intervenção policial constitui um poder que interfere “de fora”, de maneira imprevisível e esporádica, alternando o vazio institucional com ações violentas e intensas, deflagradas através das “operações”, marcadas aos olhos da população local pela arbitrariedade da conduta e pelo caráter imprevisível: “para os moradores comuns a violência policial é inapelável, incontrollável e imprevisível” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p.71).

Midiatização do crime

04 de fevereiro de 1994, nas bancas a edição do Jornal do Brasil estampa a manchete: “O risco de levar a vida de frente para o crime”, na qual, em uma foto de uma janela perfurada por uma bala perdida, se vê, ao fundo, o morro do Cantagalo. Figurando como origem da agressão e portador simbólico do medo que assola a cidade, a imagem da favela exposta é incapaz de diferenciar entre moradores e bandidos. Em novembro de 2010, a cobertura da invasão, pela polícia do Rio de Janeiro, do complexo de favelas do Alemão, assim como dos

eventos violentos que a precederam¹⁴⁵ tomaram a capa de quase todos os grandes jornais do país. Em O Globo, os eventos ganharam uma rubrica específica, intitulada: “A Guerra do Rio”. O termo, entretanto, não era original:

Em 2003, quando os EUA invadiram o Iraque, em busca de armas de destruição em massa, e promoveram uma guerra, o jornal O Globo noticiava o assassinato de uma adolescente em uma estação de metrô na Tijuca, bairro carioca. Lado a lado, dois títulos pareciam querer contaminar o contexto de cada um: “A guerra de Bush” e “A guerra do Rio” [...] Desde então, “A guerra do Rio”¹⁴⁶ tornou-se uma rubrica que nomeava conflitos entre traficantes de drogas e policiais em favelas do Rio de Janeiro (CORRÊA, 2008, p.138).



Figura 122 - Jornal O Globo, com a rubrica “A Guerra do Rio”, exibindo as marcas da violência na cidade. Fonte: O Globo, 24.Nov.2010.

o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada” (CALDEIRA, 2008, p.27).

Neste movimento as imagens tornam a elaboração dos acontecimentos “mais reais” e mais legítimos, por não serem confundidas, como o texto, com interpretações concebidas por um intermediário: “imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade [...]. Fotos fornecem um testemunho [...] uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu” (SONTAG,

¹⁴⁵ No final de novembro de 2010, diversos eventos violentos espalhados pela cidade buscavam promover o medo entre os moradores, como forma de desestruturar e combater a política de “pacificação” de favelas empreendida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Tais ações desencadearam a ocupação do Complexo do Alemão pela polícia, em uma operação de dimensões monumentais, que contou inclusive com o apoio de blindados da marinha.

¹⁴⁶ A rubrica foi utilizada em diversas ocasiões pelo Jornal, como exemplifica Corrêa (2008), através das coberturas dos eventos violentos de abril de 2004, dezembro de 2006 e fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro. Termos com conotações semelhantes são igualmente utilizados por outros jornais, como a Folha de São Paulo, em 2006, com a rubrica “Guerra Urbana” e os Jornais O Dia, em 2010, e Jornal do Brasil, em 2004, com matérias com o mesmo título: “O Iraque é aqui”.

2004, p.14-16).

Caldeira (2008) cita a existência de intrincadas relações entre violência, significação e ordem, nas quais a narração é entendida como modo de combate, mas também como mecanismo de reprodução da violência, ao fazer o medo circular através da repetição de histórias, legitimando o recurso à privatização dos meios capazes de garantir a segurança e, principalmente, por justificar ações policiais violentas, muitas vezes ilegais, que contribuem para agravar a segregação socioespacial. Neste contexto, os abusos por parte das instituições da ordem atropelam os direitos cidadãos, ajudando a forjar "uma cidade mais segregada e uma sociedade muito mais desigual, na qual as noções de justiça e os direitos de cidadania são diretamente contestados, apesar do sistema político democrático" (CALDEIRA, 2008, p.44).

De fato, a fala do crime faz a violência proliferar ao combater e simbolicamente reorganizar o mundo [...] Se a fala do crime promove uma ressimbolização da violência, não o faz legitimando a violência legal para combater a violência ilegal, mas fazendo exatamente o contrário [...] Se a fala do crime gera ordem, esta não é uma ordem democrática, igualitária e tolerante, mas exatamente o seu oposto (CALDEIRA, 2008, p.43-44).

Em uma cidade marcada pela violência, a imprensa tem o poder de produzir, reproduzir e cristalizar estigmas, medos e fissuras. Quando a violência passa a ser territorializada e personificada, na favela e no pobre urbano, estabelecem-se as bases para a elaboração de percepções como a "cidade partida" (VENTURA, 1994; CARVALHO, 1994) e promovem a segmentação da cidade através de "muros" físicos, ou simbólicos, dividindo o mundo, e as cidades, em "fortalezas" e "terras de ninguém", às ultimas, como uma espécie de barbárie reinante, restaria a exposição acentuada, e pouco exata, de seus caracteres mais extremos e impactantes/vendáveis (CALDEIRA, 2008).

Enfim, cabe ressaltar que a ansiedade gerada por esta ameaça à segurança ontológica se expressa sob a forma de um medo social difuso, que acaba por produzir demandas de uma recomposição das rotinas pela força, fechando assim um círculo de ferro que reproduz indefinidamente a violência como elemento estruturador fundamental, sempre presente e sempre temido, nas favelas e em toda a cidade (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p.76).

Conforme Caldeira (2008), as falas do crime, enquanto produzem interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, moldam o cenário para a produção de um novo sentido nas interações sociais:

Essas narrativas e práticas impõem separações, constroem muros, delineiam e encerram espaços, estabelecem distâncias, segregam, diferenciam, impõem proibições, multiplicam regras de exclusão e de evitação, e restringem movimentos. Em resumo, elas simplificam e encerram o mundo. As narrativas de crimes elaboram preconceitos e tentam eliminar ambiguidades (CALDEIRA, 2008, p.28).

Entre abril e maio de 2008, a cobertura da imprensa aos eventos violentos, decorrentes das disputas territoriais entre facções criminosas rivais, que vitimou por várias semanas o Morro da Babilônia, dedicou grande destaque aos efeitos desta nos bairros vizinhos. Desta forma



Figura 123 - Marcas do confronto no Morro da Babilônia em 2008.

Fonte: Agência O Globo/Márcia Foletto.

alternava notícias de tiroteios e jovens baleados em confronto¹⁴⁷ no morro com a “paz perdida” na cidade formal¹⁴⁸, exemplificada pelas marcas da violência que se tornavam visíveis nesta. Entre elas, uma matéria do G1¹⁴⁹, que descreve a ação policial no morro trazia na manchete: “Bala perdida atinge apartamento no Leme”, ao lado, uma imagem, na qual uma moradora aparece no centro da marca deixada pelo tiro. A elaboração do discurso da violência transforma

os moradores, não apenas em vítimas casuais de balas perdidas, mas em alvos da violência descontrolada que não se contém nos morros. A proximidade com a favela é vista como uma exposição permanente ao risco, e a favela como temor que acua a cidade, e, logo, exige reação.

As pessoas às vezes acham que violência só tem aqui no morro, tem confronto entre polícia e bandido? Tem, como tem aqui na rua. Quando os caras roubam e os policiais atiram, o confronto existe! E existe, aqui e lá. Talvez o que seja diferente na coisa, é que o cara não dá tiro de fuzil na rua, entendeu? Aqui embaixo, tem receio, tem medo, mas lá não, eles não pensam em nada, eles dão tiro de fuzil! (Cesar, morador da Babilônia - Rua São Bento).

Este conjunto de práticas, estigmas e preconceitos elabora um imaginário social que pouco diferencia entre as categorias de favelado, negro, pobre e bandido, associando estes à origem da crescente violência que se alastra pelas grandes cidades brasileiras. “Esta associação é uma marca das representações que sempre fizeram acerca da pobreza, que precisava ser domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos” (KOWARICK, 2009, p.91). Desta forma a mistura social é vivenciada como desarmonia ou desordem, logo, a relação com a cidade, e sua vida pública, se torna de evitação, uma sociabilidade enclausurada e defensiva que rejeita a esfera pública, por ser o local do imprevisível, do perigo e da violência (CALDEIRA, 1997; KOWARICK, 2009).

Neste caminho, o recrudescimento desta relação, fomentado pelo fortalecimento e

¹⁴⁷ Portal G1, 14.abril.2008; 28.abril.2008; 29.abril.2008; 07.maio.2008; 09.maio.2008.

¹⁴⁸ Portal G1, 29.abril.2008; 01.maio.2008; 07.maio.2008.

¹⁴⁹ Portal eletrônico de notícias da Globo.com, em 07 de maio de 2008.

intensificação do aparato policial tende a criar uma situação de *paz armada*, na qual a desconfiança se torna generalizada e a estabilidade duradoura cada vez mais distante, apesar da aparente sensação de tranquilidade que a força ostensiva expresse, afinal “polarizações crônicas tendem a reiterar as suas referências, cristalizando um limitado sistema de oposições dificilmente permeável à renovação” (CARVALHO, 1994, p.136).

B. Os territórios do crime

A relação territorial estabelecida pela atuação criminosa nas favelas, principalmente através da estrutura de poder do tráfico, não se estabelece de forma homogênea nas diferentes áreas, mas, ao contrário, os diferentes contextos produzem diferenças estruturais profundas, como poderemos ver de acordo com a análise das áreas estudadas:

O Morro Santa Marta se encontrava, já no momento do início da pesquisa, “pacificado¹⁵⁰”, logo, sem o controle territorial do tráfico e com uma supervisão policial intensa, entretanto, os depoimentos colhidos e informações históricas demonstram a existência, no passado, de uma violência fortemente territorializada e estabelecida, caracterizada pelo uso de armamentos pesados e intenso comércio de drogas. O que, entretanto, não configura uma realidade muito distante das principais favelas cariocas.

Quando eu trabalhava até de madrugada, eu não vinha pra casa, eu tinha que dormir na casa de um primo. Não vinha pra casa com medo de subir de madrugada, de ter tiroteio... ou, como já aconteceu várias vezes, de policial me parar aqui dentro da comunidade, e querer botar toco em mim pensando que eu era bandido, entendeu? Você tá vindo do trabalho, sem ter nada a ver, você é parado e humilhado por policial (Emílio, morador do Santa Marta - Pico).

O Morro da Babilônia, por sua vez, sofre o processo de “pacificação”, recebendo uma unidade da UPP no decorrer da pesquisa, o que nos deu a possibilidade de vivenciar as duas realidades distintas que marcaram a relação da favela com a violência e a criminalidade. Antes da ocupação policial, o morro se encontrava marcado por uma delimitação territorial bastante frequente nas áreas de favelas do Rio de Janeiro, caracterizada pela existência de uma base da Polícia Militar, no acesso a “comunidade”, marcando a “presença” da força de ordem Estatal, que, no entanto, parecia ter pouca ação dentro do território informal, visto que ao avançar pelas escadas sucessivas, e adentrar o território da informalidade, podíamos perceber a forte presença de homens armados que não demonstravam temer a exposição acintosa do armamento que carregavam.

A existência da base policial na entrada da favela parecia definir uma nítida divisão territorial entre as forças oficiais e criminosas, delimitando simbolicamente até onde a efetiva ação do

¹⁵⁰ Sob o controle de uma Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, desde final de 2008, conforme analisaremos no capítulo V.

controle do Estado seria exercida.

Durante a pesquisa o presidente e os diretores da Associação apenas se desculparam na ocasião do primeiro contato com os traficantes e se preocupavam em destacar sempre um acompanhante para me auxiliar no trabalho, e garantir minha segurança. De certo modo, demonstraram maior tranquilidade quando souberam que, entre minhas entrevistas, eu havia conversado, ainda que sem consciência do fato, com pessoas ligadas ao “movimento¹⁵¹”. O que demonstrava que eles já estariam cientes de minha presença e teriam de certa forma consentido a minha permanência. Assim, a pesquisa transcorreu por um longo período, entre homens com armamento pesado, através de uma postura de certa submissão ao que me era permitido fazer, perguntar ou fotografar. Eu estava nitidamente em um território que não me era livremente franqueado, sobre o qual os direitos legais de permanência eram negociados e a minha segurança ali me parecia instável e fruto de uma relação complexa: no módulo policial me diziam que supervisionavam a área, mas não podiam garantir minha segurança lá em cima, os traficantes davam indícios de que tudo estava tranquilo e eles controlavam o local, e, em dois momentos, um agente da Associação veio ao meu encontro com um moto-taxi para me retirar do morro, diante dos rumores ou da presença iminente de um confronto, ambos fruto de uma operação policial.

Já em Novos Alagados, mesmo nas áreas indicadas pela população local como as mais violentas da enseada, em nenhum momento nos deparamos com homens armados, tivemos nossa presença negociada ou presenciemos ações de tráfico incisivas. A existência do tráfico era evidenciada através dos relatos de moradores, ou nos pontos de venda de drogas, embora mesmos nestes mantivessem uma postura discreta, operando de maneira escondida. Da mesma forma, a associação de moradores me informou que poderia andar à vontade, desacompanhado, e o contato mais intenso que tive me foi exposto através do relato de uma moradora:

Toda vez que você chegava, quando seu carro aparecia na esquina eles saíam todos correndo e se escondiam, mas agora já te conhecem, já sabem que é teu carro, quando ameaçam se esconder alguém já grita “tá tranquilo, é o cara da pesquisa!” (Jane, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

Apesar da violência intensa, não controlam o território de forma absoluta e exclusiva, se contrapondo em relação às forças estatais e se impondo como força de ordem à população. Desta forma, as atividades criminosas precisam se produzir de forma velada, ainda que isto não impeça que existam disputas pelo controle territorial entre bandos distintos, sujeitando igualmente a população aos riscos e consequências da partilha espacial:

¹⁵¹ *Eles próprios se lamentavam dos excessos e da arbitrariedade de decisões dos integrantes do movimento que impunham sua vontade seja em questões relativas ao uso do espaço, disputas internas entre vizinhos e até mesmo se apropriando temporariamente da sede da associação para festas.*

Os do lado de cá não bolem com a gente, mas do lado de lá tem os alemão¹⁵², que não gostam dos do lado de cá e tentam invadir, aí trocam tiro... quando dá tempo, eles até avisam a gente, né? Senão só vê a correria, às vezes é polícia, às vezes é alemão... (Denise, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

Em Novos Alagados, a polícia não é sinalizada como fato gerador de conflitos, sua chegada não é associada imediatamente a confrontos violentos e generalizados, mas a reações específicas e conflitos localizados, nos quais os bandidos não permanecem para defender um território “dominado”, só reagindo quando diretamente visados na ação.

Domingo, eu voltando da Igreja entrou um monte na minha porta: vupo, vupo, vupo! Estavam correndo da polícia. Olhei pra cara deles e falei tá tudo bem, fica aí! E subi com os meus filhos para eles não ficarem fazendo perguntas (Cristiane, moradora de Novos Alagados - Conjunto Boiadeiro).

A reclamação mais frequente, relativa à violência, nos depoimentos dos moradores, se refere à corrupção policial, descrita como o motivo da permanência do tráfico no local.

A polícia é corrupta, entendeu, a polícia é corrupta. Se você colocar o módulo policial aqui dentro, se você colocar polícia aqui, vão tudo se corromper com o tráfico. Vão chegar pros ladrões vão dar uns tapas e vão dizer: “E aí? O meu? E aí, cadê o meu, hein?” (Enilda, moradora de Novos Alagados - Araçás).

A polícia às vezes vem e só bate e leva o dinheiro... Não leva não, só querem o dinheiro (D. Ana, moradora de Novos Alagados - Nova Primavera).

É a realidade, meu filho. Quantas vezes esses meninos estão aí com droga na mão, a polícia passa e não acontece nada? Se eles que são eles não falam nada, a gente vai falar o que? Não pode, né? Porque quando a polícia quer, ela faz as coisas, quando ela quer desmontar uma quadrilha, ela desmonta. A realidade é essa (Lais - moradora de Novos Alagados - Araçás).

Esta diferenciação não ocorre apenas geograficamente, entre diferentes áreas, podemos, igualmente, realizar uma diferenciação temporal, na qual seria possível identificar, nos morros cariocas, dois momentos distintos da atividade criminal: o primeiro, caracterizado por uma ação menos visível e menos ostensiva do tráfico, que se desenvolvia de forma clandestina e com menor imposição territorial, logo, possuindo igualmente menor interferência sobre a vida cotidiana dos moradores; e o segundo, determinado pelo ostensivo poder de fogo e grande imposição territorial, cada um deles resultando igualmente em uma ação policial distinta e compatível no padrão de violência.

Há trinta anos a situação do morro era muito ruim, mas não tinha essa maldade que tem agora. Antes o bandido era mais no papo, era no três oitão¹⁵³, agora não, mudou tudo, agora é essa tecnologia, né? Entendeu? (João, morador do Santa Marta - Meio

¹⁵² Denominação popularmente utilizada para descrever membros do grupo rival.

¹⁵³ Revólver calibre 38, arma de pequeno porte, curto alcance e menor poder de fogo, principalmente se comparada com os fuzis, utilizados atualmente.

do morro).

Atualmente, a organização e poderio da criminalidade no Rio de Janeiro se tornaram tão emblemáticos que Lessing (2008), ao analisar a estrutura do tráfico de drogas em nove comunidades distintas, utiliza uma escala de concentração e organização dos mercados locais de drogas, que possui o caso das facções cariocas como limite extremo superior, e, como limite mínimo, o "microtráfico", existente em áreas urbanas fora de favelas.

O que intriga nesta descrição é a semelhança encontrada entre os relatos deste passado, de uma criminalidade mais intersticial e discreta - na qual o abandono pelo Estado, e o forte poderio dos traficantes, não havia ainda determinado a fissura do controle territorial armado -, com a situação atualmente existente nos bairros periféricos de Salvador, especialmente a que encontramos em Novos Alagados. Esta relação nos permite indagar se estamos lidando com uma evolução ou especialização "natural" da criminalidade, ou se devemos nos questionar sobre as características e conjecturas específicas que tornaram o caso carioca tão extremo.

Violência e espaço produzido

A sociabilidade violenta transforma o modo de vida das favelas, através da implantação de uma ordem social que expõe o conjunto de moradores à sujeição a uma minoria, segundo a vontade e os interesses desta, distanciando-se de princípios éticos ou morais (MACHADO DA SILVA, 2008a). Esta inescapável coexistência gera influências e reflexos no espaço produzido dentro da favela, seja pela interferência na organização do poder político, pela interferência nas rotinas, e, logo, no padrão de uso deste espaço, ou mesmo pela produção de uma fragmentação excessiva em um espaço já restrito, dissonante dos propagados princípios comunitários.

É importante ter muro, é importante ter portão, tanto esse da porta como lá na frente, porque às vezes as pessoas vêm de outro lugar aí briga, vem correndo invade a casa, a polícia vem correndo atrás de alguém se o portão tá aberto eles invade e tudo corre perigo. (Nilda - Nova Primavera).

Interfere igualmente no espaço produzido fora das favelas, através do recrudescimento do estigma e da segregação espacial, sofridos pelos moradores, que se desenvolve em função da representação da violência real ou midiática que toma conta da cidade. Estes estigmas dificultam o recurso a soluções institucionais para diminuir as ameaças que sofrem e produzem uma relação ambígua com as forças de ordem oficiais, marcada por uma diferenciação frágil entre agentes e vítimas da sociabilidade violenta.

À medida que escasseia aquele mínimo de confiança indispensável para a continuidade regular das rotinas cotidianas sobre as quais se assenta o conflito social e o debate público, os moradores dos territórios de pobreza têm sido sistematicamente afastados do convívio social e suas vozes deixam de ser ouvidas (MACHADO DA SILVA, 2008a, p.16).

A maior sujeição à ação e à autoridade dos traficantes vem acompanhada de uma menor liberdade de ação da Associação de Moradores e de quaisquer instrumentos políticos legitimamente organizados no território da favela, que precisam se afirmar frente às decisões arbitrárias e “legitimadas” através da força, típicas da sociabilidade violenta. Nesta situação o acesso a serviços e à ação de organizações externas à favela fica comprometido, ficando o morro sujeito a sinal de TV a cabo pirata¹⁵⁴, transporte “alternativo” por vans ou mototaxis, distribuição de gás com ágio¹⁵⁵, e ao atendimento reduzido por redes assistenciais, devido ao risco envolvido.

Dentro da favela, algumas estratégias de localização se colocam em prática através de mecanismos de proteção contra as ações violentas, que valorizam as áreas distantes das bocas de fumo e aquelas próximas de locais mais movimentados, visto que os trechos vazios são frequentemente usados para atividades ilícitas.

Nos cantos, aonde tem mato é que é ruim. Tudo de ruim acontece ali, no mato aparece de tudo, tem morto, tem tiro, tem esconderijo. Perto de mato não é bom morar não (Beth, moradora da Babilônia - Campinho).

Décadas de segregação e discriminação apenas contribuíram para consolidar o abismo simbólico e social que os distanciava, catalisado pela midiaticização de uma violência endêmica, que pairava como ameaça latente. Não se trata apenas do preconceito contra seus moradores no contato mútuo do espaço público, mas da difusão de ações produtoras de uma fissura completa no espaço social, da construção de dispositivos de defesa, que fecha a cidade em condomínios e muros fortificados e do estímulo a práticas de combate a violência, públicas ou privadas, que tornam os moradores das favelas subcidadãos (DAMATTA, 1997; CALDEIRA, 1997).

Erosão do lugar

Muitas vezes, sofrendo efeitos cumulativos, o estigma referente ao lugar sobrepõe-se ao estigma da pobreza e a outros, como os relativos à raça, ao local de origem, à violência latente. Os moradores se encontram em uma condição de “marginalização avançada”, que poderia ser responsável pela produção de um desenraizamento, através do qual perderiam o sentimento de pertencimento ao local, negando sua filiação ao bairro e a suas redes de conhecimento e assistência mútua. Uma reação, na qual tentariam “distanciar-se de um lugar e de uma população que eles sabem que são universalmente ultrajados” (WACQUANT, 2005, p.173).

¹⁵⁴ Originadas pelo vazio deixado pelas empresas oficiais, que não cabeiam áreas de favela, mas influenciadas também pelos custos inferiores destas empresas informais, chamadas de Gato Net, frequentemente associadas às atividades do tráfico, ao qual pagam uma taxa de funcionamento, mas a quem devem a liberdade de atuação.

¹⁵⁵ Devido às taxas cobradas pelos traficantes.

Wacquant descreve, em um estudo sobre a moradia nas *banlieues* francesas, construídas nas periferias para o subproletariado, o processo de desnaturalização ou dissolução do lugar, condição que seria responsável por um sentimento de vergonha e culpa, através do qual as pessoas evitariam receber familiares e amigos em casa, escondendo seu endereço, ou se sentiriam impelidas a inventar desculpas por morar em um local degradado, demonstrando que este provocaria uma sensação profunda de inferioridade (WACQUANT, 2005). Nesta situação, 'lugares' comunais, plenos de emoções compartilhadas, de significados conjuntos, de práticas e instituições de reciprocidade transformam-se em 'espaços' indiferentes de mera sobrevivência e luta: "um processo de desenraizamento que leva a perda de um local com o qual as populações urbanas marginalizadas identifiquem-se e no qual sintam-se seguras" (WACQUANT, 2005, p.173).

A marginalidade avançada produziria um enfraquecimento das ligações comunais territorialmente estabelecidas na cidade, transformando relações de lugar em relações de espaço, alimentadas pelo sentimento de vulnerabilidade frente a uma condição de insegurança física, pelos riscos diários a que são submetidos, e socioeconômica, pela precariedade dos vínculos econômicos somados à tendência de retrair-se para um domicílio particular (SMITH, 1987).

Se a interpretação de uma relação de "convivência" entre as sociabilidades sobrepostas neste território os sujeita a ações de violência policial generalizada, concretizando a quebra da frágil relação de confiança, iniciada na percepção da convivência e corrupção policial, e o confinamento geográfico os submete a uma cidadania subalterna que lhe cerceia até mesmo a palavra (MACHADO DA SILVA, 2008a), estabelecendo, como defendem Machado da Silva e Leite (2008), um processo de erosão do "sentido de lugar", a reação que encontramos por aqui parece se diferenciar da descrita por Wacquant. A configuração estabelecida parece contribuir para uma reação reversa, na qual tenderiam a se isolar em grupos, através dos quais possam se sentir cidadãos verdadeiros e iguais, fortalecidos pela difusão do mito comunitário, como ideal de igualdade e de vida socialmente equilibrada estabelecida como contrapartida à relação estigmatizada e segregada com a cidade formal.

O fortalecimento dos laços sociais internos, das redes de sociabilidade e ajuda mútua, as ativas relações econômicas internas e a própria inserção ambígua na cidade, pautada por uma condição socioeconômica periférica, contraposta a um posicionamento geográfico muitas vezes privilegiado, parecem contribuir para a manutenção de um enraizamento interno, ao qual a denominação e a "fabricação" da condição de comunidade¹⁵⁶, veio valorizar o sentimento de pertencimento e valorização das "raízes"¹⁵⁷.

¹⁵⁶ *Mesmo organizada, externamente, na reelaboração politicamente-correta do termo favela e, internamente, na defesa de privilégios legitimados pela precariedade e condição de grupo.*

¹⁵⁷ *Mais recentemente, novos processos como os projetos de reurbanização e "pacificação" de favelas transformarão novamente estas relações, conforma analisaremos no Capítulo V.*

2. COMUNIDADE

A. A Comunidade de fora para dentro: a representação da violência

Ainda que as convenções que distinguem os segmentos “formal” e “informal” da cidade tenham se dissolvido ou perdido a rigidez original através da consolidação das favelas no tecido urbano, estas ainda permanecem estigmatizadas como “territórios de exclusão”, a despeito dos indicadores socioeconômicos, que estabelecem esta separação, se encontrarem cada vez mais difusos e menos representativos. Ainda que não se possa falar em espaços indistintos, tratar a cidade como dual, ou tentar delinear esta divisão entre espaços, que se mostram interdependentes e entrelaçados, parece uma questão bastante delicada, e até mesmo perniciososa (PERLMAN, 2010).

Esta segmentação da sociedade, e de seus indivíduos, organiza-se através da percepção de insegurança: “o mito que justifica a necessidade da existência das fortificações” (PAIVA; NÓRA, 2008, p.23). Esta “cultura do medo” territorializa o risco e a desconfiança na favela, exposta como ameaça latente à manutenção da tranquilidade da cidade, numa relação na qual a população favelada foi aproximada dos bandidos, pela lógica que considera a convivência forçada como sintoma de convivência: a pobreza é criminalizada, e com ela seus moradores, por nelas residir (LEITE; OLIVEIRA, 2005; PERALVA; 2000).

Um efeito perverso dessa percepção e das práticas que se lhe associam é o estímulo à reprodução da criminalidade violenta nas favelas, uma vez que o isolamento institucional de seus moradores e a criminalização de seus protestos e instâncias de ação coletiva terminam por reforçar a “lei do silêncio” imposta pelos traficantes de drogas nesses locais e a submissão dessa população a seu domínio (LEITE; OLIVEIRA, 2005, p.14).

O termo favela não resulta de um debate técnico e neutro, ela é uma categoria social produzida no conflito pela organização e pelo domínio do espaço urbano, elaborada e manipulada de “cima para baixo”, para definir as condições efetivas de habitação e vida dos pobres urbanos (RIVERO; RODRIGUES, 2009; MACHADO DA SILVA, 2004c). Esta é então contraposta a um ideal urbano, que só é vivenciado por uma parcela dos habitantes da cidade, e é, conseqüentemente, considerada uma *disfunção*, um problema que afeta a saúde da cidade: “os espaços periféricos e favelados são vistos, nessa proposição, como externos a *polis*, ou seja, ao território reconhecido como o lugar, por excelência, de exercício da cidadania” (SOUZA; BARBOSA, 2005, p.57).

Entretanto, como a denominação “favela” adquiriu uma conotação fortemente pejorativa, e “favelado” representa quase um insulto, se torna frequente, como tentativa de contornar, sem questionar, a situação, o desvio para termos como “morro”, “comunidade carente” ou simplesmente “comunidade” (PERLMAN, 2010).

Esta substituição, todavia, não apaga o estigma e a condição de segregados, persiste no imaginário dos moradores da cidade a representação das favelas, e dos favelados, construída nas décadas de 1940 e 1950. Uma percepção que não traduz os elementos materiais que a determinam, prevalecendo o homogêneo, o generalizado, o estereotipado: “o eixo da representação da favela é a noção de ausência. Ela é sempre definida pelo que não teria: um lugar sem infraestrutura urbana - água, luz, esgoto, coleta de lixo -, sem arruamento, sem ordem, sem lei, sem moral e globalmente miserável” (SOUZA; BARBOSA, 2005, p.24).

Nos centros urbanos, a escassa visibilidade destas populações socialmente periféricas só é quebrada através da exposição de seus aspectos negativos. Ainda assim, nestes casos, ela aparece estruturada segundo uma narrativa específica, que reforça a imagem dos espaços populares como território da bandidagem e do tráfico de drogas. Desta forma, fatos eventuais, como a prisão de um traficante, não se limitarão, na cobertura de notícias sobre a violência na favela, ao registro das atividades deste ou de como foi preso. Elaborando uma narrativa, através da construção de um personagem e de sua história, expondo detalhes do perfil e da vida do elemento central, a mídia transforma o marginal em um homem famoso, desdobrando e desenvolvendo os acontecimentos ao redor do fato mais vendável, ignorando o debate sobre os problemas socioeconômicos das populações periféricas (PAIVA; NÓRA, 2008).

Em geral, os veículos tendem a produzir um relato bastante completo, que fornece ao leitor elementos como: o tamanho do poder e do arsenal de armamentos do bandido, a sua trajetória no crime, o tipo de relação que ele mantém com as comunidades sob seu domínio, os nomes de seus aliados e dos seus inimigos, etc. (PAIVA; NÓRA, 2008, p.15).

O enredo, construído em torno da vida dos traficantes, relega a um segundo plano o questionamento sobre as diferenças sociais. Através da tríade favela-tráfico-violência, afasta-se a discussão a respeito das precárias condições de moradia e da necessidade de políticas públicas: “A comunidade desaparece em meio ao fogo cruzado” (PAIVA; NÓRA, 2008, p.15). Tal ênfase, na violência e no tráfico de drogas, reforça o estigma e a fragmentação da sociedade, elaborando uma permanente suspeição que paira sobre os movimentos dos moradores de favelas (LEITE; OLIVEIRA, 2005).

Com a representação da favela elaborada através do estigma e dos velhos preconceitos, os limites sociais e simbólicos, à convivência com os habitantes dos demais bairros, se reafirmam, aprofundando uma segregação socioespacial (LEITE; OLIVEIRA, 2005) que porta o risco de uma denominação, generalizante e reducionista como a “comunidade”, promover o estabelecimento e o fortalecimento de barreiras físicas e simbólicas que contribuem para uma “justificação” das desigualdades socioeconômicas.

O que parece ser um fator característico de determinado grupo comunitário torna-se

particularmente perigoso quando grupos socialmente desfavorecidos, subalternizados, aceitam a carapuça conceitual de 'minorias' ou de 'excluído' e não se atêm à consciente armadilha social, que os quer atrás de fronteiras discerníveis para 'os de fora' e, desta maneira, mais efetivamente controláveis (AMARAL FILHO, 2008, p.76).

Se às comunidades não é permitido dizer que tipo de comunidade querem comunicar, para fora de suas fronteiras identitárias, e, visto que é de fora que essas denominações são originadas, elas estabelecem um “freio representativo”¹⁵⁸, no qual, ainda que o intuito da comunidade seja prover melhores condições de vida para o grupo, a sociedade hegemônica envolvente estabelece limites, além dos quais deixariam de ser “favelados de verdade”, “quilombolas de verdade”, “índios de verdade”, se esforçando para que sejam física e simbolicamente mantidos dentro das muralhas da comunidade (AMARAL FILHO, 2008).

O antigo, ostensivo e arrogante hábito de explicar a desigualdade por uma inferioridade e inata de certas raças foi substituído por uma representação aparentemente compassiva de condições humanas brutalmente desiguais como direito inalienável de toda comunidade à sua forma preferida de viver. O novo culturalismo, como o velho racismo, tenta aplacar os escrúpulos morais e produzir a reconciliação com a desigualdade humana (BAUMAN, 2003, p.98).

B. Abrigo e segurança

As relações comunitárias constituem formas de enraizamento dos indivíduos, tanto na coletividade quanto no território que ocupam: “a imagem da comunidade, grosso modo, é a de um grupo de pessoas vinculadas umas às outras por tradição e laços de solidariedade” (LEAL, 2006, p.183). Entretanto, o “comunitarismo” ocorre mais naturalmente às pessoas que tiveram negado o direito à assimilação, e, portanto, procurar abrigo na suposta “fraternidade” do grupo nativo é sua única opção: “tudo o que estes querem ouvir é a sugestão de que a coletividade em que buscam abrigo e da qual esperam proteção tem um fundamento mais sólido do que as escolhas individuais reconhecidamente caprichosas e voláteis” (BAUMAN, 2003, p.91).

Para Dench (2009), o comunitarismo é “a filosofia do fraco”, são os menos privilegiados que possuem as maiores chances de conquistar direitos e benefícios agindo juntos, em combinações solidárias, pois aumentam a força de suas reivindicações pela virtude da associação grupal.

Entretanto, a elaboração do “mito comunitário”, que parece refletir o desejo e um ideal de mundo, regido por normas e valores éticos e solidários, parece ser uma construção que busca proteção frente à insegurança generalizada do mundo atual, principalmente para as classes mais fragilizadas, que, entretanto possuem pouca expressão prática real.

¹⁵⁸ A partir de Charles Hale (2002).

Segundo Hobsbawm (1994), parece ser exatamente no momento em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real que a busca pela proteção que estas representam se difundiu a ponto de tornar o uso da palavra “comunidade” indiscriminado e vazio: “homens e mulheres procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo” (HOBSBAWM¹⁵⁹, 1996, p.40).

O mundo moderno, no qual o comunitarismo é obrigado a operar, não se manteria inteiro ao menos que a maioria das pessoas, incluindo a maioria destes que se inclinam aos valores e propostas comunitaristas, formalmente conduzissem suas vidas de acordo com a ficção vigente de que o humanismo está no controle (DENCH, 2009, p.178).

Enfim, o ideal de comunidade é o tipo de mundo no qual gostaríamos de viver, mas que lamentavelmente não está a nosso alcance, mas que ainda pode ser articulado como elemento discursivo: “o que esta palavra evoca é tudo aquilo que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” (BAUMAN, 2003, p. 9).

Em outras palavras, a vida em comunidade muitas vezes é vista como algo que se perdeu ou uma forma de sociabilidade do passado, típica de antiquadas cidades pequenas e grupos isolados. Noutras, como um modo de associação ideal, a ser um dia alcançado ou a ser construído na ação cotidiana dos cidadãos (LEAL, 2006, p.184).

Entretanto, para compor o “chão” ou o “repertório” comum, que possibilitaria a constituição das relações identitárias, a “comunidade” se organiza de forma ambígua: a identidade é vivida como uma construção individual, que hoje se articula de forma menos enraizada, menos estável e menos fixa, se estabelecendo em um universo de multiplicidade sociocultural e de articulações (rede), no qual os laços de fraternidade e solidariedade se pluralizam, muitas vezes esvaziando sua conotação territorial; já a comunidade é uma forma de sociabilidade coletiva, cujo caráter político é intrínseco, o que torna inevitável o surgimento de uma tensão entre vida pública e privada (LEAL, 2006).

Viver em comunidade pode significar uma forma de garantir a sobrevivência do grupo, facilitando as condições de vida diante das duras circunstâncias enfrentadas (LEAL, 2006), ao mesmo tempo pode trazer também a sensação de segurança e aconchego que parecem ter se perdido na modernidade. A palavra “comunidade” pode ser libertadora, seus benefícios, entretanto, exigem um preço a pagar. Segundo Bauman (2003), viver em comunidade requer a aceitação do controle intenso e consequente abdicação da liberdade e da privacidade individuais: “os valores fraternais são necessariamente hostis ao voluntarismo e à liberdade individual” (DENCH, 2009).

¹⁵⁹ Apud Bauman 2003.

A “comunidade realmente existente”, se nos achássemos a seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo (BAUMAN, 2003, p.10).

Recém chegados

Conforme Pierucci (2003), o processo de modernização econômica excludente, pelo qual está passando a sociedade, e principalmente as cidades brasileiras, exacerba um fenômeno de estranhamento, através da preocupação a respeito de um futuro pior, valorizando a situação existente no passado. Se grande parte das favelas recebe, dos bairros vizinhos, a “responsabilidade” por tal degradação na cidade, perceberemos paralelamente que, no interior delas, é o migrante nordestino ou do interior que, tardiamente incorporado, porta a imagem do “outro”, o aspecto fisicamente identificável das mudanças no ambiente. Ao contrário da esperada “solidariedade”, surge uma forte distância social e a rejeição dos antigos moradores frente aos recém-chegados. Isso produz uma tentativa de marcar as diferenças, reunindo-os sob a denominação generalizante de “paraíbas”, identificando-os, à semelhança da discriminação sofrida frente à cidade formal, como responsáveis pela degeneração da localidade.

Através do mesmo procedimento que permite à favela ser percebida, de certo modo, como reconfortante, em vista da segurança de ocupar um espaço “entre os seus” e do apoio das redes de sociabilidade, podemos perceber, no interior destas, uma segmentação produzindo núcleos de concentração de moradores que partilham uma origem comum.

Esta lógica parece se estruturar através das redes de solidariedade que ultrapassam as fronteiras da favela, e mesmo do estado. Assim formam-se aglomerados que possuem a marca de uma população migrante, como é o caso de Rio das Pedras, na Zona Oeste carioca, que possui nas práticas, nos costumes e mesmo nos produtos oferecidos no mercado interno, traços que denotam a composição de sua população, com 54% de seus moradores originários da Região Nordeste do país, frente a 18% de nascidos no Rio de Janeiro¹⁶⁰ (ALKMIM, 2002; FARIAS, 2002).

A gente vinha como quem vem do Nordeste, com pessoa aqui. Nós chegávamos aqui pela informação de outro. Já vinha pra casa de um conhecido, de um parente qualquer. Depois, quem podia, ia fazendo barraquinho, conforme fui eu. Aqui tinha um

¹⁶⁰ Entre estes ainda se encontra uma parcela de descendentes de migrantes do Nordeste.

conterrâneo. Onde tem um conterrâneo, tem outros. Aí um vai dando uma mãozinha a outro (Antônio, morador da Rocinha¹⁶¹).

O mesmo processo forma também núcleos e pequenas áreas no interior de outras favelas, como o Campinho na Babilônia, que possui uma composição populacional semelhante e expõe no apelido, que descreve a localidade como a “área dos paraíbas¹⁶²”, a discriminação e o preconceito internos frente a uma população tardiamente estabelecida.

Os paraíbas, vieram faz tempo, um veio menino, trabalhou por aqui, depois a irmã dele casou com um moço do chapéu, que era mais liberal e podia vender, aí ele comprou um cantinho pra fazer sua casa. Depois chamou um vizinho, depois um amigo, e foram vindo. Às vezes vinham e começavam a pagar a associação, porque antigamente, se a gente pagasse a associação, já tinha alguns direitos na comunidade. Assim foram se estabelecendo... (Aparecida, moradora da Babilônia - Associação).

Situação de discriminação ambígua: frente aos moradores da favela, a segmentação segue o padrão descrito por Elias e Scotson (2000), segundo o qual se organizaria uma oposição entre os estabelecidos e os outsiders, os recém chegados. Uma distinção que se sobreporia às demais, de ordem socioeconômica, política ou religiosa: “uma vez que os estabelecidos formulam uma ética, com códigos de conduta e atribuição de valores para a inserção comunitária que os agrega, ao mesmo tempo que segrega e discrimina os mais novos ocupantes da comunidade” (ALKMIM, 2002, p.117). Entretanto, frente ao conjunto da cidade, por possuírem¹⁶³ uma maior proporção de brancos do que a população nativa da favela (ALKMIM, 2002; BURGOS, 2002), e conseqüentemente se expõem menos ao preconceito racial, possuem muitas vezes uma melhor inserção no mercado de trabalho, de modo que, apesar de se situarem na condição de grupo segregado, possuem muitas vezes condições econômicas iguais ou até melhores do que o grupo estabelecido. Nesta relação a antiguidade interfere na escala de *status*, reforçando o “direito de antiguidade”, conforme citado no item 2, do Capítulo III, sem alterar as outras dimensões da estrutura local.

C. Redes de Solidariedade

Quanto mais instável e insegura a situação socioeconômica das populações, maior é a sua necessidade de alinhamento às redes sociais para conquistar seus direitos à cidade, à moradia, e até mesmo possibilitar o acesso a melhores condições de vida e de trabalho. Nas zonas mais

¹⁶¹ Depoimento dado a Leitão (2009).

¹⁶² Estes, em contrapartida, classificam a população originária local como negros, expondo sua vertente do preconceito (MOUTINHO, 2002; ALKMIM, 2002), afinal, a sociabilidade não significa uma relação composta exclusivamente de trocas harmônicas, ela impõe inevitavelmente o conflito na construção de representações, que são relacionais e fundadas em contrastes, em um movimento de negação do outro que estrutura relações de poder e status (HALL, 2006).

¹⁶³ Ainda que constituam um grupo bastante heterogêneo, tanto a respeito do local de origem, visto que são originários de diversos estados do Nordeste, quanto a respeito das características étnicas, socioeconômicas e culturais.

precárias, nas fronteiras das favelas, entre movimentos ascendentes e descendentes, se faz uma espécie de “triagem” entre aqueles que serão incluídos e aqueles que terão que abrir mão da estrutura informal de auxílio. Ainda que sejam exercidos em rede, e desta forma dispersos e difusos no espaço, os mecanismos de ajuda podem também conferir prestígio e legitimidade ao exercício da autoridade. Desta forma, “não é da generosidade do morador da favela que os miseráveis esperam a solidariedade, mas da engrenagem existente no microssistema da favela, que torna obrigatório para as lideranças socorrer as pontas mais frágeis daqueles que pertencem ao território” (BURGOS, 2002, p.50). É essa solidariedade baseada no território que explica a manutenção, em última instância, da própria noção de “comunidade”, ainda que inadequada enquanto conceito, perfeitamente ativa e recorrentemente utilizada pelos moradores das favelas.

As redes sociais permeiam de forma bastante profunda o universo da cidade informal, o próprio mercado imobiliário é necessariamente regulado por contratos baseados em relações interpessoais, que têm por código dimensões como a lealdade e a confiabilidade. “Não é por acaso que, dificilmente, um novo morador chega à favela sem algum tipo de conhecimento prévio. Seu ingresso no território da favela precisa de um mediador, uma espécie de ‘fiador’ informal, em geral um parente ou amigo” (BURGOS, 2002, p.47). Na ausência de tal suporte, os novos habitantes legitimam seu pertencimento à localidade, através de um processo de “enraizamento”, onde se abrigam, inicialmente, em cômodos de aluguel, assumindo uma condição de associados, que se aproxima à de “hóspedes” do proprietário da casa principal. Esta situação de convivência em habitações de aluguel significa, frequentemente, convívio próximo e contato estreito, portanto necessitam de respeito e obrigações mútuas, das quais depende a permanência do inquilino. Passado este momento inicial, o morador “temporário” começa a se tornar conhecido e tecer suas próprias redes de sociabilidade, passa então a buscar um espaço onde poderá erguer um futuro embrião. Quando, por fim, se torna proprietário de uma casa na localidade, estabelece ali uma nova base de penetração, para onde poderá trazer futuramente amigos ou familiares de seu local de origem, segundo suas redes sociais originais.

D. Morro, favela, comunidade

Ao negarem o nome “favela”, e se autoafirmarem como comunidades, ao mesmo tempo em que afirmam uma “convivência entre iguais”, os moradores reforçam, por outro lado, o distanciamento e a segregação espacial, determinando a condição de “diferença” frente à cidade formal, embutida na proposta identitária de comunidade. Todavia o termo “comunidade” não parece ser entendido como uma “identificação”, mas portador da expressão de uma oposição, que busca, sem sucesso, uma diferenciação alternativa, frente ao espaço formal, que fosse capaz de escapar ao estigma que alimenta a segregação socioespacial sofrida.

Desta forma, o termo “comunidade” parece expressar uma “identidade” apenas na contraposição à cidade formal: ao reafirmar a precariedade urbana; para legitimar benefícios requisitados em nome da “comunidade”; ou para justificar uma liberdade e uma flexibilidade da estrutura urbana que não destoam dos códigos e padrões formais vigentes. Assim, a noção de “comunidade” parece ser mobilizada de modo bastante inadvertido, entre a pavimentação da solidariedade interna à favela, e a moeda de negociação com os atores da cidade, oscilando com as possibilidades de inclusão ou reafirmação do distanciamento (BURGOS, 2002, p.88).

Assim, minorias individuais encontram-se suspensas no limbo entre a promessa de integração plena e o temor da exclusão permanente. “A favela protege o pobre do abismo da miséria completa, ao mesmo tempo em que o mantém refém de um sistema perverso que o exclui da *polis*” (BURGOS, 2002, p.25). Uma condição de equilíbrio instável entre a proposta de integração através do pertencimento a um universo maior - um recrudescimento em seu espaço de “segurança”, ainda que seja estigmatizado pela pobreza, desordem e violência - e as fantasias e frustrações de uma comunidade almejada em seu território apropriado. Situação na qual se questionarão permanentemente a respeito da ênfase relativa dedicada às ações de ordem pessoal ou às de ordem coletiva. Em outras palavras, se questionam “se é realista ver-se como agentes livres na sociedade, ou se é melhor abandonar a ideologia oficial e congregar-se com outras pessoas que compartilham as mesmas experiências de rejeição” (DENCH, 2009, p.156).

Paralelamente, o uso difundido do termo “comunidade”, repetido à exaustão em substituição direta e automática ao termo da favela, acaba por posicioná-lo como sinônimo, soando como um eufemismo, que encapsula a estigmatização original sob uma roupagem “politicamente correta” e não apaga em nada a imagem de criminalidade, marginalidade e pobreza que o termo porta.

Relação com o espaço construído

Apesar da constantemente reafirmada coesão entre os moradores e da suposta condição de “comunidade”, a partilha do espaço nem sempre se mostra tão simples e igualitária, de modo que poderemos perceber, no interior da localidade, diversas disputas envolvendo os limites de lotes que, via de regra, estão delimitados por muros e cercamentos. Estabelecidos como uma forma de demarcar os espaços privados e entendidos como necessários, por fornecer privacidade e segurança, são responsáveis por uma maior privatização do escasso espaço livre de edificações, que se torna fragmentado e ocupado individualmente. Em um passo no sentido oposto da propagada noção de “comunidade”, a possibilidade de benefício imediato, através da incorporação de um espaço de uso privado parece se sobrepor ao interesse comum, e ao entendimento como “espaços de ninguém” imposto às áreas coletivas e de circulação. A própria lógica da necessidade e da antiguidade relativas à ética do construir nas favelas, remete apenas às necessidades básicas e extremas, não sendo estendida às questões de qualidade espacial ou de ventilação e iluminação do espaço doméstico.

Desta forma, os “interesses comunitários” parecem ser legitimados através da partilha de interesses individuais. O processo de privatização sucessivo, que resultou na aparente “desorganização” do espaço construído é resultado desta ambiguidade: fruto de disputas e negociações, sobre as quais pesam a antiguidade, as articulações sociais e os recursos particulares - em uma estrutura na qual as diretrizes urbanísticas tradicionais sucumbem à carência de recursos e espaço -, a condição de necessidades individuais partilhadas, representada pela escassez espacial e restrições, de acesso e construtivas, generalizadas, as transforma em “interesses comunitários” e as revestem de uma legitimidade coletiva que permite pressionar os espaços livres, até o limite de sua funcionalidade básica de circulação, ainda que os benefícios espaciais conquistados individualmente se façam à custa de um espaço coletivo de pior qualidade.

O que permanece na relação entre comunidade e espaço construído é que os interesses comuns não são completamente negligenciados, mas sucumbem ao imediatismo do interesse privado. Se os gestos privatizantes são partilhados e difundidos em toda a localidade, não são igualmente poucas as vozes que destacam a redução e a degradação do espaço livre que tal processo desencadeia.

Esta área aqui era completamente diferente, está mudando muito por aqui, antes tinha mais espaço, era mais livre, tinham largos onde as pessoas se encontravam. Agora é assim, cada um tá pegando um pedacinho, está ficando só o espaço da passagem e olhe lá (Fernando - morador da Babilônia, Caixa d'Água).

Do mesmo modo, também é bastante comum a percepção de que, para que o espaço fosse considerado “realmente” uma comunidade, necessitaria de uma maior e efetiva participação dos moradores, buscando trazer melhorias ao espaço coletivo, entretanto, tal constatação vem quase sempre acompanhada do reconhecimento que eles próprios não possuem uma atuação ativa neste sentido, relegando tais atividades aos que fazem parte da associação.

A força das pessoas muda muito o trabalho de quem tá aí na presidência, porque ele fica lá, pedindo, brigando para as coisas acontecerem, mas tem que trabalhar pra conscientizar também, porque quando a comunidade tá junto, empurra, faz passeata, a prefeitura atende. A gente devia participar mais, ao invés de ficar esperando que ele apareça aqui pra fazer as coisas, a gente devia ir lá, discutir, dizer o que precisa, mas muito pouca gente é interessada pela comunidade e quando se interessa é só pelo próprio umbigo, nos problemas que te dizem respeito diretamente, ninguém se envolve no que é bom pra comunidade toda (Aparecida, moradora da Babilônia - Largo da Associação).

Comunidade e cidade

A imagem de comunidade, da segurança e do aconchego, é contraposta ao resto da metrópole, pela rigidez e desumanização dos contatos. Neste contexto, são bastante expressivas as imagens utilizadas para se referirem à cidade formal, sempre remetendo, à

impessoalidade dos contatos, à falta de solidariedade e, de alguma forma, ao controle pessoal estabelecido através do preconceito contra o pobre urbano que se refletiria em um suposto tolhimento de suas liberdades individuais. Esta representação se contraporia a de uma “comunidade” que lhes forneceria a ideia de estar “entre iguais”, de uma apropriação plena, regida por acordos tácitos e limites que não são escritos em leis, mas exercidos através do “bom senso” e de uma “consciência de comunidade”, se estruturando entre os direitos de cada um e o interesse coletivo.

Ainda que funcione muito melhor na teoria do que na prática, este entendimento reforça a imagem de “comunidade” que se pretende transmitir: um espaço onde quem faz as regras são os próprios moradores, em oposição a uma organização formal, na qual a expressão do poder oficial fica muito mais evidente através das ações coercitivas e repressoras, do que pelo entendimento dos mecanismos garantidores da representatividade e da participação popular na formulação das regras institucionais (LOBOSCO, 2010).

Aqui eu já conheço todo mundo, tudo pertinho, trabalho tudo perto, escola tudo. A gente vive melhor do que na rua, eu falo. É que aqui é bom, aqui a gente tem liberdade pra tudo, e pode descer, pode subir, fazer o que você quiser. E na rua é muito controlado, nada pode, dar uma festa, nada pode. Totalmente diferente daqui. Lá é muito fechado, muito preso (Gonçala, moradora do Santa Marta - Estação 4).

Neste sentido, Tiê descreve sua percepção desta diferenciação espacial, após ter morado em um conjunto nas proximidades dos Novos Alagados e atualmente ocupar uma casa na invasão recente ao lado da antiga fábrica da Tóster:

Aqui, se eu quero sair, eu peço o vizinho pra olhar que eu vou ali no mercadinho. Em um conjunto, ninguém é de ninguém, todo mundo não lhe dá nem um bom dia... e aqui não, aqui nós somos uma comunidade. Até tem uns vizinhos desunidos aqui, mas se você tiver uma dor de barriga, elas vêm na hora aqui fazer um chá (Tiê, morador de Novos Alagados - Tóster).

Se a diferenciação pode ser marcante para uns, muitas vezes os moradores demonstram seu desapontamento, frente a uma expectativa de solidariedade e sentimento do interesse coletivo comum, que a palavra comunidade parece portar, como se a construção desta tivesse se perdido em algum momento:

É como este esgoto aí, às vezes entope e você tá lá sozinho tentando e passa um monte de gente e ninguém vem dar uma força. Isso não é coisa de comunidade, não, isso aqui é uma invasão mesmo. Comunidade é todo mundo ajudando (Sr. Antônio, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

Comunidade geralmente dá sentido de união, de uma coisa... e aqui não tem isso não (Fernanda, Moradora de Novos Alagados - Araçás).

3. DIREITO ALTERNATIVO: A JURIDICIDADE NAS FAVELAS

Diferentemente dos movimentos sociais, organizados nas sociedades capitalistas, até o final da década de 1960, que se constituíam, em grande parte, pela classe operária e eram influenciados pelos princípios do socialismo e marxismo, os novos movimentos sociais, surgidos a partir das décadas de 1970 e 1980, se organizaram em função das condições de insegurança da população, face à impotência das instituições políticas e à falência do Estado Social. Na elaboração destes movimentos pode-se identificar a possibilidade de emergência de um novo paradigma cultural e de uma organização social emancipatória (WOLKMER, 1997; MALISKA, 2001; CATUSSO, 2007). A articulação desses não se limitou à reivindicação de direitos ao Estado: “acabaram criando certa independência e autonomia que lhes permitiu a implementação de uma forma paralela de solução de seus problemas, com a participação de todos¹⁶⁴” (CATUSSO, 2007, p.133).

A. O direito “achado na rua”

O Estado Legal se corporifica, tradicionalmente, como um conjunto de normas, abstratas e genéricas, e em órgãos e procedimentos para efetivá-las (MAGALHÃES, 2009). Entretanto, em muitos setores precários da sociedade, diversos fatores concorrem para a pouca efetividade destes mecanismos estruturais. A relação de segregação e discriminação da política vigente promove violações sistemáticas dos direitos dos pobres, de modo que ainda que sejam todos cidadãos políticos, “sua cidadania civil é, na melhor das hipóteses, mutilada ou intermitente” (O’DONNELL, 1999, p.672). A situação de extrema pobreza, e precariedade generalizada, converge para a preocupação central dos habitantes com a sobrevivência, ou a questões diretamente implicadas nesta, de modo que, sem oportunidades, sem recursos materiais e sem educação apropriada, faz pouco sentido, para estes, o tempo e a energia empregados na busca por seus direitos através dos mecanismos oficiais, criando uma situação na qual a pobreza legal se soma à material (O’DONNELL, 1999).

Deste modo, a falta de compreensão técnica ou estrutural dos mecanismos jurídicos, a pouca consciência dos direitos efetivos, o longo tempo envolvido nos procedimentos legais e os custos associados a estes aumentam enormemente a distância do sistema legal estatal das necessidades e condições efetivas de organização do espaço social. Esta situação estabelece as condições necessárias para a atuação de um mecanismo alternativo, que ocupe o espaço deixado pela inadequação do aparato legal. Promove-se desta forma o surgimento de “zonas

¹⁶⁴ *Desenvolvendo esta questão, Maliska (2001), com base em Wolkmer (1997), descreve a caracterização dos novos movimentos sociais: “quanto ao conteúdo, relacionam-se à satisfação das necessidades básicas; quanto aos valores e princípios, impulsionam uma nova cultura jurídica participativa, assentada na democracia de base, direito à diversidade, à individualidade, à identidade local, compreendendo os valores da identidade e autonomia; quanto às formas de ação, rompem com o modelo tradicional de representação e organização política, apresentando uma estrutura que exige constante participação do corpo social, tanto na tomada de decisões, quanto no processo de execução” (CATUSSO, 2007).*

pardas”, setores, normalmente em áreas periféricas da sociedade, onde o sistema legal sancionado pelo Estado não se mostra presente e assim, quase não tem efetividade (O’DONNELL, 1999; 1998).

Segundo Ehrlich, a função primordial do direito é o estabelecimento de uma ordem pacífica nas relações sociais humanas. Deste modo, considerando que o centro gerador do direito não está na legislação ou na jurisprudência, mas na própria sociedade, através da forma como este aparece nas relações jurídicas travadas pelos membros desta, Ehrlich (1986) designará por “direito vivo”, o direito existente, independente do direito legislado, um ‘direito vigente’, que se exerce na prática e domina a vida, ainda que não esteja fixado em prescrições jurídicas (CATUSSO, 2007; MALISKA, 2001).

A base imediata da ordem legal na sociedade humana são exclusivamente os fatos do direito: os hábitos, as relações de dominação e de posse, os contratos e as declarações de vontade. São destes fatos que derivam as regras do agir que determinam o comportamento do homem na sociedade (EHLICH, 1986). Assim, podemos compreender que o direito, por não possuir como relação fundamental a coerção estatal, existiu, e existe, independente do Estado, que, por sua vez, não pode ser entendido como a fonte única e exclusiva de todo o direito (MALISKA, 2001; WOLKMER, 1997).

Neste sentido, Freitag (1990) descreve, a partir das definições de Weber (1984), os padrões de comportamento socialmente regulamentados, que se organizam desde o simples uso, através da mera repetição inconsciente de certos comportamentos; o hábito, que se diferencia do primeiro por definir uma repetição que repousa em uma longa vivência; e a tradição quando este passa a ter validade, se transformando em uma prescrição para a ação futura, estabelecendo um padrão de consciência por parte dos atores sociais, através de “regularidades do comportamento passado que servem de padrão para o futuro” (FREITAG, 1990, p.49).

Este desenvolvimento parece ser rompido na “convenção”, ou no “direito”¹⁶⁵, através do surgimento da “consciência de que as normas podem ser criadas intencionalmente, sendo produtos da vontade humana e não do arbítrio divino ou da sabedoria dos mais velhos” (FREITAG, 1990, p.49). Desta forma, a percepção do direito se dissocia da tradição e de padrões produzidos socialmente e adquire a noção de intencionalidade.

Um tipo de comportamento regulamentado (inconsciente, irrefletido) como o uso é

¹⁶⁵ Segundo Freitag (1990) e Quintaneiro et al. (2002), a diferenciação entre “convenção” e “direito”, se estabelece quando, em caso de uma transgressão, a convenção desencadearia uma desaprovação ou punição manifestada diretamente pelos integrantes do grupo: “uma conduta discordante tropeçará com uma relativa reprovção geral e sensível na prática” (WEBER, 1984, p.27). Enquanto, no direito, ela seria exercida por uma instância especial: “de coação física ou psíquica exercida por um quadro de indivíduos instituídos com a missão de obrigar à observância dessa ordem ou de castigar sua transgressão” (WEBER, 1984, p.27).

gradativamente substituído por comportamentos conscientes regulamentados (retroativamente, no caso da tradição e progressivamente, nos casos do direito e da convenção). Há, portanto, historicamente, uma tomada de consciência gradativa da norma por parte dos atores, integrantes de sociedades históricas (FREITAG, 1990, p.50).

Se o direito, deste modo, não deveria, portanto, ser identificado apenas através das leis, mas sim por um “grupo de relações sociais, independente de qualquer forma legislativa” (MALISKA, 2001, p.17¹⁶⁶), um movimento se organiza no sentido inverso da formalização das relações sociais, através de prescrições jurídicas específicas, que elaboram novos fatos do direito através de decisões dos tribunais e de atos governamentais, produzindo novas normas de comportamento para os homens na sociedade. Possuem, desta forma, uma origem desconectada do comportamento estabelecido, e se organizam como tentativa ou processo de organização destes. Um movimento no qual a intencionalidade remete, principalmente as camadas mais fragilizadas, à manutenção de uma ordem estabelecida, em detrimento de um hipotético “consenso comunitário”.

Não basta, todavia, às prescrições, entrarem formalmente em vigor. É necessário, para que o preceito jurídico se transforme em uma regra do agir, desencadear a obediência às regras e ordenar, de fato, as relações sociais (EHRlich, 1986). As normas, enquanto fato social, só têm poder coercitivo e vigência real, se forem, e, na medida em que forem, aceitas e seguidas pelos membros integrantes da sociedade (FREITAG, 1990). “Seria possível dizer que, na medida em que são reconhecidos, os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” (TELLES, 2004, p.91), entretanto, os indivíduos, por sua vez, somente são capazes de se sujeitar voluntariamente às normas quando reconhecem nestas a necessidade, a utilidade e a legitimidade social (DURKHEIM, 1934).

É neste momento que muitas vezes o “direito das leis” se afasta do “direito vivo”, principalmente nas áreas informais e precárias, pela complexidade da estrutura oficial, pela inadequação às estruturas flexíveis e dinâmicas da informalidade, e muitas vezes pelo temor e pela submissão a condições violentas de sociabilidade. Segundo Magalhães (2009), não se trata apenas de questionar se os mecanismos de direito se mostram efetivos ou não nos espaços informais, mas igualmente de analisar como se diferenciam em grau, e/ou qualidade, a efetividade da lei dentro e fora da favela.

O precário desenvolvimento social do país produzindo grandes massas de excluídos propicia o surgimento de comunidades autônomas que buscam implementar regras de convivência próprias, paralelas àquelas disciplinadas pelo direito oficial. A rigor, é a ausência do Estado nesses grupos de excluídos que impossibilita a aplicação do direito oficial, criando uma lacuna geradora de pluralismo jurídico (CATUSSO, 2007,

¹⁶⁶ *Apud Taquary (2009).*

p.128).

A desconfiança e a percepção de inadaptabilidade das normas oficiais, diante das condições de informalidade, precariedade e flexibilidade urbanas encontradas nas áreas informais, faz com que estas cedam espaço ao uso difundido e aceito de regras alternativas, construídas de acordo com as necessidades e condições enfrentadas, que, ainda que espelhe, até certo ponto, o direito oficial, apresenta uma grande proximidade com a vida cotidiana dos moradores, além de uma melhor compreensão de seus mecanismos e uma mais fácil aplicabilidade. De modo que, pela adaptabilidade, frente à inaplicabilidade de muitas das normas oficiais, diríamos um direito sob medida; pela tradição do uso e pela noção de justiça elaborada no interior da própria “comunidade”, seja ela real ou simbolicamente construída, diríamos um direito enraizado na sociedade. De um modo ou de outro, o fenômeno social se expande, e, assim, transforma-se em parte constitutiva da ordem social:

[...] quando um fenômeno social, em virtude de sua expansão, transforma-se em fenômeno permanente, a sociedade vê-se obrigada a tomar posição [...] a sociedade deve rejeitar e combater essa nova forma ou então integrá-la na ordem social e econômica geral, por ser um meio adequado para satisfazer às necessidades sociais e econômicas; quando isso ocorre, transformando-se em nova forma de organização da sociedade e, com isso, numa relação social, eventualmente numa relação jurídica (EHRlich, 1986, p.95).

O “direito achado na rua”¹⁶⁷, é uma tentativa de caracterizar uma concepção de direito que emerge dos espaços públicos, da rua, através da formação de sociabilidades reinventadas, abrindo a consciência para uma cultura de cidadania e de participação democrática alternativa (SOUSA JUNIOR, 2008).

Esta proposta está imbuída de um claro humanismo, pois toma o protagonismo dos sujeitos enquanto disposição para quebrar as algemas que os aprisionam nas opressões e espoliações como condição de desalienação e de possibilidade de transformarem seus destinos e suas próprias experiências em direção histórica emancipadora, como tarefa que não se realiza isoladamente, mas em conjunto, de modo solidário (SOUSA JUNIOR, 2008, p.5).

Uma das questões centrais da discussão do direito alternativo, ou “achado na rua”, seria a formulação de uma legislação ordenadora e disciplinadora do uso do espaço, que seja adaptada às condicionantes e circunstâncias físico-territoriais e socioculturais das favelas. Tal postura visa garantir o desenvolvimento ordenado e racional de tais espaços e, ao mesmo tempo, garantir a marcação da presença do Estado nestas áreas, que frequentemente configuram espaços literalmente excluídos do planejamento e ordenamento das cidades, como se o Estado não buscasse exercer nelas seu papel de regulação legal (MAGALHÃES, 2009).

¹⁶⁷ Expressão criada por Roberto Lyra Filho.

Liberdade coletiva, movimentos e lutas sociais

Os seres humanos não nascem livres, mas dentro de uma rede preexistente de relacionamentos sociais “como súditos de um império ou membros de uma tribo ou nação, de uma casta ou classe, de um gênero, de uma comunidade religiosa; e os limites de sua liberdade são condicionados por essas circunstâncias” e desta forma a liberdade, em seu sentido mais universal, depende de um “complexo de instituições sociais, o qual constitui um tipo particular de ordem social” (BOTTOMORE¹⁶⁸, 1996, p. 424). Entretanto, a liberdade não é uma subordinação a um destino, mas uma construção histórica que não se produz isoladamente, mas em conjunto. E se ela não existe em si, senão como resultante de práticas efetivamente livres, o direito será comumente a sua expressão, como afirmação histórico-social e modelo avançado de legítima organização social da liberdade (LYRA FILHO, 1982; 1983; SOUSA JUNIOR, 2008; AGUIAR, 2000).

Como a vida humana é necessariamente social, a liberdade dos indivíduos ou grupos implicará, quase sempre, em alguma limitação da liberdade dos outros, desta forma, a liberdade deveria ser “concebida como um equilíbrio continuamente mutável entre as pretensões rivais de indivíduos e grupos dentro de uma sociedade” (BOTTOMORE, 1996, p.424). Deste modo, se as formulações universalizadas e as regulamentações oficiais, não conseguem amenizar as desigualdades sociais, nem impedir que as forças sociais vitimizadas pela ordem vigente se enfraqueçam continuamente, “a noção de cidadania passa a ser dada pela expansão dos direitos de cada segmento social e, em especial, daqueles esmagados pela racionalidade dos códigos” (SCHIMIDT, 1990, p.75). Entender o direito como modelo de legítima organização social da liberdade significa que “o direito se faz no processo histórico de libertação enquanto desvenda precisamente os impedimentos da liberdade não-lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos” (LYRA FILHO, 1986, p.312).

Neste sentido, Wolkmer (1997) descreve o pluralismo jurídico¹⁶⁹ como uma alternativa ao atual modelo de legalidade, que, através de práticas pluralistas, consiga satisfazer as necessidades fundamentais de um novo sujeito, identificado na figura do sujeito coletivo, e seja capaz de coordenar a reordenação do espaço público por meio de uma política democrático-comunitária, descentralizadora e participativa, que tenha por base principal a realidade concreta (CATUSSO, 2007), através do entendimento do “Direito vivo”, percebido como não contraditório ao legislado, e cujo valor, reside no fato de ele ser a base da ordem legal da sociedade humana (EHRlich, 1986).

O direito estatal e o direito paralelo podem ser entendidos como dois aspectos da dialética social que se caracterizam através de grupos distintos de forças sociais antagônicas e complementares, atuando em seu interior, forças centrípetas, de coesão, e forças centrífugas,

¹⁶⁸ *Apud Sousa Junior, 2008.*

¹⁶⁹ *O pluralismo jurídico se organizaria a partir da multiplicidade de práticas jurídicas existentes num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais surgidas a partir de necessidades existenciais, materiais e culturais específicas (WOLKMER, 1997).*

de dispersão (BISOL, 1990; LYRA FILHO, 1982).

No ramo das forças centrípetas encontramos a ideologia dos grupos dominantes, que busca combater a dispersão que “desconjuntaria a sociedade e comprometeria a segurança da dominação” (LYRA FILHO, 1982, p.44), aceitando e promovendo, desta forma, apenas mudanças controladas, capazes de serem absorvidas, sem grandes transformações, na estrutura social vigente. Já as forças centrífugas produziram o direito dos oprimidos, “um direito paralelo ao direito estatal, de onde emerge a ilegitimidade das normas dominantes, tidas como legítimas através de um ‘consenso’ produzido pelo fato pré-instituído da dominação” (BISOL, 1990, p.37).

Neste sentido, Eder Sader trata da dimensão instituinte dos espaços sociais instaurados pelos movimentos sociais através da capacidade de constituir direitos em decorrência de processos sociais novos que eles passaram a desenvolver (SOUSA JUNIOR, 2008):

A consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano. E justamente a revolução de expectativas produzidas esteve na busca de uma valorização da dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na participação coletiva numa luta contra o que consideram as injustiças de que eram vítimas. E, ao valorizarem a sua participação na luta por seus direitos, constituíram um movimento social contraposto ao clientelismo característico das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas (SADER¹⁷⁰, 1988, p.222).

Caracterizados a partir de suas ações sociais, estes novos movimentos sociais, puderam elaborar um quadro de significações culturais de suas próprias experiências, ou seja, do modo como vivenciam suas relações, identificam interesses, elaboram suas identidades e afirmam direitos, se organizando através de formas de sociabilidade constituídas em relações de reciprocidade cotidianas que adestram a convivência e legitimam padrões sociais livremente aceitos (SOUSA JUNIOR, 2008; PHARO, 1985). Um processo no qual a carência social contida na reivindicação dos movimentos é por eles percebida, por si só, como negação de um direito (SOUSA JUNIOR, 2008).

B. A juridicidade da boca-de-fumo¹⁷¹

Com o avanço da criminalidade, e a crescente organização das quadrilhas de bandidos territorializadas nas favelas, veremos, a partir da década de 1990, a juridicidade mediacional das Associações de Moradores, e sua legitimidade como instância ordenadora do espaço, ser, ao menos parcialmente, substituída por uma juridicidade fundamentada na violência exercida pelo crime organizado. O “poder de polícia” que os criminosos dispõem contra os que se

¹⁷⁰ *Apud Sousa Junior, 2008.*

¹⁷¹ *Termo de Eliane Junqueira e José Augusto Rodrigues (1992).*

arriscam a agir em suas bases territoriais, através de uma violência subterrânea e cotidiana, aflige as populações marginalizadas, obriga-os a estabelecer, como estratégia de sobrevivência, compromissos com o crime organizado (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992).

Diante da frequente dificuldade no atendimento a seus problemas, por parte da polícia, o recurso de muitos moradores aos chefes das quadrilhas do tráfico, para resolver questões pessoais, suprir necessidades imediatas e arbitrar conflitos com vizinhos, acaba sendo um elemento complicador desta relação, visto que, deste modo, oferecem uma forma de legitimação do poder das quadrilhas de traficantes nesses locais e “propiciam argumentos às teses de “convivência” com base na escolha da ‘lei do tráfico’ ao invés da ‘lei da nação’ como fundamento da sociabilidade nas favelas” (LEITE; OLIVEIRA, 2005, p.21).

A polícia, sob suspeita generalizada de comportamento ilícito e de estar a serviço dos que têm dinheiro e poder, não estabelece com os setores populares - que se percebem como excluídos do jogo de influências que efetivamente determina a ordem nestas localidades -, uma relação de confiança e legitimidade como defensora de direitos dos cidadãos. Ao mesmo tempo, as forças policiais, ao perceberem a lei como entrave para a manutenção da ordem nestes territórios e privilegiarem o uso da força e violência na sua missão de combate ao crime, comprometem a legitimidade do Estado por demonstrarem que “o Código Penal e os direitos civis não vigoram nas favelas, por outro lado explicitam pedagogicamente as regras do jogo, construído às margens da lei” (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992, p.12).

Se o Poder Judiciário é percebido como uma “agência de processamento de conflitos privativos das elites brasileiras” (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992, p.12), e a polícia teria assumido na prática a tarefa de instância judiciária dos pobres (OLIVEIRA, 1985), esta ruptura dos precários vínculos de confiança, que regulavam a relação da população com os policiais, e a intensificação das abordagens violentas e arbitrárias, representa uma quebra de um liame bastante tênue entre o sistema formal e as classes populares. Mais do que a estranheza desenvolvida pela população pobre frente ao aparato jurídico estabelecido, é o sentimento de repulsa, provocado pelas práticas corruptas, arbitrárias e violentas da polícia, que vai explicar o recurso a outras “forças de ordem” nas favelas (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992).

Entre o vazio deixado pelo Estado e o frágil estabelecimento dos vínculos comunitários dialogais - ainda que apoiados pela presença das Associações de Moradores, que assume o papel de ator normativo em relação às edificações e transferências de propriedade dos imóveis e de mediador na resolução de conflitos -, a imposição forçada da juridicidade violenta se mostra muito mais abrangente e ampla ao exercer, de forma arbitrária, um “poder de polícia” imposto transversalmente à estrutura social da favela, capaz de “distribuir justiça” de forma rápida e automática, com penalidades severas e desumanas em sentenças irrecorríveis que levam frequentemente ao banimento da comunidade, mutilação ou morte (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992).

Ainda que exerçam o controle da ordem social, restringindo pequenos delitos na “comunidade” e atuando na resolução de conflitos, não se pode falar no estabelecimento de uma contrapartida ao controle social estatal, ou na expressão de um espírito comunitário em reação a um ambiente hostil. A ética é a da autopreservação, e a manutenção da ordem se faz segundo seus próprios impulsos e interesses. Uma lógica na qual a demonstração ocasional de força, aplicada arbitrariamente aos que venham a prejudicar seus interesses, serve de suporte à imposição de uma severa lei do silêncio (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992; ZALUAR, 1985).

Ao mesmo tempo, se os moradores, pragmaticamente, usufruem de certa tranquilidade pela ausência de assaltos e outros crimes, que não interessam ao tráfico, na comunidade, esta relação é baseada apenas no benefício imediato associado à maior segurança e previsibilidade de ações e não segundo uma concordância ideológica: “se existisse um pacto formal entre os traficantes e a população local, os motivos deste acordo não seriam os do *homo sociologicus* da sociologia clássica, movido por normas, mas sim do *homo economicus*, movido pelo interesse” (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992, p.15).

C. O direito em Pasárgada

Os direitos não dizem respeito apenas às garantias inscritas na lei e nas instituições, eles dizem respeito, antes de tudo, ao modo como as relações sociais se estruturam, operando como princípios reguladores das práticas sociais e definindo as regras da reciprocidade através da atribuição acordada das obrigações, responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um. Assim, são capazes de balizar as práticas e interações sociais com referência ao que é reconhecido como medida de justiça, ainda que esta seja questionada e negociada através de interesses, valores e opiniões divergentes (TELLES, 2004).

A democracia é a única sociedade que considera o conflito legítimo, trabalhando politicamente tanto os conflitos de necessidade quanto de interesses, assim, se constitui como uma sociedade verdadeiramente histórica, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo (CHAUÍ, 2000).

Com efeito, pela criação de novos direitos e pela existência das contra-poderes sociais, a sociedade democrática não está fixada numa forma para sempre determinada, ou seja, não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, de orientar-se pela possibilidade objetiva (a liberdade) e de alterar-se pela própria praxis (CHAUÍ, 2000, p.561).

Em uma sociedade em que “a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações” (TELLES, 2004, p.93), uma situação que expõe uma espantosa confusão entre direitos e privilégios e, na qual, a importância das lutas e dos movimentos sociais se evidencia através da trama representativa

que os moradores foram capazes de construir, e que, apesar de frágil, instável e desigual, foi capaz de estabelecer a “consciência do direito a ter direito” (LEFORT, 1988¹⁷²). A organização social e política, elaborada nos espaços informais, fez emergir uma sociabilidade marcada pela autonomia, onde seus membros são dotados de impulso próprio de movimentação e se tornam sujeitos de práticas cujo “sentido político e dinamismo não são derivados dos espaços cedidos pelo Estado e cujas reivindicações não são o reflexo automático e necessário das condições objetivas, mas passam por formas de solidariedade e de sociabilidade coladas na vida cotidiana” (TELLES, 1985).

O vazio estatal existente nas áreas informais, fruto do conflito de classes no âmbito da habitação e da inadequação da estrutura estatal para funcionar no ambiente informal, proporcionou o surgimento de um direito alternativo, que convive paralelamente, e de modo divergente, com o direito estatal brasileiro. Desta forma, a favela se torna um pedaço territorial, cuja relativa autonomia, decorre, entre outros fatores, da ilegalidade coletiva da habitação à luz do direito oficial, condicionando de modo estrutural o relacionamento da comunidade com o aparelho jurídico do Estado (SOUSA JUNIOR, 1990; SANTOS, 1980).

Não se tratava, entretanto, apenas de uma questão de atendimento, ou não, de reivindicações de direitos sociais. A condição de irregularidade generalizada das construções na favela faz o direito oficial ser uma instância temida pelos riscos permanentes que porta, de despejo e demolições. Deste modo, os conflitos criados no adensamento urbano precisavam ser discutidos e solucionados internamente, de modo a não prejudicar a luta coletiva por moradia: “era preciso desenvolver mecanismos normativos e órgãos jurídicos decisórios internos capazes de lidar com essas questões, de modo a garantir a ordem na favela” (KONZEN, 2006, p.174).

Desta forma seria possível identificar nas favelas, a vigência do que Boaventura Santos (1980) chamou de direito de Pasárgada, um direito interno e informal que vigora de forma paralela, não oficial e precária, gerido parcialmente pela associação de moradores¹⁷³ e atuando na prevenção e resolução de conflitos no seio da comunidade, que são decorrentes da luta pela habitação no vazio deixado pelas estruturas do Estado.

Este direito seria determinado pelo senso comum, pela tradição das práticas internas e pelas lógicas internalizadas que, embora subjetivas e ambíguas, seriam baseadas na antiguidade e na necessidade (SOUSA JUNIOR, 1990). Logo, estabelecido segundo regras nem sempre claramente expressas e exigindo boa dose de entendimento, mediação e bom senso, “vigora em paralelo (ou em conflito) com o direito oficial brasileiro e é desta duplicidade jurídica que

¹⁷² *Apud Telles (2004).*

¹⁷³ *A associação possui grande importância na gestão deste “direito alternativo”, entretanto outros atores também possuem grande expressão, como traficantes, moradores muito antigos, donos de biroscas, líderes de igrejas, etc.*

se alimenta estruturalmente a ordem jurídica de Pasárgada” (SANTOS, 1980, p.110). Um direito que Konzen expõe como de mútua cedência e ganho recíproco, com limites definidos pelo mediador, que pode limitar ou alargar a contenda inicial, buscando atingir as raízes do conflito. “O objetivo não era simplesmente decidir o conflito, mas sim construir, aos poucos, uma decisão que fosse aceita pelas partes e pela comunidade” (KONZEN, 2006, p.178).

O distanciamento das ocupações informais em relação ao Estado se estabelece simultaneamente a partir dos dois espaços. A cidade oficial não reconhece, e muitas vezes repele, o território informal, tido como invasor, irregular, em desacordo com as normas e regras da cidade (urbanísticas e também sociais), o que cria uma relação ambígua e paradoxal, na qual, dada a dimensão das irregularidades ao mesmo tempo difusas e estruturantes do espaço, para atuar nestes locais o Estado teria que o fazer em desacordo com os princípios que ele próprio estabeleceu. Desta forma cria-se artifícios urbanísticos e jurídicos como o estabelecimento de Zonas Especiais¹⁷⁴, que flexibilizam a regulamentação do espaço construído, e que são, de certo modo, o reconhecimento e a aceitação deste direito alternativo, assim como a percepção da impossibilidade da imposição das normas urbanísticas do resto da cidade nestas áreas.

Por outro lado, a situação de posse defectiva do terreno que ocupam, e as construções edificadas em desacordo com as regras urbanísticas previstas agem simbolicamente sobre os moradores dos espaços informais, forjando-lhes a noção de que não possuem o direito de recorrer ao Estado para reivindicar ou garantir seus direitos.

Ainda que os próprios moradores da favela façam distinções rígidas entre as normas que valem dentro e fora da favela, o espaço da favela se mostra amplamente regulado. De forma que a principal diferença entre as ordens jurídicas dos distintos espaços sociais se estabeleceria segundo uma relação mais ideológica do que empírica, na qual a largamente difundida imagem das favelas como espaços “sem lei nem ordem” seria compartilhada ou influenciaria a própria percepção dos favelados sobre seu espaço (MAGALHÃES, 2009).

A expressão "nós éramos e somos ilegais", que, no seu conteúdo semântico, liga o status de ilegalidade com a própria condição humana dos habitantes de Pasárgada, pode ser interpretada como indicação de que nas atitudes destes para com o sistema jurídico nacional tudo se passa como se a legalidade da posse da terra se repercutisse sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm com a terra ou com a habitação (SANTOS, 1980, p.114).

¹⁷⁴ ZEIS - Zonais Especiais de Interesse Social ou AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social. Não pretendemos, com isto, ignorar as funções primordiais destes mecanismos, que são, entre outros: permitir a inclusão e a regularização de parcelas da população urbana que se encontravam fora dos padrões de ocupação legais; permitir a introdução de serviços de infraestrutura urbana em áreas não atendidas, por sua informalidade urbana; aumentar a oferta de terras urbanas destinadas à baixa renda e vencer a barreira institucional para a provisão de moradias e melhorias urbanas nos setores informais.

A questão do “direito alternativo” não envolve apenas a posse da terra, mas toda a organização social do espaço informal, na qual a urbanidade rarefeita determina igualmente uma condição de vazio estrutural, e o enfrentamento do estigma e da segregação existentes em torno da favela, reforçados por uma condição de violência, real e midiática, e pela necessidade de controle dos “excluídos”, que a cidade oficial expressa e que tem na polícia um braço de sua ação.

Parece que, somente porque a terra não é nossa, o Estado não tem obrigação de nos fornecer água e luz elétrica e a Polícia pode invadir nossas casas quando bem entende. Existem mesmo patrões que recusam candidatos a emprego quando estes dão endereço numa favela (SANTOS, 1980, p.115).

As estruturas comunitárias

Percebemos que o processo de criação de estruturas comunitárias complexas, capazes de suprir o vazio deixado pelo Estado, não é evidente nem fluido. Até que uma estrutura se legitime, os conflitos acabam sendo resolvidos de forma violenta, devido a uma “dificuldade estrutural enfrentada pela comunidade no acesso aos meios de controle e às ordenações oficiais - essencialmente a polícia e os tribunais - e a inexistência de mecanismos comunitários alternativos capazes de suprir essa carência” (KONZEN, 2006, p.175).

Entretanto, diante do vazio Estatal, assistimos, via de regra, o estabelecimento das Associações como foro privilegiado dos espaços informais, conquistando, nestes territórios, legitimidade política e social a ponto de o Poder público, em vista das dificuldades burocráticas e administrativas que emergem da incompatibilidade estrutural entre os dois territórios, transferir parte da manutenção das favelas para serem geridas por estas. Assim, muitos serviços relativos à limpeza e à iluminação públicas, ou mesmo a manutenção de instituições de ensino, são realizadas em convênio com estas. Financiada pela prefeitura e gerida pela associação, esta forma de atuação aumenta a imagem de distanciamento frente à administração formal e concede maior poder às associações, que se legitimam como provedoras dos serviços realizados nas localidades, assumindo a imagem de uma espécie de “governo da favela”.

Ainda assim, mesmo após o estabelecimento de tais estruturas comunitárias, e do reconhecimento da legitimidade estabelecida, sua atuação é limitada a determinações, baseadas nos códigos e na ética tacitamente vigente, não possuindo mecanismos específicos de garantia ao atendimento de suas decisões. Estes mecanismos coercitivos só seriam possíveis através do recurso à força policial, o que, além de apresentar uma dificuldade institucional, visto que esta não reconhece o direito alternativo, esbarra no padrão de atendimento tradicionalmente dispensado às áreas informais: “se fosse solicitada, ela não viria, por displicência ou temor de como seria recebida” (KONZEN, 2006, p.175).

Paralelamente, muitas vezes persiste uma percepção da associação como uma organização

voltada apenas para fora, uma estrutura destinada a buscar externamente, com políticos, acordos, etc., herdada do clientelismo, no qual favores eram exercidos em troca do apoio político de vereadores ou deputados, em uma atuação muito distante da maximização da força política existente na coletividade organizada.

Rapaz, não fazem nada, viu? A associação de moradores aqui nem existe, porque não tem! Porque se tivesse associação de moradores aqui essa rua não era destruída, porque eles iriam fazer alguma coisa pela rua. Então não tem associação. Tem só a casa da associação, mas cadê a pessoa pra fazer, pra se encarregar dos problemas do bairro? O papel de um sujeito igual a esse é fazer benefício na rua, no bairro também. Mas já que não tem, então não existe, não é porque vai dizer que tem sede de associação... se não tem a segunda pessoa... Tem que correr atrás de um político, porque se não tiver um político na frente também não consegue (Ivanise, moradora de Novos Alagados - Araçás).

A Associação e as negociações imobiliárias

Arbitrar conflitos e servir como mediadora não era uma das atribuições previstas para as associações, mas se tornou, visto que a liberdade construtiva, alheia aos limites urbanísticos impostos pelos códigos estatais, produz uma relação de domínio pleno da parcela ocupada de solo.

"No meu terreno, eu faço o que eu quiser, no interior destas quatro linhas, daqui pra dentro quem decide o que pode sou eu" (Jorge, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

Esta situação, ainda que aceite, tácita e amplamente, os princípios de antiguidade, funcionalidade e necessidade, produz eventuais interferências na percepção da liberdade individual entre vizinhos, que exigem uma negociação mais complexa, e que seja marcada por certa neutralidade.

Da mesma forma, a ilegalidade coletiva, em relação à posse da terra, ainda que não houvesse impedido a ampla comercialização dos bens imóveis, produziu a necessidade de se estabelecer meios de proteção jurídica a estas transações, assim como de organizar e estruturar um registro informal destas posses (KONZEN, 2006). É neste momento que a ocupação e a propriedade ilegais da terra, estabelecidas segundo o direito do asfalto, se convertem em propriedade legal e efetiva, no direito alternativo da favela, que passa a criar suas próprias instituições normativas.

Diante da inaplicabilidade das posturas municipais para edificações nestas localidades, as Associações, como instância local e informal de ordenamento, produzem uma versão oral do código municipal de obras e de suas diretrizes administrativas (JUNQUEIRA; RODRIGUES, 1992), e através do esforço de legalizar aquilo que o Estado se vê impedido de fazer, estabelece um registro informal e prévio que, ainda que não tenha valor legal oficial, e nem mesmo determine a posse oficial do terreno, se posiciona como uma instituição local capaz de

estruturar mecanismos paralegais de reconhecimento.

Assim, a compra e venda de imóveis, na área de favela, só se torna válida e reconhecida publicamente quando intermediada pelas associações de moradores, via de regra realizada perante seu próprio presidente, e, deste modo, constando dos registros imobiliários informais que esta administra, “constitui um procedimento reconhecido por todos e que oferece segurança consistente na legitimação do adquirente em face de todos os moradores atuais e futuros daquela favela”. Trata-se de um ato que “à luz dos costumes locais, confere eficácia erga omnes à compra do imóvel” (MAGALHÃES, 2009, p.92).

A legitimidade da Associação, como fórum jurídico, consolidava-se pelo uso de artefatos: sede física da associação, móveis, papelada, estatutos, códigos, máquinas de escrever, carimbos etc. Na dialética entre a proximidade da Associação - como órgão de expressão sociopolítica emergente do seio da própria comunidade - e a distância necessária para exercer o papel de fórum jurídico, o efeito simbólico oferecido pelos artefatos era o de garantir um mínimo de alteridade que lhe permitisse decidir acerca dos litígios (KONZEN, 2006, p.179).

Ainda que não seja investida oficial e publicamente desta função pelo Estado, de forma que, embora não seja ilícito, o ato de registro na Associação não seria de modo algum obrigatório, a existência desta instância como direito consuetudinário¹⁷⁵ das favelas (MAGALHÃES, 2009) faz com que a chancela, ou reconhecimento, da Associação seja considerado como a “oficialização” máxima disponível para o espaço da favela, uma formalidade do informal “instituída pelos costumes estabelecidos naquela parcela da sociedade, válida e exigível específica e unicamente para os imóveis situados em sua ‘jurisdição’” (MAGALHÃES, 2009, p.97).

Se à luz da legislação em vigor, os proprietários, mesmo reconhecidos pela Associação, seriam, apenas, possuidores dos imóveis, dada a falta de registros oficiais e da posse legal do terreno, os moradores das favelas têm a consciência de que o que entendem por “proprietário”, à luz da economia e legalidade interna¹⁷⁶, se estabelece como um procedimento que só tem valor interno e que não é o mesmo que entende o Estado ou os não-moradores de favela, admitindo assim “que há regras, instituições, procedimentos e obrigações que são vigentes apenas fora da favela, não dentro, e vice versa” (MAGALHÃES, 2009, p.93).

¹⁷⁵ *O direito costumeiro: na doutrina, define-se como o conjunto de regras que se estabeleceram pelo costume ou pela tradição. Para que o costume seja admitido como tal, a teoria jurídica considera indispensável que se tenha fundado em uso geral e prolongado, havendo a presunção de que o consenso geral o aprovou (MAGALHÃES, 2009, p.92).*

¹⁷⁶ *De acordo com Cesar, representante da Associação de moradores da Babilônia, embora emitam o registro de imóveis, sabe-se que ali dentro a propriedade do solo não é real, mas, ainda assim, transferem-se as casas, o uso, a ocupação, a benfeitoria, a posse de longa data e até mesmo os terrenos, se baseando na noção da existência de certa aceitação externa da legitimidade do que se faz ali dentro, desde que amplamente reconhecida e não questionada.*

Entretanto, a manutenção do registro dos imóveis, mesmo de maneira informal, devido à grande legitimidade que as associações detêm, tanto internamente às favelas quanto como representantes destes frente ao poder público, certamente será indispensável aos futuros trabalhos de regularização estabelecidos pelo poder público. Entretanto, esta característica promove, muitas vezes, uma falsa percepção, nem sempre desmentida, que estes significam uma efetiva regularização dos imóveis, seja através de um reconhecimento legal da instância local, ou pelo repasse imediato de tais registros à prefeitura (MAGALHÃES, 2009).

Ao estabelecer uma instância de registro, que não seja apenas a afirmação de propriedade pelo morador, e ao estabelecer um histórico das transações que permite auferir a veracidade das reivindicações de propriedade, à semelhança do registro oficial, que observa o chamado *princípio da continuidade registrária*, “a Associação demonstra ter o idêntico cuidado de somente aceitar e reconhecer uma venda caso seja realizada por aquela pessoa que, em seus registros, consta como ‘dono’ do imóvel” (MAGALHÃES, 2009, p.93). Fruto de uma necessidade lógica ou operacional interna, ou através de uma comunicação discreta e imperceptível entre os costumes vigentes na favela e os rituais e procedimentos legais definidos pelo Estado, esta mimetização demonstraria uma tentativa de aproximação, através da apropriação fragmentária das instituições do Estado, para legitimar, interna e externamente, as suas próprias instituições (MAGALHÃES, 2009).

As ordens jurídicas “estatal e favelar se encontram em um contínuo e conflituoso processo de diálogo, havendo diversas formas em que uma é condicionada pela outra, ou em que uma se constitui recorrendo à incorporação de elementos originários da outra” (MAGALHÃES, 2009, p.99). O que vale “fora” se torna exemplo e referência, entretanto, o que acontece “dentro” precisa ser aproveitado para ali intervir: um processo de juridificação híbrida construída no embate, no diálogo e na contradição com aquela posta pelo Estado.

Muito em geral pode dizer-se que não se trata de uma relação igualitária, já que o direito de Pasárgada é sempre e de múltiplas formas um direito dependente em relação ao direito oficial brasileiro. Recorrendo a uma categoria da economia política, pode dizer-se que se trata de uma troca desigual de juridicidade entre as classes cujos interesses se espalham num e noutro direito (SANTOS, 1980, p.110).

4. MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL NAS FAVELAS

A produção e a comercialização de habitações que se esquivam das normas e regras oficiais não é um fenômeno recente no Brasil, de forma que podemos identificar processos de produção de territórios informais desde os tempos da colônia. Porém, a partir do processo de urbanização acelerada do século XX, e da produção de um modelo de cidade, baseado em um conjunto de requisitos normativos, fundados na legislação urbanística modernista, que só atende a uma parcela da população, é que veremos a difusão e a consolidação destes territórios informais, que passam a se organizar e se estruturar a ponto de constituir um mercado específico (ABRAMO, 2007a).

A descrição dos processos de produção “pulverizada” do espaço construído das favelas, a partir de seu surgimento e em áreas não consolidadas, pode nos trazer a falsa impressão de uma relação não mercantilizada. Entretanto, o que podemos constatar é que, mesmo nas invasões recentes, que ainda não se estabeleceram de maneira estável, e possuem construções improvisadas e relativa disponibilidade de solo, uma relação mercadológica acompanha todo o desenvolvimento da ocupação, no qual os valores e a dinâmica comercial se estabelecem proporcionalmente à consolidação e à densificação destes espaços.

Ainda que uma ética construtiva e espacial específica persista, principalmente aquelas inseridas nas redes sociais e relações de parentesco e vizinhança, cada vez mais o solo informal adquire características de produto, de mercadoria. Desta forma, nas favelas consolidadas e centrais, cada vez mais o mercado imobiliário informal se estabelece como a principal forma de acesso a moradia, ou a espaços disponíveis para construção, ainda que através de mecanismos próprios de organização e legitimação das relações comerciais.

Assim, com a integração crescente, mesmo que desequilibrada, destas áreas no espaço da cidade, com a influência das externalidades locacionais, da proximidade com serviços e equipamentos disponibilizados nos bairros vizinhos e com as melhorias habitacionais progressivas, autoproduzidas ou através de programas estatais, assistiremos a dinâmica interna destes mercados se desenvolver, a ponto de os valores praticados nestes espaços atingirem níveis próximos ao de bairros periféricos da cidade formal (BATRUSIS, 2009; ABRAMO, 2001). Produzindo, assim, principalmente nas áreas consolidadas e de melhor localização no tecido da cidade, uma relação que altera a concepção tradicional que associa as favelas ao espaço típico de concentração da pobreza urbana, de forma que as favelas deixam de se distinguir fortemente do conjunto do tecido urbano, e que as situações de pobreza extrema se tornam mais frequentes fora, do que dentro delas (VALLADARES; PRETEICELLE, 2000).

A. Dinâmica do Mercado

Informalidade, instituições e garantias

O mercado informal de solo pode ser definido por um conjunto de instituições e de normas informais, produzidas historicamente nos assentamentos populares pela via das práticas sociais, desde que configurem, de fato, um sistema de regulação informal das transações mercantis informais. Ou seja, deve estar fora dos marcos do direito, mas possuir uma estrutura institucional própria (ABRAMO, 2007a).

Segundo Bagnasco¹⁷⁷ (1999), o mercado desenvolvido na informalidade das favelas se desenvolve fora do marco institucional dos direitos urbanístico, econômico e comercial. Portanto, não se configura apenas através da irregularidade relativa ao direito de propriedade da terra, mas se estabelece através de um conjunto de irregularidades relativas às regras urbanísticas e construtivas que regulam o uso e a propriedade do solo urbano, e, com a comercialização através do mercado informal, teríamos também uma irregularidade relativa aos contratos que regulam as transações imobiliárias. Desta forma, por não se adequar, ao marco regulatório da esfera jurídico-política do Estado de Direito moderno, este mercado não pode contar com o amparo da legislação para a garantia de seus contratos, e, portanto, precisa desenvolver suas próprias instituições reguladoras para estabelecer uma relação de confiabilidade, sem a qual a relação de troca mercantil ficaria inviabilizada (ABRAMO, 2007a).

Para o mercado informal, um instrumento importante para o estabelecimento da confiabilidade garantidora do funcionamento da cadeia contratual se estabelece através das relações de confiança e lealdade. Assim as partes negociantes depositam, uns nos outros, uma expectativa de reciprocidade no formato confiança-lealdade, que não é de caráter legal, mas instituída ao longo do tempo, através das relações sociais que se desenvolvem através das redes inscritas no território. Esta condição expõe uma característica intrínseca a este procedimento, relativa à necessidade de personalização das relações contratuais, visto que a confiabilidade do sistema se baseia, em grande parte, na eliminação da impessoalidade das relações econômicas (ABRAMO, 2007a).

Deste modo, as principais formas de divulgação nas favelas, são a placa, instalada no próprio imóvel ou próximo deste, e as redes sociais e de parentesco (BALTRUSIS, 2004), que atuam em um ambiente limitado e controlado das relações de proximidade e de confiança-lealdade, funcionando em sintonia com a estruturação deste mercado. Disto resulta um certo “fechamento” do mercado, de forma que Baltrusis (2009), em trabalho sobre as favelas da RMSP¹⁷⁸, entre 2002 e 2005, averiguou que 48% dos compradores já residiam em favelas e

¹⁷⁷ *Apud Abramo (2007a).*

¹⁷⁸ *Região Metropolitana de São Paulo.*

35% na própria favela, e Abramo¹⁷⁹, constatou que “praticamente todos os compradores e locadores tiveram acesso à informação dos imóveis ou dos lotes que compraram ou alugaram através de um parente ou amigo” (2007a, p.31).

Segundo Abramo é exatamente este amigo ou parente que serve de transmissor da informação que, por se inserir em redes que incluem as duas partes da negociação, fará a intermediação da relação de confiança, agindo como uma espécie de “‘argamassa interpessoal’ no estabelecimento da relação de confiança e de lealdade entre as duas partes” (2007a, p.31).

Entretanto, estas relações de confiança-lealdade não garantem relações estruturadas de forma duradoura e sem falhas, de forma que é frequente o recurso a alguma forma de mediação institucional, exercida por alguma “autoridade local”, que pode ser estabelecida através de uma legitimidade de natureza religiosa, cultural, política ou mesmo a partir da violência. Enfim, um intermediário com legitimidade constituída através de “processos históricos locais que atribuem um lugar de autoridade local constituída a partir de uma infinidade de processos sociais legitimadores” (ABRAMO, 2007a, p.32), de forma que esta permita o estabelecimento de uma mediação neutra capaz de garantir os termos contratados ou redefinir o espaço de negociação entre as partes.

Assim, se, para que exista mercado, é necessário que haja instituições que estabeleçam a mediação interpessoal nas relações mercantis, no mercado informal imobiliário das favelas, serão estas relações de confiança-lealdade, sustentadas pela trama de relações de parentesco e amizade e a interveniência de uma “autoridade local” que definirão “o núcleo básico das instituições informais de mercado informal de solo” (ABRAMO, 2007a, p.32).

Características e valores

A moradia nas favelas é fruto de um processo que se organiza através do esforço familiar, no qual, após a aquisição de uma área edificável¹⁸⁰, se realiza um trabalho de construção¹⁸¹ individualizado (ABRAMO, 2007b), através de etapas sucessivas e complementares, que funcionam no limite do atendimento básico das necessidades habitacionais, consistindo, portanto, em uma produção habitacional que busca o suprimento de uma demanda familiar imediata. Assim, este segmento pode ser apreendido pela forma diversificada de moradias e localizações criadas como estratégia de sobrevivência, ou melhor, pelas possibilidades de satisfação das necessidades habitacionais de camadas excluídas do atendimento, tanto pelos programas governamentais, quanto pelo mercado formal (BALTRUSIS, 2009).

¹⁷⁹ *Através de dados do Infosolo-Brasil (2006).*

¹⁸⁰ *Que pode significar um lote, uma laje ou parte de terreno invadido, comprado ou cedido, possuindo ou não alguma benfeitoria.*

¹⁸¹ *Por autoconstrução, com mão-de-obra contratada ou através de ambos os procedimentos.*

Neste sentido, a produção de imóveis acabados para locação e venda não é a forma mais corrente, sendo uma exceção que se manifesta principalmente nas grandes aglomerações informais, largamente consolidadas e com um mercado interno muito expressivo, como a Rocinha, onde se pode mesmo encontrar a presença de imobiliárias e empreiteiras informais (ABRAMO, 2007b; LEITÃO, 2009).

Desta forma, diferentemente do mercado formal de habitação, no qual podemos identificar duas abordagens básicas: a de imóveis novos, vendidos na planta ou acabados, e um mercado de imóveis do estoque existente, a característica básica do mercado imobiliário das favelas é a comercialização secundária, um mercado de imóveis usados, em condições diversas de estágio construtivo e acabamento da edificação, que podem significar desde um terreno, originário do fracionamento de um lote familiar, uma laje vazia sobre outra residência ou até uma residência completa e acabada.

Na composição dos preços deste mercado entram em jogo o posicionamento do imóvel na estrutura interna da favela, o posicionamento da própria favela no tecido da cidade, a proximidade de acessos, transporte, equipamentos urbanos ou serviços públicos, o estágio de evolução e o acabamento da construção, o tamanho do imóvel e as possibilidades restantes de construção: fracionamentos, expansão, venda de laje, etc.

A justificativa básica da economia inerente à execução informal da moradia em favelas se organiza através de uma capacidade de produção sequencial e progressiva, que se desenvolve durante anos, ou até mesmo décadas, em um processo no qual o atendimento, mesmo que precário, às necessidades de moradia da família, através de uma casa incompleta, ou em processo, significaria uma imediata conversão dos custos diretos representados pelo aluguel na própria produção do imóvel, além de uma redução de custos inerentes à informalidade, significando o não pagamento de taxas como IPTU, Alvarás de construção, eventualmente ligações de água e eletricidade, além da inserção em redes de solidariedade inscritas neste território.



*Figura 124 - Varanda e vista do morro e do bairro do Leme, a partir da casa de Cesar.
Foto do autor.*

O pessoal olha pra minha casa e fala: "Com o investimento que você fez aqui você comprava um, um apartamento na rua!" Mas o cara não está levando em conta que

eu fiz aos poucos, com o que sobrava aqui e ali, sem compromisso. Eu comecei a fazer esta casa com dezesseis anos! Mas você quer comprar um apartamento na rua? Essa é outra questão. Eu não tenho interesse nenhum, hoje em dia, eu sairia daqui, apenas pela questão de saúde, que para subir e descer prejudica minha coluna, mas não para qualquer lugar, ou por vaidade, ou coisa parecida, porque a gente mora bem, a questão é que a gente tá no topo da evolução (Cesar, morador da Babilônia - Rua São Bento).

Entretanto, com a consolidação destes espaços, com a chegada do fornecimento regular de serviços como água, esgoto, iluminação e eventualmente telefonia, os custos dos imóveis acabados nestas áreas atingem valores próximos aos praticados nas áreas formais das cidades.

Segundo Baltrusis (2000), o valor praticado no mercado de aluguéis das favelas do Rio de Janeiro¹⁸², seria equivalente ao praticado em imóveis com características semelhantes nos bairros periféricos da cidade. E, de acordo com Abramo e Faria (2000), por valores próximos aos praticados na venda de imóveis nas favelas cariocas, poderíamos encontrar imóveis, em áreas degradadas ou mesmo unidades novas, financiadas em bairros periféricos¹⁸³.

Isto sem levar em conta os processos de reurbanização e “pacificação” que foram empreendidos recentemente, nas duas favelas analisadas no Rio de Janeiro, nas quais os valores ultrapassam facilmente a casa de R\$400,00-500,00, para um imóvel bem acabado de 1 quarto.

Abramo (2001) destaca a concorrência por preços como o fator determinante do funcionamento dos mercados urbanos, no entanto, a constatação de preços semelhantes, entre imóveis em condições bastante díspares, demonstra que: ou os mercados são impermeáveis entre si, logo não exercem influência mútua de concorrência de preços; ou os possíveis benefícios oferecidos, sejam através das garantias oficiais dos títulos de propriedade, seja pelas melhores condições urbanas e de construção dos imóveis, seriam compensados por outros fatores.

Tendo em vista os dados apontados por Baltrusis (2009), nos quais aproximadamente a metade dos compradores de imóveis nas favelas da RMSP, era composta de pessoas oriundas de áreas identificadas como não-favelas, por mais que estas se inserissem nas redes de sociabilidade e parentesco, a primeira hipótese se torna insuficiente, ao menos aplicada individualmente, para explicar tal efeito.

¹⁸² Baltrusis (2009) identifica os valores de alugueis nas favelas do Rio de Janeiro, oscilando entre R\$80,00, para um barraco de madeira em uma favela com urbanização precária, até R\$225,00, por um sobrado com dois ou três dormitórios no centro de uma favela bem localizada.

¹⁸³ Abramo e Faria (2000), identificaram valores médios para venda de uma casa de 2 quartos, na Favela Fernão Cardim, em torno de R\$18.000,00, que chega a ser superior ao valor médio praticado por uma casa semelhante no bairro de Bangu, em torno de R\$16.000,00.

Antes de mais nada é importante ressaltar a heterogeneidade socioeconômica existente tanto internamente às favelas, como entre favelas distintas (VALLADARES; PRETEICELLE, 2000), o que permite a existência de uma segmentação do mercado informal de moradias nestes espaços (ABRAMO, 2001), desta forma apesar de possuir no extrato superior valores similares aos bairros periféricos, as favelas possuem uma maior flexibilidade de absorção da população de baixa renda por oferecer possibilidades a custos decrescentes, proporcionalmente às também decrescentes qualidades habitacionais e urbanísticas. Deste modo, a forte segmentação dos mercados imobiliários informais das favelas é capaz de absorver simultaneamente os segmentos superiores, que possuem valores limítrofes aos dos bairros periféricos, e um largo escopo de qualidade habitacional e custos decrescentes, segundo a qualidade construtiva, localização e tipologia.

Neste sentido, Baltrusis (2008) identificou nas favelas da RMSP, barracos de madeira, com valores oscilando entre R\$1000,00 (precários, com localização periférica e com riscos de remoção ou de estabilidade do terreno) a R\$ 5.000,00 (bem localizados e com possibilidades de reforma) e casas de alvenaria, com valores que vão de R\$8000,00 a mais de R\$25.000,00, de acordo com a localização, qualidade e evolução da construção, com os valores superiores abrangendo as casas bem localizadas e acabadas, principalmente dispendo de área de comércio anexa.

Isto demonstra que a proximidade de valores entre os mercados formal e informal, apesar de ser uma realidade, reflete apenas as características de uma parte do universo habitacional das favelas. Assim, a opção por permanecer nas favelas, para aqueles pertencentes à parcela superior do extrato social destas, pode ser explicado pelo prestígio social que esta situação determina, associado a uma inserção social fortemente estabelecida. Não seriam, portanto, apenas vantagens economicamente computáveis, como localização, oferta de trabalho e serviços, que apresentariam grande importância nas estratégias habitacionais dos pobres, questões como vizinhança e “estilo de vida” seriam igualmente influentes neste processo: “o processo de escolha de um imóvel obedece a uma série de fatores racionais: preço, localização, vantagens relativas, etc. [mas também a] outros, não-rationais (BALTRUSIS, 2009, p.9).

A gente gosta daqui é criado aqui, né? Sair daqui é horrível. Aqui é muito bom, aqui a gente tem liberdade pra tudo, pode descer, pode subir, fazer o que você quiser, tem tudo pertinho, trabalho, escola tudo! Melhor do que na rua, né? A gente vive melhor do que na rua, eu falo (Lucimar, moradora do Santa Marta - Estação 4).

Economia da proximidade

Através do desenvolvimento de um mercado de trabalho interno, a favela passa a ser vista como um local de concentração de atividades de serviço e comércio informais, alimentando a tal ponto a dinâmica econômica interna, que podemos identificar, a partir de dados sobre a

localização dos locais de trabalho dos moradores de favela do Rio de Janeiro¹⁸⁴ e São Paulo¹⁸⁵, um percentual importante e progressivo desses moradores trabalhando dentro da própria favela (ABRAMO, 2001).

Desta forma a preferência pela permanência no território da favela também pode ser influenciada pela “economia da proximidade”, que seria capaz de atuar nas táticas locais dos pobres em sua relação com as fontes internas (eventuais ou efetivas) de rendimento e trabalho. Neste sentido, Abramo (2001) estabelece três padrões distintos de proximidade: A proximidade “topológica”, através do princípio que estrutura as relações econômicas da favela a partir de uma proximidade física, na qual é a territorialidade da favela, sua topografia e localização, que permite a proximidade geradora de atividades econômicas, atuando através da facilidade de contatos ou da necessidade de conhecimento do território; A proximidade de ordem “classificatória” estabeleceria, por sua vez, uma ligação entre os moradores através do fato de estarem classificados socialmente como um território particular, marcado pela irregularidade urbanística ou relativa à posse da terra. Uma relação de proximidade que, embora se manifeste de forma territorializada, também estabelece relações de proximidade entre o conjunto de favelas dispersas na malha urbana; E, por último, a proximidade “organizada” que é constituída a partir de relações institucionalizadas, por redes e hierarquias informais e tácitas. Como uma construção social, esta proximidade, é exercida por um conjunto de relações de interação entre indivíduos e possui suas próprias normas, regras e procedimentos.

Atratividade externa

As questões tratadas até aqui explicam parcialmente a atratividade exercida pelo espaço da favela para seus próprios moradores, que se beneficiaram do processo flexível de produção da moradia e possuem uma forte inserção nas redes sociais, de parentesco e de solidariedade, inscritas no território.

Entretanto, se admitimos que uma razoável parcela dos compradores de imóveis em favelas é originário de outras favelas ou de áreas de não-favela¹⁸⁶, os elevados valores de venda ou aluguel de imóveis em favelas - ainda que as favelas mais antigas e centrais possam ser beneficiadas pela condição de grande consolidação urbana, e de alto percentual de atendimento aos serviços básicos como água, esgoto e energia elétrica¹⁸⁷ -, principalmente quando comparados aos bairros periféricos formais, que possuem uma estrutura urbana e

¹⁸⁴ *A partir de dados da Secretaria de Trabalho do Município do Rio de Janeiro (1999).*

¹⁸⁵ *Baltrusis (2000).*

¹⁸⁶ *Em pesquisa sobre a RMSP, Baltrusis (2009), identifica que apenas 35% residiam na própria favela e 13% eram originários de outras favelas da RMSP. Sobre o Rio de Janeiro, Abramo (2003), identifica que, nas favelas que não foram atendidas pelo programa de reurbanização do Favela-Bairro, 57% dos compradores eram originários da própria localidade, e, nas que foram atendidas pelo programa, este número cai para 47,5%, o que sugere que o processo de reurbanização também exerce algum tipo de atratividade para a localidade.*

¹⁸⁷ *Mesmo que em alguns casos seja necessário recorrer a ligações clandestinas.*

construtiva que atende ao que os códigos municipais especificam como condições mínimas de habitabilidade e que possuem títulos de propriedade dos imóveis, só se justificam se a favela apresentar outros atrativos, que sejam significativos e exerçam atratividade fora do ambiente informal.

Deste modo podemos identificar algumas questões capazes de influenciar a concorrência por preços entre os mercados formal e informal de imóveis:

Um dos fatores que poderia exercer alguma atratividade, à população não inserida socialmente no espaço da favela, seria a “isenção”, fruto da irregularidade urbanística, de tributos e taxas sobre a propriedade imobiliária, assim como as relativas aos procedimentos de compra e venda de imóveis. Da mesma forma também existe a possibilidade de usufruir de cobranças diferenciadas, através de tarifas sociais de serviços como água e eletricidade¹⁸⁸ praticadas em áreas de favela, ou mesmo da prática corrente do “gato”.

Não vou mentir, que eu não tava no gato, que eu tava, até a light chegar. Eu não, todo mundo tava, geral tinha gato, mas tá certo, é para melhorar, né? Então vamos melhorar, só que eles tão cobrando muito caro, então enquanto eu puder pagar eu vou pagando, quando não puder mais ai eu fico na vela de novo (Dona Maria, moradora do Santa Marta - Pico).



Figura 125 - Marcas do ativo, e flexível, mercado imobiliário.
Fonte: João L. Ribeiro/FINEP - Revista Inovação em Pauta, 2008.

Outra questão importante remete à informalidade e à flexibilidade das negociações: diante da impossibilidade de obtenção de crédito através dos mecanismos formais, grande parte dos trabalhadores das áreas de favela, com remuneração precária e instável, fica excluída do sistema de crédito que permite o acesso a unidades novas financiadas, mesmo que ofertadas a valores similares. Entretanto, nas favelas, devido à inacessibilidade generalizada aos mecanismos formais de concessão de crédito, este é localmente gerido

¹⁸⁸ Pelo decreto estadual 25.438/2002, são beneficiados com a tarifa social os conjuntos habitacionais destinados a famílias com renda inferior a cinco salários mínimos e as residências em favelas.

Já a tarifa social de energia elétrica foi estabelecida pela lei federal de 10.438/2002, e modificada pela Lei Nº 12.212/2010, atende às unidades consumidoras residenciais de forma regressiva, por faixa de consumo, desde que estejam aptas a receber benefícios de programas sociais para baixa renda do governo federal, independente da área de localização do imóvel.

através das relações informais, em acordos nos quais o próprio proprietário do imóvel é o agente provedor do crédito, que vende o imóvel com pagamento parcelado, frequentemente sem incidência de juros e/ou correção monetária (MAGALHÃES, 2009). Na negociação também é comum o envolvimento de outros bens, dados como parte do pagamento, sejam carros, motos, terrenos periféricos, etc., além da utilização de verbas extraordinárias, como do FGTS¹⁸⁹, indenizações rescisórias, venda de outro bem ou 13º salário.

O fator de localização possui igualmente grande importância no estabelecimento das preferências e táticas habitacionais dos pobres urbanos, seja através da proximidade direta de prováveis fontes de rendimento, e seu respectivo reflexo na redução dos custos de deslocamento, temporal e monetário; através de fatores de vizinhança, da proximidade com as redes sociais; ou através da acessibilidade a serviços e equipamentos urbanos e transporte público.

A partir da localização residencial, os pobres podem ter acesso diferenciado a núcleos de emprego e renda, bolsões de serviços e comércio urbano, transporte coletivo, equipamentos e serviços públicos e a outros fatores de acessibilidade relacionados com a posição da favela na hierarquia de localizações da cidade (ABRAMO, 2001, p.1572).

Em muitos casos a proximidade territorial é determinante para auferir rendimentos ocasionais, principalmente para os trabalhadores que possuem os bicos e trabalhos temporários como fonte majoritária de rendimento “uma parte importante dos rendimentos familiares são auferidos na proximidade da moradia” (ABRAMO, 2001, p.1567).

Eu tava morando em Caxias, na Baixada, nasci aqui, aí depois mudei lá pra depois eu voltei pra cá de novo. Lá é grande, as casas tem sempre um quintalão do lado, Mas, lá eu não trabalhava há mais de um ano e pouco, aqui é melhor graças a Deus, é muito mais fácil de arrumar trabalho. E a gente vai pra onde tem trabalho, né? (Rosana, moradora do Santa Marta - Pico).

Assim, além de as redes familiares funcionarem como um mecanismo de acessibilidade à moradia e de inserção na economia urbana, principalmente para o migrante, a localização das favelas em áreas com grande demanda por trabalho de baixa qualificação se mantém como fator central para a inserção do migrante (LAGO, 2001). De modo que em um mesmo movimento teremos duas forças de atratividade locacional atuando simultaneamente, o que pode ocorrer de forma dissonante, produzindo uma decisão entre a inserção mais direta nas redes sociais ou a proximidade da maior oferta de trabalho, ou consonante, quando estas localizações são coincidentes.

De modo geral, os próprios assentamentos buscam se estabelecer próximos às ofertas de

¹⁸⁹ Devido à restrição de uso do FGTS apenas para compra de imóveis que estejam devidamente matriculados e registrados no Cartório Imobiliária, é frequente o recurso ao “acordo de demissão”, para a liberação dos recursos do fundo (MAGALHÃES, 2009).

trabalho e serviços¹⁹⁰, logo em regiões mais centrais das metrópoles, ou, ao menos, próximos de grandes eixos de ligação, que, embora mais distantes e periféricos, apresentam a oferta de transporte rápido¹⁹¹. Entretanto, estes estarão sujeitos às variações econômicas locais e regionais que podem modificar a estrutura existente, alterando a posição relativa desta favela em relação ao “capital locacional” desta, mesmo que se mantenham as suas características internas (ABRAMO, 2001), deste modo, Lago (2001) identifica, nas favelas suburbanas e nas áreas periféricas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, áreas de pouca atratividade, que possuem um baixo crescimento populacional devido à precarização das condições de trabalho ocorrida com a saída do setor industrial para o de comércio e serviços.

O fato de algumas favelas se localizarem nas proximidades das áreas melhor dotadas de infraestrutura básica, serviços e equipamentos permite que elas absorvam uma parcela dessas externalidades, o que conduz a uma diferenciação passiva entre favelas. Entretanto, as diferenciações interfavelas também podem ser de ordem ativa, quando o poder público promove ações diretas de reurbanização, alterando a dinâmica própria de produção deste ambiente, ainda que nem sempre o propósito seja o resultado produzido dentro da estrutura informal, mas a redução de seu impacto no restante da cidade.

Estas transformações, que ocorrem em suas várias escalas (rua, bairro, RAs, zonas, etc.), têm como principal vetor a dinâmica formal de transformação do ambiente construído urbano, mas estabelece com o ambiente construtivo informal uma relação de “interação conflitiva” na medida em que este último é visto pelos agentes produtores, e consumidores, da estrutura formal como uma “externalidade negativa” (ABRAMO, 2001, p.1573).

O sentimento “identitário” de pertencer a uma “comunidade” (ABRAMO, 2001), a proximidade de parentes e amigos, a oportunidade de emprego, e a proteção estão entre os motivos mais frequentemente apontados por moradores de favelas para justificar a permanência ou a opção pela localidade (BALTRUSIS, 2009). Tais vantagens estão, de modo geral, ligadas à relação de pertencimento a uma rede social de proteção e solidariedade.

A inserção comunitária é uma externalidade estabelecida e sustentada através das redes sociais inscritas no território que manifestam dinâmicas de proximidade organizada, resultando em uma economia de reciprocidades, na qual as famílias, a partir de relações de Dom e contra-Dom organizadas através das ideias de reciprocidade e simetria¹⁹² (CAILLÉ, 2007; 2008), têm acesso a bens e serviços sem a necessidade de desembolso de valores

¹⁹⁰ Como averiguado no estabelecimento das favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, nos anos 1970 e 1980, com o mercado de trabalhos domésticos, assim como na década de 1990, das favelas da Zona Oeste da cidade, com o mercado de trabalho da construção civil, ou em Salvador o surgimento de Alagados, a partir da década de 1940, ligado às pequenas indústrias instaladas no Subúrbio Ferroviário (LAGO;RIBEIRO, 2001; ABRAMO, 2001; SANTOS, 2004).

¹⁹¹ Além das possibilidades de trabalho informal, no comércio ou a partir do acesso a zonas industriais (BALTRUSIS, 2009).

¹⁹² Segundo as ideias de Marcel Mauss (2007) que remetem à tripla obrigação: dar, receber e retribuir.

monetários, mas através de uma dinâmica de trocas baseadas em relações de confiança e lealdade (ABRAMO, 2007a).

A condição para o ingresso nesta economia é habitar em um assentamento informal popular, e nele desenvolver as relações de reciprocidade, desta forma esta “externalidade comunitária” tende a ser capitalizada nos preços do solo nestes espaços (ABRAMO, 2007a), ainda que, abandonar sua inserção nas redes e relações consolidadas de reciprocidade, não significa que o “capital”, acumulado nas relações de Dom e contra-Dom, seja transferido a um eventual comprador, que na verdade não possui nenhuma garantia de estabelecimento efetivo deste padrão de relações, e a própria família que deixa a localidade precisa enfrentar a incerteza do estabelecimento em uma nova rede de relacionamentos (ABRAMO, 2001).

A característica de informalidade urbanística e construtiva das favelas permite ao comprador do imóvel exercer um direito de uso do solo sem as restrições estabelecidas pelo direito estatal, tanto urbanístico, quanto de propriedade do solo, desta maneira o proprietário tanto terá a possibilidade de estender o usufruto das possibilidades construtivas do solo ao limite de sua superfície e da limitação técnica, se restringindo apenas às interferências sobre a vizinhança estabelecida, como poderá particionar e comercializar frações horizontais (parcela do lote), ou verticais (laje) do terreno que dispõe (ABRAMO, 2007a).

O resultado concreto da prática da externalidade urbanística e construtiva é o uso intensivo do espaço, com uma conseqüente compactação do território informal através do esgotamento das possibilidades construtivas e do fracionamento dos lotes familiares, gerando uma simultânea densificação predial e familiar. Se, por um lado, o resultado espacial não é o mais desejado, por outro lado, ele estimula o desenvolvimento e a manutenção das externalidades comunitárias, reforçando os laços e redes que se formam a partir desta aglomeração (ABRAMO, 2007a).

5. HABITUS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A. O “desencaixe” da modernidade

No mundo instável e dinâmico que a modernidade nos proporciona, a condição de descontextualização faz com que espaços de convivências e integração, tanto materiais como simbólicos, não se reduzam ao aqui e agora. De modo que “uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstância nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana” (SETTON, 2002, p.67).

A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo [...] antes, logo que se dava a exclusão, em curtíssimo prazo se dava a inclusão: os camponeses eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria, logo em seguida. [...] Em outras palavras, o período da passagem do momento de exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um momento transitório (MARTINS, 1998, p.32-33¹⁹³).

A noção de desencaixe de Giddens se torna, assim, adequada para entender a mudança de sistemas de pequena escala para civilizações agrárias e, então, para sociedades modernas, por ser capaz de captar esta transformação, não apenas como um processo de progressiva diferenciação interna, mas diferenciando “os alinhamentos em mudanças de tempo e espaço que são de importância fundamental para a mudança social em geral e para a natureza da modernidade em particular” (GIDDENS, 1991, p.29-30). Os mecanismos de desencaixe seriam aqueles capazes de retirar a atividade social dos contextos, de interação, localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais. Desta forma, Giddens (1991) descreve dois tipos de mecanismos responsáveis pela produção dos desencaixes intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas: a criação de fichas simbólicas e o desenvolvimento de sistemas peritos¹⁹⁴.

Giddens (1991, p.30) define por fichas simbólicas os meios de intercâmbio “que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular”. Ainda que alguns autores¹⁹⁵ identifiquem, outros meios de “comunicação circulante”, como o poder e a linguagem¹⁹⁶, estes não possuiriam a mesma capacidade do dinheiro na produção de desencaixes. O dinheiro, ao elaborar um meio de troca que nega o conteúdo dos bens e serviços, substituindo-os por um padrão impessoal, permite que se troque “qualquer coisa por qualquer coisa, a despeito dos bens envolvidos

¹⁹³ Apud Kowarick, 2009.

¹⁹⁴ Denominação atribuída por Giddens (1991) ao conjunto de práticas e conhecimentos específicos, elaborados nas áreas de especialização profissional, como a engenharia, medicina ou economia.

¹⁹⁵ Parsons (1991) e Luhmann (1979; 2008).

¹⁹⁶ Segundo Giddens (1991, p.31), o poder e o uso da linguagem são traços intrínsecos da ação social de modo muito geral, e não formas sociais específicas”.

partilharem quaisquer qualidades substantivas em comum” (GIDDENS, 1991, p.30). Ao mesmo tempo, permite também conectar crédito e dívida, ao segmentar o processo de troca entre mercadorias e assim tornar possível a elaboração de transações desconectadas, efetuadas “entre agentes separados no tempo e no espaço” (GIDDENS, 1991, p.32). Esta relação assume um aspecto ainda mais acentuado com o processo de “desmaterialização” do dinheiro, que se torna atualmente “independente dos meios pelos quais ele é representado, assumindo a forma de pura informação armazenada como números num disquete de computador” (GIDDENS, 1991, p.32), e também, através dos inúmeros mecanismos financeiros, de investimento e crédito.

Tanto as fichas simbólicas quanto os sistemas peritos se baseiam e dependem de uma relação de confiança, “qualquer um que use fichas monetárias o faz na presunção de que outros, os quais ele ou ela nunca conhece, honrem seu valor” (GIDDENS, 1991, p.34). Mas, mais do que nas pessoas com as quais as transações específicas são efetuadas, esta confiança é depositada no dinheiro em si. Da mesma forma, quem deposita sua confiança nos sistemas peritos em que esteja envolvido, ou nas estruturas elaboradas através do conhecimento perito, não o faz em relação específica aos profissionais responsáveis, ainda que tenha que confiar em sua competência, mas, sim, na autenticidade do conhecimento perito que eles aplicam, algo que não podem averiguar profundamente (GIDDENS, 1991). Assim confiamos nos prédios, nas escadas e construções nas quais passamos grande parte de nossas vidas, sem conhecer as pessoas responsáveis por elas, nem os processos e parâmetros, segundo os quais, elas foram elaboradas e construídas.

Esta confiança, nos sistemas peritos, “não depende nem de uma plena iniciação nestes processos nem do domínio do conhecimento que eles produzem” (GIDDENS, 1991, p.36). Como leigos, a confiança aqui é elaborada através do respeito e da legitimidade que estes sistemas adquirem na sociedade, mesmo que estes sejam completamente opacos à maior parcela da população: “muitas das decisões individuais pautam-se segundo critérios que foram decididos por círculos distantes. [...] A conduta passa a ser baseada em conhecimentos com origem em discussões das quais os sujeitos não participam e nem teriam condições de participar” (SETTON, 2002, p.67).

Os sistemas peritos e as fichas simbólicas promovem o desencaixe, por remover as relações sociais das imediações de contexto. “Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam” (GIDDENS, 1991, p.36).

O caráter transitório das relações, dos papéis e das instituições sociais pode deixar espaço para uma liberdade de ação dos indivíduos. No entanto, ao mesmo tempo que confere maior margem de escolhas, maior flexibilidade nas relações, mais referências identitárias, acrescenta simultaneamente, mais insegurança, mais riscos e mais responsabilidade (SETTON, 2002, p.68).

Entramos aqui na esfera do fenômeno da reflexividade moderna, através do qual, as práticas sociais são frequentemente examinadas à luz de informações renovadas, sobre estas próprias práticas. Através da reflexividade não se sanciona uma prática, ou se obedece a uma autoridade, porque elas são tradicionais, mas sim pelo conhecimento de suas razoabilidades. Desta forma, atuando na base da reprodução do sistema, podem alterar constitutivamente, seu caráter: “não é uma questão de não existir um mundo social estável a ser conhecido, mas de que o conhecimento deste mundo contribui para seu caráter instável ou mutável” (GIDDENS, 1991, p.51).

B. O “reencaixe” nas favelas

Sistemas peritos

A relação de proximidade estabelecida nas favelas, através de uma construção socioeconômica e espacial, que se organizou de forma alternativa, ainda que refletindo, em diversos aspectos, a influência da experiência elaborada na cidade formal, é capaz de reescrever o processo de desencaixe, alterando profundamente a sua estrutura. A informalidade, de certo modo, desobriga ao recurso a profissionais especializados para a adequação a normas jurídicas, construtivas, urbanas ou econômicas, e, ao mesmo tempo, a precariedade econômica torna este acesso proibitivo devido aos custos envolvidos. Estas duas condições se escrevem profundamente no território da favela, a ponto de a própria compreensão destes processos e de sua legitimidade ser afetada. O vazio deixado pelo Estado os distancia, entre diversas outras coisas, da acessibilidade às estruturas de legitimação e formalização do conhecimento perito.

Neste caso, a confiança, tradicionalmente depositada nos sistemas peritos, assume o aspecto de uma relação mais direta e próxima, que reconhece nas estruturas informais elaboradas *in loco*, uma aplicabilidade imediata, construída com o suporte das noções de justiça, necessidade, conhecimento prático e experiência.

Assim, a relação de confiança, aqui, não se estabelece através da aceitação da legitimidade de um conhecimento restrito e hermético, mas se deposita em um histórico de aprendizado coletivo, fundado na experiência empírica, reproduzida cotidianamente. Este processo estabelece a definição de regras e padrões, dos quais, muitas vezes, não se conhece profundamente a fundamentação teórica, entretanto, seu funcionamento, comprovado pela prática diária, é localmente entendido como lógico, eficiente e justo.

A grande proximidade entre a esfera de elaboração dos parâmetros e referências, utilizados no direito alternativo, na interpretação informal das relações e obrigações urbanísticas e nas estruturas em concreto e alvenaria da construção civil, e sua efetiva aplicação prática, estabelece uma relação que se legitima através de um conhecimento socialmente partilhado. A reflexividade não seria aqui uma postura de questionamento e transformação de uma

tradição estabelecida, mas estaria ligada á própria elaboração de tais práticas. A proximidade faz com que ela, não apenas legitime as práticas socialmente estabelecidas, mas participe, neste caso, através do conhecimento e da experiência partilhados, de sua construção.

Na verdade, podemos até mesmo perceber certa dose de desconfiança frente às construções executadas através dos preceitos do conhecimento perito, quando este destoa do conhecimento acumulado na experiência prática, largamente reproduzida no espaço:

Aqui eles botaram uns arames no chão, depois vieram, com um... chamam de esteira, depois botaram um plástico preto, disseram que era pra não correr, e aí botaram o concreto, que aquela máquina faz... com brita, tudo. Mas não aguenta laje não, de jeito nenhum. Se eu tiver de botar uma laje aqui vou ter que quebrar tudo isso e fazer fundamento, vai ter que seguir dois metros e meio, se quiser botar assim, no máximo uma casa em cima, se botar mais uma e mais outra tem que seguir três metros, porque aqui era maré (Isodélia, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

É uma relação que mantém traços de interpessoalidade, quando se reconhece a experiência prévia de quem executa, supervisiona ou traz a informação dos parâmetros necessários à estabilidade estrutural da construção. A confiança se estabelece no reconhecimento da experiência individual e da responsabilidade que esta proximidade implica, reproduzida na forma de uma maior atenção dedicada a este trabalho.

No mesmo sentido, as relações jurídicas e o “direito urbanístico” da favela parecem se organizar através de uma estrutura de proximidade, que possui sua lógica específica, e seus parâmetros, desenvolvidos localmente. Um padrão de enfrentamento dos problemas e conflitos através de soluções elaboradas através do “senso comum” de justiça e ordenamento espacial. Que, ainda que apresente um resultado bastante comprometido com o atendimento às necessidades individuais partilhadas, em detrimento de melhores possibilidades de atendimento aos objetivos comuns, fortalece a percepção de que se trata de um espaço gerido localmente, através de regras atendendo diretamente os interesses dos moradores, se distanciando da sujeição aos sistemas peritos de urbanistas, juristas e administradores públicos.

Aqui não tinha tanta casa, era mais espaçoso. Com o tempo estas casas foram tomando o espaço que tinha, isso era espaço da gente, hoje virou um caminhozinho espremido, não serve mais pra nada. Mas as pessoas precisam de espaço, né? Se precisam e está aí, vão usar mesmo, não vão ficar apertadas em casa com espaço aqui fora. Até parte do meu terreno virou casa. Foram fazendo sem perguntar nada, sem pensar que estavam tomando todo o espaço e algumas casas são tão grandes, será que precisava mesmo isto tudo? (Nadir, moradora da Babilônia - Caixa d'Água).

Fichas simbólicas

Através de um movimento semelhante, as relações comerciais nas favelas, ainda que sejam igualmente baseadas no dinheiro, são amparadas por relações, de crédito e de confiança, localmente geridas, através das quais, em transações com valores mais elevados, o próprio

vendedor, do imóvel, veículo ou eletrodoméstico, promove o parcelamento do valor a ser pago, sem a incidência de juros. Esta prática demonstra uma inserção deslocada da universalização das relações econômicas da modernidade, principalmente as relativas à associação entre tempo e dinheiro:

O dinheiro em sua forma desenvolvida é definido acima de tudo em termos de crédito e débito, em que estes dizem respeito a uma pluralidade de intercâmbios amplamente difundidos. É por esta razão que Keynes relaciona intimamente o dinheiro ao tempo [...] O dinheiro, pode-se dizer, é um meio de retardar o tempo e assim separar as transações de um local particular de troca. Posto com mais acurácia, nos termos anteriormente introduzidos, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço. (GIDDENS, 1991, p.27).

Estas relações são marcadas por uma flexibilidade que só é possível quando as condições informais de garantia, ocupando o espaço deixado vago pelas estruturas formais, se estabelecem através de acertos baseados em relações de lealdade-confiança, que só são possíveis a partir das inserções nas redes sociais e de parentesco inscritas no território.

Deste modo, a confiabilidade garantidora do funcionamento da cadeia de negociações, especialmente as imobiliárias, se estabelece através da expectativa de reciprocidade, em uma estrutura elaborada e consolidada ao longo do tempo, através das relações interpessoais que se desenvolvem através de redes inscritas no território. Nas quais, quanto mais duradouras e estabilizadas estas relações, menor a percepção de riscos envolvidos.

A confiança depositada nas estruturas da modernidade, seja nas fichas simbólicas ou nos sistemas peritos, se (re)desloca na favela assumindo uma posição que, ainda que influenciada por estas estruturas, não as legitima totalmente, permanecendo com um funcionamento ambíguo e paralelo de uma estrutura de confiança gerida localmente, baseada nas redes sociais de reconhecimento, de amizade e parentesco inscritas no território. Assim, as relações diferenciadas, localmente construídas, permitem o desenvolvimento de práticas alternativas e adaptadas às condições existentes que reelaboram a concepção prática do direito, do mercado, dos sistemas peritos, produzindo uma estrutura de confiança estabelecida no conhecimento mútuo¹⁹⁷ e no comportamento passado: Seja na concessão de créditos ou na confiabilidade das estruturas edificadas, a condição de "reencaixe" altera igualmente a relação temporal e, de certa forma, estimula a utilização do conceito, embora um tanto deslocado da sua forma original, de "comunidade".

A comunidade na modernidade

A incerteza das relações globalizadas e desencaixadas reforça a busca por um ambiente que porte características apropriadas e transmita o conforto elaborado através de um espaço que

¹⁹⁷ *Mesmo que intermediado, nas redes sociais.*

permita e propicie a “proximidade de semelhantes”. A criação de ideais comunitários, por mais deslocados de seu real sentido, responde a esta necessidade de segurança e aconchego:

Os esforços (e a fúria) em torno da agregação por semelhança, esse reforço da ideia de “comunidade” (ilusória), têm íntima conexão com a globalização e a economia política da incerteza. O recurso à “tradição” nada tem a ver com o passado. Ao contrário, é um fenômeno recentíssimo (FRIDMAN, 2004, p.22).

O enfraquecimento do Estado e as políticas urbanas, baseadas na proteção através da segregação e evitação, resultam em uma extrema privatização da vida cotidiana e na deformação do sentido da proteção social:

Quando as políticas sociais tornam-se políticas de encarceramento do refúgio humano, abre-se a temporada da autodefesa, uma vez que os muros das prisões tornam-se a radicalização da metáfora que tem nas cancelas e guaritas dos condomínios a sua feição branda e ilusoriamente “confortável” ou “asseguradora”. “Lá fora”, na vida pública, onde as pessoas se encontram, misturam-se, atordoam-se com as demais vidas, aquelas que são protegidas se amedrontam, e o Estado trata de erigir as alfândegas sociais (FRIDMAN, 2004, p.23).

O recrudescimento em torno da “identidade” comum, que organiza a noção de comunidade, se elabora na busca de proximidade com aqueles de quem se descende, com “aqueles com quem se é parecido no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, ou nos gestos, e a quem, por conseguinte, sente-se que se está empaticamente ligado, haja o que houver” (GEERTZ, 2001, p.207¹⁹⁸).

C. A produção do espaço

A concepção de Henri Lefebvre a respeito da produção do espaço, como um produto social, não designa um produto qualquer, mas um conjunto de relações. Assim ele não pode ser considerado como vazio, passivo ou desprovido de outros sentidos, como os “produtos”, saídos de mãos ou máquinas, voltados à troca e ao consumo, mas sim como aspectos de natureza secundária, efeito da ação das sociedades sobre a “natureza primária”. Como produto, por interação ou retroação, este espaço (social) intervém no próprio modo de produção, e, assim, ele se torna, ao mesmo tempo, efeito, causa e razão deste modo de produção, e tem a capacidade de se transformar com ele (LEFEBVRE, 2000).

De modo “produtivo” e “produtor”, o espaço se insere nas relações de produção e nas forças produtivas, assim, sua concepção não pode se isolar e permanecer estática, ele se dialetiza como produto-produtor, ao mesmo tempo em que se organiza como suporte de relações econômicas e sociais. A produção do espaço é, portanto, capaz de conectar os aspectos da ação cotidiana, e, através de uma forma coordenada, os reunir em uma “prática” (LEFEBVRE,

¹⁹⁸ Apud Fridman (2004).

2000). Ao entendermos o espaço (social) como um produto (social), assumimos que o espaço serve tanto de instrumento ao pensamento quanto à ação. “Ele é, ao mesmo tempo que um meio de produção, um meio de controle, portanto de dominação e poder” (MARTIN, 2006, p.4).

A Tríade Lefebvriana

A conceituação de produção do espaço, segundo Lefebvre, se elabora através de uma relação tríplice entre espaço percebido (prática espacial), espaço concebido (representações do espaço) e espaço vivido (espaços de representação):

O **espaço concebido** é o espaço dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas: “É o espaço dominante em uma sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderão¹⁹⁹ [...] em direção a um sistema de signos verbais que são elaborados intelectualmente” (LEFEBVRE, 2000, p.48).

Neste espaço, as ideias dominantes refletirão aquelas da classe dominante, que busca a manutenção de sua hegemonia, se utilizando aqui do emprego do poder, do saber e das técnicas associadas. As representações do espaço são ligadas às relações de produção, à “ordem” que eles impõem, e, conseqüentemente, a conhecimentos, significados, códigos e a relações “frontais” (LEFEBVRE, 2000).

Neste contexto, ao voltarmos novamente nosso olhar na direção da favela, a primeira questão que nos deparamos é a distinta elaboração do espaço concebido, por não ser fruto da ação de tecnocratas e urbanistas e, por tampouco ser a expressão de uma concepção espacial, planejada e estruturada segundo a lógica dominante de produção capitalista²⁰⁰. As representações do espaço compreendem o espaço imaginado ou concebido, os discursos sobre o espaço e toda a experiência e conhecimento prático que os indivíduos desenvolveram na experiência cotidiana do espaço materializado (DEFFNER, 2010). Deste modo, as representações do espaço refletirão um conhecimento difuso e partilhado, estruturado nas táticas de resistência e sobrevivência, na produção cotidiana, individual e coletiva, do espaço, em parâmetros coletivos e sociais, elaborados localmente e na vivência em seu sentido mais próximo.

Todo mundo também se acha engenheiro e pedreiro. Essa gente constrói e não tem essa de licença da prefeitura. Você sai construindo do jeito que você quer. Você não tem padrão arquitetônico, não tem nada. O cara acha que tem que fazer um buraco

¹⁹⁹ Ainda que Lefebvre admita reservas a esta tendência.

²⁰⁰ Ainda que suas relações econômicas e mercadológicas internas estejam completamente integradas à lógica capitalista, e quanto mais populosa e consolidada seja a favela, menor a distância frente aos procedimentos da cidade formal, a materialização do espaço produzido ainda parece seguir uma lógica própria, baseada no atendimento a necessidades imediatas, na produção continuada da casa e na ética própria de gerir os conflitos e disputas internas.

de tal fundura da forma assim e tal e cada um vai fazendo as suas reformas (Jonas, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

As pessoas aqui, constroem como podem, do jeito que sabem, mesmo os pedreiros, ajudantes, não têm formação teórica, mas, eles têm a prática, há muito tempo são trabalhadores na construção civil, prestam serviço na comunidade e fora dela. E as famílias construíram suas casas aqui, do seu jeito, da sua maneira, como formiguinhas, mas hoje, algumas têm até três, quatro andares. Construídas de uma forma bastante popular, e não apresentam nenhuma fissura, nenhuma rachadura, nem caso de desabamento, o que já ocorreu com as casas do governo. Então, isso prova de que a construção popular pode ser boa (Jerri Uilson, presidente da Associação de Moradores de Novos Alagados).

O espaço, como portador de discursos coletivos, e de um sistema de códigos das estruturas de poder, se materializa através de uma reciprocidade entre a sociedade (através da prática social), o poder (capital) e o espaço (no sentido construtivista), as oportunidades de se constituir ou produzir espaço irão depender do capital simbólico e material do *habitus*, das estruturas excludentes ou includentes, assim como das disposições físicas e materiais, expressas na organização espacial.

A representação do espaço conforma o espaço imaginado ou concebido (discursos), mas compreende também toda a experiência e todo conhecimento prático elaborado pelos indivíduos na produção cotidiana deste espaço. “Tal espaço ‘imaginado’ pelos desfavorecidos se diferencia nitidamente das moradias das classes de maiores rendas na cidade, os prédios de apartamentos, vistos, em geral, de modo negativo pelos moradores da favela” (DEFFNER, 2010, p. 132). A representação negativa frente aos lugares das classes médias, ao mesmo tempo em que reforça uma “justificação coletiva” de evitação, transfere naturalmente, ao terreno da imaginação dos desfavorecidos, a representação do modo de vida dos privilegiados, estruturado no individualismo, no anonimato, na falta de contato mútuo, de alegria, de liberdade, no enclausuramento dos apartamentos (DEFFNER, 2010).

Deste modo, como espaço igualmente evitado, marcado pelo estigma da violência, pobreza e sujeira, a favela se elabora, como um espaço de autoproteção e que oferece opções para os desfavorecidos, de outro lado, mas representa, ao mesmo tempo, um capital residencial negativo (DEFFNER, 2010). Frente à cidade formal, produtora do isolamento e segregação, que inviabiliza a possibilidade de coexistência e aceitação do outro no espaço, de certa forma ambos se evitam, e se valem de seus mecanismos para garantir a estabilidade e a segurança nesta relação, sejam eles os muros e o policiamento ostensivo ou o espaço apropriado (dentro ou fora da favela) e o ideal de “comunidade”.

As populações não são submetidas passivamente às práticas de estigmatização e segregação residenciais. Com efeito, os grupos sociais sobre os quais são atribuídas uma estigma negativa associada a certas características do seu território de moradia buscam escapular do isolamento utilizando vários expedientes, individuais ou coletivos, de apropriação dos espaços coletivos através dos quais reconstruir o

significado da sua presença no espaço urbano (RIBEIRO, 2009, p.59).

O **espaço percebido**, ou a prática espacial, engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação, garantindo sua continuidade com uma relativa coesão. A respeito do espaço social, e da relação de cada membro desta sociedade com seu espaço, esta coesão implica, ao mesmo tempo, em uma *competência* garantida e um nível específico de *performance*²⁰¹. “A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela lhe põe e lhe sobrepõe em uma relação dialética: ela o produz de maneira lenta e segura, dominando e se apropriando deste espaço” (LEFEBVRE, 2000, p.48).

No contexto do neocapitalismo, a prática espacial associa, diretamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos conectando os lugares do trabalho e da vida privada) (LEFEBVRE, 2000). O percebido está, portanto, relacionado ao imediato, ao pensamento e ao significado, se diferenciando daquilo que é experimentado ao se elaborar como um espaço de mediação entre o concebido e o vivido (SANTOS, 2008). Assim, “uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica) (LEFEBVRE, 2000, p.48).

O espaço é percebido enquanto a prática social se desenrola, assim, compreende o uso concreto do espaço e sua apropriação pelos corpos que assimilam os momentos concretos relativos às dimensões, fronteiras, acessos, interdições e distâncias deste espaço. Neste sentido, ainda que seja grande a precariedade nas favelas, elas permitem a criação de um mundo próprio, adaptado às condições socioeconômicas e relativamente protegido da discriminação, nos quais a própria estratégia cognitiva parece evitar os locais onde seja alto o risco de exposição à discriminação social ou racial (DEFFNER, 2010).

A presença desta população em um território social e simbolicamente tão diferente gera uma série de efeitos, que vão desde o desconhecimento de sua existência a práticas de utilização das ambiguidades como estratégias de desclassificação social e de estigmatização, ou ainda, de violência simbólica e de isolamento social. O resultado é a instauração de uma dinâmica social que acomoda de maneira funcional as relações de proximidade territorial e dominação social, expressa pela sociabilidade interna dos moradores, nas representações que fazem sobre o seu lugar e nas práticas de uso e apropriação do território (RIBEIRO, 2009, p.52).

Deste modo, assim como o *habitus*, o espaço é sempre, em sua dimensão material, um produto da história, refletindo a sobreposição da materialização das estruturas sociais dos agentes que o ocuparam. Portanto pode-se concluir que as favelas concretizam, de certa maneira, a precariedade social, econômica e estrutural dos moradores, refletindo o caráter informal e “espontâneo” de suas estratégias de vida: “as práticas espaciais, no sentido das atividades humanas no território, não produzirão apenas um espaço físico concreto, mas

²⁰¹ Segundo os termos de Noam Chomsky.

também as percepções, construções mentais, códigos, discursos, etc. do mundo social" (DEFFNER, 2010, p.131).

O *espaço vivido* é o espaço dos habitantes, ou dos usuários, que remete à apropriação materializada na vivência cotidiana, através das imagens e símbolos que o acompanham. É o espaço dominado, que tenta modificar e apropriar a imaginação e compreende o espaço vivido, e "sofrido", aquilo que representa o mundo real em toda a sua complexidade. Engloba igualmente o espaço físico, se utilizando simbolicamente de seus objetos, de modo que estes espaços tenderão, ainda que com reservas, em direção de sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e sinais não verbais (LEFEBVRE, 2000), ainda que estes espaços não sejam, em si mesmos, os discursos, os símbolos, eles se constroem através de tais atribuições de significado (DEFFNER, 2010).

Os espaços de representação, "apresentam simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que poderia eventualmente se definir, não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação" (LEFEBVRE, 2000, p.43).

Nas sociedades modernas, podemos identificar uma valorização (seletiva) do percebido e do concebido, em detrimento do vivido, ou seja: "a valorização da exposição e da visibilidade, em detrimento de tudo que não é imediatamente visível ou exposto" (SERPA, 2005, p.223). Uma relação na qual a não incorporação do percebido ao vivido, "deixa sem espaços de representação todos aqueles grupos ou indivíduos sem acesso às estruturas de poder, que produzem, via meios de comunicação em massa e processos tecnocráticos de planejamento, as 'representações do espaço', o concebido" (SERPA, 2005, p.223).

Neste contexto podemos nos apoiar na diferenciação, estabelecida por Walter Benjamin, entre experiência e vivência, na qual a primeira estaria relacionada "à memória, individual e coletiva, ao inconsciente, à tradição. A vivência relaciona-se à existência privada, à solidão, à percepção consciente, ao choque" (SERPA, 2007, p.18). Desta forma, a experiência se afirma na memória e na permanência, um conhecimento adquirido, reelaborado e ressignificado em conjunto com os outros, enquanto a vivência remete ao ato individual, e ao caráter efêmero. Submete-se, portanto, a experiência à vivência, contrapondo as sensações fortes e o choque à aptidão humana de imaginar e de julgar. A valorização da vivência, em detrimento da experiência, significa, sobretudo, um empobrecimento dos processos simbólicos, ao impedir a elaboração cognitiva do percebido (SERPA, 2004b).

Estes espaços possuem um caráter visual cada vez mais pronunciado. Fabricamos para o visível: pessoas e coisas, espaços e estes nele contidos. Esse traço dominante, a visualização (mais importante que a "espetacularização" que por sinal ele inclui), mascara a repetição. As pessoas olham, confundindo a vida, a vista, a visão. Construimos sobre planos e projetos. Compramos a partir de imagens. A vista e a

visão [...] se alternam em armadilhas, elas permitem a simulação da diversidade no espaço social, o simulacro da luz inteligível: a transparência (LEFEBVRE, 2000, p. 92).

Assim, Lefebvre vai observar na produção do espaço da cidade formal, elaborada pela sociedade dominante, que escreve através dos bens culturais, a “história dos vencedores”, uma materialização de grande monotonia morfológica, onde, nas modernas periferias urbanas, tudo se parece. O produto, e o modo de produção, explicitam a conexão entre os saberes e poderes hegemônicos e técnicos.

O repetitivo substituiu a unicidade, o fatural e o sofisticado prevaleceram sobre o espontâneo e o natural, o produto sobre a produção. Esses espaços repetitivos resultam de gestos e atitudes também repetitivos, transformando os espaços urbanos em produtos homogêneos, que podem ser vendidos ou comprados (SERPA, 2007, p.19).

Os costumes e o modo de vida dos moradores das favelas se consolidaram ao longo, e em torno, da existência da moradia. Esse aspecto é significativo, ou mesmo imprescindível, para a gênese do *habitus* como produto histórico (DEFFNER, 2010). Deste modo, os espaços da favela demonstram, no momento de produção/elaboração de sua materialidade, uma grande ênfase em sua dimensão de uso, frente ao valor de troca, que foca nas características de usabilidade e atendimento imediato às necessidades básicas, em detrimento de uma concepção visual de conjunto ou unidade, conforme experimentamos no espaço concebido formal.

Os espaços tendem assim a apresentar [...] um padrão ‘orgânico’, ou seja, a compartimentação vai sendo construída à medida que a pressão e a disputa, de diferentes usos ou de diferentes agentes, se acentua. Dessas pressões deriva um tipo de morfologia irregular, assimétrica, estabelecida ao sabor da composição de forças de cada momento e dos recursos e interesses que lhes são específicos. [...] Talvez pudéssemos mesmo dizer que não existe uma concepção de ‘fachada’ nessas casas, tudo se passa como se as necessidades internas ditassem de forma absoluta o exterior e esse não merecesse nenhum tratamento específico (GOMES, 2003, p.173-174).

Entretanto, se, ainda assim, podemos salientar uma grande homogeneidade formal no espaço produzido da favela, à semelhança do exposto por Lefebvre sobre as periferias modernas, esta homogeneidade se caracteriza, por sua vez, pelo atendimento similar às necessidades, ou seja, pela semelhança de necessidades e padrões de uso, de repertório e soluções e técnicas construtivas, que são elaboradas através do conhecimento partilhado.

Desigualdade social, táticas e estabilidade

A cidade não deve ser entendida como uma realidade estática, mas, ao contrário, como um processo dinâmico que se constrói e se reinventa constantemente pelos sentidos, interações, narrativas, imagens e representações dos indivíduos e grupos sociais: “A textura da

territorialidade humana se manifesta, por um lado, nas interações das atividades sociais no âmbito das esferas econômica, política e social, e, por outro lado, em sua função constitutiva, limitando e mediando o processo de produção do espaço” (DEFFNER, 2010, p.117).

Deste modo, a questão da desigualdade social deve ser entendida principalmente em seu sentido relacional, percebido através da relação de assimetria entre indivíduos ou grupos sociais em relação às possibilidades e chances de ascensão social. É neste sentido que o espaço assume uma dimensão importante, enquanto organizador de uma desigualdade imaterial. Este espaço materializado é sempre carregado de valores e normativas sociais, é, portanto, sempre um espaço de representações (LEFEBVRE, 2000), um realidade que não é independente, mas construída pelos sentidos, valores e significados da sociedade que o ocupa, e desta forma se torna a um só tempo construto e produto social (DEFFNER, 2010).

“As favelas representam uma forma específica dessas realidades desiguais - não só de substância material, mas, sobretudo, de significado simbólico” (DEFFNER, 2010, p.119), por se constituir como espaço de sobrevivência, um produto social e material capaz de possibilitar as condições para ação das táticas cotidianas de produção do espaço e das estruturas informais de organização social, econômica, política e jurídica. Ainda que esta situação implique, simultaneamente, em uma condição segregada, portadora de estigmas, e marcada por uma inserção deficiente e assimétrica no contexto da cidade, frente a qual os limites e barreiras físicas e simbólicas tentam reduzir a proximidade física que evidencia de maneira incisiva a desigualdade social e a condição de degradação urbana.

Entretanto, a existência de uma condição de persistente estabilidade social, mesmo quando os segmentos da sociedade se entreolham através de um imenso abismo social, numa situação de confrontação constante de severas diferenças sociais e estruturais (urbanas), sem que possamos identificar o surgimento de sentimentos de sublevação contra a injustiça gritante que experimentam diariamente, parece indicar que os mecanismos tácitos da dominação e da manutenção das hierarquias sociais, responsáveis pela produção, tanto das exclusões quanto das prerrogativas de poder, estão presentes não apenas na prática social dos privilegiados, que buscam a manutenção do sistema que os beneficia, mas igualmente na prática social dos desfavorecidos. Para explicar a contradição implícita na lógica interna desta condição precisamos compreender a importância do espaço dos desfavorecidos na reprodução dos mecanismos tácitos de dominação (DEFFNER, 2010).

Os mecanismos de manutenção do estatuto social e da estabilidade socioeconômica, organizados através da constituição, direitos jurídicos, forças de ordem, política, etc. são estruturas institucionalizadas, ao mesmo tempo que atendem a uma demanda de segurança, criam o fundamento para o poder de reprodução das estruturas sociais (DEFFNER, 2010). Um processo de reprodução ocorrerá, portanto, quando os agentes sociais forem incapazes de transcender as próprias condições de vida - sejam pessoais, institucionais ou estruturais - ou

estas sejam revestidas de uma condição de naturalização, na qual as práticas cotidianas sejam adaptadas às condições fragilizadas.

Percebemos, portanto, nesta relação, algumas vertentes distintas dentro do mesmo fenômeno: 1 - A percepção, pela população favelada, de que configurariam um grupo efetivamente inferior, seja através de uma condição externa, produzida pelo destino, ou interna, fruto de uma incapacidade (por falta de capital econômico, escolar, social) de produzir melhores condições de vida, desta forma, se perceberiam como um grupo impedido de sublevar-se, seja pela falta de condições para tal ou pela aceitação da “coerência” de tal situação desigual; 2 - Valorizariam a condição e o estatuto social que possuem dentro da estrutura informal e, portanto, sublevar-se significa arriscar perder uma condição de status relativamente favorecida localmente, ou mesmo frente à classes percebidas como ainda inferiores; 3 - Se apoiariam na iniciativa individual, através de uma ação que não busca alterar a condição do espaço social, mas sim sua própria posição nesta estrutura. Esta relação parece repetir a lógica que permeia a conquista do espaço pela invasão de terrenos, que não busca alterar o padrão de propriedade privada do solo, mas, sim, produzir a sua inserção nesta estrutura como proprietário, mesmo que de um lote informal.

A primeira situação remeteria a uma condição de resignação, uma situação contra a qual não se pode efetivamente combater, com a qual, portanto, restaria conviver, ainda que busque possíveis ações adaptativas, que serviriam a extrair a melhor condição de vida possível dentro do espaço previamente elaborado:

Eu já subo essa ladeira assim botando o coração pra fora. Eu penso, vou morar mais aqui não, até o médico mesmo, disse, que não era pra morar em meio de ladeira. Como é que eu não vou morar em meio de ladeira? Eu sou pobre, eu vou morar aonde? O senhor pode morar num lugar sem ladeira porque o senhor é rico, e eu, vou morar aonde?(Enilda, moradora de Novos Alagados - Araçás).

Eu estou fazendo aqui meu piso, eu vou cuidando da casa. Mas vou fazendo se o dinheiro aparece, senão... Eu não gosto de viver muito pensando assim porque passa o tempo todo e você não faz mais nada da vida. Quem planeja é filho de rico, a gente não tem como planejar, a verdade é essa, eu não paro pra planejar muito não, se eu planejar demais fico com a cabeça doendo. Mas se eu tivesse condições de fazer em cima, eu desmancharia essa parede do lado e aqui ficaria só a sala, o banheiro ficaria aí, e a escada vinha aqui ó, entendeu? (Mônica, moradora de Novos Alagados - São João do Cabrito).

Eu quero ainda melhorar esta casa, no dia que tiver condições, sabe? Eu quero dar uma coisa melhor pro meus filhos, entendeu? Levantar de tijolo, fazer com laje, não muito diferente do que é, só que mais firme e dividida, porque aqui não tem quarto, é só um vão mesmo. (Rosana, moradora do Santa Marta - Pico).

Aqui é o meu cantinho há trinta e dois anos. Eu vou dando uma ajeitada aqui e ali, está ficando arrumadinho. Mas mudança grande só se a obra vier fazer alguma coisa, mas, se não aparecer nada, a gente vai ficar como está mesmo, fazer o que, né?

Porque a casa toda não dá pra gente arrumar, mas graças a Deus, eu vou ajeitando meu cantinho, e o importante é a gente ter ele, né? Porque a gente ficar batendo cabeça aqui e ali é a coisa pior que tem, ficar dependendo dos outros pra morar, mesmo de filho, a gente morre mais rápido (Dona Maria, moradora do Santa Marta - Padre Hélio).

A segunda expõe uma preocupação de manutenção do espaço conquistado e de sua inserção privilegiada no estatuto social informal e mesmo a demonstração do orgulho frente ao caminho percorrido, na produção de uma moradia melhor e de melhores condições de vida:

Morar na casa da gente é totalmente diferente do que pegar uma destas casinhas da Conder. É diferente a questão do orgulho, né? Porque eu tava lá no mangue, na casinha fincada na água, e hoje tô aqui. Porque eu... é complicado falar sobre isso, mas eu acho que é uma vida muito difícil, né? [...] E hoje estou aqui, aí eu acho que é uma vitória, assim, né? A gente não podia comprar um terreno porque era caro. Tá certo que muitos tinham um casebre grande, na maré, a gente que vivia lá, mas vivia bem, entendeu? Mas estar aqui agora, com esta casa do jeito que está é uma vitória (Gilberto, morador de Novos Alagados - Araçás).

Eu moro aqui desde que nasci, faz cinquenta anos completo. Eu morava lá em cima, mas com o tempo a gente foi descendo e agora temos esta casa aqui embaixo. Ai melhorou bastante, né? Porque lá não tem acesso, era muito ruim ter que subir e descer todo dia, e não tem muita coisa por lá. Ai já faz mais de vinte anos que viemos pra este lugar aqui, compramos este terreno. Era um barraquinho, começou com um barraquinho de estuque, nós fomos fazendo a estrutura por fora, as paredes, nós fomos fazendo aos poucos, e foi subindo, foi indo, do jeito que dava, do jeito que a gente podia. Hoje é esta casa ai, essa parte todinha ali ó, começa do azul vai até lá em cima, na cobertura inclinada, é uma casa bonita (Serginho, morador da Babilônia - Largo da Associação).

E, por fim, a terceira remeteria às táticas individuais, ainda que postas em prática de maneira coletiva, capaz de explorar oportunidades e possibilidades, de construir de maneira alternativa, jogando nas brechas do sistema para construir um melhor espaço de vida e explorando todas as suas possibilidades expressas e brechas eventuais:

Primeiro eu dormia no trabalho, porque trabalhava em casa de família, depois cheguei a ficar de favor, aí quando surgiu essa invasão ai, eu me meti aí. Como era invasão, qualquer um invadia. Era só ir chegando, fincando seus paus... Fui logo comprando o material, vinha lá do Uruguai arrastando pau, e fincamos os paus na água e fizemos um vãozinho. Coisa pequeninha, menor do que esta sala aqui, mas botei a cabeça pra dentro, porque viver de favor na casa dos outros não presta e de outra forma eu não tinha como morar. Isto aqui pra mim foi a solução, não é o ideal, mas é meu canto. Aí depois eu fui crescendo aos pouquinhos, fazendo o quarto, sala, cozinha, banheiro... Agora tenho uma casa boa (Celeste, moradora de Novos Alagados - Araçás).

O padrão aqui é este, o que dita é a necessidade aqui, então assim que cobriu, muda pra dentro. Às vezes as pessoas não têm pra onde ir, então, quando a invasão é uma chance, faz um barraquinho, cobre e pronto. Depois vai melhorando. A maioria das pessoas aqui constrói a casa com a família dentro mesmo. A gente fez também, fez assim. A gente não saiu pra nada. Tinha um barraquinho de plástico, papelão e lona e

a gente foi cavando os buracos e construiu com a gente dentro. Você vai construindo ali sem ter que pagar aluguel. Esse é o processo inicial de quase todo mundo. E hoje você tem casa muito boa por aí, mas tudo começou assim, porque de outra forma não daria (Jonas, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

Práticas e repertório

As táticas e práticas espaciais específicas, elaboradas no contexto da informalidade urbana, jurídica e econômica, para lidar com as condições precárias de produção do espaço e de inserção nas estruturas espaciais e socioeconômicas da cidade, ao se reproduzirem continuamente, se estruturaram como o padrão local de atuação, que pode ser percebido através da relação diferencial com os espaços urbanos; da importância das redes sociais e de parentesco inscritas no território; dos artifícios elaborados para a estruturação de sua concepção jurídica; dos mecanismos internos garantidores de seu mercado imobiliário; ou elaborados na estrutura evolutiva da residência, que se apresenta na produção continuada da casa, na alteração da relação temporal projeto-construção-habitação, na concepção espacial dinâmica da moradia, no atendimento às necessidades como parâmetro primordial de construção, que elabora uma desconexão com a concepção visual, através de uma relação não obrigatória com os acabamentos externos, porém focada na funcionalidade que os exige internamente, etc.

A reprodução, contínua e cotidiana, de tais práticas específicas, desenvolvidas como táticas de resistência e sobrevivência, se internaliza no espaço vivido de forma naturalizada, de modo que, não apenas, estas passam a configurar a percepção do modo “normal” de ação, mas elaboram de tal forma o repertório de possibilidades, construtivas, sociais, econômicas, jurídicas, que atuações distintas podem ser julgadas como estranhas ou equivocadas: “o modo de produção organiza - produz - simultaneamente a determinadas relações sociais -, seu espaço (e seu tempo). É deste modo que ele se realiza” (LEFEBVRE, 2000, p.XXV).

D. Habitus

Será neste sentido que o conceito de *habitus* nos auxiliará a pensar a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos, a apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. Embora possamos considerá-lo como um sistema engendrado no passado e orientado para uma ação no presente, o *habitus* não é destino, mas um sistema em constante reformulação, uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas, a orientarem suas ações (SETTON, 2002).

A homogeneização objetiva dos habitus de grupo ou de classe que resulta da homogeneidade de condições de existência é o que faz que as práticas possam ser objetivamente acordadas fora de qualquer cálculo estratégico e de qualquer referência consciente a uma norma e mutualmente ajustados na ausência de qualquer interação direta, e, desta forma, de qualquer acerto explícito (BOURDIEU, 1980,

p.98).

Podemos, portanto, entender o *habitus* como um princípio mediador, de correspondência entre práticas individuais e condições sociais, “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU²⁰², 1983, p.65). Desta forma, pensar a relação entre indivíduo e sociedade nestes termos, significa entender que o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados, e, o *habitus*, um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática segundo as conjunturas e estímulos de um campo²⁰³ específico (SETTON, 2002).

É na medida, e apenas na medida, que os habitus são a incorporação da mesma história - ou mais precisamente, da mesma história objetivada nos habitus e estruturas - que as práticas que eles engendram são mutualmente compreensíveis e imediatamente ajustadas às estruturas e também objetivamente acertadas e dotadas de um sentido objetivo, ao mesmo tempo unitário e sistemático, transcendendo às intensões subjetivas e aos projetos conscientes, individuais ou coletivos. [...] A homogeneidade dos habitus que são observadas nos limites de uma classe de condições de existência e de condicionamentos sociais é o que faz que as práticas e as obras sejam imediatamente inteligíveis e previsíveis, logo, percebidas como evidentes e naturais (BOURDIEU, 1980, p.97).

O conceito de *habitus* pressupõe, assim, uma relação dialética entre sujeito e sociedade, mas também entre o *habitus* e a estrutura de um campo, socialmente determinada. Logo, as ações, os comportamentos, escolhas ou aspirações individuais, não se organizariam segundo um cálculo ou planejamento consciente, mas seriam produtos da relação entre *habitus* e as pressões e os estímulos de uma conjuntura e tenderiam a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica, o que não significa que sejam irrefletidas: “são práticas caracterizadas como inconscientes, uma vez que são vistas como evidentes e naturais pelos indivíduos” (SETTON, 2002, p.64).

Como um sistema de disposições elaborado e reelaborado continuamente, o *habitus* está aberto a ajustamentos e transformações impostos pela necessidade de adaptação a situações novas e imprevistas, entretanto estes ajustamentos são limitados, entre outras razões, porque o próprio *habitus* define a percepção da situação que o determina (BOURDIEU, 1983).

O mais importante é, sem dúvida, que a questão deste espaço é formulada neste mesmo espaço; que os agentes têm sobre este espaço, cuja objetividade não poderia

²⁰² Apud Setton (2002).

²⁰³ Conceito integrante da obra de Bourdieu, os campos seriam cada um dos diversos espaços, relativamente autônomos, embora regidos por regras próprias, nos quais ocorrem as relações entre indivíduos, grupos e estruturas sociais. Espaço de disputa, de lutas simbólicas, por poder e hegemonia, pela autoridade de ditar as regras, e, assim, repartir o capital específico de cada campo.

ser negada, pontos de vista que dependem da posição ocupada aí por eles e em que, muitas vezes, se exprime sua vontade de transformá-lo ou conservá-lo (BOURDIEU, 2007, p.162).

Muitas vezes podemos perceber o efeito da condição de “naturalização” no próprio discurso do morador, que separa claramente a “primeira impressão” da opinião atual sobre o padrão construtivo. Entretanto é perceptível que, por mais que o padrão de acabamento seja bastante heterogêneo, alguns materiais, como a madeira, por serem muito utilizados nos primeiros barracos precários, são percebidos como materiais provisórios e de baixa qualidade, mesmo quando aplicados de forma bem estruturada, como as escadas construídas em madeira pela Conder.



Figura 126 - Escada implementada pela Conder em Novos Alagados. (Casa de Dona Denise, no Boiadeiro).

Foto do autor

Não me incomoda. Não ter acabamento não me incomoda porque também eu já estou habituada a ver assim, a rua toda é assim. Então não é aquela coisa de como quando eu cheguei pela primeira vez, entendeu? Eu já me acostumei a ver. Mas, eu acho que seria uma condição de vida melhor, ficaria tudo mais bonitinho assim [...] Não ter acabamento é um padrão, mas, eu não, eu não concordo que tem que ser sempre assim, porque tem gente que rebocou sua casa e... digamos, porque eu também quero ter minha casa rebocada. Porque é mais higiênico, mais cômodo, é mais confortável.

Mas tem outras coisas primeiro, a escada que é de madeira, você já conheceu alguma casa com a escada de madeira? De madeira fica com aquela cara meio assim... Eu acho que ficava mais bonitinho, mais ajeitadinho, se ela fosse de azulejo, rebocadinho, ficaria mais bonito (Márcia, moradora de Novos Alagados, Boiadeiro).

Entretanto, esta flexibilidade com a construção e, principalmente com os acabamentos e finalizações, visto que estes não parecem muitas vezes elementos associados a certo “luxo” construtivo, não segue sem parâmetros específicos, de modo que podemos identificar que, no interior das moradias, o reboco assume um papel de maior importância, de modo que, em sua falta, tecidos são usados para disfarçar a parede nua, assim como assumir a função das portas ou divisões internas do barraco.



Figura 127 - Divisões internas com tecidos.
Foto do autor.

Nas paredes a gente põe este tecido pra ficar bonito, assim disfarça também, porque embaixo tá sem reboco ainda. É tecido, é cortina, faz o acabamento das paredes e faz as portas também. Enquanto não tem, né? (Elizângela, moradora de Novos Alagados - Araçás).

Aqui falta rebocar, falta colocar piso. Por dentro está assim, crua, então por enquanto eu cubro com tecido, pra cobrir o que não tá rebocado. Fica melhor, né? Mas é por enquanto, eu ainda não terminei de fazer, ainda vou fazer... A gente já aumentou lá em cima, onde mora um filho meu, mas também teve que ficar assim, no osso, por falta de condições, né? (Maria Carvalho, moradora de Novos Alagados - São João do Cabrito).

Minha casa não tem acabamento por fora não, mas aqui é normal, aqui todas as casas são assim, então a minha não tá diferente. Mas olha, por dentro ela tá toda

acabadinha, porque é o lugar que eu moro, aonde eu fico, tem que estar certinho (Tamara, moradora do Santa Marta - Meio do Morro).

É, por dentro é mais importante. Eu tava querendo botar um piso aí, mas o dinheiro é pouco, acaba que tem coisas mais urgentes que faz primeiro. Primeiro faz por dentro, sempre. É o conforto, é onde eu vou morar, né, por fora é só boniteza, pros outros verem. Se a pessoa tem condições e tá morando com a casa sem acabamento por dentro parece que ele não se preocupa com o conforto da família dele, né? (Antônio, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

A “naturalização” destas práticas não se expressa apenas como um modo específico e adaptado de produção do espaço, mas, a sua repetição e difusão elabora, a partir do padrão de comportamento estabelecido, um sistema de classificação dialético, segundo o qual repetem e confirmam a prática nas ações cotidianas e passam a julgar as práticas destoantes. Assim à maneira de um *habitus* próprio, demonstram a “incompreensão” frente às iniciativas, estatais ou individuais, de produção de moradias segundo uma concepção, de espaço e produção da moradia, diferente da desenvolvida no local.

Se você for olhar, estas casinhas da Conder, eles entregaram não estavam nem rebocadas por dentro, então nem estavam prontas. Elas são rebocadas por fora, pra fazer aparência, mas quando vai ver de perto... (Gilberto, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

E aí o governo fez estas casas, estas casas enormes assim, são grandes, essas casas são grandes, né? E não rebocou por dentro! Só fez pintar por fora! Entregou e passou na televisão assim, sabe? Eles falando assim tudo... eu fico pensando: Meu Deus, eles não fizeram quase nada. Minha casa era de tábuas, mas era boa, e era grande. Aí fica

dizendo que é isso mesmo, que a casa vai ficar assim mesmo (Vera Lúcia, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

Aí é o tipo da coisa, a casa tá rebocada por fora por dentro ela não tá. Aí corre o risco de estar criando bactéria, verme, muriçoca, baratas, escorpião, todo tipo de inseto dentro da casa. Se fizer por dentro tá mais seguro que de fora, fica mais confortável. [...] Pra um político... isso repercute muito mal. Uma casa dessa, nua, crua. Isso é uma vergonha pro governo... se um candidato chega pra essa rua aqui numa casa que não tivesse rebocada por dentro a prioridade seria do morador. É Isso... qualquer pessoa aqui, no Rio, Vitória, Espírito Santo, qualquer favela, reboca por dentro da casa, por fora fica naquela onda quando Deus me der oportunidade eu vou fazer. [...] Porque é assim, se fosse assim o caso, da pessoa estar morando num apartamento... uma pessoa de estirpe, uma casa bem bacana... Agora, tem uma casa aqui de três andares, bem perto da minha, que não tá com nada parece um gelo, por fora ele rebocou, por dentro não tem nada. Isso que pega mal, o proprietário é indeciso (Valdir, morador de Novos Alagados - Araçás).

O próprio padrão construtivo pode ser percebido como um problema, caso se distancie do conhecimento partilhado e repetido à exaustão no espaço, como podemos perceber através do impacto da forte inadaptação às construções oficiais, elaboradas segundo práticas e processos distintos dos utilizados localmente.

Eu comprei este terreno, tinha uma casinha, destas que o governo fez, mas eu derrubei pra ampliar, porque estas casinhas do governo não dão pra ampliar direito, tem que refazer tudo, mas aproveitei muita coisa, tirei telhado, bati laje e fiz em cima. Tá ficando boa, mas ainda falta muito. Tá tudo sem reboco [interno], sem piso. Mas antes de fazer isto eu vou tirar este telhado aí do bar, pra bater a laje e fazer mais um quarto aí em cima. Porque o bar é alugado, então alugo mais um quarto e isso me ajuda a terminar a casa depois. Mesmo na parte de baixo que era pra ser a minha casa, um pedaço eu separei e aluguei, afinal, um quartinho aqui vale cem reais (Gilberto, morador de Novos Alagados - Araçás).

Embora o projeto realizado pela Conder utilize em diversos momentos a construção de uma laje sobre este padrão de embriões, esta é elaborada segundo um processo construtivo não dominado pelos moradores locais, logo de execução mais complexa, e que, por escapar ao conhecimento empírico partilhado, é entendida como ruim e inadequada a ponto de a demolição parcial ser, muitas vezes, a saída à evolução da moradia, permitindo a adequação ao padrão desenvolvido localmente. Ao mesmo tempo, não ter terminado o reboco interno e o piso, não é impedimento ao início de ampliações na casa, demonstrando uma alternância nas prioridades e uma desconexão com a sequência e a ordem esperadas em uma construção formal, amplamente justificada, nesta situação, por esta ampliação significar um retorno financeiro que pode ajudar na própria obra da casa.

A construção contínua e sucessiva da casa é percebida como o modo padrão de elaboração da residência, visto que se adequa às condições de informalidade e precariedade econômica generalizadas da favela, e a ação destoante pode, em certos casos, ser percebida como ostentação ou demonstração de um poderio econômico mais elevado.

Claro que as pessoas se preocupam com a questão estética, mas primeiro se preocupam com dentro de casa. Não está preocupado em embelezar a casa pros outros, não, a gente quer ajeitar a casa por dentro, pra família. Ai, o resto é questão estética, não se preocupa muito, não, não se tem uma essa preocupação desse gasto por fora, não. E como aqui todo mundo faz assim, é como o padrão. Acaba que se alguém reboca e pinta tudo direitinho, você vê logo a diferença no meio de um monte de casa só no tijolo. E acaba que se torna um problema, porque você passa logo a noção de que a pessoa tem dinheiro, entende? Quando você constrói uma casa toda de uma vez, reboca e pinta, ou coloca azulejo, logo passa uma imagem de que a pessoa tá com grana, que a pessoa tá podendo, porque é um gasto que nem todo mundo pode pagar, e não é considerado essencial, então, normalmente, poucas pessoas fazem [...] Então, pode até ser que fique bonito, mas tem este problema, esteticamente, demonstra que financeiramente você pode um pouco mais. E não é muito aconselhável essa demonstração... isto pode te trazer problemas, as pessoas podem querer entrar na sua casa (Jonas, morador de Novos Alagados - Boiadeiro).

A produção continuada da casa se torna mais do que uma tática de elaboração da moradia ou de flexibilização de custos, um processo inescapável, através do qual a precariedade é compreendida e tolerada, frente ao que todos se desdobram para produzir melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que, aceitar passivamente as condições existentes e não lutar pela melhoria do espaço familiar é percebido como certo descaso frente às condições de vida da família ou fruto de uma condição de precariedade agravada e severa.

Aqui, a parte que veio da maré, vivia na palafita, em cima da ponte, naqueles barracos. Estes, mesmo tendo ganhado uma casinha, até hoje não conseguiram melhorar, tem família que não conseguiu botar nenhum bloco nas construções, nunca tiveram condições, a casinha está como há dez anos atrás, não evoluiu. A parte que veio invadindo, você pode ver que conseguiram construir, saíram do nada e as casas estão melhores. Se a família passa tanto tempo sem melhorar a casa você sabe que a situação não está boa (Gilberto, moradores de Novos Alagados - Araçás).

Os moradores que possuem condições econômicas e estruturais privilegiadas expõem, portanto, um discurso de valorização deste espaço, no qual as questões relativas ao estigma que a favela porta frente à cidade parecem tão ou mais enfaticamente lembradas do que os problemas de precariedade estrutural do lugar.

Eu tenho tudo aqui, aqui é tranquilo, sossegado, olha esta vista! Aqui eu conheço todo mundo e todo mundo me respeita, tenho uma casa boa, grande, espaçosa. O que eu quiser da cidade é aqui do lado, é só descer e buscar, eu não vou sair daqui nunca, não vou pra cidade para perder o que eu tenho aqui. O que acontece é que o povo da cidade não vem aqui ver como é bom, fica de longe pensando que aqui só tem pobreza, só tem sujeira, só tem bandido (Seu Altair, morador da Babilônia - Largo da Associação).

Precariedade em evolução

A casa pode ser aceita, sem maiores problemas, em um estágio acabado. A característica largamente difundida de ausência de reboco externo é percebida com naturalidade, fruto da precariedade socioeconômica e parte do processo natural de evolução das construções das

moradias. Entretanto, a precariedade estacionária já é percebida distintamente. Não ter atingido um estágio avançado da moradia é um problema partilhado pela grande maioria dos moradores, mas se contrapõe à condição de não poder evoluir, de ver estancado o processo progressivo e constante de elaboração da moradia.

Pô, não sei se o morro está bom, mas eu acho que o morro tá melhorando, antigamente todas as casas eram de madeira, e hoje em dia melhorou bastante, entendeu? Todo mundo tem, a maioria já tem casa de tijolo (Alexsandro, morador do Santa Marta - Beco do Jabuti).

Eu estou aguardando, porque dizem que a obra vai voltar aqui, mas se eles não melhorarem, eu vou ter que dar um jeito, tomar uma atitude, né? Assim eu não posso ficar. A casa parada deste jeito não dá pra deixar, não. [...] Mas as coisas estão melhorando, porque aqui não tinha escada, era barro, cheio de barro pra trabalhar, subir... Agora tem a escada que eles fizeram aí, só o pessoal lá de cima que ainda não tem escada, não tem iluminação. Então tem que melhorar muito ainda, arrumar esses barracos velhos que ainda tem por aí, vai ficando melhor... (Dona Maria, moradora do Santa Marta - Pico).

Enquanto a característica mais expressiva, delimitando o limiar da precariedade, para a cidade formal, parece ser expressa através do impacto visual representado pelas casas sem revestimentos, aglomeradas em ruelas estreitas, aos moradores da favela, a construção “em duro”, por mais que esteja em uma situação “incompleta”, representa um estágio evolutivo do barraco que já foi (ao menos histórica ou simbolicamente) de lona ou madeirite. Esta situação desloca, portanto, o limiar da percepção de precariedade construtiva, que é identificada principalmente na composição dos materiais, e não tanto na condição de completude, evolução ou finalização da construção, principalmente quando se trata de suas características estéticas e externas, visto que a condição de funcionalidade é atendida pela alvenaria, e o acabamento interno garantidor do conforto e higiene.

Eu não gosto da casa assim crua por dentro, eu quero ter uma casa arrumada. Porque aqui não tenho condições de receber minha família, não dá. Não vou negar, tem vez que eu tenho vergonha. Não quero que ninguém venha pra cá. Já melhorou muito, já está de bloco, mas ainda hoje, eu tenho vergonha de trazer minhas amigas. Mas, quando era de madeirite era uma sensação terrível. Eu não queria receber amigos, não queria receber ninguém, tinha muita vergonha (Márcia, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

A gente tem que botar o tijolo por dentro da madeira, faz a parede por dentro e derruba a madeira por fora. Assim fica um pouco menor, mas ninguém precisa sair de casa. Tem lugar que dá ate pra fazer por fora, mas normalmente a madeira já tá no limite, tá encostada no vizinho, aí tem que diminuir mesmo. Diminui mas fica de alvenaria, né? Porque madeira com madeira com vizinho não dá. Porque tem som alto, caiação de água, que vem da casa do vizinho pra sua molhando a parede, rato, rato da casa do vizinho vem pra tua casa. É horrível. (Alexandre, morador do Santa Marta - Beco do Jabuti).

Nascida da necessidade, a favela desenvolveu práticas próprias, inicialmente adaptações que tornassem possíveis a existência e a permanência no local, uma luta para se estabelecer em locais privilegiados, próximo dos centros urbanos e das oportunidades de trabalho, mas também uma luta pela sobrevivência como cidadãos e habitantes da cidade. Este conjunto de práticas coletivas de resistência, reforçado pelo interesse comum na luta contra as remoções, se solidificou, passando de ações desconexas, orientadas segundo uma finalidade comum, para um comportamento internalizado e naturalizado, baseado em práticas, gostos e regras desenvolvidas neste espaço, estabelecendo noções de uma ética espacial própria e modos de agir específicos e, por sua vez, influenciando a própria produção deste espaço.

“A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes” (SOUZA, 2003, p. 99).

Pertencer a este espaço significa muito mais do que ser morador de um espaço urbano e estruturalmente precário, significa partilhar práticas, gostos, experiências, concepções a respeito do espaço, da relação com o direito, com o mercado e com a produção da moradia.

Depois, depois ele foi comprando os material um... aí foi levantando a casa, ajudando gente, aí depois a casa não tinha jeito as parede caíam inteirinhas, Eu falei: Meu Deus que eu vou fazer? Mas não teve jeito, tivemos que fazer tudo de novo, um ou outro nos mostrava como fazer, e conseguimos, fizemos a casa, copa, sala, cozinha, dois, três quartos, um banheiro, cozinha e depois fez uma puxada pra... fez um varandão lá nos fundos e botou cerâmica nas paredes. Isso tudo com a gente morando dentro da casa, a gente não tinha outro lugar para ir (Valdenira, moradora do Santa Marta - Beco do Jabuti).

Construir aqui significa aceitar e se valer de regras específicas, tanto de uso e ocupação do espaço, quanto da relação com o entorno, com a vizinhança, na qual a liberdade é extremamente ampla, desde que não se interfira no funcionamento prático do entorno, onde, no entanto, a relação entre espaços “particulares” e aqueles “de ninguém”, ainda que sirvam a todos, parece desequilibrada, em vista da difusão do controle sobre o espaço, confundindo interesses individuais partilhados e benefício comum.

Assim, em um espaço desprovido de um tecido rígido prévio, que não se submete a regras urbanísticas preestabelecidas, se constrói de acordo com a necessidade, na qual a regulação coletiva entende o espaço livre de edificações como sua exigência funcional, em caminhos para atender às construções existentes, se adaptando à topografia, aos acidentes naturais, à vegetação, à densidade.



*Figura 128 - Avanço sobre o caminho no topo do Santa Marta
Foto do autor.*

Significa também aplicar o conhecimento empírico que se partilha nas redes de solidariedade e parentesco, se utilizar do crédito que o respaldo social desta inserção lhe franquia, que lhe permite trocas que não envolvem necessariamente a participação monetária, mas que exige a aceitação de um código de reciprocidade.

E, finalmente, significa perceber este espaço não por sua beleza ou feiúra, mas através de uma interpretação estética de seu espaço, que estaria mais ligada às condições de atendimento das necessidades, de um melhor aproveitamento dos materiais e recursos disponíveis, da percepção de um espaço em andamento e, principalmente, do orgulho do caminho percorrido, do resultado da luta materializado na casa da família.

Isso aqui era uma maré, isso aqui era água pura. A água ia até aí na frente da rua. Ninguém ligava pra isso aqui não, depois foi chegando gente, foi urbanizando, né? A partir do momento que é um matagal, chega um morador e poda o mato todo, arma uma cabana, começou a habitar alguém... Daí, eu vou morar nesse lugar, mas eu tenho parente, aí mando uma carta, que antigamente era carta, já chega três ou quatro primos. Aí os primos conhecem uns amigos no trabalho e diz: "venha pra cá, tá faltando gente". Aí vai chegando gente e vai melhorando. Logo que começamos a habitar já começou a melhora, porque tinha três ou quatro famílias, tinha cinco ou seis famílias, já foi aumentando, uma dúzia, já vinte... trinta e... num instante... a população. Aí um já botou uma biboquinha pra vender as pingas, o outro já inventou sua lojinha de material de construção, já aumentou, vai surgindo gente e vai comprando madeira, vai comprando umas tábuas... Isso aqui não era nada... E hoje é

isso aí! Tem tudo aqui. Tem mercadinho, tem muita coisa, já vende roupa, já vende ração de cachorro, tem cabeleireiro... Hoje é um bairro como qualquer outro. Essa orla aqui, você vai ver, sábado e domingo, quando der sol, oxe, o pessoal vai pra praia, a maré cheia, ficam batendo os pés na água e a cerveja rolando. Quando tá maré alta, o pessoal bota o biquini e não precisa nem ir na Ribeira. Tem um barzinho que bota as caixas de som no meio da rua, vem gente de longe (Isodélia, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

CAPÍTULO V - INTERVENÇÕES OFICIAIS

1. PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO EM FAVELAS

A. Morro da Babilônia

Favela-Bairro e Bairrinho

A partir da segunda metade da década de 1980 perceberemos a ampliação das posturas municipais, embora ainda tímidas, no sentido de atendimento à população favelada, que se encontrava em uma situação de elevado déficit de direitos sociais, referentes à infraestrutura, mas também a direitos civis e políticos. Este movimento se consolida a partir de 1992, quando é sancionado o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, reforçando a ideia de integração das favelas à cidade formal, através da ação urbanizadora e de regularização fundiária, mas também, buscando a construção de uma nova identidade para estes aglomerados, a de bairros populares²⁰⁴, um caminho para a construção de uma representação da favela compatível com a efetiva integração à vida social e política da cidade formal (BURGOS, 2006).

A favela passa, portanto, a ser percebida como um território integrante da cidade e, deste modo, os que ali habitam não devem ser afastados, apontados como responsáveis pela degradação urbana ou, como “classes perigosas”, através dos riscos que a criminalidade ou insalubridade, “inerentes” a estes espaços, oferecem para o centro urbano (CORREIA, 2006).

Neste contexto, em 1993, através do recém-criado Grupo Executivo de Programas Especiais para Assentamentos Populares - GEAP, que reúne as secretarias e empresas municipais atuantes no setor, a política habitacional do município se organiza através de seis programas habitacionais²⁰⁵, entre os quais, o Favela-Bairro teria por objetivo construir ou complementar a estrutura urbana, promovendo a melhoria das condições de saneamento e de acessos, além de oferecer as condições de percepção da favela como um bairro da cidade. Uma intervenção que dizia buscar produzir, entre as favelas e as áreas ao redor, o que o próprio projeto chamou de uma “costura urbana”. Os projetos específicos seriam elaborados de modo a produzir um

²⁰⁴ Burgos (2006) salienta a grande alteração de postura frente ao Código de Obras de 1937, que entendia as favelas como ilegais e, logo, não deviam constar dos mapas da cidade. Assim como a definição adotada para as favelas, como uma das primeiras delimitações oficiais que não inclui características morais ou culturais, se baseando em aspectos espaciais e carência de infraestrutura: “é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação de terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais” (Plano Diretor, 1992, p.20).

²⁰⁵ Os demais seriam: Regularização de Loteamentos (promove a regularização urbanística e fundiária e construir ou complementar a infraestrutura urbana); Regularização Fundiária e Titulação; Novas Alternativas (utiliza espaços vazios ou recuperados nas áreas centrais, dotadas de infraestrutura); Morar Carioca (financiamento da demanda de imóveis em áreas infraestruturadas, além de estímulo a pequenos e médios empresários e cooperativas na produção habitacional); Morar Sem Risco (reassentamento das populações em área de risco).

número mínimo de reassentamentos e deveriam introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signos de sua identificação como bairro (GEAP, 1993; PCRJ, 1999).

Ao levar redes de esgoto e drenagem, água corrente, pavimentação e iluminação, ao estabilizar encostas, reflorestar, construir praças e creches, essas pequenas favelas são, enfim, 'costuradas' ao tecido da cidade (PCRJ, 1999, p.47).

Neste sentido, o edital do concurso indicava como pontos centrais:

Implantação de melhorias físico-ambientais que integrem as favelas aos bairros onde se localizam, preservando suas especificidades, através da complementação da estrutura urbana em cada uma das favelas;

Introdução de valores urbanísticos presentes no restante da cidade, tais como condições básicas de acesso e circulação viárias, infraestrutura urbanística essencial, equipamentos urbanos, contando com a adesão e a participação da população residente durante o processo de implantação das melhorias físico-ambientais (PCRJ, 1994, p.2).

O programa atenderia as favelas de porte médio²⁰⁶, com população entre 2mil e 10mil pessoas, em vista do custo elevado de urbanização das favelas maiores, com populações entre 12.000 e 60.000 pessoas, e da condição dispersa das favelas menores, com menos de 500 domicílios (PCRJ, 1999; 1996).

Na primeira fase, entre 1994 e 1996, foram selecionadas, dentro do escopo delimitado, 40 favelas segundo condições técnicas, incluindo a existência, ou não, de ações anteriormente executadas, que classificaram as favelas segundo o grau de dificuldade para se concluir um processo de urbanização. Neste ponto os critérios técnicos cedem ao político e, ao prefeito, coube a decisão sobre as 16 favelas que seriam objeto da intervenção inicial. Os projetos foram elaborados segundo as propostas urbanísticas selecionadas através de concurso público e contando com financiamento do BID, produzidas, entretanto, sem uma mediação pública adequada, partindo quase em linha reta das pranchetas dos arquitetos para as favelas (BURGOS, 2006).

Ainda que a mediação pública tenha sido limitada, este programa foi um dos primeiros projetos de habitação popular a abrir espaço para a opinião da população afetada, e, as Associações de Moradores, que por muito tempo foram alvos da repressão estatal, percebendo as possibilidades de articulação envolvidas no programa, se organizam através do "Grupo dos 16", composto pelos presidentes das associações de moradores das 16 áreas atendidas na primeira fase do programa, para trocar informações e exercer algum poder de barganha junto à Prefeitura e à SMH (CORREIA, 2006, p.39).

²⁰⁶ *Possuindo entre 500 e 2500 domicílios. Compreendiam aproximadamente um terço do número de favelas e 60% da população favelada da cidade (PCRJ, 1999).*

Segundo a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Favela-Bairro, ao converter todo o espaço ocupado pela favela, seja ele coletivo ou de moradias, em uma AEIS, atua como ferramenta de legalização urbanística, permitindo, ao padrão desviante de ocupação do solo, ser regularizado, tanto do ponto de vista legal como administrativo. Deste modo, ele permitiria igualmente, à municipalidade, assumir o controle urbanístico e tributário do local. Além disto, as ruas receberiam nomes e as moradias seriam numeradas, possibilitando o atendimento pelos Correios e serviços públicos, além propiciar um endereço formal, contribuindo para a redução do estigma da exclusão e, ao mesmo tempo, facilitando o acesso a instituições de crédito. A Prefeitura prevê resultados perceptíveis, na cidade, através da redução de enchentes na malha urbana e da melhoria das condições ambientais, das favelas e das áreas em seu entorno (PCRJ, 1999).

Derivado do Favela-Bairro, o Bairrinho²⁰⁷ surgiu em 1997, visando o atendimento às favelas de pequeno porte, que não foram incluídas no escopo de trabalho do programa original. Estas deveriam ter entre 400 e 2.000 moradores²⁰⁸, constarem do cadastro de favelas do IplanRio e serem anteriores ao Plano Diretor da Cidade. Para a seleção das favelas, que seriam atendidas, foram privilegiadas as que exigiriam o menor esforço para a concretização da urbanização, dadas as condições existentes de atendimento de infraestrutura e acesso. Outro critério utilizado foi a estabilidade em relação à expansão da malha urbana, que se mostrou um parâmetro, de certa forma, ambíguo, visto que, por mais que a estabilidade da ocupação significasse a existência de uma maior coesão social, foram igualmente privilegiadas as favelas localizadas em áreas que ainda permitiam a expansão da ocupação em direção às áreas circundantes, que apresentavam certa disponibilidade espacial (PCRJ, 1999). Demonstrando que, mais do que a manutenção de um tecido social estabelecido se buscava a manutenção das manchas ocupadas, devido ao maior controle urbano, no qual o processo de urbanização deveria agir como forma de limitação ao crescimento das favelas atendidas.

Para garantir a qualidade e continuação de todo o trabalho realizado, cuida-se para que o "bairrinhos", como as áreas beneficiadas pelo Favela-Bairro, sejam absorvidos pelo processo de planejamento do Município, sendo incluídos nos planos e programas urbanos, nos mapas e cadastros que controlam o uso e a ocupação do solo, e nos programas de atividade permanentes, como manutenção de serviços e conservação de equipamentos públicos (PCRJ, 1999, p.47).

Entre os objetivos prioritários, previstos no Termo de Referência, do Programa Bairrinho constam: Completar ou construir a estrutura urbana principal, de saneamento básico e acessibilidade, visando o acesso de veículos e a prestação de serviços públicos; Introduzir valores urbanísticos da cidade formal, como ruas, praças, infraestrutura e serviços públicos,

²⁰⁷ Como forma de atendimento às demais favelas, o Favela-Bairro se desdobrou em mais dois programas: o Bairrinho, visando as favelas de pequeno porte, e o Grandes Favelas, para contemplar àquelas com mais de 2500 domicílios ou 10.000 moradores.

²⁰⁸ Entre 100 e 500 domicílios.

possibilitando a leitura da favela como parte integrante do bairro e da cidade; Consolidar a inserção das favelas no processo de planejamento da cidade, incluindo-as na legislação e facilitando o controle do uso e ocupação do solo; Implementar ações de caráter social, geração de renda e capacitação profissional; Promover a regularização fundiária (TCM-RJ, 2004).

O modelo de intervenção urbana norteador do programa Favela-Bairro, apesar de utilizar noções de integração e segregação social, parece não focar as desigualdades socioespaciais como questão central da cidade. O diagnóstico assentado na necessidade do combate à “desordem”, à “degradação” e ao “caos urbano”, expõe, o que Vainer (2000, p.116) chamou de “naturalização da desigualdade”, a expressão de uma nova urbanidade, focada em uma cidade recortada segundo critérios particulares, na qual se consolidariam objetivos comuns a serem almejados, apesar das diferenças. Uma relação na qual seríamos todos vítimas e solidariamente responsáveis pela crise, ignorando, entretanto, a contribuição da desigualdade neste processo. “Esta gigantesca ilegalidade não é fruto da ação de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui” (MARICATO, 2000, p.155).

Esta percepção é evidenciada na declaração da Secretária de Urbanismo, que demonstra a preocupação com a “degradação” do espaço público a manutenção de uma dicotomia entre espaço legal e espaço ilegal (BAHIA, 2000):

“A metade do Rio é ilegal, está fora do processo de licenciamento, do conjunto das leis urbanas [...] a cidade não tinha um mapeamento da área informal, nem um controle dos acréscimos nas áreas públicas. Estamos tentando resolver essas questões e o Favela-Bairro é exemplo disso. Independente da expansão irregular nas favelas, temos que mostrar que há ocupações inadequadas, fruto de uma política paternalista. [...] É indispensável que o município tome o controle da questão urbana em sua totalidade, área pública e privada (Hélia Nacif - Jornal do Brasil, 27.Jul.1998).

Morar Carioca

Após diversas etapas, os programas Favela-Bairro, Bairrinho e Grandes Favelas somavam intervenções em quase 160 favelas, reunindo intervenções concluídas, inacabadas e em projeto. Entretanto, em Julho de 2010, na esteira do projeto Olímpico da cidade do Rio de Janeiro, para os jogos de 2016, buscando a incorporação de projetos que se revestem da “legitimidade” assumida como legado social dos vultosos investimentos realizados, a prefeitura municipal lança o Morar Carioca, reunindo em um único programa as três dimensões de favelas e assumindo a publicizada meta de urbanizar todas as favelas cariocas até 2020. O empurrão olímpico deixou, entretanto, sua marca, na medida em que o programa passa a priorizar as áreas localizadas em um raio de quatro quilômetros das instalações olímpicas, ou aquelas que ameaçam avançar sobre estes limites, dentro do prazo de realização dos jogos. A proposta inclui, portanto, a consolidação, ao redor destas áreas, além do Aeroporto Internacional, de “polígonos de segurança”, eliminando os eventuais “riscos”

associados às favelas, relativos à expressão violenta da pobreza urbana e, também, reduzindo o impacto visual negativo que estas áreas degradadas exercem na experiência do espaço urbano e, principalmente, sobre a imagem que a cidade pretende transmitir (PCRJ, 2010a).



Figura 129 - As áreas olímpicas e os raios preferenciais de atuação do programa.
Fonte: PCRJ (2010a).

O projeto faz parte do Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais e, segundo a prefeitura municipal, tem como parâmetros fundamentais: Garantir o direito à habitação - aliada à conscientização das questões ambientais e adequação à regulação urbana; Priorizar as características físicas e ambientais de cada localidade; Reconhecimento oficial das áreas revitalizadas como integrantes da cidade formal; Redução da densidade em áreas críticas e eliminação dos riscos ambientais - com o reassentamento no interior da própria ocupação e a recuperação de áreas degradadas (PCRJ, 2010a).

Segundo a prefeitura da cidade, após urbanizadas, todas as favelas terão gabarito fixado e limites demarcados, além de serem alvo de choques de ordem em caráter permanente: “Esse tipo de delimitação trará uma mensagem clara: a partir daqueles pontos, as comunidades não poderão mais crescer e a fiscalização será rigorosa” (Pierre Batista - Secretário Municipal de Habitação²⁰⁹).

A proposta, a partir de agora, é não se preocupar apenas com a realização das obras, como acontecia com o Favela-Bairro, mas com a manutenção da infraestrutura implantada e a contenção do crescimento, fixando regras para cada comunidade.

²⁰⁹ Em depoimento ao jornal *O Globo*, 24.Jul.2011.

Cada secretaria passará a cuidar das favelas da mesma maneira que faz no asfalto. [...] Se a estratégia é integrar as comunidades ao asfalto, precisamos ter um tratamento idêntico dos serviços públicos. A Seop terá um papel mais intenso na repressão ao crescimento desordenado, enquanto a Secretaria de Conservação assumirá atividades como a substituição de lâmpadas (Eduardo Paes - Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro)²¹⁰.

As ações do programa se estruturam segundo diversas linhas: 1 - Urbanização: Melhorar a acessibilidade e promover a qualidade do espaço requalificando o espaço público e promovendo melhorias habitacionais nas casas existentes; 2 - Desenvolvimento Social e Econômico; 3 - Regularização fundiária; 4 - Manutenção: Conservação do tecido urbano revitalizado no padrão esperado para a cidade formal; 5 - Monitoramento: Controle do crescimento das favelas e imposição da legislação urbanística, através da criação de Postos de Orientação Urbanística e Social - POUSO e o reassentamento de moradores que se encontram em áreas sujeitas a riscos geológicos ou de preservação ambiental (SMH, 2010; CASTRO, 2010; PCRJ, 2010a).

Esta última linha deixa clara a intenção de atuação, paralelamente ao projeto de urbanização e integração dos aglomerados informais, através de uma tentativa de prevenir a formação de novas favelas ou a expansão das existentes, visto que a própria prefeitura propõe a remoção imediata como medida restritiva (SMH, 2010; PCRJ, 2010a). O projeto prevê igualmente o controle do processo construtivo interno das favelas, com limitação de gabarito, impedindo o crescimento vertical das ocupações: "Como nos bairros formais, as comunidades terão regras que definirão onde, quanto e como se pode construir" (SMH, 2010).

O foco na capacidade de fiscalização, determinada pela construção de marcos, ou fruto do processo de integração, que permite a ação direta dos órgãos de fiscalização oficiais nas áreas informais, que anteriormente lhes escapavam, ao mesmo tempo em que propõe uma medida integradora, estabelece a demarcação de uma linha divisória, capaz de determinar formas incluídas de tratar a questão de quem está, ainda que informalmente, estabelecido, mas de, ao mesmo tempo, impor barreiras mais efetivas aos futuros estabelecimentos informais. Uma condição que, mais do que enfrentar o problema, busca a conciliação de visões políticas divergentes, acatando a preocupação social com a realidade e a desigualdade existentes na cidade, mas, ao mesmo tempo, aceitando a visão ordenadora de que o espaço da cidade precisa ser mantido com regras e padrões típicos da cidade formal.

É isso que se delinea no contraponto e confronto entre os hoje celebrados projetos de 'revalorização urbana', que prometem a 'cidade segura', limpa e higienizada, quer dizer, segregada e disciplinada e, de outro lado, o 'direito à cidade' vocalizado por miríades de movimentos, associações, fóruns, que articulam sob modalidades diversas a população díspar que, entre cortiços, prédios ocupados ou ruas, habita na região e circula por seus espaços (TELLES, 2009, p.14).

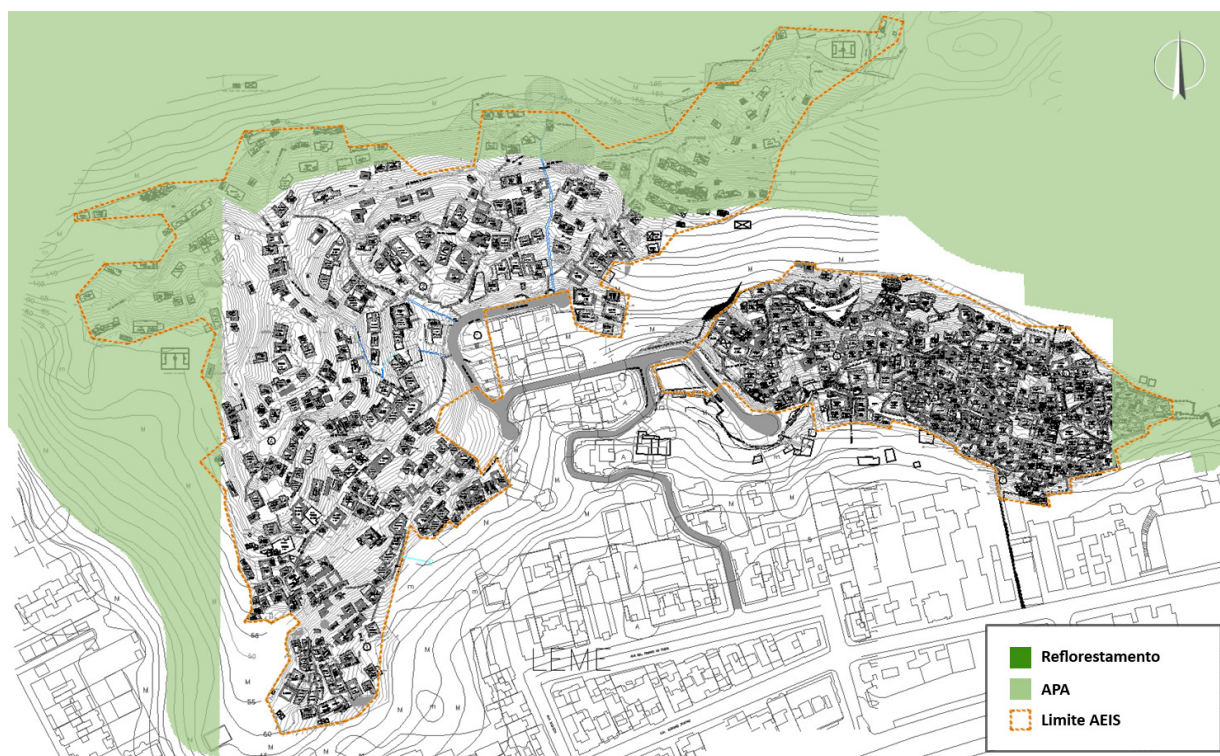
²¹⁰ Em depoimento ao jornal *O Globo*, 24.Jul.2011.

A questão subjacente, a esta postura, se estabelece em relação às alterações das condições socioeconômicas e estruturais, ou mesmo referentes à produção sistemática de habitação popular, necessárias para permitir que esta determinação, de controlar a expansão das habitações informais, seja efetivamente cumprida sem que desencadeie um novo, e inescapável, ciclo de táticas e práticas desviantes buscando equalizar a questão de inacessibilidade da moradia e da necessidade incontestável de morar.

O projeto de Intervenção

O projeto de reurbanização da Babilônia foi iniciado dentro do programa Bairrinho, com uma proposta do escritório Archi 5 - Arquitetos Associados. A intervenção inicial teve, entretanto, as obras interrompidas ainda no início da execução, resultando apenas em melhorias incompletas de acessibilidade e novas unidades de moradia, que acabaram sendo invadidas pelos moradores das partes altas do morro após a interrupção das obras.

A intervenção foi retomada posteriormente, para complementação das obras realizadas, no contexto do Morar Carioca, com projeto realizado pelo escritório Arquitraço. Além de ajustes técnicos, a respeito do traçado da motovia e da implantação da rede de infraestrutura, o novo projeto previa a produção de um maior número de novas unidades habitacionais, fruto da adequação proposta entre os perímetros da APA e da AEIS, que, por apresentarem interferências, exigiam remoções mais numerosas, além de prever a implementação de becos-limite no perímetro da ocupação, como ferramenta de controle da mancha urbana informal.



*Figura 130 - A interferência entre os limites da APA e da AEIS na Babilônia.
Fonte: PCRJ (2010b); Arquitraço.*

Estes dois procedimentos de controle da expansão da ocupação e de preservação da mata no entorno se associam para atender às demandas de controle urbano que ressurgem muitas vezes associadas ou travestidas uma na outra, sem se atentar para o fato de que a ocupação do Morro da Babilônia apresenta um movimento histórico e constante de redução de sua mancha ocupada²¹¹, logo, reduzindo também a pressão sobre a APA²¹². O próprio Tribunal de Contas do Município explicita sua preocupação em controlar o “avanço” da ocupação frente às matas: “A presença de populações urbanas nesta área, representada pelas Comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira, é uma forte ameaça à sua sobrevivência” (TCMRJ, 2010, p.28).

O documento, publicado pelo Tribunal de Contas, salienta o valor ecológico e turístico da área, entretanto, remarca a necessidade de melhorias na infraestrutura de apoio, através da necessidade de desapropriações e de realocação da comunidade local, com a implantação de marcos delimitadores para a contenção da ocupação desordenada:

Suas encostas, que ainda resistem à total ocupação, apresentam edificações com usos diversificados, compreendendo, entre outras, instalações militares, localizadas na ladeira do Leme, e residências situadas nas vertentes do Leme, de Copacabana e de Botafogo. A ocupação urbana expande-se desordenadamente e verticalmente nestas vertentes (TCMRJ, 2010, p.19).

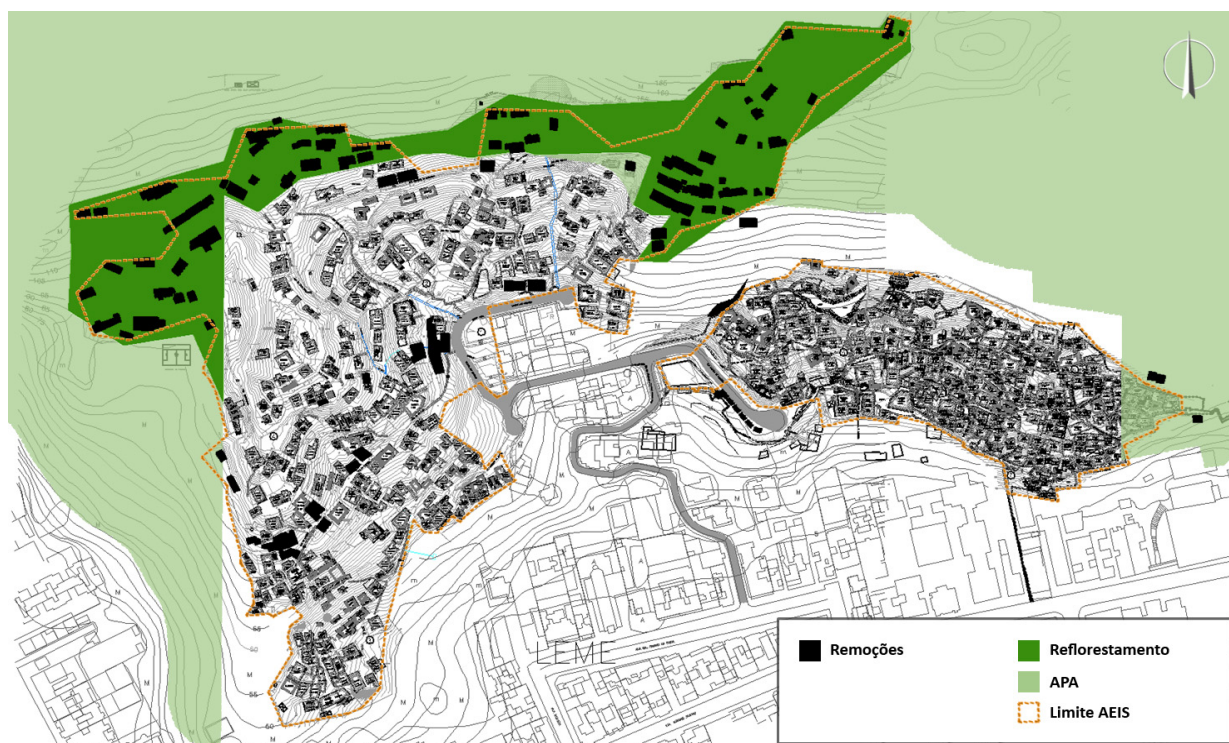


Figura 1.31 - Remoções das unidades dentro da APA e reflorestamento proposto.
Fonte: PCRJ (2010b); Arquiteço.

²¹¹ Confirmada por documentos da Prefeitura (PCRJ, 2006).

²¹² Além disto, a população do morro trabalha ativamente para o reflorestamento da área desmatada do morro, através da cooperativa de reflorestamento COOP-Babilônia, em parceria com a Prefeitura, o Exército e empresas privadas, que apresenta resultados significativos neste sentido.

O Arquiteto Flávio Teixeira, da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, afirma²¹³ que a necessidade de compatibilizar a AEIS com a APA, serve também a evitar conflitos com a legislação, o que facilitaria a posterior regularização da área. Para a solução do problema, todas as unidades situadas sobre a APA serão removidas e realocadas na parte inferior do morro, ou, simplesmente indenizadas, no total, com as remoções necessárias às obras de infraestrutura e acessibilidade, serão realocadas 144 unidades.

Neste ponto percebemos que o movimento, elaborado através das táticas de resistência, que promove o deslocamento, partindo das áreas mais altas e de difícil acesso, em direção às áreas de interface com a cidade, mais acessíveis e bem servidas em comércio e serviços, logo igualmente mais valorizadas, encontra no projeto estatal, um movimento semelhante, ainda que esta semelhança se limite ao resultado apresentado, visto que a proposta oficial busca a redução da mancha informal, um maior controle da ocupação e a produção de um menor impacto ambiental e simbólico para a cidade.

Não pretendemos, com isto, dizer que não existam movimentos na direção contrária, forças centrífugas empurrando a ocupação rumo à expansão de seus limites. Estes movimentos, em direções opostas, operam simultaneamente devido à saturação das áreas próximas à interface com a cidade e ao fluxo de recém-chegados, que, por não possuírem uma inserção privilegiada nas redes sociais inscritas no território²¹⁴, se instalam nos terrenos menos privilegiados e mais distantes dos serviços e das áreas de melhor acessibilidade.



Figura 132 - Unidades habitacionais propostas
Fonte: PCRJ (2010b); Arquitraço.

Obedecendo à esta lógica, as realocações ocorrerão na parte baixa da ocupação, onde ocorre a atual interface entre o espaço formal e a favela, no limite entre as ruas carroçáveis e as escadarias e vielas. A tipologia habitacional aplicada se caracteriza por predinhos de quatro pavimentos, acessados por escadas externas, inseridos de forma rígida na topografia. Uma tipologia estruturada segundo o urbanismo e a arquitetura formais, distinta da lógica de produção do espaço encontrada nas favelas, marcada pela flexibilidade e possibilidade construtivas e adaptativas.

As críticas dos moradores a este padrão habitacional, estão, quase sempre, relacionadas à

²¹³ Em depoimento ao autor, em Setembro 2010.

²¹⁴ Quando as condições econômicas não permitem a aquisição de uma casa pronta, melhor localizada.

rigidez do modelo, à impossibilidade de ampliações, mas, remetem também ao que eles chamam de “empilhamento”, característica inerente aos prédios de apartamentos, que perdem a relação direta da casa com a rua e a possibilidade de identificação do volume individual da habitação. Relação fortemente associada ao orgulho, representado pelo longo processo de produção e dedicação, no qual a materialidade da moradia é a marcação simbólica da distância socioeconômica percorrida. Uma situação na qual valorizam a possibilidade de percepção e compreensão da edificação individual, que lhes pertence, e, sobre a qual exercem seu domínio. A condição de posse coletiva ou partilhada parece ser associada a uma situação ambígua, que confunde o de todos com o de ninguém, diluindo seu valor como imóvel. Nesta situação se enquadrariam os terrenos residuais das construções de unidades, elaboradas segundo um padrão urbanístico moderno e formal, assim como os elementos construtivos compartilhados, como as paredes divisórias entre unidades, que, por pertencerem a duas unidades distintas, apresentam dificuldades em serem considerados como partes, constituintes e de domínio pleno, da moradia particular.

As casas eu gosto. Mas, eu acho errado o que a Conder fez. Casa com parede-meia é horrível, é péssimo isso aqui entendeu? Se eu bato um prego, ele vai achar que eu estou quebrando a parede dele. Morar numa casa que tem parede-meia dividindo com os outros é horrível, é péssimo, e tudo que faz numa casa ouve na outra (Leni, moradora de Novos Alagados - Conjunto Boiadeiro).

É uma questão de costume, desde pequenininha a casa da gente sempre foi separada assim, lá tem um quintal também, um quintal que separa a casa da rua, das outras... não sei se eu ia me acostumar a morar aqui, numa casa assim. Tem vizinho que respeita, mas tem vizinho que não respeita. E tem outros que ligam o som numa altura que incomoda, e às vezes o horário também (Solange, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

É uma ruindade essas casas, vou te dizer. Às vezes tem gente que quer comprar uma casa dessa e a pessoa deixa de vender porque tá colado com outra, aí a pessoa não quer, colado, não... É uma parede só, eu comprei porque estava precisando, e é aqui que eu vou vivendo. É colado, empilhado [...] em apartamento também é assim, mas eu nunca gostei de apartamento, nunca gostei. Tenho um filho que trabalha na Petrobrás, que morava em apartamento e me chamava pra lá, e eu dizia: não, não, não eu gosto de minhas plantinhas, eu não gosto de morar em apartamento não, um negócio muito fechado, não tem área de lazer pra gente tomar um ar. Não, não, eu vim lá do interior, né? Quero ficar por aqui mesmo (Maria de Lurdes, moradora de Novos Alagados - Conjunto Boiadeiro).

Entretanto, no sentido oposto, a arquiteta Solange Carvalho²¹⁵, membra da equipe autora do projeto, pondera a respeito da necessidade de se garantir o direito à flexibilidade construtiva, e de ampliação das moradias, quando se produz habitações populares: “Se toda a cidade é obrigada a seguir um padrão rígido, se em toda a cidade não se pode expandir livremente e somos obrigados a nos adaptar, e podemos ter esta liberdade, porque aqui eles vão possuir um direito que a cidade não tem?”

²¹⁵ Em depoimento ao autor em Outubro de 2010.



*Figura 133 - A ocupação informal vista dos apartamentos do Leme.
Foto: Cláudio Perotto.*

Segundo o arquiteto Flávio Teixeira, a implantação dos blocos de apartamentos na parte baixa da ocupação visa igualmente uma situação de menor visibilidade, de forma que só poderão ser percebidos a partir dos fundos dos prédios, que, de qualquer modo, já têm vista direta para a favela, evitando desta forma conflitos com os moradores do Leme que frequentemente expõem, através de suas associações e organizações, a preocupação e o descontentamento com a presença, ou a "expansão", do enclave de pobreza urbana que se desenvolve nesta faixa nobre da cidade, espremida entre o mar e a montanha. Deste modo, o aumento da visibilidade da favela nas encostas do morro, significa uma possível desvalorização da área devida a uma maior exposição da favela, que atualmente é dificilmente percebida a partir das ruas do bairro, ainda que sua proximidade, física e visual, seja extremamente acentuada desde as janelas dos apartamentos voltados para a montanha.

Entretanto, a questão que nos interessa aqui, não é a de questionar, ou de procurar, a melhor possibilidade, para o conjunto da cidade, no momento de produção de novas unidades habitacionais implantadas em áreas de favela, mas sim de perceber, do ponto de vista da organização socioespacial local, as alterações estruturais que os padrões de produção habitacional, elaborados segundo uma lógica externa a este espaço, provocam, na estrutura existente, sejam as transformações no tecido social ou os movimentos desencadeados, através da busca da readaptação à nova condição.



*Figura 134 - O bairro do Leme, espremido entre o mar e a montanha (e a favela).
Foto: Cláudio Perotto.*

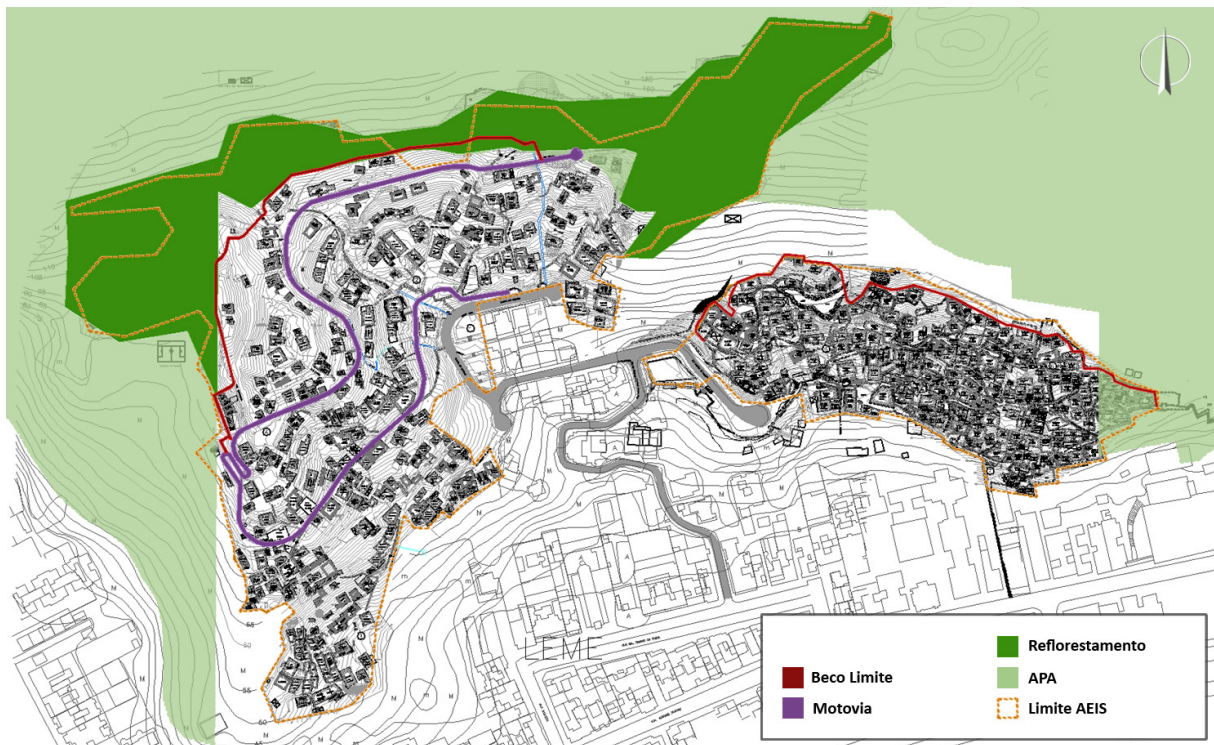


Figura 135 - Inserção de nova acessibilidade e delimitação do Beco limite.
 Fonte: PCRJ (2010b); Arquitraço.

Como elemento de demarcação física e simbólica dos limites da favela - e devido à grande repercussão negativa que marcou o projeto de construção de muros, cercando algumas favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro²¹⁶ -, no projeto de reurbanização do Morro da Babilônia, esta proposta foi transformada em “becos-limite”, que mantêm a restrição física perimétrica buscando o controle da expansão da ocupação informal, resgatando o projeto dos muros com

uma aparência menos agressiva ambiental e simbolicamente. O recurso de criação de uma via percorrendo a fronteira da mancha ocupada, permite a fiscalização rápida e a demarcação nítida de limites, a exemplo do que foi executado em Novos Alagados, onde a via de bordo controlou a expansão em direção ao mar, sem lançar mão de um recurso que porta valores simbólicos fortemente associados à repressão, discriminação e hierarquia.

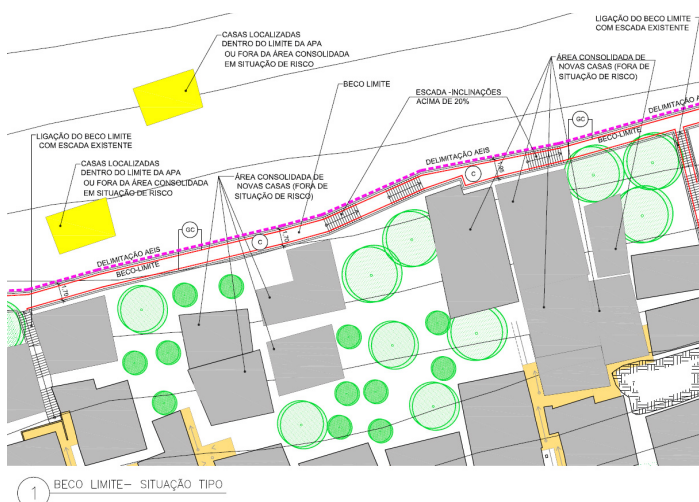


Figura 136 - O projeto dos becos-limite na Babilônia.
 Fonte: PCRJ (2010b); Arquitraço.

²¹⁶ Um projeto do Governo do Estado, de 2004, previa o fechamento por muros nas favelas da Rocinha, Vidigal, Parque da Cidade (Gávea), e Chácara do Céu (Leblon), entretanto a proposta foi abandonada. A ideia foi retomada em 2009, visando a construção de muros de 3m de altura em diversas comunidades, todas na Zona Sul da cidade.

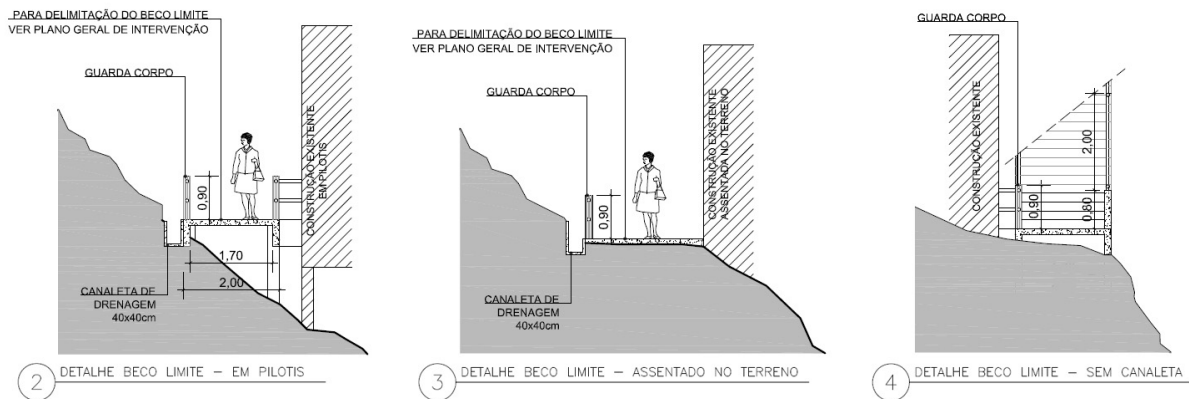


Figura 137 - Detalhes dos becos-limite na Babilônia.
 Fonte: PCRJ (2010b); Arquitraço.

Outro elemento marcante no projeto analisado é a existência de muros, nos trechos onde não estão previstos os becos-limite, formando barreiras, principalmente nas áreas onde a ocupação da Babilônia se aproxima da ladeira Ary Barroso, uma situação de risco de “encurtamento” da distância física entre esta e o bairro formal, assim como nas áreas do Campinho e Cemitério dos Vivos, nas quais as construções informais se aproximam bastante dos fundos dos prédios do Leme.

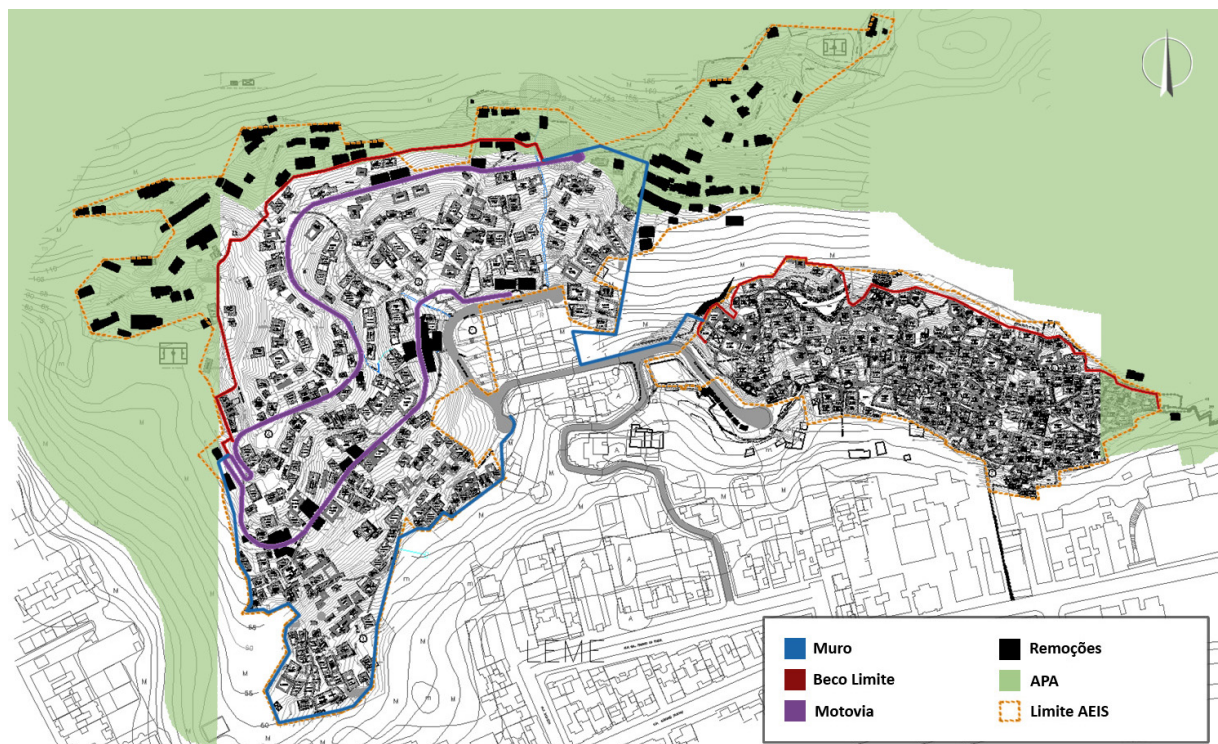


Figura 138 - As barreiras através de muro, nos trechos sem “beco limite”.
 Fonte: PCRJ (2010b).

Ainda que sejam elementos constantes de um projeto em andamento, ainda sujeitos a ajustes e adequações, a mera existência destes demonstra a nítida preocupação dos poderes públicos em limitar e controlar a mancha ocupada por favelas na cidade, através de barreiras físicas e simbólicas, que legitimem futuras remoções de ocupações que venham a desrespeitar o

perímetro especificado, mas também como resposta às demandas de diversos setores da sociedade que criticam o descontrole e a “degradação espacial” provocado pelas favelas do Rio de Janeiro, ou mesmo de grupos ambientalistas²¹⁷, que criticam o “desmatamento contínuo” que a expansão destas favelas produzem em direção as matas urbanas. Um posicionamento que muitas vezes se coloca contra a urbanização destas favelas, uma vez que a intervenção significa a legitimação da ocupação destas encostas, impedindo uma futura reconstituição das matas.

Para a solução do problema de acessibilidade restrita, assim como a dificuldade de se promover a prestação de serviços básicos, como o de coleta de lixo, foi projetada uma via, destinada a motos e pequenos tratores, o que permite a utilização de veículos adaptados, o deslocamento dos moradores em motos particulares e permite o melhor atendimento da localidade pelos mototaxis, que atuam atualmente limitados ao percurso da ladeira Ary Barroso até o início das escadas, onde se torna impossível trafegar.

As restrições espaciais e de topografia colocam em uma mesma linha as soluções informais e formais, uma relação na qual a segunda se apropria das soluções utilizadas pela primeira, revestindo de uma maior “oficialidade”, porém legitimando e se aproveitando do padrão de uso estabelecido nas práticas informais.

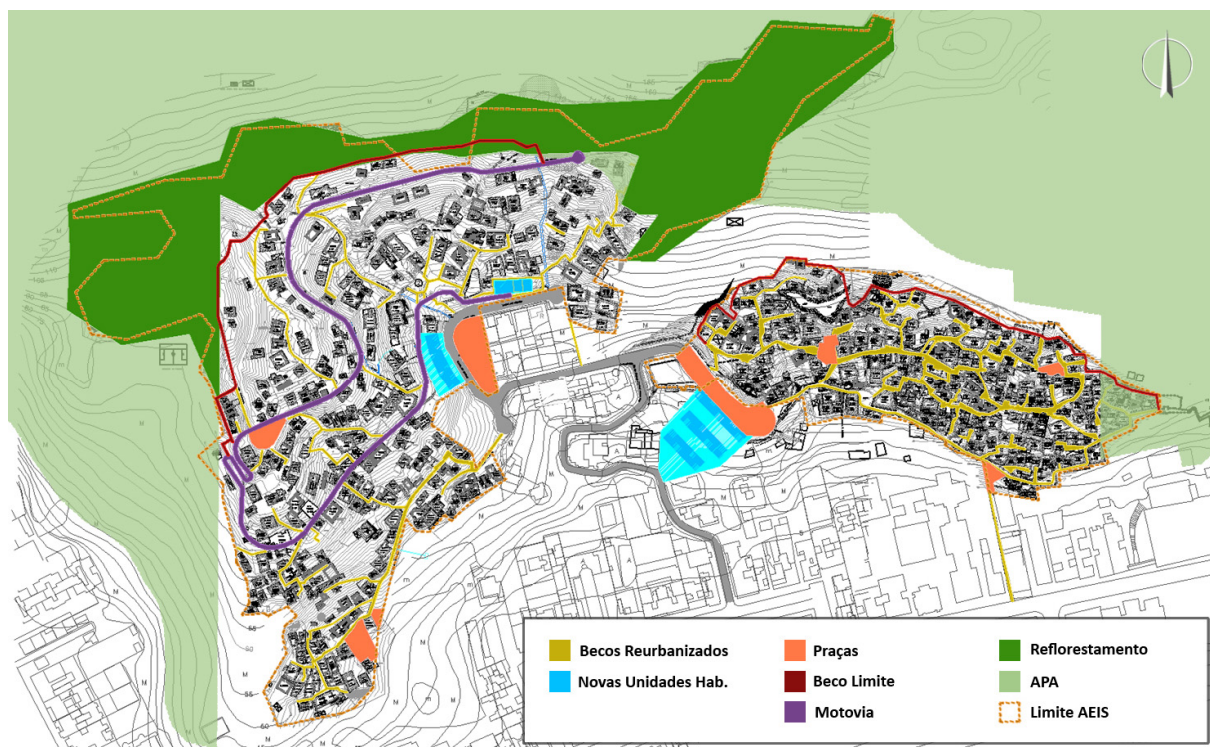


Figura 139 - Projeto esquemático completo, conforme divulgação da PCRJ.
Fonte: PCRJ (2010b); Arquitraço.

²¹⁷ Conforme Rogério Zouein, do Grupo Ação Ecológica (GAE): “A urbanização é bem-vinda e as remoções também. Mas espero que a prefeitura tenha previsto a retirada de comunidades localizadas em áreas de preservação ambiental permanente. O entorno do Parque Nacional da Tijuca é uma das áreas mais críticas”, em depoimento ao jornal O Globo, 24.Jul.2011.

Por fim, nos cabe a ressalva de que, por se tratar de um projeto que não está executado, não poderemos analisar mais detalhadamente a sua implantação na localidade, e, principalmente as reações e transformações causadas no espaço informal. Do mesmo modo, as características expostas devem ser vistas com maior cautela, pois, por se tratar de um projeto em andamento, ainda está aberto a alterações e ajustes.

B. Santa Marta

Programa do Estado do Rio de Janeiro

Apesar da tradicional segmentação existente, entre governo do estado, que se ocupa das questões de segurança pública, e o governo municipal, que assume a responsabilidade quase exclusiva das políticas sociais, em 1999, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR, empreende o projeto de reurbanização do Morro Santa Marta.

O enfoque do projeto buscava uma melhor acessibilidade interna, a possibilidade de integração à malha formal, além de projetos de infraestrutura, drenagem, atendimento à coleta de lixo e melhorias habitacionais para uma "comunidade" que possuía quase 200 metros de aclive vencidos através de becos, vielas e escadarias em estado precário, com acesso à água e esgoto restritos, e quase integralmente, feito através de ligações clandestinas.

Primeiro projeto

Este não foi, entretanto, a primeira tentativa de intervenção no morro, já em 1985/86²¹⁸, uma proposta do município pretendia fazer uma urbanização no Santa Marta, que realocava os barracos em um conjunto de prédios na base do morro, se adequando à legislação urbana, que permite ocupar apenas até a cota 100m, em um padrão igualmente formal de habitação. A forte resistência dos moradores a esta transformação radical impediu o avanço do projeto e abriu espaço para largas discussões a respeito dentro da "comunidade".

Este projeto na verdade era uma remoção da favela e construir uma outra coisa. Você acabava com toda a favela e só construía até a cota 100, você faria conjunto de edifícios e atrás então seria área de plantio. Seria empilhar todo mundo ali, porque você reduz o território muito, o Santa Marta vai até a cota 220 talvez, remover mais da metade e usar a parte de baixo para construir conjuntos de prédios. Um projeto que enquadraria a favela totalmente dentro da lógica e das normas urbanísticas vigentes na cidade. A gente foi contra aquilo (Itamar Silva²¹⁹).

A própria administração municipal demonstra certa surpresa frente à repercussão negativa do projeto e certo despreparo, fruto da falta de experiências anteriores neste sentido:

²¹⁸ Durante a administração Saturnino Braga.

²¹⁹ Depoimentos ao autor, em Agosto 2010.

No Morro Dona Marta, em Botafogo, elaboramos um projeto bastante audacioso de construção de blocos na parte baixa do Morro, pois o Dona Marta é uma favela com uma situação geográfica muito complexa e singular. A inclinação é muito grande e os riscos de deslizamentos e de acidentes graves ali sempre foram grandes. Nós fizemos este projeto e, como era de praxe na minha gestão, nós apresentamos à comunidade que não aceitou o projeto e, portanto, nós não o realizamos por conta desta grande oposição ao projeto gerada na própria comunidade. Aí nós recuamos e fizemos pequenas intervenções na favela. Ali, na experiência do Dona Marta, nós verificamos que era extremamente difícil trabalhar nestas áreas pois a comunidade não era favorável a grandes modificações na estrutura do que já estava lá você compreende? (Roberto Saturnino Braga²²⁰).

Posteriormente, em 1999, elabora-se um novo projeto de intervenção, desta vez a cargo do governo estadual:

Quando a gente vai retomar a discussão da urbanização em 1999, é por conta exatamente da mesma proposta. Eduardo Cunha, que era secretário do Garotinho propõe isto também, de acabar com a favela e construir conjuntos de prédios. E mais uma vez a gente rejeitou, eu não estava mais na associação, mas participava do processo (Itamar Silva).

O projeto executado

Em janeiro de 2000 o governo do estado organiza um concurso, coordenado pelo IAB-RJ, para escolha de uma proposta de urbanização para o Santa Marta. Os moradores, organizados e discutindo a questão desde 1985, desde a rejeição da primeira proposta de urbanização, contaram com um representante na comissão julgadora e com algum espaço para exposição de seus interesses.



Figura 140 - O plano inclinado do Santa Marta.
Fonte: Secretaria de Estado de Obras (2008).

A gente apresentou o que a gente tinha de ideias, o que tinha discutido, pra todos os que procuraram o Santa Marta, então o projeto que ganhou era muito simples, porque ele dizia respeitar a tipologia da favela, tentar fazer intervenções para facilitar a mobilidade, a mobilidade pensada sempre como uma mobilidade horizontal, porque já tinha pensado o plano inclinado (Itamar Silva).

O projeto selecionado, elaborado pelo escritório Fernanda Salles Arquitetura, propunha a execução, ou complementação, da rede de infraestrutura básica; uma solução de acessibilidade, que além da

²²⁰ Em depoimento a Antônio Agenor Barbosa (2005).

recuperação e estruturação dos caminhos e escadarias existentes, se organizava através de um plano inclinado com cinco estações de parada, atravessando todo o lado direito da ocupação, equipamento que também serviria para transportes de cargas e recolhimento de lixo; melhorias habitacionais nas moradias precárias; além de novas unidades para reassentamento das famílias deslocadas das áreas de risco ou devido às obras de infraestrutura. A proposta das novas habitações, elaborada de forma a respeitar a tipologia consolidado da favela, com reduzido impacto na estrutura formal e social da ocupação, reassentando as famílias em áreas próximas da área que ocupavam originalmente na favela, garantiu uma boa aceitação do projeto pela população local.



Figura 141 - O projeto original de 2000/2004.
Fonte: GOVERNO DO ESTADO (2005); Fernanda Salles.

Entretanto, durante a evolução do projeto, a tentativa de redução das desapropriações, através da adoção de um traçado, para o plano inclinado, que passasse por fora da favela, utilizando os terrenos do laboratório vizinho, à direita, ou da prefeitura, no lado oposto da ocupação, esbarrou em um impasse nas negociações de desapropriação que obrigaram o equipamento a seguir o traçado original, ao longo da margem direita da favela. Este percurso representou um maior impacto na ocupação, com remoções mais numerosas, ainda que parte do percurso se desse sobre o antigo lixão, onde, em decorrência dos deslizamentos da década de 1980, não havia edificações, pois o solo se mostrava incompatível com o padrão construtivo informal.

Analisando o projeto original podemos identificar a tentativa de prolongamento da Rua Oswaldo Seabra, no topo do morro, de forma que chegasse até o interior da favela, porém atendendo diretamente a apenas algumas unidades, que foi descartada em virtude das dificuldades construtivas e relativamente ao pequeno ganho de acessibilidade ao conjunto da ocupação. Percebe-se, igualmente, a busca pela criação de caminhos mais diretos de acesso longitudinais, e, pela formação de pequenos largos e praças, difusos ao longo da ocupação, que, em grande parte, cederam às dificuldades construtivas e à acentuada declividade.

Para respeitar à tipologia da favela, com unidades habitacionais unifamiliares isoladas, a maior parte das novas moradias seria implantada na parte alta, devido à existência, nesta área, de espaços disponíveis, ainda que restritos, para construção, em claro contraste com a densificada e compacta parte baixa do morro.



Figura 142 - O projeto original e o perímetro da AEIS.
Fonte: GOVERNO DO ESTADO (2005).

Na parte superior da intervenção, no setor mais elevado, denominado de Pico, identificamos a previsão de uma remoção completa dos barracos, ação que remete, mais uma vez, às táticas de resistência e às estratégias de controle, que, simultaneamente, produzem um deslocamento em direção as áreas mais acessíveis e próximas da cidade formal. Entretanto, neste caso não temos, como fato gerador destas remoções, uma diretriz legal, como a intercessão com uma APA ou construções fora do perímetro da AEIS, mas sim a identificação de toda a parte superior da ocupação como área de risco, envolvendo um projeto de reflorestamento das encostas contíguas.

Embora constante do projeto inicial de 2000, esta remoção foi postergada durante as várias etapas de intervenção, e ainda hoje resta incerta, mantendo a infraestrutura inalterada, com vielas de barro, ligações restritas de água e esgoto, deixando os moradores em uma situação complicada, visto que não querem deixar suas casas para serem realocados em predinhos, que se tornou a tipologia de reassentamento padrão utilizada na fase final, e ao mesmo tempo não podem reformar ou ampliar suas casas, em vista do risco iminente de ver o investimento ser derrubado junto com a casa original.

Deixa eu te explicar: sabe por que o pessoal não quer sair daqui? Porque não sei se você reparou, lá em baixo é uma casa em cima da outra entendeu? Aqui não, aqui a gente tem espaço. Olha só tem a minha área pra poder estender minha roupa, entendeu? Tenho o meu espaço, tem uma casa aqui, outra ali, não é uma casa colada na outra entendeu? Lá em baixo, não, lá em baixo as casas são assim, você não tem liberdade nenhuma [...] É como estes predinhos, logo no começo da obra eles fizeram as casinhas individuais, um bloco de casinhas. Ali sim, ali eles estavam fazendo certo, porque ali cada bloco daquele ali é uma família entendeu? A casa ali tem dois quartos, sala, cozinha e banheiro, cada bloco daquele é uma família. Mas, acho que estavam gastando muito, ai eles resolveram fazer prédios, ai faz prédio, faz aquela caixa de fósforos, e enfia todo mundo ali. [...] Porque lá em baixo que as casas são amontoadas, são encostadas umas nas outras e você não entende bem onde é casa. É como o predinho. E tem aqui, aqui eu sei onde é minha casa e se eu quiser eu crescer eu cresço ali pra cima, você sabe até onde você pode crescer. Se você quiser ampliar no predinho, não pode (Emílio, morador do Santa Marta - Pico).

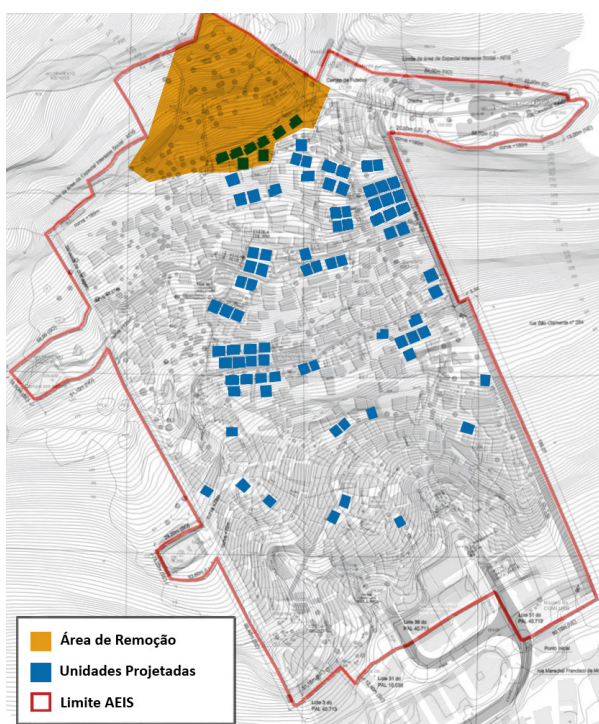


Figura 143 - Unidades habitacionais projetadas.
Fonte: Fernanda Salles; GOVERNO DO ESTADO (2005).

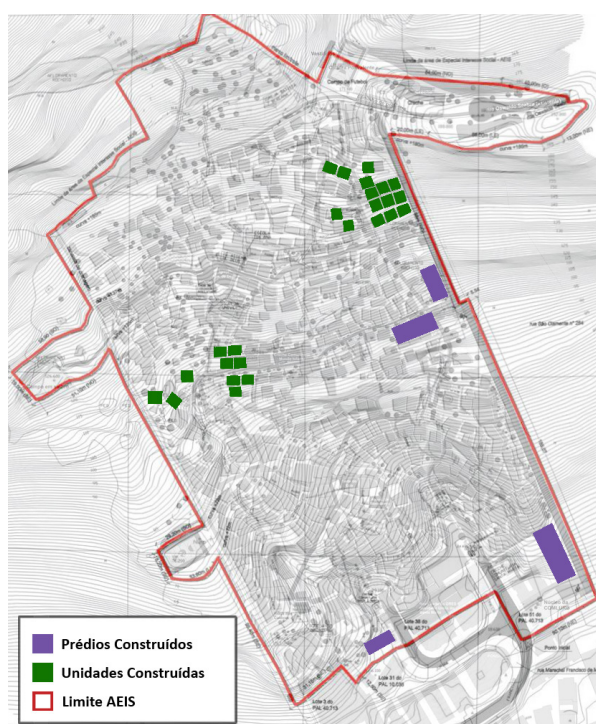


Figura 144 - Unidades Executadas.
Fonte: Fernanda Salles; GOVERNO DO ESTADO (2005).

O projeto foi elaborado em 2000 e permaneceu em ajustes até 2004, data do início das obras,

com previsão para término em agosto de 2006²²¹. Das 150 unidades individuais de reassentamento, foram construídas, até 2010, apenas 95, e ainda assim, complementadas através da construção de quatro conjuntos de apartamentos, dois na base do morro, e dois no beco do Jabuti/Estação 3. A EMOP²²², através de sua assessoria de imprensa, justificou a redução numérica e a alteração das dimensões das unidades e do padrão construtivo utilizado, através das dificuldades técnicas específicas. As numerosas remoções exigidas para a construção do plano inclinado e as dificuldades que se apresentavam à construção de unidades habitacionais individuais e isoladas em um espaço restrito e com topografia muito acidentada, teriam tornado inevitáveis a execução de adequações.

A comunidade possui uma densidade elevada, portanto, não há áreas muito grandes disponíveis para construção. Em áreas menores, utilizamos a habitação unifamiliar. Nos locais onde havia possibilidade, foram implantadas habitações multifamiliares. A intenção principal é remover as famílias da área de risco e de locais insalubres [...] a ideia é proporcionar o mínimo de conforto e dignidade às famílias carentes (EMOP - Assessoria de Imprensa²²³).

Já a arquiteta do projeto, Fernanda Salles, questiona as alterações realizadas, afirmando que o que foi executado na etapa final não corresponde à concepção que balizou o projeto, afirmando que, apesar dos problemas encontrados e da topografia difícil, seria possível uma solução mais adequada:



Figura 145 - Unidades habitacionais individuais.
Foto do autor.



Figura 146 - Corredor de acesso aos apartamentos.
Foto do autor.

²²¹ Segundo a assessoria de imprensa da EMOP, o projeto incluía a construção do Plano Inclinado, de 95 novas moradias, de melhorias habitacionais em 211 unidades, da adaptação da Creche para funcionamento da UPP (construída no início do projeto e paralisada diante da reação contrária das associações de moradores de Laranjeiras e de organizações ambientais), de quadra com grama sintética e infraestrutura de acessibilidade, drenagem e ligações de água e esgoto para 1500 unidades.

²²² EMOP - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, órgão responsável pela execução das obras.

²²³ Em depoimento ao autor em Agosto 2010.

Aqueles blocos de apartamentos foram executados na parte final, quando não estávamos mais acompanhando a execução da obra, eles fizeram qualquer coisa para cumprir com os números que precisavam. Aquilo destoa completamente da concepção imaginada, que buscava o respeito à tipologia da favela (Arq. Fernanda Salles²²⁴).

Itamar Silva, ex-presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, também critica a alteração:

No alto do morro, também houve demolições, mas eles construíram casas, unidades habitacionais individuais, no mesmo local, o que eu acho a melhor solução. Aquilo que você vê no meio do morro, aquele que tem uma treliçazinha, que o pessoal chama de Jambalaia, isso já é da última fase do projeto, isso não estava no projeto que foi discutido, estes prédios são uma decisão em uma fase que já não tem uma participação efetiva da comissão de urbanização, e o estado já estava decidindo tudo a toque-de-caixa. [...] Estes apartamentos aqui são ínfimos, são apartamentos de 32 metros quadrados e em umas condições bastante complicadas. A convivência ali está dando muitos problemas, porque você não tem espaço, o espaço comum que tem é aquela varandinha, que é passagem também. As casas são muito pequenas, as paredes são umas coladas com as outras, então um interfere na vida do outro de uma forma muito intensa. É muito complicado, é muito ruim o projeto daquele prédio (Itamar Silva).



*Figura 147 - O "Jambalaia" e as estruturas de acessibilidade e da base da Estação 3.
Foto do autor.*

As dimensões reduzidas, especialmente para uma tipologia que não permite ampliações, e o chamado "empilhamento" são críticas constantes, dos moradores, aos blocos de apartamentos construídos, principalmente aos situados na área central da ocupação. Estes blocos foram erguidos junto à Estação 3 do plano inclinado, local sem edificações desde os deslizamentos da década de 1980, que, apesar de superficialmente instável, o solo se mostrava compatível com o uso de fundações profundas, típicas de obras de maior porte. Esta

²²⁴ Em depoimento ao autor em maio de 2011.



Figura 148 - Unidades habitacionais individuais.
Foto do autor.

solução foi adotada como forma de atendimento ao número de unidades que a intervenção exigia, frente às dificuldades do padrão construtivo adotado em acompanhar os níveis de densidade e compacidade existentes no espaço informal.

Entretanto, as necessidades estruturais, inerentes ao uso de estruturas de maior porte, e a incorporação de padrões construtivos e conceituais formais, nem sempre bem adaptados à topografia e à exiguidade espacial acabam sendo associados, na visão dos moradores, com o desperdício de material e áreas e com a inadequação às condições locais.

O Código de Obras possui regras que determinam um mínimo aceitável da área dos cômodos e espaçamento entre as edificações. Devido às remoções, tínhamos uma quantidade de habitações a ser atingida (EMOP - Assessoria de Imprensa).

Deste modo, apesar de reconhecerem a qualidade habitacional das unidades isoladas, as relativamente baixas, taxas de densidade e compacidade, resultantes no conjunto final, impedem que este padrão substitua a estrutura original sem aumento da área ocupada ou utilização de padrões mais compactos como os prédios de apartamentos. Paralelamente, as características mais próximas dos padrões formais, conformando blocos que se destacam formalmente do conjunto da favela parecem colocar estas unidades dentre as que sofrem maiores pressões para uma "expulsão branca", sendo, apesar das restrições contratuais exigirem a manutenção das famílias originais, bastante valorizadas nas negociações de aluguel e venda.

C. Novos Alagados

Em 1973, através de um acordo entre o Governo do Estado, a Prefeitura e o BNH é criado o GEPAB, que tinha como objetivo estimular a produção de estudos técnicos e insumos básicos necessários e a realização de um Plano Urbanístico para a área de Alagados. A execução das ações previstas no plano ficou a cargo da AMESA - Alagados Melhoramentos S.A, constituída para este fim em 1974. O plano proposto consistia em uma ampla intervenção física de urbanização de favela, buscando a erradicação das palafitas, por meio de aterros, e a produção de novas moradias sobre a área aterrada, além da complementação da rede de infraestrutura de drenagem, saneamento básico e pavimentação (CARVALHO, 2002; ALIANÇA DE CIDADES, 2008).

Apesar da comemorada erradicação das palafitas em 1983, já em 1987, com o término das obras e retirada dos escritórios da HAMESA²²⁵ da área, novas invasões começam a acontecer em Alagados:

Em 1990, todas as praias e áreas livres dos setores aterrados, em um total de 8 ha, já tinham sido ocupadas por 2.650 famílias e novas palafitas começaram a surgir nas águas rasas, resultantes dos aterros. A única praia não invadida, graças à iniciativa dos moradores, foi a situada no extremo oeste do Setor Joanes, chamada de "prainha" pelos moradores locais, por ter a mesma vocação para o lazer, embora suas condições de balneabilidade fossem péssimas (CARVALHO, 2002, p.222).

Além disso, o "congelamento" promovido pelas obras de Alagados acabou promovendo, a partir de 1976, o aparecimento de novas palafitas em uma área mais ao norte, às margens da enseada do Cabrito, que, devido à sua grande semelhança física e social, acabou sendo batizada como Novos Alagados. A experiência dessa intervenção nos Alagados refletia as limitações da abordagem utilizada, focada basicamente na provisão de infraestrutura e habitação (ALIANÇA DE CIDADES, 2008). A manutenção dos resultados obtidos exigiria uma compreensão do processo global de segregação urbana, o envolvimento efetivo da comunidade no processo, o estabelecimento de uma política habitacional mais ampla, ou mesmo a elaboração de mecanismos que garantissem a prevenção de novas invasões. Será exatamente este último item, o mais simples, o que exige o menor comprometimento real e a menor transformação socioeconômica, que vai ser adotado no projeto de urbanização de Novos Alagados.

Primeiras propostas

Em 1984, quando o aglomerado de Novos Alagados era constituído por uma população de cerca de 17.500 habitantes, distribuídos em aproximadamente 3.500 unidades, das quais, pouco mais de 70% estaria situada sobre áreas alagadas²²⁶ e desprovidas de condições mínimas de existência humana, a HAMESA elaborou um anteprojeto de urbanização e infraestrutura para a área, buscando balizar futuras intervenções que contassem com a participação ativa da comunidade na concepção e elaboração do projeto. A proposta previa a permanência da população através da regularização fundiária, de uma urbanização que respeitasse as características socioespaciais locais e da produção de novas edificações de forma adaptada à realidade existente, ou seja, utilizando-se de padrões técnicos e de serviços adaptados à realidade social e ambiental, que apresentassem o menor custo possível, além de estabelecer critérios para a integração do local com o entorno, através de um desenho urbano, o que incluísse a conformação da área de aterro, mantendo as características físicas da ocupação e as características geográficas do local (CARVALHO, 2002).

²²⁵ Em 1983 a AMESA foi transformada em HAMESA - Habitação melhoramentos S.A.

²²⁶ Tanto na Enseada do Cabrito quanto no estuário do Rio do Cobre

Pautado pela concepção de que “habitação não é somente a realidade físico-arquitetônica, mas também uma realidade social e econômica com outras necessidades” (HAMESA, 1984²²⁷), o anteprojeto ultrapassava a intervenção física, entendendo que esta não podia ser encarada isoladamente dos programas de geração de renda, educação e saúde, dada a estreita relação de interdependência entre estas na proposta de superação da condição de pobreza urbana, da qual a situação física da área era consequência (CARVALHO, 2002).

Entre a experiência desenvolvida nos projetos elaborados em Alagados e o anteprojeto da HAMESA foram lançadas as bases dos princípios que norteariam as futuras intervenções em Novos Alagados: a preocupação com as questões socioambientais e a produção de um aterro de conformação mínimo, buscando preservar as características físicas e ambientais da Enseada do Cabrito (CARVALHO, 2002).



Figura 149 - O projeto de intervenção da PMS.
Fonte: PMS (1993).

remanejamento das moradias sobre palafitas, “sem modificação das atuais relações de vizinhança, porque previsto em terras próximas, propicia um novo ordenamento, a efetivar-se com a participação da população” (PMS, 1993, p.22).

O resultado deste trabalho guarda semelhanças com o projeto final elaborado pelo Governo do Estado, visto que ambos estabelecem uma faixa de aterro que absorve até a porção

²²⁷ Apud Carvalho (2002).

intermediária das palafitas, removendo os barracos localizados nas partes distais das pontes de palafitas, conforme a figura 150, e, igualmente, optam pela criação de uma via periférica ao longo do limite de aterramento. Ao mesmo tempo, o projeto executado também se utiliza das áreas 4, 5 e 7, além de parcialmente a área 6, para o reassentamento das famílias removidas das palafitas, conforme identificadas na figura 151. Porém, este último destinou a maior parte da área 6 para a construção de uma igreja católica, acrescentando às áreas de reassentamento um trecho de aterro ao redor da área 8, enquanto esta, junto com a área 9 permaneceu vazia, sofrendo, apenas recentemente, novas invasões²²⁸.

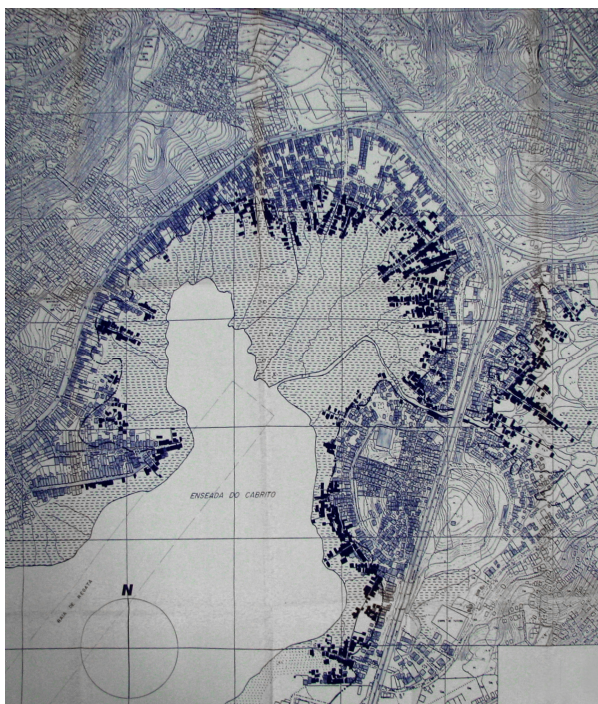


Figura 150 - Determinação das palafitas a remover.
Fonte: PMS (1993).

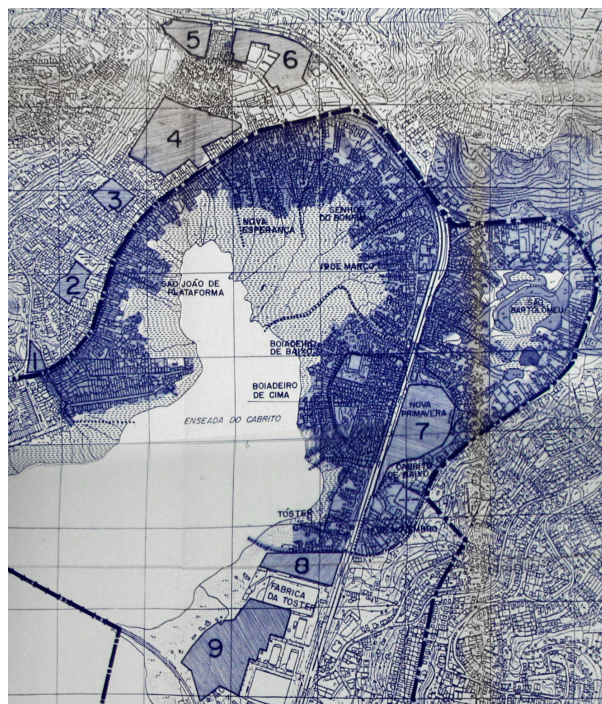


Figura 151 - Identificação das áreas para reassentamento.
Fonte: PMS (1993).

Viver Melhor e Ribeira Azul

Em 1995, o Estado da Bahia, através da URBIS²²⁹, lançou o programa Viver Melhor, representando no estado os programas federais de financiamento: Pró-Moradia, Habitar Brasil e Pró-Saneamento. O programa previa a atuação em construção e melhorias habitacionais; melhorias sanitárias; drenagem e pavimentação; infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica; equipamentos e educação comunitária (CASTRO, 2001).

O programa se organizava através dos objetivos oficialmente definidos como: "Promover a melhoria da qualidade de vida de famílias residentes em áreas urbanas degradadas, insalubres ou inadequadas à moradia por meio de obras de infraestrutura, construção e melhorias de

²²⁸ As áreas 2 e 3 foram ocupadas por moradias informais durante o período de execução das obras de urbanização.

²²⁹ Habitação e Urbanização da Bahia S.A. Em 1987 a URBIS incorporou as atividades da HAMESA e em 1999 foi extinta e suas funções foram assumidas pela CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

habitações, implantação de equipamentos comunitários e promoção social²³⁰” (SEDUR, 2006, p.34).

A iniciativa do Viver Melhor se insere em um período no qual podemos perceber uma alteração na postura das intervenções públicas em Salvador, identificada a partir da segunda metade dos anos 1990, através da atuação em áreas de ocupações por invasão, marcada pela permanência da população e por um padrão predominante que se organiza sistematicamente com novas unidades; equipamentos comunitários e melhorias habitacionais. Programas que, por um lado, se mostram inovadores no que diz respeito às melhorias físicas em áreas de ocupação informal, por outro lado, apresentam poucos avanços na relação habitação-cidade, como forma de enfrentamento da segregação e da exclusão no espaço urbano. Novos Alagados se destaca neste sentido pela interação com novos agentes sociais, locais ou que já atuavam localmente, e por incorporar a questão ambiental ao escopo de trabalho²³¹ (GORDILHO-SOUZA, 2008).

Novos Alagados foi a primeira experiência, em Salvador, que contou com a participação efetiva dos moradores, não restrita apenas ao momento de apresentação dos projetos, antes da efetiva implantação (GORDILHO-SOUZA, 2008). Em 1993 a AVSI esboça uma proposta de urbanização para a área, que envolveu a participação dos moradores e das associações comunitárias, principalmente a Sociedade de Bairro 1º de Maio. Inicialmente com o objetivo de abranger uma área-piloto, o núcleo de Nova Esperança, que contava com 520 famílias, das quais 149 situadas sobre palafitas (AVSI; CONDER, 1993). O projeto foi incorporado pelo governo do estado da Bahia, transformando-se, então, em um plano abrangente e de maior alcance físico e social, passando a ser chamado “Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados” que, através da CONDER, é inserido no âmbito do Projeto Metropolitano, que contava com recursos do Banco Mundial (CARVALHO, 2002).

Motivado pela necessidade de promover ações de melhorias físicoambientais no conjunto das localidades das Enseadas do Cabrito e Tainheiros, assim como pela experiência desenvolvida na primeira etapa do projeto de intervenção em Novos Alagados, o Governo do Estado, em 1998, através da CONDER, institui o programa Ribeira Azul, buscando combater, de forma integrada, a pobreza nesta área marcada pela ocupação informal em palafitas, e infraestrutura precária, que soma 4mil km² e abriga aproximadamente 40mil famílias (CARVALHO, 2002). A

²³⁰ Castro (2001, p.39) remarca a alteração de postura ocorrida desde a incorporação, pela CONDER, das atividades da URBIS, identificando através da alteração expressa nos objetivos das respectivas empresas, passando a assumir um foco maior no aspecto construtivo, deixando de lado as ações de participação comunitária existentes na proposta da URBIS: “Ofertar soluções habitacionais a famílias de baixa renda residentes em áreas de risco e insalubres, promovendo a melhoria da qualidade de vida, através de melhorias físicas aliadas a ações socioeducativas em parceria com a comunidade-alvo da intervenção”. Uma relação semelhante pode ser percebida entre a proposta da HAMESA e a da URBIS.

²³¹ Vale ressaltar a demanda de participação popular no processo de elaboração e implementação da intervenção, vinculada às condições de financiamento impostas pelas instituições internacionais envolvidas no projeto.

experiência de Alagados já havia demonstrado a necessidade de uma ação coordenada e conjunta para toda a área e os resultados obtidos com a adoção da via de bordo em Novos Alagados estimularam a busca de uma solução semelhante e articulada para toda a orla das enseadas do Cabrito e Tainheiros.

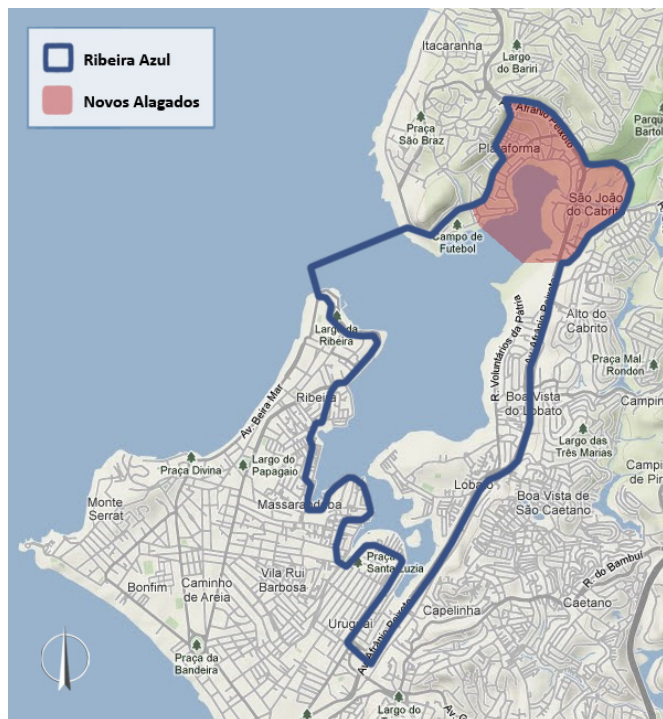


Figura 152 - Poligonais de atuação dos planos de urbanização. Fonte: Imagens Google, 2009; Cartografia CONDER.

A prioridade do Programa é justificada pela grande vulnerabilidade da área, marcada por um tecido urbano precário, marcado por construções de baixo nível tecnológico, pela presença de palafitas e pela baixa acessibilidade resultante da existência de becos e pontes em madeira; pela fragilidade ambiental, determinada pela ausência de redes de esgoto e por despejos industriais; pelo risco hidrogeológico, resultante da falta de canais de drenagem de águas pluviais; e por um tecido social crítico, com baixos níveis de renda e escolaridade, graves problemas de higiene e saúde e carência de estruturas sociais. Ao mesmo tempo a área é vista como

possuidora de grande potencial de desenvolvimento, seja turístico²³²; para pequenas e médias empresas²³³; ou social, com projetos em andamento, que tratam a área como “laboratório” para a realização de programas-modelo para a redução da pobreza urbana (CARVALHO, 2002). Deste modo, o Programa Ribeira Azul, tal como foi formulado, alinhava-se aos objetivos do programa internacional de combate à pobreza urbana, o *Cities Without Slums*, que promove investimentos em programas de melhorias sociais, em áreas degradadas de países pobres, elaborado pela *Cities Alliance*, da qual faziam parte o Banco Mundial e as Nações Unidas, por meio da UNCHS-Habitat. Desta associação surge o PATS - Projeto de Apoio Técnico e Social visa a fornecer apoio técnico para a implementação do Programa Ribeira Azul, estabelecendo a reaplicação da metodologia, adotada em Novos Alagados, a outros bairros da região, visando promover a integração das áreas de Alagados e Novos Alagados à cidade baixa, e, à cidade de Salvador como um todo (CARVALHO, 2002; ALIANÇA DE CIDADES, 2008).

O principal elo físico de interação entre esses setores será a via de Bordo que, segundo se prevê, além de evitar novas invasões em direção ao mar, busca integrar o

²³² Por sua localização litorânea, com inserção dentro do Projeto da Via Náutica de Salvador, e pela proximidade do Parque São Bartolomeu.

²³³ Em função da acessibilidade proporcionada pela Avenida Suburbana, pela disponibilidade de mão-de-obra e pela tradição histórica da área.

sistema viário da área com o do entorno o que possibilitaria a ampliação da sua visibilidade e acessibilidade. [...] paralelo à intervenção física, a realização de um intenso trabalho de participação comunitária está previsto, o que possibilita o envolvimento das comunidades envolvidas na construção e preservação, não só dos elementos humanos (construídos) como, também, dos elementos naturais tais como a recomposição de manguezais, como ocorre, atualmente, na área de Novos Alagados (CARVALHO, 2002, p.237).

Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados

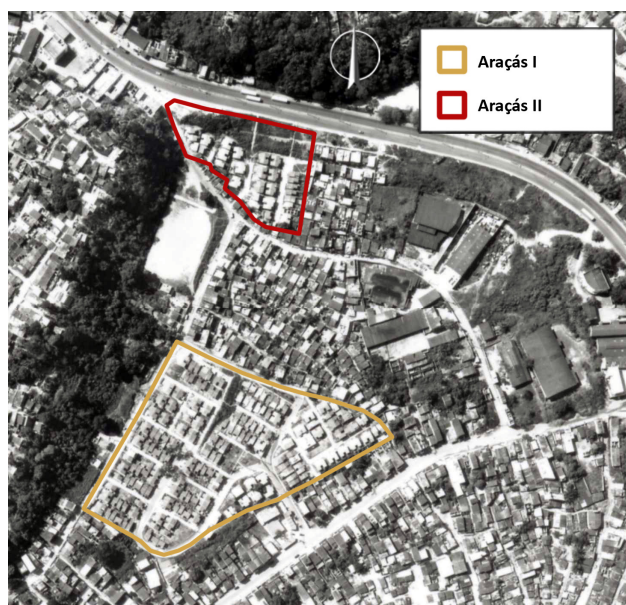


Figura 153 - Os conjuntos Araçás I e II.
Fonte: Conder, 1998.

O Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados, posto em prática a partir de 1995, previa, segundo seu memorial descritivo: um programa de recuperação ambiental da área; a erradicação de palafitas sobre as águas da Enseada do Cabrito; melhoria e complementação da rede de infraestrutura e saneamento; geração de emprego e renda; formação de mão-de-obra; melhoria habitacional e sanitária. Entretanto, muitas destas questões acabaram sendo deixadas de lado durante o andamento da intervenção (SOARES; ESPINHEIRA, 2006).

O projeto previa obras de melhorias habitacionais, nas quais as unidades em alvenaria receberiam obras, de modo a garantir as condições mínimas de habitabilidade, como consertos de telhado, pisos e reboco de paredes, e, os barracos em madeira, precários ou em situação de risco, deveriam ser substituídos por uma unidade mínima em alvenaria com, aproximadamente, 16m². Em ambos os casos, a moradia deveria receber uma unidade sanitária quando não a possuísse. Entretanto, os recursos limitados e a prioridade dada ao remanejamento das famílias instaladas sobre áreas alagadas, ou removidas para a implantação das obras de infraestrutura, determinaram que muitos imóveis acabassem permanecendo inalterados, após as obras de urbanização, ainda que fossem extremamente precários (CARVALHO, 2002).

A intervenção foi elaborada em duas etapas, a primeira, abrangendo as áreas ao redor da Enseada do Cabrito, limitadas pela Avenida Suburbana e Rua dos Ferroviários, beneficiou 1.750 famílias na Enseada do Cabrito, incluindo-se aí, moradias sobre palafitas, situadas em terra firme ou localizadas na faixa de transição, criada através do aterro produzido pela própria comunidade, com a deposição constante e sucessiva de entulho e lixo. Parte destas famílias foi realocada nos loteamentos Araçás I e II, que possuíam 293 embriões, com aproximadamente 21m², situados na encosta que sobe para o bairro de Plataforma.



Figura 154 - Módulos habitacionais construídos em Araçás I
Foto Vera Lazarotto.

Nos conjuntos de Araçás I e II, as dificuldades técnicas, apresentadas pela incompatibilidade entre o solo de massapê e o padrão construtivo utilizado, produziram rachaduras, vazamentos, e até mesmo, o desabamento de algumas casas, que terminaram por gerar uma grande desconfiança em relação à confiabilidade das construções elaboradas pelo Estado, e aumentar a percepção desta intervenção como um padrão construtivo de baixa qualidade e inadaptado às condições locais.

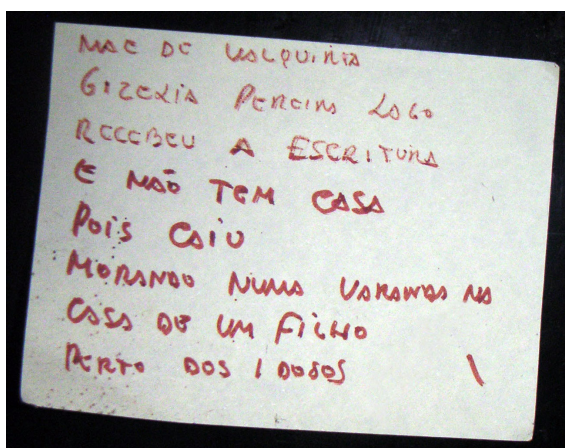


Figura 155 - Nota no quadro de avisos da Associação de Moradores de Novos Alagados.
Foto do autor.

Foi construído um embrião, sem nenhuma fundação, sem nenhuma característica ou diálogo com a comunidade local. Queriam fazer um embrião com uma parede só pra duas casas, o que chamam de parede-meia, então, a comunidade não aceitou e eles voltaram atrás, mas eles terminaram não ouvindo a população a respeito da fundação e, com o tempo, essas casas vieram abaixo. E ao lado desse conjunto, tem uma ocupação feita pela população antes dessa intervenção [...] onde muitas famílias construíram suas casas e hoje, algumas, têm até três, quatro andares, construídos de uma forma bastante popular, e que não apresentam nenhuma fissura, nem rachadura, nem caso de desabamento, etc.

Então, isso prova de que a construção popular pode ser boa. Que, apesar de muitos pedreiros, ajudantes aqui não terem a formação teórica, eles têm a prática, são trabalhadores da construção civil, prestam serviço na comunidade e mesmo fora dela (Jerri Uilson, presidente da Associação de Moradores de Novos Alagados).

Ao serem remanejados para conjuntos habitacionais, em unidades com dimensões extremamente restritas e padrões de ocupação rígidos, elabora-se uma reordenação de vidas sem uma verdadeira mudança nas condições de existência dos moradores, as quais podem se tornar ainda mais segregadoras pelos novos encargos inerentes e dentro dos novos estilos de vida (SOARES; ESPINHEIRA, 2006).

A questão da erradicação das palafitas é uma intervenção do governo do Estado, mas, que de alguma forma ele não tá, na verdade, contemplando as necessidades da população local. Até porque eles falam tanto que tem a participação do povo, a

participação popular, mas na hora da decisão, da coisa concreta eles fazem o povo ficar de fora. [...] Depois a gente tá recebendo equipamento, uma casa, num estilo tradicional, dentro de um padrão segundo eles, arquitetônico, moderno essa coisa toda, mas que de fato a população não tem clareza dessa questão e se acha insatisfeita. Acha que não foi contemplada, que o sonho dela não era aquele, de fato a coisa termina até muitas vezes se decepcionando, que é o caso aqui da comunidade dos Araçás. Eles construíram o embrião, mas um embrião pequeno, é uma salinha, um quartinho, um banheiro, e uma cozinha, não é nem uma cozinha, é um corredor com uma pia né? Porque, mesmo morando nas palafitas, as famílias se esforçavam em ter a sua mesa, a sua cadeira, [...] e quando se mudaram pra esse espaço, os móveis não couberam. Então muitos tiveram que ampliar, aqueles que tinham condições fizeram reutilizando a própria madeira da palafita, e ficou parecendo uma segunda favela (Jerri Uilson, presidente da Associação de Moradores de Novos Alagados).

Para a ampliação dos embriões do conjunto, quando o espaço permitia, assim como para a produção de melhorias nas residências não atendidas, foi prevista uma cooperativa, a Cooperativa Habitacional dos Moradores de Novos Alagados - COMONAL, através da qual os moradores poderiam ter acompanhamento técnico e retirar material para executar a obra, entretanto devido à grande inadimplência a cooperativa acabou sendo fechada.

Nos Araçás, não era o que a gente queria, mas o morador ainda podia ampliar [...] Só que às vezes tinha esse problema, eles fazem um embrião, mas um embrião que toma o terreno todo, numa posição estranha. Fica difícil fazer qualquer coisa (Vera Lazarotto).

Segunda Etapa

A segunda etapa do projeto, iniciada em 1998, abrangeu a reurbanização das áreas a Leste da Suburbana, onde se encontravam o manguezal de São Bartolomeu e a área do Boiadeiro. Nesta etapa foram construídos o conjunto habitacional Nova Primavera, com cerca de 250 unidades, inaugurado em 2002 para receber a população deslocada das áreas de palafitas; as unidades ao longo da via de bordo; e, o conjunto na área contígua à Tóster. O desenvolvimento do projeto ficou a cargo do escritório Invento Espaço Anastassakis & Associados S/C.

Nós fizemos um projeto com construções novas, não queríamos fazer embriões, então fizemos dois tipos de construções novas. Uma, para tirar as palafitas, onde seria construído um terreno artificial, através de aterro. Neste caso tínhamos que, além de urbanizar a favela, prover a infraestrutura e fazer um viário novo, seguindo para a praia com as ruas que vinham da favela consolidada, que foi aterrada aos pouquinhos pela própria população. Mas [na parte aterrada] não íamos usar o mesmo desenho, ou seja, não íamos reproduzir romanticamente o desenho original. [...] Então, as casas novas, ia se construir casas novas em cima do aterro, têm um desenho peculiar, elas tinham que dar saída as ruas que vinham da favela consolidada, aquele labirinto todo tinha que sair na avenida, que seria uma avenida à beira-mar... Naquele ponto não tem praia, então teria um enrocamento, com um cais, com pescadores e teria barzinhos e tal. [...] Então ocupamos a avenida beira-mar com tipologias nossas que pudessem se incluir no tecido urbano viário da favela (Arq. Demetre Anastassakis²³⁴).

²³⁴ Em depoimentos ao autor, em março e novembro de 2010.



*Figura 156 - O projeto original, desenvolvido para a segunda etapa.
Fonte: Carvalho (2002).*

Durante o processo de erradicação das palafitas, buscou-se a produção de um “aterro de conformação” com as menores dimensões possíveis com o objetivo de se preservar os aspectos físico-ambientais da Enseada (CARVALHO, 2002). Entretanto, o processo de aterramento, realizado sob os barracos existentes, manteve o posicionamento original das moradias, produzindo poucas alterações na estrutura social estabelecida, entretanto, este procedimento produziu um desenho urbano desestruturado, através da nova articulação entre estes espaços produzida com o solo “criado” ao redor das casas, que tirava do eixo das pontes a condição eixo central de circulação. Esta condição, ao romper com a articulação e hierarquia original da circulação, dificultou a implementação de espaços coletivos integrados, e apropriados pelos moradores.



*Figura 157 - Novas unidades implantadas ao longo da Avenida Beira Mar.
Foto Vera Lazarotto.*

Com o aterro de conformação reduzido, a construção das novas unidades ao longo da orla, na área de Boiadeiro de Baixo, que seguiria o mesmo padrão formal do conjunto Nova Primavera, foi substituída por embriões enfileirados ao longo da avenida Beira Mar. A concepção original das novas habitações foi retomada, ainda que parcialmente, somente na área próxima à fábrica Tóster.

As pequenas unidades, em um padrão construtivo distinto do praticado no local e elaborado segundo uma técnica não dominada pela construção informal, estabelece uma tensão, através das pressões simultâneas, fruto da necessidade de ampliação espacial imediata e da dificuldade técnica de execução de obras no embrião.

Aqui eu perdi muita coisa, perdi sofá, perdi cadeira, aquela mesa ali mesmo tinha quatro cadeiras, estante... não cabia nada aqui, porque eles diminuíram o espaço, aí tive que deixar lá fora, veio a chuva, veio o sol... Tive que diminuir tudo, e ficou nisso aqui. Aqui não tem um dividimento, o mesmo lugar que é cama é cozinha. Eu como aqui e já me joga ali, não tem nem o trabalho de me levantar [risos]. Eu não tô satisfeita não. [...] Eles botaram uns arames no chão, depois vieram, com uma esteira, depois botaram um plástico preto, diz que pra não correr, e aí botaram o concreto, que aquela máquina faz... com brita e tudo. Mas não aguenta laje não. De jeito nenhum, se eu tiver de botar uma laje aqui vou ter que quebrar tudo isso. [...] Vou ter que quebrar parede, quebrar tudo, fazer fundamento, amarrar tudo por fora, aí já é mão de obra, e vou perder essas paredes do mesmo jeito, porque quando eu quebrar, não vou aproveitar nada. [...] Vou ter que fazer fundamento, e tem que seguir dois metros e meio pra baixo, se quiser botar assim, no máximo, mais uma casa em cima, se botar mais uma e mais outra, aí tem que seguir três metros pra baixo, porque era maré (Isodélia, moradora de novos Alagados - Boiadeiro).

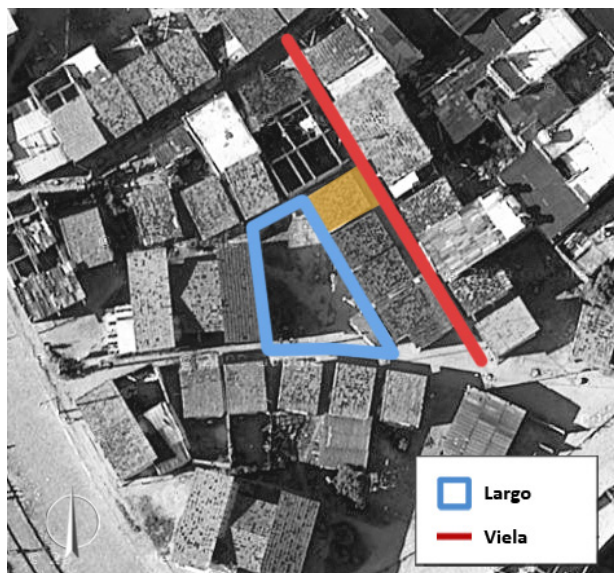


Figura 158 - Elementos no entorno da casa de Isodélia.
Fonte: Google, 2009.

Ao mesmo tempo, o tecido resultante, que não respeita a lógica original, com distribuição em eixos radiais a partir das pontes e suas ramificações, e tampouco é fruto de um desenho específico, mas o resultado da reconexão dos percursos originais com os espaços criados através do aterro de conformação. Esta composição parece gerar um tecido de difícil compreensão aos moradores que buscam nele as referências originais ou os elementos existentes na cidade formal.

O exemplo de Isodélia, que teve o barraco substituído por um embrião “da Conder”, executado aproximadamente no mesmo local onde se encontrava seu barraco de palafitas, demonstra a percepção espacialmente ambígua diante da nova casa, que, voltada para um largo, não se enquadra na percepção de espaço urbano tradicional, com quadras e ruas, nem

tampouco reflete a organização original, com distribuição através da ponte, que o eixo gerou uma viela que passa atrás da casa. Desta forma, a casa, voltada para o largo, é percebida em um espaço residual que, distante da referência de rua, se torna beco.



Figura 159 - O largo (ou beco?) diante da casa de Isodélia.
Foto do autor.

A minha é de fundos pra cá, tem outras que dão de frente, mas ficam prejudicadas, porque isso não é uma rua, é um beco. [...] Se eu tiver condições de fazer a minha frente pra lá, pra rua ali de trás. Porque até pra vender uma casa aqui, ninguém vai querer. Eu vou comprar uma casa num fundo, num beco? Se eu quero botar um bar, não tenho nem como, como é que vão me achar aqui? Porque nem correio aqui não entra. Não entra porque é fundos. Ele deixa tudo em um barzinho ali, ele não entra porque tem medo, joga tudo ali e cada qual que vai separando o que é teu (Isodélia, moradora de novos Alagados - Boiadeiro).



Figura 160 - Vista aérea do conjunto Nova Primavera.
Fonte: Conder.

O projeto do conjunto Nova Primavera previa cerca de 250 novas unidades, inicialmente projetadas como moradias completas, entretanto, cortes de gastos exigiram modificações no projeto, que se tornou uma espécie de módulo inicial, com telhado montado, que, com o fornecimento do material e apoio técnico, os moradores poderiam levantar para o andar de cima, ao concluir a construção deste.

Não foi construída a casa plena. No meio do caminho, eles começaram uma discussão de que não iam poder construir a casa toda. Então surgiu a ideia de fazer mais do que um embrião, um embrião que só tenha um ponto na evolução dessa casa (Demetre Anastassakis).

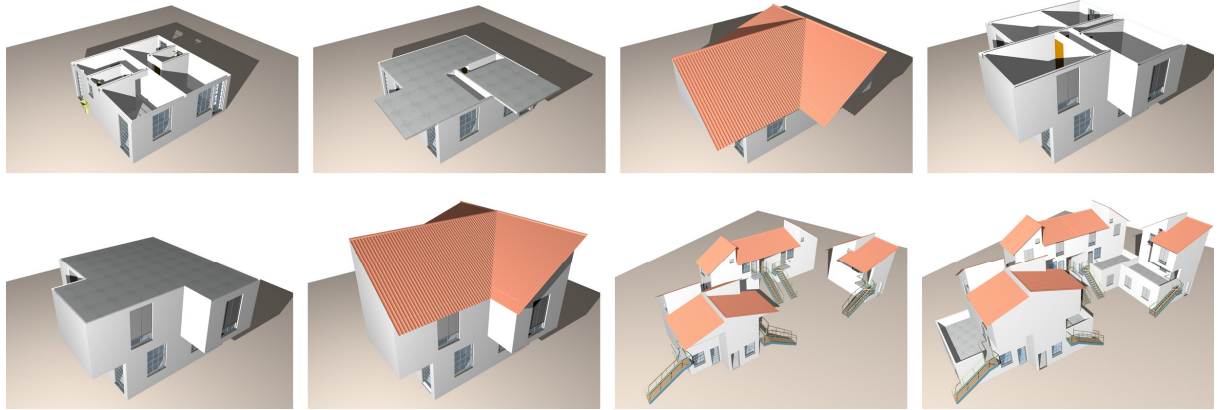


Figura 161 - A evolução do módulo prevista para o Nova Primavera.
Fonte: Invento Espaço Anastassakis & Associados S/C.

Com as reduzidas dimensões que o projeto assumiu nesta concepção, associada a uma estrutura formal que era percebida como “aglomerada” ou “empilhada” por grande parte dos moradores, destoando da percepção tradicional do tecido organizado através de rua e vielas, provocou grande resistência dos moradores e de algumas lideranças, o que, entretanto, parece ser visto pelos gestores do projeto como inerente às limitações do reassentamento no local original, questão que não teria sido bem compreendida pelos moradores:

As principais queixas apresentadas pela comunidade recaem sobre as novas casas construídas para o reassentamento dos moradores de palafitas. Em especial, houve reclamações sobre o tamanho das habitações (entre 20 e 40m²), [...] e da falta de possibilidade de ampliação vertical ou horizontal da construção. Ainda que os projetos de reassentamento tenham sido amplamente discutidos com a comunidade, os moradores parecem não ter assimilado que permanecer na mesma área, já bastante adensada e onde as possibilidades de novos aterros eram tecnicamente difíceis e dispendiosas, limitava as opções em termos de tipologias habitacionais que poderiam ser construídas (ALIANÇA DE CIDADES, p.44).



Figura 162 - As unidades do Conjunto Tóster como foram construídas.
Foto: Vera Lazarotto.

Entre o imperativo corte de custos e as discussões com a comunidade, que solicitava uma moradia completa, a solução final acabou conduzindo a uma situação intermediária, que apesar de possuir o andar superior, este teria dimensões insuficientes para a habitação, com altura livre, em certos pontos, inferior a 1,50m, além de abrigar o reservatório de água da unidade, que ocupava

quase a totalidade de um dos quartos no pavimento superior, que não possuía janelas, mas apenas alguns elementos vazados para garantir uma ventilação mínima. A mesma solução foi empregada nas unidades do conjunto da Tóster.

Quando o projeto saiu nós não tínhamos visto nada, ninguém tinha visto o projeto. Só vimos ao projeto numa reunião com o Banco Mundial, quando vimos uma maquete. Então soubemos da história das casas lá, com vinte e dois metros quadrados [...], e fizeram de um modo que não existe privacidade, porque em Araçás a gente conseguiu exigir uma parede pra cada casa, e ali eles fizeram com parede-meia. Eu me lembro que eu fui em um encontro, e tinha alguns moradores, que diziam que preferiam a palafita, porque moravam numa palafita grande, com três quartos, sala... existiam palafitas enormes, bonitas [...] Porque eles levam dez anos fazendo suas casas, mas fazem algo bem cuidado, quer dizer, é essa a característica desse pessoal, e ali, no Nova Primavera eles estavam destruindo esse modo de ser, eles destruíram muita coisa daquele povo (Vera Lazarotto).



Figura 163 - O híbrido favela-conjunto.
Foto do autor.

Outro ponto de tensão surgido da adaptação entre o padrão informal original e a intervenção realizada foi a relação com os espaços livres coletivos. Desprovidos de uma função específica, imediata e clara, seja de circulação, serviços ou lazer, os espaços remanescentes ao redor das unidades foram sucessivamente sendo ocupados e, até mesmo, comercializados, passando a abrigar novas famílias, que se instalavam nos interstícios das unidades projetadas. Este processo, ao dar vazão ao movimento de expansão das unidades, alterou consideravelmente as características formais originais dos conjuntos, criando um híbrido, resultante do processo de produção espacial flexível, típico da lógica informal, implantado sobre

uma estrutura originalmente regular e padronizada.

Ao mesmo tempo, no processo de ampliações, programado pela condição embrionária da habitação, estão previstas rotinas de geminação por justaposição e superposição entre imóveis contíguos, produzindo situações potencialmente conflitantes com as expectativas e padrões construtivos dos moradores. Em algumas situações, ao construir uma complementação horizontal, o morador executa uma laje, que pode ser aproveitada pelo morador do pavimento superior, uma situação que exige uma negociação complexa entre os moradores, por destoar da lógica que deposita na laje parte do potencial construtivo da casa, configurando seu espaço natural de expansão e, logo, possuindo grande valor de uso e comercial.



Figura 164 - Complementação do pavimento e ocupação dos espaços remanescentes no conjunto da Tóster. Foto do autor.

A concepção urbanística e arquitetônica do conjunto Nova Primavera invade um espaço orgânico da cidade com sua arquitetura própria, popular e forma convencional de construir e ocupar os imóveis. Saltam aos olhos o colorido fantasia dos imóveis, como a imitar as cores do Pelourinho (azuis, rosas, verdes, brancos...) e, ainda mais, as escadas externas e compartimentos em balanço projetando-se no espaço; tudo isso em construções de dois pavimentos, impossibilitadas de ampliação do projeto, sobretudo o pavimento superior, ao tempo em que - e distorcendo a concepção idealizada do projeto - pode-se fazer crescer o "embrião" (SOARES; ESPINHEIRA, 2006, p.60).



Figura 165 - A segunda etapa em execução. Fonte Google, 2002.

A organização espacial do conjunto Nova Primavera, desconectada do padrão tradicional de tecido urbano, que se estrutura em ruas e quadras, se elabora segundo uma composição geométrica, desenvolvida através de espelhamentos e articulações não lineares, que organizam pequenos pátios conectados por passagens que formam túneis sob os pavimentos superiores das casas. Esta estrutura parece gerar uma dificuldade de rearticulação das relações tradicionais de hierarquia e vizinhança, deslocadas através de um fluxo de pedestres que pode assumir diversas configurações distintas, entretanto, podemos perceber, ao mesmo tempo, o surgimento de articulações e possibilidades distintas.

Esta configuração dá certa insegurança, se você entra no conjunto Nova Primavera hoje, você não sabe a onde é beco, você não sabe a onde é rua, você não sabe onde é o acesso. Então, ficou um negócio assim muito ruim né? Na rua você tem maior controle, você vê em linha reta, você tá vendo todo mundo, tudo o que acontece. E esse negócio de muita entrada, muita saída, lá é beco, do outro lado é rua, ali parede... então, você, na verdade, não vê o que tá ocorrendo (Jerri Uilson, presidente da Associação de Moradores de Novos Alagados).

É tranquilo, porque as crianças brincam aqui no “quadrado”, aqui não passa carro então é mais seguro, tem esta pista aqui do lado que a gente tem medo de deixar as crianças perto dela. Elas brincam aqui, e vão pro outro brincar com as crianças de lá, acho que é um lugar melhor pra elas do que se fosse uma rua (Ana, moradora de Novos Alagados - Nova Primavera).

A padronização imposta pelos conjuntos, através da reprodução sequenciada de formas e cores, proporciona o surgimento de um movimento de resistência, através do qual, as transformações, realizadas na unidade original, exprimem a necessidade de produzir certa diferenciação, e de imprimir traços pessoais, a um imóvel produzido em série. Esta relação parece ser agravada pela baixa qualidade construtiva das unidades, que apresentam patologias diversas, como rachaduras e paredes perdendo o revestimento, com pouco tempo de uso, além de falhas grosseiras de acabamento, reforçado a percepção de que a produção de “habitação para pobres” não precisa ser bem feita:



Figura 166 - Acabamento cuidadoso, apesar da palafita.
Foto Vera Lazarotto.

As pessoas são diferentes, todo mundo veste um estilo diferente, usa um cabelo diferente, eu acho que a mesma coisa acontece com a moradia, com a casa. Então não é porque você mora numa área degradada, que você mora numa favela. Você tem a possibilidade de melhorar o aspecto, com madeira, com papelão, com bloco, com cimento, eu acho que a tendência, a própria evolução do homem tá aí né? Ele tem que buscar uma melhoria de vida uma qualidade, dentro do seu jeito, do seu estilo. Então assim, estas características na palafita ficam evidentes, cada um fazia... aqueles que tinham criatividade, com um pedaço de pau, um maderite, faziam seu puxadinho na frente, onde colocava as plantas,

recebia os amigos, um espaço pra receber a família. E era um negócio muito bonito mesmo, tinha essa questão da vaidade com a casa. Hoje, muitas famílias estão vendendo as casas, estão indo pra outras áreas, porque elas se decepcionaram, elas viram que o sonho delas não era aquilo ali. A própria estrutura, é fraca, os paralelepípedos estão afundando, quando chove o esgoto estoura em tudo quanto é lugar... Quando você olha de fora, até tem uma característica arquitetônica que reconheço que é até bonita, mas quando você chega dentro da casa, é uma escada de madeira, com difícil acesso ao primeiro andar, você chega no primeiro andar tem um tanque enorme dentro de casa, ocupando todo o espaço do quarto de cima. É um negócio pequeno, onde de fato não comporta o número de pessoas que morava, na

casa da palafita. (Jerri Uilson, presidente da Associação de Moradores de Novos Alagados).



*Figura 167 - Estreitamentos no sentido transversal.
Foto do autor.*

Apesar de descaracterizarem a concepção original do projeto, as transformações sucessivas promovidas nos conjuntos não se fazem desprovidas de parâmetros e limitações. Podemos muitas vezes encontrar referências informais que constituem quase um código alternativo de uso daquele espaço. Deste modo, no conjunto da Tóster, a busca de maior espaço para as moradias, diante da falta de referências nítidas, tradicionalmente estruturantes, como calçadas, ruas, praças, acabou promovendo os espaços livres, que conformam eixos longitudinais no conjunto, conectando a Avenida Suburbana à enseada, ao *status* de rua, logo, com maiores restrições às privatizações, determinando um espaço por onde se poderia eventualmente circular com veículos. Por outro lado, os espaços que configuravam ligações transversais assumiram uma situação menos privilegiada, portanto passíveis de serem estreitadas e não possuindo a garantia de circulação. Estabelece-se assim uma sobreposição, na qual coexistem os padrões de ocupação formal e informal, que permite a ocupação dos espaços indefinidos, produzindo uma recomposição do traçado funcional da rua através da privatização de espaços coletivos específicos.



*Figura 168 - Avanços "permitidos" no conjunto da Tóster.
Foto do autor.*

Tem que deixar a rua, com certeza... mas tem que medir, porque... tem que ter a metragem. Dois metros de distância, tem que botar dois metros, dois metro aqui assim, já serve. [...] É esse nosso limite, é isso que diz que a gente tem direito, porque tem que ficar uma passagem pro pessoal se movimentar, mas no caso dessa rua aqui de trás não tem que deixar porque não existe rua assim, só existe rua subindo, neste sentido não tem rua. Quer dizer, o muro dessa casa daqui pode pegar com aquele muro dali, porque não existe rua assim, só existe rua subindo. Você vê que a rua ali não é adequada, porque ali não é rua (Jane, moradora de Novos Alagados - Boiadeiro).

Para as unidades, a prática informal estabeleceu a possibilidade de fechamento dos balanços e os avanços, até cerca de 2m além do limite original da moradia, como aceitáveis, entendendo este perímetro como, de certa forma, pertencente à unidade original. Estes padrões se reproduziram e se legitimaram no uso, de tal modo, que, quando são desrespeitados, os próprios moradores se posicionam contrariamente e, muitas vezes, buscam até mesmo denunciar o “abuso”.

Proximidade e circulação

O processo de intervenção, ao transformar o padrão de moradia, de palafitas para terra-firme, transformou também o tecido urbano e a relação destas localidades com a cidade. Ainda que o a estrutura em palafitas significasse uma acessibilidade comprometida, riscos de acidentes e uma habitação precária, ela proporcionava, ao mesmo tempo, certo “fechamento” da localidade, que, ao ser atendida por apenas um acesso, único e limitado, assumia um caráter deslocado do tecido da cidade, conformando microáreas de convivência, que, à medida que se avançavam em direção à enseada, conformavam um território de proximidade cada vez mais fechado, nas quais só circulavam os moradores ou seus próximos.

E eu sentia que essa configuração da maré facilitava um tipo de ambiente... que você que entra nessa ponte aqui você só vai pra essas casas aqui, você não vai pra nenhum lugar mais, você não tá cruzando. Então dá a impressão que isola aquele grupo pra formar uma comunidade maior, né? Aqui ninguém cruza, a gente sabe quem tá chegando, e isso aqui cria um grupo... talvez até de trabalhar junto... eu acho que depois disso aqui eles perderam a sensação do que é meu espaço, do que é meu grupo. [...] E a gente precisa viver, ainda mais quando a gente vive assim com as pessoas que conhece já há muito tempo, a gente precisa um observar o outro... Cria uma certa afinidade né? Então, eu olho a sua casa e você olha a minha, e aqui tinha muito isso (Jerri Uilson, presidente da Associação de Moradores de Novos Alagados).

Com o aterramento da área, as áreas alagadas se transformaram em solo seco, permitindo a articulação de diversos novos caminhos, mas, ainda situados dentro de uma esfera de proximidade, visto que mantinham dimensões reduzidas e pouca linearidade e previsibilidade dos caminhos. A malha de circulação específica, com seus limites e barreiras informais, estabelecidos em um traçado de circulação imprevisível, estabelece certo isolamento de setores que são utilizados apenas pelos moradores e pessoas próximas. Entretanto, com a construção da via de bordo, o tecido, contínuo, amplo e linear, passa a conectar setores em uma escala muito mais ampla, inserindo estas áreas de proximidade em uma conexão direta com o conjunto da cidade, estabelecendo um fluxo incompatível com o padrão de sociabilidade e proximidade que se estabeleceu ali, rompendo, portanto, com a esfera de proximidade original, e quebrando a sensação de segurança que este isolamento proporcionava.

É, isso se quebrou, os laços nucleares e também familiares também. Porque você perde um pouco do controle de quem entra e de quem sai, de quem chega... A gente precisa de acesso, de movimentação, mas esses acessos muitas vezes também

trazem problemas. Antigamente quando era só palafita, o cara só tinha uma entrada, pra ele chegar nessa última casa aqui ou ele vinha de barco, ou ele tinha que passar aqui pela frente, hoje não, qualquer, qualquer beco que você entrar, você chega lá, entendeu? Então, de repente você se depara com, com toda uma situação na porta de casa que você não sabe de onde veio, isso tá trazendo muitos problemas de violência, assalto, tráfico de drogas... (Jerri Uilson, presidente da Associação de Moradores de Novos Alagados).

Deste modo, os moradores removidos da “maré” são levados a viver em um contexto urbano distinto do que estavam acostumados, uma situação urbana, que, mesmo geograficamente próxima da atual, possui marcantes diferenças quanto aos seus arranjos societários e sua estrutura formal, e, ainda que agora possam usufruir de relativa infraestrutura, passam ao mesmo tempo a arcar com encargos de manutenção, taxas e impostos, que antes, enquanto habitantes de um espaço juridicamente ilegal, não possuíam (SOARES, 2007a).

O conjunto habitacional e o não atendimento da função de inserção social são resultantes da lógica capitalista de segregação social na cidade moderna em que a dualidade da cidade formal e informal, legal e ilegal, representa a posição das classes sociais e dos gradientes de riqueza ou pobreza na expressão urbana. O urbanismo utilitário concebe os conjuntos habitacionais e fazem dele a sua representação mais ostensiva como se verdadeiramente cumprissem o que anuncia o discurso ideológico da solução da habitação popular (SOARES; ESPINHEIRA, 2006, p.60).

Ainda que se possam perceber os avanços qualitativos quanto à preocupação com a questão ambiental, com a qualidade espacial - através da recomposição de áreas verdes e do tratamento dos espaços coletivos -, e quanto ao atendimento às carências imediatas experimentadas por grande parte da população urbana de baixa renda, não atingem o âmago da questão que atualmente se coloca sobre o habitar no meio urbano:

Mesmo absorvendo as invasões e suas localizações na cidade, melhorando as condições materiais e sanitárias, poucos foram os avanços quanto à legalização fundiária, tratamento de espaços públicos, áreas verdes e questão ambiental, revisão e estabelecimento de parâmetros urbanísticos próprios, e, principalmente, quanto às possibilidades de inserção real dessas áreas na “cidade formal”, medidas estas indispensáveis para que sejam garantidas boas condições de habitabilidade e conforto para a coletividade, no ambiente construído do habitar na cidade (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.355).

D. Muros e limites

Em maio de 2009, a prefeitura do Rio de Janeiro construiu um muro de três metros de altura e 634 metros de comprimento isolando o Morro Santa Marta da mata que o circunda. O discurso oficial se apoiava na necessidade de conter o avanço das comunidades e proteger as áreas de mata nativa que cobrem as montanhas da cidade (GONÇALVES, 2010).



Figura 169 - Muro do Santa Marta.
Foto do autor.

Percebemos que onde elas não cresceram, são locais onde havia limitadores físicos. A ideia é proteger a comunidade de um lado e a Mata Atlântica do outro. Fica mais fácil a fiscalização e ajuda a dimensionar as ações nas comunidades (Ícaro Moreno²³⁵, Portal G1, 28.mar.2009)

O projeto, anunciado no início de 2009 propõe a construção de barreiras em outras 14 “comunidades”²³⁶, incluindo as barreiras “acústicas” ao redor da Linha Vermelha, executadas em dezembro de 2009, encobrendo a visão da favela da Maré, que margeia, por

um longo trecho, um dos principais corredores de acesso da cidade, conectando o Aeroporto Internacional Tom Jobim à Zona Sul.

A ideia de limitar com muros as favelas é recorrente, já em 1982, por iniciativa de um grupo de moradores do Alto Gávea, bairro de alta renda que faz fronteira com a favela da Rocinha, ergueu-se um muro de 500 metros de comprimento e três de altura, entre a Rua Sérgio Porto, na Gávea, e o rochedo do Morro Dois Irmãos.

Mesmo dentro da esfera governamental o assunto não é recente, durante a primeira gestão de César Maia (1993-1996), na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro foi proposta a construção de limites físicos, batizados de eco-limites. Mesmo sem grande adesão, ideia parece ter se estabelecido no ideário dos políticos cariocas, consolidando a visão de que crescimento da pobreza se combate com barreiras físicas. Em 2004, a prefeitura retomou a proposta, mas, desta vez, visando não apenas a ocupação irregular de barracos nas matas ao redor, mas também como forma de conter a fuga de criminosos pela floresta (RAMOS, 2009).

A justificativa, de contenção do avanço em direção as matas parece perder grande parte de sua legitimidade no momento em que a prefeitura, através do Instituto Pereira Passos, constata um processo de redução da mancha ocupada por favelas na cidade, sendo computados nos últimos dois anos, um encolhimento de 392 mil metros quadrados na área de ocupação informal. Seja através da saturação de espaços que permitam a expansão da ocupação, pelo controle exercido através dos mecanismos oficiais sobre os limites existentes,

²³⁵ *Presidente da Empresa de Obras Públicas - EMOP, responsável pela execução das intervenções no Santa Marta.*

²³⁶ *A um custo previsto de R\$40 milhões, o projeto inclui a construção de barreiras também nas “comunidades”:* Rocinha; Parque da Cidade, na Gávea; Morro dos Cabritos e Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana; Morro da Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme; Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, em Ipanema; Vidigal, no Leblon; e Benjamim Constant, na Urca.

A ilegalidade perde terreno

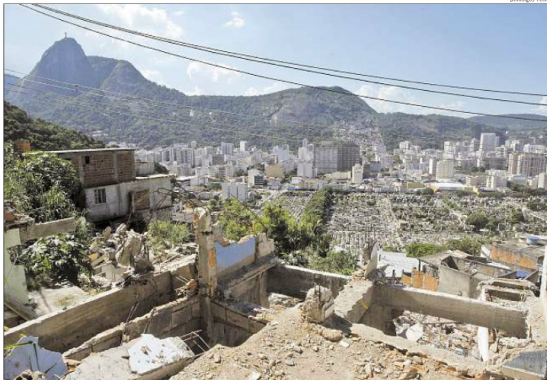
IPP constata que área ocupada por favelas encolheu nos últimos dois anos

Matamari Damasceno

A área ocupada por favelas na cidade está diminuindo. A constatação é de técnicos do Instituto Pereira Passos, que analisaram um levantamento aerofotogramétrico do Rio. Realizado pela prefeitura, o trabalho revela que, pelo segundo ano consecutivo, as comunidades perderam terreno. De acordo com os técnicos, as imagens mostram que cerca de 202 mil metros quadrados de terrenos ocupados de forma irregular foram recuperados nos dois últimos anos. Um espaço equivalente a 47 campos de futebol, bem distribuído por todas as áreas da cidade. Segundo o prefeito Eduardo Paes, o fato é inédito e seria uma consequência direta da política de reassentamento de famílias que moram em áreas de risco.

Paes afirmou que, desde 2009, 6.800 famílias de 80 comunidades foram retiradas de áreas ameaçadas. Desse total, 3.100 foram sido reassentadas com a ajuda de programas como o Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. O restante já teria sido indenizado ou estaria recebendo abrigo social. De acordo com o prefeito, até 2012, essa política de reassentamento, associada a uma série de outras medidas, vai permitir a recuperação de 3,5% da área ocupada pelas favelas no Rio no início do seu mandato.

— Há muita coisa acontecendo neste momento, o que me dá tranquilidade para dizer que, no ano que vem, a redução vai ser ainda maior.



CASAS DEMOLIDAS na Favela da Estradinha, atrás do Cemitério São João Batista, em Botafogo, uma das ações da prefeitura para remover famílias de áreas de risco

Figura 170 - A redução da área de favelas na cidade.

Fonte: O Globo, 30.jan.2011.

ou mesmo devido ao movimento de remoções das ocupações, em áreas de risco ou de proteção ambiental, podemos perceber, de modo geral, uma alteração no movimento de crescimento da mancha informal, que passou, nos últimos anos a recuar. O próprio morro Santa Marta, escolhido como a primeira favela a ser murada, não apresentava crescimento de sua área ocupada à mais de uma década, apresentando encolhimento de 1% entre os anos de 1998 e 2008, medidos pelo próprio IPP (GONÇALVES, 2010).

Uma matéria publicada no O Globo, no início de 2011, trazia uma lista das 20 favelas que apresentavam as maiores taxas de redução da mancha informal na cidade, a partir de um levantamento realizado pela prefeitura, e, entre elas figuravam três das ocupações que receberiam muros: Rocinha, Tabajaras e Babilônia.

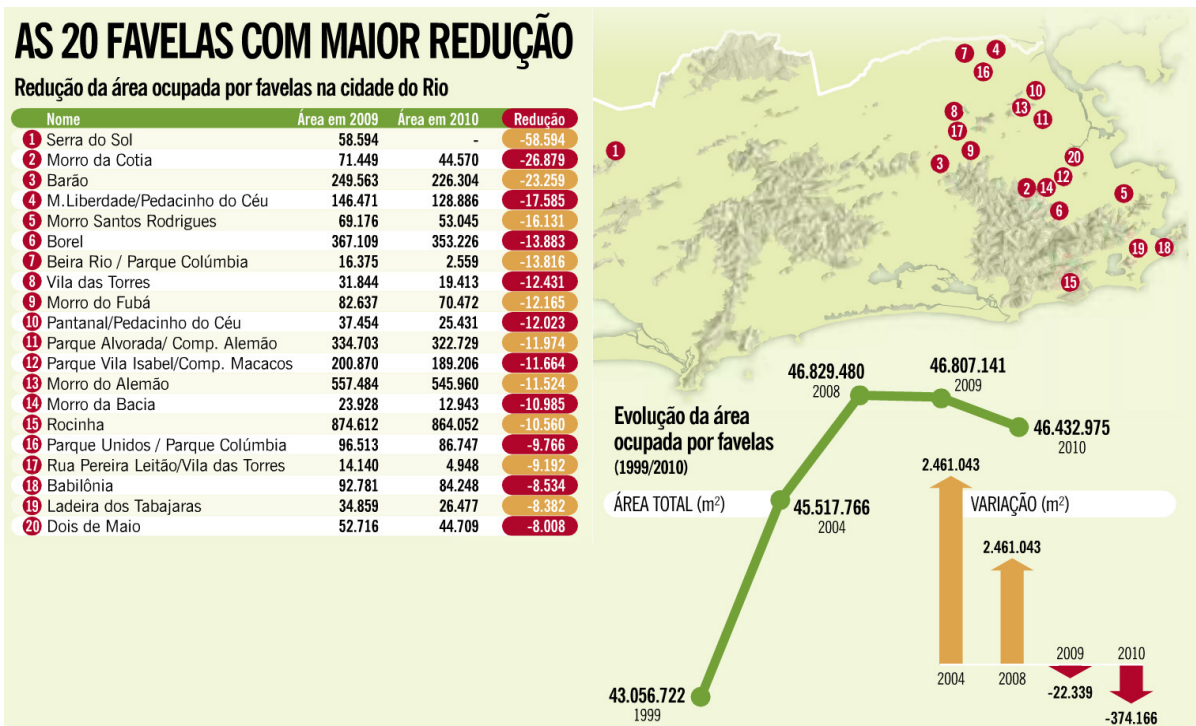


Figura 171 - As favelas com maior redução²³⁷ de área, na cidade, nos últimos anos.

Fonte: O Globo, 30.jan.2011.

²³⁷ A favela Serra do Sol, surgida em 2008 nas margens da Avenida Brasil, foi removida para um abrigo provisório da prefeitura e ocupará, até o final deste ano, um conjunto que está sendo construído nas proximidades, dentro do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo federal.

Este movimento de retração não significa necessariamente uma redução da pressão pela produção informal de moradias, mas sim que a expressão do fenômeno pode estar adquirindo uma nova forma, através do surgimento de novas ocupações que são combatidas, como a favela Serra do Sol, da expansão periférica, devida à grande mercantilização das ocupações centrais, ou mesmo da densificação das ocupações existentes, que muitas vezes apresentam um processo histórico de redução da mancha ocupada, associado a um movimento equivalente de densificação.

Para o caso específico do Morro da Babilônia, que, apesar de ter apresentado uma das maiores taxas de redução da área ocupada, na cidade, nos últimos anos, podemos constatar, entre 2007 e 2010, um forte movimento de adensamento, através da ocupação dos espaços livres remanescentes e da elevação vertical das moradias. As figuras 172 e 173 permitem demonstrar este processo, através da comparação de imagens do mesmo local, um trecho na área da Caixa d'Água, na parte alta da favela, mas ainda dentro dos eco-limites, separadas por um intervalo de menos de três anos.



*Figura 172 - Trecho da Rua Boa Vista em fevereiro de 2008.
Foto do autor.*



*Figura 173 - O mesmo trecho, em novembro de 2010.
Foto do autor.*

No caso do Santa Marta, uma antiga cerca, onde havia uma calha, de escoamento de águas pluviais, demarcava o limite da favela, que sempre foi respeitado, não por se erguer como uma barreira intransponível, mas por estabelecer um limite claro, uma ordenação simbólica forte, onde um gesto de invasão, uma moradia, por menor que seja, ao se instalar para além



*Figura 174 - Antiga cerca que limitava o Santa Marta.
Foto do autor.*

de tal demarcação se coloca em uma condição de forte visibilidade, sujeita ao controle exercido pela cidade, em um movimento no qual sua ação se isola do grupo e perdendo assim a força que a ação coletiva lhe fornecia. Os moradores tinham a consciência de que tal prática não passaria sem reação, por isto, a cerca, mesmo inexistente, continuou sendo respeitada por décadas. A figura 174 demonstra a relação com o elemento limitador. Nesta imagem a ampliação da moradia pode ser percebida como um gesto ousado, que destoa facilmente do entorno, ainda que tome o cuidado de não impedir a passagem de pedestres, entretanto, ainda assim, não ultrapassa o limite da vala.

Atualmente esta limitação perdeu sua força simbólica, que o limite visual nítido impunha, visto que o muro estabelece uma nova referência, assim, erguido cerca de 5 metros além da linha original serve, ao mesmo tempo de parâmetro delimitador e de proteção visual às novas invasões que já começam a aparecer nesta faixa encoberta pela mata.



*Figura 175 - Novas invasões, entre o antigo limite da calha e o muro, recém construído.
Foto do autor.*

Em Salvador, após a urbanização de Alagados, na qual, logo após a intervenção, novas invasões começaram a surgir em direção à maré, a partir dos fundos das casas ao longo da orla, onde, encobertas pelas edificações, escapavam da fiscalização. A situação, poucos anos após as obras, na qual as habitações em palafitas dominavam novamente toda a fronteira alagada, produziu uma significativa alteração de postura nas intervenções subsequentes.



*Figuras 176 e 177 - Projeção da Via de Bordo sobre as fotos de 1992 e 2005 de Novos Alagados.
Fonte: Conder.*

Assim, no projeto de urbanização de Novos Alagados, buscando conter o processo contínuo de invasões sobre o mangue, a Conder, instalou uma via de bordo, que contorna todo o perímetro da Enseada do Cabrito, isolando a ocupação urbana da área alagada e conectando a área ao sistema viário da cidade. Desta forma, sem utilizar um elemento diretamente associado às relações de segregação e controle, logo evitando suscitar as reações contrárias, ou discussões na mídia, que o projeto carioca experimentou, “ergueu-se” uma barreira simbólica, com efetiva função de controle e contenção da ocupação informal. Esta via, por garantir grande visibilidade à linha de “fronteira” da ocupação, permitindo que seja percorrida e expondo visualmente qualquer iniciativa de expansão em direção ao mangue, logrou estancar a produção de moradias sobre palafitas na enseada, com tal eficácia que o projeto Ribeira Azul, decidiu expandir a proposta, criando uma longa via litorânea contínua, através de todo o perímetro da Enseada dos Tainheiros e Cabrito.

Os exemplos, embora bastante distintos em suas características físicas e geográficas, são similares quanto à função primordial, para a qual foram construídos, compor uma barreira simbólica capaz de definir claramente o limite de expansão da favela e por em evidência qualquer atitude de ultrapassá-la. Seja em direção à água ou à mata a expansão é contida, muito mais pela quebra da condição de evolução difusa, “suave” e coletiva da ação, do que pela barreira física propriamente dita.

Deste modo, com o estabelecimento de limites referenciais claros, a expansão pode mais ser elaborada através de múltiplas intervenções individuais, postas em prática de forma paralela e gradativa, sobrepondo pequenos acréscimos sucessivos, produzindo uma “deformação” ao



*Figura 178 - Casas na “fronteira” da Babilônia.
Foto do autor.*

mesmo tempo contínua e “suave” da fronteira da favela. A partir de agora, ultrapassar o novo marco fixo, significa por em prática uma ação pontual e individual, executada em uma condição de grande visibilidade externa.

Esta nova relação com os limites²³⁸ da ocupação informal não significa que as demarcações anteriores não representassem uma restrição ao avanço, principalmente nas áreas nas quais eram realizadas fiscalizações periódicas. Entretanto estas

fronteiras seriam constantemente testadas, através de ocupações que se estendem além do perímetro previsto, mas nestes casos, permanecem precárias, aguardando sua sorte, que pode ser expressa na remoção ou na consolidação da área, como ocupação informal, pressionando por uma expansão da fronteira original.

Pra descobrir onde estão os eco-limites não precisa nem procurar as marcações, basta olhar onde está construído em alvenaria e onde permanece de taipa e madeira (Cesar, morador da Babilônia - Rua São Bento).



*Figura 179 - A precariedade das casas situadas além dos eco-limites na Babilônia.
Foto do autor.*

²³⁸ Estabelecidos entre a favela e suas possibilidades de expansão horizontal, ou seja em direção à mata ou às áreas alagadas, e não entre as favelas e a cidade, visto que esta já determina um limite à expansão informal.

E. UPP

Em dezembro de 2008 foi instalada no Santa Marta a primeira Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, ainda que imprecisamente descrita pela Secretaria de Segurança Pública do Estado como a primeira experiência de polícia de proximidade, esta experiência viria a transformar o modo de ação da polícia no estado do Rio de Janeiro que, há décadas parecia se pautar por uma linha única: a concepção bélica da guerra.

Foram décadas batendo cabeça com Bope, Core²³⁹, caveirões e soluções bélicas que alimentavam o horror. Sou uma entusiasta [...] da única solução possível, civilizada, humana e tecnicamente viável: o policiamento comunitário (Silvia Ramos²⁴⁰ - Pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes - Cesec/Ucam).

A ação das UPPs é baseada no policiamento comunitário, que pressupõe uma maior aproximação e um trabalho compartilhado entre o Estado e sociedade para a manutenção da paz. Entretanto, para isto depende da confiança da sociedade, principalmente da localidade onde é implantada, o que se mostra uma tarefa árdua, visto que se trata de instituições que já decepcionaram a sociedade incontáveis vezes e já apresentaram resultados negativos através de diversas propostas de policiamento comunitário, como o Posto de Policiamento Comunitário - PPC, o Destacamento do Policiamento Ostensivo - DPO e, mais recentemente, o Grupamento de Policiamento em Áreas Espaciais - GPAE (MATTAR; CHEQUER; DIAS, 2010).

Pensando a UPP e, olhando um pouco para trás, o GPAE²⁴¹ [...], foi uma experiência que, no início, foi apresentada também como uma tentativa de inovar a forma de o Estado, representado pela polícia, chegar até as favelas. E havia uma filosofia, uma concepção, mas que... em seguida... não teve uma avaliação compartilhada com a sociedade desta experiência... e esta política caiu em um limbo... e hoje se você for destas favelas onde ela existiu, você vai encontrar comentários bastante negativos. A UPP deveria olhar a experiência do GPAE e aprender com os erros e acertos desta política. Porque as vezes temos a impressão de estarmos inaugurando algo novo, e deixando de lado o acúmulo que nós temos de experiência da não-política de segurança deste estado (Itamar Silva²⁴²).

O projeto das UPPs conta, entretanto, com alguns diferenciais: para evitar a convivência dos policiais da unidade com o domínio dos bandidos, sem que tenham poder para impor a lei e controlar o território, elas só são instaladas após a retomada do território pelo Estado, que para isto se utiliza de um aparato mais poderoso e preparado²⁴³; em suas unidades são

²³⁹ *Coordenadoria de Recursos Especiais.*

²⁴⁰ *Apud Mattar; Chequer; Dias (2010).*

²⁴¹ *O Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais - GPAE foi implantado em setembro de 2000, no Rio de Janeiro, nas localidades do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho e Providência, e, no Morro do Cavalão, em Niterói, representando uma tentativa de incorporar uma prática de policiamento, que se diferenciava da ação militarista e repressiva usual, buscando uma maior integração com a população local (SILVA FILHO, 2009).*

²⁴² *Depoimentos ao autor, em Agosto 2010.*

²⁴³ *Representado usualmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, ou até mesmo as forças*

alocados policiais recém-formados, buscando agentes que estejam livres dos chamados “vícios da corporação”; possuem um comendo descentralizado, com a presença constante de seus capitães no local, buscando o comprometimento e a capacidade de adaptação da ação às particularidades locais; são programadas ações de aproximação com a população local, como entrega de donativos e cursos especiais como os de artes marciais (MATTAR; CHEQUER; DIAS, 2010).

Elaborado através da proposta de redução da sensação de insegurança, se distanciando da antiga, e desgastada, fórmula da simples repressão, o projeto das UPPs reconhece a impossibilidade de se eliminar o tráfico de drogas nas favelas, mas assume como objetivo principal a retomada do controle do território pelo Estado.

Não é atividade fim da UPP acabar com o tráfico de drogas, mas minimizar ou levar para níveis civilizados. Se tem na Vieira Souto, não vai ter no morro? Mas isso não significa que não vamos combater o tráfico (Roberto Sá²⁴⁴ - Subsecretário de Planejamento e Integração Operacional do Rio de Janeiro).

Em depoimento ao Observatório de Favelas²⁴⁵, o prefeito do Rio de Janeiro, reafirma esta necessidade através da complementaridade dos projetos urbanísticos com a política de segurança:

É preciso a devolução do monopólio da força ao Estado para que o Morar Carioca dê certo [...] não dá mais para a RioLuz ter um programa especial para trocar lâmpadas em favelas. Não pode ter um tratamento para a favela e outro para o restante da cidade [...] A cultura da prefeitura tem que mudar, a Secretaria de Obras tem que cuidar de buracos tanto dentro quanto fora das favelas (Eduardo Paes²⁴⁶ - Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro).

Por outro lado, o programa também recebe críticas, entre as quais podemos citar a falta de programas de requalificação dos jovens saídos do tráfico e a falta de um programa integrado de atuação social:

Infelizmente, não foi pensado como projeto integrado, social, ambiental, cultural e urbanístico. Mas à medida que você tira o controle de território, você autoriza a entrada não só de outros órgãos do Estado, mas também da vida privada [...] É preciso entrar com polícia e programa integrado. O desafio é criar programas sociais nas UPPs, criar indicadores, sair desse oba oba que é a cultura do assistencialismo (Silvia Ramos²⁴⁷ - Subsecretária de Ação Social para UPPs).

Entretanto, mesmo com ajustes necessários, temos que concordar que a UPP significa uma

armadas, conforme visto no episódio da retomada do Complexo do Alemão, no final de 2010.

²⁴⁴ Apud Mattar; Chequer; Dias (2010).

²⁴⁵ Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP, criada em 2001, com sede na Favela da Maré, no Rio de Janeiro.

²⁴⁶ Apud Castro (2010).

²⁴⁷ Apud Mattar; Chequer; Dias (2010).

forma inovadora de repressão ao crime; que os indicadores locais, razoavelmente confiáveis, têm mostrado, de modo geral, a obtenção de bons resultados nas localidades onde atuam, percebidos principalmente através da melhora do sentimento de segurança e da redução, ainda que longe de ser eliminada, da arbitrariedade policial, fruto da “tentativa de inculcar nos contingentes, que operam as UPPs, disposições de uma relação civilizada com a população moradora do local” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p.2).

No rastro dos resultados diretos, de eliminação da violência ostensiva dos bandos armados e do controle estatal do território nas comunidades ocupadas, é marcante o massivo apoio que a iniciativa encontrou na mídia, na qual, além das constantes matérias sobre o fim do tráfico armado, sobre os direitos e cidadania ampliados e sobre a valorização dos imóveis nas favelas e nos bairros circundantes, alguns cadernos especiais, com nomes como “Favela Livre²⁴⁸” e “Democracia nas Favelas²⁴⁹” se debruçam sobre a questão, expondo detalhadamente a transformação na vida nas favelas, a recepção da população local e os desdobramentos possíveis no morro e no asfalto. Esta cobertura estimula uma confiança, desprovida de maiores questionamentos, ampliando as expectativas positivas quanto à segurança a toda a população da cidade: “o que sustenta o entusiasmo acrítico com as UPPs é a esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola

a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível que pode por a perder a própria experiência das UPPs” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p.1).

Nessa dinâmica não tem espaço para a crítica, não tem espaço para você discordar de qualquer coisa. Parece que tudo que você fala é: Ah, então melhor é o tráfico né? Então você é contra a presença do Estado? Não, de forma nenhuma, e eu falo porque a minha posição eu sempre defendi mais Estado na favela. Agora, que tipo de Estado? Que tipo de articulação e diálogo ele estabelece com esses moradores?(Itamar Silva²⁵⁰).



Figura 180 - Exposição na mídia da atuação e efeitos positivos das UPPs
 Fonte: O Globo, 11.Ago.2009; 19.Dez.2010; 13.Fev.2011.

248 O Globo, Dezembro, 2010.

249 O Globo, Agosto, 2009.

250 Entrevista revista Fazendo Media, 22 Abril 2009.

Ao mesmo tempo o programa não é destinado a todas as favelas do Rio de Janeiro, mas apenas aos locais com características, sob forte influência da criminalidade, com a presença de grupos ostensivamente armados. Deste modo, às outras favelas resta a mesma política de enfrentamento que há tempos conhecemos através de seus efeitos violentos expostos nos noticiários (MATTAR; CHEQUER; DIAS, 2010).

Não há política pública de cidade, É preciso romper com a ideia demonstrativa. A vitrine é o Santa Marta, então, a gente faz a guerra em Senador Camará (Pedro Bocaiúva²⁵¹ - Professor da PUC-Rio).

Evidentemente, uma “polícia pacificadora” só é necessária nas áreas onde não há paz, e, ainda que os critérios, para a definição das áreas, não sejam divulgados, é perceptível que se volta aos territórios da pobreza: “o resultado é que as UPPs contém, na prática, uma dimensão de reforço à secular dualização da cidade, que deu margem ao título do conhecido livro de Zuenir Ventura, ‘cidade partida’. Em outras palavras, pelo menos em parte as UPPs são o oposto do que pretendiam ser” (MACHADO DA SILVA, 2010b, p.2).

A UPP, nos últimos anos, é uma oportunidade única que nós temos, no Rio de Janeiro, da gente avançar um pouco no tema da segurança pública. No entanto, se isto nos bastar a gente está fadado a muito rapidamente chegar ao limite de esgotamento deste “novo” que chegou. O risco que a gente corre é enorme, não só para quem mora na favela, ou para quem mora em favela pacificada, mas para a sociedade e para os cidadãos desta sociedade. Porque a gente pode lembrar, na época dos Jogos Pan-americanos, quando o exército ocupou as ruas. O Exército [...] é uma reserva de força de controle neste país, e, quando o exército chega ao Rio de Janeiro e mete os pés pelas mãos, quando ele comete as mesmas atrocidades, os mesmo erros, da polícia corrupta do Rio de Janeiro (vamos lembrar o episódio da Providência, para ficar apenas neste caso), você jogou fora a esperança e a expectativa em alguma coisa que, num momento limite, poderia chegar e atuar. [...] Quando a UPP aparece e ganha o espaço que ganhou nos meios de comunicação, e aparece como a saída para a questão da violência, da violência armada no Rio de Janeiro, um possível esvaziamento desta política, ou o esfacelamento dela, é muito negativo para toda a sociedade, nós iríamos passar mais 20-30 anos, talvez 50, para inaugurar outra iniciativa que tivesse, minimamente, o apoio coletivo. Por isto temos que cuidar com muita agudeza desta questão, e cuidar não significa sempre dizer amém ou apoiar, cuidar significa fazer as críticas necessárias para a gente avançar [...] ela tem que dialogar com a sociedade organizada (Itamar Silva²⁵²).

Por outro lado, as alterações trazidas pelas UPPs parecem ser muito mais efetivas na tarefa do rompimento das barreiras simbólicas, que se ergueram entre a favela e cidade, do que os próprios projetos de urbanização e infraestrutura, que pretendiam realizar esta “costura” através de uma ação focada na estrutura física do espaço. Em sua proposta de atuação, acreditava-se que as intervenções urbanas seriam capazes de estabelecer a diluição das fronteiras materiais: ao incorporar elementos do urbanismo formal, ao romper com as

²⁵¹ *Apud Mattar; Chequer; Dias (2010).*

²⁵² Durante o Seminário: “Qual é o Futuro das UPPs”, promovido pelo Ibase e pela Fundação Heinrich Böll, no dia 24 de Novembro de 2010, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

barreiras de acessibilidade, ao conectar, minimamente, estruturas viárias, aparentemente incompatíveis, e, ao proporcionar elementos ordenadores, capazes de inscrever alguma regularidade morfológica nas áreas de informalidade urbana, as transformações urbanas desenvolveriam um processo de integração - que não pode ser confundido com a submissão, ou com a absorção de um pelo outro, perdendo-se as características próprias, mas através de um denominador comum e o respeito às diferenças -, capaz de diluir, igualmente, as fronteiras simbólicas (MAGALHÃES, 2004).

A forte redução da percepção do risco e da violência, que a retomada do controle do território e a eliminação dos grupos fortemente armados permitiram, ainda que não possa ser percebida como uma transformação do estigma, e da percepção que tradicionalmente associava violência e pobreza, permite que estas localidades sejam entendidas como uma realidade possível para as favelas. Desta forma, como uma “favela diferente das outras”, transformam o medo em curiosidade, se juntando a um movimento que explora *voyeuristicamente* estes espaços como *locus* de uma pobreza turística, “uma pobreza emoldurada, anunciada, vendida e consumida com um valor monetário acordado entre promotores e consumidores em diferentes partes do mundo” (FREIRE-MEDEIROS, 2010, p.34).

Novos ângulos para velhos cartões-postais

Pacificação de favelas faz com que cada vez mais turistas procurem as comunidades, incrementando um novo mercado de trabalho para os moradores das áreas ocupadas

Apar invadiu o coração de comunidades do Rio de Janeiro que eram dominadas pelo tráfico e abriu as suas portas para os turistas. Com 16 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) beneficiando mais de 20 favelas — algumas delas com os melhores ângulos com vista para o mar da Zona Sul —, era de se esperar que, além dos outros benefícios do programa de segurança, também houvesse impactos no turismo. Cariocas e visitantes estrangeiros estão descobrindo aos poucos que, lá do alto, a visão das maravilhas da cidade é muito melhor.

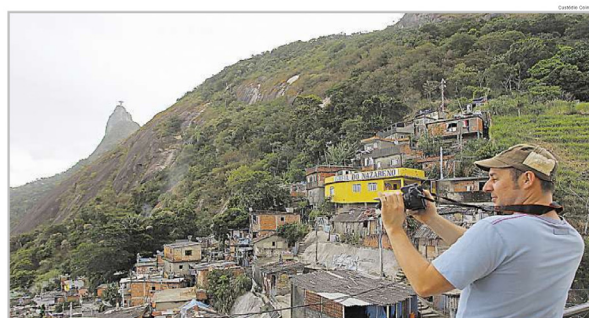


Figura 181 - O turismo de carona na pacificação da favelas.

Fonte: O Globo, 01.Mar.2011.

Assim, ainda que este processo tenha feito com que uma parcela de moradores da cidade, que “nunca tinha entrado numa favela”, tenha percorrido o morro em meio a grupos de turistas estrangeiros, resta entendermos até onde esta “convivência” significa uma interação ou aproximação real.

O morador fica meio impactado, não sabe como lidar com essa história. [...] É uma experiência de convivência e de entendimento [...] mas essa coisa meio voraz de todo mundo entrar com umas câmeras apontando para a sua casa, isso é muito complicado. O morador não reage, ele fica meio atônito, alguém diz que isso é bom porque alguém vai ganhar dinheiro e aí deixa pra lá. Isso é que me incomoda profundamente, porque o deixar pra lá faz com que as coisas vão se consolidando e o morador não percebe que ele vai perdendo a capacidade de gerir o destino daquela

comunidade coletivamente (Itamar Silva²⁵³).

Uma questão paralela, que se apresentou quase como um efeito colateral inesperado, foi a procura, por parte da população, das Unidades da UPP, para a solução de conflitos e divergências internas, que antes ficavam sem solução ou tinham a mediação das Associações de Moradores. Após décadas de completa ausência de mecanismos oficiais que pudessem promover, minimamente, o acesso à justiça e a garantia aos direitos básicos da cidadania, a implantação de uma instituição, que adquire a confiança de grande parte da população, através do combate a criminalidade e do empenho na manutenção da ordem local, esbarra na indefinição de seu papel na localidade, que não é percebida de forma homogênea.

Porque o papel da polícia é pegar os bandidos, acabar com o tráfico, mas agora a polícia está botando regra em tudo. No morro, antes se você desse uma festa enquanto tem bebida, tem comida, tá rolando, vai até a hora que for. Mas agora eles aparecem e dizem que tem gente reclamando, querem por fim na festa, querem tomar conta da vida da gente (Marcela, moradora do Santa Marta - Meio do morro).

Ainda que a fragmentação e a dualização urbanas sejam um problema muito mais amplo, que escapa do horizonte de atuação da UPP, nos cabe questionar sobre as possibilidades efetivas de redução da desigualdade embutida nos procedimentos de manutenção da ordem pública, ou melhor, uma promoção da cidadania dos subalternos de toda a cidade (MACHADO DA SILVA, 2010b).

Como é possível a gente conviver numa cidade onde existem alguns territórios, ou mais especificamente algumas favelas, onde esta política chegou, e, pra onde acorreram também vários projetos sociais, mas que em outros territórios, o confronto, a truculência e a arma pesada continuam sendo o padrão de referência da cidade [...] como a gente compatibiliza este olhar sobre a cidade (Itamar Silva²⁵⁴).

Dentro da perspectiva de integração, segundo a qual, as favelas deveriam ser entendidas como parte componente, e integrante, da cidade oficial, a garantia de acesso a serviços e direitos a uma parte da população, e a outra não, deixa ainda mais marcante a condição de injustiça e desigualdade existente nos ambientes urbanos. Por outro lado, a sobreposição de ações urbanísticas, que apresentam uma melhora da acessibilidade e infraestrutura urbana, à uma condição de percepção de segurança, garantida pela UPP, provoca um forte aumento da atratividade destes espaços, e o conseqüente aumento da pressão por uma expulsão branca. Neste sentido, parte das vantagens econômicas da moradia na favela, que eram garantidas através da informalidade, das ligações clandestinas²⁵⁵, ou do não pagamento de diversas taxas ou serviços, seria eliminada com o controle urbanístico ampliado. O que, associado ao forte processo de valorização percebido, não apenas nas favelas, mas também nos bairros ao redor

²⁵³ Depoimentos ao autor, em Agosto 2010.

²⁵⁴ Seminário: Qual é o Futuro das UPPs, 24 de Novembro de 2010.

²⁵⁵ A Light, companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, possuía, antes das intervenções de urbanização e "pacificação", 80 clientes cadastrados no Santa Marta, dos quais, apenas 50% pagavam a conta. Hoje conta com 1.543 clientes (MATTAR; CHEQUER; DIAS, 2010).

das áreas “pacificadas”, provoca um forte aumento no vetor de substituição da população original por classes de maior poder aquisitivo. Afinal, se o movimento em direção às favelas se deu por não poderem pagar pela moradia na cidade formal, quais são os mecanismos que possibilitarão esta população pagar pela favela tornada bairro?

A maior preocupação que moradores e moradoras do Santa Marta precisam ter hoje é como garantir a sua permanência na chamada “favela modelo”. Pois o controle social feito pela polícia, a intervenção urbanística feita pelo Estado, sem discussão com moradores, o aumento constante da conta de energia elétrica, as várias taxas que estão para chegar: água, IPTU, etc. e o assédio das pessoas querendo comprar uma casa na favela podem, em médio prazo, mudar a composição do Santa Marta (Itamar Silva²⁵⁶).

²⁵⁶ Apud Mattar; Chequer; Dias (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho tentamos descrever e analisar todo o processo de formação e desenvolvimento das ocupações informais de moradia nas metrópoles brasileiras, focando especificamente a ação tática, desenvolvida cotidianamente por estas populações, como forma de articular movimentos de resistência em prol de uma melhor inserção social, econômica e política na cidade.

Podemos perceber que o processo se origina através de um movimento de segregação, que rompe a organização socioespacial estabelecida, excluindo as classes menos favorecidas de um cenário que permitia certa partilha do espaço na cidade, no qual, ainda que sob condições de existência distintas, era possível a coexistência. Neste momento são estabelecidos parâmetros de ocupação do espaço urbano que desencadeiam processos alternativos de produção espacial, pautados pela necessidade de permanecer conectados, logo próximos, à cidade e, ao mesmo tempo, compatibilizar a impossibilidade de atendimento às diretrizes urbanísticas estabelecidas, escapando do espaço, controlado e normatizado, da cidade.

Esta relação, frente à cidade formal, se desenvolveu de uma maneira dinâmica, com momentos de afastamento e aproximação, mas que, apesar da condição hierarquicamente inferior, foram capazes de permanecer nas proximidades e, de certa forma, conectados à cidade e se desenvolver ali, segundo uma lógica particular que escapava a esta.

Foi através da ação tática que se tornou possível, a esta população deslocada, equalizar este novo posicionamento. Ao elaborar práticas espaciais de adaptação e resistência desenvolve-se a produção de um espaço urbano que porta a especificidade inerente à precariedade, mas que também é capaz de expressar uma maior proximidade entre a experiência prática cotidiana e sua organização sociopolítica. É pela tática que a favela existe, é através dela que a favela se fundou e se articulou com a cidade. Ao decidir se desalojar das regras do sistema, e, ao mesmo tempo, não confrontá-lo, articulando um embate que buscava um reposicionamento, mas não a sua oposição direta, uma reinserção nas suas estruturas, e não a sua desestruturação, buscava, ao se desenvolver em suas fissuras, extrair o máximo possível de uma estrutura fortemente hierarquizada.

Assim, o que motiva a tática não é contestar o sistema, mas a possibilidade de se inserir em uma melhor condição, criar modos de inserção, reinventar seu posicionamento.

Após décadas de existência a condição favelada se consolidou socialmente, criando práticas, e um *habitus* específico, que permitiu transformar a produção espacial de forma criativa e adaptada à nova realidade. Desta forma se produz um espaço com uma materialidade específica, na qual seus moradores parecem se posicionar de forma ambígua frente à cidade

formal, uma situação de atração e repulsa: atração pela condição privilegiada, pelos serviços disponíveis e estrutura física do espaço, mas repulsa por ser a origem do estigma, do preconceito e da repressão que os assola. De modo que muitos afirmam que se sentiriam inadaptados na cidade, acreditando que seriam vistos como estranhos e sofreriam o estigma sem poder contar com o espaço de segurança apropriado que hoje têm na favela. A grande luta não seria, portanto, pela condição de existência e organização social da cidade, mas sim contra a condição socialmente hierarquizada o poder e qualidade de vida, dos quais aquele espaço é representativo.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida (BOURDIEU, 2008, p.163).

Embora fosse inicialmente percebida como uma situação provisória, que deveria se resolver com o desenvolvimento urbano da cidade, após mais de cem anos de sua origem, nenhuma medida, realmente significativa, foi tomada para alterar a lógica segregadora, que não garantia o espaço dos pobres na cidade, e, assim a consolidação destas ocupações se tornou uma realidade em nossas cidades.

Cabe ressaltar que pensar o espaço informalmente produzido, através do foco nas suas características de produção e gestão e gestão deste espaço, elaboradas através de regras, e de uma ética, próprias, estruturadas pela lógica da necessidade, da antiguidade e da resolução local e autogerida das divergências, não significa entendê-lo como um espaço desprovido de conflitos e disputas internas. Este espaço refletirá a hierarquização socioeconômica que se expressa na cidade como um todo, suas disputas e as forças que impelem os mais fragilizados em direção às áreas periféricas, uma segregação que pode inclusive impedir o acesso ao espaço da favela, ou ao menos àquele livre da ameaça das remoções.

Da mesma forma, dadas as limitadas possibilidades reais da ação tática, ainda que tenham sido capazes de garantir a permanência desta população em uma condição de "proximidade" peculiar e, que tenham logrado produzir alterações nas práticas dominantes, que resultaram em projetos de integração deste espaço através de políticas urbanizadoras, em nenhum momento pode-se dizer que a produção informal tenha conseguido a elaboração de um espaço de habitação que escapasse da condição de uma inserção hierarquizada no espaço da cidade, assim como de um território livre do estigma e da segregação que sempre foram associados a estas populações. A inserção na cidade permanece segregada e periférica. O distanciamento simbólico persiste.

O território metropolitano se organiza segundo um sistema de distâncias e oposições que insere os grupos sociais no espaço social, de forma que este se caracteriza por uma nítida

projeção das linhas de divisão da sociedade, de tal forma que habitar, pertencer ou elaborar sua inserção territorial em um lado ou outro de tais fronteiras não é indiferente. A produção espacial informal logrou produzir, no interior dos espaços dominados pelas classes superiores, territórios populares que geram uma inevitável proximidade geográfica entre grupos inseridos em posições opostas no espaço social. Entretanto, através da estrutura hierarquizada do espaço social brasileiro e da forte distância social, resultante das condições díspares de vida a proximidade não se torna suficiente para impedir que as relações sejam marcadas pelo distanciamento e pela subordinação dos moradores da favela (RIBEIRO, 2009).

A ocupação alternativa se expandiu e se consolidou na cidade, se tornando, cada vez mais, parte integrante e permanente desta. Entretanto, sua consolidação não significou uma redução no estranhamento, no preconceito e estigmas sofridos frente à cidade formal, que, ao longo deste período não poupou esforços na tentativa de remoção destes espaços degradados. Este ímpeto mostrou-se infrutífero diante da inadequação da proposta apresentada, de deslocamento para áreas periféricas, com rompimento das redes locais que se inscreviam nestes territórios informais, e com inserção em uma estrutura rígida, desconectada do padrão de produção espacial que se desenvolveu e se consolidou, como materialidade e como práticas, nestes locais. A flexibilidade e adaptabilidade das táticas permitia a estas favelas se reconfigurarem no espaço urbano com muito mais facilidade que o combate realizado pela operação de "limpeza" Estatal.

Entretanto, através da produção informal, as populações segregadas conseguem mais do que a simples permanência em uma localização privilegiada. A tática de produção informal do espaço, que exige do morador a sobrevivência em condições precárias, a resistência para permanecer na terra ocupada, a luta pela conquista de serviços básicos e o trabalho empregado na autoconstrução, garantem, por outro lado a produção de uma moradia que seria inicialmente incompatível com as suas possibilidades financeiras. Desta forma, sem condições para a aquisição, a cada cômodo novo, a cada acréscimo, um avanço em direção a uma melhor qualidade de vida ou a maior renda.

Trata-se de um ganho paulatino, e continuado, que promove a maior atratividade do espaço da favela pelo trabalho, e táticas, agregados. Entretanto, esta maior atratividade pode significar, igualmente, a exposição a um movimento de substituição desta população original, por camadas de maior renda.

Esta relação se torna mais aguda quando este espaço passa a ser transformado também por intervenções estatais, que produziriam alterações abruptas, com provisão de redes de infraestrutura, saneamento e acessibilidade, rompendo o equilíbrio econômico estabelecido pela informalidade e através da alocação de recursos de forma difusa e constante.

Deste modo, ao fornecer uma casa em um padrão destoante, ainda que para melhor, do resto da estrutura socioeconômica da família, a intervenção estatal gera um desequilíbrio na alocação dos escassos recursos familiares, normalmente medidos e parcimoniosamente administrados às necessidades de alimentação, transporte, vestuário, lazer, etc. Ao se deparar com a posse de um bem que, de certa forma, significa um volume de recursos desproporcional à sua administração usual, o morador prefere abdicar do benefício acumulado em apenas um aspecto, para distribuí-lo de forma mais equânime entre as outras possibilidades. Ou seja, através da venda da casa recebida acaba “trocando” a elevação do padrão da moradia, que mesmo percebida como algo positivo estaria demasiadamente concentrada em apenas um aspecto, por benefícios melhor distribuídos nos diversos segmentos que constituem seu padrão de vida.

Assim, se a mobilidade residencial percebida nos assentamentos informais, após uma melhoria nas condições de saneamento ou urbanísticas promovida por um programa público, se manifesta sempre sob a forma de uma “expulsão branca”, com a substituição das famílias originais por outras com nível superior de rendimento, e a atividade regular de um mercado informal de solo atuando nestas áreas demonstra que esta mobilidade não está restrita a momentos específicos (ABRAMO, 2007b), podemos entender que o ganho de atratividade, produzida tanto na de forma abrupta e eventual, através da execução dos projetos de urbanização estatais, quanto ao longo do constante e paulatino processo de consolidação da ocupação, contribui para a percepção da moradia como um produto de maior valor, tanto de uso, quanto de troca.

Da mesma forma, a atratividade acumulada nas favelas centrais pode proporcionar condições de vida, que, a parte o estigma da pobreza e violência, não pode ser acessada, por valores compatíveis, na cidade formal.

O que levou as pessoas para a favela, no início, é a mesma dinâmica que faz com que elas permaneçam na favela. Qual é a alternativa de quem quer sair da favela? Por exemplo, meu salário me permite alugar um apartamento na zona sul. Mas eu não quero porque a casa que eu tenho no Santa Marta é grande e o apartamento que eu poderia alugar é muito pequeno. E significaria uma carga enorme [de outros custos] que eu teria que abrir mão de uma série de outras coisas, se eu optasse hoje por morar na zona sul. Mas eu nasci e me criei na zona sul, em Botafogo, é aí que eu quero morar e não em Cachambi, em Campo Grande, Nova Iguaçu. Eu quero morar onde eu nasci, no lugar que eu conheço. [...] Então essas pessoas continuam sem alternativa. Elas tem que morar aqui. Como a cidade não oferece outras oportunidades, ela tem que continuar morando aqui. E o mais grave: os filhos que casam não tem alternativa. Tem que ficar aqui, continuam morando aqui. Isso é um problema, porque o Santa Marta quer expandir e há um controle explícito do poder público, de não poder construir, não poder isso nem aquilo [...]. Eu tenho um sobrinho que casou agora, ganha pouco e tal, e aí? Vai morar aonde? Nem no Santa Marta. Ele só pode morar no Santa Marta porque meu pai morreu em dezembro, e a gente vendeu a casa e juntou dinheiro de um e de outro pra comprar uma pra ele. Senão ele teria que morar num quartinho da mãe dele ou da sogra, porque hoje não

tem alternativa de construir no Santa Marta. Isso é uma limitação, não tem espaço mais. Ah, vou ocupar esse espaço aqui. Não dá. Tudo tem dono. Ou tá ocupado ou tem dono (Itamar Silva²⁵⁷).

Deste modo, a adaptabilidade tática exigiu alterações na estratégia dominante, enquanto, cada vez mais, conquistava um espaço definitivo na cidade - respaldado pela consolidação de direitos que espelhavam tanto o exercício da resistência quanto à força política do voto, cada vez mais universal. Entretanto, as políticas urbanizadoras implantadas pareciam sofrer de um mal crônico, a ação focada no espaço físico, e não tanto na população que ali vive.

A favela não é uma terra arrasada pela delinquência a ser recuperada pela cidade. É o terreno de uma nova ordem de relações e o desafio permanente a um país e a uma cidade que teimam em excluir, que perseveram na desigualdade e que reproduzem algumas das piores formas de viver (SILVA; MIRANDA, 2004, p.9).

Com o processo de expulsão branca podemos perceber que as ações produziram (ou buscaram) resultados diretos sobre o espaço, e não sobre os moradores. Esta situação levanta uma questão a respeito dos reais objetivos da ação: se estaríamos diante de uma real perspectiva de integração e atendimento às classes fragilizadas no espaço da cidade, ou de um projeto de melhoria espacial das cidades para as classes dominantes, que, obrigadas a conviver lado a lado com a informalidade, buscariam melhorar, e valorizar, o espaço da cidade formal, através da redução da interferência negativa, ou da degradação, que se originaria nas favelas.

Deste modo, a intervenção sobre o território permanece, mesmo que a médio e longo prazos signifiquem, em realidade, o atendimento a uma classe média baixa, que assume parte dos imóveis destas favelas, bem localizadas e agora bem atendidas pela infraestrutura e serviços urbanos. Um procedimento que reproduziria uma questão histórica no país, na qual propostas de moradia popular atendem um público de maior renda, deixando as camadas realmente baixas se equilibrando em uma tênue linha entre a moradia urbanizada e o retorno à condição segregada.

Ao mesmo tempo, o pensamento estruturador da proposta parece se alinhar às ideias de Turner (1990; 1972), referentes à eficiência de produção do espaço popular e autoconstruído, segundo as quais, para solucionar o problema da habitação o Estado deve se abster de produzir diretamente às moradias e trabalhar provendo a estrutura urbana e promovendo as iniciativas populares de produção da moradia.

Parte-se do reconhecimento de que as populações locais, por sua conta e risco, lançaram mão de formas e métodos quase sempre improvisados para construir, ao longo do tempo, uma estrutura urbana, ainda que fora dos padrões 'oficiais'. Daí considerar-se imprescindível o aproveitamento dessa estrutura principal já existente,

²⁵⁷ Depoimento ao autor, em Agosto 2010.

complementando-a não com ações pontuais, ao contrário, com projetos abrangentes de urbanização, paisagismo e arquitetura (PCRJ, 1999, p.47).

Por outro lado, diante da difusão de espaços informais nas cidades brasileiras, às camadas dominantes restava exercitar as possibilidades de controle, ocultação, restrições ou limitações à expansão informal. Principalmente quando estas passaram a ser fortemente associadas à origem da violência urbana que ameaçava a cidade como um todo.

Enquanto o vazio estatal abria o espaço para a composição de territórios da violência, assim como para a consolidação de uma “desordem” estrutural, as possibilidades reais de controle destes espaços parecem se organizar, a partir de políticas urbanizadoras, que buscam a integração destes espaços (ao menos morfológicamente) à cidade formal.

Integrar significa um melhor atendimento das necessidades estruturais, uma melhor oferta de serviços públicos e mesmo a tentativa de diluição do estigma informal, mas, significa também trazer para a esfera controlada, para dentro do universo administrado pelas instituições e regras urbanísticas e jurídicas estabelecidas pelo aparato oficial. Significa a sujeição às determinações urbanísticas, econômicas e jurídicas, o pagamento de taxas e impostos, além de um maior controle sobre as ações desenvolvidas nestes espaços.

Mas, acima de tudo, principalmente quando a integração se faz pautada por determinações urbanísticas que favorecem o controle à expansão e proliferação destas ocupações informais, significa traçar uma nova fronteira de segregação. Ao incluir a população informalmente estabelecida, em um processo que busca uma maior integração à cidade, ainda que de forma desequilibrada e incompleta, integra-se também a uma regulação urbanística, que, ao dotar estes espaços de muros, limites e vias de bordo, sem uma transformação estrutural significativa na conjuntura socioeconômica posiciona as camadas ainda não estabelecidas, assim como as novas gerações surgidas nestes espaços, do lado de fora da nova linha divisória que determina a separação entre o padrão aceito e o segregado. Situação que parece nos posicionar novamente no início do processo.

Tanto as táticas, populares e difusas, quanto as estratégias, que organizam as práticas dominantes, se reelaboram constantemente, uma em função do posicionamento, e da ação, da outra. Deste modo, se podemos, por um lado, entender o processo do “desvio”, realizado pela população segregada, que, deslocada do espaço urbano através da regulamentação higienista, reescreveu seu espaço na cidade de forma alternativa, se organizando e se consolidando nos espaços informais que constituíram as favelas, que, após décadas de resistência, ao serem oficialmente reconhecidas, através de processos de regulamentação fundiária, fecha-se um ciclo, com o qual garantem o acesso à cidade, e à terra urbana, exatamente o que lhes foi inicialmente negado. Por outro lado, podemos igualmente perceber a reação estratégica, na qual os agentes produtores da cidade formal, buscando a reprodução de seu controle sobre o

território, se adaptam, igualmente, aos movimentos táticos. Assim, após constatarem a ineficiência do processo de remoções, através das propostas urbanizadoras, incorporam esta população informal urbana, colocando-a sob seu controle e regulamentação, ao mesmo tempo em que estancam, com muros e barreiras, a expansão que parecia descontrolada. Bom, esta é a parte que conhecemos de um processo ainda em movimento, outros passos ainda estão por vir.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHÃO, Sérgio. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, nº 2, p. 25-54, Novembro 2007a.
- ABRAMO, Pedro. Características estruturais dos mercados informais de solo na América Latina: formas de funcionamento. Anais do XII Encontro Nacional da Anpur, Belém, 2007b. CD ROM.
- ABRAMO, Pedro. A dinâmica do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. Armazém de Dados, Coleção Estudos Cariocas - IPP-IPPUR, Versão provisória, Março 2003.
- ABRAMO, Pedro. Quatro notas preliminares sobre a teoria econômica na favela: localização residencial e mercado de trabalho. Anais do IX Encontro Nacional da Anpur, Rio de Janeiro, 2001. p. 1566-1585.
- ABRAMO, Pedro; FARIA, Teresa. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000. p. 412-456.
- ABREU, Mauricio. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Espaço & Debates, São Paulo, Ano XIV, nº 37, p. 34-46, 1994.
- ABREU, Mauricio. A Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Zahar, 1987.
- ABREU, Mauricio; VAZ, Lilian. Sobre as Origens da favela. Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, p. 481-492, 1991.
- AGUIAR, Roberto de. Os Filhos da flecha do tempo: pertinência e rupturas. Brasília: Letraviva, 2000.
- ALIANÇA DE CIDADES. A vez do alagados: a construção de um programa integrado de urbanização de favelas em Salvador. São Paulo: Aliança de Cidades, 2008.
- ALKMIM, Antonio. A morfologia sócio-espacial da favela de Rio das Pedras. In: BURGOS, Marcelo B. (Org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 105-134.
- ALVES, Emiliano. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, nº 1, p. 179-184, Janeiro-Abril 2008.
- AMARAL FILHO, Nemézio. As perigosas fronteiras da "comunidade": um desafio à comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano (Orgs.). Comunidade e

- contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008. p. 75-87.
- AUBENAS, Florence; BENASAYAG, Miguel. A Fabricação da informação: os jornalistas e a ideologia da comunicação. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- AVSI; CONDER. Novos Alagados: Recuperação ambiental e promoção social. Salvador, 1993.
- BAGNASCO, Arnaldo. Tracce di comunita. Bolonha: Il Mulino, 1999.
- BAHIA, Maria Dolores. Política de intervenção urbana: uma leitura crítica sobre os programas Rio Cidade e Favela Bairro. Dissertação de Mestrado, UFRJ - IPPUR, Rio de Janeiro, 2000.
- BALDEZ, Miguel. Solo urbano, reforma urbana, propostas para a Constituinte. Rio de Janeiro: Fase, 1986.
- BALTRUSIS, Nelson. Favelas: um problema de mercado? A comercialização de imóveis em favelas na RMSP, Anais do XI Encontro Nacional da Anpur, Florianópolis, 2009. CD ROM.
- BALTRUSIS, Nelson. Favelas, a comercialização de imóveis informais e irregulares para baixa renda. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XXII, nº 1, p. 145-169, 2008.
- BALTRUSIS, Nelson. O mercado imobiliário em favelas na RMSP e o processo de estruturação do espaço urbano. Tese de Doutorado, USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2004.
- BALTRUSIS, Nelson. A dinâmica do mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo de caso nas favelas de Paraisópolis e Nova Conquista. Dissertação de Mestrado, PUC, Campinas, 2000.
- BARBOSA, Antônio Agenor. Entrevista. Portal Vitruvius, 021.01, ano 06, Janeiro 2005. Disponível em: <http://www.cascavel.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/06.021/3319?page=1> >. Acesso em: 13 fev. 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BISOL, Rossana. Dialética social do direito. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo (Org.). O direito achado na rua. Brasília: UNB, 1990. p. 35-37.
- BOLAFFI, Gabriel Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 37-70.
- BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BOTTOMORE, Tom. Liberdade. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Eds.). Dicionário

- do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. P424-425.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 159-166.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Le sens pratique. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BURGOS, Marcelo B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 25-60.
- BURGOS, Marcelo B. Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras, In: BURGOS, Marcelo B. (Org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 21-90.
- CAILLÉ, Alain. Quasi-manifeste pour une économie politique institutionnaliste. Revue Etopia, Namur, nº 4, p.201-212, Junho 2008.
- CAILLÉ, Alain. Anthropologie du don : Le tiers paradigme. Paris: La Découverte/Poche, 2007.
- CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2008.
- CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Novos Estudos-CEBRAP, São Paulo, vol. 47, p. 155-176, 1997.
- CARDOSO, Luiz. Antônio. Entre vilas e avenidas: habitação proletária em Salvador na Primeira República. Dissertação de Mestrado, UFBA - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 1991.
- CARDOSO, Elizabeth; VAZ, Lilian; ALBERNAZ, Maria; AIZEN, Mario; PECHMAN, Roberto. Copacabana. Rio de Janeiro: Editora Index/UFRJ, 1986.
- CARVALHO, Eduardo. Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. Dissertação de Mestrado, UFBA - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2002.
- CARVALHO, Maria Alice. Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

- CASTRO, Cássio. A evolução das políticas habitacionais e o atendimento das demandas da população de baixa renda: estudos de caso do programa Viver Melhor em Salvador. Monografia, UNEB, Salvador, 2001.
- CASTRO, Vitor. Morar Carioca. Observatório - Notícias e Análises, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=868> . Acesso em: 18 mai. 2011.
- CATUSO, Joseane. Pluralismo jurídico: um novo paradigma para se pensar o fenômeno jurídico. Revista Eletrônica do CEJUR, Curitiba, vol. 1, nº 2, p. 119-147, Agosto-Dezembro 2007.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- CECCHETTO, Fátima. Galeras funk cariocas: os bailes e a constituição do *ethos* guerreiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 145-166.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petropolis: Ed. Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. L´invention du quotidien: 2. Habiter, cuisiner. Paris: Gallimard, 1994.
- COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, nº 1, p. 83-99, Maio 2007.
- CORRÊA, Felipe. Imaginários do medo: imprensa e violência urbana. Dissertação de Mestrado, PUC - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2008.
- CORREIA, Fernanda. Breve histórico da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro. Acheegas - Revista de Ciência Política [online], nº 31, p. 31-44, 2006.
- COSTA, A. Correa de Souza. Qual a alimentação que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influência sobre a mesma classe. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1865.
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAVIDOVICH, Fany. Programa favela bairro e tendências de reestruturação da metrópole - o caso do Rio de Janeiro. Anais do VII Encontro Nacional da Anpur, Recife, 1997. p. 1473-1483.
- DE SOTO, Hernando. O mistério do capital: porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DEFFNER, Veronika. Geografia da desigualdade social: uma perspectiva de geografia urbana crítica apresentada a partir do exemplo da produção social da favela em Salvador-BA. GeoTextos, Salvador, vol. 6, nº 2, p. 115-137, 2010.

- DENALDI, Rosana. Caracterização das favelas no âmbito dos planos locais de habitação de interesse social (PLHIS). In: SILVA, Jailson (Org.). O que é a favela afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 62-66.
- DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de Favelas: evolução e impasses. Tese de Doutorado, USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2003.
- DENCH, Geoff. Minorities in the open society. New Jersey: Transaction Publishers, 2009.
- DIAS, Patrícia. Da periferia distante à periferia próxima: notas sobre a construção de um bairro popular na região metropolitana de Salvador. GeoTextos, Salvador, vol. 2, nº 2, p. 87-114, 2006.
- DURKHEIM, Émile. L'éducation morale. Paris: Librairie Félix Alcan, 1934.
- EHRlich, Eugen. Fundamentos da sociologia do direito. Brasília: Editora UnB, 1986.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESPINHEIRA, Gey. Entrevista no documentário Ferida Aberta - Novos Alagados, Salvador - Documentário de Alexandre Apsan Frediani. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CRaZrLSwcUg>>. Acesso em 15 jun. 2008.
- FARIAS, Luiz Kleber. A representação de interesses em favelas: vida e morte da Associação de Comércio e Indústria de Rio das Pedras (Acirpe). In: BURGOS, Marcelo B. (Org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 135-148.
- FERNANDES, Rubem. Violência no Rio: a história que sofremos e fazemos. Boletim Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade, nº 5 - Dez anos depois: como vai você, Rio de Janeiro? 2003.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. Espaço & Debates, São Paulo, Ano XI, nº34, p. 92-103, 1991.
- FIRTH, Raymond. Elements of social organization. Londres: Watts, 1951.
- FISKE, John. Popular forces and the culture of everyday life. Southern Review, vol. 21, nº 3, p. 288-306, Novembro 1988.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. (Org. MACHADO, R.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREITAG, Barbara. A norma social: gênese e conscientização. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo (Org.). O direito achado na rua. Brasília: UNB, 1990. p. 49-51.
- FRIDMAN, Luis Carlos. A globalização e o desejo de segurança. In: SILVA, Itamar (Org.). Rio: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 17-24.

- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GEAP. Bases da política habitacional da cidade do rio de janeiro, 1993.
- GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, Paulo; HAESBAERT, Rogério. O espaço na modernidade. Terra Livre- AGB, São Paulo, vol. 5, p. 47-67, 1988.
- GOMES, Paulo. Estranhos vizinhos: o lugar da favela na cidade brasileira. Anuário Americanista Europeo, nº 1, p.171-177, 2003.
- GONÇALVES, Marília. Muros da segregação. Observatório - Notícias e Análises, 2010.
Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=812>. Acesso em: 07 out. 2010.
- GORDILHO-SOUZA, Angela. Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GORDILHO-SOUZA, Angela. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras - (Re)Qualificando a questão para Salvador-BA. Cadernos MetrÓpole, nº 5, São Paulo, p. 81-116, 2001.
- GOULART, José. Favelas do Distrito Federal, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957.
- GOVERNO DO ESTADO. Relatório de projetos. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, 2005.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Novos Alagados: Bahia, Brazil, Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Sem Data.
- HALE, Charles. Does multiculturalismo menace? Governance, cultural rights ant the politics of identity in Guatemala. Journal of Latin American Studies, Cambridge, nº 34, p. 485-524, 2002.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAMESA. Novos Alagados (Salvador) - Anteprojeto - Infraestrutura. Salvador: SETRABES, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. The cult of identity politics. New Left Review, vol. I, nº 217, p. 38-47, May-June 1996.
- HOBBSAWM, Eric. The age of extremes. Londres: Michael Joseph, 1994.
- HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil.

Anais do X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidade de Barcelona, Maio 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000.

JACQUES, Paola B. Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JOSGRILBERG, Fábio. Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras, 2005.

JOUAN, Sandra; ROJAS, Alexandre; RITTO, Antonio. Urbanização do Santa Marta: uma visão transdisciplinar para melhorias com participação social e integração cultural. Cadernos do IME/UERJ, Rio de Janeiro, vol. 21, p. 14-19, 2006.

JUNG, Taiana. Histórias e trajetórias de um bairro chamado Maré. VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Novembro 2007. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/TaianaJung.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

JUNQUEIRA, Eliane; RODRIGUES, José Augusto. Pasárgada revisitada. Sociologia - Problemas e Práticas, Lisboa, nº 12, p. 9-17, 1992.

KONZEN, Lucas. Boas aventuras na Pasárgada: do pluralismo jurídico ou alternativas para uma ciência do direito pós-moderna? Prisma Jurídico, São Paulo, vol. 5, p. 169-184, 2006.

KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim um causa. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1990.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAGO, Luciana Corrêa do. Favela-Loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. Anais do X Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte, 2003. CD ROM.

LAGO, Luciana Corrêa do. A metrópole desigualmente integrada: as atuais formas de produção e (não) acesso ao espaço construído no Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Nacional da Anpur, Rio de Janeiro, 2001. p. 1530-1539.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz César. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. Cadernos Metrópole, São Paulo, nº 5, p.29-46, 2001.

LE GOFF, Jacques; CHEDEVILLE, Andre; ROSSIAUD, Jacques. La ville en France au Moyen Âge: histoire de la France urbaine. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

LEAL, Bruno. A comunidade como projeto identitário. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres (Orgs.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 183-192.

- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. A Sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFORT, Claude. Hannah Arendt and the question of the political. In: LEFORT, Claude. Democracy and the political theory. Oxford: Blackwell, 1988. p.45-56.
- LEITÃO, Gerônimo. Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos. Niterói: EdUFF, 2009.
- LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº 44, p. 73-90, Outubro 2000.
- LEITE, Márcia Pereira; OLIVEIRA, Pedro Paulo. Violência e insegurança nas favelas cariocas: o ponto de vista dos moradores. Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social, nº 13, p. 14-42, 2005.
- LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. (Org. SALGUEIRO, Heliana). São Paulo: EDUSP, 2001.
- LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. Novos Estudos-CEBRAP, São Paulo, vol. 80, p. 43-62, março 2008.
- LOBOSCO, Tales. Da favela ao bairro: entre urbanidade rarefeita e segregação. In: AMBIENS Sociedade Cooperativa. Estado e lutas sociais: intervenções e disputas no território. Curitiba: Kairós, 2010. P. 313-330.
- LOBOSCO, Tales. Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais. GeoTextos, Salvador, vol. 5, nº 2, p. 25-48, 2009.
- LUHMANN, Niklas. Trust and power. Chichester: Wiley, 1979.
- LUHMANN, Niklas. Risk: a sociological theory. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.
- LYRA FILHO, Roberto. Desordem e Processo: um prefácio explicativo In: LYRA, Doreodó Araújo Lyra (Org.). Desordem e processo: estudos sobre o direito em homenagem a Roberto Lyra Filho. Porto Alegre: SAFE, 1986.
- LYRA FILHO, Roberto. Humanismo dialético. Direito e Aveso, Brasília, nº 3, 1983.
- LYRA FILHO, Roberto. O Que é Direito. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. "Violência urbana", segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, vol. 23 nº 59, p. 283-300, Maio-Agosto 2010a.

- MACHADO DA SILVA, Luiz A. Afinal, qual é a das UPPS? Boletim do Observatório das Metrópoles, Ano II, nº 129, p.1-7, Março 2010b.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. Introdução. In: MACHADO DA SILVA, Luiz A. (Org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a. p. 13-26.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. Violência urbana, sociedade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz A. (Org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b. p. 35-45.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado, Brasília, vol. 19, nº 1, p. 53-94, 2004c.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A.; LEITE, Márcia. Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam destes temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz A. (Org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 49-76.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A.; LEITE, Márcia. Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: SILVA, Itamar (Org.). Rio: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 61-78.
- MAFRA, Clara. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 277-298.
- MAGALHÃES, Alex Ferreira. O direito das favelas no contexto da políticas de regularização. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, vol. 11, nº 1, p. 89-103, Maio 2009.
- MAGALHÃES, Paulo. É melhor jogar dinheiro... Jornal O Globo, Opinião, 26 Fevereiro 2010a. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2010/02/26/e-melhor-jogar-dinheiro-915944795.asp> >. Acesso em 14 fev. 2011.
- MAGALHÃES, Sérgio. Banho de tinta, banho de "civilização"? Blog Cidade Inteira, Fev 2010b. Disponível em: < http://cidadeinteira.blogspot.com/2010/02/banho-de-tinta-banho-de-civilizacao_26.html >. Acesso em 14 fev. 2011.
- MAGALHÃES, Sérgio. Sobre a democratização da cidade. A experiência da política habitacional do Rio de Janeiro. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio. Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro, Campinas: PUCAMP/PROURB, 2004. p.113-136.
- MALISKA, Marcos. Introdução à sociologia do direito de Eugen Ehrlich. Curitiba: Juruá, 2001.
- MAMEDE, Alessandra. Uma concepção equivocada? Relações entre Brizola, favela e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Revista Tempopresente - UFRJ [online], Ano 4, nº 15, 2009.
- MAMEDE, Alessandra. Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta: Associações de

- Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o primeiro governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Dissertação de Mestrado, UFRJ - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.
- MARCUSE, Peter. Walls of fear and walls of support. In: ELLIN, Nan (Ed.). Architecture of fear. New York: Princeton Architectural Press, 1997. p. 101-114.
- MARICATO, Ermínia. Habitação e desenvolvimento urbano: o desafio da próxima década. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ministério das Cidades, 2004.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 71-93.
- MARQUARDT, Angela. O Espaço em Movimento no Morro da Babilônia. Dissertação de Mestrado, UFRJ - PROURB, Rio de Janeiro, 2003.
- MARTIN, Jean-Yves. Une géographie critique de l'espace du quotidien: l'actualité mondialisée de la pensée spatiale d'Henri Lefebvre. Journal of Urban Research [online], nº 2, 2006.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MATTAR, Flávia; CHEQUER, Jamile; DIAS, Mariana. UPP: tecendo discursos. Democracia Viva, no 45, p.72-81, Julho 2010.
- MATTEDI, Maria Raquel. As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional. Dissertação de Mestrado, UFBA - Pós Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 1979.
- MATOS, Arioaldo. Corta-Braço. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.
- MAUSS, Marcel. Essai sur le don. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLAS-BOAS, G.; GONÇALVES, M. A. (Orgs.). O Brasil na Virada do Século. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. P. 79-89.
- MOREIRA, Adriana. Os Olhares da Favela. A realidade das favelas cariocas e a proposta de transformação e integração do Programa Favela-Bairro. Dissertação de Mestrado, UFRJ - PROURB, Rio de Janeiro, 2002.
- MOUTINHO, Laura. Considerações sobre violência, gênero e cor em Rio das Pedras. In: BURGOS, Marcelo B. (Org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca.

- São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 223-249.
- NETO, Mair. Natureza agredida no Rio. Direto da Redação (Portal eletrônico), 2005. Disponível em: <<http://www.diretodaredacao.com/noticia/natureza-agredida-no-rio>>. Acesso em: 03 mai. 2009.
- NORONHA SANTOS, Francisco. Meios de Transporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, vol. 1, 1934.
- NUNES, Mônica, Segregar ou preservar? Os “eco-limites” dos muros das favelas. Planeta Sustentável [online], Maio 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_469322.shtml>. Acesso em 12 mai. 2010.
- O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática e política comparada. Dados, Rio de Janeiro, vol. 42, nº 4, p. 655-690, 1999.
- O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina, Novos Estudos-CEBRAP, São Paulo, vol. 51, p. 37-61, jul. 1998.
- OLIVEIRA, José Martins. Rocinha. In: PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mario (Orgs.). A favela fala: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 30-56.
- OLIVEIRA, Luciano. Polícia e classes populares. Cadernos Estudos Sociais, Recife, vol. 1, nº 1, p. 85-96, Janeiro-Junho 1985.
- PAIVA, Raquel; NÓRA, Gabriela. Comunidade e humanismo prático: a representação da periferia no Rio de Janeiro. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano (Orgs.). Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008. p. 13-28.
- PAIXÃO, Antonio. Crimes e criminosos em Belo Horizonte. In: PINHEIRO, Paulo. (Org.). Crime, violência e poder. São Paulo: Brasiliense, 1983. P. 11-44.
- PARSONS, Talcott. The social system. Londres: Routledge, 1991.
- PASTERNAK, Suzana. A favela que virou cidade. In: VALENÇA, Márcio (Org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008a. p. 73-108.
- PASTERNAK, Suzana. A cidade que virou favela. In: VALENÇA, Márcio (Org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008b. p. 109-134.
- PASTERNAK-TASCHNER, Suzana. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, Pedro (Org.). A Cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras/Faperj, 2003. p. 13-42.
- PEPPE, Atílio. Associativismo e política na favela Santa Marta (RJ). Dissertação de Mestrado, USP - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1992.
- PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra,

2000.

PEREC, Georges. Espèces d'espaces. Paris: Éditions Galilée, 1974.

PEREIRA, Gilberto Corso. Habitação popular em Salvador: o caso das "Malvinas". Dissertação de Mestrado, UFBA - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 1989.

PERLMANN, Janice. Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

PERLMANN, Janice. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PHARO, Patrick. Le civisme ordinaire. Paris: Librairie des Méridiens, 1985.

PIERUCCI, Antônio. Experiência urbana da diversidade: além do conflito de interesses, o conflito de valores. In: GONÇALVES, M.; BRANDÃO, C.; GALVÃO, A. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. p. 69-80.

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Morar Carioca: Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação, 2010a.

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Morar Carioca: Babilônia e Chapéu Mangueira. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação, 2010b.

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Babilônia: acervo de imagens e estatísticas. Rio de Janeiro: SMU, Setembro 2006.

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Cidade Inteira: a política habitacional da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação, 1999.

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Integração de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação/IPLANRIO, 1996.

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Concurso público para seleção de propostas metodológicas e físico-espaciais relativas à urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IplanRio, 1994.

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador. Novos Alagados: intervenções prioritárias. Salvador: Centro do Planejamento Municipal - CPM, Novembro 1993.

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador; AVSI. Novos Alagados: recuperação sócio ambiental da área de São Bartolomeu. Salvador: Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, 1993.

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador. Urbanização - Novos Alagados. Salvador, 1994.

PMDF - Prefeitura Municipal do Distrito Federal. Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento, 1926-1930. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

- QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RAMOS, Camila. Ecologia ou exclusão? Revista Forum [online], São Paulo, Edição 74, Maio 2009.
- RAPOPORT, Amos. Spontaneous settlements as vernacular design. In: PATTON, Carl (Ed.). Spontaneous shelter: international perspectives and prospects. Philadelphia: Temple University Press, 1988. p. 51-77.
- REGIS, Imaira. Lobato e Paripe no contexto da Avenida Suburbana: Uma análise socioespacial. Dissertação de Mestrado, UFBA - Instituto de Geociências, Salvador, 2007.
- RIBEIRO, Luiz Cesar. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. In: CARNEIRO, Sandra; SANT'ANNA, Maria (Orgs.). Cidade: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 43-72.
- RIBEIRO, Luiz Cesar; JUNIOR, Orlando. Democracia e cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira. *Análise Social*, Lisboa, vol. XL, nº 174, p. 87-109, 2005.
- RIVERO, Patricia; RODRIGUES, Rute. Favelas, pobreza e sociabilidade violenta no Rio de Janeiro: uma análise espacial. Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/RiveroPatricia.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2010.
- ROCHA, Adair. Saber e Poder. Algumas Implicações na Relação FAVELA/ASFALTO. Tese de Doutorado, UFRJ - Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 1997.
- ROCHA, Lia de Mattos. Uma favela "diferente das outras?": rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.
- ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: *experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAGMACS. Aspectos humanos da favela carioca. O Estado de São Paulo, Suplementos Especiais, 13 e 15 abr. 1960.
- SANTOS, Boaventura. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUTO, C.; FALCÃO, J. (Org.). Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. São Paulo: Pioneira, 1980. p. 109-117.
- SANTOS, Carlos Nelson. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lícia (Org.). Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 17-47.
- SANTOS, Denise Maria. Interfaces entre práticas de coleta seletiva do lixo e conceitos

- lefebvrianos: um estudo sobre a Pituba, Salvador-BA. GeoTextos, Salvador, vol. 4, nº 1-2, p. 121-142, 2008.
- SANTOS, Gilbert; MARAMBAIA, Nara. Análise de pós-ocupação em projeto de habitação popular - Novos Alagados. Monografia, UNEB, Salvador, 2000.
- SANTOS, Janio. A periferia enquanto espaço de reprodução da vida: o estudo de caso dos Alagados. Dissertação de Mestrado, UFBA - Instituto de Geociências, Salvador, 2004.
- SANTOS, Luiz Antonio. As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República. Dados [online], Rio de Janeiro, vol. 41, nº 3, 1998.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: EdUSP, 2007.
- SANTOS, Milton. O Centro da Cidade de Salvador: estudo de geografia urbana. Salvador: Livraria Progresso Editora/UFBA, 1959.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SCHIMIDT, Margrit. A questão da cidadania. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo (Org.). O direito achado na rua. Brasília: UNB, 1990. p. 74-75.
- SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS. Boletim Eletrônico da Secretaria de Obras do Rio de Janeiro, Ano 2, nº 16, Julho de 2008.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. Bairrinho, Relatório de Avaliação de programa. Rio de Janeiro: TCM-RJ, 2004.
- SEDUR Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Viver Melhor. Salvador: Solisluna, 2006.
- SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. Salvador: Contexto/EDUFBA, 2007
- SERPA, Angelo. Por uma geografia das representações sociais. Olam, Rio Claro, vol. 5, nº 1, p. 220-232, 2005.
- SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, p. 21-37, 2004a.
- SERPA, Angelo. Experiência e vivência, percepção e cultura: uma abordagem dialética das manifestações culturais em bairros populares de Salvador-Bahia. RA' E GA - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, vol. 8, p. 19-32, 2004b.
- SETTON, Maria da Graça. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, nº 20, p. 60-70, Maio-Agosto 2002.
- SILVA, Itamar. Morro Santa Marta. In: PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mario (Orgs.). A favela fala: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 296-360.

- SILVA, Itamar; MIRANDA, Moema. Introdução. In: SILVA, Itamar (Org.). Rio: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 07-09.
- SILVA, Jailson. Abertura. In; SILVA, Jailson (Org.). O que é a favela afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 71-83.
- SILVA, Maria Laís. Favelas cariocas, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SILVA FILHO, Vadael. A polícia Militar e o policiamento comunitário: de Nazareth Cerqueira à UPP. Monografia, Escola Superior de Polícia Militar, 2009.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 11-25.
- SMH - Secretaria Municipal de Habitação. Morar Carioca: Conheça o Programa. Site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251>>. Acesso em: 18 mai. 2011.
- SMITH, Dennis. Knowing your place: class, politics, and ethnicity in Chicago and Birmingham, 1890-1983. In: THRIFT, Nigel; WILLIAMS, Peter (Org.). Class and space: the making of urban society. Londres: Routledge/Kegan Paul, 1987. p. 277-305.
- SOARES, Antonio. A Inserção de Conjuntos Habitacionais Populares no Tecido Urbano de Salvador-BA. Dissertação de Mestrado, USP - Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2007a.
- SOARES, Antonio. Apropriação do espaço urbano e sociabilidades: uma análise comparativa de três conjuntos habitacionais em Salvador-BA. Anais do XII Encontro Nacional da Anpur, Belém, 2007b. CD ROM.
- SOARES, Antonio; ESPINHEIRA, Gey. Conjuntos habitacionais em Salvador-BA e a transitória inserção social. RISCO - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, nº 3, São Carlos, p. 57-65, 2006.
- SOARES, Antonio; ESPINHEIRA, Gey. Das palafitas aos novos conjuntos habitacionais. Anais do NUTAU- FAUUSP, São Paulo, 2004. CD ROM.
- SONTAG, Susan. Sobre Fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Direito como liberdade: O direito achado na rua. Experiências populares emancipatórias de criação do direito. Tese de Doutorado, UnB - Faculdade de Direito, Brasília, 2008.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Um direito achado na rua: o direito de morar. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo (Org.). O direito achado na rua. Brasília: UNB, 1990. p. 34-35.
- SOUZA, Charles Benedito. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. Confins [online], nº 5, Março 2009.

- SOUZA, Jailson; BARBOSA, Jorge Luiz. Favela: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Senac-Rio/X Brasil, 2005.
- SOUZA, Maria. Apontamentos sobre a Maré. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, nº 1, p. 53-68, Maio 2007.
- SPOSITO, Maria. Por uma arquitetura engajada. GeoTextos, Salvador, vol. 5, nº 2, p.13-21, 2009.
- STROZEMBERG, Pedro. Alguém tem receio de ser multado na favela? In: SILVA, Jailson (Org.). O que é a favela afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 67-69.
- TANGARI, Vera; SILVA, Jonathas. Ensinar cegos a “ver”: a crise urbana do Brasil. XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos-IAB/RJ, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/prologar/arq_pdf/diversos/artigos_vera%20tangari/CBA-2003-Magalhaes-Tangari.pdf>. Acesso em: 02 out. 2008.
- TAQUARY, Eneida. O direito vivo de Eugen Ehrlich. Universitas JUS, Brasília, nº 19, p. 203-211, Julho-Dezembro 2009.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas. Cadernos de Pesquisa do LAP - Universidade de São Paulo, nº18, Março-Abril 1997.
- TCM-RJ - Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Auditoria operacional em áreas de proteção ambiental. Rio de Janeiro: Secretaria de Controle Externo, 2010.
- TCM-RJ - Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Bairrinho: relatório de avaliação de programa. Rio de Janeiro: SMH, 2004.
- TELLES, Vera da Silva. Prefácio. In: KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 9-17.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 91-102.
- TELLES, Vera da Silva. A experiência autoritarismo e praticas instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70. Dissertação de Mestrado, USP - FFLCH/Departamento de Ciência Política, São Paulo, 1985.
- TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar; PECHMAN, Robert (Orgs.). Cidade, Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. P. 23-52.
- TURNER, John. Da provisão centralizada à autogestão local: novas direções para a política habitacional. In: MASCARÓ, Lúcia (Coord.). Tecnologia & Arquitetura. São Paulo: Nobel, 1990. p. 87-101.

- TURNER, John. The reeducation of a professional. In: TURNER, John; FICHTER, Robert. Freedom to build. New York: The Macmillan Company, 1972. P. 122-147.
- VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.105-120.
- VALLA, Victor. Educação e favela. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VALLA, Victor. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. Cadernos de Saúde Pública, vol.1, nº3, Rio de Janeiro, Julho-Setembro 1985.
- VALLADARES, Licia. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VALLADARES, Licia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (Org.). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991. P. 81-112.
- VALLADARES, Licia. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz Cezar (Org.). O futuro das metrópoles. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 375-403.
- VAZ, Lilian. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. Análise Social, vol. XXIX, nº 127, p. 581-597, 1994.
- VAZ, Lilian. Do cortiço à favela: um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro. In: SAMPAIO, M. Ruth (Coord.). Habitação e Cidade. São Paulo: Editora FAU-USP, 1988. p. 39-52.
- VAZ, Lilian. Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular: as habitações coletivas do Rio antigo. Dissertação de Mestrado, UFRJ - IPPUR, Rio de Janeiro, 1985.
- VAZ, Lilian; JACQUES, Paola B. Formas urbanas de favelas cariocas. Anais do 51º Congresso Internacional de Americanistas, Santiago, Julho 2003. Disponível em: <http://www.pgau-cidade.ufsc.br/ica/trabalhos/vaz_lilian/vaz_lilian.htm> . Acesso em: 12 out. 2008.
- VAZ, Paulo. Corpo e risco. Forum Media, Viseu, vol.1, nº1, p.101-111, 1999.
- VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: UFRJ/Editora FGV, 2000. p. 11-25.

- VENTURA, Zuenir. Cidade partida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- VIDAL, Dominique. Catégorisations, territoires et individu: quelle place pour le pauvre. Cultures et conflits, Paris, n° 35, p. 7-14, 1999a.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WACQUANT, Loïc. Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2005.
- WEBER, Max. Economía y sociedad. México: Fondo de Cultura, 1984.
- WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito. São Paulo: Alfa-Omega, 1997.
- YACCOUB, Hilaine. Atirei o pau no 'gato'. Uma análise sobre consumo e furto de energia elétrica (dos "novos consumidores") em um bairro popular de São Gonçalo - RJ. Dissertação de Mestrado, UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010.
- ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 209-232.
- ZALUAR, Alba. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.
- ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7-24.

